CORPOS ESCRAVOS, VONTADES LIVRES

Estrutura da Posse de Cativos e Família Escrava

em um Núcleo Cafeeiro (Bananal, 1801-1829)

T32698161
M321c
e. 2

Universidade de São Paulo
Faculdade de Economia e Administração
Departamento de Economia

CORPOS ESCRAVOS, VONTADES LIVRES

Estrutura da Posse de Cativos e Família Escrava

em um Núcleo Cafeeiro (Bananal, 1801-1829)

JOSÉ FLÁVIO MOTTA

ORIENTADOR: IRACI DEL NERO DA COSTA

Tese apresentada à Faculdade de
Economia e Administração da Uni-
versidade de São Paulo, para ob-
tenção do título de Doutor em
Economia.

São Paulo
fevereiro, 1990

T326.98161 M321c e. 2
T66550
20600056011

Created by RfidProStar - www.tagprocess.com.br

66550

DEDALUS - ACERVO - FEA

20600056011

AGRADECIMENTOS

Este trabalho tornou-se possível com o apoio institucional emprestado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPE/USP) e com o auxílio financeiro concedido pela ABEP-Associação Brasileira de Estudos Populacionais e Fundação Ford, auxílio com o qual esta pesquisa foi distinguida no âmbito dos VII e VIII Concursos para Bolsas de Pesquisa sobre Assuntos Populacionais. Às três instituições referidas estende-se o reconhecimento do autor.

O autor agradece, igualmente, os proveitosos comentários feitos pelos professores doutores que compuseram a Banca do Exame de Qualificação desta tese: Ana Maria Bianchi, Francisco Vidal Luna e Nelson Hideiki Nozoe. Outrossim, partes do trabalho, apresentadas nos Seminários de Bolsistas da ABEP/Fundação Ford, no Seminário Permanente de Estudo da Família e da População no Passado Brasileiro (IPE-ANPUH), nos Encontros Nacionais da ABEP- Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, ANPUH-Associação Nacional dos Professores Universitários de História e da ANPOCS-Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, e no Congresso sobre a História da População da América Latina (IUSSP/CELADE/ABEP), receberam, e em certa medida incorporaram, as críticas relevantes de, entre outros, Clotilde Andrade Paiva, Eni de Mesquita Samara, Horácio Gutiérrez, Maria Coleta F. A. Oliveira, Nelson Hideiki Nozoe, Peter Eisenberg, Ricardo A. Wanderley Tavares e Sérgio Odilon Nadalin.

Sobretudo, o autor é grato à orientação soberba, sempre

estimulante e solícita, nunca superficial ou negligente, do Prof. Dr. Iraci del Nero da Costa, ao longo dos anos, indubitavelmente, Professor reconhecido e admirado, mas também, de maneira não menos inequívoca, Conselheiro e Amigo.

Por fim, o agradecimento do autor aos professores e aos colegas do curso de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPE / USP); aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo; a José e Nair, com especial carinho, pelo estímulo e pela formação; e, é claro, a Laura, com amor, pela compreensão e paciência ilimitadas por todo esse longo período.

RESUMO

A introdução e rápida disseminação da lavoura cafeeira e uma evolução demográfica marcada pela entrada maciça de escravos constituem elementos fundamentais do desenvolvimento da localidade valeparaibana paulista de Bananal nas décadas iniciais do século dezenove. Tendo como pano-de-fundo o mútuo condicionamento existente entre aqueles elementos, este trabalho vota-se ao estudo de dois temas basilares da economia e da demografia da escravidão: a estrutura da posse de cativos e a família escrava.

Com base nas listas nominativas de habitantes, em especial as referentes a 1801, 1817 e 1829, observa-se que a estrutura da posse de cativos e a família escrava evoluíram de forma interligada no decurso do período considerado. Mais ainda, o desenvolvimento demo-econômico de Bananal imprimiu àquela evolução um ritmo marcado pelo dinamismo. Em meio a esse dinamismo, no relacionamento recíproco entre estrutura de posse e família escrava, a influência maior foi sempre exercida pelo primeiro desses elementos. De fato, nos primeiros lustros dos Oitocentos, a família escrava foi como que arrebatada pelo turbilhão cafeeiro. Não obstante, as relações familiares entre os cativos não desaparecem de todo e, inclusive, parecem estar prestes a vivenciar uma fase menos adversa, à medida que a cafeicultura trilha seu caminho em direção a uma agricultura de plantation.

ABSTRACT

The introduction and fast dissemination of coffee farming and a demographic evolution characterized by a massive entrance of slaves were basic elements in the development of Bananal, a settlement in Vale do Paraíba Paulista, during the first decades of the nineteenth century. Having as underlying theme the mutual conditioning between these two elements, this work examines two major topics in the economics and demography of slavery: slaveholding structure and slave family.

Based on Listas nominativas de habitantes, especially those for the years 1801, 1817 and 1829, this work ascertains that the slaveholding structure and the slave family in Bananal evolved in an interconnected way during the period examined. Moreover, the demo-economic development of Bananal set a dynamic pace for that evolution. In this dynamic development, the slaveholding structure always had more influence than the slave family in the mutual conditioning between these two elements. In fact, it was as if the slave family had been caught in the whirlwind of coffee farming in the early nineteenth century. Notwithstanding, the slave families do not disappear; indeed, it seems that they are about to experience less adverse times as coffee farming develops towards plantation agriculture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
PRIMEIRA PARTE: BREVE HISTÓRICO DE BANANAL	14
CAPÍTULO I: Bananal: das suas origens à decadência da cafeicultura	15
SEGUNDA PARTE: ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS	63
CAPÍTULO II: Historiografia e estrutura da posse de es cravos	64
CAPÍTULO III: Estrutura da posse de escravos e desenvol vimento cafeeiro em Bananal (1801-1829) .	117
TERCEIRA PARTE: FAMÍLIA ESCRAVA	209
CAPÍTULO IV: Historiografia e família escrava	210
CAPÍTULO V: A família escrava em 1801: Lorena e Bana- nal	267
CAPÍTULO VI: Família escrava e desenvolvimento cafeei- ro em Bananal (1801-1829)	359
CONSIDERAÇÕES FINAIS	471
APÊNDICE METODOLÓGICO	482
APÊNDICE ESTATÍSTICO	511
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	523

INTRODUÇÃO

A implantação e o desenvolvimento da cafeicultura, bem como uma evolução demográfica marcada pelo afluxo maciço de escravos, consubstanciam elementos fundamentais para a conformação do evoluer de Bananal - localidade valeparaibana paulista - nas décadas iniciais do século passado. Este trabalho objetiva, tendo como pano-de-fundo o mútuo condicionamento existente entre aqueles elementos, empreender o estudo de dois temas basilares da economia e da demografia da escravidão, quais sejam, a estrutura da posse de cativos e a família escrava. Para tanto, utilizam-se como fontes primárias as listas nominativas de habitantes, em especial as referentes a 1801, 1817 e 1829.

Antes do mais, explicitam-se os principais traços definidores da história do espaço geográfico escolhido para análise. Assim, o capítulo I - que compõe a primeira parte do trabalho - é dedicado à apresentação de um breve histórico de Bananal, vinculando-se seu surgimento - no último quartel do século dezoito - à evolução da capitania paulista em geral e, em particular, da região do Vale do Paraíba. Relaciona-se, ademais, o desenvolvimento experimentado pela comunidade bananalense à rápida difusão da lavoura cafeeira nas áreas valeparaibanas, ocorrida nos lustros iniciais dos Oitocentos. É inquestionavelmente, o café, o grande responsável pela opulência alcançada por Bananal, cujo apogeu radica-se nas décadas de cinquenta e sessenta e que se prolonga até os anos setenta do século passado. Delineiam-se, outrossim, os contornos do quadro de decadência que se abate sobre a aludi

da localidade, após a euforia proporcionada pela cafeicultura.

A segunda parte do trabalho, formada por dois capítulos, vota-se ao estudo da estrutura da posse de escravos. A produção da historiografia brasileira sobre esse tema, demarcada em princípio pelo estudo pioneiro de Francisco Vidal Luna (Minas Gerais: escravos e senhores),⁽¹⁾ é analisada no capítulo II. Tal produção e os resultados por ela obtidos são explicitados segundo três perspectivas, ao longo das três seções do capítulo em questão. Na primeira delas, discutem-se os trabalhos preocupados com a estrutura da posse de cativos na economia mineratória e na açucareira, salientando-se, em especial no que respeita à mineração, o caráter revisionista das constatações efetuadas, em termos da relevância dos escravistas detentores de pequeno número de cativos. Na segunda, analisam-se os trabalhos que versam sobre a estrutura da posse de escravos em São Paulo e no Paraná, regiões cujo estudo tem constituído efetiva "matéria-prima" para que se aprofunde o conhecimento do tema. Na terceira, apresentam-se os resultados verificados quanto à caracterização de escravistas e cativos, importante corolário do estudo da estrutura da posse de escravos.

O panorama que emerge a partir dessa produção historiográfica proporciona tanto um quadro referencial como um guia metodológico para a análise da estrutura da posse de cativos em Bananal, a qual se empreende no capítulo III, em três etapas. De início, a atenção é centrada nos proprietários de escravos, enfocados segundo diversas características demográfico-econômicas, cujas alterações, no decurso das três primeiras décadas do século dezanove, procuram-se evidenciar. Na segunda das etapas referidas, a população cativa é alvo de análise correlata à aplicada no caso dos escravistas. Em seguida, volta-se à estrutura da posse de escravos propriamente dita, tendo-se sempre em mente, cabe salientar, o desenvolvimento econômico e a evolução demográfica vivenciados pe

la localidade estudada. Tal estrutura, e seu evol^uer no perⁱodo considerado, são analisados seja por meio dos indicadores estatísticos da distribuição da propriedade de cativos, seja com base no enfoque de algumas das características de senhores e escravos segundo distintas faixas de tamanho dos plantéis.⁽²⁾

A terceira parte deste trabalho - capítulos IV, V e VI - é dedicada à família escrava. No capítulo IV, explicita-se o tratamento dispensado ao tema pela historiografia, procurando-se evidenciar a evolução que se verifica quanto às formas assumidas pelo referido tratamento, para o que se divide o capítulo em três seções. Na primeira, a atenção é centrada no caso brasileiro, privilegiando-se a interpretação segundo a qual diminuta relevância, se é que alguma, é atribuída à família escrava no Brasil. Mesmo quando constatadas, as ligações entre os cativos são caracterizadas como temporárias, enfatizando-se as relações sexuais em seu aspecto meramente instintivo. Nessa interpretação, a generalizada promiscuidade é encarada como a regra; a devassidão imperaria nas senzalas, cabendo à família escrava colocar-se como rara exceção.

Na segunda seção do capítulo IV, desloca-se a perspectiva para o caso dos Estados Unidos, que fornece o referencial para uma breve comparação. Restringe-se à análise da família escrava norte-americana pois, dada a multiplicidade das experiências coloniais, um estudo comparativo de maior amplitude, de per si tema para um trabalho de grande fôlego, fugiria aos objetivos aqui perseguidos.⁽³⁾ De outra parte, insere-se a discussão acerca dos Estados Unidos, não obstante as sensíveis disparidades entre a história daquele país e a do Brasil, tendo em vista a similitude entre o caminho trilhado pela historiografia norte-americana e o que se procura evidenciar no caso brasileiro, em termos da interpretação do papel desempenhado pela família escrava. Dessa forma, os anos setenta deste século vêm firmar-se toda uma nova e vigorosa

vertente historiográfica que traz à luz um entendimento das relações familiares entre os cativos nos Estados Unidos diferente do "tradicional": acentua-se a estabilidade e relativa autonomia da família escrava e o predomínio das uniões monogâmicas.

Retoma-se a análise da historiografia brasileira na terceira seção do capítulo em foco. Os anos setenta marcam, também no Brasil, a mudança no enfoque da família escrava. Não se lhe atribui apenas importância maior do que anteriormente se fizera. Seu estudo torna-se cada vez mais rico: sua presença é vinculada à atividade econômica encetada e, por essa via, ao tamanho dos plantéis de escravos; analisam-se os casais, as mães solteiras, a questão da legitimidade da prole; vai-se além da família nuclear e verifica-se o extenso relacionamento entre os cativos, por meio do parentesco e do compadrio. Em suma, chega-se a resultados análogos aos encontrados nos Estados Unidos: uma família escrava mais estável do que até então se acreditara, não obstante em grande medida tendo seu desenvolvimento cerceado pelo regime escravista inclusivo; família escrava que se mantinha até com relativa autonomia, apesar da presença, sem dúvida muitas vezes constrangedora, do proprietário, mas amiúde mesmo utilizando-se da feição paternalística deste como estratégia para sua própria sobrevivência.

Situada a temática da qual se ocupa nesta terceira parte do trabalho, consagram-se os dois outros capítulos que a formam à análise dos dados primários coletados a partir das listas nominativas dos habitantes de Bananal. O capítulo V restringe-se aos informes concernentes a 1801. Verifica-se, então, o efetivo significado possuído pelas relações de caráter familiar entre os escravos no alvorecer do século dezoito naquela localidade. Procede-se, igualmente, à consideração em detalhe das características estruturais da família cativa, tomada segundo variadas perspectivas: o estudo dos casais, das mães casadas ou viúvas, das mães solteiras, dos fi

lhós legítimos e naturais. Privilegia-se, sobretudo, ao longo de todo o capítulo em questão, a aproximação comparativa com as informações similares disponíveis para quatro Companhias de Ordenanças que, tal como a referente a Bananal, faziam parte da Vila de Lorena em 1801, e que foram trabalhadas por Costa, Slenes e Schwartz.⁽⁴⁾ De fato, as semelhanças existentes entre aquelas quatro Companhias, de um lado, e a atinente a Bananal, de outro, proporcionam oportunidade ímpar para uma interpretação mais acurada das diferenças não obstante observadas.

No capítulo VI, a ênfase é colocada na perspectiva temporal. Em um primeiro momento, o desenvolvimento da localidade de bananalense nas três primeiras décadas do século passado é apresentado com base no mútuo condicionamento entre a evolução demográfica e a econômica, calcada esta última na disseminação da cultura do café. Salienta-se, em seguida, em meio ao contexto criado pelo evoluer de Bananal, o comportamento que assume a família escrava no período sob análise. Por fim, retoma-se o estudo das características estruturais da família cativa, agora comparando-se os informes referentes aos três anos selecionados e tendo em vista, sempre, a presença marcante da cafeicultura.

As principais inferências obtidas a partir dos dados apresentados e das considerações expendidas ao longo deste trabalho são sumariadas nas Considerações Finais. Acrescem-se, ademais, um Apêndice Estatístico e um Apêndice Metodológico; neste último faz-se a descrição das fontes primárias utilizadas, bem como explicita-se o tratamento dispensado às informações coligidas.

NOTAS

(1) LUNA, Francisco Vidal (1981).

(2) Entende-se por plantel neste trabalho o conjunto de es-

cravos pertencentes ao mesmo proprietário.

- (3) Para uma análise da família escrava em outros contextos que não o brasileiro e o norte-americano, ver, por exemplo, CRATON, Michael (1979), HIGMAN, Barry W. (1973, 1975 e 1976), KLEIN, Herbert S. (1986), LOVE, Edgar (1971) e RUSSEL-WOOD, A. J. R. (1979).
- (4) Ver COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987).

PRIMEIRA PARTE

BREVE HISTÓRICO DE BANANAL

"Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tu do é pretérito.

"Umas tantas cidades moribun - das arrastam um viver decrepito, gasto em chorar na mesquinhhez de hoje as saudosas grandezas de dantes.

.....
"Isso, nas cidades. No campo não é menor a desolação. Léguas a fio se sucedem de morraria áspera, onde reinam soberanos a saúva e seus aliados, o sapé e a samambaia. Por ela passou o Café, como um Átila."

Monteiro Lobato (1986, p. 3-5)

CAPÍTULO I

BANANAL: DAS SUAS ORIGENS À DECADÊNCIA DA CAFEICULTURA

O início de uma ação maior de desbravamento do território paulista localiza-se ainda no primeiro século do período colonial brasileiro e vincula-se ao desenvolvimento da atividade de apresamento do indígena. Nessa "fase da caça ao índio", como a denomina Alfredo Ellis Jr., as expedições que se organizam, voltadas à consecução daquela atividade econômica - as bandeiras de apresamento - consubstanciam-se no instrumento mediante o qual se processou o movimento de expansão em direção ao sertão, com ponto de partida na área centrada em torno de São Paulo de Piratininga, bem como nas povoações litorâneas de Santos e São Vicente.⁽¹⁾

O povoamento do sertão desbravado, o qual, conforme assevera Sérgio Buarque de Holanda, "(...) não exprime forçosamente um aumento no número de habitantes de toda a região", realiza-se tendo por causas principais seja a escassez de terras próximas aos núcleos já estabelecidos - escassez ditada pela propriedade privada e/ou pela impossibilidade de aproveitamento agrícola - , seja pelo caráter que se imprime à lavoura, extensiva e predatória, baseada em grande medida na utilização da mão-de-obra indígena.⁽²⁾ Quaisquer que sejam as causas, observa o autor referido,

"(...) o caso é que, despejando em periódicas pulsações as sobras de seu povo, a vila de S. Paulo se vai projetando no século XVII em novas comunidades que sucessivamente se vão formando ao largo do sertão. (...) Que ele {tal fenômeno - JFM} se dava com iguais características nas comunidades secundárias ou derivadas, por sua vez erigidas em outros tantos focos de expansão, é

desnecessário dizê-lo, embora seja lícito pensar que se revelasse mais sensível no núcleo primitivo e já 'saturado' do planalto."(3)

Um dos ramos do movimento de expansão paulista, para leste da vila de São Paulo de Piratininga, acarretou o povoamento de uma região que, embora restrito ainda ao Vale do Rio Tietê, caracterizou, nas palavras de Ernani Silva Bruno,

"(...) o primeiro passo dos povoadores no sentido da ocupação do Vale do Paraíba: foi quando em torno de 1600 alguns moradores da Vila de Santos, dirigidos por Brás Cardoso e Gaspar Vaz Guedes, partindo da Piaçagüera Velha e subindo por uma trilha de bugres, ao longo do vale do Rio Quilombo, ergueram em uma chapada as edificações que foram o núcleo do povoado de Mogi das Cruzes (então, Santana das Cruzes de Boigi Mirim), que já em 1611 teve situação de vila."(4)

De fato, poucos anos mais tarde, a donatária da Capitania de São Vicente, Dona Mariana de Souza da Guerra, condessa de Vimieiro, concede a primeira sesmaria compreendendo terras pertencentes ao Vale do Paraíba paulista. Tal concessão, ocorrida em 1628, teve por beneficiários os piratininganos Jaques Félix e seus filhos Domingos e Belquior. Será, no entanto, seu neto, Jaques Félix, o moço, ao que tudo indica, o efetivo desbravador da propriedade doada. Esse movimento de ocupação dá origem, em 1645, ao primeiro núcleo urbano valeparaibano: a vila de São Francisco das Chagas de Taubaté. (5)

Essas duas povoações pioneiras, Mogi das Cruzes e Taubaté, consoante observa Nice Lecocq Müller, caracterizam-se, ao longo do século dezessete, como verdadeiros "centros de irradiação de povoamento" do Vale do Paraíba, respectivamente, a montante e a jusante desse rio. A Mogi das Cruzes vinculam-se as fundações de Nossa Senhora da Conceição da Paraíba de Jacareí (fundada em 1652 e elevada à categoria de vila no ano seguinte) e do aldeamento indígena de Nossa Senhora da Escada (futura Guararema); no "ciclo taubateano de colonização e urbanização regional" inserem-se Santo Antonio de Guaratin

guetá (núcleo formado em 1646 e elevado a vila dez anos mais tarde), Tremembé (que se inicia em 1669) e Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba (estabelecida nos últimos anos do século e confirmada como vila em 1705). Saliente-se, por fim, uma outra povoação valeparaibana de origem seiscentista, cujo estabelecimento esteve, de acordo com Nice Lécocq Müller, "(...) segundo parece, ligado diretamente à iniciativa emanada de São Paulo de Piratininga. Trata-se do que se pode considerar como o embrião da cidade de São José dos Campos, aldeamento de índios estabelecido por jesuítas (...) formando a Aldeia de São José." ⁽⁶⁾

O movimento de ocupação e povoamento valeparaibano concentra-se, pois, no século dezessete, ao longo do vale médio superior do Rio Paraíba. Concentra-se, igualmente, no período de 1640 a 1680, anteriormente, portanto, como escreve Capistrano de Abreu, "(...) ao grande êxodo que assinalou o último quartel do século XVII." ⁽⁷⁾ A decadência da atividade de apresamento do índio e, principalmente, as descobertas auríferas em Minas Gerais e, já nas décadas iniciais do século dezoito, em Mato Grosso e Goiás, fornecem o fundamento econômico para a dispersão populacional então vivenciada pelas comunidades seiscentistas paulistas. ⁽⁸⁾ Em verdade, a própria expansão que resultou na formação dessas comunidades, não apenas as valeparaibanas, apontava já no sentido das novas regiões a serem exploradas, seja diretamente com base na atividade mineratória, quer a esta vinculadas por meio do comércio de gado, especialmente mular. ⁽⁹⁾

A ligação entre a vila de São Paulo e a área das Minas Gerais fazia-se, de início, principalmente através do chamado "caminho velho" paulista. ⁽¹⁰⁾ Partindo-se daquela vila, segundo o roteiro fornecido por Antonil, passava-se por Nossa Senhora da Penha, Itaquequecetuba, Mogi, Laranjeiras, Jacaré, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá. Desta última vila seguia-se até o porto de Guaipacaré, à altura do qual transpunha-se a serra da Mantiqueira pela garganta do

Embaú. Na região mineratória, escreve o jesuíta, "(...) seguem-se dois caminhos: um, que vai dar nas minas gerais do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto, e outro, que vai dar nas minas do rio das Velhas, cada um deles de seis dias de viagem."; para o percurso total, marchando-se "(...) até o meio dia, e quando muito até uma ou duas horas da tarde (...)", afirma Antonil serem necessários no mínimo dois meses.⁽¹¹⁾

Por outro lado, esse mesmo autor estima em algo como um mês e meio a duração da viagem para as Minas Gerais partindo-se da cidade do Rio de Janeiro. Esse "caminho velho" da cidade do Rio de Janeiro, embora mais rápido, era também mais áspero do que o paulista; fazia-se por via marítima daquela cidade até o porto de Parati, de onde seguia-se por terra até a vila de Taubaté. A partir desta vila, percorria-se o mesmo traçado do "caminho velho" paulista.⁽¹²⁾ Local, pois, de passagem para uma das vias possíveis de transposição da serra da Mantiqueira, pela garganta do Embaú e ribeirão do Passa-Vinte, no porto de Guaipacaré, ou Hepacaré, escreve José Geraldo Evangelista, "(...) ergueu-se por volta de 1705 uma pequena capela, sob o orago de Nossa Senhora da Piedade, que, em 1718, foi elevada a freguesia, desmembrada de Guaratinguetá."⁽¹³⁾ Surgia, assim, a povoação de Nossa Senhora da Piedade de Hepacaré (Lorena), tornada vila em 1788.⁽¹⁴⁾

Entre as conseqüências do desenvolvimento da atividade mineratória para a região paulista, Alfredo Ellis Jr. salienta a "transformação de atividade produtora e da função econômica do Planalto, que de fornecedor de mão-de-obra para o nordeste açucareiro, passou a ser centro agro-pecuário e abastecedor das minas, bem como entreposto mercantil entre as minas e os fornecedores externos."⁽¹⁵⁾ Mais ainda, ao fixar-se essa função abastecedora, estabelece-se um movimento populacional que vem compensar o êxodo ao qual Capistrano de Abreu se refere como característico do último quartel do século dezessete. Tem-se, portanto, no Planalto, consoante Alfre

do Ellis Jr., "(...) grande aumento demográfico, que fez essa região passar de 15.000 habitantes no fim do seiscentismo para 115.000 no século seguinte (...)".⁽¹⁶⁾ Ressalte-se, também, que essa corrente imigratória vem dar nova feição à população paulista, manifesta na presença mais acentuada que se faz então sentir tanto do elemento reinol como do africano.⁽¹⁷⁾

Porém, já em 1698 o governador do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Menezes, escrevia ao rei de Portugal comunicando-lhe sua iniciativa no sentido de estabelecer um caminho ligando diretamente o Rio de Janeiro à região das Minas Gerais.⁽¹⁸⁾

Duas ordens de preocupações fundamentam a iniciativa de Arthur de Sá: de um lado, a dificuldade existente para o acesso às minas, tendo em vista a aspereza característica do "caminho velho"; de outro, o receio frente à ação de piratas e corsários, à qual mostrava-se vulnerável o carregamento do ouro das Gerais, por força da parte marítima da ligação entre estas e o Rio de Janeiro, a partir do porto de Parati.⁽¹⁹⁾

Para a execução da obra, encarregou-se um paulista, Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias Paes. Como observa Mafalda Zemella, "em 1701, a picada já estava aberta, entretanto, ainda não dava passagem a cavalgadas, mas somente a pedestres. Seis anos mais trabalhou Garcia Rodrigues na abertura e aperfeiçoamento do 'caminho novo'".⁽²⁰⁾

O "caminho novo da cidade do Rio de Janeiro para as minas", como o denomina Antonil, apresentava, na verdade, três variantes. Seus traçados diferiam quanto à forma de transposição da região da baixada fluminense, alternando-se trechos por terra firme com a utilização de vias fluviais. Todas as três variantes, não obstante, feita a passagem, em canoas, do Rio Paraíba, encontravam-se nas roças de Garcia Rodrigues Paes.⁽²¹⁾ Em torno desta propriedade, como aponta Mafalda Zemella, "(...) ponto de passagem obrigatória de todos os que demandavam as Gerais, partidos do Rio de Janeiro, surgiu a cidade de Paraíba do Sul."⁽²²⁾ É patente a redução no tempo

de viagem propiciada pelo novo trajeto que, de acordo com An
tonil, poderia ser percorrido em dez ou doze dias.⁽²³⁾ Em su
ma, nas palavras de Zemella,

"Esse caminho foi mandado construir numa época em que a Corte bragantina procurava facilitar a passagem às minas a quantos desejassem ir lavrar seus ribeiros peçados de ouro. Oferecia três utilidades: propiciava o povoamento das minas, facilitava seu aprovisionamento de víveres e evitava o risco do transporte dos quintos de ouro por mar, entre Parati e o Rio de Janeiro."⁽²⁴⁾

De início, como visto, o território paulista colocava-se como o principal centro abastecedor da região das Minas Gerais. Até mesmo a própria subsistência da população daquele território viu-se ameaçada tendo em vista o direcionamento preferencial da produção para a área mineratória, de maior poder aquisitivo.⁽²⁵⁾ A escassez generalizada e a consequente elevação dos preços dos produtos foram características marcantes daquele período. Verificou-se então um grande esforço no sentido do aumento da produção; de outra parte, o porto de Santos assume relevância ímpar como porta de entrada para as minas dos artigos importados. Entretanto, a abertura do "caminho novo" de Garcia Rodrigues Paes põe em evidência, para o fornecimento de gêneros às Gerais, o mercado e o porto do Rio de Janeiro.⁽²⁶⁾

Os efeitos negativos desse "caminho novo" sobre a economia paulista são de tal monta que Capistrano de Abreu chega a referir-se à "obra anti-paulística de Garcia" e Alfredo Ellis Jr. a afirmar que "(...) não podia haver maior desserviço para São Paulo e para sua gente do que abrir um novo caminho para as Gerais, tirando de São Paulo a comunicação com esta opulentíssima região, e desviando-a para o Rio de Janeiro!"⁽²⁷⁾ Logo, o porto desta cidade suplantou o de Santos como receptor das importações, destinadas às áreas mineratórias, de escravos africanos e de gêneros oriundos da Europa. De outra parte, escreve ainda Ellis Jr., o Vale do Paraíba, "(...) região tão promissora e próspera no início da época

ca do ouro, foi a mais rudemente atingida com a feitura do 'caminho novo' (...)." (28)

Principia uma fase de declínio da agricultura paulista; concomitantemente, ganha força o comércio de gado, em especial o muar, proveniente do sul da Colônia e orientado para as zonas de mineração, não apenas nas Gerais, mas igualmente nas áreas das novas descobertas auríferas do Brasil Central - Mato Grosso e Goiás, respectivamente, a partir de 1718 e 1722. (29) De fato, estas últimas atividades acarretam o abrandamento da decadência então vivenciada pelo território paulista, como bem o aponta Mafalda Zemella no trecho seguinte:

"Se a região planaltina não experimentou uma decadência total e rápida com a abertura do 'caminho novo' foi por ter se tornado o caminho necessário para as minas que se descobriram em Goiás e Mato Grosso, e também por ser região de passagem das tropas que vinham do Sul." (30)

A manutenção desse relacionamento direto entre a região paulista e as novas áreas mineratórias encontra-se, ademais, subjacente à iniciativa de abertura de outro caminho, agora realizando a ligação entre São Paulo e o Rio de Janeiro. Esse "caminho novo da Freguesia da Piedade" (Lorena), consoante Nice Lecocq Müller, surge "(...) como consequência imediata da descoberta das minas de Cuiabá e Goiás, com a intenção de evitar, como pretendia o primeiro capitão-general de Minas, que por esta Província se fizesse a ligação das novas áreas com a Capital (Rio de Janeiro)." (31) Subjacente também àquela iniciativa, coloca-se a "velha" preocupação com a pirataria, ameaça constante a pesar sobre os carregamentos de ouro na ligação marítima entre os portos de Parati e de Santos, de um lado e, de outro, o da cidade do Rio. (32) Assim, ainda no primeiro semestre de 1725, escreve Píndaro Rodrigues, "(...) o Governador Geral da Capitania de São Paulo, Rodrigo Cesar de Meneses, comunicou ao Governo colonial ter mandado abrir 'um caminho novo' que, partindo da Freguesia de Hepacaré, fos

se ter à Real Fazenda de Santa Cruz." (33)

Vários obstáculos, no entanto, interpuseram-se à feitura do "caminho novo da Piedade". Foi inevitável o confronto com os primitivos habitantes da região, ainda não dominados pelo elemento branco. Eram os índios Puris, que acabaram expulsos da margem direita do rio Paraíba em direção à serra da Mantiqueira. (34) Adicionalmente, eram contrários à empreitada os interesses da população de Parati e os dos jesuítas da Fazenda Santa Cruz. Estes últimos não queriam que sua propriedade fosse atravessada pela nova via de comunicação; já em Parati não se queria perder o rentável comércio com as áreas auríferas. (35)

Por outro lado, contribui para a lentidão da obra o crescente declínio da economia paulista, à medida que se aproxima o meado do século dezoito. Aos revezes impostos ao comércio paulista pela concorrência fluminense, através do caminho de Garcia Rodrigues, alia-se o fato de que, como observa Alfredo Ellis Jr.,

"(...) a partir de 1740, mais ou menos, as 'minas' começaram a ter economia própria e então a organização rural, em volta às 'lavras', começou a funcionar com certa regularidade, suprimindo os mineradores do que precisavam em matéria de alimentação e de vestuário. Então, a organização urbana, no próprio local da mineração, cresceu assombrosamente, satisfazendo as necessidades dos mineradores." (36)

O próprio território da Capitania de São Paulo sofre, ao longo da primeira metade do século referido, uma série de desdobramentos. Em 1748, inclusive, a Capitania mesma é extinta, subordinando-se a área ao Rio de Janeiro. Apenas em 1765 será restaurada a autonomia paulista, sob o governo do morgado de Mateus. (37) A partir da análise que Lucila Hermann faz de Guaratinguetá, pode-se inferir algumas características econômicas das vilas paulistas no período em questão, em especial as do Vale do Paraíba: predomínio marcante da pequena propriedade, policultora, que produz pouco e quase tão-somente para a subsistência; é precário, portanto, o

comércio de excedentes, essencialmente de beira de estrada ; na produção utiliza-se o trabalho dos membros da família, sendo ainda irrelevante o emprego da mão-de-obra escrava. (38)

Nas palavras da autora,

"A produção principal é o milho. A média de produção de milho nas propriedades maiores é de 250 alqueires e nas pequenas de 25 a 30. O feijão, arroz, amendoim, somente dão para o gasto da família. O algodão é cultivado para o fabrico de tecido grosseiro. Inicia-se a cultura do fumo. A criação de porcos e, em menor escala, a de gado vacum constituem a principal fonte de riqueza correlata ao plantio do milho." (39)

À frente da tarefa de abertura do "caminho novo da Piedade" coloca-se o Capitão-mor de Guaratinguetá, Domingos Antunes Fialho. (40) Entre seus sócios na empreitada, está seu irmão Manoel ao qual, em inícios da quarta década dos Setecentos, concede-se uma sesmaria em recompensa aos serviços prestados na feitura do novo trajeto para o Rio de Janeiro. Verifica-se, pois, como apontado por Píndaro Rodrigues, " (...) que Manoel Antunes Fialho e seu irmão Domingos foram os primeiros a penetrar na região de Bananal, ainda ocupada pelos índios Puris." (41) Embora não se saiba a data exata do término da obra, a ação conjunta dos fatores acima referidos parece explicar que só se tenha notícia do estabelecimento de um trânsito regular terrestre entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro em princípios dos anos setenta do século dezoito. (42)

E é nessa mesma década que se concede, ao então capitão mor de Guaratinguetá, Manoel da Silva Reis, uma porção de terras situada em Bananal. Aparentemente, de acordo com a Carta de Sesmaria, teria ele aberto um "caminho novo", de Guaratinguetá a São João Marcos e daí ao Rio de Janeiro, por ordem do governador da Capitania de São Paulo, na época Martim Lopes Lobo de Saldanha, o sucessor do morgado de Mateus. (43) A esse respeito escreve Píndaro Rodrigues:

"Na verdade ele não abriria, mas retificara o seu traçado, melhorando-o consideravelmente. Manoel da Sil-

va Reis não foi portanto o primeiro desbravador da região bananalense, embora tivesse recebido terras ali, no local até hoje conhecido como bairro do Capitão-Mor, no distrito de Arapeí. A nova estrada assim retificada, e conhecida como 'do Capitão-mor', substituiu a velha, deixada para uso de interessados diretos, nela estabelecidos, e que acabou desaparecendo por falta de conservas periódicas."(44)

Manoel da Silva Reis não apenas recebeu terras na região de Bananal, mas também a ele foram delegados poderes para distribuir outros lotes ao longo do "caminho novo", privilegiando os indivíduos que houvessem contribuído para a sua construção.⁽⁴⁵⁾ Entre os beneficiados pelo capitão-mor de Guaratinguetá destacam-se o alferes Pedro Rodrigues de Almeida Leal e João Barbosa de Camargo. O primeiro, nascido em Portugal e casado, já no Brasil, com D. Isabel da Silva Leite, natural de Baependi, deu origem às importantes famílias Almeida e Nogueira de Bananal.⁽⁴⁶⁾ João Barbosa de Camargo, por outro lado, juntamente com sua mulher, Maria Ribeiro de Jesus, foram os efetivos fundadores da povoação bananalense. Em área pertencente à sua sesmaria o casal, em 1783, erigiu uma capela dedicada ao Senhor Bom Jesus do Livramento; ademais, por escritura datada aos 10 de fevereiro de 1785, doaram os cônjuges meia légua de terra em quadra para patrimônio religioso, em torno do qual desenvolver-se-ia o futuro povoado.⁽⁴⁷⁾

Às margens do "caminho novo da Piedade" surge também, ainda no século dezoito, o povoado de Areias, elevado a freguesia em 1784, com o nome de Sant'Ana de Areias.⁽⁴⁸⁾ De fato, ao término do referido século, o quadro de povoamento, urbanização e desmembramento administrativo do Vale do Paraíba paulista é aquele que se mostra na Figura I.1, extraída de trabalho de Nice Lecocq Müller.

Outrossim, a título ilustrativo, apresentam-se nas Figuras I.2 e I.3 dois exemplos da corografia coeva. No primeiro - Figura I.2 - reproduz-se, em parte, a "Carta Geographica da Capitania de Minas Gerais e Partes Confinantes, An-

POVOAMENTO, URBANIZAÇÃO E DESMEMBRAMENTO ADMINISTRATIVO
DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA, SÉCULO DEZOITO

Em pequeno histórico acerca do Município de Bananal, constante do Almanak da Província de S. Paulo para 1873, informa-se que a mencionada localidade

25

FIGURA I.2

FRAGMENTO DA CARTA GEOGRÁFICA DA CAPITANIA DE MINAS
GERAIS E PARTES CONFINANTES, ANO DE 1767

Fonte: DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES
DE S. PAULO. Documentos Interessantes. Divisas de S.
Paulo e Minas Gerais. São Paulo, Arquivo do Estado ,
v. 11, 1896.

seu curso médio. A segunda versão relaciona-se ao assim chamado "antigo pouso do Bananal"; ponto de parada obrigatório no traçado do "caminho novo da Piedade", tal pouso distinguir-se-ia pela presença de inúmeras bananeiras. Ao que parece, a primeira dessas versões mostra-se como a mais difundida.⁽⁵¹⁾

Localiza-se Bananal no vale médio inferior do rio Paraíba. As características fisiográficas dessa região são sumariadas por Nice Lecocq Müller no trecho seguinte:

"Do Vale Médio Inferior (...) cabe pequena porção em território paulista, correspondendo à área vizinha do Estado do Rio de Janeiro. Constituída por terrenos cristalinos, bastante trabalhados pela erosão epicíclica, nela podemos distinguir duas porções, uma correspondendo à soleira da bacia de Taubaté, que vai de Cachoeira Paulista até a fronteira interestadual, à altura de Queluz, e outra que, acompanhando o sopé do maciço da Bocaina, se projeta para L, indo de Silveiras a Bananal. {...}

"A L da área da soleira, desenvolve-se, ao pé da Bocaina, um território drenado por tributários do curso médio inferior, de relevo movimentado, com morros e colinas escalonadas de perfil arredondado. À margem dos rios, as elevações terminam em pequenas plataformas de talude abrupto, cujo perfil sugeriu a denominação, para o conjunto, de 'área das garupas'; tratam-se de estreitos terraços rochosos, muito recortados, dominando os vales encaixados e as raras e pequenas planícies alveolares que, com alguns baixos terraços, serviram de sítio aos núcleos urbanos - Silveiras, Areias, São José do Barreiro e Bananal."⁽⁵²⁾

Mais ainda, comparativamente a Silveiras e a Areias, observa a autora que "no caso de Bananal, a planície terraceada é mais ampla, tendo dado possibilidade à cidade de chegar, em relação às anteriores, a relativo alargamento."⁽⁵³⁾ Uma visualização mais perfeita da caracterização delineada por Nice Lecocq Müller, é obtida com base no quadro por ela elaborado, o qual é parcialmente reproduzido na Figura I.4.

Referindo-se às localidades de Cruzeiro, Bananal, Silveiras, Areias, Cachoeira e Queluz, como se apresentavam nos primórdios da época oitocentista, Taunay escreve: "Mas todos

FIGURA I.4

ESQUEMA DE SUBDIVISÃO REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA,
ESTADO DE SÃO PAULO

Fonte: MULLER, Nice Lecoq. O fato urbano na bacia do rio Paraíba, Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1969, p. 226. (Biblioteca Geográfica Brasileira, 23).

esses lugares eram, ao começar o século, pobres arranchamentos de meia dúzia de casebres em torno de toscas capelinhas."⁽⁵⁴⁾ De outra parte, compulsando os mais antigos inventários dos povoadores de Bananal, Luiz de Almeida Nogueira Porto verifica a total ausência de maiores comodidades e, ao contrário, constata a exacerbada austeridade, rusticidade mesmo, características da vida dos pioneiros:

"O que naquelas relações o pesquisador de hoje encontra são os catres de couro, os tachos 'para todo uso', inclusive para banho (substituídos por gamelas de madeira nas casas mais pobres), os caixões de tábuas para armazenar o fubá e os grãos de consumo doméstico, os bancos de pau sem encosto: nenhum apoio, nem estofamen-

to, nem uma palhinha sequer, capaz de proporcionar algum conforto às costas e aos traseiros daqueles rudes precursores, projeções de velhos troncos paulistas e mineiros."(55)

Não obstante, a capitania de São Paulo, considerada em seu conjunto, parecia iniciar, no último quartel do século dezoito, sua marcha no sentido de livrar-se do estigma da decadência econômica, mormente em função do desenvolvimento da produção açucareira. Em seu estudo sobre a lavoura canavieira paulista, Maria Thereza Schorer Petrone salienta ter já o governo do morgado de Mateus (1765-1775) infundido novo ânimo à atividade agrícola. Consoante assevera a autora, "se é verdade que a lavoura da cana não desaparecera de todo da Capitania, é também verdade que somente a partir do governo do Morgado de Mateus se tornou um empreendimento visando ao mercado mundial."(56) Também grande incentivador da atividade açucareira foi o governador Bernardo José de Lorena (que exerceu essa função de 1788 a 1797). Os maiores frutos, porém, começam a fazer-se presentes no governo seguinte(1797-1802), de Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça; a partir daí, observa Petrone, "(...) o açúcar vai adquirindo importância sempre maior, transformando-se num dos fatores do progresso pelo qual a Capitania, depois Província de São Paulo, passou na primeira metade do século XIX."(57)

A evolução vivenciada pela produção açucareira de São Paulo insere-se naquilo que Caio Prado Jr. denominou de "renascimento da agricultura" colonial brasileira. Para esse revivescimento agrícola, a partir de fins dos Setecentos, que se dá em parte estimulado pelo declínio da atividade mineratória, o qual possibilitou um certo redirecionamento no emprego de fatores produtivos, afirma o autor referido que "(...) contribui particularmente o desenvolvimento considerável da população européia no correr do séc. XVIII; a par disto, o incremento das atividades econômicas e relações comerciais em todo o mundo, este prenúncio da nova era que se inaugura na segunda metade daquele século, a era da Revolução

Industrial." ⁽⁵⁸⁾ Não apenas o açúcar, mas igualmente o algodão, o arroz o mesmo o café são produtos que se destacam no mencionado "renascimento". ⁽⁵⁹⁾ Além disso, instaurar-se-á um clima de otimismo na colônia brasileira, tendo em vista o incentivo ao seu desenvolvimento econômico propiciado pela transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, onde permanecerá desde 1808 até às vésperas da Independência. ⁽⁶⁰⁾

Todavia, a importância maior da produção açucareira paulista vincular-se-á, de acordo com Petrone, à região compreendida pelo quadrilátero formado pelas vilas de Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí. ⁽⁶¹⁾ O açúcar nas áreas valeparaibanas não atingirá nunca relevância análoga à alcançada no referido "quadrilátero". Em parte, tal se deu inclusive por força da medida adotada por Bernardo José de Lorena, em 1789, proibindo todo o comércio efetuado pelos portos paulistas que não aquele estabelecido diretamente entre Santos e a Metrópole Portuguesa. Tal medida, revogada por Melo Castro e Mendonça, que governou a capitania de 1797 a 1802, foi reintroduzida na gestão de Antonio José da Franca e Horta (1802-1811); este último, porém, excetua da medida o açúcar, seja por ser o artigo paulista "mais essencial", seja por ser o mais abundante. ⁽⁶²⁾ O efeito dessas medidas é evidenciado por Petrone:

"Melo Castro e Mendonça afirma que, quando começou a governar a Capitania em 1797, as vilas na estrada para o Rio de Janeiro 'apenas principiavam seus estabelecimentos de assucar e a plantação de café'. Deve ter sido, portanto, nas últimas décadas do século XVIII que, nessa área, a população passou a interessar-se pelo cultivo da cana de açúcar, animado com as possibilidades de exportação para o Rio de Janeiro e Europa.

"Melo Castro e Mendonça, com suas medidas de liberdade para o comércio de exportação, beneficiou não somente a agricultura do litoral, como também a da área ao longo do caminho para o Rio. Os agricultores dessa área aproveitavam-se dos portos da costa Norte e de Parati para exportar seus produtos. {...}

"Também no Vale do Paraíba as proibições de Franca

e Horta tiveram repercussão e as Câmaras reclamaram. Taubaté recebeu, em 1803, um aviso do governador de que o povo se inquietava em vão, 'pois sendo o Assucar o unico genero, q' do seu destricto se pode conduzir para beira-mar, devião saber q. eu o havia exceptuado!'"(63)

Em suma, essa mesma autora avança a conclusão seguinte : "na realidade, a área ao longo do caminho para o Rio de Janeiro, nunca foi grande produtora de açúcar. Já na época do florescimento da cultura da cana no 'quadrilátero', tinha encontrado sua verdadeira vocação no cultivo do café."(64)

Em seu estudo sobre Guaratinguetá, Lucila Herrmann atribui ao ciclo dos engenhos naquela localidade o período entre os anos 1775 e 1836, vivendo-se o apogeu da atividade açucareira no primeiro quartel do século dezenove. Salienta a autora a ocorrência de verdadeira invasão dos canaviais, substituindo-se em parte, pela monocultura da cana, a policultura de gêneros de subsistência característica do período anterior. Além disso, o desenvolvimento da economia açucareira em Guaratinguetá transforma-a em ponto de atração populacional, para lá dirigindo-se indivíduos do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de outras áreas paulistas. Por fim, juntamente com a penetração dos engenhos, dá-se a difusão do emprego da mão-de-obra escrava.(65) Consoante observa Lucila Herrmann, ademais, "(...) os engenhos impõem a invasão negra por um processo seletivo: preferência ao homem negro dentro de um limite de idade que vai dos 15 aos 30 anos, determinando uma desigual distribuição dos sexos na pirâmide negra."(66)

A experiência de Bananal, em termos da atividade de produção açucareira, não pode ser inferida à luz do ciclo dos engenhos de Guaratinguetá; esta última, afinal, embora distante da relevância atingida pelo "quadrilátero do açúcar", foi o mais importante centro de cultura canavieira no Vale do Paraíba.(67) À época em que correspondia à 6ª Companhia de Ordenanças da Freguesia de Areias, na Vila de Lorena, por exemplo, em 1801, dos 124 fogos existentes em Bananal, ape-

nas 4 (3,23%) dedicavam-se à produção de açúcar, além disso de forma não exclusiva. Dos 124 fogos, ainda, 87 (70,16%) estavam voltados precipuamente às lavouras de arroz, feijão, milho e mandioca, sendo que em tão-somente 7 deles mencionava-se a comercialização de excedentes. Por outro lado, naqueles 4 fogos que produziam açúcar viviam 208 (21,27%) dos 978 habitantes da 6ª Cia. de Ordenanças da Vila de Lorena em 1801, enquanto 621 indivíduos (63,50%) daquela população estavam nos 87 fogos especializados na produção para subsistência. Ademais, não é mencionado o café na lista nominativa de habitantes em que se fundamentam as informações referidas neste parágrafo.⁽⁶⁸⁾

Já em 1817, Bananal compõe-se de 449 fogos e corresponde à 4ª Companhia de Ordenanças da Vila de Areias. Esta última localidade, diga-se uma vez mais, fora alçada à categoria de vila no ano anterior e Bananal fora colocada em sua órbita. Dos 449 fogos referidos, 103 (22,94%) vinculavam-se ao cultivo de café, 3 deles de maneira exclusiva. Nesses 103 fogos habitavam 1154 pessoas (39,44%), elevando-se a população total naquele ano a 2926 indivíduos. Ainda em 1817, voltados apenas e tão-somente às lavouras de subsistência (e eventualmente à produção de algum toucinho) estavam 158 (35,19%) dos 449 fogos, congregando 873 (29,84%) habitantes do total da população. Em 3 desses 158 fogos mencionava-se a comercialização de excedentes.⁽⁶⁹⁾ Estes poucos dados, de 1801 e 1817, parecem corroborar a conclusão de Petrone, agora especificamente no caso de Bananal: a importância relativamente pequena da produção açucareira e o despontar da vocação para a cafeicultura.

De fato, a introdução do café na região de Bananal talvez tenha ocorrido antes mesmo da construção da Capela dedicada ao Senhor Bom Jesus do Livramento, marco inicial da formação do povoado. É o que se depreende da citação, a seguir transcrita, extraída por Taunay da obra de João de Azevedo Carneiro Maia, de 1891, intitulada Notícias históricas e 66550

tatísticas do município de Resende, desde a sua fundação:

"Feita a sementeira em 1775, antes de 1785 já deviam existir alguns cafezais em efetiva produção. Corrobora-se isto com uma informação que ministrou-nos um morador antigo do município do Bananal, província de S. Paulo, homem de mais de cem anos de idade, mas dotado ainda de boa reminiscência (Joaquim Pinto), o qual afirmou que a primeira plantação de café naquele município fora feita em 1782 na fazenda de um tal Bahia, morador em Resende, o qual remeteu daqui as sementes, de onde se evidencia que naquele ano já os cafezais de Resende davam fruto.

"Consta igualmente que os primeiros cafezais de Resende se formaram em torno da sede da freguesia, e nos sítios próximos (...), donde sucessivamente foram sendo transportadas muitas mudas para o já dito município do Bananal, com os quais Luiz de Almeida, capitão Hilário Braz Arruda e outros mais antigos lavradores daquele distrito, deram princípio a essa cultura, que veio a tomar ali proporções colossais atenta a especialidade das suas terras."(70)

Por outro lado, ao tratar da gênese do ciclo cafeeiro no Vale do Paraíba, Alves Motta Sobrinho apresenta uma versão um tanto diversa daquela baseada no relato de Joaquim Pinto:

"Em fins do século XVIII, José de Aguiar Toledo e Maria do Espírito Santo Ribeiro Valim foram residir no bairro do Retiro, no Bananal, freguesia de Areias, iniciando a cultura e fabricação do anil, riqueza da época, depois suplantada pelo café (...). Aderiram, então, já na primeira década do século XIX, à cultura do café e, adquirindo a fazenda Bahia, formaram vasta sementeira de cafeeiros, onde vinham abastecer-se os fazendeiros que abriam novas plantações na região. As mudas iniciais foram obtidas em Resende, oriundas dos muitos grãos da rubiácea que frades trouxeram do Rio de Janeiro."(71)

Em verdade, é controversa a data exata do início do cultivo do café em território paulista; e igualmente controverso é o local onde tal atividade teria principiado na Capitania. O que parece certo, de acordo com Taunay, é que a partir de 1797 o café passa a fazer parte, com regularidade, das exportações de São Paulo feitas a partir do porto de San

tos. Nesta vila, ademais, segundo se infere de uma carta escrita pelo Juiz de Fora José Antonio Appolinario da Silveira, os primeiros cafezais teriam sido plantados já no ano de 1787. É ainda Taunay que analisa a Dissertação a respeito da Capitania de S. Paulo, sua decadencia, e meios de restabelecel-a; seu autor, o ouvidor Marcelino Pereira Cleto, observa que "na Marinha especialmente ao Norte, desde Ubatuba até Conceição de Itanhaen produz bem a cana de açúcar e arroz: igualmente pode dar o café (...)" . Essa Dissertação foi escrita em 1782 e Taunay interpreta a frase citada do ouvidor como um "índice seguro" de que, àquela data, o café não fora ainda introduzido no litoral de São Paulo.⁽⁷²⁾

De outra parte, Caio Prado Jr. refere-se ao produto em foco nos seguintes termos: "seus grandes centros se localizam inicialmente no litoral: S. Sebastião, Vila Bela e Ubatuba; e daí, galgando a Serra do Mar, ocupam o vale do Paraíba."⁽⁷³⁾ O caminho inverso, do Vale do Paraíba em direção ao litoral norte, "parece mais lógico", na visão de Sergio Milliet.⁽⁷⁴⁾ Por fim, na minuciosa análise efetuada por Taunay, vê-se que também Jundiaí, onde o sargento-mor Raymundo Alves dos Santos Prado Leme teria iniciado a plantação de café com sementes recebidas de presente do governador Melo Castro e Mendonça, em 1797, coloca-se, juntamente à freguesia de Areias, como as duas portas através das quais teria a rubiácea adentrado os limites da capitania paulista.⁽⁷⁵⁾ Milliet acaba por "encerrar" essa discussão toda, quando pontifica: "o assunto carece na verdade de importância. Por onde quer tenha penetrado, assenhorou-se a cultura cafeeira inicialmente da chamada zona Norte {Vale do Paraíba + litoral norte - JFM} . Isso parece pelo menos indiscutível."⁽⁷⁶⁾

Em Bananal em 1801, à época 6ª Companhia de Ordenanças da Freguesia de Areias, Vila de Lorena, não há, na respectiva lista nominativa de habitantes, como explicitado alguns parágrafos atrás, qualquer menção indicativa da presença da lavoura cafeeira. Não obstante, na lista correspondente ao

ano de 1799, consigna-se a exportação de 39 arrobas de café da Vila de Lorena, sendo 9 delas produzidas na 6ª Companhia de Ordenanças, isto é, em Bananal: Joaquim da Silva (fogo nº 14), vivendo junto com sua mulher e dois filhos, produziu 2 arrobas da rubiácea, além de colher 25 alqueires de milho, 6 de feijão e 4 de arroz; Ignácio Ribeiro (fogo nº 20), também acompanhado de sua mulher e duas filhas, produziu outras 2 arrobas do produto em foco e colheu 50 alqueires de milho, 10 de feijão e 6 de arroz; as restantes 5 arrobas de café foram colhidas por João Dias Gonçalves (fogo nº 75), que vivia com sua mulher e cinco filhos homens e que igualmente colheu mantimentos (60 alqueires de milho, 10 de feijão e 8 de arroz). Todos os três agricultores citados trabalhavam "em terras de favor", consumiram a produção de mantimentos "em casa" e venderam o café. Em 1802, é de 40 arrobas a produção da rubiácea em Bananal; toda esta quantidade é oriunda do domicílio de João Dias Gonçalves e sua família, agora composta pelo agricultor, sua mulher e seis filhos. João Dias "vive a favor do Cap^{am} Hilário Gomes" e continua a cultivar gêneros de subsistência, além do café que vende no Rio de Janeiro. (77)

Em 1814, escreve José Geraldo Evangelista referindo-se à Vila de Lorena: "(...) enquanto a 1ª Cia. produzia 10 arrobas, a 2ª 14, e a 8ª 349, a produção da 6ª (Bananal) alcançava 1547, a da 4ª (Areias) 928, e a da 3ª (entre Areias e Bananal) 806, num total de 3.654 arrobas, das quais 3.510 eram exportadas para o Rio." (78) Em 1817, como mencionado anteriormente, pouco menos de 40% da população habitava fogos onde se dedicavam à cultura cafeeira. Evidencia-se, portanto, que, independentemente da determinação precisa da data quando se deu a introdução do café em Bananal e do fato de ser ou não a região bananalense a pioneira da cafeicultura paulista (como parte integrante que era, até 1811, da freguesia de Areias), não há dúvida de que lá o cultivo da rubiácea já se fazia ao findar-se o século dezoito, embora em pro

porções modestas; ademais, é igualmente inquestionável o desenvolvimento vivenciado pela referida lavoura, naquela região, ao longo dos lustros iniciais do século dezenove.

Não obstante, em sua obra impressa inicialmente no Rio de Janeiro em 1817, o padre Manuel Aires de Casal não faz referência alguma ao café quando escreve acerca de Lorena, segundo ele uma "vila medíocre", e da região de Bananal. Nas palavras do presbítero: "No Distrito de Lorena, onde se recolhem legumes com muito milho, e criam em grande quantidade porcos, e galinhas, está a Paróquia de Sant'Ana das Areias, da qual acaba de ser desmembrada a do Bananal."⁽⁷⁹⁾ Também em 1817 passam por Bananal os viajantes Spix e Martius, os quais, consoante observa Taunay, enfatizam a presença das lavouras de milho que "rodeavam as casas dos sitiantes"; todavia, surpreende-se este último autor, pois é "curioso que os dois grandes naturalistas não aludam a existência de cafezais na zona."⁽⁸⁰⁾

Já o relato de Saint-Hilaire, referente à segunda viagem que fez a São Paulo, em 1822, vem confirmar as informações inferidas das listas nominativas de habitantes. Indo em direção ao Rio de Janeiro, escreve o cientista francês que "é para lá de Lorena que se começa a encontrar homens ricos. Devem todos a fortuna à cultura do café." Ao avizinhar-se da Vila de Areias, comenta o autor que "desde ontem comecei a ver plantações de café, hoje mais numerosas. Devem aumentar mais ainda à medida que me for aproximando do Rio de Janeiro." Por fim, acerca de Bananal, atenta Saint-Hilaire:

"A três quartos de légua do rancho onde passamos a última noite alcançamos a Aldeia do Bananal, sede de paróquia. Esta vila fica situada num vale bem largo entre morros cobertos de mata e compõe-se de uma única rua. Pareceu-me de fundação recente, mas é provável que adquira logo importância, pois se acha no meio de uma região onde se cultiva muito café e cujos habitantes, por conseguinte, possuem rendas consideráveis."⁽⁸¹⁾

À crescente presença da cultura cafeeira corresponde a abertura de novos caminhos ou de novas variantes construídas

a partir dos trajetos antigos. De acordo com Taunay, a abertura ou melhoria das vias de comunicação no Vale do Paraíba fluminense e paulista deve ter ocorrido entre fins do século dezoito e a primeira metade do dezenove; adicionalmente, como portas de saída para os cafés da mencionada região, desenvolvem-se os portos localizados no golfo angrense, que vêm substituir parcialmente o "(...) primitivo porto terminal no Atlântico, que era Paraty (...)". Escreve ainda Taunay que

"Bananal - ponto de onde partiam caminhos para Resende e para Barra Mansa (este último depois transformado na E.F.Bananalense) - liga-se por boas estradas aos portos angrenses de Jurumirim, Ariró, Frade e Bracuhy, às quais se deveram principalmente a intensificação da lavoura cafeeira nas zonas do sudoeste fluminense e do nordeste paulista (...)." (82)

Em 1829, o café já é dominante em Bananal. A Freguesia do Senhor Bom Jesus compreende, àquela data, as 5ª e 6ª Companhias de Ordenanças da Vila de Areias. São, considerando - se ambas as companhias conjuntamente, 420 fogos, sendo que em 219 deles (52,14%) produz-se café. Mais expressivos ainda são os dados se os considerarmos em termos do número de indivíduos, ao invés do número de fogos. Assim, dos 4019 habitantes das duas companhias referidas - tomados indistintamente livres, forros e escravos - , 3064 (76,24%) viviam em unidades domiciliares onde se procedia ao cultivo da rubiácea , ainda que na grande maioria dos casos acompanhado das lavouras de subsistência (arroz, milho, feijão e mandioca) e da produção de algum toucinho. Era, no entanto, o café, o item por excelência destinado ao comércio, em geral exportado para o Rio de Janeiro. (83)

De acordo com Daniel Pedro Müller, em 1836 Bananal, contando já com 6708 habitantes e há alguns anos elevada à categoria de vila, possuía os seguintes estabelecimentos agrícolas: 82 fazendas de café, 8 engenhos de açúcar, 12 destilarias de aguardente e 1 engenho de serrar. (84) Ademais, para a produção total de café da província de São Paulo (588.136

arrobas), Bananal contribuía com 64.822 arrobas (11,02%) , ficando atrás tão-somente de Areias (102.797 arrobas) e seguida de perto por Pindamonhangaba (62.628 arrobas). Além do café, refere-se o autor em foco à produção, em Bananal, de açúcar, arroz, feijão e milho; menciona, também, a criação de porcos e de gado vacum e lanígero.⁽⁸⁵⁾

De fato, consoante afirma Sergio Milliet, quatro quintos de todo o café colhido na província de São Paulo no ano de 1836 o é na chamada zona norte, que compreende as regiões do Vale do Paraíba e do litoral norte paulistas; o restante da colheita faz-se já na zona central, delimitada por esse autor pelo polígono formado pela Capital (sem incluí-la), Piracaia, Bragança, Campinas, Piracicaba, Itapetininga, Piedade, Una e novamente a Capital. Dessa forma, referindo-se ao período de 1797 a 1836, observa Milliet: "(...) oito lustros bastam para abarrotar de cafeeiros todo o vale do Paraíba e parte das terras mais férteis das regiões próximas da capital, colonizadas pelo açúcar."⁽⁸⁶⁾ A difusão mais intensa da cafeicultura, nesse período, dá-se no vale médio do rio Paraíba, demorando-se ainda um pouco mais sua disseminação em grande escala pelo vale superior.⁽⁸⁷⁾

Inicia-se, então, por volta de 1835, a fase de maior riqueza de Bananal; esta quadra, cujo apogeu é atingido ao longo das décadas de cinquenta e sessenta, prolongar-se-á até os anos setenta do século passado.⁽⁸⁸⁾ No diário da viagem realizada por Manoel Elpídio Pereira de Queiroz, em 1854, de São Paulo ao Rio de Janeiro, publicado como apêndice à obra de Carlota Pereira de Queiroz, escreve o fazendeiro paulista, aos 7 de abril, chegando ao pouso do Tanquinho, saída do caminho em direção a Resende:

"Do alto do Tanquinho vai-se começando a ver a cidade do Bananal, situada nas margens do Ribeirão deste nome. Esta cidade é como Silveiras e Areias, situada entre dois morros, defeito este que se encontra em todas as povoações do norte que não estão situadas à margem do Paraíba; contudo, tem mais largueza que os precedentes. A cidade é pequena, porém tem muito boas casas, e

legantes. As ruas principais são do Comércio, Direita e do Rosário; a matriz mostra ser ordinária, é melhor a Igreja do Rosário, posto que pequena. No pátio desta Igreja está se fazendo uma rica casa do comendador Manoel d'Aguiar Vallim, notável pelo seu tamanho. Tem no largo da Matriz lindas casas; a rua do Comércio começa desde a margem direita do ribeirão até o largo da Matriz. Enfim, o Bananal é linda cidade, com bons prédios e rica; a primeira em riqueza da Província de S. Paulo e a última na extrema da Província para este lado do Norte."(89)

A visita de Manoel Elpídio dá-se exatamente no ano em que Bananal atinge a primazia na produção cafeeira da província. Suas 554.600 arrobas colocam-na, inclusive, a distância considerável da segunda produtora, que foi Taubaté, com um total de 354.730 arrobas. (90)

As vinculações de caráter econômico que o grande desenvolvimento da cafeicultura só faz fortalecer, entre o município bananalense e a província do Rio de Janeiro, por onde se escoava a produção cafeeira, particularmente através dos portos do golfo angrense, dão margem a que se cogite da desanexação de Bananal da província de São Paulo. Em que pese o interesse fluminense, perfilhado pelos habitantes de Bananal, não poderia a província paulista concordar com a cessão de parcela tão rica de seu território. De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, "no ano de 1852, a Câmara endereçou à Assembléia um pedido de incorporação de Bananal à Província do Rio de Janeiro, o que foi denegado, tendo-se em conta o grande valor do Município dentro da Província Paulista." (91) Ainda no que diz respeito a essa questão, são interessantes as considerações tecidas por Augusto Emílio Zaluar, constantes de seu relato sobre a viagem que fez à província de São Paulo, a partir de fins de 1859:

"O Bananal, pela sua posição topográfica, pelas relações do seu comércio, pela natureza de sua cultura, pela índole e usos de sua população, pelas suas conveniências administrativas e econômicas, e finalmente pelo desejo constante que manifestam seus habitantes, seja qual for a sua cor política, de fazerem parte da provín

cia do Rio, está por assim dizer como isolado e deslocado nos limites de uma divisão territorial que não lhe oferece comodidade de natureza alguma, dificultando-lhe antes e tolhendo-lhe a marcha regular e a ordem do seu expediente oficial e de seu movimento industrial e agrícola. Esta justa aspiração de um município inteiro, que tão ponderosas razões parecem justificar, tem sido mais de uma vez manifestada pelas discussões da imprensa e da tribuna parlamentar, e corroborada com as representações da câmara municipal, expressão franca da vontade coletiva do povo, sem que até agora os altos poderes do estado tenham dado solução satisfatória a uma reclamação que ninguém deixará de reconhecer de grande utilidade para a boa administração do país, e de muita conveniência para o desenvolvimento e regularidade dos interesses e negócios locais.

"Talvez os empenhos políticos e a relutância mal entendida da parte que se julga prejudicada nesta desanexação tenham concorrido, e muito, para que se não resolvesse ainda esta pendência; mas não é menos certo que o governo geral tem sido indiferente ou túbio em tomar um acordo aconselhado por motivos tão atendíveis, e que seria uma nova fonte de riqueza para o engrandecimento da província do Rio de Janeiro, e uma lisonjeira esperança de melhor futuro para esta localidade, que vive presentemente como um núcleo deserdado nas raías de duas províncias."(92)

A opulência de Bananal faz-se notar nas relações de bens constantes dos inventários de vários de seus habitantes do século passado. Se, nas primeiras décadas do período oitocentista, Luiz de Almeida Nogueira Porto, como visto anteriormente, salientava a rusticidade dos pioneiros do Bananal, já a partir da metade do século "(...) as riquezas acumuladas começam a aparecer." São apetrechos de prata para montaria, armas importadas, instrumentos óticos e meteorológicos; mais ainda, aponta o autor referido,

"Logo após, nos anos 70 e 80, é que aparecem nas relações de bens as jóias finas, os ouros, as baixelas de prata, os móveis, alfaias e porcelanas importadas, as comendas de Cristo, da Rosa, cravejadas de diamantes, ao lado de valores, títulos e moedas nacionais e estrangeiras."(93)

De outra parte, a riqueza alcançada por Bananal comprova-se no fato de que, em meados da década de sessenta do sé-

culo dezenove, a renda do município foi mais elevada que a de todos os demais municípios da província de São Paulo, incluindo-se aí até mesmo a capital. E isto se verificou, como se infere das estatísticas apresentadas por Taunay, em mais de um exercício; por exemplo, em 1864, foi de Bananal a maior renda da província, atingindo o montante de 36:485\$951 , enquanto que a capital (em segundo lugar) arrecadou o total de 26:804\$000, seguindo-se Santos, com 21:355\$000, e Campinas, com 17:767\$000.⁽⁹⁴⁾ A importância da localidade bananense teria chegado a tal ponto que, como é sabido, "por ocasião de um empréstimo lançado pelo governo Imperial contra Londres, os banqueiros daquele país exigiram, para a sua concretização, o endosso de Bananal, como foi publicado pelo Jornal-Revista 'Imprensa Legislativa'."⁽⁹⁵⁾

Nesse contexto é, pois, com estranheza, que se lê o comentário feito por Zaluar que, como mencionado alguns parágrafos atrás, principiou uma viagem pela província paulista nos meses derradeiros do ano de 1859. Como se depreende da citação que se segue, Zaluar imprime um perfil decadente à cidade de Bananal, exatamente em um período em que esta atravessava o auge da atividade cafeeira:

"O Bananal já teve também o seu período de engrandecimento e prosperidade. Quando não tivéssemos outras provas deste fato, aí estão para o atestar tantos prédios elegantes e dispendiosamente construídos, que bem provam o tráfego e o movimento que já aqui houve. Hoje porém é mais uma cidade sem animação e sem vida. Onde pois se escondem as dezoito mil almas que compõem este município, cujo centro é por assim dizer uma povoação deserta? Toda essa gente está na roça, e só aqui vem no tempo das eleições, quando funciona o júri, ou às paradas da guarda nacional."⁽⁹⁶⁾

Conforme a interpretação de Nice Lecocq Müller, a feição de "cidade de domingo", possuída por Bananal e enfatizada por Zaluar, não implica uma comunidade sem vida, decadente, mas tão-somente reflete que, à época, no Vale do Paraíba paulista, "(...) os centros urbanos tinham também, um certo ar

'ruralizado'"; daí a impressão tida por Zaluar daquele que e ra ainda o maior produtor de café da região.⁽⁹⁷⁾ Por outro lado, escreve Sérgio Buarque de Holanda, argumentando com ba se nos dados respeitantes à renda municipal:

"As observações de Zaluar sobre o declínio de Bananal à época em que a visitou só seriam verdadeiras, no entanto, dez ou doze anos mais tarde. Se o declínio fos se tão manifesto em 1860, como explicar que em 1864-65 ainda seja sua renda maior do que a de todos os outros municípios paulistas, superando até a da capital em 35%, e que o ano de 1867 conserve a mesma supremacia?"⁽⁹⁸⁾

Não obstante, parece certo que nos anos sessenta do século passado a economia cafeeira valeparaibana começa a enfrentar algumas dificuldades. É o que se infere quando se analisa, como o faz Alice Piffer Canabrava, a ação das autôridades públicas do país em termos do incentivo dado à produção algodoeira. Com base na circular de 7 de agosto de 1861, do Ministério da Agricultura, escreve a autora que a lavoura do algodão

"(...) assumia, na linguagem de alguns dos seus apologistas, a importância de uma cultura que vinha, providencialmente, com a crise produzida pela guerra civil americana, substituir na Província de São Paulo, a cultura do café, seriamente atingida pelo 'mal dos cafezais' (...)

"Idéias semelhantes são expostas pelo Conselho Municipal de Bananal {conforme ofício de 16 de setembro de 1861 - JFM} , o qual, convencido das vantagens da cultura do algodoeiro no seu município, não somente pelas causas citadas na circular de 7 de Agosto de 1861, 'como pelo definhamento que pelo cansaço das terras ou por outras causas ainda não bem apreciadas se tem observado no principal ramo de cultura actual' , procuraria 'persuadir os lavradores da necessidade de irem adaptando aquella substituição de cultura', para a qual o terreno parecia se mostrar favorável."⁽⁹⁹⁾

Apesar do incentivo das autoridades, a mesma autora observa, ao tratar da expansão da cultura algodoeira, que em Bananal não se vai além de "ensaios insignificantes".⁽¹⁰⁰⁾

De acordo com os dados apresentados por Sergio Milliet, a participação da produção cafeeira da "zona norte" (Vale do

Paraíba e litoral norte paulistas) no total da província, que era de 77,46% (2.737.639 arrobas) em 1854, passa a 19,99% (2.074.267 arrobas) em 1886, 3,47% (767.069 arrobas) em 1920 e 1,71% (898.332 arrobas) em 1935. O autor relaciona esse evolulver da cafeicultura na região à abolição da escravatura, às crises financeiras e de superprodução verificadas no período e ao desenvolvimento da produção em áreas mais férteis.⁽¹⁰¹⁾ Pierre Monbeig lembra também a ação da erosão e liga a queda havida na produção do Vale do Paraíba à baixa na produtividade; referindo-se aos primeiros anos do século vinte (1904-1905), escreve este último autor:

"(...) Taubaté, Pindamonhangaba, Jacareí, Bananal e São José dos Campos conservavam, cada um, de 3 a 9 milhões de cafeeiros. Mas a produção, por outro lado, atesta uma baixa contínua (...). Ravinadas pela erosão, mal cuidadas por uma mão-de-obra insuficiente desde a abolição da escravatura, os cafezais do vale do Paraíba detinham os mais baixos rendimentos de todo o Estado: 2 arrobas por 1.000 pés em Jacareí, 16 em Bananal, 18 em Pindamonhangaba e um máximo de 30 em São José dos Campos. Nada mais se poderia esperar dessa região, pelo menos para o café."⁽¹⁰²⁾

Com relação ao desenvolvimento da cafeicultura em novas regiões, pode-se dizer, como o faz José Francisco de Camargo, que entre os acontecimentos que marcam a nona década dos Oitocentos está o início da marcha do café em direção ao oeste paulista.⁽¹⁰³⁾ Mais ainda, a possibilidade dessa marcha vincula-se estreitamente à evolução então vivenciada pelo transporte ferroviário. De fato, em 1867 eram inaugurados os 139 quilômetros de trilhos unindo Santos a Jundiaí e em 1872 a estrada de ferro chegava a Campinas; em 1874, é de 306 quilômetros a extensão das ferrovias construídas na província de São Paulo, atingindo-se 1852 quilômetros em 1886 e 3468 quilômetros em 1900.⁽¹⁰⁴⁾ Ao iniciar-se o novo século, aponta Camargo, "(...) marchavam paralelamente, em ritmo de conquistadores, os trilhos das estradas de ferro e os novos cafezais."⁽¹⁰⁵⁾

Por outro lado, a situação financeira dos cafeicultores caracterizava-se pela crescente dependência com relação aos comissários. Estes últimos, nos anos 1860, não eram mais que simples intermediários entre os primeiros e os compradores do produto; a partir de então, escreve Van Delden Laërne duas décadas depois,

"The fazendeiros gradually began to raise more money from their agents than then could cover by consignments of coffee. The rich returns of agriculture tempted the fazendeiros into spending large sums on their households and in gambling. This latter passion especially has contributed largely to plunge the fazendeiro into his present dependent position. In this way the commissarios from being the agents of the agriculturists, became their bankers." (106)

Sintomaticamente, se antes os cafeicultores avançavam em sua atividade com base essencialmente em capital próprio, em 30 de junho de 1883, nada menos do que 1032 fazendas de café dentre as melhores do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, encontravam-se hipotecadas ao Banco do Brasil e ao Banco de Crédito Real de São Paulo. Dentre estas fazendas, 12 eram de Bananal, ocupando uma área de 5706 hectares, com 1.877.000 pés de café e 688 escravos, perfazendo um montante avaliado em 1:406:232\$000 (793:600\$000 os escravos e 612:632\$000 as fazendas). (107)

Já o problema da mão-de-obra vinha se apresentando de forma cada vez mais intensa desde a extinção do tráfico negreiro em meado do século dezenove, prenúncio da futura libertação total dos escravos, da qual se aproxima com maior clareza quando da promulgação da chamada Lei do Ventre-Livre, em 1871. (108) Nesse contexto, e tendo em vista a preferência, por parte do trabalhador imigrante, com relação às áreas de lavoura mais recente, apegou-se Bananal o quanto pôde ao seu contingente de cativos. (109) Nas palavras de Camargo:

"Em 1854 é Bananal o município que possui o maior

número de escravos, posição que manterá até 1874: naquele ano os seus 7.621 escravos compreenderão 66,4% da população total, proporção que cai para 53,1% em 1874, embora tivesse o número de seus negros aumentado para 8.281. Somente Campinas terá maior número de escravos em toda a Província, nessa época. Areias-Queluz-Barreiro-Pinheiros, com 6.168 escravos, e Pindamonhangaba com 5.628, serão os de maior população escrava, em 1854, após Bananal. {...}

"Em 1886, acompanhando a redução geral do número de escravos na Província, o bloco Areias apresenta ainda 4.328 e Bananal 4.182."(110)

A abolição da escravatura, embora encontrando a lavoura cafeeira já decadente em Bananal, deve ter sem dúvida acen-
tuado ainda mais o problema da carência de mão-de-obra. Tem-se, pois, referidos, os principais condicionantes da aludida decadência, não obstante continuar sendo, o café, o principal cultivo do município bananalense ao término dos Oitocentos.⁽¹¹¹⁾ A riqueza atingida por Bananal e sua posterior transformação em uma das "cidades mortas" do Vale do Paraíba, ambos traços que marcam a passagem do café, evidenciam-se através dos dados de produção da rubiácea e do total da população.⁽¹¹²⁾ Dessa forma, produz-se em Bananal 64.822 arrobas de café em 1836, 554.600 em 1854, 15.847 em 1920 e 13.650 em 1935; paralelamente, a população do município passa de 6.599 habitantes em 1836, a 11.482 em 1854, 17.654 em 1886, 11.507 em 1920 e 12.932 em 1935.⁽¹¹³⁾

A significação mais profunda dos dados acima explicitados irrompe nas palavras seguintes de Luiz de Almeida Nogueira Porto, com as quais se encerra esse breve histórico de Bananal:

"Já ouvi que em Bananal o verbo ser se conjuga somente no passado: 'Tudo isto aqui já foi café', exclama o neto pobre, num gesto largo que abrange a paisagem nua e erodida. Do passado, ele herdou apenas o nome de família e as recordações - por ouvir dizer - de uma riqueza tão fugaz que começou com seus bisavós, mas nem chegou a ele. {...}

"Em pouco mais de meio século, no curto espaço de três gerações, aquelas fortunas foram acumuladas, partilhadas mercê de casamentos e mortes, entre centenaes

de herdeiros, e acabaram pulverizadas e dispersadas , tanto quanto os remanescentes das grandes famílias pioneiras que as haviam criado. {...}

"O alvorecer do novo século encontrou fortunas e famílias já dispersadas; o véu opaco da decadência des-cera sobre as fazendas e as cidades daquele fundo do Vale, como uma cortina de teatro dando por encerrado o espetáculo feérico e opulento, montado em torno da corte do Rei Café."(114)

NOTAS

- (1) Nas palavras de Alfredo Ellis Jr.: "Após os primeiros anos de luta defensiva, contra os guaianases, carijós, tupinaens e tupiniquins, que, constantemente, às portas da juvenil Piratininga, lhe talavam os arredores , impedindo a expansão de seus moradores diminutos, tornaram os paulistas resolutamente a ofensiva, internando-se nos sertões em dezenas de expedições, à cata do inimigo vermelho, que, impotente ante o ímpeto das quadrilhas de assalto bandeirantes, se embrenhavam em lugares mais ermos, procurando a salvação na distância que os separava da recém-nascida vila de Anchieta. "Sem falar da guerra levada por João Ramalho, aos sertões do Paraíba, em 1562, desde 1574, atendendo ao apelo do governador Salema, iniciara S. Paulo a sua ofensiva, enviando uma pequena bandeira de auxílio ao primeiro ato da destruição da nação tamoia empreendida pela gente do Rio de Janeiro." (ELLIS JR., Alfredo, s.d., p. 11). Ver, também, BRUNO, Ernani Silva (1966, p. 35-57).
- (2) HOLANDA, Sérgio Buarque de (1966, p. 55). Ao analisar o exemplo de Jundiáí, esse autor menciona também, como fontes de povoamento, uma migração inicial formada por indivíduos que fugiam à perseguição da justiça -o chamado "povoamento por homízio e couto"- , e outra relacionada às disputas internas verificadas no núcleo de origem, no caso as conhecidas rixas entre os Pires e os Camargos. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de (1966, p. 97-101).
- (3) HOLANDA, Sérgio Buarque de (1966, p. 102).
- (4) BRUNO, Ernani Silva (1966, p. 39).
- (5) Ver MULLER, Nice Lecocq (1969, p. 14).
- (6) Ver MULLER, Nice Lecocq (1969, p. 14-19). Ver, igualmente, BRUNO, Ernani Silva (1966, p. 61) e RODRIGUES , Píndaro de C. (1980, p. 20-21). Note-se que estes dois últimos autores referem-se ainda à formação, no Vale

do Paraíba paulista, do povoado de Paraibuna em 1666 , ano em que se teria edificado a capela de Santo Antonio, em torno da qual desenvolver-se-ia o núcleo mencionado. É o que afirma também Eugênio Egas, n'Os Municípios Paulistas (ver EGAS, Eugênio, 1925, v. 2, p. 1269-1270). Já Nice Lecocq Müller radica o surgimento de Paraibuna no século dezoito, em 1773, marcando, juntamente à constituição das localidades de Cunha e São Luís do Paraitinga, o desenvolvimento das vias transversais de circulação, ligando o interior valeparaíba ao litoral. De outra parte, escreve o Monsenhor Pizarro: "Em consequência das instruções régias de 26 de janeiro de 1765, e de outras posteriores, por ordem do governador, e capitão-general D. Luís Antonio de Sousa, datada de 4 de agosto de 1771 se projetou criar a povoação de S. Antonio da Barra Paraibuna, ou Paraúna, em vila, cujo lugar médio entre as vilas de Jacareí , Taubaté, e São Sebastião, dista delas, igualmente que das de Mogi das Cruzes, e de S. José com as quais confina, mais de nove léguas." (ARAÚJO, José de Souza 'A. Pizarro e, 1948, v. 8, t. 1, p. 347). A questão é, ao que parece, esclarecida na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros; observa-se lá que o que se faz nos anos 1770 é a nomeação de um fundador - Manuel Antonio de Carvalho, em 1773 - para a povoação que tinha existência de fato desde meados do século dezessete, estabelecida por alguns sertanistas oriundos de Taubaté (ver ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1957, v. 29 , p. 229). Insere-se, pois, também Paraibuna, elevada a freguesia em 1812 e a vila em 1832, no referido "ciclo taubateano de colonização e urbanização".

(7) ABREU, J. Capistrano de (1930, p. 66).

(8) Ao arrolar as causas da decadência do apresamento do índio, Alfredo Ellis Jr. inicia por mencionar o término do período de dominação espanhola, pois "de fato , com a aclamação de D. João IV, o Planalto perdia as facilidades que tinha, em penetrar pelo território hispano-americano, onde estavam situadas as reduções jesuíticas.

"Fronteiras foram erguidas com aquele ato desastrado dos lusitanófilos planaltinos. A região, assim, teve dificultado o acesso às fontes abastecedoras de matéria prima para a indústria bélica paulista que, com isso, iniciava o seu declínio com a Restauração Portuguesa.

"Concomitantemente com essa causa diáfana, temos que, as províncias jesuíticas destruídas, iam diminuindo os centros abastecedores da indústria bélica de apresamento, e os fazendo mais distantes do Planalto.

.....
 "Ao lado dessas duas causas, em 1654, se dava a restau

ração do Nordeste, e, com a expulsão do flamengo, se dava a recuperação da liberdade lusa da navegação com a África, e daí, a importação de africanos. Com esse evento, contrário aos interesses paulistanos, perdiam os bandeirantes apresadores, o monopólio do fornecimento de braços ao Nordeste. {...}

.....
 "Ao par dessas 3 causas, ainda havia uma quarta que é a do declínio da produção açucareira do Nordeste, duramente atingida pelo resultado infeliz para o Nordeste da segunda batalha do açúcar, que, graças ao nacionalismo de Cromwell e de Colbert, dera a vitória às Antilhas anglo-franco-holandesas. Essa batalha, fez diminuir a procura de braços no Nordeste e o Planalto foi sofrer as conseqüências disso, na sua indústria de apresamento." (ELLIS JR., Alfredo, 1946, p. 70-71). Ver, a respeito da produção açucareira antilhana, CANABRAVA, Alice Piffer (1981, passim) e FURTADO, Celso (1980, p. 16-31). De outra parte, Ernani S. Bruno sugere um fator adicional para a decadência do bandeirismo de preia: "(...) o próprio ciclo do ouro representou fator decisivo para que declinasse a indústria de apresamento, na segunda metade e sobretudo nos fins do seiscentismo, pois as descobertas auríferas, cada vez mais promissoras, foram se configurando como atividade mais remuneradora." (BRUNO, Ernani Silva, 1966, p. 69).

- (9) Sobre as referidas comunidades seiscentistas, observa Capistrano de Abreu: "Cada uma das vilas extremas demandava destino diverso: as vilas do Paraíba do Sul apontavam para as próximas Minas Gerais, como Parnaíba e Itu apontavam para Mato Grosso, como Jundiá apontava para Guaiáz, e Sorocaba para os campos de pinheiros em que já surgia Curitiba." (ABREU, J. Capistrano de, 1930, p. 66).
- (10) Para uma erudita apreciação acerca das características dos primitivos caminhos da época do bandeirismo, ver HOLANDA, Sérgio Buarque de (1957, p. 15-37 e 148-159).
- (11) Ver ANTONIL, André João (1982, p. 181-183). Além desse "caminho velho", Mafalda P. Zemella refere-se ainda a dois outros caminhos paulistas para as Minas Gerais: "o segundo caminho paulista era o que seguia por Atibaia, Bragança, Extrema e transpunha a serra da Mantiqueira pelo vale do Camanducaia. Este foi o caminho que teriam seguido Fernão Dias Paes e D. Rodrigo Castello Branco em suas memoráveis jornadas aos sertões dos Cataguazes.
 "O terceiro caminho era o que passava pelo vale do Mogi Guaçu e Morro do Gravi. Este era o caminho chamado dos Guaianazes, e seu roteiro correspondia aproximadamente ao traçado atual da Estrada de Ferro Mogiana." (ZEMELLA, Mafalda P., 1951, p. 123).

- (12) Ver ANTONIL, André João (1982, p. 184) e ZEMELLA, Mafalda P. (1951, p. 124).
- (13) EVANGELISTA, José Geraldo (1978, p. 17).
- (14) Surgem, também no século dezoito, no caminho de Lorena para Minas, atravessando a Mantiqueira pela garganta do Embaú, os povoados de Bocaina (depois Cachoeira Paulista) e o de Embaú (ao qual se liga em suas origens a atual cidade de Cruzeiro). Ver MULLER, Nice Lecocq (1969, p. 24).
- (15) ELLIS JR., Alfredo (1948, p. 74). Mais especificamente no que diz respeito ao Vale do Paraíba, escreve Nice Lecocq Müller: "A situação geográfica da região, dando-lhe contigüidade em relação às áreas de mineração, de que é separada pela Serra da Mantiqueira, que não constitui barreira intransponível, fez com que o Vale do Paraíba se transformasse na principal área paulista de a bastecimento das Minas Gerais, por ela passando ou dela saindo os mais variados produtos: muares, vindos das feiras de Sorocaba, cereais, varas de porcos, couros, tecidos, marmelada, carnes defumadas, algodão, lã, vinhos da terra." (MULLER, Nice Lecocq, 1969, p. 19-20).
- (16) ELLIS JR., Alfredo (1948, p. 72).
- (17) Ernani Silva Bruno, por exemplo, aponta que, na etapa por ele denominada "tempo de busca do ouro", de 1640 a 1730, "e notadamente em seu período final, posterior à definição do grande ciclo do ouro", a sociedade e cultura paulistas foram afetadas "(...) pela circunstância de se ter então incorporado à população da Capitania uma regular quantidade de reinóis (não adaptados ainda à terra e à herança bandeirista) - atraídos pela mineração, mas muitos dos quais acabaram se fixando em território paulista - e uma porção, também regular, de negros procedentes da África ou de outras áreas da América Portuguesa." (BRUNO, Ernani Silva, 1966, p. 76). Já Alfredo Ellis Jr. afirma que a proporção entre índios e negros africanos, de 34 para 1 no século dezessete, passa a ser de 7 para 8 ao longo dos Setecentos (ver ELLIS JR., Alfredo, 1948, p. 55-57).
- (18) Ver ZEMELLA, Mafalda P. (1951, p. 125).
- (19) Sobre o penoso traçado do "caminho velho", escreve Alfredo Ellis Jr.: "Não só a passagem da Mantiqueira era um verdadeiro tormento, pelo íngreme da serra e pelas lamaceiras e matas onde se perdiam os cavalos carregados, como também impunha uma volta muito grande nas comunicações, entre as Minas e a cidade do Rio." (ELLIS JR., Alfredo, 1948, p. 83); sobre a ameaça da pirataria, observa Mafalda Zemella: "Esse caminho do Rio de Janeiro além de ser áspero e longo, tinha outro grave inconveniente: parte do trajeto era feita por mar. Assim, o ouro vindo das Gerais e chegado ao porto de Parati tinha que percorrer um bom trecho do oceano, antes

- de chegar aos cofres da Capital da Repartição Sul, correndo risco de ser pilhado pelos piratas que, nessa época, constituíam verdadeiro flagelo à navegação portuguesa." (ZEMELLA, Mafalda P., 1951, p. 125).
- (20) ZEMELLA, Mafalda P. (1951, p. 126). Observa ainda essa autora que "todavia os últimos retoques foram dados por Bernardo Soares de Proença, que melhorou o 'caminho novo' e ainda o encurtou de quatro dias." (ZEMELLA, Mafalda P., 1951, p. 126). Por outro lado, Ellis Jr. assevera que o trabalho de Garcia Rodrigues Paes, "no fim de seis anos, não estava ainda concluído, mas o foi logo por outro paulista, Domingos da Fonseca Leme (...). Em menos de 6 meses (...) estava o caminho concluído por Leme, de onde se conclui o seu acabamento, antes de 1710. Aliás, isto fica confirmado pelo livro de Antonil, que é de 1711 e o dá como pronto." (ELLIS JR., Alfredo, 1948, p. 83). A discrepância entre essas duas interpretações é, ao que parece, esclarecida por Basílio de Magalhães, em quem, cabe mencionar, em parte baseia-se Zemella; segundo Magalhães, "Fonseca Leme nada mais fez do que socorrer a Garcia Rodrigues Pais, de quem era cunhado, com 18 escravos, durante cinco meses e meio, para o acabamento da primeira parte do 'caminho novo', em que este andava havia seis anos (...).
"Quem pôs a última demão no 'caminho novo' foi Bernardo Soares de Proença, como o evidencia a provisão régia de 6 de julho de 1725. Por ela, d. João V mandou agradecer àquele sargento-mor o ter concluído a estrada a cargo de Garcia Rodrigues Pais (...)." (MAGALHÃES, Basílio de, 1944, p. 423-424).
- (21) Ver ANTONIL, André João (1982, p. 184-186), ZEMELLA, Mafalda P. (1951, p. 126-127) e ABREU, J. Capistrano de (1930, p.70).
- (22) ZEMELLA, Mafalda P. (1951, p. 127).
- (23) "E todo o dito caminho se pode andar em dez até doze dias, indo escoteiro quem for por ele." (ANTONIL, André João, 1982, p. 186).
- (24) ZEMELLA, Mafalda P. (1951, p. 126).
- (25) Esse problema foi objeto da preocupação das autoridades coevas. Por exemplo, na vila de São Paulo, "a situação tornou-se tão negra (...) que a Câmara Municipal, em sessão realizada em 19 de Janeiro de 1705, deliberou que nenhuma pessoa vendesse artigo algum de subsistência para fora da terra, tanto a farinha de guerra, o trigo, o feijão, o milho, como o toucinho e o gado." (ZEMELLA, Mafalda P., 1951, p. 52).
- (26) A concorrência era possível ainda, cabe ressaltar, através dos caminhos baianos para a região das Minas Gerais; não apenas eram mais fáceis nesse caso as ligações terrestres, mas dispunha-se igualmente da via fluvial propiciada pelo rio São Francisco. Não obstante,

as trocas entre as duas áreas eram proibidas por lei , restringindo-se em um primeiro momento ao comércio de gado e, mais tarde, a partir de 1711, também de escravos. De acordo com Mafalda Zemella, as proibições constantes do Regimento das Minas, de 1702, "(...) visavam impedir os descaminhos do ouro, bem como o total descabro dos engenhos, no que se refere particularmente ao comércio de negros. Só era permitido aos mineradores, o comércio com as regiões do centro-sul, porque o ouro que se escoava pelos caminhos que iam ter ao Rio de Janeiro ou a São Paulo, podia ser quintado nas casas de fundição estabelecidas em Taubaté, São Paulo , Parati ou Rio de Janeiro." (ZEMELLA, Mafalda P., 1951, p. 68-69). Em que pese a legislação, fez-se sempre presente o contrabando. Por outro lado, também o comércio baiano, tal como o paulista, viu-se negativamente afetado pela abertura do "caminho novo" de Garcia Rodrigues. Sobre os caminhos baianos, ver ANTONIL, André João (1982, p. 186-187) e ZEMELLA, Mafalda P. (1951, p. 66-81 e 132-140).

- (27) ABREU, J. Capistrano de (1930, p. 70) e ELLIS JR., Alfredo (1948, p. 84-85). Mais ainda, salienta este último autor, "(...) esse caminho novo de Garcia Rodrigues iria servir para a invasão dos emboabas, que logo iriam tirar dos paulistas o fruto de suas descobertas auríferas." (ELLIS JR., Alfredo, 1948, p. 84-85).
- (28) ELLIS JR., Alfredo (1948, p. 191-193).
- (29) Ver BRUNO, Ernani Silva (1966, p. 60 e 83-104).
- (30) ZEMELLA, Mafalda P. (1951, p. 59).
- (31) MULLER, Nice Lecocq (1969, p. 24).
- (32) Ver TAUNAY, Affonso de E. (1927, p. 203) e RODRIGUES , Píndaro de C. (1980, p. 23).
- (33) RODRIGUES, Píndaro de C. (1980, p. 23). A referida fazenda Santa Cruz estava localizada a aproximadamente 56 quilômetros a oeste da cidade do Rio de Janeiro e, àquela época e até 1759, tratava-se de propriedade dos jesuítas. Ver GRAHAM, Richard (1979, p. 42).
- (34) Ver REIS, Paulo Pereira dos (1979, p. 95-102) e RODRIGUES, Píndaro de C. (1980, p. 26).
- (35) Ver TAUNAY, Affonso de E. (1927, p. 204-206).
- (36) ELLIS JR., Alfredo (1948, p. 108).
- (37) "No primeiro quartel do século XVIII a capitania de S. Paulo, criada em 1709, abrangia os territórios de S. Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, até a Colônia do Sacramento. Em 1720 foi desmembrado o território de Minas Gerais, que formou nova capitania; em 1738 foram separados os territórios do Rio Grande do Sul, a ilha e costa de Santa Catarina, anexados à capitania do Rio de Janeiro. Em 1748 considerações administrativas sugeridas pelo conde de Bobadella determinaram o desmembra

mento dos territórios de Cuiabá e Goiás da capitania de S. Paulo, extinta por alvará desse ano e sujeita ao Rio de Janeiro. Era a confirmação oficial da decadência da gloriosa Piratininga, que a tirania estúpida dos capitães-generais e a voracidade do fisco iriam completar de modo lastimável.

"Até 1765 foi S. Paulo governado pelo comandante da fortaleza de Santos, preposto do governador do Rio de Janeiro. É o mais triste e vergonhoso período da sua existência; mais tarde disse um governador que fora nesse tempo que os paulistas se barbarizaram de vez ... Em 1765, restaurado de novo o governo separado em S. Paulo, vem tomar conta da capitania d. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, morgado de Matheus." (PRADO, Paulo, 1925, p. 82-83).

- (38) Ver HERRMANN, Lucila (1986, p. 13-52).
- (39) HERRMANN, Lucila (1986, p. 23).
- (40) Ver TAUNAY, Affonso de E. (1927, p. 204).
- (41) RODRIGUES, Píndaro de C. (1980, p. 25).
- (42) "No dia 1º de Setembro de 1773 inaugurou-se o serviço postal terrestre entre as duas cidades (...)" (TAUNAY, Affonso de E., 1927, p. 213). De fato, desde a época do governo de Rodrigo Cesar de Menezes, o caminho marítimo vinha sendo em grande medida preferido, escreve Taunay, "(...) por uma razão muito simples: a das suas grandes e reais vantagens, quanto ao encurtamento e comodidade sobre qualquer picadão traçado através do terreno dobradíssimo de toda aquela região, montanhosa em extremo." (TAUNAY, Affonso de E., 1939, v. 4, p. 380).
- (43) Ver RODRIGUES, Píndaro de C. (1980, p. 24).
- (44) RODRIGUES, Píndaro de C. (1980, p. 25).
- (45) Ver RODRIGUES, Píndaro de C. (1980, p. 31). Não obstante, já em 1762 verificam-se concessões de sesmarias na referida região; entre esses primitivos povoadores de Bananal registram-se: João Francisco, Manoel Rodrigues da Silva, João Rodrigues de Sousa e João Rodrigues da Silva (ver RODRIGUES, Píndaro de C., 1980, p. 29-31).
- (46) Os descendentes do alferes Pedro Rodrigues de Almeida Leal são arrolados no excelente estudo genealógico realizado por Geraldo Cardoso de Mello. Ver MELLO, Geraldo Cardoso de (1942, passim).
- (47) Ver PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANAL (1978, s.n.), RODRIGUES, Píndaro de C. (1980, p. 54) e COELHO, Lucinda C. de Mello (1984, p. 48).
- (48) Ver MULLER, Nice Lecocq (1969, p. 24-25).
- (49) Para alguns esclarecimentos adicionais sobre os mapas aludidos ver, no caso da "Carta Geographica" de 1767, DOCUMENTOS INTERESSANTES (1896, v. 11, p. XXIX); acerca do "Mapa Corographico" de 1791-1792, ver TAUNAY, Affonso de E. (1922, p. 6).
- (50) LUNÉ, José B. & FONSECA, Paulo D. (1985, p. 233).

- (51) Apenas a ela se referem Píndaro Rodrigues e a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros; a segunda interpretação da origem do nome Bananal é veiculada pela prefeitura desse município. Ver RODRIGUES, Píndaro de C. (1980, p. 53), ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (1957, v. 28, p. 107) e PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANAL (1978, s.n.).
- (52) MULLER, Nice Lecocq (1969, p. 228-229). Queluz, Silveiras e São José do Barreiro, localidades referidas pela primeira vez neste trabalho, são todas povoações que se tornam freguesias no século dezanove, respectivamente, em 1803, 1830 e 1842.
- (53) MULLER, Nice Lecocq (1969, p. 246).
- (54) TAUNAY, Affonso de E. (1939, v. 4, p. 378).
- (55) NOGUEIRA PORTO, Luiz de Almeida (1985, p. 10). Cabe aqui a citação seguinte, de Alcântara Machado, acerca dos inventários antigos: "assim completos e minudenciosos, os inventários constituem depoimentos incomparáveis do teor da vida e da feição das almas na sociedade colonial." (MACHADO, Alcântara, 1978, p. 21).
- (56) PETRONE, M. Thereza Schorer (1968, p. 12).
- (57) PETRONE, M. Thereza Schorer (1968, p. 15).
- (58) PRADO JR., Caio (1977, p. 80). No caso específico do açúcar, escreve Petrone: "Além de fatores locais, contribuíram para estimular a lavoura açucareira, na Capitania de São Paulo e também no Brasil, na segunda metade do século XVIII, circunstâncias externas, entre outras, as mudanças de hábitos alimentares na Europa, que tornaram o açúcar um produto sempre mais desejado e o aumento do preço do açúcar, devido à rebelião das colônias francesas." (PETRONE, M. Thereza Schorer, 1968, p. 10).
- (59) Ver PRADO JR., Caio (1977, p. 79-87). Cabe ressaltar, como o faz esse autor, que "o desenvolvimento da agricultura no período que temos em vista, embora bastante considerável, é muito mais quantitativo que qualitativo. Daí sua precariedade, e salvo em casos excepcionais, sua curta duração. No terreno do aperfeiçoamento técnico, o progresso da agricultura brasileira é naquele período praticamente nulo. Continuava em princípios do séc. XIX, e mais ou menos nas mesmas condições continuará ainda por muito tempo, com os mesmos processos que datavam do início da colonização." (PRADO JR., Caio, 1977, p. 87).
- (60) Ver PRADO JR., Caio (1977, p. 123-141) e SIMONSEN, Roberto C. (1978, p. 389-428).
- (61) Caio Prado Jr., de outra parte, estabelece os marcos limítrofes do "quadrilátero do açúcar" nas cidades de Mogi Guaçu, Jundiaí, Porto Feliz e Piracicaba, o que também é feito por Ernani Silva Bruno (ver PRADO JR., Caio, 1981, p. 81; e BRUNO, Ernani Silva, 1966,

p. 117). A esse respeito, Petrone utiliza a seguinte argumentação: "preferimos Sorocaba a Porto Feliz, como um dos pontos formadores do quadrilátero, pois em Sorocaba o cultivo da cana-de-açúcar ainda teve relativa importância e, porque, dessa maneira, Itu, importantíssimo centro canavieiro e outras áreas produtoras de açúcar ficam decididamente enquadrados." (PETRONE, M. Thereza Schorer, 1968, p. 24).

- (62) Ver PETRONE, M. Thereza Schorer (1968, p. 24-53).
- (63) PETRONE, M. Thereza Schorer (1968, p. 38-39).
- (64) PETRONE, M. Thereza Schorer (1968, p. 41).
- (65) Ver HERRMANN, Lucila (1986, p. 53-111). Sobre a economia do açúcar em Guaratinguetá, escreve Lucinda Coe - lho: "É bem verdade que a atividade açucareira teve um ciclo de pequena duração em Guaratinguetá, porém, proporcionou melhoria de condições de vida e enriquecimento de muitos proprietários que repetiram no vale, embora em menor grau, o que se observou tão nitidamente no Nordeste: a organização de uma sociedade escravocrata, de 'casa grande e senzala'." (COELHO, Lucinda C. de Mello, 1984, p. 26).
- (66) HERRMANN, Lucila (1986, p. 110). Quanto à questão da introdução do escravo negro em São Paulo, cabe ressaltar que, segundo assevera Suely Robles de Queiroz, "que haja condições para importar negros, do início do século XVIII em diante, ao contrário do que ocorria antes, não padece dúvida: o ouro dará ao bandeirante minerdor um poder aquisitivo que o habilitará a comprar o africano."; todavia, "realmente, é com os canaviais que passam a dominar a paisagem geográfica paulista que a social também se modifica - a lavoura de cana seria a responsável pela introdução em larga escala do braço negro em São Paulo." (QUEIROZ, Suely Robles R. de , 1977, p. 16 e 20).
- (67) Ver QUEIROZ, Suely Robles R. de (1977, p. 21).
- (68) AESP. 1801, Lorena, 6ª Cia. de Ordenanças. Lata 98, pacote único.
- (69) AESP. 1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças. Lata 3, pacote único. Análise detalhada dos dados constantes das fontes primárias utilizadas é feita em outros capítulos deste trabalho.
- (70) TAUNAY, Affonso de E. (1939, v. 2, p. 142-143). Quanto à introdução do café no Brasil e no Rio de Janeiro, sumaria Roberto Simonsen: "Contam as crônicas que em 1727, indo em missão oficial à Guiana o Sargento Mor Francisco de Melo Palheta, ali conseguiu obter algumas sementes e mudas da preciosa rubiácea. Se o produto era proveniente da iniciativa de Gabriel Mathieu Desclieux {na ilha de São Domingos - JFM} , ou originário de mudas da Guiana Holandesa, que teriam passado para a Francesa, não é assunto ainda bem esclarecido .

A verdade, é que Francisco de Melo Palheta iniciou a cultura no Pará e dali foi ela levada ao Amazonas e Maranhão.

.....

"Foi o Desembargador João Alberto Castello Branco que o levou, por volta de 1770, do Pará para o Rio de Janeiro. Conta a história que as primeiras plantações foram feitas na cerca do hospício dos frades barbadinhos, italianos, na rua dos Barbonos, atual Evaristo da Veiga, e na quinta do holandês João Hoppmann, além do Arraial de Mata Porcos.

"Parece que os iniciadores da cultura foram o padre Antonio Lopes da Fonseca, que abriu considerável plantio no sítio Mendanha, em Campo Grande, e o Bispo do Rio de Janeiro, D. José Joaquim Justiniano, mandando sementes para os lados de Resende e São Gonçalo, que vieram a constituir os dois principais focos de irradiação, na província do Rio de Janeiro." (SIMONSEN, Roberto C. 1938, p. 19-20).

- (71) MOTTA SOBRINHO, Alves (1968, p. 23). Note-se que o autor não fornece as fontes em que se fundamentam as afirmações constantes do parágrafo aqui transcrito.
- (72) Ver TAUNAY, Affonso de E. (1939, v. 2, p. 279-288).
- (73) PRADO JR., Caio (1936, p. 234).
- (74) MILLIET, Sergio (1939, p. 16).
- (75) Ver, quanto à mencionada análise minuciosa, TAUNAY, Affonso de E. (1939, v. 2, p. 279-351). A respeito do estabelecimento das hipóteses mais plausíveis quanto à data e local(is) de introdução do café em S. Paulo, ver especialmente TAUNAY, Affonso de E. (1939, v. 2, p. 331-332)
- (76) MILLIET, Sergio (1939, p. 15-16).
- (77) AESP. 1799, 1801, 1802, Lorena, 6ª Cia. de Ordenanças. Lata 98, pacote único. Os dados de exportação de café de Lorena são também referidos por José Geraldo Evangelista (ver EVANGELISTA, José Geraldo, 1978, p. 40). Sobre a entrada do café na região via pequenos produtores, ver MARCÍLIO, Maria Luiza (1974, p. 186-187).
- (78) EVANGELISTA, José Geraldo (1978, p. 40).
- (79) CASAL, Manuel Aires de (1976, p. 112-113).
- (80) TAUNAY, Affonso de E. (1939, v. 5, p. 335).
- (81) Ver SAINT-HILAIRE, Auguste de (1974, p. 96-105).
- (82) TAUNAY, Affonso de E. (1939, v. 4, p. 383-384).
- (83) AESP. 1829, Areias, 5ª Cia. de Ordenanças. Lata 5, pacote único; AESP. 1829, Areias, 6ª Cia. de Ordenanças. Lata 5, pacote único. Os dados, para cada companhia isoladamente, são os seguintes: a) 5ª Cia.: 184 fogos, 94 deles (51,09%) produzindo café; 1670 habitantes, 1337 deles (80,06%) vivendo em fogos onde se produz café; b) 6ª Cia.: 236 fogos, 125 deles (52,97%) produzindo café; 2349 habitantes, 1727 deles (73,52%) vivendo em fogos onde se produz café.
- (84) Para o informe sobre a população, ver MULLER, Daniel

Pedro (1978, p. 36, 132 e 154). Quanto aos estabelecimentos agrícolas, ver MULLER, Daniel Pedro (1978, p. 130). Cabe ressaltar que, às p. 154-155, ao apresentar os dados da população segundo os diversos grupos que a constituem (brancos, índios, pardos livres e cativos, pretos crioulos livres e cativos, e pretos africanos livres e cativos), nota-se uma diferença de 109 indivíduos no total, que atinge nessa tabela apenas 6.599 pessoas. Em verdade, o próprio Müller faz constar de seu Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo a seguinte advertência: "A falta de clareza e uniformidade em algumas das tabelas e informações remetidas pelas Autoridades locais, e a demora da remessa de outras que se referem ao ano de 1836, e que pela maior parte não são senão extratos de róis formados em 1835, são razões que nos obrigam a declarar, que não convém depositar-se inteira confiança nos dados estatísticos, que servirão de base ao presente ensaio, e que apenas se deverá contar com alguma aproximação à verdade." (MULLER, Daniel Pedro, 1978, p. XXIII).

(85) MULLER, Daniel Pedro (1978, p. 124-129).

(86) MILLIET, Sergio (1939, p. 22).

(87) É o que afirma, por exemplo, Nice Lecocq Müller: "O período de difusão da cafeicultura no Vale do Paraíba vai até 1836, para o vale médio, e 1854, para o vale superior, mas, considerando-se que, então, já era a região, em seu conjunto, grande produtora, parece-nos lógico considerar o período inicial de expansão do café como limitado, dentro da escala regional, pelo ano de 1836." (MULLER, Nice Lecocq, 1969, p. 29). De outra parte, escreve Alfredo Ellis Jr.: "Em linhas gerais, pode-se aceitar a seguinte cronologia para o café: no extremo Norte (1727-1790 m.m.); em volta dos morros da Guanabara (1790-1820); no vale do Paraíba fluminense e na Serra do Mar fluminense (1825-1888); no vale do Paraíba paulista - 1835 {Lorena, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté; no Oeste Paulista (1840-1950) {Campinas (1840), Ribeirão Preto (1885), Noroeste (1920), Na Alta Paulista (1930), Na Alta Sorocabana (1928); em Minas Gerais (1835-1950); no Espírito Santo (1910-19..); no Paraná (1928-19..); em Goiás (?)." (ELLIS JR., Alfredo, 1951, p. 14).

(88) Ver COELHO, Lucinda C. de Mello (1984, p. 47 e 56).

(89) QUEIROZ, Carlota Pereira de (1965, p. 98).

(90) "Só, em 1.854, Bananal vem ocupar o primeiro lugar : 554.600, substituindo Areias, com Taubaté e Pinda, em segundo e terceiro lugares, respectivamente, com 354.730 e 350.000, conforme o Relatório do Presidente da Província de São Paulo, José Antonio Saraiva." (MOTA SOBRINHO, Alves, 1968, p. 29).

(91) ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (1957, v. 28, p. 108). Escrevendo sobre a fase inicial da cafeicultu

ra paulista, e baseando-se em artigo de Mello Nogueira, observa Caio Prado Jr. que a capital "S. Paulo conserva-se (...) à margem desta atividade, sendo o comércio do café feito ou diretamente pelos portos citados {São Sebastião, Vila Bela e Ubatuba - JFM}, ou pelo Rio de Janeiro. Toda esta zona da província, que imprópriamente se chamou NORTE, tornou-se durante o Império - até hoje ainda há vestígios disto - tributária do Rio muito mais que de S. Paulo. Economicamente faz parte do Rio; a ponto de se ter cogitado um momento em destacá-la de S. Paulo para constituir com um trecho do território fluminense (Resende, Valença, Parati, S. João do Príncipe e ilha Grande) e de Minas Gerais (Campanha e Baependi) uma nova província." (PRADO JR., Caio, 1936, p. 235-236). Por outro lado, cabe mencionar que, por ocasião da Revolução Liberal de 1842, foi Bananal, ainda que por apenas aproximadamente dois meses, incorporado de fato ao Rio de Janeiro. Os motivos para tal ato - Decreto 180 - foram políticos, não econômicos, e não se restringiu então ao município bananalense; como explicitado por Aluisio de Almeida, "em 18 de junho o Governo Imperial decretou a anexação provisória dos municípios e termos de Cunha, Bananal, Areias, Queluz, Silveiras, Lorena e Guaratinguetá à Província do Rio de Janeiro, encarregando o chefe de Polícia da Corte, dr. Francisco Inacio Alvares de Azevedo, de dirigir os processos contra os culpados." (ALMEIDA, Aluisio de, 1944, p. 136). Entre os revoltosos destacam-se, de Bananal, o comendador Joaquim José de Souza Breves (de apelido "Rei do Café") e Antonio José Nogueira; o primeiro, consoante Lucinda Coelho, proprietário de vinte fazendas e seis mil escravos, produzia anualmente 300.000 arrobas de café (ver EVANGELISTA, José Geraldo, 1978, p. 79, e COELHO, Lucinda C. de Mello, 1984, p. 102). Em agosto de 1842, pelo Decreto nº 215, Bananal é novamente anexado à província de São Paulo (ver ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1957, v. 28, p. 108).

(92) ZALUAR, Augusto Emílio (1975, p. 41-42).

(93) NOGUEIRA PORTO, Luiz de Almeida (1985, p. 10-11). Vários desses inventários bananalenses da segunda metade do século passado são analisados também por Lucinda Coelho, que sobre eles tece os seguintes comentários: "como se pode observar, as fazendas eram ocupadas pelos cafezais, única atividade produtora. Evidencia-se o emprego da mão de obra escrava e apenas uma tentativa de contrato de trabalho, com trabalhadores agrícolas, imigrantes espanhóis, feita por Justiniano de Paula Ramos {falecido em 1875 - JFM}. Houve, também, tentativa de introdução de colonos chineses, tendo-se observado alguns inventários de chineses, no cartório de Bananal. Sem dúvida, o número de imigrantes atraídos para

- o município de Bananal foi insignificante, sem expressão, incapaz de substituir o escravo." (ver COELHO, Lucinda C. de Mello, 1984, p. 73-86).
- (94) Ver TAUNAY, Affonso de E. (1939, v. 3, p. 228-245).
- (95) ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (1957, v. 28, p. 108).
- (96) ZALUAR, Augusto Emílio (1975, p. 48).
- (97) MULLER, Nice Lecocq (1969, p. 58).
- (98) HOLANDA, Sérgio Buarque de & MAIA, Tom (1975, p. 38). Também Taunay insurge-se contra a afirmação do viajante em questão, e considera que, com 70 grandes propriedades produzindo café e empregando 7.622 escravos, em 1854, "não era crível pois que, em 1860, houvesse declinado, sensivelmente, a posição do Bananal, como pretendia Zaluar quando justamente afirma haver neste ano o município exportado mais de um milhão de arrobas de café!" (TAUNAY, Affonso de E., 1939, v. 5, p. 336).
- (99) CANABRAVA, Alice Piffer (1951, p. 31-33). Alguns dos problemas da lavoura cafeeira são referidos no Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Bananal, José de Magalhães Couto, em 1878, no trecho seguinte, transcrito por Lucinda Coelho: "Café: é esta sem dúvida, a cultura principal da região e do município de Bananal e para ele converge a atenção de todos os agricultores por isso tem tido boa colheita e vai progredindo. Alguns fazendeiros já compreenderam que se deve mudar a semente do café, visto estar a primeira muito degenerada e como se tem sido plantadas, e assim, já temos no município grande quantidade de café 'arábico' e de 'java' e em menor quantidade o 'murta', o 'amarelo' e o 'egípcio' (que não tem produzido semente apesar do completo desenvolvimento do arbusto). Finalmente começaram a ser plantadas as variedades 'maragogipe' e 'libéria'. São em número de quatro as pragas que se têm desenvolvido: elachiste, inseto das flores, a formiga saúva e a herva de passarinho. A 1ª ataca as folhas mesmo do cafeeiro novo. Nenhum meio tem sido aplicado para estirpar esse mal. O inseto das flores não é muito comum. Observou-se que um laranjal que havia ao lado de um cafezal este inseto atacou o laranjal deixando o cafezal intacto. A saúva é atacada com formicida (...) Fazendeiros usam estrumar e podar os cafeeiros (...) Acreditamos que foi o Município de Bananal o primeiro a adotar a poda nos cafezais. Observa-se que duas causas no nosso fraco entender, tem concorrido para a degeneração dos cafeeiros: a semente antiga e a devastação das matas. Já agora os agricultores compreendem a 1ª e renovam suas sementes." (COELHO, Lucinda C. de Mello, 1984, p. 64-65).
- (100) CANABRAVA, Alice Piffer (1951, p. 82).
- (101) MILLIET, Sergio (1939, p. 18-21 e 37-38).
- (102) Alcançava-se, à mesma época, 57 arrobas por mil pés em

- Itu, 43 em Campinas, mais de 70 em Ribeirão Preto e o recorde de 98 em São José do Rio Preto. Ver MONBEIG, Pierre (1984, p. 167-172).
- (103) CAMARGO, José Francisco de (1981, p. 160).
- (104) Ver CAMARGO, José Francisco de (1981, p. 172-175 e 217-219). Ver, igualmente, SIMONSEN, Roberto C. (1938, p. 35-43) e LAERNE, C. F. Van Delden (1885, p. 174-187). Observa este último autor: "From 1865 to 1873 there was comparatively little done in the way of railways. After 1873, however, the railway fever broke out(...)" (LAERNE, C. F. Van Delden, 1885, p. 178).
- (105) CAMARGO, José Francisco de (1981, p. 217). As vias férreas, embora também tenham se desenvolvido no vale do Paraíba, facilitando o escoamento da produção, assumiram lá conotação diferente do que no oeste paulista; como escreve Monbeig, "à medida que as plantações se afastavam do litoral e que aumentava o volume da produção, o problema da distância apresentava-se cada vez mais seriamente. Problema que não era grave demais para as fazendas do vale do Paraíba; o porto do Rio de Janeiro, os da costa, ao pé da serra do Mar, não eram excessivamente afastados e as tropas de muares tinham longa prática dos caminhos. O desenvolvimento da cultura cafeeira em torno de Campinas, e mesmo além desta cidade, criou para logo uma dupla dificuldade: era preciso que as tropas transpusessem 200 km, e cumpria que o porto de Santos fosse aparelhado para a manutenção de uma tonelagem crescente. (...) Era necessário, portanto, construir uma ferrovia (...)." (MONBEIG, Pierre 1984, p. 98).
- (106) LAERNE, C. F. Van Delden (1885, p. 212).
- (107) Ver LAERNE, C. F. Van Delden (1885, p. 212-223). Resalte-se aqui que não se pretende uma análise exaustiva da evolução da economia cafeeira a partir da segunda metade do século passado, seja em termos da marcha para o oeste e do desenvolvimento das ferrovias, anteriormente mencionados, quer quanto aos problemas financeiros vivenciados pelos cafeicultores, ou ainda no que diz respeito à questão da mão-de-obra, da qual se ocupa a seguir. Procura-se, tão-somente, esboçar os contornos do quadro de decadência que se abate sobre Bananal, após a euforia proporcionada pela cafeicultura.
- (108) Mencione-se que, por exemplo, para Caio Prado Jr., "a lei do Ventre Livre não resultou assim, em última análise, senão numa diversão, uma manobra em grande estilo que bloqueou muito mais que favoreceu a evolução do problema escravista no Brasil." (PRADO JR., Caio, 1977, p. 179). Não obstante, perfilha-se aqui a interpretação de Paula Beiguelman, que vê na libertação dos nascituros um efetivo "golpe desferido na escravidão", acarretando uma "depreciação fundamental introduzida na pro-

priedade escrava" que direcionou o setor mais novo da lavoura paulista no sentido da solução imigrantista (ver BEIGUELMAN, Paula, 1968, p. 37-50).

- (109) Quanto à mão-de-obra imigrante em Bananal, ver citação de Lucinda Coelho transcrita na nota 93 acima. Outrossim, referindo-se à região formada pelo Vale do Paraíba e litoral norte paulistas, no período 1901-1940, escreve Camargo: "(...) foi (...) a que recebeu o menor número de imigrantes e trabalhadores nacionais durante esse período de quarenta anos por nós considerado. É, portanto, aquela que menor influência recebeu de elementos vindos de fora." (CAMARGO, José Francisco de, 1981, p. 125).
- (110) CAMARGO, José Francisco de (1981, p. 66). Consoante Van Delden Laërne, em 1883 são 174.622 os cativos na província paulista; destes, 102.270 estão nas principais regiões cafeeiras. Campinas detém o maior número, 15.665, seguindo-se Bananal, com 7.168 escravos (ver LAERNE, C. F. Van Delden, 1885, p. 115-119).
- (111) Ver COELHO, Lucinda C. de Mello (1984, p. 91-92). Em meados do século vinte, os principais produtos cultivados em Bananal são: milho, tomate, feijão e banana; destaca-se, também, a produção de leite e de ovos (ver MUNICÍPIOS PAULISTAS-1954, 1956, p. 57-59).
- (112) No conto intitulado Cidades Mortas, escrito em 1906, que abre o livro de mesmo nome, observa Monteiro Lobato: "A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade, que é um desconforto, ressurre de tantas ruínas: nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas.

.....
"Em São Paulo temos perfeito exemplo disso na depressão profunda que entorpece boa parte do chamado Norte. "Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito.

"Umás tantas cidades moribundas arrastam um viver decrepito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes.

" {...} Erguem-se por ali soberbos casarões apalaçados, de dois e três andares, sólidos como fortalezas, tudo pedra, cal e cabiúna; casarões que lembram ossaturas de megatérios donde as carnes, o sangue, a vida para sempre refugiram.

.....
"São os palácios mortos das cidades mortas.

.....
"Isso, nas cidades. No campo não é menor a desolação. Léguas a fio se sucedem de morraria áspera, onde reinam soberanos a saúva e seus aliados, o sapé e a samambaia. Por ela passou o Café, como um Átila." (LOBATO, Monteiro, 1986, p. 3-6).

- (113) Ver MILLIET, Sergio (1939, p. 42 e 52); para o informe sobre a população em 1854, ver CAMARGO, José Francisco de (1981, p. 160); e acerca da população em 1836 , ver nota 84 acima.
- (114) NOGUEIRA PORTO, Luiz de Almeida (1985, p. 10-11).

SEGUNDA PARTE

ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS

"No mesmo Pernambuco, a tradição guarda a memória de certo fidalgote rural muito sabido que não punha nome nos seus negros: era tudo número - Dez, Quinze, Vinte. Quando o representante do comissário o visitava, o manhoso senhor, dono de dez ou doze negros magros, simulava a maior opulência deste mundo gritando para o capataz: 'Mande Dez para tal trabalho', 'Quinze para isto', 'Vinte para aquilo'. Com o que, dizem que assegurava o crédito: o homem da cidade deixava-se emprenhar pelos ouvidos."

Gilberto Freyre (1951, v. 1, p. 142)

CAPÍTULO II

HISTORIOGRAFIA E ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS

À análise específica da estrutura da posse de escravos no Brasil dedicou-se pioneiramente Francisco Vidal Luna em seu trabalho intitulado Minas Gerais: escravos e senhores, publicado em princípios da década atual. Outros autores que, anteriormente, haviam tangenciado o tema, fizeram-no, via de regra, enfatizando a distribuição dos cativos ao nível dos domicílios, e não ao nível dos proprietários de escravos, tal como efetuado por Luna.⁽¹⁾ Assim, por exemplo, estudando igualmente a região das Minas Gerais, Costa observou que, em Vila Rica em 1804, os cativos estavam presentes em 717 (40,9%) dos 1753 domicílios existentes. Já Marcílio, referindo-se à cidade de São Paulo em 1836, forneceu o número de fogos e o de escravos presentes em seu núcleo central, em cinco bairros limítrofes e em três bairros periféricos, a partir do que se depreende que o número médio de cativos por fogo alçava-se, respectivamente, a 1,68, 1,66 e 0,91. Por fim, Mott foi um pouco além e, com base em dados sobre as fazendas de gado na Capitania de São José do Piauí nos séculos dezessete e dezoito, assinalou:

"No início da colonização do Piauí {1697 - JFM}, das 129 fazendas existentes, 109 (84,4%) possuíam escravos, sendo que 69,7% destas contava de 1 a 2 cativos. A fazenda possuidora de maior número de escravos contava com 6 negros. Em 1762 o panorama se diversifica: 63,1 % das fazendas possuía de 1 a 5 escravos; 26,9%, de 6 a 10; 6,5% de 11 a 15 e finalmente, 3,5% mais de 16 escravos. A fazenda possuidora do maior número de escravaria contava com 29 indivíduos sendo 17 homens e 12 mulheres." (2)

O estudo pioneiro de Luna, e o conjunto de trabalhos também dedicados à análise da estrutura da posse de cativos que a ele se seguiu, produziram três efeitos que aqui interessa salientar. Em primeiro lugar, tais trabalhos implicaram uma revisão da noção presente na historiografia tradicional acerca dos padrões de distribuição da propriedade escrava, em especial no que diz respeito à atividade mineratória e, outrossim, embora com menor intensidade, no que tange à produção açucareira. Em segundo lugar, os trabalhos aludidos possibilitaram aos estudiosos o aprofundamento nesse tema de relevância inegável para o entendimento da economia escravista brasileira, não apenas no que concerne às regiões particularmente comprometidas com as duas atividades mencionadas, mas igualmente com relação a outras áreas do país, com destaque para São Paulo e Paraná. Em terceiro lugar, como um corolário da análise da estrutura da posse de escravos propriamente dita, muito se avançou, em termos quantitativos e qualitativos, no conhecimento das características de escravistas e cativos no Brasil.

A cada um dos efeitos acima explicitados dedica-se uma das três seções que compõem este capítulo. O levantamento que nelas se faz, ainda que não exaustivo, das principais inferências constantes desses trabalhos recentes sobre a estrutura da posse de escravos, obedece a duas finalidades principais. De um lado, a apresentação do tratamento que vem sendo dispensado ao tema consubstanciar-se-á em efetivo guia metodológico para o estudo da estrutura da posse de cativos em Bananal, que se empreende no capítulo subsequente. De outro, tais inferências vêm conformar um quadro referencial para os resultados obtidos a partir da análise dos dados relativos à localidade bananalense.

II.1 Ouro e açúcar: importância considerável dos pequenos e médios escravistas.

Em seu clássico trabalho intitulado Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia, Caio Prado Jr. atribuiu à grande lvoura de exportação o epíteto de "célula fundamental da economia agrária brasileira".⁽³⁾ Consoante esse autor, a grande exploração rural traduzia o próprio sentido da colonização europeia da Época Moderna, em sua versão tropical: a produção de gêneros agrícolas característicos dos trópicos - à qual se aliaram o extrativismo e a atividade mineratória - e destinados ao comércio europeu.⁽⁴⁾ Tratava-se, a grande lvoura, de um sistema de organização agrária resultante da combinação de três elementos básicos, quais sejam, a grande propriedade, a monocultura e a mão-de-obra escrava. Nas palavras de Caio Prado Jr., "o traço essencial das grandes lvouras é (...) a exploração em larga escala. Cada unidade produtora, conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constitui-se como uma usina, com organização coletiva do trabalho e mesmo especializações."⁽⁵⁾

Esse "traço essencial das grandes lavouras", de acordo com Caio Prado Jr., far-se-ia também presente na estrutura organizativa da atividade mineratória: a mineração "(...) adotará uma organização que afora as distinções de natureza técnica, é idêntica à da agricultura (...). É ainda a exploração em larga escala que predomina: grandes unidades, trabalhadas por escravos."⁽⁶⁾ Essa afirmativa, contudo, não é corroborada pelos informes apresentados pelo Barão de Eschwege, referentes à segunda década do século passado, e que retratam a supremacia numérica dos proprietários de plantéis de menor tamanho na região das Minas Gerais. Com fundamento na "Relação de todas as lavras de ouro de cada distrito da Província de Minas Gerais, incluindo o nome dos proprietários, situação e natureza das lavras, número de trabalhadores e produção total do ouro em 1814", por ele mesmo organizada, Eschwege verificou

"(...) que a maioria dos 555 mineiros não tem mais

de 10 escravos cada um, embora sejam as lavras extensas. Deles, somente 114 empregavam ainda de 11 a 20 escravos; 32, de 21 a 30; 21, de 31 a 40; 3, de 41 a 50; 6, de 51 a 60; 2, de 61 a 70, e 4, de 71 a 80. Somente havia um mineiro que empregava 100 escravos, e um outro que dispunha de 122." (7)

Esses 555 mineiros empregavam em suas lavras um total de 6493 cativos, além de 169 trabalhadores livres. Havia também um contingente de 5747 faiscadores, dos quais pouco menos de um terço eram escravos (1871, isto é, 32,6%).⁽⁸⁾

Não obstante, a situação descrita por Eschwege é interpretada por muitos autores como um relato específico da fase de decadência da atividade mineratória. Roberto C. Simonsen, por exemplo, após mencionar os mesmos dados acima citados acerca da estrutura da posse de cativos nas Gerais em 1814, pontificava que "era evidente o empobrecimento dos proprietários".⁽⁹⁾ Outrossim, de forma coerente com o seu entendimento da mineração enquanto caracterizada pela grande exploração, para Caio Prado Jr. a presença significativa dos faiscadores "representa um índice de decadência e extinção gradual da atividade mineradora, e não constitui em si uma forma orgânica e estável; é a transição para o aniquilamento."⁽¹⁰⁾

Em que pese a possível justeza das qualificações atribuídas aos informes fornecidos por Eschwege, o fato é que os trabalhos mais recentes sobre a região das Minas Gerais não têm confirmado o predomínio da exploração em larga escala na atividade mineratória. Francisco Vidal Luna, estudando a estrutura da posse de escravos em alguns centros mineratórios, constata que "salta à vista, de imediato, a elevada porcentagem de senhores com reduzido número de cativos."⁽¹¹⁾ Esse autor verificou que o número médio de escravos por proprietário esteve entre os valores mínimo e máximo, respectivamente, de 3,7 e 6,5, que a moda foi sempre inferior a 3 e a mediana não se apresentou maior do que 5 em nenhuma das localidades analisadas. Em Pitangui, 57,1% dos escravistas em 1718 e 69,6% em 1723 possuíam, tão-somente, de 1 a 5 cativos; esse

percentual alçava-se a 78,4% no Serro do Frio em 1738 , a 70,9% em Congonhas do Sabará em 1771, a 75,1% nessa mesma localidade em 1790, a 70,2% em São Caetano em 1804 e a 82,3% em Vila Rica, também em 1804. Nas palavras de Luna:

"De modo geral, os resultados apresentados, quanto à estrutura de posse de cativos, demonstram uma sociedade na qual predominavam, incontestavelmente, os pequenos proprietários; indivíduos possuidores de escravaria de um, dois ou, no máximo, cinco escravos. Raros os proprietários de grande escravaria; assim, por exemplo, dentre todos os senhores computados (...), que compreendem cerca de 3.400, apenas vinte e seis possuíam mais de quarenta cativos; acima de sessenta anotaram-se seis pessoas e com massa superior a cem, encontramos, tão-somente, um proprietário (com 126 cativos). Assim, a nosso ver, em Minas, as grandes lavras devem ter constituído a exceção e não a regra quanto à organização da estrutura produtiva." (12)

Em verdade, a própria Coroa Portuguesa, através da legislação atinente à lide mineira, preocupava-se em assegurar o acesso à atividade em questão, não apenas dos indivíduos possuidores de uma grande escravaria, mas igualmente dos pequenos escravistas, ao menos na fase inicial da produção aurífera, quando a extração do metal processava-se sem maiores entraves.⁽¹³⁾ Essa preocupação evidencia-se, por exemplo, no artigo 7 do Regimento de 19 de abril de 1702, a seguir transcrito:

"7. E porque é muito prejudicial repartirem-se aos poderosos em cada Ribeiro que se descobre sua data, ficando por esta causa, muitos pobres sem elas ou sucede ordinariamente por não poderem lavrar tantas datas venderem os pobres, ou estarem muito tempo por lavrar o que não é somente em prejuízos dos meus Vassallos, mas também dos meus Quintos, pois podendo-se tirar logo se dilatam como se não lavrarem as ditas datas, e havendo ficado muitos dos meus Vassallos sem elas, por evitar esta injustiça se não dará segunda data a pessoa alguma sem ter lavrado a primeira e estando porém todos os mineiros acomodados e havendo mais terras para repartir, então se atenderá aos que tiverem mais negros porque tendo mais dos doze pertencentes à primeira data se fará com eles a repartição na forma do Capítulo deste re-

gimento dando-se duas braças e meia a cada negro , e constando também ao guarda mor que cada um dos mineiros tem lavrado, havendo terra para repartir, a repartirá novamente com ele na forma que fica dito." (14)

Cabe ressaltar - e o artigo acima citado do Regimento de 1702 é bastante ilustrativo a esse respeito - que a presença majoritária, entre os proprietários de cativos nas Minas Gerais, daqueles possuidores de 5 ou menos escravos, verificada por Luna, de forma alguma contraria o "sentido da colonização" brasileira, conforme definido por Caio Prado Jr.⁽¹⁵⁾ A receita que Portugal auferia com base na atividade mineratória empreendida na colônia brasileira derivava essencialmente da incidência de tributos sobre os lavradores do ouro. Dessa forma, a ação da Metrópole objetivava o aumento de sua receita tributária, o que implicava a extração, em curto prazo, da maior quantidade possível do metal. Como observa Luna,

"Por que esse interesse pelos pobres frente aos poderosos? A nosso ver, a razão prende-se exclusivamente ao objetivo de maximizar a produção, por unidade de tempo, para ampliar sua {da Coroa-JFM} própria receita. Na medida em que ricos e pobres obtinham rendimentos comparáveis, por escravo alocado na atividade aurífera, impunha-se estimular o afluxo de mão-de-obra escrava às minas, dando-se oportunidade a todos." (16)

De outra parte, Luna verifica também que os pequenos escravistas nas Gerais possuíam parcela significativa do total da escravaria. Em Pitangui, o conjunto dos proprietários com 5 ou menos cativos detinha 28,3% da massa escrava existente naquela localidade em 1718 e 29,7% em 1723; no Serro do Frio o percentual correlato elevava-se a 34,9% em 1738; em Congonhas do Sabará, tal participação atingia 29,1% em 1771 e 34,7% em 1790; e, em 1804, os percentuais correspondentes alcançavam-se a 26,3% e 47,1%, respectivamente, em São Caetano e em Vila Rica. Já os proprietários com mais de 20 cativos detinham, do total da massa escrava, um mínimo de 12,8% (em Vila Rica em 1804) e um máximo de 36,3% (em São Caetano, também em 1804); esses escravistas de maior porte, cabe salien-

tar, em todas as localidades e anos estudados por Luna, corresponderam sempre a menos de 6% do número total de proprietários de cativos.

Os índices de Gini, calculados pelo autor em foco para as localidades por ele analisadas, assumiram valores entre 0,403 (em Pitangui em 1718) e 0,573 (no Serro do Frio em 1738 e em São Caetano em 1804).⁽¹⁷⁾ Consoante Luna, "tais cifras, que podem ser consideradas baixas, (...) revelam uma distribuição de escravos relativamente proporcionada." ⁽¹⁸⁾ De fato, esses valores são, em todos os casos, menores do que aqueles calculados por Stuart B. Schwartz relativos às paróquias do Recôncavo Baiano predominantemente voltadas à produção açucareira, nas quais, como se verá adiante, os índices de Gini oscilaram entre o mínimo de 0,62 e o máximo de 0,77. Nas palavras de Schwartz, "as posses nas zonas de mineração, portanto, eram de alguma forma menores e menos concentradas do que as do Recôncavo."⁽¹⁹⁾

Luna, ademais, compara os índices de Gini encontrados para Minas Gerais com aqueles calculados por Alice P. Canabrava para várias localidades paulistas. Essa autora baseia-se em um conjunto de recenseamentos realizados entre os anos de 1765 e 1767, a mando do então governador da Capitania de São Paulo, o morgado de Mateus; tais documentos "(...) informam sobre o número dos habitantes livres nas localidades de referência e quanto ao valor dos bens que possuem."⁽²⁰⁾ Os resultados obtidos para as vinte localidades paulistas consideradas mostraram-se mais elevados que os concernentes à região mineratória. Como assinala Alice Canabrava,

"Estamos (...) em presença de uma tendência bem caracterizada, comum a todas as populações da capitania de São Paulo em 1765-67, quanto à estrutura da distribuição da riqueza, que se caracteriza por alto grau de concentração. Os índices de C. Gini (...) são apresentados em dois grupos para melhor indicar o fenômeno: os relativos à parcela de população que possuía bens variavam entre 0,60 e 0,78; os que dizem respeito ao número total de famílias, ou seja, considerando-se juntamente

as famílias sem bens, variam de 0,75 a 0,93." (21)

Os dados disponíveis para as localidades mineiras de São Caetano e Vila Rica em 1804 permitiram a Luna analisar com maior detalhe a estrutura da posse de escravos segundo a atividade econômica desempenhada pelos proprietários, destacando-se os mineradores e os agricultores. No caso destes últimos, a média de cativos por proprietário foi de 9,6 em São Caetano, atingindo o valor de 13,0 em Vila Rica. Quanto aos mineradores, a posse média de escravos elevou-se a 22,9 e 11,8, respectivamente, em São Caetano e Vila Rica. Para os demais segmentos sócio-econômicos contemplados - faiscadores, artesãos, comerciantes, eclesiásticos e funcionários, militares e milicianos - , o número médio de cativos radi- cou-se entre o mínimo de 2,0 (no caso dos faiscadores de Vila Rica) e o máximo de 4,9 (no caso dos eclesiásticos, também de Vila Rica).⁽²²⁾

Dois outros trabalhos acerca da estrutura da posse de cativos nas Minas Gerais, também de autoria de Francisco Vidal Luna, devem ser igualmente referidos. Em cada um deles , o autor dedica-se ao estudo de um conjunto de localidades em uma determinada data, data esta representativa de uma etapa bem definida no desenvolvimento da atividade mineratória. No primeiro, Luna volta sua atenção para dezoito localidades mineiras em 1718, "(...) momento este caracterizado pela consolidação da atividade aurífera e implantação dos núcleos urbanos."⁽²³⁾ No segundo, o autor restringe-se à fase de decadência da mineração, abrangendo em sua análise dez localidades das Gerais em 1804.⁽²⁴⁾ Em ambos os trabalhos mencionados evidenciam-se novamente, de um lado, a presença marcante entre os escravistas daqueles com poucos escravos e, de outro, a posse, por esses proprietários de menor porte, de parcela relevante da massa cativa total.

Com relação a 1718 Luna observa que,

"De modo geral, cerca de 60% dos proprietários pos

suía massa escrava composta por cinco ou menos pessoas; destacam-se Bahependy-Ajuruoca, com 77,38% e Congonhas do Campo, com 71,96%. No extremo oposto, encontramos São Sebastião e Itatiaia com 41,44% e 46,58%, respectivamente (...). Por outro lado, a participação {da escravaria possuída por esses escravistas de menor porte-JFM} na massa escrava como um todo, situava-se em torno de 22%, embora apresentasse significativas variações por localidade: do mínimo de 9,32%, em São Sebastião, ao máximo de 50,28% em Bahependy-Ajuruoca." (25)

A média de cativos por senhor oscilou entre os valores de 4,20 e 12,38, respectivamente, em Bahependy-Ajuruoca e São Sebastião. A moda foi igual à unidade em 10 das 18 localidades estudadas, elevando-se a 2 nas 8 restantes. A mediana radicou-se entre 3 e 5 em 16 casos, sendo as duas únicas exceções São Sebastião (com mediana igual a 7) e Congonhas do Campo (com mediana igual a 2). O índice de Gini, a sua vez, variou de um mínimo de 0,392 (em Bahependy-Ajuruoca) a um máximo de 0,567 (nos distritos de São João d'El Rey).⁽²⁶⁾

De outra parte, com fundamento nos dados concernentes a 1804, Luna constata, uma vez mais, "(...) a significativa participação do pequeno proprietário; assim, os senhores com cinco ou menos escravos representaram mais de 70% dos proprietários em sete dos dez núcleos estudados (...)." ⁽²⁷⁾ O autor observa que os grandes e médios senhores, assim entendidos aqueles com mais de 10 cativos, faziam-se relativamente mais presentes nas áreas menos urbanizadas, quer as dedicadas à agricultura, quer à mineração; em contrapartida, tomando-se seu peso no total da massa escrava, "(...) os senhores de menores posses, considerados aqueles com até dez escravos, continuavam com participação marcante, particularmente nas áreas mais urbanizadas como Vila Rica (71,20%), Mariana (77,95%) e Passagem (62,68%)." ⁽²⁸⁾ A média de escravos por proprietário oscilou entre o mínimo de 3,46 (Mariana) e o máximo de 11,10 (Gama); em 7 das 10 localidades analisadas, a moda foi igual à unidade e a mediana igual ou menor do que três.

Ainda a partir dos informes atinentes a 1804 três outras relações são enfocadas por Luna. A primeira delas, entre a faixa etária dos proprietários e a magnitude da escravaria possuída: "nota-se que os senhores entre 40 e 69 anos foram aqueles que possuíam relativamente a maior parcela dos escravos."⁽²⁹⁾ Verificou o autor, ademais, certa correspondência entre o sexo do proprietário e o dos respectivos cativos, não obstante o elemento masculino predominasse entre os escravos, em todas as localidades; assim, por exemplo,"(...) em quatro dos oito núcleos para os quais temos dados, o contingente de escravas mostrava-se majoritário na escravaria possuída pelas mulheres."⁽³⁰⁾ Por fim, em termos da média de cativos por proprietário segundo a atividade econômica desempenhada por este último, observa Luna que "de modo geral, a média dos elementos dedicados alternativamente à agricultura ou à mineração, mostravam-se elevadas, comparativamente às demais (...)."⁽³¹⁾

O estudo da estrutura da posse de escravos para o caso da economia açucareira trouxe à luz resultados que também podem ser considerados, em certa medida, inesperados, embora, indubitavelmente, nem de perto tão surpreendentes quanto aqueles verificados com relação à atividade mineratória. Caio Prado Jr., em seu Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia, referia-se, com fundamento nos relatos de Henry Koster e de Santos Vilhena, à existência de plantéis de grande porte dedicados à produção de açúcar, por ele qualificada como a "produção típica da agricultura colonial":

"O número de escravos empregados num engenho de primeira ordem é, segundo Koster (Pernambuco), 80 no mínimo; Vilhena (Bahia) afirma que quem não tem para mais de 80 é reputado fraco senhor de engenho; mas este número, pelo menos no Rio de Janeiro, donde possuímos dados específicos, não é comumente atingido. Naquela capitania, há os extremos, como o engenho seqüestrado aos Jesuítas, com 1.400; o da Ordem de São Bento, com 432; e o dos Viscondes de Asseca, os grandes barões 'feudais' dos Campos dos Goitacases, com 200. Mas a generalidade

é de contingentes mais baixos." (32)

Os dados específicos para a capitania do Rio de Janeiro, mencionados por Caio Prado Jr., são provenientes da Relação do Marquês do Lavradio, de 1778. Essa Relação acompanhava o relatório do Marquês entregando o governo ao seu sucessor no Vice-Reinado. Tal fonte documental é igualmente compulsada por Stuart B. Schwartz, que observa que dela consta o registro de "(...) 109 propriedades com uma média de apenas 36 escravos, e uma mediana de 30 escravos por propriedade".(33)

De outra parte, em sua análise acerca da grande propriedade rural, Alice P. Canabrava escreve que "engenhos de 50 escravos são reputados medíocres no final do século XVIII, mas considerava-se o mínimo de 40 escravos indispensáveis para que o engenho pudesse moer 'redondamente' durante as 24 horas do dia." Essa autora menciona, tal como Caio Prado Jr. o fizera, as propriedades dos jesuítas e dos beneditinos na capitania do Rio de Janeiro, respectivamente, com 1400 e 432 cativos, mas ressalva, também à semelhança daquele autor, que "estes casos devem ser considerados antes exceções, pois, segundo parece, teriam predominado os pequenos engenhos com reduzido número de escravos e movidos pela força animal".(34)

Para que se obtenha uma noção mais precisa acerca das efetivas características da estrutura da posse de cativos na economia açucareira, é oportuno que se volte a atenção, antes do mais, para o caso da Bahia, pois, como observa Schwartz, "(...) as plantações baianas de açúcar representavam as maiores unidades e apresentavam as mais elevadas concentrações de escravos da colônia".(35) Esse autor baseia seu estudo sobre os "padrões de propriedade de escravos", fundamentalmente, em um conjunto de listas dos cativos existentes na Bahia, que compõem a documentação remanescente de um recenseamento de proprietários de escravos, realizado entre setembro de 1816 e janeiro de 1817, por ordem do então governador da capitania, o Conde dos Arcos. Para a confecção desse arrolamento

lamento, os escravistas deveriam declarar a totalidade das propriedades que possuíam. De tais listas constam mais de 4600 proprietários, detentores, em seu conjunto, de pouco menos de 34000 cativos, correspondentes a cerca de 23% do total da escravaria baiana. Ademais, constam da documentação referida os escravistas e os escravos de 165 engenhos existentes nos povoados de São Francisco e de Santo Amaro; esses engenhos "(...) eram os maiores e os melhores da capitania, e devem representar o limite superior da propriedade de escravos na Bahia." (36)

Contudo, não obstante tais engenhos fossem "os maiores e os melhores da capitania", e as plantações baianas de açúcar apresentassem "as mais elevadas concentrações de escravos da colônia", apenas aproximadamente 15% deles possuíam 100 ou mais cativos, e tão-somente 1 dentre os 165, o de Sergipe do Conde, contava com mais de 200 escravos. Era de 65,5 o número médio de escravos por senhor de engenho. Tais dados são conducentes à observação seguinte, feita por Schwartz: "propriedades com uma força escrava desta magnitude não parecem ajustar-se à imagem das plantações brasileiras como um grande latifúndio, onde centenas de escravos trabalhavam sob o controle unitário e patriarcal de um senhor residente" (37)

Mas o autor em questão sugere, por outro lado, que a mão-de-obra escrava empregada pelos engenhos, enquanto unidades de produção, não se restringia unicamente ao contingente de cativos possuído pelo senhor de engenho. Schwartz assinala que cada uma dessas unidades produtivas dependia, em média, do fornecimento realizado por 3 lavradores de cana, sendo de 10,5 o número médio de escravos possuídos por tais lavradores. Dessa forma,

"se a força escrava dos engenhos incluísse não apenas os escravos de propriedade dos senhores de engenho, mas também aqueles mantidos pelos lavradores de cana (...), então o número médio de escravos por engenho elevar-se-ia a 96, resultado este muito mais de acordo com a centena de escravos estimada por vários observadores

nos séculos XVII e XVIII." (38)

Schwartz sugere igualmente que outros proprietários de cativos, além dos lavradores de cana, poderiam fornecer mão-de-obra escrava adicional aos engenhos, tais como agregados, moradores, artesãos e gerentes. (39)

Os senhores de engenho, mesmo quando se consideram unicamente as vilas de São Francisco e Santo Amaro - "o coração da economia açucareira do Recôncavo" - , correspondiam a tão-somente 7,7% dos 2152 escravistas existentes naquelas localidades baianas. Outros 953 proprietários de escravos (44,2% do total) foram também classificados por Schwartz como vinculados a atividades primárias, mas o número médio de cativos por eles possuídos era bem menor do que os 65,5 característicos dos senhores de engenho, oscilando entre um máximo de 19,3, no caso dos plantadores de tabaco, a um mínimo de 1,7, no caso dos pescadores. No que respeita às atividades secundárias, os 23 donos de alambique possuíam, em média, 12,1 cativos, e alçava-se a apenas 2,4 o número médio de escravos de propriedade dos 18 escravistas artesãos. Por fim, nas ocupações terciárias, que congregavam eclesiásticos, profissionais liberais, pequenos negociantes etc, o maior número de cativos, em média, era possuído pelos 2 donos de trapiche (6,0), e o menor, pelos 2 feitores (1,5). (40) Desse forma, escreve Schwartz,

"(...) a maioria dos proprietários de escravos não se dedicava primariamente à produção de açúcar, mas estava envolvida em outras atividades econômicas ou vivendo em assentamentos urbanos, que apresentavam níveis de concentração da riqueza em escravos muito mais baixos. (...) Ao fim da era colonial, (...) nem o Brasil como um todo nem o Recôncavo baiano eram mais simples plantações de açúcar." (41)

A vinculação entre atividade econômica e estrutura da posse de cativos é patenteada pelo autor em foco através da distribuição das diversas paróquias baianas segundo a natureza dos distintos espaços econômicos e da comparação do núme-

ro médio de escravos possuídos por proprietário, bem como do índice de Gini. O número médio de cativos era de 4,0 nas paróquias de caráter mais nitidamente urbano, de 4,5 naquelas predominantemente voltadas à produção de subsistência, de 5,2 onde à produção de subsistência aliava-se, com expressividade semelhante, a criação de gado, de 6,6 nas paróquias caracterizadas por uma agricultura mista (mandioca e cana-de-açúcar) e, finalmente, de 11,7 naquelas mais completamente direcionadas à atividade açucareira. Nesses cinco "espaços econômicos", o índice de Gini, respectivamente, radicou-se em meio aos seguintes intervalos: 0,23 a 0,36 , 0,38 a 0,45 , 0,48 , 0,52 a 0,59 e 0,62 a 0,77 . Ademais, internamente à região voltada predominantemente à produção do açúcar, Schwartz observa que "em comparação com as paróquias açucareiras tradicionais, aquelas de implantação mais tardia (...) -mais distantes da costa, na fronteira do Recôncavo - apresentavam em geral (...) uma concentração da riqueza em escravos mais baixa do que paróquias mais próximas à costa (...)"⁽⁴²⁾

Em suma, os dados trabalhados por Schwartz para o caso da Bahia na segunda década do século dezanove, vale dizer, para o caso de uma "região tradicionalmente associada à economia açucareira", indicam que "(...) os engenhos proprietários de escravos no Recôncavo eram geralmente menores do que supunham os historiadores; a maioria dos proprietários possuía menos do que quatro escravos, e cerca de metade dos escravos vivia em unidades menores do que vinte".⁽⁴³⁾ Dessa maneira, há que perfilar o comentário seguinte, daquele mesmo autor:

"Sendo a posse de escravos em pequena escala uma característica predominante na Bahia, e as posses de tamanho médio o caso mais comum na economia açucareira, coloca-se como necessidade uma revisão das antigas noções quanto às relações entre senhores e escravos e quanto à base das atitudes patriarcais bastante difundidas e que eram mantidas por alguns senhores em relação a seus escravos." (44)

Dados referentes à estrutura da posse de cativos na atividade açucareira têm sido trabalhados, outrossim, para duas outras regiões brasileiras, quais sejam, a fluminense e a paulista. No caso da capitania do Rio de Janeiro, a estrutura da posse de escravos é analisada por Iraci Costa com fundamento nos informes disponíveis para 1778, constantes da Relação do Marquês do Lavradio.⁽⁴⁵⁾ Costa centra sua atenção no estudo da posse de cativos nos engenhos e engenhocas fluminenses que se encontravam em atividade àquela época, e para os quais se informava, na dita Relação, o número de escravos possuídos.⁽⁴⁶⁾ Quanto às engenhocas, que correspondiam a mais de um terço das unidades produtivas computadas e que continham apenas 14,0% do total de cativos considerados, o autor em foco verifica que, "em média, em cada engenhoca contavam-se 10,82 cativos, a moda correspondia a 6 escravos e o valor do índice de Gini era 0,416, a indicar que não havia grande concentração da propriedade escrava dos proprietários votados à produção da aguardente."⁽⁴⁷⁾

No que se refere aos engenhos fluminenses, que produziam açúcar e aguardente, são os seguintes os indicadores estatísticos calculados por Costa: média de 35,98 cativos por propriedade; moda igual a 30 escravos; e índice de Gini alcançando-se a 0,522. Esse autor, ademais, compara tais indicadores com aqueles, também concernentes especificamente a engenhos de açúcar, calculados para algumas localidades paulistas e baianas. Consoante escreve Costa,

"(...) a média de cativos por propriedade mostrava-se, no Rio de Janeiro, acima da vigente em São Paulo e muito inferior à observada na Bahia; quanto à moda, nos engenhos fluminenses verificava-se valor que equivalia ao dobro do vigente em São Paulo. Com respeito ao índice de Gini, o Rio de Janeiro distinguia-se marcadamente das outras duas capitanias; destarte, a concentração da propriedade escrava era bem superior no Rio(...) do que naquelas capitanias: o valor máximo na Bahia alcançava-se a 0,30 e em São Paulo atingia 0,37. Isto significa que a massa de proprietários fluminenses era marcadamente mais heterogênea do que a paulista e a baiana.

Do exposto pode-se concluir que a escala dos engenhos paulistas era menor do que a dos demais e que o porte dos mesmos não era muito dessemelhante; na Bahia encontravam-se as propriedades maiores e mais homogêneas, enquanto as do Rio mostravam-se mais diversificadas em termos de escala e esta apresentava-se nitidamente superior à de São Paulo e claramente inferior à da Bahia." (48)

Com relação à capitania, depois província de São Paulo, e a partir de levantamentos censitários atinentes às primeiras décadas do século passado, Suely Robles Reis de Queiróz fornecia já, há mais de vinte anos, alguns dados interessantes sobre a estrutura da posse de cativos em algumas localidades onde se fez sentir mais intensamente o surto paulista de produção canavieira. Assim, por exemplo, na 1ª Companhia de Porto Feliz em 1805, há "(...) pelo menos um plantador de canas de partido que não tem escravos. Os demais apresentam uma média de 4 escravos para cada proprietário. Já os engenhos desta Cia. têm em média 18 escravos." (49) A mesma Porto Feliz, em 1822, possuía 85 engenhos em suas 5 Cias. de Ordenanças: 42 deles com de 20 a 50 e 3 com mais de 50 cativos (o maior deles com 67 escravos). (50) Nesse mesmo ano de 1822, escreve Suely Queiróz,

"Campinas possuía (...) 96 engenhos nos quais havia ao todo 2974 escravos, o que daria para cada fazenda uma média aproximada de 30 escravos (...). De 96 engenhos, 59 apresentavam uma quantidade de escravos acima de 20 cabeças o que significa uma proporção de mais de 50% relativamente ao total de fazendas de cana. {...}

"Um proprietário, natural da Cutia, relaciona no seu engenho 163 cativos. Dentre os 59 engenhos citados 10 têm entre 60 e 80 escravos. Dezoito têm de 40 a 60 cativos e os restantes, que são 30, entre 20 e 40. Ainda assim, há uma porcentagem de 49%, praticamente a metade, para as fazendas com mais de 40 escravos, o que faz de Campinas, já nessa época, um centro açucareiro de grande importância." (51)

Ao apresentar tais dados sobre o número de escravos dos engenhos, a autora em questão revela, aparentemente, uma preocupação em comparar as propriedades paulistas com as de ou-

tras regiões do Brasil. De fato, partindo da informação acerca da escravaria dos engenhos fornecida por Antonil - "(...) escravaria (que nos maiores engenhos passa o número de cento e cinquenta e duzentas peças, contando a dos partidos)" (52) - , Suely Queiróz afirma:

"Ora os engenhos de açúcar paulistas nunca alcançaram a notoriedade dos seus congêneres do Nordeste e da zona fluminense. Pode-se afirmar todavia, que algumas propriedades campineiras não estavam longe das de Pernambuco, Bahia, em escravatura, pois (...) havia vários engenhos que possuíam 80 escravos e um até 163.

"Quando Antonil fala em 150 ou 200 escravos, refere-se às maiores lavouras e ainda assim, juntando a escravaria dos partidos, a qual sendo excluída reduziria certamente o total da propriedade. Além disso, o Nordeste sempre foi maior produtor - quando houve o surto a çucareiro paulista contudo, a opulência assinalada para o século 17 já declinara, de maneira que, os de lá não se distanciariam muito dos de São Paulo em relação à escravatura." (53)

Como se depreende das características da estrutura da posse de cativos nos engenhos baianos e fluminenses, explicitadas anteriormente nesta seção, foram acertadas as ressalvas de Suely Queiróz às estimativas feitas por Antonil. Não obstante, considerados os valores do número médio de escravos possuídos, a "distância" entre os engenhos paulistas e os baianos, estes últimos, como visto, bem maiores em média, era ainda bastante expressiva em fins da segunda e início da terceira décadas do século dezenove.

II.2 São Paulo e Paraná: "matéria-prima" para o aprofundamento do estudo da estrutura da posse de escravos.

Desde o pioneiro Minas Gerais: escravos e senhores, a maioria dos trabalhos sobre a estrutura da posse de cativos tem-se voltado para o estudo de localidades situadas em Minas Gerais ou em São Paulo, incluídas neste último caso algumas localidades paranaenses, as quais são analisadas em perí

odo em que o Paraná ainda não se constituía em província autônoma, desmembrada da província paulista. É certo que os trabalhos sobre São Paulo não acarretaram uma alteração significativa na interpretação sobre o tema que pré-existia na historiografia tradicional, como foi o ocorrido com relação à atividade mineratória. Não obstante, não é menos certo que tais trabalhos têm propiciado aos estudiosos do passado brasileiro oportunidade ímpar para que se aprofunde o entendimento acerca da estrutura da posse de escravos, a qual, como bem observado por Francisco Vidal Luna e Irací Costa, define-se "(...) como um dos elementos basilares da economia escravista brasileira (...)".⁽⁵⁴⁾

Adicionalmente, os estudos acima mencionados, calcados em levantamentos censitários, têm privilegiado o período que abrange as décadas finais do século dezoito e, em especial, os primeiros decênios do século passado. Assim, por exemplo, Luna e Costa, trabalhando em co-autoria, dedicam-se à análise da estrutura da posse de cativos em dez localidades paulistas no ano de 1804. Os núcleos populacionais contemplados - Campinas, Curitiba, Guaratinguetá, Iguape, Itu, Jacareí, Lorena, Mogi das Cruzes, São Sebastião e Sorocaba - , representativos de regiões diversas da então capitania de São Paulo, congregavam, em conjunto, aproximadamente um terço da população paulista. A participação relativa, em todas as localidades analisadas, dos domicílios em que havia cativos mostrou-se sempre significativa, variando de um mínimo de 13,9% em Jacareí a um máximo de 38,3% em São Sebastião: "em seis das dez localidades estudadas, as unidades domiciliares com escravos representavam mais de um quarto do número total de domicílios."⁽⁵⁵⁾

Os autores referidos observam que, em São Paulo, o perfil característico da distribuição da propriedade escrava não difere do constatado para outras regiões do Brasil, no que diz respeito à presença marcante dos pequenos plantéis. Dessa forma, escrevem Luna e Costa,

"(...) reunidas todas as localidades estudadas, verifica-se que mais de um quarto dos proprietários possuía apenas um cativo; com quantidade de escravos a variar de um a cinco contamos 1966 senhores, que correspondiam a 70% do total de proprietários. Correlatadamente, os 42 detentores de avultada massa de escravos - 41 ou mais - , representavam, tão-somente, 1,5% do número total de senhores (...). Um grande número de pequenos proprietários e uma reduzida quantidade de senhores com muitos escravos é a tônica, observável também (...) nos centros onde compareciam os senhores de engenho entre os quais se encontravam os maiores proprietários." (56)

Mais ainda, os proprietários com 5 ou menos cativos possuíam entre 16,2% (em Itu) e 45,0% (em Jacareí) do total da escravaria existente, respectivamente, em cada localidade. O percentual correspondente, para os senhores com mais de 40 escravos, oscilou entre zero (em Iguape e em Jacareí) e 25,4% (em Itu). (57)

Levando-se em conta a atividade econômica dos senhores, Luna e Costa observam que aqueles anotados nas fontes documentais explicitamente como agricultores possuíam em média 5 cativos; já para os senhores de engenho, o mesmo indicador variou de 12,1 em Guaratinguetá a 46,0 em Lorena. Não obstante a maior dispersão neste último caso, a consideração dos valores assumidos pelo índice de Gini, dentro de cada localidade tomada isoladamente, permite aos autores afirmar que

"(...) ao contrário do que prevalecia entre os agricultores, no grupo dos senhores de engenho não ocorriam estratos marcantes, ou seja, a riqueza pertencente a este segmento economicamente privilegiado distribuíase mais harmoniosamente entre seus integrantes do que a pertencente ao conjunto de agricultores." (58)

De fato, enquanto entre os agricultores o índice de Gini flutuou entre um mínimo de 0,44 (em Curitiba) e um máximo de 0,54 (em Lorena), no caso dos senhores de engenho o maior valor encontrado foi de 0,47 (em Guaratinguetá) e o menor foi de 0,33 (em Sorocaba). Já a moda igualou-se à unidade , para o total dos proprietários de escravos, em todas as localidades computadas; tomados tão-somente os agricultores, só

não foi igual a 1 em São Sebastião, onde seu valor foi 2; e variou entre 5 (em Sorocaba) e 15 (em Campinas), considera - dosos senhores de engenho isoladamente.⁽⁵⁹⁾ Cerca de um quarto dos escravistas não se vinculavam às atividades agrícolas. Entre eles, os mais numerosos eram os artesãos e os indivíduos envolvidos com o comércio. O número médio de cativos de artesãos oscilou entre 1,3 (em Campinas) e 3,5 (em Iguape); tal indicador, no caso dos proprietários voltados à atividade comercial, esteve entre 1,8 (em Mogidas Cruzes) e 6,4 (em Sorocaba).⁽⁶⁰⁾

Dentre as dez localidades paulistas cuja estrutura da posse de cativos, em 1804, foi analisada por Luna e Costa, três - Sorocaba, Lorena e Jacareí - foram posteriormente objeto de trabalhos isolados, nos quais aquele mesmo tema foi desenvolvido. No primeiro desses trabalhos, Francisco Vidal Luna volta sua atenção para Sorocaba abrangendo, em seu estudo, dez diferentes anos compreendidos no período de 1778 a 1836. De acordo com o autor, "nesses anos, cerca de 20% dos fogos apresentavam escravos, sendo, o primeiro da série, 1778, o de maior participação (23,18%) e 1798 (14,69%), o extremo oposto."⁽⁶¹⁾

Adicionalmente, em Sorocaba, no período em questão, esteve sempre próxima dos três quartos a participação, no total dos escravistas, daqueles que possuíam de 1 a 5 cativos; tais proprietários, em seu conjunto, respondiam pela posse de aproximadamente um terço da massa escrava. Em contrapartida, ao considerar os escravistas de maior porte, detentores de plantéis com mais de 40 cativos, Luna observa que eles perfaziam "(...) um número reduzido, cerca de 1% dos senhores; seu contingente de cativos representava 10 a 15% do total."⁽⁶²⁾ Ao longo dos anos estudados, a média de escravos por proprietário manteve-se aproximadamente igual a 5, enquanto a mediana e a moda igualaram-se, em quase todos os anos, respectivamente, a 3 e a 1; o cálculo do índice de Gini resultou em valores relativamente estáveis no tempo, entre

um mínimo de 0,528 (em 1778) e um máximo de 0,581 (em 1836).
(63) Ademais, o valor referido para a média mostrou-se semelhante tanto para os escravistas do sexo masculino como para os do sexo oposto.⁽⁶⁴⁾ Cabe também mencionar que, entre os cativos pertencentes aos proprietários homens de Sorocaba, percebe-se uma participação mais intensa dos indivíduos do sexo masculino; essa correspondência entre o sexo do proprietário e o de seus escravos, todavia, não se verifica nos plantéis pertencentes a mulheres.⁽⁶⁵⁾

No que diz respeito às atividades econômicas dos escravistas sorocabanos, faziam-se mais presentes aqueles voltados à agricultura e, muito embora sua participação fosse declinante ao longo do tempo (correspondiam a 71,8% dos proprietários em 1798 e a 28,2% em 1836), foi crescente o número médio de cativos por eles possuídos (4,7 em 1778 ; 7,6 em 1836).⁽⁶⁶⁾ É crescente, também, o número dos proprietários dedicados ao "comércio e tropas", possuindo em média, no decorso do período em questão, entre 4 e 6 cativos. De outra parte, escreve Luna, "(...) lembremos a existência em Sorocaba da Imperial Fábrica de Ferro Ypanema. Foi citada em dois dos anos aqui considerados (1824 e 1829), no primeiro com 78 escravos e no segundo com 60."⁽⁶⁷⁾

Por fim, ainda em seu estudo sobre Sorocaba, Luna igualmente identifica, embora não se dedique a desenvolver a análise deste tópico, os efeitos do ciclo de vida dos proprietários de cativos sobre o tamanho dos plantéis. Nas palavras do autor:

"Outra questão diz respeito à relação entre a idade do senhor e a posse de escravos. Se tomarmos os proprietários divididos por faixas etárias, verificamos, tanto para os indivíduos do sexo masculino como do feminino, uma relativa proporcionalidade entre a sua idade e os escravos possuídos, revertendo-se tal tendência nas faixas de idade mais elevadas." (68)

Vale a pena mencionar, em um breve parêntesis, que essa relação entre o ciclo de vida dos escravistas e a posse de

cativos é estudada com maior detalhe por Iraci Costa, a partir de levantamentos censitários concernentes a 8 localidades mineiras e 10 paulistas, todas em 1804. Para Minas Gerais, observa o autor "(...) o persistente incremento do número médio de escravos que, de 1,1 relativo à faixa dos 10 aos 19 anos, alça-se a 8,4 para a faixa dos 80 e mais anos de idade."⁽⁶⁹⁾ No caso de São Paulo, verifica-se que, excluindo os senhores de engenho, o comportamento da relação em tela mostra-se similar ao acima descrito por Luna para Sorocaba. Já para os senhores de engenho paulistas, a média de escravos por proprietário mostra-se inequivocamente - e fortemente - crescente apenas a partir da faixa etária dos 60 aos 69 anos, evidenciando "(...) a relativa homogeneidade da massa escrava pertencente aos distintos senhores de engenho { ... a qual-JFM ... } estaria a indicar a prevalência de um dimensionamento ótimo da planta dos engenhos paulistas existentes à época."⁽⁷⁰⁾

A relação entre a idade dos escravistas e a quantidade de cativos possuídos é apontada, outrossim, no caso da localidade de Jacareí. É novamente Francisco Vidal Luna o autor de um artigo sobre a estrutura da posse de escravos nessa localidade, a partir dos dados referentes aos anos de 1777, 1804 e 1829, provenientes das listas nominativas de habitantes. Consoante Luna

"os resultados obtidos sugerem também uma proporcionalidade entre a idade dos proprietários e seu maior peso quanto aos escravos possuídos. A média de escravos por senhor também mostrou certa relação direta com a idade do proprietário. Tais evidências parecem indicar a acumulação de recursos ao longo da vida dessas pessoas, materializada no plantel de escravos." (71)

Por outro lado, os informes atinentes a Jacareí consubstanciam-se em mais um exemplo da relevância possuída pelos escravistas de menor porte em São Paulo. Os senhores com 5 ou menos cativos correspondiam a 83,7% dos proprietários em 1777, percentual que se iguala a 79,3% em 1804 e a 71,1% em

1829. Esses escravistas menores possuíam 56,7% da escravaria em 1777, 44,5% em 1804 e 28,7% em 1829. Observando tais valores, salienta Luna que, "de modo geral, ao longo do período 1777-1829, elevou-se o tamanho dos plantéis e o peso dos grandes proprietários."⁽⁷²⁾ De fato, o número médio de escravos por senhor cresce entre os três anos considerados, de 2,9 para 3,7 e de 3,7 para 5,6; já os valores calculados do índice de Gini alçaram-se a 0,43 em 1777, 0,48 em 1804 e 0,57 em 1829.⁽⁷³⁾ Ademais, o autor procura vincular essas alterações na estrutura da posse de cativos às mudanças que se verificam quanto às atividades produtivas as quais, de uma situação inicial de preponderância da produção de gêneros de subsistência, vivenciam em certa medida o surto açucareiro paulista e, em seguida, a vigorosa penetração da cafeicultura.

Duas outras verificações feitas por Luna devem ser aqui explicitadas. Em primeiro lugar, considerados os números totais de fogos existentes em Jacareí nos três anos selecionados para estudo, havia escravos em 14,6% deles em 1777, 13,9% em 1804 e 16,8% em 1829, porcentuais que são baixos relativamente à maioria das localidades paulistas cuja estrutura da posse de cativos tem sido analisada.⁽⁷⁴⁾ Em segundo, tal como em Sorocaba, Luna realiza o "cruzamento" das informações sobre o sexo dos senhores e o dos escravos, sobre o qual afirma: "verificamos em outros trabalhos, a existência de uma certa correspondência entre o sexo dos proprietários e o de seus respectivos cativos. Tal fato deu-se também em Jacareí nos dois últimos anos (1804 e 1829) mas não em 1777."⁽⁷⁵⁾

Além de Sorocaba e de Jacareí, igualmente Lorena é objeto de um trabalho específico dedicado ao estudo da estrutura da posse de escravos. Iraci Costa e Nelson Nozoe servem-se das listas nominativas referentes a quatro das oito Companhias de Ordenanças que, em 1801, compunham a mencionada vila.⁽⁷⁶⁾ No que respeita aos padrões de propriedade de cativos, constata os autores "(...) a repetição para Lorena de

1801, da estrutura de posse observada em outras áreas do Brasil, bem como em outros momentos do tempo na própria Capitania de São Paulo."⁽⁷⁷⁾ Dessa forma, com 5 ou menos escravos, computaram-se 69,7% dos proprietários, os quais possuíam 28,9% do total da escravaria; de outra parte, com plantéis compostos por mais de 15 cativos foram anotados 6,2% dos escravistas, detentores de 30,0% da massa escrava.⁽⁷⁸⁾ Com relação aos indicadores estatísticos, Costa e Nozoe informam que "(...) a média por proprietário alcançou 5,6 cativos, a classe modal correspondia a um, a mediana situou-se nos três escravos (indicador válido para os escravistas) e o índice de Gini igualou 0,536."⁽⁷⁹⁾

Para os escravistas do sexo masculino, tomados isoladamente, o índice de Gini alçou-se a 0,546, atingindo o valor de 0,477 no caso das proprietárias de cativos. Estas últimas possuíam, ademais, em média, um menor número de escravos do que os homens. Quanto a este último aspecto, os autores aludidos observam que,

"(...) considerando-se as faixas de tamanho dos plantéis, impõem-se novas evidências. Verifica-se, de pronto, que o desequilíbrio ora apontado situava-se, basicamente, na faixa superior de tamanho de posse {16 a 41 cativos-JFM} ; nela os homens representavam 90% dos escravistas e, em média, detinham 28,44 enquanto o mesmo indicador caía a 18,00 para as mulheres." (80)

De outra parte, Costa e Nozoe não detectam, na Lorena do início do século passado, qualquer relação entre o sexo dos proprietários e o de seus respectivos escravos: "(...) ao que nos parece, a composição sexual da escravaria prendia-se ao montante de recursos possuídos pelos escravistas."⁽⁸¹⁾

Os informes acerca da atividade econômica dos proprietários de cativos permitem verificar que a sua grande maioria (80,9%) era formada por senhores de engenho, criadores de animais e agricultores. Os indivíduos dedicados às duas primeiras dessas atividades, computados conjuntamente, detinham, em média, 14,2 escravos; para os agricultores, esse número

médio atingia o valor de 4,3. Todas as demais atividades observadas (artesãos, negociantes e rentistas, eclesiásticos e profissionais liberais) eram caracterizadas por posses de cativos mais modestas, entre 2,5 e 3,6 escravos em média. Dessa forma, "(...) as atividades que se mostrariam posteriormente típicas da vida citadina, viam seus integrantes maciçamente concentrados nas faixas concernentes aos pequenos proprietários: 87% deles detinha de 1 a 4 escravos." (82)

Dentre as inúmeras inferências apresentadas pelos autores em questão colocam-se as derivadas do aumento verificado na taxa de masculinidade vigente para os cativos, à medida que cresce o tamanho dos plantéis. Consoante aventam Costa e Nozoe,

"(...) pode-se inferir que o ingresso à condição de escravista dava-se, preferencialmente, mediante a propriedade de um escravo do sexo feminino; o comportamento da taxa de masculinidade sugere, também, a existência de um processo diferenciado de acumulação em escravos do qual resultava, nos plantéis de grande porte, uma composição em que se via privilegiado o elemento masculino." (83)

Mais ainda, afirmam os autores que, em geral, os escravistas - qualquer que fosse o tamanho de sua posse - , no processo de formação dos plantéis, "(...) não discriminavam os cativos segundo a origem e a cor. Não obstante, tendiam a atuar seletivamente no tocante à idade, sendo tal ação distinta segundo a procedência dos escravos." (84) Assim, por exemplo , constataram Costa e Nozoe que, nos plantéis com mais de 15 cativos, havia forte concentração de africanos em idade adulta (15 a 59 anos); outrossim, nos plantéis inseridos na faixa de 6 a 15 escravos, concentravam-se as crianças coloniais.

Adicionalmente, quanto aos proprietários, os dados disponíveis sobre compra e venda de cativos permitem aos autores avançar "(...) três conclusões: modesta participação dos grandes escravistas no tráfico interno de escravos; marcante

presença feminina nas transações de venda e, nestas últimas operações, a participação mais do que proporcional das viúvas."⁽⁸⁵⁾ Outrossim, é corroborada por Costa e Nozoe a teoria do ciclo de vida dos proprietários de cativos, manifesta no crescente número médio de cativos à medida que aumenta a idade dos senhores, até a faixa etária dos 60-69 anos. ⁽⁸⁶⁾ Tal corroboração é, ademais, verificada de forma mais evidente quando deixam de se considerar os escravistas detentores de plantéis com 25 ou mais escravos. ⁽⁸⁷⁾

Por fim, há que se referir ao estudo da estrutura da posse de escravos realizado por Horácio Gutiérrez para o caso de nove localidades paranaenses em dois pontos do tempo - 1804 e 1824 - , quando o Paraná era ainda a 5ª Comarca da Província de São Paulo. São três localidades situadas no litoral - Antonina, Guaratuba e Paranaguá - , onde se voltava primordialmente para a agricultura de subsistência, e seis no planalto - Castro, Curitiba, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa e São José dos Pinhais - , onde se destacava a atividade pecuária. Baseando-se nas listas nominativas de habitantes , Gutiérrez verifica, antes do mais, que, tomadas as localidades como um todo, apenas em aproximadamente um quinto dos domicílios (20,5% em 1804 e 18,9% em 1824) registrava-se a presença de cativos. ⁽⁸⁸⁾ Evidenciou-se, para todas as localidades em questão, a presença marcante dos pequenos escravistas: em 1804, os proprietários de 1 a 4 escravos correspondiam a 63,3% do total de proprietários; em 1824, o percentual correlato elevou-se a 68,3%. Já os escravistas com 20 ou mais cativos perfaziam, respectivamente em 1804 e 1824 , 4,8% e 3,9% do conjunto de proprietários. Ademais, Gutiérrez percebe uma certa correspondência entre a distribuição da posse de escravos e a atividade econômica dos senhores:

"Os maiores proprietários, escassos em número, apareceram geralmente vinculados às atividades da pecuária e portanto com residência nas localidades do planalto, à diferença dos proprietários de menor porte, os mais numerosos, que morando quer no litoral, quer no planal-

to, desenvolveram pequena produção agrícola para o próprio consumo e eventuais excedentes para troca." (89)

Em 1804, os 255 escravistas detentores de um único cativo possuíam uma parcela de aproximadamente um vigésimo (5,1%) da massa escrava total, enquanto os 8 proprietários de plantéis com 40 ou mais cativos contavam com 11,4% do total da escravaria. Em 1824, os escravistas com plantéis unitários eram 312 e detinham 5,5% do contingente escravo; nesse mesmo ano, havia 6 proprietários com 40 ou mais cativos que possuíam, em conjunto, 6,0% do total da massa escrava. Gutiérrez observa, adicionalmente, nos dois anos considerados - e principalmente em 1804 - , que "em geral, os grandes proprietários tinham a característica de possuírem mais de uma propriedade, deslocando freqüentemente, conforme a conjuntura, os escravos de uma para outra propriedade." (90)

A média de escravos por proprietário no Paraná igualou-se a 5,6 em 1804 e a 5,0 em 1824. No primeiro desses anos, o indicador estatístico em questão oscilou de um mínimo de 3,8 (em Guaratuba) a um máximo de 6,8 (em Antonina), ambas localidades situadas no litoral; no segundo ano referido, a menor média foi a encontrada para São José dos Pinhais (3,0) e a maior a de Castro (7,1), duas localidades situadas no planalto. Nos dois anos analisados, a moda foi sempre igual à unidade, com exceção de Guaratuba, onde esse indicador alçou-se a 2 em 1804 e a 3 em 1824. Também em ambos os anos, a mediana esteve sempre incluída entre os valores de 2 e 4. Por fim, o índice de Gini variou de 0,41 (em São José dos Pinhais) a 0,57 (em Castro e Antonina) em 1804, e de 0,42 (em São José dos Pinhais) a 0,60 (em Castro) em 1824; consoante Gutiérrez, tais valores do índice de Gini significam "(....) que a distribuição da propriedade de escravos não foi igualitária, mas tampouco extremamente concentrada." (91) De outra parte, consideradas as nove localidades em conjunto, a média de escravos possuídos pelos proprietários homens era bastante próxima à verificada no caso das escravistas (5,4 versus

5,2); já em 1824, ambas as médias aludidas igualavam-se a 4,9.⁽⁹²⁾

II.3 Características de escravistas e de escravos.

Como visto nas duas seções anteriores, dos trabalhos que se têm dedicado à análise da estrutura da posse de escravos, depreende-se que, em várias regiões do Brasil e em diversos pontos do tempo ao longo dos séculos dezoito e dezove, foi marcante a presença, entre os escravistas, daqueles detentores de poucos cativos, os quais, não obstante, em todos os casos referidos, estiveram sempre de posse de parcela significativa da massa escrava; em outras palavras, "(...) nem o escravo típico integrava um grupo com número muito elevado de cativos, nem o escravista típico mostrava-se um grande proprietário."⁽⁹³⁾ Mais ainda, esses trabalhos, via de regra, têm se preocupado igualmente com o estudo das caracte-rísticas possuídas por escravistas e por escravos, o que tem contribuído para que seja cada vez maior e melhor o conheci-mento disponível acerca desses indivíduos que desempenharam papel de inquestionável relevância na história brasileira . Será, pois, com a explicitação de tais características, va-lioso corolário da análise da estrutura da posse de cativos, que se encerrará o presente capítulo.

No que diz respeito aos escravistas, já no pioneiro Minas Gerais: escravos e senhores, Luna salienta sua distribui-ção segundo o sexo, verificando que, "nos vários anos e loca-lidades analisados, ocorreu franco predomínio masculino"⁽⁹⁴⁾ Em que pese tal predomínio, é patente a tendência à elevação da participação feminina, ao longo do tempo, no conjunto dos senhores de cativos; assim, por exemplo, a razão de masculi-nidade dos proprietários "(...) se reduziu, sistematicamen-te, de valores superiores a 1.100 em Pitangui (1718-1723) , para 168,4 e 246,7, respectivamente, em Vila Rica e São Cae-

tano, em 1804."⁽⁹⁵⁾ Essa tendência observada por Luna é corroborada por Iraci Costa no caso da freguesia de Antônio Dias, em Vila Rica, no período 1743-1811:

"Evento dos mais significativos diz respeito à queda, no passar dos anos, da participação dos proprietários livres do sexo masculino e ao dramático incremento do peso relativo de proprietárias do mesmo estrato social. {...}

"Um dos fatores explicativos (...) repousa no movimento emigratório verificado em Vila Rica a partir, sobretudo, dos anos sessenta do século XVIII {...} no qual predominaram os homens livres {...} ". (96)

A supremacia numérica dos escravistas homens, como seria de esperar, é constatada não apenas nas Minas Gerais. Nas dez localidades paulistas em 1804 estudadas por Luna e Costa, essa preponderância manifestava-se, em todos os casos, em percentuais superiores a 77%. Em Sorocaba, Luna verifica que o percentual correlato, para dez anos entre 1778 e 1836, esteve sempre acima dos 75%. Em Jacareí, o mesmo autor calcula em cerca de quatro quintos a parcela de proprietários homens em 1777, 1804 e 1829. Essa parcela, consoante Costa e Nozoe, supera ligeiramente os três quartos (75,9%) em Lorena em 1801. Nas nove localidades paranaenses analisadas por Gutiérrez, os percentuais correspondentes alçaram-se a 80,3 % em 1804 e 77,2% em 1824. Por fim, na Bahia, Schwartz quantifica o predomínio masculino entre os escravistas em 80%.⁽⁹⁷⁾ Este último autor, ademais, ressalta uma característica adicional concernente às mulheres escravistas baianas; assim, os documentos por ele compulsados

"(...) registram minuciosamente mulheres que utilizavam o título de 'dona', termo honorífico de prestígio normalmente associado à riqueza, respeito e, presumivelmente, à pele branca. O tamanho médio de uma propriedade para mulheres sem este título era de 4 escravos, e para mulheres registradas com o título, de 23 escravos. Estes resultados refletem o fato de que mulheres assim intituladas possuíam 27 dos engenhos das paróquias açucareiras, incluindo-se dentre eles algumas das maiores plantações da Bahia." (98)

Também para os proprietários do sexo masculino, consoante verificado por Luna em várias das localidades das Minas Gerais que estudou, o registro de algumas qualificações -em especial as patentes militares - em geral acompanhavam os nomes de escravistas de porte, em média, mais elevado que o da população tomada como um todo. Assim, por exemplo, em Pitangui em 1723, os 9 proprietários de cativos anotados com patentes militares detinham, em conjunto, 150 escravos, isto é, uma média de 16,7 cativos por escravista; nesse mesmo ano, o número médio de escravos por proprietário na Vila de Pitangui correspondia a 6,4.⁽⁹⁹⁾ Analogamente, na Freguesia de Congonhas do Sabará em 1771, onde a média de cativos por senhor alçava-se a 5,6, "(...) contaram-se nove com Patentes e massa de escravos da ordem de 166 elementos, o que perfaz a média de 18,4 escravos por proprietário."⁽¹⁰⁰⁾

Ainda com relação aos proprietários de cativos nas Minas Gerais, Luna analisa o papel desempenhado pelos indivíduos forros. A presença dos forros proprietários, que correspondem a mais de um quinto do total dos escravistas no Serro do Frio, em 1738 (22,2%), e em Congonhas do Sabará, em 1771 (21,7%), permite ao autor em foco "(...) especular sobre a possível relação entre as fases de maior produtividade extrativa e o processo de alforria e ascensão dos libertos ao nível de proprietários."⁽¹⁰¹⁾ Ademais, considerando-se os forros proprietários consoante o sexo, é digno de nota o predomínio das mulheres, vinculado por Luna aos seguintes fatores: o intercuro sexual, o comércio, a prostituição e a menor adaptabilidade do elemento feminino aos trabalhos extrativos.⁽¹⁰²⁾ Schwartz, de outra parte, interpreta a existência de escravistas forros como um "(...) demonstrativo da generalização da propriedade de escravos e da penetração desta instituição (...)"⁽¹⁰³⁾ Fundamentando sua assertiva, além dos informes acerca das Gerais, Schwartz refere-se igualmente à Bahia, onde "um estudo de 259 cartas de testamento deixadas por antigos escravos no século XIX (...) revela que

203 (78,3%) deixaram pelo menos um escravo entre suas propriedades." (104)

Na comarca do Serro do Frio em 1738, os indivíduos forros possuíam praticamente um décimo (9,9%) do total da escravaria. Dentre os forros escravistas dessa localidade mineira aproximadamente três quintos (60,2%) detinham tão-somente um cativo, enquanto apenas 3,7% deles eram proprietários de plantéis com 7 ou mais escravos. (105) Já entre os escravistas "não-forros", os indivíduos com um único cativo perfaziam menos de um terço (31,1%) do total, e mais de um quinto dentre eles (22,3%) detinham uma escravaria igual ou superior a 7 cativos. Essas disparidades quanto à estrutura da posse de escravos entre proprietários forros e "não-forros" permitem a Luna a afirmação seguinte:

"(...) percebe-se claramente constituírem os libertos um grupo relativamente 'pobre' quando comparado ao segmento oposto. Isso se confirma através do confronto da média de cativos por proprietário dos dois grupos: 2,0 entre os forros e 5,3 relativamente aos 'não-forros'." (106)

A presença significativa dos indivíduos forros entre os escravistas nas Minas Gerais é também salientada por Iraci Costa com base nos registros de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, uma das duas freguesias existentes em Vila Rica no período colonial. Com fundamento nas informações concernentes aos triênios de 1743-45, 1760-62, 1799-1801 e 1809-11, Costa verifica, ademais, que a participação relativa dos forros proprietários de cativos foi declinante ao longo do tempo, "e este decremento relativo correlacionou-se, certamente, à própria decadência da atividade exploratória na urbe em tela. Destarte, representaram {os forros escravistas-JFM}, considerados os períodos selecionados, respectivamente, 8,8%, 14,6%, 6,9% e 3,0% do total de proprietários" (107)

É importante também, embora não em termos quantitativos, a informação prestada por Gutiérrez de que, entre os es

cravistas do Paraná por ele analisados, havia 2 forros e inclusive um indivíduo escravo, os três constantes da documentação atinente a 1804. De outra parte, referindo-se à cor dos escravistas paranaenses, o mesmo autor escreve que "mais de 95% dos proprietários eram brancos enquanto que menos de 5% eram pardos e pretos, numa região na qual estes últimos perfaziam em torno de 30% da população livre e mais de 40 % da população total."⁽¹⁰⁸⁾ A preponderância dos elementos brancos no conjunto dos senhores é observada, outrossim, por Costa e Nozoe em Lorena em 1801, onde a participação de tais elementos atinge a marca dos 95,7%.⁽¹⁰⁹⁾

Os escravistas de Lorena no despontar do século passado possuíam, ademais, em sua grande maioria (75,3%), idades que variavam entre os 21 e os 59 anos. Em Jacareí, em 1829, 63,8% dos proprietários de cativos tinham entre 30 e 59 anos de idade. Quanto à origem de escravistas paulistas, a maior parte era oriunda da própria capitania, depois província de São Paulo: 60,5% em Lorena em 1801; de 84,65% a 88,92% em Sorocaba para cinco anos do período entre 1810 e 1836; e em torno de 85% em Jacareí para três anos do período entre 1777 e 1829.⁽¹¹⁰⁾ Neste último caso, estudado por Luna, escreve o autor que coube

"(...) aos mineiros cerca de 5% e aos portugueses aproximadamente 4%. Esses números mantiveram-se relativamente estáveis ao longo dos 50 anos considerados (...). Isso significa que a expansão das atividades produtivas ocorrida nessa época, acompanhada por processo similar quanto ao número de proprietários, deu-se, provavelmente, pela ascensão de não-proprietários paulistas à condição de proprietários, e não pelo afluxo de pessoas de outras regiões do Brasil ou de Portugal."⁽¹¹¹⁾

Luna verifica, outrossim, que entre os escravistas homens de Jacareí "(...) predominavam os casados com mais de 85%. Entre as mulheres, as viúvas detinham franca maioria, com 71,4% em 1777 e mais de 90% nos dois anos restantes {1804 e 1829-JFM}."⁽¹¹²⁾ Esse padrão da distribuição dos

proprietários segundo o estado conjugal parece ser passível de generalização. Assim, por exemplo, em Sorocaba, os homens casados correspondem a mais de 80% dos escravistas do sexo masculino, pelo menos para seis dentre os dez anos analisados entre 1778 e 1836; quanto às viúvas, na localidade aludida, Luna observa que "(...) participavam com aproximadamente 60 a 70%, entre as proprietárias, e possuíam uma proporção ainda maior da massa escrava das mulheres, situando-se em torno de 70 a 80%." ⁽¹¹³⁾ De fato, referindo-se ao Paraná, Gutiérrez afirma que, "não fora pela viuvez, as proprietárias teriam uma expressão desprezível." ⁽¹¹⁴⁾ Em Lorena em 1801, uma vez mais, os percentuais em questão traduzem uma distribuição análoga: 86,2% dos proprietários do sexo masculino eram casados e 79,5% das escravistas eram viúvas. ⁽¹¹⁵⁾

Finalizando essa sucinta caracterização dos escravistas, cabe mencionar que a consideração dos dados acerca da população livre como um todo, à guisa de referencial, pode dar margem a que sejam feitas interessantes comparações. Isto é feito, por exemplo, por Francisco Vidal Luna em seu estudo sobre a fase de decadência da mineração, abrangendo dez localidades das Minas Gerais em 1804. De acordo com Luna, "relativamente à população livre, os senhores compareceram com um percentual a variar entre 9,73 (N. S. dos Remédios) e 20,0 (Abre Campo), concentrando-se no intervalo de 10 a 14%" ⁽¹¹⁶⁾ Mais ainda, a mesma relação, tomada consoante o sexo, evidenciou que a participação das mulheres proprietárias no total de mulheres livres era maior nas áreas eminentemente urbanas; já em termos das faixas etárias, depreende-se, da comparação entre a população livre total e o conjunto dos senhores de escravos, "(...) que os proprietários participam em maior número nas faixas etárias mais elevadas." ⁽¹¹⁷⁾

Quanto às características da população cativa, Luna verifica, em seu Minas Gerais: escravos e senhores, a grande preponderância dos africanos na primeira metade do século dezoito (sempre superando, nos diversos anos e localidades por

ele estudados, os quatro quintos do total da massa escrava), e mesmo em 1771, quando sua participação alcança os 69,4% . Os africanos, contudo, tornam-se minoritários, vis-à-vis os escravos coloniais, no alvorecer do século passado (1804) , quando o peso relativo destes últimos, no total de cativos , atinge 59,2% e 59,5%, respectivamente, em São Caetano e Vila Rica. Adicionalmente, entre os africanos, "à época do auge da faina aurífera parece ter havido predominância do grupo Sudanês; reciprocamente, ao tempo da decadência, passaram a dominar os Bantos."⁽¹¹⁸⁾ É digno de nota, ainda quanto à origem dos escravos, que no Serro do Frio, em 1738, a participação relativa dos sudaneses era maior entre os cativos pertencentes a indivíduos forros (82,9%) do que entre aqueles , de propriedade dos "não-forros" (73,5%); como escreve Luna, "na medida em que os Sudaneses representavam os elementos preferidos nas Gerais, conclui-se que, sob tal aspecto, a escravaria dos forros apresentava melhor 'qualidade' do que a massa de cativos dos 'não-forros'."⁽¹¹⁹⁾

No que respeita às idades dos escravos, igualmente na localidade do Serro do Frio em 1738, revela-se uma "(...) elevada concentração dos cativos em idades produtivas."⁽¹²⁰⁾ Já no distrito de São Caetano, em 1804, a estrutura etária da população escrava apresenta-se mais equilibrada, em parte tendo em vista a maior presença dos cativos coloniais. Assim, verifica Luna, "(...) o segmento etário compreendido entre 15 e 39 anos participava com 82,7% dos cativos anotados no Serro, contra apenas 56,1% em São Caetano."⁽¹²¹⁾ Ademais, na primeira dessas localidades, o autor constata que os indivíduos forros proprietários de escravos detinham um contingente cativo que se mostrava mais jovem do que aquele pertencente aos "não-forros".

A consideração conjunta dos informes concernentes às idades e às origens dos escravos é efetuada, uma vez mais em co-autoria, por Francisco Vidal Luna e Iraci Costa. Atendo - se ao ano de 1804, esses autores levam em conta em sua análi

se, além das já mencionadas localidades de Vila Rica e São Caetano, igualmente os distritos do Abre Campo e Capela do Barreto, ambos pertencentes à freguesia de Barra Longa. Em meio a um contexto marcado pela decadência da atividade mineratória, Luna e Costa verificam que:

"Patenteia-se, por um lado, a divergência entre os coloniais, população relativamente 'jovem', e os africanos, população francamente 'velha'. Por outro, observa-se que os sudaneses mostravam-se 'envelhecidos' face aos bantos, pois, com 60 ou mais anos encontravam-se 31,7% dos sudaneses e apenas 10,2% dos bantos." (122)

A distinta estrutura etária dos cativos coloniais em comparação com os africanos é apontada também em várias outras localidades brasileiras. Jacareí é uma delas. Cabe salientar, antes do mais, que essa localidade paulista vivenciou - entre 1804 e 1829 - significativa alteração quanto à distribuição segundo a origem de seus escravos; os africanos , que perfaziam 29,4% da escravaria em 1804, correspondiam a 62,1% dela em 1829.⁽¹²³⁾ Neste último ano, segmentando a população cativa em dois grupos - coloniais e africanos - , e considerando a estrutura etária de cada um deles, Luna verifica que

"No constituído pelos nascidos no Brasil, 47,2% representavam crianças na faixa de 0-14 anos de idade e 51,6% pessoas na faixa dos 15-64 anos. Entre os africanos, o peso das crianças era de apenas 12,3%, e o dos cativos em idade produtiva 87,1%. Nos dois grupos, o peso dos escravos com mais de 65 anos situava-se ao redor de 1%." (124)

Disparidade similar é encontrada por Luna em Sorocaba . Quanto à distribuição etária da população escrava dessa localidade, escreve o autor em foco que, "considerada em conjunto, 30% dos indivíduos possuíam menos de 14 anos e cerca de 65% encontravam-se na faixa dos 15 a 64. Apenas 2 a 3% dos cativos tinham mais de 65 anos."⁽¹²⁵⁾ Por outro lado, os informes disponíveis acerca da origem dos escravos, por exem-plo para o ano de 1836, permitem verificar que o porcentual

dos elementos com idades entre 15 e 64 anos era bem maior entre os africanos (89,26%) do que entre os cativos nascidos no Brasil (51,01%), não obstante estes últimos constituírem a maioria (55,04%) dos escravos naquele ano. Somando a estes dados a observação de um relativo equilíbrio numérico entre cativos homens e mulheres, Luna conclui:

"(...) os dados analisados indicam uma população escrava com equilíbrio quantitativo entre os sexos, com posta em sua maioria de indivíduos nascidos no Brasil e relativamente jovem, particularmente quando considerado este último grupo. Tais tendências sugerem uma relativa capacidade de reprodução do contingente escravo existente na região de Sorocaba, na época em análise {...} ." (126)

Essa sugestão feita por Luna é retomada e ampliada por Costa e Nozoe a partir dos dados concernentes a Lorena em 1801, onde igualmente se verifica, entre as crianças cativas com 14 ou menos anos de idade, o franco predomínio daquelas nascidas na Colônia. Dessa forma, observam aqueles autores , em Lorena,

"(...) a concentração do elemento africano nas faixas etárias superiores, denotando, concomitantemente , que tal população apresentava-se relativamente 'velha' enquanto a de coloniais apresentava perfil próprio de populações 'jovens'. Esta última verificação pode ser tomada como indício de que prevalecia para os escravos nascidos no Brasil uma taxa positiva de crescimento natural." (127)

Tal verificação, ademais, vê-se enriquecida quando se levam em conta os informes consoante diferentes faixas de tamanho dos plantéis. Ao adotar tal procedimento, escrevem Costa e Nozoe, "(...) parece-nos que, a partir de certa massa crítica de escravos, os proprietários passavam a dispor de uma via adicional de acumulação, qual seja, o próprio crescimento vegetativo de seus plantéis." (128) Assim, nos plantéis de maior tamanho, onde seriam maiores as possibilidades do estabelecimento de casais estáveis, inclusive tendo em vista o aparente predomínio das uniões intra-plantéis, é notável a

presença dos filhos legítimos; essas crianças legítimas, com idade inferior a 15 anos, perfaziam 23,0% do total de cativos vivendo nos plantéis de maior porte, assim entendidos aqueles formados por de 16 a 41 escravos.

Em Lorena, Costa e Nozoe constataam também a predominância, entre os cativos, dos filhos legítimos vis-à-vis os naturais e, correspondentemente, a maior importância relativa das mães casadas ou viúvas em comparação às mães solteiras. De fato, na população escrava lorenense, "(...) os casados ou viúvos apareciam expressivamente representados: 20,7%. Este último percentual ver-se-ia alçado a 33,4% caso considerássemos, tão-somente, os cativos com 15 ou mais anos de idade."⁽¹²⁹⁾ A maioria dos escravos era formada por elementos do sexo masculino (54,6%). Tal proporção, porém, encobre discrepâncias segundo a origem dos cativos; assim, a razão de masculinidade era igual a 221,0 considerado o contingente de africanos, e a 97,6 tomados apenas os cativos nascidos no Brasil.⁽¹³⁰⁾

A análise feita por Luna acerca da localidade de Jacaré possibilita a verificação de como evoluiu ao longo do tempo a distribuição dos escravos de acordo com o sexo. Enquanto em 1777 e em 1804 a taxa de masculinidade atingiu o valor de 0,48, em 1829 ela cresce significativamente, para 0,61.⁽¹³¹⁾ Essa evolução, contudo, não teve efeitos negativos aparentes sobre a participação relativa dos indivíduos casados ou viúvos no total da escravaria. Levando em conta o estado conjugal dos escravos, Luna observa que

"Nos dois anos para os quais constou tal tipo de informação (1804 e 1829), deu-se preponderância de solteiros com aproximadamente 80% e coube aos casados o peso de 15,7% e 20,2%, respectivamente, em 1804 e 1829. Os viúvos representavam cerca de 1%. Divididos pelo sexo, a distribuição praticamente se manteve. Em 1829, por exemplo, 25,5% das mulheres e 16,7% dos homens eram casados.

" {...} Em 1804, {...} se tomarmos os indivíduos com 30 anos ou mais, vamos notar que 41,5% constituíam-se de casados ou viúvos. Para 1829, os números mostra -

ram-se semelhantes." (132)

Alguns outros interessantes "cruzamentos" de variáveis que traduzem as características dos cativos integram os trabalhos dedicados à região das Minas Gérias. Por exemplo, ao estudar localidades diversas em distintos pontos no tempo, Francisco Vidal Luna verifica, consoante o sexo, a predominância do elemento masculino na população escrava. Todavia, esse predomínio diminui paulatinamente à medida que declina a atividade mineratória, pois então "(...) deixou de haver a reposição dos escravos e, além disso, enviaram-se muitos para outras áreas da Colônia. Outro fator a contribuir para o equilíbrio no peso relativo de homens e mulheres foi, sem dúvida, o aumento da participação do elemento colonial na massa escrava." (133) Outrossim, no Serro do Frio, em 1738, é possível ainda observar que a supremacia masculina é menor entre os cativos pertencentes aos forros (55,0%) do que na escravaria possuída pelos "não-forros" (86,6%).

De outra parte, ao analisar dez núcleos populacionais das Gerais em 1804, Luna verifica, considerada a população escrava segundo o sexo, origem e faixas etárias, uma diferenciação pronunciada entre as localidades onde ainda predominavam as atividades extrativas, como Gama e Abre Campo, e aquelas em que o predomínio cabia à agricultura, como Capela do Barreto. Nestas últimas, observaram-se os menores valores das razões de masculinidade; por exemplo, tal razão igualou-se a 134,5 em Capela do Barreto e a 516,7 em Gama. Ademais, evidencia-se com maior clareza, nas localidades voltadas ainda à mineração, a presença mais acentuada do escravo de origem africana; da mesma forma, "(...) Abre Campo, localidade tipicamente de mineração, revelava marcante peso dos elementos em idade ativa, com reduzido percentual de crianças (5,17%) e anciões (1,73%)." (134) Na direção oposta apontavam os informes referentes aos núcleos vinculados primordialmente à atividade agrícola.

Essa relação entre sexo, faixas etárias e atividade econômica é, outrossim, corroborada para o caso das dez localidades paulistas no mesmo ano de 1804, estudadas por Luna e Costa. Tais autores constataam "(...) os maiores percentuais de homens escravos justamente em localidades nas quais se faziam presentes, em escala significativa, os engenhos de açúcar." (135) Nessas mesmas localidades - Itu, Campinas, Guaratinguetá e São Sebastião - , "(...) observavam-se as maiores participações de escravos enquadrados na faixa correspondente à idade ativa (15 aos 64 anos)." (136)

Por fim, a mesma vinculação entre atividade econômica, razão de masculinidade e estrutura etária da massa escrava foi observada, uma vez mais por Luna e Costa para 1804, no caso dos grandes proprietários das localidades mineiras de Vila Rica, São Caetano e Barra Longa. Na escravaria pertencente a tais proprietários "o predomínio do sexo masculino deu-se, sobretudo, no grupo dos mineiros - 67,5% vis-à-vis 58,7% pertinentes aos agricultores. Fato devido, certamente, à maior necessidade de mão-de-obra masculina na faina de exploração aurífera." (137) Tomadas as idades dos cativos desses mesmos escravistas, escrevem Luna e Costa que,

"Tanto para mineiros como para agricultores, observou-se grande concentração na faixa etária relativa aos adultos (20 a 59 anos). Comparativamente, tal participação foi mais acentuada para os escravos dos mineiros (71,5%) face aos dos agricultores (55,4%). Fato indicativo de que os mineradores, em função da própria atividade, demandavam, predominantemente, indivíduos aptos para desempenharem as árduas tarefas afetas à aludida faina. Outro indicador do supradito, encontramos na discrepância do peso relativo dos anciãos (60 e mais anos) na massa pertencente a mineiros e agricultores: 17,1 % para estes últimos e 6,1% para aqueles." (138)

Têm-se, pois, acima explicitados, ainda que de maneira sucinta, a forma pela qual a historiografia brasileira vem tratando da temática sugerida pela estrutura da posse de escravos e os principais resultados que vêm sendo obtidos. Como avançado no início deste capítulo, enquanto dita forma fornece um efetivo guia metodológico para a abordagem do as-

sunto em tela, tais resultados conformam um amplo - embora não exaustivo - quadro referencial. Ambos - guia e quadro - compõem o pano-de-fundo sobre o qual se realizará a análise da evolução da estrutura da posse de cativos em Bananal ao longo das três primeiras décadas do século dezenove, para a qual se dedica o capítulo seguinte deste trabalho.

NOTAS

- (1) Esta mesma observação consta de LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1983, p. 212, nota de rodapé nº 5). O trabalho pioneiro ao qual aqui se refere trata-se de LUNA, Francisco Vidal (1981).
- (2) MOTT, Luiz R. B. (1978, p. 1203-1204). Para 1697, esse autor baseia-se na "Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilmo. e Rvdo. Sr. Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco", de autoria do Padre Miguel Carvalho; com relação a 1762, Mott trabalha com uma amostra da população piauiense feita a partir do "Rol de desobriga do distrito da freguesia da Nossa Senhora da Vitória da cidade de Oeiras", de responsabilidade do Padre Dionísio José de Aguiar. A respeito desse último documento, Mott adverte: "como desde 1755 o Marquez de Pombal proíbe a escravização dos índios do Piauí, e como neste 'Rol' os cativos aparecem especificados apenas como 'escravos', sem detalhar cor e idade, consideramos que tais escravos eram constituídos apenas por negros, mulatos, cabras etc, excetuando-se deste número os índios." (MOTT, Luiz R. B., 1978, p. 1210, nota de rodapé nº 35). De outra parte, os informes citados atinentes a Vila Rica e à cidade de São Paulo foram provenientes de levantamentos censitários (ver COSTA, Iraci del Nero da, 1979, p. 185, nota de rodapé nº 36 e MARCÍLIO, Maria Luiza, 1973, tabela 2, p. 102-103).
- (3) PRADO JR., Caio (1981, p. 123).
- (4) Esse "sentido da colonização" é assim explicitado pelo autor em foco: "no seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos

- trópicos americanos." (PRADO JR., Caio, 1981, p. 31).
- (5) PRADO JR., Caio (1981, p.143).
- (6) PRADO JR., Caio (1981, p. 123).
- (7) ESCHWEGE, W. L. von (1979, v. 2, p. 50). Esse autor in forma que o quadro das lavras em atividade em 1814 , "(...) que organizei com as maiores dificuldades, re-
representa dados obtidos pelos oficiais de cavalaria, en-
carregados da fiscalização das lavras. É, pois, resul-
tado das relações dos ditos oficiais, sobre as quais
não é possível basear-se com muita segurança."
(ESCHWEGE, W. L. von, 1979, v.2, p. 19).
- (8) Ver ESCHWEGE, W. L. von (1979, v. 2, p. 20-49).
- (9) SIMONSEN, Roberto C. (1978, p.296). Do relato já cita-
do de Eschwege, por exemplo, constam referências a la-
vras, existentes no século XVIII, com um número de ca-
tivos bem maior do que aquele verificado nas maiores
lavras em atividade em 1814: "No morro de São João, pró
ximo de São João del Rei, existiam, outrora, importan-
tes lavras.

.....
"As lavras mais importantes eram as de Barro Vermelho,
que empregavam, em 1780, novecentos e noventa e nove
escravos; a de Antônio Teixeira Carneiro, cem; a de
Lourenço Bengala, oitenta.

"Mais para cima do morro encontravam-se as de João Ro-
drigues, com 400 escravos; um pouco além, a do Capitão
José Alves Magalhães, com 50; a do Capitão José Rodri-
gues Criolo, com 77; a do Padre Gervásio, com 200 ; a
da Praia da Serra, a Lavra do Córrego, com 150.

"No lado inferior, rio abaixo, encontravam-se os servi-
ços do negro José da Silva, com 60 escravos; e, mais a
lém, a de Franco Ferreira da Costa, com 300.

"Assim, nesse pequeno espaço, ocupavam-se nos serviços
de mineração 2426 escravos. Hoje em dia, apenas uns 50
conseguem ainda algum resultado."

A presença dessas grandes lavras, não obstante, não im-
plica que não fossem em número significativo os escri-
vistas possuidores de poucos cativos. Assim, o próprio
Eschwege adverte: "Devo dizer que menciono somente as
lavras mais importantes." (ESCHWEGE, W. L. von, 1979 ,
v. 2, p. 18).

- (10) PRADO JR., Caio (1981, p. 123). Esse autor, cabe sali-
entar, reconhece que "em maior ou menor proporção, a
faiscação sempre existiu na indústria aurífera da colô-
nia." (PRADO JR., Caio, 1981, p. 179). À atividade dos
faiscadores, importa mencionar, também se refere Celso
Furtado, porém, a partir de uma perspectiva distinta .
Furtado enfatiza a facilidade de inserção na economia
mineratória, bem como o papel desempenhado pela faisca-
ção enquanto instrumento de mobilidade social. Tais ca-
racterísticas colocar-se-iam como próprias da minera-
ção com relação, por exemplo, à produção açucareira .

Assim, escreve Furtado, "na economia mineira, as possibilidades que tinha um homem livre com iniciativa eram muito maiores. Se dispunha de recursos, podia organizar uma lavra em escala grande, com cem ou mais escravos. {...} Se eram reduzidos os seus recursos iniciais podia limitar sua empresa às mínimas proporções permitidas pela divisibilidade da mão-de-obra, isto é, a um escravo. Por último, se seus recursos não lhe permitiam mais que financiar o próprio sustento durante um período limitado de tempo, podia trabalhar ele mesmo como fiscador. Se lhe favorecia a sorte, em pouco tempo ascenderia à posição de empresário." (FURTADO, Celso, 1980, p. 75-76).

- (11) LUNA, Francisco Vidal (1981, p. 124). Luna realizou seu estudo com base em "(...) seis fontes primárias, das quais cinco encontram-se manuscritas e uma impressa; destes documentos, dois referem-se a livros anotados com a finalidade tributária de arrecadação dos quintos e os demais correspondem a censos populacionais realizados em Minas." (LUNA, Francisco Vidal, 1981, p. 3). Os dados apresentados nesse trabalho de Luna são sumariados parcialmente pelo autor em LUNA, Francisco Vidal (1982 e 1982b).
- (12) LUNA, Francisco Vidal (1981, p. 126).
- (13) "A defesa dos 'pobres' e a relativa igualdade de todos os mineradores, ocorrida na primeira fase da atividade aurífera, quando o metal extraía-se facilmente, amorteceu-se, provavelmente, na medida em que os trabalhos exigiam maior vulto e, portanto, indivíduos com elevados recursos materiais." (LUNA, Francisco Vidal, 1981, p. 56).
- (14) LEME, Pedro Taques de Paes (1980, p. 199). No que respeita à forma de distribuição das datas, eram as seguintes as instruções constantes do artigo 5 do Regimento de 1702: "5. O superintendente tanto que tomar conhecimento dos Ribeiros ordenará ao guarda-mor que faça medir o cumprimento deles para saber as braças que têm e feito saberá as pessoas que estão presentes e os negros que cada um tem tomado disto informação ou informações certas e ordenará ao guarda mor faça a repartição das datas, dando em primeiro lugar data à pessoa que descobriu o Ribeiro à qual se há de dar na parte onde ele apontar e logo repartirá outra data para a minha fazenda no mais bem parado do dito Ribeiro e ao descobridor dará logo outra data como lavrador em outra qualquer parte que ele apontar por convir que os descobridores sejam em tudo favorecidos e esta mercê os animem a fazerem muitos descobrimentos (...) e as mais datas repartirá o guarda mor regulando-se pelos escravos que cada um tiver que em chegando a doze escravos ou daí para cima, fará repartição de uma data de trinta braças conforme o estilo e aquelas pessoas

que não chegarem a ter doze escravos lhes serão repartidas duas braças e meia por cada escravo para que igualmente fiquem todos lucrando da mercê que lhes faço, e para que não haja a queixa nem dos pobres, nem dos ricos por dizerem que na repartição houve dolo, repartindo-se a uns melhor sítio, que a outros por amizades ou respeitos, o guarda mor mandará fazer tantos escritos quantas forem as pessoas com quem se houver de repartir e com o nome de cada um os deitará em um vaso embrulhado, por um mínimo de menor idade que achar mandará tirar cada um dos escritos e o primeiro que sair lhe assinará sua data logo na que seguir que na forma deste capítulo se tiver dado ao descobridor como lavrador e pela mesma ordem se irá seguindo as demais que forem saindo sem dúvida da parte que lhe for assinada, e também se porão marcos na que tocar à minha fazenda" (LEME, Pedro Taques de Paes, 1980, p. 198).

- (15) Ver a nota 4 acima.
- (16) LUNA, Francisco Vidal (1981, p. 56). Entendimento análogo acerca dos objetivos da ação da Metrópole Portuguesa nas Gerais depreende-se da afirmação seguinte, de Iraci Costa: "A política aurívora da Coroa visou a instalar no Brasil um sistema cujo funcionamento garantisse carrear para a Metrópole o máximo possível de ouro e pedras preciosas no mais curto espaço de tempo." (COSTA, Iraci del Nero da, 1981, p. 42).
- (17) Uma clara descrição do índice de Gini é a feita pelo próprio Francisco Vidal Luna: "o índice de Gini corresponde a um coeficiente estatístico, largamente utilizado para medir concentração de renda e riqueza. Constitui, na verdade, a relação entre áreas de um quadrado, construído de forma a representar, num dos eixos (o horizontal), a população segmentada em percentis e no outro (o vertical), a riqueza ou renda (também dividida em percentis) da coletividade estudada. Caso os detentores da renda (ou riqueza) e esta se distribuíssem de maneira absolutamente igualitária, a cada ponto do eixo horizontal corresponderia outro na diagonal do quadrado. Como geralmente isso não ocorre, quando se plotam esses valores no quadrado, obtém-se uma curva, chamada de 'Lorentz'. Dividindo a área entre a curva de Lorentz e a diagonal pela área triangular sob a diagonal, determina-se o índice de Gini. Dessa forma, quanto mais regularmente se distribui a renda ou riqueza, mais próximo de zero estará o valor do índice (zero no limite); correlativamente, quanto mais concentrada estiver a riqueza ou renda, maior será o valor do aludido índice que, no máximo, iguala-se à unidade." (LUNA, Francisco Vidal, 1981, p. 121, nota nº 4).
- (18) LUNA, Francisco Vidal (1981, p. 127).
- (19) SCHWARTZ, Stuart B. (1983, p. 277).
- (20) CANABRAVA, Alice Piffer (1972, p. 96). Os índices de

Gini calculados por essa autora diferem, pois, dos calculados por Luna e também daqueles fornecidos por Schwartz, à medida que esses dois últimos estudiosos computam tão-somente a propriedade de cativos, tomada como uma variável proxy da riqueza. No trabalho de Alice Canabrava, ela esclarece entender "(...) por riqueza a totalidade dos haveres ou bens, possuídos pela família, tais como objetos, móveis, metais, jóias, utensílios e implementos, escravos, animais com valor de troca, propriedades rurais e urbanas, títulos de crédito, não se incluindo, portanto, alimentos, bebidas, salários, que significam rendimentos." (CANABRAVA, Alice Piffer, 1972, p. 105).

- (21) CANABRAVA, Alice Piffer (1972, p. 113).
- (22) Luna faz a ressalva de que, quanto aos eclesiásticos de São Caetano, computados como possuindo 2,7 cativos em média, "(...) três reverendos foram excluídos do item eclesiásticos, pois haviam sido considerados como mineradores e agricultores. Caso tomássemos também estes três clérigos, a média elevar-se-ia para 13,2." (LUNA, Francisco Vidal, 1981, p. 129). Essa "dupla" atividade econômica dos sacerdotes, ao que parece, apresentava-se como bastante comum; por exemplo, na Bahia, Schwartz verificou que "os clérigos individuais que possuíam escravos eram, em grande medida, uma parte da sociedade em que viviam, nada havendo que os distinguísse dos proprietários de escravos seculares. Nas cidades, os padres mantinham um pequeno número de escravos como serventes, mordomos ou cozinheiros, mas no interior utilizavam o trabalho escravo com objetivos agrícolas. Enquanto filhos de uma elite rural, alguns padres e sacerdotes adquiriram ou herdaram engenhos e fazendas de cana. Seis padres foram registrados como senhores de engenho, e outros trinta como fazendeiros de cana." (SCHWARTZ, Stuart B., 1983, p. 267).
- (23) LUNA, Francisco Vidal (1983, p. 25). O autor em questão informa que "as fontes das quais nos servimos são constituídas por dezoito manuscritos do Acervo da Casa dos Contos e utilizados com finalidade tributária de arrecadação da capitação sobre os escravos, referente à finta correspondente ao ano de 1718." (LUNA, Francisco Vidal, 1983, p. 26).
- (24) Ver LUNA, Francisco Vidal (1986).
- (25) LUNA, Francisco Vidal (1983, p. 28).
- (26) Ver LUNA, Francisco Vidal (1983, tabela 4, p. 32).
- (27) LUNA, Francisco Vidal (1986, p. 163).
- (28) LUNA, Francisco Vidal (1986, p. 163).
- (29) LUNA, Francisco Vidal (1986, p. 165). De outra parte, ressalva o autor, "embora os números pareçam indicar uma certa tendência crescente na média de escravos, proporcional às respectivas faixas etárias dos proprietários, a instabilidade nos valores obtidos não permite

que se afirme com segurança tal correlação." (LUNA , Francisco Vidal, 1986, p. 166). Voltar-se-á a atenção, mais adiante no texto, à discussão dos efeitos do ciclo de vida dos proprietários de cativos sobre o tamanho dos plantéis.

- (30) LUNA, Francisco Vidal (1986, p. 169). Em trabalho anterior, o mesmo autor já observara que as informações disponíveis sugeriam, para o Serro do Frio em 1738 , "(...) certa correspondência entre o sexo do proprietário e o dos respectivos escravos (...)" (LUNA, Francisco Vidal, 1981, p. 137).
- (31) LUNA, Francisco Vidal (1986, p. 169).
- (32) PRADO JR., Caio (1981, p. 147). A qualificação do açúcar como "produção típica da agricultura colonial" está em PRADO JR., Caio (1981, p. 143); observa o autor referido que a produção do açúcar, juntamente às lavouras do algodão e do tabaco, "(...) constituem os fundamentos da agricultura colonial." (ver PRADO JR., Caio, 1981, p. 148-155).
- (33) SCHWARTZ, Stuart B. (1983, p. 266). A Relação do Marquês do Lavradio encontra-se publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 76 (1913): 285-360, 1915. Essa fonte será discutida com mais detalhe adiante no texto, com base em COSTA, Iraci del Nero da (1988).
- (34) CANABRAVA, Alice Piffer (1985, p. 209-210).
- (35) SCHWARTZ, Stuart B. (1983, p. 266).
- (36) SCHWARTZ, Stuart B. (1983, p. 261). Cabe aqui reproduzir a ressalva feita por Schwartz quanto à documentação por ele utilizada: "As listas foram provavelmente aplicadas em todas as paróquias do Recôncavo, mas aquelas relativas às paróquias suburbanas de Paripe, Cote-gipe, Pirajá e Matoim, aparentemente não sobreviveram. Uma falha mais séria decorre da ausência das listas do povoado de Cachoeira e suas paróquias. Essa importante zona (...) era o centro da economia do tabaco na Bahia. A ausência das listas de Cachoeira e o não registro das ocupações dos proprietários nos povoados de Maragogipe e Jaguaripe, ao sul do Recôncavo, prejudicam qualquer análise baseada na classificação ocupacional segundo a riqueza em escravos. As listas existentes, entretanto, incluem doze das dezessete paróquias do Recôncavo, localizadas em quatro dos seis principais povoados. Tanto assentamentos urbanos como rurais estão representados, uma vez que as vilas de São Francisco, Maragogipe e Jaguaripe foram registradas separadamente. O que é mais importante de se salientar, no entanto, é que todas as listas das paróquias de Santo Amaro e São Francisco, o coração da economia açucareira, sobreviveram ." (SCHWARTZ, Stuart B., 1983, p.260-261 , nota de rodapé nº 3).
- (37) SCHWARTZ, Stuart B. (1983, p. 272-273). Esse autor, a-

demais, faz a seguinte crítica: "A imagem das Índias Ocidentais e do Brasil como regiões de propriedades de escravos bastante grandes, em comparação com o Sul dos Estados Unidos, tornou-se consagrada na historiografia da escravidão comparada; esta imagem é, no entanto, apenas parcialmente correta, e num certo sentido enganosa." (SCHWARTZ, Stuart B., 1983, p. 259). Baseando-se fundamentalmente nos dados acerca da estrutura da posse de cativos na Bahia, Schwartz afirma: "Na pesquisa dos elementos que expliquem as diferenças entre os regimes escravocratas nas Américas, não podemos mais colocar as diferenças entre Brasil e Estados Unidos em termos do tamanho das unidades proprietárias de escravos ou de sua distribuição entre a população livre. As duas áreas eram, na realidade, bastante semelhantes quanto a estes aspectos, e os dois se colocavam em franco contraste com a Jamaica e outras ilhas agrícola exportadoras do Caribe." (SCHWARTZ, Stuart B., 1983, p. 286).

- (38) SCHWARTZ, Stuart B. (1983, p. 275-276). Acerca das estimativas Seiscentistas e Setecentistas referidas, Schwartz cita o "(...) Discurso ... descrição econômica da Comarca e da Cidade de Salvador, em AGUIAR, Pinto de, ed. Aspectos da economia colonial. Salvador, 1957, p. 36-37; e também RUITERS, Dirk. A Torcha de navegação. RIHGB, 269: 82-83, out./dez., 1965." (SCHWARTZ, Stuart B., 1983, p. 276, nota de rodapé nº 32).
- (39) "Na paróquia de Rio Fundo, os 38 engenhos dependiam em média de 4 lavradores por unidade, assim como de 2 agregados e de um outro residente, proprietário de escravos. Este grupo de outros proprietários de escravos era composto por moradores, artesãos e gerentes. Embora o tamanho médio da força escrava de um engenho em Rio Fundo fosse de 59 escravos, considerando-se apenas aqueles possuídos diretamente pela plantação, os resultados elevam-se para 112, quando os escravos de todos os proprietários associados são considerados." (SCHWARTZ, Stuart B., 1983, p. 276).
- (40) Outros 824 escravistas (38,3% do total), detentores, em média, de 3,4 cativos cada um, não tiveram suas ocupações listadas na documentação utilizada por Schwartz (para os dados acerca dessa distribuição dos proprietários de escravos de São Francisco e Santo Amaro, segundo diferentes atividades ocupacionais, ver SCHWARTZ, Stuart B., 1983, tabela 3, p. 269). Esse autor utiliza a divisão das ocupações consoante setores proposta por Collin Clark, e sua adaptação ao passado brasileiro constante de MARCÍLIO, Maria Luiza (1973, p. 128-136). Para uma classificação alternativa que pretende sanar as inadequações da aplicação daquela elaborada por Clark à economia colonial brasileira, ver COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987).

- (41) SCHWARTZ, Stuart B. (1983, p. 266).
- (42) SCHWARTZ, Stuart B. (1983, p. 264). No caso das paróquias caracterizadas pelo binômio gado-mandioca esse autor baseia-se em um recenseamento de 1788; tratam-se das paróquias de Inhambupe, Água Fria e Taperagoa, localizadas no sertão baiano. Para esse recenseamento, o autor adverte que o arrolamento dos escravos foi feito segundo os domicílios em que eles viviam, e não de acordo com seus respectivos proprietários (ver SCHWARTZ, Stuart B., 1983, tabela 2, p. 265).
- (43) SCHWARTZ, Stuart B. (1983, p. 281).
- (44) SCHWARTZ, Stuart B. (1983, p. 277).
- (45) Ver a nota 33 acima.
- (46) "Tenha-se presente, portanto, que trabalhamos a nível de propriedades, e não de proprietários, e que apenas consideramos as que estavam em condições de produzir pelo menos um daqueles dois bens {açúcar e aguardente -JFM} ." (COSTA, Iraci del Nero da, 1988, p. 112, nota de rodapé nº 4).
- (47) COSTA, Iraci del Nero da (1988, p. 112).
- (48) COSTA, Iraci del Nero da (1988, p. 112-113). Na comparação com a Bahia, Iraci Costa baseia-se no trabalho de Stuart Schwartz referido anteriormente neste capítulo; mais especificamente, Costa reporta-se aos dados a apresentados por Schwartz e atinentes tão-somente aos engenhos, existentes nas Vilas de São Francisco e de Santo Amaro em 1816-1817 (ver, em especial, SCHWARTZ, Stuart B., 1983, tabela 4, p. 272). Já na comparação com São Paulo, Costa refere-se às localidades de Campinas, Itu e São Sebastião em 1804, com fundamento em LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1983), trabalho ao qual se voltará a atenção mais adiante no texto. O número médio de escravos por engenho, que foi contraposto àquele calculado para o Rio de Janeiro - 35,98 - , alcançou os seguintes valores: 21,2 em Campinas; 24,8 em Itu; 32,1 em São Sebastião; 69,5 em São Francisco e 61,8 em Santo Amaro (ver COSTA, Iraci del Nero da, 1988, tabela 2, p. 113).
- (49) QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de (1967, p. 169, nota de rodapé nº 11).
- (50) Ver QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de (1967, p. 213).
- (51) QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de (1967, p. 214).
- (52) ANTONIL, André João (1982, p. 75).
- (53) QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de (1967, p. 214).
- (54) LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1983, p. 212).
- (55) LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1983, p. 213-214). As fontes primárias utilizadas pelos autores são as listas nominativas de habitantes.
- (56) LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1983, p. 215).
- (57) Ver LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da

- (1983, tabela 6, p. 217).
- (58) LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1983, p. 219).
- (59) LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1983, tabela 9, p. 220).
- (60) Ver LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1983, tabela 7, p. 218).
- (61) LUNA, Francisco Vidal (1986b, p. 2). Esses percentuais são qualificados pelo autor com base naqueles constantes do estudo empreendido juntamente com Costa sobre as dez localidades paulistas em 1804, referidos acima no texto; assim, Luna atribui, para Sorocaba, " (...) uma representatividade relativamente reduzida de fogos com escravos; para o ano de 1804, por exemplo, para o qual efetuamos uma análise de dez diferentes núcleos de São Paulo, sete apresentavam proporção superior à verificada para Sorocaba, duas delas ultrapassando a percentagem de 35%." (LUNA, Francisco Vidal, 1986b, p. 2). A título de comparação, em Vila Rica em 1804, como mencionado no início deste capítulo, os escravos estavam presentes em 40,9% do total de domicílios existentes (ver COSTA, Iraci del Nero da, 1979, p. 185, nota de rodapé nº 36). De outra parte, esse percentual varia bastante quando se consideram outras localidades das Minas Gerais em 1804; assim, por exemplo, atinge 28,7% em um distrito de Mariana, 42,1% em Furquim, 53,1% em Gama e 100,0% em Abre Campo e Capela do Barreto. Ainda nas Gerais, em 1790, o referido percentual alça-se a 44,4% em Santa Luzia de Sabará (ver COSTA, Iraci del Nero da, 1981, tabelas 26, 36, 47, 62, 92 e 120, p. 262, 268, 276, 287, 309 e 329). Novamente na capitania de São Paulo, a participação dos domicílios com escravos no total de domicílios foi de 24,6% em 1798, 23,9% em 1808, 22,9% em 1818 e 25,2% em 1828 (ver MARCÍLIO, Maria Luiza, 1972, p. 141). Por fim, para 2 paróquias baianas, tem-se o seguinte: "Em Inhambupe, (...) registravam-se 115 'fogos' livres, dos quais 56 (48,7%) continham escravos; e em Água Fria, apenas 6 dos 69 'fogos' não continham pelo menos um escravo." (SCHWARTZ, Stuart B., 1983, p. 280).
- (62) LUNA, Francisco Vidal (1986b, p. 7).
- (63) Os indicadores estatísticos sobre a estrutura da posse de escravos em Sorocaba estão sumariados em LUNA, Francisco Vidal (1986b, tabela 10, p. 10).
- (64) Assim sendo, no caso de Sorocaba, não se corrobora a afirmação feita por Schwartz referindo-se à Bahia, onde as proprietárias de cativos tendiam "(...) enquanto grupo a possuir contingentes médios menores do que os homens." (SCHWARTZ, Stuart B., 1983, p. 267).
- (65) Essa mesma correspondência, aliás, já havia sido constatada por Luna, para os escravistas de ambos os sexos, no caso das Minas Gerais, por exemplo na Comarca do

- Serro do Frio em 1738 (ver LUNA, Francisco Vidal, 1981, p. 137).
- (66) Internamente à agricultura, porém, havia diferenças marcantes: " Para os agricultores de gêneros, os mais expressivos quantitativamente, resultaram médias de escravos por proprietário, extremamente estáveis (entre 4 e 4,5) ao longo de todo o período. Os indivíduos dedicados ao açúcar compareceram em todos os anos, e sua média situou-se em torno de vinte escravos." (LUNA, Francisco Vidal, 1986b, p. 16). Em 1836, ademais, registraram-se já dois casos de cafeicultores, um com 25 e outro com 109 cativos (ver LUNA, Francisco Vidal, 1986b, p. 17).
- (67) LUNA, Francisco Vidal (1986b, p. 17). Criada por Carta Régia de 4 de dezembro de 1810, a Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema era uma "(...) empresa de capital misto, onde o Estado entrou com toda a mão-de-obra nacional (escravos, pedreiros, ferreiros etc) e com a contratação e sustento de uma colônia sueca." (CARVALHO, Vânia Carneiro de, 1985, p. 90).
- (68) LUNA, Francisco Vidal (1986b, p. 12).
- (69) COSTA, Iraci del Nero da (1983, p. 125). O comportamento teórico esperado é assim descrito por Costa: "Teoricamente, pode-se esperar que o número de escravos varie com a idade do proprietário. Assim, até a faixa dos sessenta-setenta anos verificar-se-ia uma correlação positiva entre as duas variáveis. Tal afirmativa parte da hipótese de que o proprietário tenderia a acumular riqueza - neste caso representada pelo número de escravos possuídos - no correr do período economicamente ativo de sua vida. Já para a faixa colocada após os setenta anos - como decorrência de uma eventual partilha de bens em vida ou da não-reposição de escravos falecidos - ocorreria uma relação inversa entre idade do proprietário e número de cativos." (COSTA, Iraci del Nero da, 1983, p. 121).
- (70) COSTA, Iraci del Nero da (1983, p. 123-124). O autor a venta também, na explicação do comportamento da relação enfocada, no caso dos senhores de engenho, o reduzido número de observações e o fato de se estar a trabalhar com dados de cross-section (ver COSTA, Iraci del Nero da, 1983, p. 123). Por outro lado, a referida "homogeneidade da massa escrava" dos senhores de engenho fundamenta-se nos índices de Gini calculados para esses escravistas, no caso das mesmas dez localidades paulistas, no trabalho de Luna e Costa ao qual já se a teve anteriormente neste capítulo (ver LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da, 1983, p. 219). Como se verá adiante no texto, à relação entre ciclo de vida dos escravistas e posse de escravos voltar-se-ão igualmente Costa e Nozoe para o caso de Lorena em 1801.
- (71) LUNA, Francisco Vidal (1988, p. 31).

- (72) LUNA, Francisco Vidal (1988, p. 28).
- (73) A moda igualou-se à unidade nos três anos em foco, enquanto a mediana elevou-se de 4 em 1777 para 5 em 1804 e para 9 em 1829 (ver LUNA, Francisco Vidal, 1988, tabela 4, p. 28).
- (74) Ver a nota 61 acima que fornece, inclusive, os percentuais correlatos encontrados para algumas outras regiões do Brasil.
- (75) LUNA, Francisco Vidal (1988, p. 29). Ver, também, a nota 65 acima.
- (76) "Trabalhamos com os documentos correspondentes à primeira, segunda, quinta e sétima Companhias de Ordenanças da Vila de Nossa Senhora da Piedade de Lorena (...)" (COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki, 1987b, p. 31, nota nº1).
- (77) COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987b, p. 10).
- (78) Ver COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987b, tabela 1, p. 9).
- (79) COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987b, p. 10).
- (80) COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987b, p.11). Consideradas todas as faixas de tamanho, o número médio de escravos foi de 4,28 para as escravistas e 6,06 para os proprietários homens. Em Lorena, portanto, a diferença verificada entre a posse média de cativos de proprietários homens e mulheres aponta na mesma direção que na Bahia, e existe contrariamente ao constatado em Sorocaba e em várias localidades paranaenses (ver, a respeito dessa questão, as considerações delineadas anteriormente neste capítulo, a partir de SCHWARTZ, Stuart B., 1983, e LUNA, Francisco Vidal, 1986b, e as efetuadas adiante no texto, com base em GUTIÉRREZ, Horácio, 1987).
- (81) COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987b, p. 14). Não se corrobora, portanto, para Lorena em 1801, a relação sugerida por Luna, em alguns casos, para várias localidades das Minas Gerais, para Jacareí e para Sorocaba.
- (82) COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987b, p. 19).
- (83) COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987b, p. 13-14). Comportamento similar é verificado por Luna para o caso de Jacareí, embora este último autor abstenha-se de interpretá-lo: "quanto à taxa de masculinidade, verificamos uma proporcionalidade entre esse indicador e o tamanho do plantel, estabilizando-se acima de dez cativos." (LUNA, Francisco Vidal, 1988, p. 30).
- (84) COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987b, p. 26). Tomando-se novamente o trabalho de Luna sobre Jacareí, tem-se que, não se considerando os

- informes acerca da origem e da cor dos escravos, "ao comparar-se o tamanho do plantel e a faixa etária dos cativos, nota-se também uma certa relação ainda que de forma menos evidente do que no caso da taxa de masculinidade. Se tomarmos 1829, como exemplo, verifica-se para os menores plantéis (1 a 5, 6 a 10 e 11 a 15) uma participação de indivíduos em idade produtiva de cerca de 70%, enquanto para os maiores plantéis seu peso resultou aproximadamente 80%." (LUNA, Francisco Vidal, 1988, p. 30).
- (85) COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987b, p. 16).
- (86) Acerca da expectativa teórica característica da teoria do ciclo de vida, ver a nota 69 acima.
- (87) Conforme ressaltam Costa e Nozoe, "a presença de proprietários de plantéis grandes introduz perturbações (...) uma vez que o processo de acumulação para os mesmos dá-se de maneira diferenciada; vale dizer, não ocorre em uma única geração, mas, mediante a herança, em duas ou mais gerações." (COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki, 1987b, p. 32, nota nº 7).
- (88) Ver GUTIÉRREZ, Horácio (1987, tabela 1.1, p. 3). A título de comparação, ver também, uma vez mais, a nota 61 acima.
- (89) GUTIÉRREZ, Horácio (1987, p. 12).
- (90) GUTIÉRREZ, Horácio (1987, p. 14). Para os informes acerca da distribuição da propriedade escrava no Paraná, apresentados nesse parágrafo e no que o antecedeu, ver GUTIÉRREZ, Horácio (1987, tabela 2.1, p. 13).
- (91) GUTIÉRREZ, Horácio (1987, p. 19). Os indicadores estatísticos calculados por esse autor encontram-se sumariados em GUTIÉRREZ, Horácio (1987, tabela 2.3, p.18).
- (92) Ver a nota 80 acima.
- (93) COSTA, Iraci del Nero da (1988, p. 111).
- (94) LUNA, Francisco Vidal (1981, p. 130).
- (95) LUNA, Francisco Vidal (1981, p. 130).
- (96) COSTA, Iraci del Nero da (1981b, p. 154).
- (97) Ver LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1983, p. 214), LUNA, Francisco Vidal (1986b, p. 3 e 1988, p. 24), COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987b, p. 2), GUTIÉRREZ, Horácio (1987, tabela 1.5, p. 9) e SCHWARTZ, Stuart B. (1983, p. 266).
- (98) SCHWARTZ, Stuart B. (1983, p. 266).
- (99) Ver LUNA, Francisco Vidal (1981, p. 71 e 73).
- (100) LUNA, Francisco Vidal (1981, p. 95-96).
- (101) LUNA, Francisco Vidal (1981, p. 133).
- (102) Ver LUNA, Francisco Vidal (1981, p. 134-135).
- (103) SCHWARTZ, Stuart B. (1983, p. 280).
- (104) SCHWARTZ, Stuart B. (1983, p. 280). O estudo ao qual se reporta esse autor é o de Maria Ines Cortes de Oliveira, intitulado O liberto: o seu mundo e os outros, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Fe-

- deral da Bahia, em 1979 (ver SCHWARTZ, Stuart B., 1983, p. 280, nota de rodapé nº 44).
- (105) Os dados acerca dos forros proprietários de escravos da Comarca do Serro do Frio em 1738 são também analisados por Luna, em colaboração com Iraci Costa, em LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1980); nesse trabalho, os autores estudam, além da localidade mencionada, igualmente a freguesia de Antônio Dias (pertencente a Vila Rica), esta última com base nos assentos paroquiais de óbitos concernentes ao período 1743-1811.
- (106) LUNA, Francisco Vidal (1981, p. 137). Referindo-se ao trabalho de Maria Ines Cortes de Oliveira, citado à nota 104 acima, Jacob Gorender observa que essa autora constatou, para o caso da Bahia, entre os forros proprietários de cativos, ser "(...) a grande maioria, como em Minas Gerais, constituída de mulheres e de pequenos escravistas. Registrou, contudo, alguns forros escravistas já de porte relevante e ricos pela propriedade de de ainda outros bens. Tais os casos dos libertos José Antônio de Etra, com 22 escravos; Luís Xavier de Jesus, com 16 escravos; e Manoel Pereira Lopes, com 13 escravos e mais 15 'crias'." (GORENDER, Jacob, 1983, p. 25).
- (107) COSTA, Iraci del Nero da (1981b, p. 152). Cabe mencionar, como adverte Costa, que "forçosamente, deve-se admitir a possibilidade de expressarem, esses percentuais - por trabalharmos com assentos de óbitos - , uma superestimativa do peso relativo dos libertos no conjunto dos proprietários. Caso os forros, mesmo quando senhores, apresentassem escravos menos resistentes, com idade média mais avançada ou possuísem recursos limitados (vale dizer, condições adversas 'vis-à-vis' os proprietários livres) para o sustento de seus escravos, caracterizar-se-ia a aludida superestimativa" (COSTA, Iraci del Nero da , 1981b, p. 152).
- (108) GUTIÉRREZ, Horácio (1987, p. 7).
- (109) COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987b, p. 2).
- (110) Ver COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987b, p. 2) e LUNA, Francisco Vidal (1986b, tabela 4 p. 5 e 1988, p. 24).
- (111) LUNA, Francisco Vidal (1988, p. 24).
- (112) LUNA, Francisco Vidal (1988, p. 25).
- (113) LUNA, Francisco Vidal (1986b, p. 12).
- (114) GUTIÉRREZ, Horácio (1987, p. 8).
- (115) Ver COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987b, p. 13).
- (116) LUNA, Francisco Vidal (1986, p. 159).
- (117) LUNA, Francisco Vidal (1986, p. 159). Por exemplo, escreve Luna, "se tomarmos Furquim (...), que representa o núcleo mais populoso dentre aqueles para os quais

possuímos tais informações, verificamos que o peso relativo dos proprietários aumenta proporcionalmente às idades, alcançando 28% na faixa de 50 a 60 anos, e mais de 37% para os indivíduos acima dos 70 anos." (LUNA, Francisco Vidal, 1986, p. 159).

- (118) LUNA, Francisco Vidal (1981, p. 141).
- (119) LUNA, Francisco Vidal (1981, p. 138). Com relação à preferência pelos cativos Sudaneses nas Gerais, assevera Luna que, em época recente, tem-se firmado entre os estudiosos "(...) o consenso de terem os Sudaneses sido trazidos às Gerais em razão de possuírem conhecimento técnico relativamente avançado quando comparado aos Bantos e estarem familiarizados com o trabalho extrativo mineral em suas 'nações' de origem." (LUNA, Francisco Vidal, 1981, p. 138).
- (120) LUNA, Francisco Vidal (1981, p. 145).
- (121) LUNA, Francisco Vidal (1981, p. 146).
- (122) LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1981b, p. 139).
- (123) Ver LUNA, Francisco Vidal (1988, p. 25).
- (124) LUNA, Francisco Vidal (1988, p. 26).
- (125) LUNA, Francisco Vidal (1986b, p. 5).
- (126) LUNA, Francisco Vidal (1986b, p. 7).
- (127) COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987b, p. 4). A mesma hipótese é levantada para o caso do Paraná. Os dados trabalhados por Gutiérrez"(...) levam a crer que o perfil jovem da população escrava no Paraná nas três primeiras décadas do século XIX, deveu-se em boa medida à existência de uma natalidade elevada entre os cativos." (GUTIÉRREZ, Horácio, 1986, p. 48).
- (128) COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987b, p. 26).
- (129) COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987b, p. 3).
- (130) Ver COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987b, p. 3).
- (131) Ver LUNA, Francisco Vidal (1988, p. 25).
- (132) LUNA, Francisco Vidal (1988, p. 26).
- (133) LUNA, Francisco Vidal (1981, p. 144).
- (134) LUNA, Francisco Vidal (1986, p. 162).
- (135) LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1983, p. 214).
- (136) LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1983, p. 214).
- (137) LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1981b, p. 141).
- (138) LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1981b, p. 141).

CAPÍTULO III

ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS E DESENVOLVIMENTO CAFEEIRO EM BANANAL (1801 - 1829)

III.1 Considerações iniciais.

Volta-se a atenção, neste capítulo, à análise da estrutura da posse de escravos na localidade de Bananal no decurso das três décadas iniciais do século dezanove. As fontes documentais utilizadas são as listas nominativas de habitantes, em especial as atinentes a 1801, 1817 e 1829. Ao longo desse período verifica-se em Bananal rápida e ampla disseminação da cafeicultura que se consubstancia no traço distintivo do evoluer econômico da localidade. O perfil que toma a evolução dos padrões de propriedade de cativos mostra-se, de certo, sujeito aos efeitos da difusão do cultivo da rubiácea. Tais efeitos fazem-se sentir, igualmente, quando se observam as alterações ocorridas nas características dos escravistas e, destacadamente, dos escravos. Essas alterações, cuja efetivação apresenta-se ligada às possibilidades ditadas pelo crescimento populacional, refletem, em meio ao desenvolvimento vivenciado por Bananal, o mútuo condicionamento existente entre os âmbitos econômico e demográfico.

O estudo dos elementos da estrutura da posse de cativos na localidade em questão é feito em três etapas. De início, consideram-se, tão-somente, os escravistas, segundo várias de suas características, tais como sexo, cor, estado conjugal, idade, origem e ocupação/atividade econômica característica do domicílio em que residiam, procurando-se evidenciar as eventuais mudanças observadas entre os anos selecionados.

Em seguida, aproximação similar é empreendida, desta feita levando-se em conta a população cativa. Por fim, dedica-se à análise da estrutura da posse de escravos propriamente dita, de um lado, através dos indicadores estatísticos da distribuição da propriedade de cativos e, de outro, por meio da retomada de algumas características de senhores e de escravos, agora enfocadas consoante diferentes faixas de tamanho dos plantéis.

Na interpretação das inferências obtidas neste capítulo, a partir da comparação feita com fundamento nos três anos escolhidos para análise, é preciso ter-se em mente que a região de Bananal foi alvo, ao longo do período de que se trata e inclusive por força do desenvolvimento demográfico e econômico então experimentado, de alguns rearranjos de natureza jurisdicional. Dessa forma, em 1801, dita região, pertencente à Freguesia de Areias, compunha a sexta dentre as oito Companhias de Ordenanças que, à época, formavam a Vila de Nossa Senhora da Piedade de Lorena; em 1817, a localidade de Bananal, que fora elevada a Freguesia em 1811, correspondia à 4ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias, esta última criada em 1816; e, em 1829, eram já duas as Companhias de Ordenanças da Vila de Areias - a 5ª e a 6ª - que compunham a Freguesia do Senhor Bom Jesus do Bananal.

Quanto à documentação relativa ao último dos anos referidos, 1829, cabe uma observação adicional, a qual diz respeito à possibilidade de que os levantamentos censitários compulsados, tanto no caso da 5ª como no da 6ª Cias. de Ordenanças da Vila de Areias, contenham apenas uma atualização das informações constantes das listas nominativas concernentes ao ano anterior. Essa possibilidade vê-se corroborada quando se computam as frequências das idades atribuídas aos habitantes de Bananal. Verifica-se que as frequências mais elevadas correspondem às idades terminadas em 1 ou 6, revelando, pois, uma concentração deslocada em um ano - para mais - com relação ao esperado em se tratando de idades

atribuídas de forma o mais das vezes presumida.⁽¹⁾

É oportuno também, no âmbito destas considerações iniciais, tecer alguns comentários sobre a variável "ocupação / atividade econômica característica do domicílio".⁽²⁾ Na determinação dessa variável, adotou-se o seguinte critério: e-la seria a produção de café, sempre que tal lavoura se fizesse presente; caso contrário, a ocupação/atividade característica seria aquela que proporcionasse a maior renda monetária ao domicílio. Tal procedimento revela a preocupação em captar e evidenciar o ritmo que assume a penetração da cafeicultura em Bananal. Não obstante, o critério adotado deixa de enfatizar as situações em que os indivíduos se dedicam a mais de uma ocupação/atividade.⁽³⁾ Por exemplo, na grande maioria dos domicílios nos quais se produzia café, cultivavam-se, igualmente, mantimentos (milho, feijão, arroz, mandioca); em boa parte desses domicílios fabricava-se também algum toucinho. O mesmo vale para os fogos voltados primordialmente à produção de açúcar e/ou aguardente. Esses casos de atividades múltiplas em que, à produção de gêneros de subsistência - da qual raramente decorriam parques excedentes comercializáveis - aliava-se aquela visando essencialmente à comercialização, eram inequivocamente os mais frequentes e as atividades envolvidas vinculavam-se, em geral, à agricultura.

As listas nominativas referentes a 1829, em especial a dos habitantes da 6ª Cia. de Ordenanças, são aquelas em que se observa uma presença mais intensa de domicílios nos quais se registravam mais de uma ocupação/atividade econômica. Naquele ano, eram já vários os exemplos em que essa multiplicidade abrangia ocupações/atividades outras que não as diretamente ligadas à faina agrícola, evidenciando o desenvolvimento verificado em Bananal.⁽⁴⁾ Assim, Janoário Lopes, um viúvo pardo com 36 anos de idade e natural de Minas Gerais, que vivia com seus quatro filhos e possuía seis escravos, lucrou em 1829 30 mil réis exercendo seu ofício de sapateiro e 100

mil réis como caixeiro de uma venda. Também natural das Minas Gerais, João Nogueira da Cruz, indivíduo branco, casado, com 51 anos e proprietário de um plantel formado por onze cativos, vivia de sua venda, em que lucrou 100 mil réis, e também dos jornais de seus escravos, que lhe renderam 130 mil réis. A ocupação/atividade característica do domicílio, atribuída segundo o critério acima explicitado, foi, no caso de Janoário Lopes, aquela relacionada com o comércio (caixeiro) e, no de João Nogueira da Cruz, a de rentista (jornais dos escravos).⁽⁵⁾

Ainda na 6ª Cia. de Ordenanças em 1829, dentre os domicílios em que se anotou a presença de cativos e onde se produzia café - domicílios, portanto, nos quais a atividade característica era a cafeicultura - , cinco deles devem ser particularmente mencionados. Em três destes domicílios, seus chefes, escravistas e cafeicultores, eram também eclesiásticos: o Reverendo João Graciano de Faria, com 51 anos e 17 escravos; o Reverendo Bento José Duarte, com 47 anos e 25 cativos; e o Reverendo Vigário Dinis Hilário Nogueira, com 44 anos de idade e 15 escravos. Os três constavam da lista nominativa como agricultores. João Graciano havia produzido milho, feijão, arroz e toucinho, além de 210 arrobas de café, vendidas na Corte a 2\$680 réis a arroba. Bento José produzira os mesmos mantimentos, aos quais se somaram alguns alqueires de farinha de mandioca, tendo vendido para a Ilha Grande 1050 arrobas de café a 2\$880 réis a arroba. Já no caso de Dinis Hilário, não se registrou a produção de gêneros de subsistência; às 500 arrobas de café vendidas no Rio de Janeiro, ao preço de 2\$880 réis a arroba, adicionaram-se os rendimentos da Igreja (450\$000) e da cônica (200\$000), dinheiro este todo gasto nas despesas da casa.

O quarto dentre os cinco cafeicultores escravistas aludidos foi também o primeiro boticário de Bananal. Tratava-se do francês Domingos Toure Munier, com 41 anos de idade em 1829. Munier era casado com Joanna Paulina, de 43 anos e, co-

mo ele, natural da França. O casal possuía uma filha, de nome Emília, nascida no Brasil e então com 7 anos. O domicílio em questão contava, ademais, com dois agregados, Theodoro e Miguel, com 38 e 31 anos de idade, respectivamente. A escravidão era composta por 21 cativos. Como agricultor, o francês produziu milho, feijão e arroz para auto-consumo, e vendeu 290 arrobas de café para a Ilha Grande, a 2\$080 réis a arroba. Adicionalmente, ele empregou 300 mil réis em sua loja de fazenda seca, na qual lucrou o equivalente a um terço do capital empatado. Já em sua botica, Domingos Toure Munier lucrou 60 mil réis; nela havia invertido a soma aproximada de 100 mil réis.⁽⁶⁾

Por fim, o último dos cafeicultores escravistas nos quais aqui se detém particularmente, e que exerciam ocupações/atividades outras além da produção de café, é José Nunes Teixeira. Habitante da 6ª Cia. de Ordenanças e natural da Europa, José Nunes tinha 39 anos de idade em 1829. Solteiro e sem agregados, ele era o único indivíduo livre em um domicílio onde havia 70 escravos. Da produção desse fogo constavam 500 arrobas de café, vendidas na Corte a 2\$880 réis a arroba, 800 alqueires de milho, 200 alqueires de feijão, outro tanto de arroz e 100 alqueires de farinha de mandioca. Adicionalmente, conforme anotado no arrolamento após a descrição de suas atividades como agricultor, José Nunes ganhou 300 mil réis como "administrador do Cap^{ta}m Antonio Barbosa da Silva".⁽⁷⁾

III.2 Os escravistas e a disseminação da lavoura cafeeira.

A difusão da cafeicultura em Bananal é evidenciada a partir dos informes constantes da Tabela III.1, na qual se apresenta a distribuição dos proprietários de escravos de acordo com o sexo e segundo a ocupação/atividade característica do domicílio. Dentre os 44 escravistas arrolados na lista

TABELA III.1
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVISTAS DE ACORDO COM O SEXO E SEGUNDO
A OCUPAÇÃO / ATIVIDADE CARACTERÍSTICA DO DOMICÍLIO
(Bananal, anos selecionados)

Ocupação/ Atividade	1801			1817			1829		
	H	M	H+M	H	M	H+M	H	M	H+M
	<u>Números absolutos</u>								
Cafeicultores	-	-	-	55	7	62	134	13	147 ^f
Prod.açúcar / aguardente	5 ^b	-	5	5	-	5	-	1	1
Agricultores	29	6 ^c	35	23 ^e	5	28	19	7	26
Criadora de animais	-	1 ^d	1	-	-	-	-	-	-
Negociantes ou rentistas ^a	-	-	-	3	-	3	13	-	13
Eclesiásticos	-	-	-	3	-	3	1	-	1
Artesãos	1	-	1	3	-	3	5	-	5
"Agricultores novos habi- tantes"	-	-	-	6	-	6	1	1	2
"Novos habi- tantes"	2	-	2	8	3	11	-	-	-
Total	37	7	44	106	15	121	173	22	195
	<u>Porcentuais</u>								
Cafeicultores	-	-	-	51,9	46,7	51,2	77,4	59,1	75,4 ^f
Prod.açúcar / aguardente	13,5 ^b	-	11,4	4,7	-	4,1	-	4,5	0,5
Agricultores	78,4	85,7 ^c	79,5	21,7 ^e	33,3	23,1	11,0	31,8	13,3
Criadora de animais	-	14,3 ^d	2,3	-	-	-	-	-	-
Negociantes ou rentistas ^a	-	-	-	2,8	-	2,5	7,5	-	6,7
Eclesiásticos	-	-	-	2,8	-	2,5	0,6	-	0,5
Artesãos	2,7	-	2,3	2,8	-	2,5	2,9	-	2,6
"Agricultores novos habi- tantes"	-	-	-	5,7	-	5,0	0,6	4,6	1,0
"Novos habi- tantes"	5,4	-	4,5	7,6	20,0	9,1	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: H=Homens; M=Mulheres; H+M=Homens+Mulheres.

a Inclui todas as atividades ligadas ao comércio, p.ex. um indivíduo anotado como "caixeiro"; b Inclusive um escravista agregado de senhor de engenho também escravista; c Inclusive uma escravista filha e agregada de seu pai também escravista; d Escravista anotada como "fazendeira"; e Inclusive um escravista anotado tão-somente como "agricultor"; f Inclusive dois agregados - um homem e uma mulher - escravistas.

nominativa referente a 1801, não havia um único de cujas ocupações/atividades fizesse parte o cultivo da rubiácea.⁽⁸⁾ Já em 1817, mais da metade (51,2%) dos 121 proprietários de escravos então existentes em Bananal viviam em domicílios onde o café era produzido. Essa proporção ultrapassa a casa dos três quartos em 1829: 147 (75,4%) de um total de 195 escravistas produziam pelo menos algumas arrobas daquele produto. Outrossim, a disseminação da lavoura cafeeira atingiu níveis mais elevados entre os proprietários do sexo masculino: 51,9% deles em 1817 e 77,4% em 1829 classificaram-se como cafeicultores. Entre as proprietárias, os percentuais correlatos alcançaram-se, respectivamente, a 46,7% e 59,1%.⁽⁹⁾

Nos três anos selecionados, a grande maioria dos escravistas do sexo masculino possuía, como atividades características, aquelas vinculadas à agricultura (produção de café ou de açúcar e/ou aguardente ou ainda de mantimentos) e à criação de animais: 91,9% em 1801, 84,0% em 1817 e 89,0% em 1829.⁽¹⁰⁾ Entre as mulheres escravistas, à eventual exceção de 3 delas, em 1817, que constavam da lista nominativa tão-somente como "novas habitantes", essa maioria era absoluta. Assim, as ocupações/atividades dos escravistas negociantes, rentistas e artesãos, além, é claro, dos eclesiásticos, eram desempenhadas/empreendidas exclusivamente por homens. Ademais, a maior presença destas últimas atividades/ocupações em 1817 e 1829 em comparação a 1801, sugere que, juntamente à evolução econômica marcada pelo advento do café, esboçam-se, ao longo do período estudado, traços característicos de certos níveis de urbanização que, não obstante, não chegam a modificar o semblante eminentemente rural então possuído por Bananal.⁽¹¹⁾

O número de mulheres proprietárias de escravos mostra-se reduzido, tanto em 1801 como em 1817 e também em 1829. Em bora esse número, tomado em termos absolutos, seja crescente no decurso do período em foco, a participação relativa das escravistas no total de proprietários apresenta-se declinan-

te. Dessa forma, como se observa na Tabela III.2, onde os proprietários de cativos de Bananal são distribuídos consoante o sexo e o estado conjugal, as 7 mulheres possuidoras de escravos em 1801 correspondiam a 15,9% do total de escravistas; esse percentual diminui para 12,4% em 1817, abrangendo as 15 proprietárias existentes àquele ano, e diminui uma vez mais, para 11,3%, em 1829, ano em que foram computadas 22 mulheres escravistas.

Esse pequeno peso relativo das mulheres entre os proprietários de escravos decorre, em grande medida, do fato de a posse do plantel ser, como regra geral, sempre atribuída, no caso de escravistas casados, ao cônjuge do sexo masculino, a menos que exista no documento compulsado alguma indicação explícita que contrarie essa regra, ou na hipótese de o cônjuge do sexo masculino estar ausente por ocasião do arrolamento. Assim, a única proprietária casada em 1801 trata-se da filha de um chefe de domicílio também escravista que, por força da ausência do marido, veio da capitania de Minas Gerais para viver sob o pátrio poder, trazendo seus 3 filhos e seu plantel de 3 cativos. Similarmente, as duas proprietárias casadas em 1829 tratam-se de mulheres cujos cônjuges não constam das listas nominativas, uma delas habitante da 5ª Cia. e a outra da 6ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias.⁽¹²⁾

Também entre os escravistas solteiros a grande maioria é composta por homens: 100,0% em 1801, 94,4% em 1817 e 87,5% em 1829. Esses percentuais revelam, ao que parece, a maior dependência das mulheres solteiras com relação ao domicílio paterno e, talvez, u'a maior propensão ao casamento de parte dos indivíduos do sexo feminino.⁽¹³⁾ As mulheres só se mostram majoritárias entre os proprietários viúvos; destes, 100,0% são mulheres em 1801, 63,6% em 1817 e 65,4% em 1829. Essa supremacia feminina entre os escravistas viúvos sugere que, provavelmente, as idades dos homens eram, em média, mais elevadas por ocasião do casamento.⁽¹⁴⁾ Considerando-se a dis

TABELA III.2

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVISTAS DE ACORDO COM
O SEXO E O ESTADO CONJUGAL
(Bananal, anos selecionados)

Estado conjugal	1801			1817			1829		
	H	M	H+M	H	M	H+M	H	M	H+M
<u>Números absolutos</u>									
Solteiros	2	-	2	17	1	18	21	3	24
Casados	35	1	36	81	-	81	143	2	145
Viúvos	-	6	6	8	14	22	9	17	26
Total	37	7	44	106	15	121	173	22	195

Porcentuais segundo o sexo^a

Solteiros	100,0	-	100,0	94,4	5,6	100,0	87,5	12,5	100,0
Casados	97,2	2,8	100,0	100,0	-	100,0	98,6	1,4	100,0
Viúvos	-	100,0	100,0	36,4	63,6	100,0	34,6	65,4	100,0
Total	84,1	15,9	100,0	87,6	12,4	100,0	88,7	11,3	100,0

Porcentuais segundo o estado conjugal^b

Solteiros	5,4	-	4,6	16,0	6,7	14,9	12,1	13,6	12,3
Casados	94,6	14,3	81,8	76,4	-	66,9	82,7	9,1	74,4
Viúvos	-	85,7	13,6	7,6	93,3	18,2	5,2	77,3	13,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: H=Homens; M=Mulheres; H+H=Homens+Mulheres

a Valores percentuais calculados, em cada ano, para cada estado conjugal;

b Valores percentuais calculados, em cada ano, para cada sexo.

tribuição porcentual dos escravistas segundo o estado conjugal (últimas quatro linhas da Tabela III.2), verifica-se o predomínio, entre os homens, dos proprietários casados: 94,6% em 1801, 76,4% em 1817 e 82,7% em 1829. Quanto às escravistas, como seria o esperado a partir dos comentários acima expostos, as viúvas predominam vis-à-vis os dois outros estados conjugais: 85,7% em 1801, 93,3% em 1817 e 77,3% em 1829.

A participação relativa dos homens solteiros no total de escravistas do sexo masculino aumenta entre 1801 e 1817 (de 5,4% para 16,0%) e diminui entre este último ano e 1829 (de 16,0% para 12,1%). Esse comportamento tem seu correspondente no perfil assumido pela distribuição, nos três anos escolhidos, desses escravistas de acordo com diferentes faixas etárias, distribuição essa apresentada na Tabela III.3. Como se depreende da observação dessa tabela, os proprietários homens com idade inferior a 30 anos compunham 13,5% do total de proprietários do sexo masculino em 1801, 22,6% em 1817 e 15,6% em 1829. Concomitantemente, a participação relativa dos homens com 50 ou mais anos de idade diminui entre 1801 e 1817 (de 32,5% para 20,8%) e eleva-se entre 1817 e 1829 (de 20,8% para 27,7%).

De outra parte, a distribuição segundo faixas etárias, no caso das escravistas, é completamente distinta da dos homens e coaduna-se com a evolução da participação relativa das viúvas, a qual, como visto, era de 85,7% do contingente de mulheres escravistas em 1801, 93,3% em 1817 e 77,3% em 1829. Do total de proprietárias de escravos, aquelas com menos de 30 anos correspondiam a 14,3% em 1801, inexistiam em 1817 e alçavam-se a 27,3% em 1829; as com 50 ou mais anos perfaziam 42,9% do total em 1801, 66,7% em 1817 e 40,9% em 1829. Tendo em vista o número reduzido de mulheres escravistas, a distribuição etária, nos três anos em foco, do conjunto dos proprietários de cativos (homens + mulheres), reproduz o comportamento descrito para o caso dos homens.

É possível que a maior importância relativa dos escrav-

TABELA III.3

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVISTAS DE ACORDO COM
O SEXO E SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS
(Bananal, anos selecionados)

Faixas etárias	1801			1817			1829		
	H	M	H+M	H	M	H+M	H	M	H+M
<u>Números absolutos</u>									
15-19	-	-	-	2	-	2	3	1	4
20-29	5	1	6	22	-	22	24	5	29
30-39	10	1	11	24	2	26	43	2	45
40-49	10	2	12	36	3	39	55	5	60
50-59	6	1	7	12	4	16	31	3	34
60-69	5	-	5	4	4	8	13	4	17
70-79	-	1	1	4	1	5	3	-	3
80 e +	1	1	2	2	1	3	1	2	3
Total	37	7	44	106	15	121	173	22	195

<u>Porcentuais</u>									
15-19	-	-	-	1,9	-	1,7	1,7	4,6	2,1
20-29	13,5	14,3	13,6	20,7	-	18,2	13,9	22,7	14,9
30-39	27,0	14,3	25,0	22,6	13,3	21,5	24,9	9,1	23,1
40-49	27,0	28,5	27,3	34,0	20,0	32,2	31,8	22,7	30,8
50-59	16,3	14,3	15,9	11,3	26,7	13,2	17,9	13,6	17,4
60-69	13,5	-	11,4	3,8	26,7	6,6	7,5	18,2	8,7
70-79	-	14,3	2,3	3,8	6,6	4,1	1,7	-	1,5
80 e +	2,7	14,3	4,5	1,9	6,7	2,5	0,6	9,1	1,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: H=Homens; M=Mulheres; H+M=Homens+Mulheres .

vistas mais jovens em 1817 vis-à-vis 1801, e novamente a diminuição naquela importância em 1829, reflitam a evolução populacional e o desenvolvimento econômico de Bananal nas décadas iniciais do século passado. Quanto à evolução populacional, a localidade estudada, muito embora constitua, nos três anos selecionados, uma população aberta, apresenta-se claramente como pólo de atração demográfica entre 1801 e 1817; caráter esse que, ao que parece, atenua-se entre 1817 e 1829 .

(15) Talvez o afluxo populacional direcionado para Bananal entre os dois primeiros anos referidos privilegiasse em certa medida os elementos mais jovens, iniciando sua vida adulta - ou há pouco tendo nela adentrado - em uma região de povoamento relativamente recente.

Quanto aos eventuais efeitos do evoluer econômico sobre a distribuição etária dos escravistas bananalenses, alguns comentários adicionais podem ser feitos a partir dos valores de suas idades médias, consoante o sexo e a ocupação/atividade característica do domicílio, fornecidos na Tabela III.4 . Tomados os proprietários homens, percebe-se que sua idade média diminui entre 1801 (43,9 anos) e 1817 (41,7 anos). Para essa diminuição têm importância fundamental os 55 cafeicultores, cuja idade média (41,7 anos) iguala-se à do total de escravistas em 1817. Abaixo desse valor encontram-se as idades médias dos 3 negociantes ou rentistas (36,7 anos), dos 3 eclesiásticos (31,0 anos), dos 6 "agricultores novos habitantes" (40,8 anos) e dos 8 "novos habitantes" (39,3 anos), os quais, embora pouco numerosos, enquadram-se todos em atividades cuja presença - ou incremento entre os dois anos referidos - pode ser vinculada ao desenvolvimento econômico de Bananal, já então fundado em grande medida na difusão da produção cafeeira.

Os maiores valores das idades médias são os concernentes aos produtores de açúcar e/ou aguardente, tanto em 1801 (49,4 anos) como em 1817 (47,4 anos). Entre 1817 e 1829, como se verá adiante neste capítulo, o café como que empreende

TABELA III.4

IDADE MÉDIA DOS ESCRAVISTAS SEGUNDO O SEXO E DE ACORDO
COM A OCUPAÇÃO / ATIVIDADE CARACTERÍSTICA DO DOMICÍLIO
(Bananal, anos selecionados)

Ocupação / Atividade	1801		1817		1829	
	H	M	H	M	H	M
Cafeicultores	-	-	41,7	54,3	43,3	48,4
Produtores de açúcar e / ou aguardente	49,4	-	47,4	-	-	47,0 ^b
Agricultores	43,1	50,3	43,3	61,8	37,1	42,1
Criadora de animais	-	41,0 ^a	-	-	-	-
Negociantes ou rentistas	-	-	36,7	-	43,3	-
Eclesiásticos	-	-	31,0	-	31,0 ^b	-
Artesãos	29,0 ^b	-	45,3	-	45,4	-
"Agricultores novos habitan tes"	-	-	40,8	-	24,0 ^b	35,0 ^b
"Novos habi- tantes"	49,0	-	39,3	43,3	-	-
Total	43,9	49,0	41,7	54,6	42,5	45,7

Obs.: H = Homens; M = Mulheres

a Trata-se de uma única escravista, anotada como "fazendei-
ra"; b Idade concernente a um(a) único(a) proprietário(a) .

a "conquista" desses produtores de açúcar e/ou aguardente , em geral detentores de plantéis de escravos de porte mais elevado. É possível que essa "conquista" explique, ao menos em parte, o aumento verificado, em 1829, na idade média dos cafeicultores (43,3 anos). De fato, já em 1817, se fossem excluídos do conjunto dos produtores da rubiácea os 8 escravistas que também produziam açúcar e/ou aguardente, a idade média dos cafeicultores diminuiria para 40,0 anos. Em 1829 , tendo em vista a aparente substituição do açúcar/aguardente pelo café, apenas 2 proprietários dedicavam-se ainda à sua produção conjunta, um com 38 e o outro com 49 anos de idade.

Por fim, igualmente a partir dos informes constantes da Tabela III.4, percebe-se que, nos três anos analisados, para todas as ocupações/atividades características dos domicílios nas quais se faziam presentes escravistas de ambos os sexos, as idades médias das mulheres superaram as dos proprietários do sexo masculino. Tal comportamento acha-se ligado, decerto, às diferentes distribuições de escravistas homens e mulheres de acordo com o estado conjugal, as quais, como visto, marcavam-se pelo franco predomínio dos casados entre os primeiros e das viúvas entre as últimas. As viúvas, ademais, possuíam maior peso relativo em 1817 vis-à-vis os outros dois anos considerados; correspondentemente, é em 1817 que as proprietárias possuíam idade média mais elevada (54,6 anos).

Considerando-se a distribuição dos escravistas de acordo com a cor, fornecida na Tabela III.5, verifica-se a grande predominância dos indivíduos brancos, seja em 1801, em 1817 ou em 1829. Mais ainda, tal predominância é constatada tanto entre os proprietários homens como entre os do sexo feminino. Em todos os casos, a participação relativa dos brancos esteve em torno de 90% ou foi mesmo superior a esta marca. É de se notar, entre as mulheres escravistas, a inexistência de elementos de cor preta; já entre os homens, os negros correspondiam a 2,7% em 1801, 1,0% em 1817 e 0,6% em

TABELA III.5

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVISTAS DE ACORDO
COM O SEXO E A COR
(Bananal, anos selecionados)

Cor	1801			1817			1829		
	H	M	H+M	H	M	H+M	H	M	H+M
<u>Números absolutos</u>									
Branços	33	7	40	100	14	114	154	20	174
Pardos	3	-	3	5	1	6	18	2	20
Negros	1	-	1	1	-	1	1	-	1
Total	37	7	44	106	15	121	173	22	195

<u>Porcentuais</u>									
Branços	89,2	100,0	90,9	94,3	93,3	94,2	89,0	90,9	89,2
Pardos	8,1	-	6,8	4,7	6,7	5,0	10,4	9,1	10,3
Negros	2,7	-	2,3	1,0	-	0,8	0,6	-	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: Nos três anos selecionados, não se verificaram casos de indivíduos anotados nas listas nominativas como escravos ou libertos e proprietários de cativos; assim, todos os escravistas - brancos, pardos ou negros - eram livres.

H = Homens; M = Mulheres; H+M = Homens+Mulheres

1829. Mencione-se, também, conforme observado ao pé da Tabela III.5, a supremacia absoluta dos indivíduos livres entre os proprietários de escravos de Bananal; nos três anos escolhidos para análise, não se computou um único escravista - homem ou mulher; branco, pardo ou negro - que fosse forro ou cativo.

Na Tabela III.6 apresenta-se a distribuição dos proprietários de escravos segundo o sexo e de acordo com a origem. Evidencia-se, antes do mais, o caráter de população aberta anteriormente já atribuído a Bananal. Embora crescente ao longo do tempo, denotando uma também crescente estabilidade da população bananalense, a presença dos escravistas originários da própria localidade é relativamente pequena, mesmo em 1829. Assim, em 1801, não se registram escravistas naturais de Bananal; em 1817, eles eram tão-somente 8 (6,6% do total), todos homens; em 1829, 44 (22,6%) dos 195 proprietários eram naturais da localidade analisada, sendo 39 homens e 5 mulheres.

Adicionalmente, no período considerado, diminui a participação relativa dos escravistas oriundos de Portugal ou das Ilhas Atlânticas. Correspondentes a mais de um quinto (22,7%) do total de proprietários em 1801, eles perfaziam, no máximo, 18,2% em 1817 e 13,4% em 1829. Esses dois últimos percentuais são tomados como limites superiores por incluírem os indivíduos anotados nas listas nominativas - e também na Tabela III.6 - como "naturais da Europa". Tal inclusão é, ao que tudo indica, em grande medida acertada, o que se corrobora através da observação dos nomes dos indivíduos aludidos, entre os quais figuravam Joaquim Ferreira Pena, Sebastião José Roiz, José Pereira Monteiro, José Nunes Teixeira, Luis Caetano, Bento José Duarte etc. (16)

Alterações significativas quanto à origem dos escravistas são verificadas igualmente no que diz respeito àqueles naturais de outras localidades do Brasil. Assim, os indivíduos oriundos das Minas Gerais compunham o contingente mais

TABELA III.6
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVISTAS DE ACORDO COM
O SEXO E SEGUNDO A ORIGEM
(Bananal, anos selecionados)

Origem	1801			1817			1829		
	H	M	H+M	H	M	H+M	H	M	H+M
<u>Números absolutos</u>									
Bananal	-	-	-	8	-	8	39	5	44
São Paulo ^a	9	1	10	33	3	36	40	8	48
Rio de Janeiro	3	1	4	24	6	30	29	5	34
Minas Gerais	14	4	18	20	5	25	37	2	39
Goiás	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Portugal ^b	9	1	10	6	1	7	11	2	13
França	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Europa ^c	-	-	-	15	-	15	13	-	13
O.N.I.	1 ^d	-	1	-	-	-	3 ^e	-	3
TOTAL	37	7	44	106	15	121	173	22	195

<u>Porcentuais</u>									
Bananal	-	-	-	7,5	-	6,6	22,5	22,7	22,6
São Paulo ^a	24,3	14,3	22,7	31,1	20,0	29,7	23,1	36,4	24,6
Rio de Janeiro	8,1	14,3	9,1	22,6	40,0	24,8	16,8	22,7	17,4
Minas Gerais	37,9	57,1	40,9	18,9	33,3	20,7	21,4	9,1	20,0
Goiás	2,7	-	2,3	-	-	-	-	-	-
Portugal ^b	24,3	14,3	22,7	5,7	6,7	5,8	6,4	9,1	6,7
França	-	-	-	-	-	-	0,6	-	0,5
Europa ^c	-	-	-	14,2	-	12,4	7,5	-	6,7
O.N.I.	2,7 ^d	-	2,3	-	-	-	1,7 ^e	-	1,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs: H=Homens;M=Mulheres;H+M=Homens+Mulheres;O.N.I.=Origem não identificada.

a Exclusive os de Bananal; b Inclusive os das Ilhas Atlânticas ;
c Não especificado país de origem; d Anotado como "crioulo" ;
e Informe ilegível.

importante (40,9%) entre os proprietários de cativos em 1801; correspondiam, naquele ano, a 37,9% dos homens e a 57,1% das mulheres escravistas. Nos outros dois anos analisados, porém, os mineiros já não representavam o segmento mais numeroso, perfazendo cerca de um quinto do total de proprietários: 20,7% em 1817 (18,9% dos homens e 33,3% das mulheres) e 20,0% em 1829 (21,4% dos homens e 9,1% das mulheres). Ao mesmo tempo em que diminui a importância relativa dos escravistas naturais de Minas Gerais, aumenta a daqueles provenientes do Rio de Janeiro e da própria capitania / província de São Paulo, neste último caso inclusive quando são excluídos os naturais de Bananal. Dentre os escravistas (homens + mulheres), 9,1% eram originários de localidades fluminenses e 22,7% de paulistas em 1801; os percentuais correlatos elevavam-se a 24,8% e 29,7% em 1817, e a 17,4% e 24,6% em 1829.⁽¹⁷⁾

A Tabela III.7 traz a distribuição dos proprietários de escravos consoante o tipo de domicílio no qual eles residiam.⁽¹⁸⁾ Observa-se, dentre as diversas categorias domiciliares dos escravistas, o franco predomínio dos domicílios simples: 86,4% em 1801, 79,4% em 1817 e 80,0% em 1829. O tipo de domicílio mais freqüente é aquele formado pelo casal com sua prole, que corresponde a 63,6% do total em 1801, 49,6% em 1817 e 58,5% em 1829. A menor participação relativa, comparativamente aos outros dois anos, dos casais com filhos em 1817 é acompanhada pelo maior peso relativo, naquele ano, dos casais sem filhos presentes (16,5%, versus 13,6% em 1801 e 12,8% em 1829) e dos viúvos ou viúvas com filhos sem prole (13,2%, versus 9,1% em 1801 e 7,2% em 1829).

É de se notar o aumento da importância relativa dos domicílios singulares em 1817 (19,8%) e em 1829 (19,0%) vis-à-vis 1801 (6,8%); esse aumento verifica-se no caso dos viúvos solitários (que correspondiam a 2,3% em 1801, 5,0% em 1817 e 5,6% em 1829), no dos solteiros isolados (4,5% em 1801, 14,0% em 1817 e 11,3% em 1829) e no das pessoas casadas, sem fi-

TABELA III.7

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVISTAS DE ACORDO COM O TIPO DE DOMICÍLIO
(Bananal, anos selecionados)

Tipo de Domicílio	1801	1817	1829
<u>Números absolutos</u>			
Domicílios singulares			
- viúvos solitários	1	6	11
- solteiros sós	2	17	22
- pessoa casada sem filhos, cônjuge ausente ou indeterminado	-	1	4
Domicílios sem estrutura familiar			
- coabitantes aparentados (exclusive irmãos e irmãs)	-	1	1
Domicílios simples			
- casais	6	20	25
- casais com filhos	28	60	114
- homens solteiros, com filhos	-	-	1
- viúvos com filhos sem prole	-	6	8
- viúvas com filhos sem prole	4	10	6
- pessoa casada com filhos, cônjuge ausente ou indeterminado	-	-	2
Domicílios múltiplos			
- núcleo secundário descendente	3	-	1
T O T A L	44	121	195
<u>Porcentuais por categorias:</u>			
Domicílios singulares	6,8	19,8	19,0
Domicílios sem estrutura familiar	-	0,8	0,5
Domicílios simples	86,4	79,4	80,0
Domicílios múltiplos	6,8	-	0,5
T O T A L	100,0	100,0	100,0

lhós, com cônjuge ausente ou indeterminado (as quais inexistiam em 1801 e perfaziam 0,8% em 1817 e 2,1% em 1829).⁽¹⁹⁾ Por fim, saliente-se que, dos 44 escravistas em 1801, 42 (95,5%) eram chefes de domicílio; dos 2 restantes, um era agregado e o outro dependente e agregado de chefes de domicílio que eram também escravistas. Em 1817, a totalidade dos proprietários de escravos compunha-se de chefes de domicílio. Em 1829, 193 (99,0%) dos escravistas eram chefes de domicílio; os outros dois eram agregados de chefes de domicílio que também possuíam escravos.⁽²⁰⁾

III.3 Os escravos e a disseminação da lavoura cafeeira.

De forma análoga ao verificado na seção anterior para o caso dos escravistas, também no que respeita aos escravos evidencia-se a rápida e ampla disseminação da cafeicultura em Bananal. É o que se depreende dos informes constantes da Tabela III.8, que fornece a distribuição dos cativos segundo o sexo e consoante a ocupação/atividade característica atribuída aos domicílios nos quais eles viviam. Assim, em 1801 não havia escravos residentes em domicílios voltados à produção da rubiácea;⁽²¹⁾ em 1817, 645 (63,9%) dos 1010 cativos existentes em Bananal viviam em domicílios onde se produzia café; em 1829, esse percentual era ainda maior, atingindo a marca dos 88,9% (correspondentes a um contingente de 2030 escravos em uma população cativa formada por 2282 indivíduos). Tais percentuais, cabe frisar, apresentam-se, pois, crescentes em uma população que também aumenta de maneira pronunciada em termos absolutos.

Em contrapartida a esse aumento vigoroso observado na escravaria ligada à cafeicultura, diminui a importância relativa - e também absoluta - dos cativos que viviam em domicílios cuja atividade característica era a produção de açúcar e/ou aguardente, bem como naqueles em que tal atividade

TABELA III.8

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS DE ACORDO COM O SEXO E SEGUNDO A
OCUPAÇÃO / ATIVIDADE CARACTERÍSTICA DOS DOMICÍLIOS
DE SEUS RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS
(Bananal, anos selecionados)

Ocupação/ Atividade	1801			1817			1829		
	H	M	H+M	H	M	H+M	H	M	H+M
<u>Números absolutos</u>									
Cafeicultores	-	-	-	408	237	645	1407	623	2030
Prod. açúcar/ aguardente	102	74	176	113	47	160	67	38	105
Agricultores/ criadores de animais ^a	128	92	220	95	67	162	41	30	71
Negociantes ou rentistas ^b	-	-	-	7	2	9	44	22	66
Eclesiásticos	-	-	-	7	1	8	3	1	4
Artesãos	1	1	2	3	-	3	4	2	6
"Novos habi- tantes"	2	1	3	16	7	23	-	-	-
Total	233	168	401	649	361	1010	1566	716	2282
<u>Porcentuais</u>									
Cafeicultores	-	-	-	62,9	65,7	63,9	89,8	87,0	88,9
Prod. açúcar/ aguardente	43,8	44,0	43,9	17,4	13,0	15,8	4,3	5,3	4,6
Agricultores/ criadores de animais ^a	54,9	54,8	54,9	14,6	18,6	16,0	2,6	4,2	3,1
Negociantes ou rentistas ^b	-	-	-	1,1	0,5	0,9	2,8	3,1	2,9
Eclesiásticos	-	-	-	1,1	0,3	0,8	0,2	0,1	0,2
Artesãos	0,4	0,6	0,5	0,5	-	0,3	0,3	0,3	0,3
"Novos habi- tantes"	0,9	0,6	0,7	2,4	1,9	2,3	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: H = Homens; M = Mulheres; H+M = Homens+Mulheres.

a Inclusive "agricultores novos habitantes";

b Inclusive os escravos de um indivíduo anotado na lista nominativa como "caixeiro".

era a agricultura de gêneros de subsistência ou a criação de animais. Os primeiros desses domicílios compreendiam 43,9% da massa escrava em 1801, 15,8% em 1817 e 4,6% em 1829; os últimos abrangiam 54,9% do total de cativos em 1801, 16,0% em 1817 e 3,1% em 1829. De outra parte, enquanto permanece aproximadamente o mesmo o peso relativo dos escravos pertencentes aos artesãos (0,5% em 1801, 0,3% em 1817 e 0,3% em 1829), eleva-se o dos cativos possuídos por negociantes ou rentistas (inexistentes em 1801, e correspondentes a 0,9% em 1817 e a 2,9% em 1829). Quanto aos escravos de eclesiásticos, sua participação relativa no total da escravaria, nula em 1801, diminui de 0,8% em 1817 para 0,2% em 1829; este último percentual, todavia, alça-se a 2,8% se forem computados como eclesiásticos os 3 reverendos classificados como cafeicultores e que detinham, respectivamente, 17, 25 e 15 cativos.⁽²²⁾

Considerando-se, ainda com base na Tabela III.8, a distribuição relativa dos escravos pelas diferentes ocupações/atividades características dos domicílios, percebe-se que os valores percentuais calculados tomando-se homens e mulheres separadamente são, em linhas gerais, bastante próximos. Por exemplo, em 1817, 62,9% dos cativos do sexo masculino viviam em domicílios onde o café era produzido; o percentual correlato, no caso das escravas, era de 65,7%. Em 1829, ambos os valores elevam-se para patamares semelhantes: o dos homens para 89,8% e o das mulheres para 87,0%. Não obstante a similitude presente nessa distribuição segundo o sexo dos cativos, a observação da Tabela III.9 revela a razão de masculinidade crescente que caracterizou a população escrava de Bananal ao longo do período analisado.)

O aumento da razão de masculinidade da população cativa entre 1801 e 1817 (de 138,7 para 179,8) traduz uma elevação generalizada, nalguns casos mais e noutros menos intensa, da supremacia numérica dos homens entre os escravos, quaisquer que fossem as ocupações/atividades características dos domicílios de seus respectivos proprietários. Assim, tal eleva -

TABELA III.9

RAZÃO DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA DE ACORDO COM A
OCUPAÇÃO / ATIVIDADE CARACTERÍSTICA DO DOMICÍLIO
DE SEUS RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS
(Bananal, anos selecionados)

Ocupação / Atividade	1801	1817	1829
Cafeicultores	-	172,2	225,8
Produtores de açúcar e/ou aguardente	137,8	240,4	176,3
Agricultores ou criadores de animais ^a	139,1	141,8	136,7
Negociantes ou rentistas	-	350,0	200,0
Eclesiásticos	-	700,0	300,0
Artesãos	100,0	- ^b	200,0
"Novos habitantes"	200,0	228,6	-
TOTAL	138,7	179,8	218,7

a Inclusive "agricultores novos habitantes";

b São 3 os escravos pertencentes a artesãos em 1817, todos do sexo masculino (ver a Tabela III.8).

ção verifica-se nos domicílios voltados à produção de açúcar e/ou aguardente (de 137,8 para 240,4), nos de agricultores ou criadores de animais (de 139,1 para 141,8), naqueles dedicados às lides artesanais (de 100,0 em 1801 para um predomínio absoluto em 1817) e nos domicílios de indivíduos "novos habitantes" (de 200,0 para 228,6); mesmo nos casos de ocupações/atividades características inexistentes em 1801 (cafeicultores, negociantes ou rentistas e eclesiásticos), os valores da razão de masculinidade apresentam-se já bastante elevados em 1817 (respectivamente, 172,2, 350,0 e 700,0). (23) Entre 1817 e 1829, porém, o aumento da razão de masculinidade da população cativa de Bananal (de 179,8 para 218,7) reflete um aumento correspondente, tomadas as ocupações/atividades características isoladamente, apenas nos domicílios vinculados à cafeicultura (de 172,2 para 225,8); em todos os demais casos, à exceção dos "novos habitantes" - que não se faziam presentes em 1829 - , os valores da razão de masculinidade mostram-se decrescentes.

A distribuição dos escravos de acordo com o sexo e segundo faixas etárias é fornecida na Tabela III.10. Entre as cativas, têm maior peso relativo, em 1801, aquelas com idades entre 0 e 14 e entre 20 e 29 anos; em cada uma dessas duas faixas etárias havia 48 mulheres, isto é, 28,6% do total de 168 escravas existentes naquele ano. Em 1817 e 1829, é igualmente na faixa etária dos 20 aos 29 anos que se inserem os maiores contingentes femininos: 132 indivíduos no primeiro desses anos e 241 no segundo, correspondentes, respectivamente, a 36,6% e a 33,7% dos totais de mulheres cativas. Adicionalmente, os dados constantes da tabela em foco permitem inferir que não apenas, como visto acima, os homens faziam-se, relativa e absolutamente, cada vez mais importantes entre os cativos de Bananal, mas que o contingente masculino que crescia com maior intensidade era o formado pelos indivíduos com idades entre 15 e 29 anos. Nessa faixa etária enquadram-se 93 (39,9%) dos 233 escravos homens de Bananal em

TABELA III.10

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS DE ACORDO COM
O SEXO E SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS
(Bananal, anos selecionados)

Faixas etárias	1801			1817			1829		
	H	M	H+M	H	M	H+M	H	M	H+M
<u>Números absolutos</u>									
0-14	56	48	104	135	99	234	272	210	482
15-19	36	34	70	128	46	174	372	156	528
20-29	57	48	105	232	132	364	598	241	839
30-39	48	23	71	78	46	124	215	61	276
40-49	23	10	33	51	22	73	64	33	97
50-59	12	3	15	15	7	22	22	11	33
60-69	1	2	3	4	9	13	19	2	21
70-79	-	-	-	3	-	3	2	2	4
80 e +	-	-	-	3	-	3	1	-	1
Total	233	168	401	649	361	1010	1565 ^a	716	2281
<u>Porcentuais</u>									
0-14	24,0	28,6	25,9	20,8	27,4	23,2	17,4	29,3	21,1
15-19	15,4	20,2	17,5	19,7	12,7	17,2	23,8	21,8	23,1
20-29	24,5	28,6	26,2	35,7	36,6	36,0	38,2	33,7	36,8
30-39	20,6	13,7	17,7	12,0	12,8	12,3	13,7	8,5	12,1
40-49	9,9	5,9	8,2	7,9	6,1	7,2	4,1	4,6	4,3
50-59	5,2	1,8	3,7	2,3	1,9	2,2	1,4	1,5	1,4
60-69	0,4	1,2	0,8	0,6	2,5	1,3	1,2	0,3	0,9
70-79	-	-	-	0,5	-	0,3	0,1	0,3	0,2
80 e +	-	-	-	0,5	-	0,3	0,1	-	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: H = Homens; M = Mulheres; H+M = Homens+Mulheres.

a Exclusive um cativo com idade indeterminada, provavelmente entre 15 e 59 anos.

1801, 360 (55,4%) dos 649 arrolados em 1817 e 970 (62,0%) dos 1565 cativos do sexo masculino existentes em 1829.⁽²⁴⁾

Dado o perfil etário da população escrava que afluí para Bananal nas primeiras décadas do século passado, diminui ao longo do tempo a importância relativa dos escravos (homens + mulheres) com menos de 15 bem como daqueles com 30 ou mais anos de idade. Os primeiros correspondiam a 25,9% em 1801, 23,2% em 1817 e 21,1% em 1829; já os cativos com idade igual ou superior a 30 anos perfaziam 30,4% em 1801, 23,6% em 1817 e 19,0% em 1829. Por outro lado, tendo em vista o predomínio masculino característico dessa população escrava "imigrante", a diminuição referida mostra-se em geral ainda mais intensa quando se computam os cativos homens isoladamente. Assim, entre estes últimos, aqueles com menos de 15 anos de idade correspondiam a 24,0% em 1801, 20,8% em 1817 e 17,4% em 1829, enquanto aqueles com 30 ou mais anos perfaziam 36,1% em 1801, 23,8% em 1817 e 20,6% em 1829.

Quando se toma a distribuição percentual do contingente escravo masculino por diferentes faixas etárias, acrescida do informe acerca da atividade característica do domicílio - o que é feito na Tabela III.11 - , verifica-se que a participação relativa dos cativos homens com idades entre 15 e 29 anos vinculados a atividades agrícolas - exceto a cafeicultura - em 1817 (63,9%) supera em muito a participação correlata observada em 1801 (39,6%)] e é também mais elevada que a participação correspondente, no mesmo ano de 1817, válida para os escravos ligados à produção do café (50,0%), disparidade que, neste último caso, radica-se particularmente na faixa etária dos 20 aos 29 anos.

Comparando-se, com base ainda na Tabela III.11, os percentuais calculados para 1817 àqueles concernentes a 1829, nota-se que, entre os cativos do sexo masculino vinculados à atividade cafeeira, os indivíduos inseridos na faixa etária dos 15 aos 29 anos têm seu peso relativo aumentado, ao longo do tempo, de 50,0% para 62,4%. Nas demais atividades agríco-

TABELA III.11

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS ESCRAVOS HOMENS CONSOANTE
FAIXAS ETÁRIAS E SEGUNDO ATIVIDADE CARACTERÍSTICA DO DOMICÍLIO
(Bananal, anos selecionados)

Faixas etárias	1801		1817			1829		
	AGR. ^a	OUT.	CAF.	AGR.	OUT.	CAF. ^b	AGR.	OUT.
0-14	24,4	-	23,5	16,8	12,1	17,1	17,6	25,5
15-19	14,8	66,7	20,3	18,7	18,2	24,0	25,0	13,7
20-29	24,8	-	29,7	45,2	51,5	38,4	35,2	39,2
30-39	20,4	33,3	14,2	8,2	9,1	14,4	6,5	11,8
40-49	10,0	-	7,4	8,7	9,1	3,8	5,5	9,8
50-59	5,2	-	3,7	-	-	1,2	4,6	-
60 e +	0,4	-	1,2	2,4	-	1,1	5,6	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: CAF. = Cafeicultura;

AGR. = Demais atividades agrícolas;

OUT. = Outras atividades, não agrícolas.

a Incluídos aqui os cativos pertencentes à "fazendeira", cuja atividade característica era a criação de animais;

b Exclusive um cativo com idade indeterminada, provavelmente entre 15 e 59 anos.

las, porém, tal peso diminui, sendo os porcentuais análogos, respectivamente, iguais a 63,9% e 60,2%. Também nas atividades não-agrícolas - incluídos aí os domicílios de "novos habitantes" - , a importância relativa dos escravos homens na faixa etária aludida decresce de 69,7% em 1817 para 52,9% em 1829.

Assim, de forma similar ao constatado quanto à evolução da razão de masculinidade da população escrava, o aumento, no decurso do período considerado, da participação relativa dos cativos do sexo masculino com idades entre 15 e 29 anos mostra-se generalizado pelas diferentes atividades características dos domicílios entre 1801 e 1817, e reproduz o comportamento verificado especificamente na atividade cafeeira entre 1817 e 1829. Evidentemente, tal se deve, em grande medida, à própria crescente generalização da cafeicultura em Bananal.)

Observando-se os valores da razão de masculinidade consoante diferentes faixas etárias, fornecidos na Tabela III. 12, verifica-se que tais valores, considerada a população cativa em seu conjunto, refletem o comportamento nitidamente crescente da razão de masculinidade dos escravos com idades entre 20 e 29 anos (esta última igual a 118,8 em 1801, 175,8 em 1817 e 248,1 em 1829).⁽²⁵⁾ De fato, se, de um lado, a faixa etária aludida é a que concentra o maior número de mulheres cativas, de outro, ela é também a que encerra o contingente mais elevado de homens escravos. Já a razão de masculinidade atinente à faixa etária dos 15 aos 19 anos evolui de maneira distinta: significativo crescimento entre 1801 e 1817 (de 105,9 para 278,3) seguido de declínio entre 1817 e 1829 (de 278,3 para 238,5). Essa evolução reproduz muito mais o comportamento da participação relativa das mulheres compreendidas na faixa etária em questão no total de escravas, do que o comportamento dessa mesma participação relativa verificada no caso dos cativos do sexo masculino, esta última crescente ao longo dos três anos considerados (conforme

TABELA III.12

RAZÃO DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA DE ACORDO COM
A ORIGEM, CONSIDERADAS DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS
(Bananal, anos selecionados)

Faixas etárias	1801			1817			1829		
	AFR.	COL.	TOT.	AFR.	COL.	TOT.	AFR. ^a	COL.	TOT.
0-14	80,0	120,9	116,7	312,5	120,9	136,4	260,9	92,7	129,5
15-19	142,1	60,0	105,9	422,7	145,8	278,3	265,4	82,6	238,5
20-29	130,6	83,3	118,8	200,0	115,8	175,8	284,5	102,1	248,1
30-39	264,3	122,2	208,7	178,9	125,0	169,6	384,3	190,0	352,5
40-49	333,3	75,0	230,0	217,6	280,0	231,8	206,9	100,0	193,9
50-59	500,0	200,0	400,0	216,7	200,0	214,3	200,0	200,0	200,0
60 e +	100,0	zero	50,0	180,0	25,0	111,1	500,0	^b	550,0
TOTAL	175,9	102,4	138,7	227,9	126,3	179,8	282,8	98,8	218,6

Obs.: AFR. = Africanos;

COL. = Coloniais;

TOT. = Total (Africanos + Coloniais).

a Exclusive um cativo com idade indeterminada, provavelmente entre 15 e 59 anos;

b Há dois escravos coloniais com 60 ou mais anos em 1829, ambos do sexo masculino.

Tabela III.10).

Na Tabela III.12, outrossim, os valores da razão de masculinidade por diferentes faixas etárias são apresentados de acordo com a origem dos escravos (africanos ou coloniais). Na grande maioria dos casos, tais valores são menores - o mais das vezes marcadamente menores - para os cativos nascidos no Brasil, sempre relativamente mais próximos do equilíbrio entre os sexos. Assim, pois, a demanda pela mão-de-obra escrava, direcionada, como visto, preferencialmente para os cativos homens com idades entre 15 e 29 anos, via-se satisfeita, ainda que não de maneira exclusiva, em grande medida através da importação de "peças" oriundas da África. Tomadas as faixas etárias dos 15 aos 19 e dos 20 aos 29 anos conjuntamente, a razão de masculinidade dos africanos passa de 136,4 em 1801 para 242,2 em 1817 e para 276,7 em 1829; os valores correlatos, calculados para os escravos coloniais, foram, respectivamente, iguais a 70,4, 127,4 e 95,8.

A Tabela III.13 apresenta a distribuição dos cativos consoante o sexo, a origem e a cor. Eram africanos 229, isto é, 57,1% dos 401 escravos existentes em 1801, 623 (61,7%) dos 1010 anotados em 1817 e 1785 (78,2%) dos 2282 arrolados em 1829. Consideradas as escravas isoladamente, embora predominem as provenientes da África em 1817 (52,6%) e mais ainda em 1829 (65,1%), as nascidas no Brasil compunham a maioria (50,6%) em 1801. Entre os homens, em comparação às mulheres, as participações relativas dos africanos são mais elevadas e, além disso, são mais elevadas de forma crescente ao longo do tempo: já em 1801, 62,7% dos cativos do sexo masculino eram originários da África; o percentual correspondente, em 1817, alça-se a 66,7% e a 84,2% em 1829. Evidencia-se, pois, uma vez mais, a preferência pela importação de escravos homens.

No que diz respeito à cor, é grande o predomínio dos escravos pretos vis-à-vis os pardos. Assim, entre os cativos homens coloniais, consoante se infere da Tabela III.13,

TABELA III.13

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS DE ACORDO COM O SEXO

E SEGUNDO A ORIGEM E A COR

(Bananal, anos selecionados)

Origem e cor	1801			1817			1829		
	H	M	H+M	H	M	H+M	H	M	H+M
<u>Números absolutos</u>									
Coloniais	87	85	172	216	171	387	247	250	497
- pardos	26	22	48	36	34	70	33	29	62
- pretos	61	63	124	180	137	317	214	221	435
Africanos	146	83	229	433	190	623	1319	466	1785
- pardos	-	-	-	1	1	2	1	-	1
- pretos	146	83	229	432	189	621	1318	466	1784
Total	233	168	401	649	361	1010	1566	716	2282

<u>Porcentuais</u>									
Coloniais	37,3	50,6	42,9	33,3	47,4	38,3	15,8	34,9	21,8
- pardos	11,1	13,1	12,0	5,6	9,4	6,9	2,1	4,0	2,7
- pretos	26,2	37,5	30,9	27,7	38,0	31,4	13,7	30,9	19,1
Africanos	62,7	49,4	57,1	66,7	52,6	61,7	84,2	65,1	78,2
- pardos	-	-	-	0,2	0,3	0,2	0,1	-	0,1
- pretos	62,7	49,4	57,1	66,5	52,3	61,5	84,1	65,1	78,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: H = Homens ; M = Mulheres ;

H+M = Homens + Mulheres .

70,1% eram pretos em 1801, 83,3% em 1817 e 86,6% em 1829. Os percentuais correlatos, no caso das escravas coloniais, correspondiam a 74,1% em 1801, 80,1% em 1817 e 88,4% em 1829. É possível que esses percentuais apresentem-se crescentes, para ambos os sexos, tendo em vista a concomitante elevação da importância relativa dos cativos vindos da África. Entre os africanos, de fato, a supremacia dos indivíduos de cor negra era quase absoluta: em 1801, todos os africanos foram anotados na lista nominativa atinente a Bananal como pretos; em 1817, apenas dois africanos foram arrolados como pardos, um homem e uma mulher; e, em 1829, tão-somente um escravo africano, do sexo masculino, era pardo. ⁽²⁶⁾

Tomando-se a população cativa com 15 ou mais anos de idade e considerando-a de acordo com o sexo e o estado conjugal, o que é feito na Tabela III.14, observa-se que, nos três anos selecionados, a maioria dos escravos era solteira. Mais ainda, a importância relativa dos solteiros mostra-se crescente ao longo do tempo: 59,6% em 1801, 70,3% em 1817 e 77,1% em 1829. Outrossim, a participação dos solteiros é sempre maior entre os homens do que entre as mulheres, refletindo, antes do mais, a própria supremacia numérica cada vez maior dos indivíduos do sexo masculino. Assim, 67,8% dos homens com idade igual ou superior a 15 anos eram solteiros em 1801, 77,4% em 1817 e 83,9% em 1829; no caso das mulheres cativas, os percentuais correspondentes alçavam-se a 47,5% em 1801, 56,5% em 1817 e 59,7% em 1829. O maior peso relativo dos homens solteiros vis-à-vis as mulheres solteiras é também evidenciado quando se calcula a distribuição segundo o sexo dos indivíduos classificados em cada estado conjugal (conforme as últimas linhas da Tabela III.14); menos de um terço (32,2%) dos solteiros eram do sexo feminino em 1801, proporção que diminui para 27,1% em 1817 e para 21,8% em 1829.

Não obstante o predomínio dos solteiros, é significativa a presença dos escravos que vivenciavam ou haviam viven-

TABELA III.14

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 15 ANOS
DE ACORDO COM O SEXO E O ESTADO CONJUGAL
(Bananal, anos selecionados)

Estado conjugal	1801			1817			1829		
	H	M	H+M	H	M	H+M	H	M	H+M
<u>Números absolutos</u>									
Solteiros	120	57	177	398	148	546	1086	302	1388
Casados	55	55	110	104	103 ^a	207	200	199 ^b	399
Viúvos	2	8	10	12	11	23	8	5	13
Total	177	120	297	514	262	776	1294	506	1800
<u>Porcentuais segundo o sexo^c</u>									
Solteiros	67,8	47,5	59,6	77,4	56,5	70,3	83,9	59,7	77,1
Casados	31,1	45,8	37,0	20,2	39,3	26,7	15,5	39,3	22,2
Viúvos	1,1	6,7	3,4	2,4	4,2	3,0	0,6	1,0	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<u>Porcentuais segundo o estado conjugal^d</u>									
Solteiros	67,8	32,2	100,0	72,9	27,1	100,0	78,2	21,8	100,0
Casados	50,0	50,0	100,0	50,2	49,8	100,0	50,1	49,9	100,0
Viúvos	20,0	80,0	100,0	52,2	47,8	100,0	61,5	38,5	100,0
Total	59,6	40,4	100,0	66,2	33,8	100,0	71,9	28,1	100,0

Obs.: H = Homens ; M = Mulheres ; H+M = Homens + Mulheres .

a Exclusive uma mulher casada com idade inferior a 15 anos;

b Exclusive 4 mulheres casadas com idade inferior a 15 anos;

c Calculados, em cada ano, para cada estado conjugal;

d Calculados, em cada ano, para cada sexo.

ciado a experiência do casamento, especialmente entre as mulheres. De fato, as cativas casadas ou viúvas correspondiam a mais da metade (52,5%) do contingente de escravas com 15 ou mais anos de idade em 1801, porcentual que declina para a marca dos 43,5% em 1817 e para 40,3% em 1829. Entre os homens na faixa etária em questão, os casados ou viúvos perfaziam 32,2% em 1801, 22,6% em 1817 e 16,1% em 1829.⁽²⁷⁾ Vê-se, pois, que, em meio ao grande aumento da população cativa verificado em Bananal no período analisado, diminui a importância relativa dos indivíduos casados ou viúvos. De outra parte, a crescente predominância masculina faz-se sentir inclusive no caso dos viúvos; destes, como se observa nas últimas linhas da Tabela III.14, apenas um quinto era do sexo masculino em 1801, proporção que se eleva para mais da metade (52,2%) em 1817 e para mais de três quintos (61,5%) em 1829.⁽²⁸⁾

A Tabela III.15 fornece a distribuição dos escravos segundo o tipo de domicílio de seus respectivos proprietários. Comparando-se os valores percentuais apresentados nas últimas linhas dessa tabela com os calculados para a distribuição dos escravistas consoante categorias domiciliares (conforme Tabela III.7 acima), verifica-se que a distribuição da escravaria, em linhas gerais, acompanha a dos proprietários de cativos. Dessa forma, nos domicílios simples vivia a maior parte da população escrava: 87,5% em 1801, 86,8% em 1817 e 82,9% em 1829. Dentre tais domicílios, aqueles do tipo "casais com filhos" detinham a maioria dos cativos: 232 (57,9%) deles em 1801, 475 (47,0%) em 1817 e 1460 (64,0%) em 1829. Outrossim, um número crescente de escravos vivia em domicílios singulares (9,5% em 1801, 12,8% em 1817 e 16,3% em 1829), aumento esse que é verificado nos três tipos domiciliares que compõem essa categoria, quais sejam, "viúvos solitários", "solteiros sós" e "pessoa casada sem filhos, cônjuge ausente ou indeterminado". Dos três anos analisados, é em 1817 que se constataam discrepâncias mais significativas en-

TABELA III.15

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS DE ACORDO COM O TIPO DE
DOMICÍLIO DE SEUS RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS
(Bananal, anos selecionados)

Tipo de Domicílio	1801	1817	1829
<u>Números absolutos</u>			
Domicílios singulares			
- viúvos solitários	12	40	82
- solteiros sós	26	81	270
- pessoa casada sem filhos, cônjuge ausente ou indeterminado	-	8	20
Domicílios sem estrutura familiar			
- coabitantes aparentados (exclusive irmãos e irmãs)	-	4	10
Domicílios simples			
- casais	64	302	164
- casais com filhos	232	475	1460
- homens solteiros, com filhos	-	-	10
- viúvos com filhos sem prole	-	26	110
- viúvas com filhos sem prole	55	74	141
- pessoa casada com filhos, cônjuge ausente ou indeterminado	-	-	6
Domicílios múltiplos			
- núcleo secundário descendente	12	-	9
T O T A L	401	1010	2282
<u>Porcentuais por categorias:</u>			
Domicílios singulares	9,5	12,8	16,3
Domicílios sem estrutura familiar	-	0,4	0,4
Domicílios simples	87,5	86,8	82,9
Domicílios múltiplos	3,0	-	0,4
T O T A L	100,0	100,0	100,0

tre as referidas distribuições de escravistas e de escravos de acordo com categorias domiciliares. Assim, nos domicílios singulares viviam 19,8% dos proprietários e apenas 12,8% dos cativos; no caso dos domicílios simples, os percentuais correlatos eram de, respectivamente, 79,4% e 86,8%.

Por fim, na Tabela III.16 apresenta-se a distribuição dos escravos segundo o sexo e de acordo com o sexo de seus respectivos proprietários. Antes do mais, cabe ressaltar a correspondência, grosso modo, entre o peso relativo de cada sexo no total de escravistas (conforme explicitado na Tabela III.2 acima) e sua participação no total da massa escrava possuída. Assim, por exemplo, 15,9% dos proprietários eram mulheres em 1801 e elas possuíam 18,7% dos cativos existentes àquele ano em Bananal; em 1817, os percentuais correspondentes eram, respectivamente, iguais a 12,4% e 11,5%; e, em 1829, alçavam-se a 11,3% e 10,3%. Tomados os escravos consoante o sexo, verifica-se que a participação relativa dos homens cativos possuídos por escravistas do sexo feminino no total do contingente escravo masculino é sempre menor que a participação relativa das mulheres cativas possuídas pelos proprietários de igual sexo no total do contingente escravo feminino. Dessa forma, as escravistas possuíam 16,7% dos cativos homens em 1801, 10,6% em 1817 e 9,7% em 1829; dentre as mulheres escravas, as possuídas por proprietários também mulheres perfaziam 21,4% em 1801, 13,0% em 1817 e 11,7% em 1829.

Não obstante a disparidade acima constatada, não se pode afirmar haver em Bananal uma correspondência entre o sexo dos escravistas e o sexo de seus respectivos cativos. É certo que os proprietários do sexo masculino detinham u'a massa escrava que era, em sua maior parte, formada por homens; como se observa nas últimas linhas da Tabela III.16, 59,5% da escravaria possuída por escravistas homens era constituída por cativos do mesmo sexo em 1801, percentual que se eleva para 64,9% em 1817 e para 69,1% em 1829. Não é menos certo, porém, que também no caso das proprietárias predominavam os

TABELA III.16

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS SEGUNDO O SEXO E DE ACORDO COM
O SEXO DE SEUS RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS
(Bananal, anos selecionados)

Sexo dos escra- vistas	1801			1817			1829		
	H	M	H+M	H	M	H+M	H	M	H+M
<u>Números absolutos</u>									
Homens	194	132	326	580	314	894	1414	632	2046
Mulheres	39	36	75	69	47	116	152	84	236
Total	233	168	401	649	361	1010	1566	716	2282

Porcentuais segundo o sexo dos escravistas^a

Homens	83,3	78,6	81,3	89,4	87,0	88,5	90,3	88,3	89,7
Mulheres	16,7	21,4	18,7	10,6	13,0	11,5	9,7	11,7	10,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Porcentuais segundo o sexo dos escravos^b

Homens	59,5	40,5	100,0	64,9	35,1	100,0	69,1	30,9	100,0
Mulheres	52,0	48,0	100,0	59,5	40,5	100,0	64,4	35,6	100,0
Total	58,1	41,9	100,0	64,3	35,7	100,0	68,6	31,4	100,0

Obs.: H = Homens ; M = Mulheres ; H+M = Homens + Mulheres .

a Calculados, em cada ano, para cada sexo dos escravos;

b Calculados, em cada ano, para cada sexo dos escravistas.

escravos do sexo masculino, embora esse predomínio fosse menos intenso do que o verificado para os escravistas homens. As mulheres proprietárias possuíam 75 cativos em 1801, dos quais 39 (52,0%) eram homens; em 1817, o percentual correlato atinge a marca dos 59,5%; e, em 1829, eram do sexo masculino 64,4% dos escravos possuídos por mulheres.⁽²⁹⁾

Em suma, se a modesta produção cafeeira no alvorecer do século passado em Bananal não encontra nem ao menos registro na lista nominativa dos habitantes referente a 1801, em 1817 é já marcante na localidade a presença da cultura da rubiácea e, em 1829, seu predomínio é inequívoco. Entre os proprietários de escravos, mais da metade em 1817 e mais de três quartos em 1829 dedicavam-se, de forma mais ou menos intensa, à cafeicultura. Concomitantemente ao desenvolvimento desta última atividade econômica, em 1817 e 1829 faziam-se mais presentes também os escravistas negociantes ou rentistas, artesãos e eclesiásticos, o que aponta no sentido de um certo desenvolvimento urbano em Bananal, ainda que incipiente e incapaz de alterar de maneira significativa o caráter eminentemente rural possuído pela localidade. Nos três anos analisados, as mulheres formavam uma minoria entre os escravistas e seu peso relativo mostrou-se decrescente ao longo do tempo.

Quanto ao estado conjugal, predominaram sempre as viúvas entre as proprietárias e os casados entre os escravistas do sexo masculino. Não obstante, merece destaque a maior importância relativa dos proprietários homens solteiros em 1817 vis-à-vis os dois outros anos considerados, a qual acompanha uma também maior importância relativa em 1817 dos escravistas do sexo masculino com idade inferior a 30 anos. Outrossim, todos os proprietários de cativos de Bananal, homens ou mulheres, eram livres, e a grande maioria deles era formada por indivíduos brancos. No decurso do período sob estudo, é crescente, embora sempre minoritária, a presença dos escravistas naturais da própria localidade bananalense; cres

ce, também, a importância relativa dos proprietários oriundos do Rio de Janeiro ou de outras localidades paulistas, ao mesmo tempo em que diminui o peso relativo dos mineiros, dos portugueses e dos naturais das Ilhas Atlânticas. Adicionalmente, nos três anos analisados, a grande maioria dos escravistas vivia em domicílios simples, particularmente naqueles do tipo "casais com filhos".

No que diz respeito aos cativos, cujo contingente aumenta significativamente no período em foco, pouco menos de dois terços deles, em 1817, vivia em fogos onde se produzia café, proporção que atinge quase os nove décimos em 1829. A distribuição dos escravos segundo diferentes ocupações/atividades características dos domicílios, ademais, pouco se altera quando tais indivíduos são computados separadamente de acordo com o sexo. Contudo, é uma característica marcante da população cativa de Bananal a crescente supremacia numérica dos escravos do sexo masculino. Por outro lado, tomando-se os cativos homens consoante faixas etárias, verifica-se que são aqueles com idades entre 15 e 29 anos os que apresentam importância relativa cada vez maior. É crescente também, entre os escravos, tanto no caso das mulheres como no dos homens, mas particularmente entre estes últimos, a participação relativa e em termos absolutos dos africanos vis-à-vis os coloniais.

Se o predomínio crescente dos africanos patenteia a importância do tráfico externo de cativos, as cada vez maiores razões de masculinidade entre os escravos oriundos da África - sempre mais elevadas que as concernentes aos cativos nascidos no Brasil - atestam a preferência dada à importação de indivíduos do sexo masculino. Com relação à cor, a supremacia numérica dos pretos sobre os pardos é significativa e crescente no caso dos cativos coloniais e quase absoluta entre os africanos. Quanto ao estado conjugal, nos três anos selecionados a maioria dos escravos era solteira; mais ainda, os solteiros, sempre relativamente mais importantes en-

tre os homens do que entre as mulheres, possuíam um peso relativo cada vez maior, por força da própria entrada maciça de cativos, em especial do sexo masculino, em Bananal. De outra parte, analogamente aos proprietários, a maior parte da população escrava vivia em domicílios simples, sendo que uma proporção crescente de cativos vivia em domicílios singulares. Por fim, nos três anos considerados e de forma cada vez mais intensa ao longo do tempo, verifica-se a predominância dos escravos homens, seja na massa escrava possuída por proprietários também do sexo masculino, seja na escravaria pertencente às mulheres escravistas.

III.4 Estrutura da posse de escravos e desenvolvimento cafeeiro.

III.4.1 Desenvolvimento cafeeiro e desconcentração / concentração da distribuição da propriedade escrava.

Em 1801, eram 44 os plantéis de escravos existentes em Bananal. Os 44 proprietários desses plantéis correspondiam a 15,2% do total da população livre com idade igual ou superior a 15 anos; possuíam, ademais, tomados conjuntamente, uma escravaria formada por 401 cativos, o que implica uma média de 9,11 escravos por proprietário. Essa média diminuiu para 8,35 em 1817 e elevou-se para 11,70 em 1829. Em 1817, um contingente de 1010 escravos dividia-se por um total de 121 plantéis, cujos senhores perfaziam 12,0% da população livre com 15 ou mais anos de idade. O percentual correlato alçou-se a 21,6% em 1829; eram, àquele ano, 195 os plantéis, pelos quais se distribuíam os 2282 cativos existentes na localidade. (30)

A evolução verificada no tamanho médio dos plantéis dá-se simultaneamente à disseminação, como visto, rápida e am-

pla, da cafeicultura em Bananal. A quantidade produzida da rubiácea eleva-se de 9 e 40 arrobas, respectivamente, em 1799 e 1802, para 4049 arrobas em 1817 e 45572 arrobas em 1829. Esse desenvolvimento da atividade cafeeira, aliado ao evoluer demográfico marcado pela entrada maciça de escravos na região, apresenta-se decerto como um elemento condicionante do comportamento dos valores observados do tamanho médio dos plantéis ao longo dos anos selecionados para análise. Em uma primeira aproximação, tomando por base tais valores, seria possível aventar a hipótese de que o café, em um primeiro momento de sua introdução, aqui representado pelo período entre 1801 e 1817, teria contribuído para a configuração de uma distribuição mais igualitária da propriedade escrava - inclusive tendo em vista o perfil dessa distribuição entre a população livre que então chega à localidade - , conformando um movimento o qual, no entanto, reverter-se-ia já entre 1817 e 1829.

A hipótese aventada vê-se corroborada, também, quando se atenta para os níveis de concentração da população cativa vivendo em plantéis formados por 10 ou mais escravos. Em 1801, 78,3% dos cativos localizavam-se em tais plantéis, porcentual que se reduz para 71,3% em 1817 e alça-se a 79,1% em 1829. Varia no mesmo sentido a própria importância relativa desses plantéis com 10 ou mais escravos: eles eram 13(29,5%) dentre os 44 plantéis existentes em 1801, participação que declina para 21,5% (26 dentre 121) em 1817 e atinge os 29,2% (57 dentre 195) em 1829. Correspondentemente, altera-se no sentido inverso a importância relativa dos plantéis formados por 4 ou menos cativos; esses plantéis menores eram 23 (52,3%) em 1801, 73 (60,3%) em 1817 e 97 (49,7%) em 1829.

É igualmente significativo o comportamento ao longo do tempo da "presença" mesma da propriedade escrava. Assim, em 1801, havia cativos em aproximadamente um terço (42, isto é, 33,9%) dos 124 fogos então existentes em Bananal. Essa proporção reduz-se para pouco mais de um quarto (26,9%) em

1817: 121 fogos com escravos em um total de 449 domicílios . Em 1829, a propriedade escrava fazia-se presente em 193 (45,9%) dos 420 fogos que compunham as 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças da Vila de Areias. Adicionalmente, levando-se em conta de forma mais direta o advento da cafeicultura, observa-se que, em 1817, dos indivíduos livres que vivam em domicílios onde era anotada a produção da rubiácea, 43,8% residiam também em fogos onde não havia escravos; em 1829, o percentual correlato era de 31,3%.

Em suma, verifica-se que, entre 1801 e 1817, tornou-se mais elevada a importância relativa dos domicílios nos quais não se contava com a mão-de-obra servil; mais ainda, no conjunto formado pelos plantéis de escravos, cresceu a participação relativa daqueles caracterizados pelo menor porte. Com portamento inverso é constatado entre 1817 e 1829; neste último ano, foi menor o peso relativo dos fogos sem cativos presentes e diminuiu também, considerando-se o conjunto dos plantéis de escravos, a importância relativa daqueles compostos por menos de 5 cativos. O primeiro dos períodos aludidos, portanto, foi aparentemente favorável à proliferação em Bananal dos indivíduos possuidores de poucos recursos, ao menos enquanto tais recursos são entendidos em termos da propriedade de escrava. O segundo período, porém, já sugere a ocorrência de um certo movimento de concentração da posse da escravaria na localidade em questão.

A interpretação acima explicitada não encontra confirmação, todavia, quando se faz uso do índice de Gini como medida da concentração da riqueza - riqueza que, como visto, aqui se substitui pela variável proxy representada pela propriedade de cativos. Tal índice, calculado com base no universo constituído pelos escravistas, assume valores muito próximos nos três anos seleccionados: 0,631 em 1801, 0,649 em 1817 e 0,657 em 1829.⁽³¹⁾ Esses valores semelhantes, contudo, encobrem marcantes disparidades, as quais não se revelam de imediato tendo em vista o entrecruzamento que se verifica

entre as curvas de Lorentz atinentes a cada ano, delineadas em meio ao processo de construção do índice referido. Esta última afirmação pode ser visualizada a partir das Figuras III.1, III.2 e III.3, apresentadas a seguir, de cada uma das quais se faz constar as curvas de Lorentz construídas para dois dos anos analisados. Em outras palavras, sendo o índice de Gini o resultado da divisão entre as áreas de duas figuras geométricas - uma delas delimitada pela dita curva de Lorentz - , diferenças no formato entre duas de tais curvas não são captadas em todos os casos com a devida precisão.⁽³²⁾

As mudanças ocorridas na distribuição da propriedade escrava entre os anos escolhidos podem ser melhor acompanhadas com base nos informes presentes na Tabela III.17. Nessa tabela, segmentam-se os escravistas em 20 faixas ideais de igual tamanho, a primeira congregando os 5% mais "pobres" quanto à escravaria possuída e a vigésima sendo composta pelos 5% mais "ricos" em número de cativos. Fornece-se, para os três anos em foco, a participação porcentual de cada uma dessas faixas no total da massa escrava possuída, bem como a participação acumulada, esta última referente à parcela relativa do total de cativos possuída pelos escravistas de cada faixa somada à parcela concernente aos escravistas das faixas anteriores. É oportuno lembrar que as curvas de Lorentz são traçadas exatamente com fundamento nos valores dessa participação acumulada.

A análise das informações constantes da Tabela III.17 vem corroborar a hipótese de que a distribuição da propriedade escrava em 1817 marcava-se por um perfil mais igualitário do que o vigente em 1801. Assim, 8 das faixas ideais nas quais se segmentaram os proprietários aumentaram, entre esses dois anos, sua fatia relativa naquela distribuição. Em outras palavras, 40% dos escravistas "enriqueceram";⁽³³⁾ mais ainda, desses proprietários que "enriqueceram", 87,5% - vale dizer, 35% do total de escravistas - inseriam-se na meta

FIGURA III.1

CURVAS DE LORENTZ PARA A DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE ESCRAVA
(Bananal, anos selecionados)

FIGURA III.2

CURVAS DE LORENTZ PARA A DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE ESCRAVA
(Bananal, anos seleccionados)

FIGURA III.3

CURVAS DE LORENTZ PARA A DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE ESCRAVA
(Bananal, anos selecionados)

de mais "pobre" em termos da quantidade de cativos possuída. Claro está, ressalte-se, que os ganhos não foram divididos e quitativamente: as 7 faixas, localizadas entre as 10 mais "pobres", que elevaram seu quinhão no total da escravaria, fizeram-no, conjuntamente, com uma variação de 2,0 pontos percentuais (correspondentes a 39,2% do quinhão possuído em 1801); a última das faixas "enriquecidas" - exatamente aquela formada já pelos proprietários melhor aquinhoados em cativos - teve sua fatia relativa aumentada em 7,7 pontos percentuais (correspondentes a 23,8% da fatia possuída em 1801).

Outrossim, os valores fornecidos na Tabela III.17 corroboram a hipótese de que a distribuição da massa escrava em 1829 mostrava-se menos igualitária do que a observada em 1817. Dos 20 segmentos de proprietários, 12 diminuíram sua participação relativa no total de cativos possuídos. Três quintos, pois, do contingente de escravistas "empobreceram", sendo que dois quintos computavam-se entre os 50% mais "pobres" dentre eles. A divisão das perdas, tal como a dos ganhos no período anterior, não foi equitativa, embora a disparidade verificada entre 1817 e 1829 fosse menos pronunciada do que a observada entre 1801 e 1817. Dessa forma, em 1829, para o total dos 8 segmentos, inseridos entre os 10 mais "pobres", que diminuíram a sua porção relativa na escravaria possuída, tal diminuição foi de 1,6 pontos percentuais (correspondentes a 27,7% da porção possuída em 1817). Para as outras 4 faixas dentre as 12 aludidas, o declínio foi da ordem de 3,9 pontos percentuais (correspondentes a 7,1% do quinhão relativo possuído em 1817).⁽³⁴⁾

A distribuição porcentual dos plantéis de acordo com diversas faixas de tamanho, para três atividades características dos domicílios, apresentada na Tabela III.18, sugere um possível aprofundamento da interpretação acerca das alterações descritas na estrutura da posse de cativos em Bananal. Em 1801, é marcante a distinção de tamanho entre os plantéis

TABELA III.17

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DA PROPRIEDADE ESCRAVA
(Bananal, anos selecionados)

Escri- vistas (faixas em %)	1801		1817		1829	
	% do total de escravos	% acumu- lado do total de escravos	% do total de escravos	% acumu- lado do total de escravos	% do total de escravos	% acumu- lado do total de escravos
5 -	0,6	0,6	0,6	0,6	0,4	0,4
10 -	0,5	1,1	0,6	1,2	0,5	0,9
15 -	0,5	1,6	0,6	1,8	0,4	1,3
20 -	0,6	2,2	0,6	2,4	0,4	1,7
25 -	0,5	2,7	0,6	3,0	0,8	2,5
30 -	0,6	3,3	1,0	4,0	0,9	3,4
35 -	0,6	3,9	1,2	5,2	0,9	4,3
40 -	1,2	5,1	1,3	6,5	1,3	5,6
45 -	1,2	6,3	1,8	8,3	1,4	7,0
50 -	2,0	8,3	1,8	10,1	1,7	8,7
50 +	2,4	10,7	2,4	12,5	2,3	11,0
45 +	2,9	13,6	2,4	14,9	2,6	13,6
40 +	3,4	17,0	3,1	18,0	3,0	16,6
35 +	4,3	21,3	3,2	21,2	3,7	20,3
30 +	6,4	27,7	3,9	25,1	4,3	24,6
25 +	6,9	34,6	5,4	30,5	5,4	30,0
20 +	7,9	42,5	6,7	37,2	6,7	36,7
15 +	10,5	53,0	9,7	46,9	9,0	45,7
10 +	14,7	67,7	13,1	60,0	17,3	63,0
5 +	32,3	100,0	40,0	100,0	37,0	100,0

cuja atividade característica era a produção de açúcar e/ou aguardente, quase todos com 20 ou mais escravos, e aqueles caracterizados pela produção de outros gêneros agrícolas (em sua grande maioria produtores de mantimentos: arroz, feijão, milho e mandioca), todos com menos de 20 cativos. Já a café cultura destoa das duas outras atividades referidas, pois, ao difundir-se na localidade em questão, far-se-á rapidamente presente em todas as faixas consideradas de tamanho dos plantéis.

Esse traço distintivo do cultivo do café em Bananal - caracterizar-se como uma atividade econômica viável seja para indivíduos com maiores ou com menores recursos - é fundamental. De fato, como visto, inclusive indivíduos que não possuíam escravos dedicavam-se à cafeicultura; este era o caso, por exemplo, dos responsáveis pelas modestas produções da rubiácea registradas nas listas nominativas de 1799 e 1802. Dessa forma, a lavoura cafeeira decerto representou um estímulo econômico a mais para o estabelecimento da população em uma região que, como a aqui analisada, localizava-se em área de povoamento relativamente recente e apresentava-se como pólo de atração demográfica em inícios do século passado.

Cabe salientar que, o mais das vezes, para os não-escravistas e também para os proprietários de menor porte, a lavoura cafeeira, voltada precipuamente à comercialização, tinha o significado de um desdobramento possível a partir de uma agricultura puramente de subsistência, perante a qual se colocava como uma atividade subsidiária. Para os escravistas de maior porte, por outro lado, o café pode ter sido de início, em alguns casos, secundário com relação ao açúcar, mas sua natureza - de produção visando à comercialização - esteve, mesmo nesses casos, sempre em primeiro plano. A disseminação da atividade comercializável, ademais, ainda que amiúde com caráter acessório, acarretou sensível elevação nos níveis de monetização da economia interna à região. Assim ,

TABELA III.18

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS PLANTÉIS POR FAIXAS DE TAMANHO
E SEGUNDO TRÊS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS
(Bananal, anos selecionados)

Atividade caracterís- tica do domicílio	Faixas de Tamanho dos Plantéis						Total
	1-4	5-9	10-19	20-39	40-59	60 e +	
<u>1801</u>							
-produção de café	-	-	-	-	-	-	-
-produção de açúcar/ aguardente	20,0 ^b	-	-	40,0	20,0	20,0	100,0
-produção agrícola (demais) ^a	54,3	22,9	22,8	-	-	-	100,0
<u>1817</u>							
-produção de café	48,4	27,4	16,2	3,2	3,2	1,6	100,0
-produção de açúcar/ aguardente	-	-	40,0	40,0	-	20,0	100,0
-produção agrícola (demais) ^a	76,5	5,9	14,7	2,9	-	-	100,0
<u>1829</u>							
-produção de café	40,1	24,5	17,0	8,9	2,7	6,8	100,0
-produção de açúcar/ aguardente	-	-	-	-	-	-	100,0
-produção agrícola (demais) ^a	65,7	10,7	3,6	-	-	-	100,0

a Inclusive plantéis de "agricultores novos habitantes", cuja produção não é explicitada;

b Trata-se de um plantel unitário cujo proprietário é agregado de um senhor de engenho possuidor de 84 cativos.

sintomaticamente, se em 1801 não existiam negociantes entre os proprietários de escravos de Bananal, eles eram já em número de 3 em 1817 e, em 1829, 14 dentre os escravistas desempenhavam atividades vinculadas ao comércio (para 12 deles, essas atividades eram "características" de seus domicílios).

A observação dos valores do número médio de cativos possuídos por escravista, segundo atividade característica do domicílio, fornecidos na Tabela III.19, confirma a idéia de uma posição "intermediária" dos produtores de café vis-à-vis os produtores de açúcar/aguardente e os demais agricultores. E, muito embora a média de escravos dos produtores de café em 1817 (10,40) fosse maior do que a verificada para o total de escravistas naquele ano (8,35) - e inclusive maior também do que a média geral calculada para 1801 (9,11) - é sintomático, entre os dois anos referidos, o aumento do número de pequenos proprietários de cativos arrolados nas listas nominativas como "agricultores novos habitantes" ou simplesmente como "novos habitantes", ou ainda, respectivamente, como "agricultores novos" ou como "novos principiantes".

De fato, em 1801, havia 2 escravistas "novos habitantes", um com 2 e o outro com um único escravo; já em 1817, os senhores "novos habitantes" eram 11 e possuíam em média 2,09 cativos (6 deles eram proprietários de plantéis unitários). Ainda em 1817, havia 6 escravistas "agricultores novos habitantes", um com 2 e os demais com apenas 1 escravo; essa última categoria inexistia em 1801.⁽³⁵⁾ Em outras palavras, não se pode afirmar que o cultivo do café tenha sido o responsável direto pelo declínio havido no tamanho médio dos plantéis entre 1801 e 1817. Não obstante, dado o perfil da estrutura de propriedade escrava dos elementos livres que chegavam à localidade entre aqueles dois anos, é possível que a cafeicultura, tendo em vista sua acessibilidade e o atrativo desta decorrente, tenha contribuído para a conformação de um ambiente propício à proliferação mais que proporcional dos

TABELA III.19

NÚMERO MÉDIO DE ESCRAVOS POSSUÍDOS POR PROPRIETÁRIO
CONSOANTE ATIVIDADE CARACTERÍSTICA DO DOMICÍLIO
(Bananal, anos selecionados)

Atividade característica do domicílio	1801	1817	1829
Produção de café	-	10,40	13,81
Produção de açúcar e/ou aguardente	35,20	32,00	105,00 ^c
Produção de outros gêneros agrícolas	5,49	5,54 ^b	2,58
"Agricultores novos habitantes"	-	1,17	2,00
Atividades não agrícolas	15,00 ^a	2,22	4,00
"Novos habitantes"	1,50	2,09	-

a Trata-se de uma fazendeira criadora de animais, com 28 cativos, e de um ferreiro, com 2 escravos;

b Inclusive um escravista arrolado tão-somente como "agri-cultor", com 15 cativos;

c Trata-se de um único plantel com 105 escravos.

plantéis menores em Bananal ao longo dos três primeiros lustros do século dezenove.

Contudo, entre 1817 e 1829, como se constata ainda com base na Tabela III.18, a lavoura cafeeira em certa medida deslocou-se dos menores para os maiores plantéis. Dessa forma, a participação relativa daqueles com menos de 10 escravos no total de plantéis que produziam a rubiácea, que era de 75,8% em 1817, cai para 64,6% em 1829; correspondentemente, cresce a participação correlata dos plantéis com 60 ou mais cativos, de 1,6% em 1817 para 6,8% em 1829. Cresce, outrossim, o número médio de escravos possuídos pelos produtores de café. Referida média, como se observa na Tabela III.19, que se igualava a 10,40 em 1817, alçou-se a 13,81 em 1829. É como se, entre esses dois últimos anos, o café houvesse "conquistado" os plantéis de maior tamanho. (36)

Em 1817, dentre os 7 maiores plantéis de Bananal (todos os 7 com mais de 30 e um dentre eles com mais de 80 cativos), 2 produziam açúcar e não produziam café; os 5 restantes produziam café e açúcar e/ou aguardente. Em 1829, dos 16 plantéis de maior tamanho (todos com mais de 30 e 6 dentre eles com mais de 80 escravos), tão-somente 1 produzia açúcar e não produzia café, também apenas 1 produzia café e açúcar e/ou aguardente, enquanto 14 produziam café e não produziam açúcar. (37) Simultaneamente, pois, entre 1817 e 1829 os maiores plantéis tornavam-se mais numerosos e, neles, o café ia se firmando e substituindo o açúcar como principal gênero visando ao comércio de exportação. Em suma, a lavoura cafeeira, em seu desenvolvimento, cada vez mais evoluía em direção a uma agricultura de plantation e o evoluer da estrutura da posse de escravos nesse período refletiu, ao que tudo indica, a direção desse desenvolvimento.

III.4.2 A diminuição da população livre entre 1817 e 1829 e seus eventuais efeitos sobre a evolução da estrutura da posse de escravos.

A população livre de Bananal, incluídas aí as pessoas arroladas nas listas nominativas como forras, multiplica-se, entre os anos de 1801 e 1817, aproximadamente por 3,3, passando de um total de 577 para 1916 indivíduos. De fato, como visto, a região bananalense apresentava-se como pólo de atração demográfica no despontar do século passado. No entanto, entre 1817 e 1829, aquela população vivencia uma queda, em termos absolutos, da ordem de -9,3% (diminuindo de 1916 para 1737 indivíduos). Tal queda é digna de nota, mormente levando-se em conta o grande desenvolvimento da cafeicultura. Consoante os "Mapas Gerais" que acompanham as listas nominati-vas, registre-se uma vez mais, Bananal produziu 4049 arrobas de café em 1817 e 45572 arrobas em 1829 - um incremento, por tanto, superior a 1000%.⁽³⁸⁾ Dessa forma, o decréscimo absolu- to da população livre teria ocorrido em um meio marcado pelo dinamismo da atividade econômica.

Considere-se, com fins comparativos, a Vila de Areias como um todo, do qual Bananal era parte integrante. A produ-ção cafeeira passa, na referida vila, de um total de 6725 arrobas, em 1817, para 105880 arrobas, em 1829. Tem-se, pois, um aumento de pouco menos de 1500%. Vale dizer, o desenvolvi-mento da produção de café na Vila de Areias deu-se em um rit- mo ainda mais acentuado do que aquele verificado tomando-se a Freguesia do Bananal isoladamente. De outra parte, enquan- to a população livre desta última Freguesia multiplica-se por algo como 0,9 entre os dois anos considerados, os indivi- duos livres da vila como um todo multiplicam-se aproximada- mente por 1,4: de 4846 em 1817, passam a 6752 em 1829.⁽³⁹⁾

É possível que a diminuição da população livre de Bana- nal deva-se, em grande medida, às reordenações de natureza administrativa sofridas pela Vila de Areias no período em

questão. Assim, por exemplo, o bairro de Rio Claro, um dos dez que compunham a Freguesia do Bananal em 1817, integrava, ao que parece, em 1829, uma das duas Companhias de Ordenanças relativas a Queluz. Efetivamente - e corroborando a hipótese avançada - , dentro do universo formado pela Vila de Areias, é exatamente em Queluz que ocorre o maior aumento no total de indivíduos livres: de 912 em 1817, eles passam a 2065 em 1829, multiplicando-se, pois, aproximadamente por 2,3.

Um exame mais minucioso das fontes utilizadas neste trabalho permitiu radicar com maior precisão no tempo o declínio numérico da população livre bananalense: ele se deu entre os anos de 1818 e 1822.⁽⁴⁰⁾ De acordo com os "Mapas Gerais" atinentes à 4ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias, havia 2070 habitantes livres em 1818 e tão-somente 1352 em 1822 - um decréscimo, portanto, superior a um terço (-34,7%). Embora o número de indivíduos livres entre os dois anos referidos seja crescente nas outras três Cias. de Ordenanças, esse aumento não chega a compensar a queda observada em Bananal. Assim sendo, quando se considera o total da Vila de Areias, obtém-se o seguinte: 5326 habitantes livres em 1818 e 5015 em 1822 (um decréscimo da ordem de -5,8%). Analogamente ao constatado entre 1817 e 1829, entre 1818 e 1822 verifica-se também, de um lado, o marcado desenvolvimento da produção cafeeira em Bananal, que evolui, em termos quantitativos, de um total de 4189 arrobas do produto em 1818 para 22472 arrobas em 1822, ou seja, uma variação positiva de 436,5%. De outro lado, ainda que vigoroso, tal desenvolvimento é menos intenso do que o observado para o conjunto da Vila de Areias, que vivencia uma variação positiva de 490,9% (7921 arrobas da rubiácea em 1818 e 46802 arrobas em 1822).

Os dados concernentes a 1818 e a 1822, ao que parece, confirmam a hipótese acima levantada, que vincula a diminuição da população livre de Bananal a remanejamentos de caráter jurisdicional afetos à Vila de Areias. Assim, em 1818, a

4ª Cia. de Ordenanças de Areias - isto é, a Freguesia do Bananal - era formada de um primeiro conjunto de fogos não precedido de nenhum nome de bairro específico e dos seguintes bairros: João Pereira, Retiro, Freguesia, Irapetinga (ou Prapetinga), Três Barras, Boa Vista, Rancho Grande, Rio Claro e Pirahi. Já em 1822, além igualmente de um primeiro conjunto de domicílios não identificados por um nome determinado de bairro, seguem-se os bairros de João Pereira, Três Barras, Santo Antônio, Prapetinga e Retiro. Adicionalmente, o confronto das listas nominativas desses dois anos, feito ao nível dos indivíduos, conduziu às constatações de que, em certa medida, os habitantes dos bairros da Boa Vista e do Rancho Grande em 1818 apareciam inseridos no bairro das Três Barras em 1822, e de que o bairro de Santo Antônio, em 1822, era habitado por vários elementos arrolados no primeiro conjunto de fogos presente na lista de 1818.⁽⁴¹⁾

Quanto aos dois últimos bairros constantes da lista em 1818 (Rio Claro e Pirahi), eles não apenas não são mencionados na lista de 1822, mas também tão-somente um de seus habitantes pôde ser identificado com razoável grau de certeza como vivendo em Bananal neste último ano.⁽⁴²⁾ De outra parte, tomando-se a divisão por bairros relativa à 3ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias - vale dizer, a Freguesia de Que-luz - , observa-se, curiosamente, que os bairros existentes em 1818 (um primeiro sem denominação específica, o das Cruzes, o do Intupido, o da Vila Deixada e o do Jacu) passam a ter em 1822 as seguintes denominações: um primeiro não identificado, o das Cruzes e Salto, o do Intupido e Rio Claro, o do Jacu e o da Vila Deixada. Não foi possível, contudo, localizar um único habitante do bairro do Rio Claro da 4ª Cia. de Ordenanças em 1818 vivendo no bairro do Intupido e Rio Claro da 3ª Cia., em 1822, o que seria um valioso indício comprobatório da hipótese sugerida. Não obstante, não se pode esquecer o traço característico de Bananal enquanto população aberta no período em questão e os quatro "longos anos" que se

param os dois pontos do tempo aqui enfocados.

Portanto, a idéia de que as reordenações de cunho administrativo estejam subjacentes à diminuição verificada da população livre de Bananal entre 1817 e 1829, embora não possa ser colocada de maneira inquestionável com fundamento nas listas nominativas de habitantes, apresenta-se como bastante plausível. Todavia, independentemente da causa desse fenômeno, importa argüir acerca de seus eventuais efeitos sobre a evolução da estrutura da posse de escravos observada entre aqueles dois anos. Como visto na subseção anterior, nesse período as alterações nos padrões de distribuição da propriedade escrava refletiam, ao que tudo indica, em grande medida, o desenvolvimento da produção cafeeira no sentido de uma agricultura de plantation. O número médio de cativos possui - dos por proprietário passa de 8,35 em 1817 para 11,70 em 1829; os plantéis com 10 ou mais escravos têm sua participação relativa elevada de 21,5% em 1817 para 29,2% em 1829; e, dentre os plantéis vinculados à cafeicultura, aqueles de maior tamanho, com 60 ou mais cativos, têm seu peso relativo aumentado de 1,6% em 1817 para 6,8% em 1829.

A questão é avaliar até que ponto a diminuição da população livre de Bananal influiu na obtenção desses resultados. Para tanto, optou-se por examinar a estrutura da posse de escravos nos bairros do Rio Claro e do Pirahi em 1818 - bairros que não mais integravam a lista nominativa dos habitantes de Bananal em 1822 - e detectar o quanto e em que sentido essa estrutura diferia da verificada para a localidade como um todo em 1817. Com esse procedimento, torna-se possível obter ao menos uma indicação, ainda que bastante precária, do viés introduzido na análise pelo aludido declínio da população livre; assim, se a distribuição da propriedade cativa naqueles dois bairros em 1818 mostrar-se menos concentrada do que a válida para Bananal em 1817, ter-se-á um indicio de que a própria queda populacional colocou-se como variável explicativa do movimento de concentração da posse da es

cravaria constatado entre 1817 e 1829, e se, pelo contrário, a distribuição da propriedade cativa em tais bairros apresentar-se menos igualitária do que a vigente em Bananal, é possível que, não fora o decréscimo populacional, o movimento de concentração mencionado houvesse sido ainda mais pronunciado. (43)

Cabe ressaltar, antes do mais, a existência de uma dificuldade adicional que marca a interpretação dos resultados do procedimento adotado, qual seja, o pequeno número de escravistas - apenas 10 - existentes nos bairros do Rio Claro e do Pirahi em 1818. Isto vem reforçar o caráter de mera indicação atribuído a priori a tais resultados. Não perdendo de vista essas restrições, observa-se que o peso relativo dos plantéis com 4 ou menos cativos nos bairros em foco (40%) é menor do que o peso relativo dos plantéis de mesma magnitude em Bananal em 1817 (60,3%). Os percentuais correlatos, no caso dos plantéis com 5 a 9 escravos, alçaram-se, respectivamente, a 30% e a 18,2% e, nos plantéis com 10 ou mais cativos, a 30% e a 21,5%. De fato, o número médio de escravos por proprietário nos bairros do Rio Claro e do Pirahi em 1818 igualou-se a 9,20, sendo superior, portanto, ao calculado para Bananal em 1817 (8,35).

Não obstante, o índice de Gini computado para os dois bairros em questão, em 1818, foi inferior ao índice correspondente computado para o conjunto da localidade bananalense em 1817 (0,524 versus 0,649). Isto porque, embora os plantéis de menor tamanho fossem comparativamente menos importantes em Rio Claro e Pirahi, nesses bairros os maiores plantéis não eram tão grandes assim: o maior dentre os 10 existentes possuía 31 cativos, seguindo-se dois com 18 escravos e os demais todos com menos de 8 cativos. Comparativamente, em Bananal em 1817, o maior plantel era formado por 169 escravos e outros 6 plantéis, dos 121 existentes, possuíam um contingente de cativos superior a 31 elementos. Em outras palavras, a propriedade escrava apresentava-se melhor distri-

buída - vale dizer, de uma forma mais homogênea - entre os escravistas dos bairros citados em 1818 do que entre os proprietários do total da localidade no ano anterior.

A Tabela III.20 apresenta a distribuição porcentual da propriedade escrava, por decis da distribuição dos escravistas - dos 10% mais "pobres" aos 10% mais "ricos" em cativos - , para as duas situações que vêm sendo analisadas. Percebe-se que, dos decis pelos quais se segmentam os escravistas, apenas em 3 deles (os dois primeiros e o último) a parcela possuída do total da escravaria no caso de Bananal em 1817 é maior do que a parcela correlata tomados tão-somente os bairros do Rio Claro e do Pirahi em 1818. Esses diferentes perfis da distribuição da propriedade escrava explicam os distintos valores calculados do índice de Gini.

Ora, na verdade, os bairros bananalenses do Rio Claro e do Pirahi mostram-se relativamente "pobres" no que respeita à massa de cativos possuída. Enquanto Bananal em 1817 apresentava uma média de 2,25 escravos por domicílio (1010 cativos e 449 fogos), os dois bairros mencionados, em 1818, contavam com uma média de apenas 1,28 escravos por domicílio (92 cativos e 72 fogos). Mais ainda, 73,1% dos domicílios de Bananal em 1817 não possuíam escravos, porcentual que se eleva para 86,1% em Rio Claro e Pirahi em 1818. Em suma, se o decréscimo da população livre de Bananal entre 1817 e 1829 deveu-se em grande medida a reordenações de natureza jurisdiccional sofridas pela Vila de Areias, e se tais reordenações implicaram o desmembramento, da localidade bananalense, de bairros relativamente pouco aquinhoados em cativos, então é possível que o movimento de concentração da propriedade escrava, detectado entre esses anos de 1817 e 1829, incorpore, em certa medida, um viés introduzido pelos aludidos rearranjos administrativos. (44)

TABELA III.20

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DA PROPRIEDADE ESCRAVA

(Bananal, anos e bairros selecionados)

Escravistas (faixas em %)	1817 todos os bairros		1818 - bairros do Rio Claro e Pirahi	
	% do total de escravos	% acumu- lado do total de escravos	% do total de escravos	% acumu- lado do total de escravos
10 -	1,2	1,2	1,1	1,1
20 -	1,2	2,4	1,1	2,2
30 -	1,6	4,0	2,1	4,3
40 -	2,5	6,5	3,3	7,6
50 -	3,6	10,1	5,4	13,0
50 +	4,8	14,9	6,6	19,6
40 +	6,3	21,2	7,6	27,2
30 +	9,3	30,5	19,5	46,7
20 +	16,4	46,9	19,6	66,3
10 +	53,1	100,0	33,7	100,0

III.4.3 Indicadores estatísticos da distribuição da propriedade escrava.

A Tabela III.21 apresenta um conjunto de indicadores estatísticos acerca da distribuição da propriedade escrava em Bananal, calculados para cada um dos três anos selecionados e considerando-se os escravistas, a cada ano, em sua totalidade. Fornecem-se, uma vez mais - desta feita explicitando-se em separado, para o ano de 1829, as 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças - , os valores da média de cativos por proprietário e o índice de Gini, ambos já analisados na subseção III.4.1 deste capítulo. Percebe-se, adicionalmente, que o desvio-padrão da distribuição em foco mostra-se crescente ao longo do tempo, igualando-se a 14,36 em 1801, a 17,94 em 1817 e a 19,92 em 1829. Não obstante as variações sofridas pela média e pelo desvio-padrão, a moda foi constante para os três anos - em todos os casos igual à unidade. Por fim, a mediana oscilou entre o valor mínimo de 3,5, na 5ª Cia. de Ordenanças em 1829, e o máximo de 5, na 6ª Cia. e para o total das duas Cias. de Ordenanças naquele mesmo ano.

Observações interessantes podem ser feitas quando se calculam alguns dos indicadores estatísticos aludidos tomando-se os escravistas segundo o sexo e de acordo com o fato de tais proprietários de cativos serem ou não arrolados nas listas nominativas como possuidores de patentes militares e/ou outro título qualquer.⁽⁴⁵⁾ Essa segmentação dos escravistas, com os respectivos valores da média, desvio-padrão e moda da distribuição da propriedade escrava, é apresentada na Tabela III.22.⁽⁴⁶⁾ Antes do mais, nota-se que os proprietários do sexo masculino detinham, em média, um contingente de cativos inferior ao das mulheres escravistas em 1801 (8,8 versus 10,7); essa relação, todavia inverte-se em 1817 (8,4 versus 7,7) e também em 1829 (11,8 versus 10,7)

De outra parte, nos dois primeiros anos analisados, o desvio-padrão da distribuição da propriedade cativa dos es-

TABELA III.21

INDICADORES ESTATÍSTICOS GERAIS DA DISTRIBUIÇÃO DA
 PROPRIEDADE ESCRAVA
 (Bananal, anos selecionados)

Indicadores	1801	1817	1829		
			5ª Cia.	6ª Cia.	Total
Média	9,11	8,35	12,37	11,28	11,70
Desvio- padrão	14,36	17,94	21,10	19,11	19,92
Moda	1	1	1	1	1
Mediana	4	4	3,5	5	5
Índice de Gini	0,631	0,649	0,680	0,637	0,657

cravistas homens, respectivamente 15,25 e 18,83, superava largamente o das mulheres, igual a 7,96 em 1801 e a 9,47 em 1817, o que refletia uma menor amplitude de variação de tamanho, em cada um desses dois anos, dos plantéis possuídos por indivíduos do sexo feminino. Já em 1829, o indicador correlato, no caso das proprietárias (21,25), foi maior do que o verificado para os homens escravistas (19,74); sintomaticamente, nesse ano, o plantel de maior tamanho, com 105 cativos, era de propriedade de uma viúva. No que respeita à posse de escravos modal, ela foi sempre a dos plantéis unitários, considerada a totalidade dos proprietários do sexo masculino; computadas as escravistas isoladamente, a posse modal alçou-se a 5 em 1801 e a 3 em 1829. É bem possível que o grande predomínio das viúvas entre as proprietárias de cativos responda, em grande medida, pelos valores modais mais elevados vis-à-vis o observado para os escravistas homens, muito embora em 1817, ano em que foi mais acentuada a supremacia das viúvas, tais valores tenham se igualado à unidade, seja para os escravistas homens, seja para as mulheres.

A posse de uma patente militar pelos proprietários do sexo masculino, bem como o tratamento "Dona" dado a algumas das escravistas, refletiam em geral uma posição mais favorecida em termos da propriedade escrava. Dessa forma, o número médio de cativos possuídos pelos proprietários com patentes militares foi, nos três anos selecionados, superior ao dobro do número correspondente observado no caso dos escravistas sem patentes militares; em 1817, essa proporção atingiu pouco menos que o quádruplo. Para as proprietárias, a distinção entre as "Donas" e as demais mulheres, nos dois anos em que se anotaram "Donas" entre as escravistas, foi ainda mais intensa: aquelas tratadas com essa deferência possuíam um contingente cativo, em média, superior a 7 vezes o contingente médio possuído pelas outras proprietárias em 1817, e pouco inferior a 10 vezes em 1829.⁽⁴⁷⁾ Não apenas as médias, mas igualmente os valores do desvio-padrão da distribuição da pro

TABELA III.22

INDICADORES ESTATÍSTICOS DA DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE ESCRAVA
SEGUNDO O SEXO DOS ESCRAVISTAS E A EXISTÊNCIA OU NÃO
DE PATENTES MILITARES E/OU TÍTULOS DIVERSOS
(Bananal, anos selecionados)

Ano / Escravistas	Média	Desvio-padrão	Moda
<u>1801</u>			
Homens	8,8	15,25	1
- com patentes	15,5	23,76	1
- sem patentes	5,6	6,42	1
Mulheres	10,7	7,96	5
- com títulos ^a	-	-	-
- sem títulos	10,7	7,96	5
<u>1817</u>			
Homens	8,4	18,83	1
- com patentes	22,9	36,68	2
- sem patentes	4,8	6,69	1
Mulheres	7,7	9,47	1
- com títulos ^a	25,0	7,12	-
- sem títulos	3,4	2,50	1
<u>1829</u>			
Homens	11,8	19,74	1
- com patentes ^b	19,7	26,79	1
- sem patentes	9,5	16,33	1
Mulheres	10,7	21,25	3
- com títulos ^a	58,0	47,00	-
- sem títulos	6,0	5,49	3

a Mulheres distinguidas com o título de "Dona";

b Inclusive um escravista anotado como Coronel de Cavalaria e
como Juiz de Paz.

priedade escrava dos homens com patentes militares e das "Do nas eram significativamente mais elevados do que os verifica dos para os demais escravistas homens e mulheres. Em outras palavras, entre os primeiros era maior a amplitude de variação do tamanho dos plantéis, isto é, se entre os proprietários com patentes e/ou títulos estavam boa parte daqueles com maior número de escravos, entre eles também havia vários escravistas de menor porte. De fato, e especialmente no caso dos proprietários homens, as diferenças apontadas quanto à média e ao desvio-padrão tornam-se bem menos importantes - quando não mesmo inexistentes - ao serem considerados os valores da moda, como se observa na última coluna da Tabela III.22.

Os indicadores estatísticos da distribuição da propriedade escrava consoante o sexo e o estado conjugal dos escravistas são fornecidos na Tabela III.23. No caso das mulheres, em que pese o reduzido número de observações, é patente a disparidade entre as viúvas, de um lado, e as casadas e as solteiras, de outro. Em 1801 e 1829, a média de escravos possuídos por proprietárias viúvas era pelo menos quatro vezes superior ao valor correspondente calculado para as demais mulheres escravistas. Em 1817, permanece mais elevada a média de cativos possuídos pelas viúvas, mas seu valor absoluto é cerca de um terço inferior com relação aos outros dois anos considerados; e é em 1817, como visto, que as posses modais de homens e mulheres igualam-se entre si e à unidade.⁽⁴⁸⁾

No caso dos escravistas homens, não se observa um padrão nítido como o verificado para as proprietárias. Assim, em 1801, a média de escravos possuídos por homens solteiros superava a dos casados; em 1817, os homens casados possuíam, em média, mais cativos do que os solteiros e os viúvos; em 1829, os homens solteiros ou viúvos detinham, em média, um contingente escravo maior do que os casados. Nos três anos aludidos, o estado conjugal mais freqüente entre os escravistas do sexo masculino - o dos casados - apresenta u

TABELA III.23

INDICADORES ESTATÍSTICOS DA DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE ESCRAVA
SEGUNDO O SEXO E O ESTADO CONJUGAL DOS ESCRAVISTAS
(Bananal, anos selecionados)

Ano / Estado conjugal	Homens			Mulheres		
	Média	Desvio- padrão	Moda	Média	Desvio- padrão	Moda
<u>1801</u>						
Solteiros	13,0 ^a	1,00	-	-	-	-
Casados	8,6	15,64	1	3,0 ^b	zero	-
Viúvos	-	-	-	12,0	7,90	5
<u>1817</u>						
Solteiros	4,7	4,57	1	5,0 ^b	zero	-
Casados	9,7	21,25	1	-	-	-
Viúvos	3,6	3,60	1	7,9	9,77	1
<u>1829</u>						
Solteiros	13,5	16,08	-	2,0 ^c	0,82	-
Casados	11,5	19,73	1	3,0 ^a	zero	3
Viúvos	13,1	26,29	1	13,2	23,62	6

a São apenas dois proprietários(as);

b Trata-se de uma única escravista;

c Trata-se de um conjunto de três proprietárias.

ma distribuição que se caracteriza por uma relativamente elevada dispersão em torno da média; os desvios-padrão respectivos só são ultrapassados pelo calculado para os viúvos em 1829. Neste último ano, para os três estados conjugais, os valores do desvio-padrão são maiores do que 16,00. No que respeita à moda, os plantéis unitários revelaram-se como os mais frequentes na maior parte dos casos.

Vê-se, pois, que o estado conjugal não parece afetar de maneira significativa a distribuição da propriedade escrava entre os proprietários do sexo masculino em Bananal. Há que se verificar, então, com fundamento na teoria do ciclo de vida, se existe alguma relação entre a idade dos escravistas e o número de cativos por eles possuídos.⁽⁴⁹⁾ A Tabela III.24 fornece os indicadores estatísticos da distribuição da propriedade escrava entre os escravistas homens consoante diferentes faixas etárias. Adicionalmente, os proprietários são segmentados em dois grupos: aqueles detentores de plantéis com mais de 25 escravos e aqueles possuidores de 25 ou menos cativos.⁽⁵⁰⁾ Essa segmentação justifica-se pelo fato de nos maiores plantéis ser maior a probabilidade de que o processo de acumulação em escravos venha se dando há mais de uma geração. Por exemplo, na 6ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias em 1829, observou-se um escravista com 29 anos de idade, produtor de café e mantimentos, detentor de um plantel composto por 31 elementos; segundo a lista nominativa de habitantes, esse conjunto de cativos fora então atribuído ao referido proprietário pois "tocou-lhe de herança".⁽⁵¹⁾

Tomando-se os plantéis com 25 ou menos escravos, cumpre ressaltar que em especial as primeira e última faixas etárias dos escravistas, a cada ano, marcam-se pelo reduzido número de observações. Ademais, a abordagem da noção de ciclo de vida possibilitada com base nos valores apresentados na Tabela III.24 é essencialmente do tipo cross-section; tão-somente de maneira eventual estar-se-á considerando a massa escrava possuída por um mesmo proprietário em momentos distin-

TABELA III.24

INDICADORES ESTATÍSTICOS DA DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE ESCRAVA
ENTRE OS PROPRIETÁRIOS HOMENS SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS E DE
ACORDO COM DUAS GRANDES FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS
(Bananal, anos selecionados)

Ano /	FTP: mais de 25 cativos			FTP: 25 ou menos cativos		
Faixas etárias	Média	Desvio-padrão	Moda	Média	Desvio-padrão	Moda
<u>1801</u>						
15-19	-	-	-	-	-	-
20-29	-	-	-	6,0	5,76	1
30-39	40,0 ^a	zero	-	3,8	5,47	1
40-49	-	-	-	3,5	4,46	1
50-59	84,0 ^a	zero	-	8,4	8,78	1
60 e +	27,0 ^a	zero	-	6,8	3,37	-
<u>1817</u>						
15-19	-	-	-	3,5	1,50	-
20-29	43,5	9,50	-	3,1	3,07	1
30-39	-	-	-	3,6	3,74	1
40-49	91,0	57,29	-	6,6	5,65	-
50-59	40,0 ^a	zero	-	4,9	4,29	1
60 e +	-	-	-	6,6	6,28	1
<u>1829</u>						
15-19	-	-	-	6,3	7,54	1
20-29	37,5	6,50	-	4,3	4,30	1
30-39	74,0	25,17	-	6,1	5,97	1
40-49	67,2	16,09	-	6,6	5,84	1
50-59	27,0 ^a	zero	-	7,2	6,58	1
60 e +	71,7	16,78	-	4,7	5,01	-

Obs.: FTP = Faixa de Tamanho dos Plantéis

a Trata-se de um único escravista.

tos de sua vida e, ainda nesses casos, tais momentos não são diretamente comparados entre si. Apesar dessas restrições, verifica-se que, em geral, nos três anos analisados, o número médio de cativos possuídos por proprietário do sexo masculino cresce à medida que se eleva a idade dos escravistas detentores de 25 ou menos escravos.⁽⁵²⁾ Observa-se, outrossim, tomando-se isoladamente cada faixa etária ao longo do tempo, que os valores das posses médias são em geral menores em 1817 do que em 1801, e são maiores em 1829 vis-à-vis os outros dois anos. Não obstante essas variações, a moda igualou-se à unidade em praticamente todos os casos.

Nos plantéis com mais de 25 cativos não se nota com a mesma nitidez essa relação positiva entre idade dos proprietários e magnitude do contingente escravo possuído, percebida nos plantéis menores. Tendo em vista essa distinção fundada no tamanho dos plantéis, é sugestivo que se proceda ao rearranjo dos informes trabalhados na Tabela III.24, agora à luz da atividade econômica empreendida pelos escravistas. Isto é feito na Tabela III.25, onde se fornecem os indicadores estatísticos da distribuição da propriedade cativa entre os proprietários do sexo masculino, agricultores, de acordo com diferentes faixas etárias. Uma vez mais, segmentam-se os escravistas em dois grupos: de um lado, aqueles para os quais a atividade característica do domicílio era a cafeicultura e, de outro, aqueles para os quais a atividade característica do domicílio era a produção de mantimentos (essencialmente arroz, feijão, milho e farinha).

Em 1801, existe quase uma identidade entre os escravistas agricultores de subsistência e os proprietários detentores de 25 ou menos escravos. Em decorrência, à exceção da faixa etária dos 20 aos 29 anos, a média de cativos possuídos por proprietário mostra-se crescente à medida que aumenta a idade dos escravistas. Àquele ano, não se registra a produção cafeeira em Bananal e os três maiores plantéis da localidade, respectivamente formados por 84, 40 e 27 escla-

TABELA III.25

INDICADORES ESTATÍSTICOS DA DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE ESCRAVA
 ENTRE OS PROPRIETÁRIOS HOMENS AGRICULTORES^a
 SEGUNDO DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS
 (Bananal, anos selecionados)

Ano / Faixas etárias	Produção de Café			Produção de Mantimentos		
	Média	Desvio- padrão	Moda	Média	Desvio- padrão	Moda
<u>1801</u>						
15-19	-	-	-	-	-	-
20-29	-	-	-	7,0	6,04	1
30-39	-	-	-	3,8	5,47	1
40-49	-	-	-	4,0	4,85	1
50-59	-	-	-	5,7	4,64	-
60 e +	-	-	-	6,8	3,37	-
<u>1817</u>						
15-19	3,5	1,50	-	-	-	-
20-29	11,5	16,01	1	2,3	1,30	1
30-39	3,4	2,58	-	5,1	5,67	1
40-49	15,0	35,60	6	5,0	4,69	4
50-59	9,7	12,74	-	3,0 ^b	zero	-
60 e +	9,2	5,91	-	1,5	0,50	-
<u>1829</u>						
15-19	17,0 ^b	zero	-	1,0 ^b	zero	-
20-29	10,1	11,93	-	2,0	1,55	1
30-39	17,8	27,77	1	1,0	zero	1
40-49	14,1	20,08	1	1,7	0,47	2
50-59	8,6	7,74	1	6,7	5,91	-
60 e +	19,8	28,57	2	1,5	0,50	-

a Computados tão-somente os escravistas cuja atividade característica do domicílio era a cafeicultura ou a produção de gêneros de subsistência;

b Trata-se de um único escravista.

vos, são todos de propriedade de senhores de engenho. Nos outros dois anos selecionados, a relação entre idade dos escravistas e quantidade de cativos possuídos vê-se como que "disimulada" pelo advento da cafeicultura, pois tal atividade difunde-se por todas as faixas de tamanho dos plantéis. Dessa forma, a relação em foco não é detectada entre os cafeicultores, porquanto entre eles se encontram muitos dos escravistas de maior porte; não é, outrossim, percebida entre os produtores de mantimentos, em grande medida em face do número cada vez mais reduzido de escravistas que têm tal produção como atividade característica de seus domicílios. A cafeicultura abrange, como visto, grandes e pequenos escravistas, o que se revela nos valores via de regra elevados dos desvios-padrão constantes da segunda coluna da Tabela III.25.

Por fim, as duas tabelas seguintes trazem os indicadores estatísticos da distribuição da propriedade escrava consoante duas características adicionais dos proprietários: sua origem (Tabela III.26) e sua cor (Tabela III.27). Com relação à origem, os escravistas possuidores, em média, de um maior número de cativos em 1801 eram os oriundos de localidades situadas na Capitania do Rio de Janeiro (20,3), seguidos dos provenientes das Minas Gerais (10,2) e dos estrangeiros (8,6). Essa ordenação pouco se altera em 1817, muito embora os valores das posses médias mostrem-se mais baixos: 13,1 para os proprietários fluminenses, 7,3 para os mineiros e 7,3 para os escravistas originários do exterior. São estes últimos os proprietários que, em 1829, aparecem com número médio de escravos possuídos mais elevado (18,1), seguidos dos naturais de Minas Gerais (14,4). Nesse ano de 1829, cabe ressaltar, os escravistas naturais da própria localidade bananalense possuíam, em média, 12,2 cativos, média essa superior à calculada para os proprietários fluminenses (11,2). Esses escravistas nascidos em Bananal inexistiam em 1801 e, em 1817,

TABELA III.26

INDICADORES ESTATÍSTICOS DA DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE
 ESCRAVA SEGUNDO A ORIGEM DOS ESCRAVISTAS
 (Bananal, anos selecionados)

Ano / Origem	Média	Desvio-padrão	Moda
<u>1801</u>			
Bananal	-	-	-
Localidades paulistas	4,7	4,15	1
Localidades fluminenses	20,3	14,91	-
Localidades mineiras	10,2	18,79	1
Brasil-demais	3,0 ^b	zero	-
Estrangeiros ^a	8,6	9,13	-
Origem não identificada	1,0 ^c	zero	-
<u>1817</u>			
Bananal	5,0	3,91	2
Localidades paulistas	6,5	6,98	1
Localidades fluminenses	13,1	32,15	1
Localidades mineiras	7,3	11,44	1
Brasil-demais	-	-	-
Estrangeiros ^a	7,3	9,15	1
Origem não identificada	-	-	-
<u>1829</u>			
Bananal	12,2	19,68	1
Localidades paulistas	6,1	7,54	1
Localidades fluminenses	11,2	16,31	-
Localidades mineiras	14,4	26,44	1
Brasil-demais	-	-	-
Estrangeiros ^a	18,1	25,92	-
Origem não identificada	7,0 ^d	7,12	-

a Fundamentalmente escravistas oriundos de Portugal ou naturais das Ilhas Atlânticas; b Trata-se de um único proprietário, natural de Goiás; c Trata-se de um único escravista; d Trata-se de um conjunto de três escravistas.

TABELA III.27

INDICADORES ESTATÍSTICOS DA DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE
 ESCRAVA SEGUNDO A COR DOS ESCRAVISTAS
 (Bananal, anos selecionados)

Ano / Cor	Média	Desvio-padrão	Moda
<u>1801</u>			
Branços	9,6	14,92	1
Pardos	6,0 ^a	7,07	1
Negros	1,0 ^b	zero	-
<u>1817</u>			
Branços	8,8	18,40	1
Pardos	1,8 ^c	0,90	1
Negros	1,0 ^b	zero	-
<u>1829</u>			
Branços	12,7	20,85	1
Pardos	3,8 ^d	2,96	1
Negros	2,0 ^b	zero	-

a Três escravistas, todos homens;

b Trata-se de um único escravista, do sexo masculino;

c Seis escravistas, sendo cinco homens e uma mulher;

d Vinte escravistas, sendo 18 homens e duas mulheres.

apresentavam o menor valor da média de escravos por proprietário (5,0).

No que diz respeito à cor, os escravistas brancos - que compunham a grande maioria dos proprietários - eram os que detinham, em média, maior contingente de escravos, nos três anos sob análise. Em que pese o reduzido número de escravistas pardos e negros, particularmente destes últimos, observa-se que, também nos três anos selecionados, os menores valores do número de cativos possuídos por escravista couberam aos proprietários negros, ocupando os proprietários pardos uma posição intermediária. De outra parte, não obstante as posses modais serem as mesmas para os escravistas brancos e pardos, para os primeiros a amplitude de variação do tamanho dos plantéis, manifesta nos valores dos desvios-padrão, foi significativamente mais elevada. Ademais, repetindo um comportamento detectado anteriormente a partir de cortes distintos, verifica-se que, em geral, os valores das posses médias em 1817 mostraram-se menores do que os atinentes a 1801, e os relativos a 1829 maiores em comparação aos de 1817.

III.4.4 Escravistas e escravos segundo faixas de tamanho dos plantéis.

Nesta subseção, que encerra a análise acerca da estrutura da posse de escravos em Bananal, os informes concernentes a proprietários e a cativos são tratados sempre com fundamento em sua distribuição por diferentes faixas de tamanho dos plantéis. A partir dessa perspectiva, retomam-se e ratificam-se várias das observações realizadas anteriormente neste capítulo. De início, apresenta-se, na Tabela III.28, sem qualquer caracterização adicional dos indivíduos contemplados, a distribuição porcentual de escravistas e de escravos segundo faixas de tamanho dos plantéis, para cada um dos três anos selecionados. Os dados constantes dessa tabela permitem que

se vislumbrem, ainda que de maneira menos nítida que na subseção III.4.1 acima, os movimentos de desconcentração e concentração da propriedade escrava ocorridos, respectivamente, entre 1801 e 1817 e entre 1817 e 1829.

De fato, a hipótese aventada neste trabalho, de que o primeiro dos períodos mencionados ter-se-ia, ao que parece, consubstanciado em fase favorável à proliferação em Bananal dos indivíduos quantitativamente pior aquinhoados em escravos, fenômeno que se reverteria já no segundo interregno considerado, encontra particular corroboração quando se tomam os plantéis compostos por 4 ou menos cativos. Entre 1801 e 1817, os senhores desses plantéis de menor porte, de um lado, têm aumentada sua importância relativa no total de escravistas, de 52,3% para 60,3% e, de outro, têm elevada também sua participação relativa no total da massa escrava possuída, de 9,2% para 15,1%. Entre 1817 e 1829, contudo, os valores percentuais, em ambos os casos, declinam, respectivamente, para 49,7% do total de proprietários e para 8,6% do total de cativos possuídos.

Correspondentemente, dentre as 5 outras faixas consideradas de tamanho dos plantéis, em 3 delas declina, entre 1801 e 1817, o percentual atinente à distribuição dos escravistas; por outro lado, o percentual correlato eleva-se em 4 dessas faixas, entre 1817 e 1829.⁽⁵³⁾ No que respeita à participação relativa no contingente escravo total, verifica-se que ela declina, computadas conjuntamente as 4 maiores faixas de tamanho dos plantéis, de 78,3% em 1801 para 71,2% em 1817, e aumenta para 79,1% em 1829. Esse decréscimo da participação relativa na massa escrava total entre 1801 e 1817, todavia, não se detecta para os plantéis com 30 ou mais cativos tomados isoladamente. Nesse caso - que abrange as duas últimas faixas de tamanho -, a referida participação evolui de 30,9% em 1801 para 43,1% em 1817 e 50,2% em 1829.

Em outras palavras, a desconcentração da propriedade cativa e o estímulo aos indivíduos com poucos recursos, obser-

TABELA III.28

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DE ESCRAVISTAS E DE CATIVOS
DE ACORDO COM DIFERENTES FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS
(Bananal, anos selecionados)

F.T.P.	% de escravistas			% de escravos		
	1801	1817	1829	1801	1817	1829
1 - 4	52,3	60,3	49,7	9,2	15,1	8,6
5 - 9	18,2	18,2	21,0	12,5	13,7	12,3
10 - 19	18,2	14,0	14,9	27,7	23,9	16,9
20 - 29	6,8	1,7	6,2	19,7	4,2	12,0
30 - 39	-	2,5	0,5	-	10,1	1,3
40 e +	4,5	3,3	7,7	30,9	33,0	48,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: F.T.P. = Faixas de Tamanho dos Plantéis;

% = distribuição percentual.

vados entre os dois primeiros anos selecionados e vinculados, ao que tudo indica, como visto, ao afluxo de população direcionado para Bananal e ao desenvolvimento da cafeicultura na região, deram-se paralelamente ao crescimento do peso relativo dos plantéis com 30 ou mais escravos. Foram os plantéis formados por 10 a 29 cativos que cederam espaço para os plantéis menores e também para os maiores, sendo que entre os menores se inseria a grande maioria dos escravistas "enriquecidos".⁽⁵⁴⁾ Entre 1817 e 1829, a "opção" do café pela agricultura de plantation parece iminente, pois a fase favorável aos proprietários de menor porte dá sinais de ter-se acabado, o que se revela na diminuição da "riqueza" em escravos por eles possuída.

A distribuição porcentual dos escravistas por faixas de tamanho dos plantéis, agora levando-se em conta os informes quanto ao sexo, estado conjugal e faixas etárias, é fornecida na Tabela III.29. Antes do mais, constata-se que, entre os proprietários do sexo masculino, nos três anos analisados, mais da metade possuía 4 ou menos cativos. Entre as escravistas, essa proporção só é superada em 1817. Nos outros dois anos, a maioria das proprietárias possuía mais de 4 escravos: em 1829, 50,0% delas detinha de 5 a 29 cativos; em 1801, o porcentual correlato alçava-se a 85,7%.⁽⁵⁵⁾ A distribuição porcentual das mulheres escravistas por faixas de tamanho dos plantéis é, de outra parte, em grande medida, similar à distribuição correspondente calculada para o caso dos proprietários (homens + mulheres) viúvos.

Efetivamente, do total de escravistas do sexo feminino, como visto na seção III.2 acima, sempre mais de três quartos - proporção que supera os nove décimos em 1817 - eram viúvas; e, do total de proprietários viúvos, sempre mais de três quintos - proporção que atinge a totalidade em 1801 - eram mulheres. Por outro lado, igualmente se assemelham as distribuições porcentuais por faixas de tamanho dos plantéis dos escravistas do sexo masculino e dos proprietários (ho-

TABELA III.29

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS ESCRAVISTAS SEGUNDO SEXO, ESTADO CONJUGAL E FAIXAS ETÁRIAS, E DE ACORDO COM SEIS FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS (Bananal, anos selecionados)

Ano / F.T.P.	Sexo		Estado conjugal			Faixas etárias			
	H	M	Solt.	Cas.	Viúv.	15-24	25-44	45-64	65 e+
<u>1801</u>									
1-4	59,5	14,3	-	63,9	-	100,0	61,5	38,4	25,0
5-9	13,5	42,8	-	13,9	50,0	-	15,4	23,1	25,0
10-19	16,2	28,6	100,0	11,1	33,3	-	15,4	15,4	50,0
20-29	5,4	14,3	-	5,6	16,7	-	3,9	15,4	-
30-39	-	-	-	-	-	-	-	-	-
40 e+	5,4	-	-	5,5	-	-	3,8	7,7	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<u>1817</u>									
1-4	60,4	60,0	66,7	56,8	68,2	60,0	71,4	46,4	50,0
5-9	18,9	13,3	11,1	22,2	9,1	20,0	14,3	26,8	18,3
10-19	14,1	13,3	22,2	12,4	13,6	20,0	9,5	14,6	33,3
20-29	0,9	6,7	-	1,2	4,6	-	-	2,5	8,4
30-39	1,9	6,7	-	2,5	4,5	-	3,2	2,4	-
40 e+	3,8	-	-	4,9	-	-	1,6	7,3	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<u>1829</u>									
1-4	50,3	45,5	45,8	52,4	38,5	63,6	54,0	41,9	50,0
5-9	19,1	36,4	8,3	19,3	42,3	18,2	20,0	23,0	20,0
10-19	15,6	9,1	29,2	13,8	7,7	18,2	10,0	20,3	20,0
20-29	6,3	4,5	8,3	6,2	3,8	-	5,0	9,4	-
30-39	0,6	-	-	0,7	-	-	1,0	-	-
40 e+	8,1	4,5	8,4	7,6	7,7	-	10,0	5,4	10,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: F.T.P. = Faixas de Tamanho dos Plantéis;

H = Homens; M = Mulheres;

Solt. = Solteiros ; Cas. = Casados ; Viúv. = Viúvos.

mens + mulheres) casados. De fato, dentre os homens, sempre mais de três quartos - proporção que supera os nove décimos em 1801 - eram casados; e, do total de proprietários casados, a quase totalidade - no mínimo 97,2% - era constituída por indivíduos do sexo masculino. (56)

A consideração dos escravistas segundo faixas etárias e por faixas de tamanho dos plantéis conduz à relação entre ciclo de vida e posse de escravos, discutida na subseção anterior deste capítulo. Da observação dos dados constantes das quatro últimas colunas da Tabela III.29, percebe-se que tal relação apresenta-se mais facilmente identificável em 1801, quando a cafeicultura ainda não possuía quase qualquer relevância em Bananal. Assim, naquele ano, a participação relativa dos proprietários de 4 ou menos cativos no total de escravistas a cada faixa etária, mostra-se decrescente à medida que se eleva a idade dos proprietários. Para todas as demais faixas de tamanho dos plantéis, a participação relativa correspondente é, para a quase totalidade dos casos, crescente com a idade dos escravistas. É como se os proprietários, em 1801, à medida que mais velhos, aumentassem seu patrimônio em cativos, abandonando a primeira das faixas de tamanho dos plantéis e deslocando-se, conforme o maior ou menor "sucesso" obtido nesse processo de "enriquecimento", para uma ou outra das demais faixas de tamanho consideradas. (57) Em 1817 e 1829, os percentuais fornecidos na Tabela III.29 não permitem que se detecte a relação em tela com a mesma clareza.

Observou-se, de outra parte, na subseção III.2 acima, que a idade média dos escravistas homens diminuiu entre 1801 e 1817 (de 43,9 para 41,7 anos) e aumentou entre 1817 e 1829 (de 41,7 para 42,5 anos). Tal comportamento da idade média dos proprietários do sexo masculino é apresentado novamente na Tabela III.30, à luz da informação acerca do tamanho dos plantéis. Verifica-se que o comportamento aludido reflete essencialmente a evolução dos valores da idade média dos escravistas de menor porte, com 9 ou menos cativos, en-

TABELA III.30

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVISTAS DO SEXO MASCULINO, COM SUAS RESPECTIVAS IDADES MÉDIAS E NÚMEROS MÉDIOS DE ESCRAVOS POSSUÍDOS, CONSOANTE FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS (Bananal, anos selecionados)

F.T.P.	E s c r a v i s t a s								
	Nºs absolutos			Idade média			Média de escr - vos possuídos		
	1801	1817	1829	1801	1817	1829	1801	1817	1829
1-4	22	64	87	41,5	39,2	41,4	1,5	2,0	2,0
5-9	5	20	33	53,6	44,5	42,4	6,4	6,4	6,8
10-19	6	15	27	39,7	48,9	44,8	14,2	14,2	13,2
20-29	2	1	11	59,5	49,0	44,2	25,5	22,0	22,7
30-39	-	2	1	-	35,5	29,0	-	33,5	31,0
40 e +	2	4	14	44,0	44,0	44,8	62,0	83,3	72,1
Total	37	106	173	43,9	41,7	42,5	8,8	8,4	11,8

Obs.: F.T.P. = Faixas de Tamanho dos Plantéis.

tre 1801 e 1817, e com 4 ou menos escravos, entre 1817 e 1829. Dessa forma, ao que tudo indica, interação em Bananal, entre os dois primeiros anos analisados, dois fenômenos aventados anteriormente: de um lado, o desenvolvimento inicial da cafeicultura, conformando um ambiente favorável à proliferação dos plantéis menores e, de outro, o afluxo populacio - nal privilegiando em certa medida os indivíduos mais jovens, iniciando - ou quase isso - sua vida adulta.

Fornece-se, outrossim, ainda na Tabela III.30 - em suas três últimas colunas - , a evolução do número médio de cativos possuídos por proprietário do sexo masculino, dentro de cada faixa de tamanho dos plantéis. São pequenas as varia - ções constatadas ao longo do tempo nas três primeiras faixas consideradas, às vezes mesmo inexistentes. As maiores altera - ções, observadas a partir da faixa dos 20 a 29 escravos, inclusive, são devidas seja ao reduzido número de escravistas computados, o que se corrobora com base nos dados constantes das três primeiras colunas da mesma tabela, seja, especifica - mente no caso dos plantéis com 40 ou mais cativos, ao fato de tratar-se de uma faixa aberta, que abrange plantéis com a - té 84 escravos em 1801, até 169 em 1817 e até 105 em 1829.

Na Tabela III.31, volta-se a atenção para a população cativa, apresentando-se a distribuição porcentual dos escra - vos por diferentes faixas de tamanho dos plantéis e levando - se em conta igualmente os informes sobre sexo, origem e fai - xas etárias. Com base nessa tabela, é possível verificar co - mo evoluiu ao longo das três primeiras décadas do século pas - sado a composição dos plantéis. Nesse contexto, o esperado seria que a composição ótima desejada, mormente à medida que se vivenciava em Bananal o desenvolvimento econômico fundado na cafeicultura, fosse cada vez mais aquela que privilegias - se os elementos do sexo masculino em idade produtiva e, em decorrência, os indivíduos africanos, uma vez que a importa - ção de cativos consubstanciar-se-ia na forma mais rápida pa - ra a obtenção da composição desejada. De fato, observa-se

que, no decurso do período em questão, para todas as faixas consideradas de tamanho dos plantéis, mostra-se crescente, na maior parte dos casos, o predomínio dos escravos homens, dos africanos e dos indivíduos com idades entre 15 e 59 anos.

É de se notar que a suposta composição ótima dos plantéis desejada possa ter sido alcançada pelos escravistas independentemente de seu porte. Inclusive, é exatamente entre os menores proprietários - com 4 ou menos cativos - que ocorre a mais significativa alteração na composição sexual da massa escrava possuída, que era predominantemente feminina em 1801, no sentido da supremacia numérica masculina; dessa forma, em tais plantéis, 40,5% dos cativos eram homens em 1801, porcentual que atinge os 65,1% em 1817 e vai a 70,6% em 1829. É também nesses plantéis de menor tamanho que se detecta um dos maiores aumentos da importância relativa dos escravos oriundos da África, que evolui de 54,1% em 1801 para 62,5% em 1817 e 84,3% em 1829. Ademais, quanto à distribuição etária dos cativos, dentre aqueles com idades entre 15 e 59 anos, ainda na primeira das faixas de tamanho consideradas, 100% tinham entre 15 e 39 anos em 1801, porcentual que se iguala a 88,6% em 1817 e a 93,7% em 1829.⁽⁵⁸⁾

Por fim, uma consideração adicional deve ser feita no que tange à composição sexual dos plantéis. Como avançado anteriormente na seção III.3, o predomínio dos escravos homens ocorria independentemente do sexo dos proprietários, ainda que tal supremacia fosse menor no caso das escravistas. Os dados da Tabela III.31 indicam, de outra parte, que a preponderância masculina não se via afetada pelo montante de recursos possuído pelos senhores, ao menos enquanto tais recursos são estimados com base na variável "tamanho do plantel". Em outras palavras, as mudanças havidas na composição sexual da massa escrava, no sentido do crescente predomínio dos cativos do sexo masculino, foram generalizadas, como visto, para todas as faixas de tamanho dos plantéis, e qualquer que fos-

TABELA III.31

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DA ESCRAVARIA SEGUNDO SEXO, ORIGEM E FAIXAS ETÁRIAS, E DE ACORDO COM DIFERENTES FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS (Bananal, anos selecionados)

Ano / F.T.P.	Sexo			Origem			Faixas etárias			
	H	M	Tot.	Afr.	Col.	Tot.	0-14	15-59	60 e+	Tot.
<u>1801</u>										
1-4	40,5	59,5	100,0	54,1	45,9	100,0	27,0	73,0	-	100,0
5-9	62,0	38,0	100,0	68,0	32,0	100,0	34,0	64,0	2,0	100,0
10-19	65,8	34,2	100,0	56,8	43,2	100,0	28,8	71,2	-	100,0
20-29	60,8	39,2	100,0	46,8	53,2	100,0	22,8	75,9	1,3	100,0
30-39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
40 e+	53,2	46,8	100,0	60,5	39,5	100,0	21,8	77,4	0,8	100,0
<u>1817</u>										
1-4	65,1	34,9	100,0	62,5	37,5	100,0	28,3	69,1	2,6	100,0
5-9	64,5	35,5	100,0	63,8	36,2	100,0	29,7	69,6	0,7	100,0
10-19	60,3	39,7	100,0	48,3	51,7	100,0	27,7	69,4	2,9	100,0
20-29	69,8	30,2	100,0	51,2	48,8	100,0	23,3	74,4	2,3	100,0
30-39	76,5	23,5	100,0	81,4	18,6	100,0	5,9	93,1	1,0	100,0
40 e+	62,2	37,8	100,0	65,5	34,5	100,0	20,1	78,4	1,5	100,0
<u>1829</u>										
1-4	70,6	29,4	100,0	84,3	15,7	100,0	21,8	77,7 ^a	0,5	100,0
5-9	67,9	32,1	100,0	79,6	20,4	100,0	24,3	74,6	1,1	100,0
10-19	66,2	33,8	100,0	72,5	27,5	100,0	23,6	75,6	0,8	100,0
20-29	69,7	30,3	100,0	82,8	17,2	100,0	24,1	75,2	0,7	100,0
30-39	74,2	25,8	100,0	64,5	35,5	100,0	19,4	80,6	-	100,0
40 e+	68,9	31,1	100,0	78,0	22,0	100,0	18,7	79,8	1,5	100,0

Obs.: F.T.P. = Faixas de Tamanho dos Plantéis;
H = Homens; M = Mulheres; Tot. = Total;
Afr. = Africanos; Col. = Coloniais.

a Inclusive um cativo com idade indeterminada, provavelmente entre 15 e 59 anos.

se o sexo do proprietário.

Em suma, a ênfase posta, nesta subseção, na distribuição de escravistas e de escravos segundo diferentes faixas de tamanho dos plantéis contribui, a partir de uma perspectiva distinta, para uma melhor visualização de várias das inferências resultantes da análise que se vem fazendo acerca da estrutura da posse de cativos em Bananal nas três primeiras décadas do século passado. Verifica-se, por exemplo, a participação crescente, no total da massa escrava, dos plantéis formados por 30 ou mais cativos, inclusive entre 1801 e 1817, período que se mostra favorável à proliferação dos plantéis de menor porte, possuídos por senhores, em média, mais jovens que o verificado em 1801. Evidenciam-se, outrossim, a relevância das mulheres viúvas entre as escravistas e dos homens casados entre os proprietários do sexo masculino, bem como a relação entre ciclo de vida e posse de escravos, relação esta identificável com maior nitidez no primeiro dos anos selecionados. De outra parte, no que respeita à população cativa, observa-se ao longo do tempo a evolução da composição dos plantéis, cada vez mais fundada, para todas as faixas de tamanho consideradas, no elemento masculino, africano e em idade produtiva. Cabe salientar, por fim, que neste capítulo se absteve do estudo sobre a distribuição, pelas diferentes faixas de tamanho dos plantéis, dos cativos consoante o estado conjugal, procedimento este justificado pelo fato de que tal estudo coloca-se como uma primeira aproximação à análise da família escrava em Bananal, tema ao qual é dedicada a terceira parte deste trabalho.

NOTAS

- (1) Para uma caracterização mais detalhada da documentação de que se faz uso neste trabalho, ver a primeira parte do Apêndice Metodológico, intitulada "descrição das fontes primárias". Outrossim, para um estudo específico a-

- cerca da consistência das listas nominativas de habitantes, ver FERNÁNDEZ, Ramón V. García (1989).
- (2) Por domicílio entende-se o conjunto de indivíduos unidos por laços de parentesco e/ou subordinação, e que coabitam sob a autoridade do chefe do domicílio, sendo este último - homem ou mulher - a pessoa anotada em primeiro lugar na lista nominativa dos habitantes do domicílio em questão. Trata-se da mesma definição utilizada, por exemplo, em COSTA, Iraci del Nero da (1981, p. 217).
 - (3) Adicionalmente, cabe ressaltar que a ocupação/atividade característica do domicílio foi, por extensão, vinculada a todos os indivíduos pertencentes ao fogo, muito em bora a lista nominativa forneça, com raras exceções, apenas as "ocupaçoens" do chefe do domicílio, não se detalhando as atividades desempenhadas a nível individual. A esse respeito, ver a segunda parte do Apêndice Metodo lógico ("tratamento dispensado aos dados"), em especial a nota 36.
 - (4) Ao agruparem-se as diversas ocupações/atividades econômicas desempenhadas na localidade em questão, procurou-se seguir, em linhas gerais e ressalvados os objetivos perseguidos neste trabalho, a classificação proposta em COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987).
 - (5) Quanto aos exemplos fornecidos nesse e nos três parágrafos que se seguem, ver AESP. 1829. Areias, 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Lata 5, pacote único.
 - (6) A esse francês refere-se Píndaro de Carvalho Rodrigues, ao descrever as principais edificações de Bananal; entre elas, na Rua Direita, vê-se um "prédio apalacetado com extensa frente e terreno, no qual funciona (além da residência) a atual Farmácia Popular, antiga Farmácia Imperial. Pertenceu ao boticário francês Tourin Domingos Mornier, casado com Jeanne Poiane. Foi o primeiro farmacêutico da cidade. Sua mulher era francesa, de Bayonne, filha de Batiste Poiane e Anne Poiane. Estes(sic) foram pais de Emilia Mornier, que se casou com Eduardo Castel (este, irmão de Elisa e Maria Luiza Castel). A farmácia e respectivo prédio foram vendidos ao prático de farmácia Valeriano José da Costa; com a morte deste passou a pertencer ao farmacêutico Villaça, de Rezende, que vendeu-a ao farmacêutico Ernani Graça. Por morte deste passou ao seu filho Plínio Graça, atual proprietário." (RODRIGUES, Píndaro de C., 1980, p. 57-58).
 - (7) Registre-se que, ainda em 1829, na lista nominativa referente à 5ª Cia. de Ordenanças, havia um certo Antonio Barbosa da Silva, capitão de cavalaria natural de Minas Gerais, vivendo com sua esposa, sete filhos, dois feitores e 101 cativos. É bem possível que os dois capitães homônimos fossem a mesma pessoa.
 - (8) De fato, em 1801 a produção cafeeira não é registrada também na totalidade dos domicílios onde não havia es-

- cravos. De outra parte, a modesta produção anotada nas listas nominativas concernentes a 1799 e 1802, respectivamente de 9 e 40 arrobas - produção essa à qual já se referiu no breve histórico de Bananal apresentado em capítulo anterior deste trabalho - , foi proveniente , em ambos os anos, de domicílios cujos chefes não eram escravistas. Ver MARCÍLIO, Maria Luiza (1974, p. 186-187).
- (9) Cabe aqui a ressalva de que esses dois últimos valores percentuais referem-se, como se enfatizará a seguir, a um número reduzido de observações, o que em certa medida compromete a sua interpretação.
 - (10) A produção de fumo, presente em dois fogos em 1817, não foi, em ambos os casos, classificada como atividade característica do domicílio.
 - (11) Note-se, também, que a diversificação das atividades econômicas, internamente a muitos domicílios, verificada em 1829, acarreta em alguns casos a subestimação do número de negociantes, rentistas, eclesiásticos e artesãos, tendo em vista o critério adotado na determinação da ocupação/atividade característica do domicílio. Tal subestimação é exemplificada pelos casos de atividades múltiplas explicitados na seção anterior deste capítulo, especialmente o do francês boticário e negociante de fazenda seca e os dos três eclesiásticos, todos quatro cafeicultores.
 - (12) Dessas 3 mulheres, aquela referida em 1801 e uma das 2 em 1829 - a habitante da 6ª Cia. de Ordenanças - constam da documentação como agregadas dos respectivos chefes de domicílios. Já a terceira dessas mulheres era, e la própria, chefe de domicílio em 1829. Ver AESP. 1801, Lorena, 6ª Cia. de Ordenanças. Lata 98, pacote único, e AESP. 1829, Areias, 5ª e 6ª Cia. de Ordenanças. Lata 5, pacote único.
 - (13) Essa última possibilidade é corroborada quando se consideram não apenas os escravistas, mas a totalidade da população livre com idade igual ou superior a 15 anos. Verifica-se que, nessa população, 82,7% das mulheres eram casadas ou viúvas em 1801, 75,4% em 1817 e 81,9% em 1829; entre os homens livres na faixa etária em questão, os percentuais correlatos são sempre inferiores, alcançando-se a 71,6% em 1801, 64,0% em 1817 e 76,0% em 1829. Ademais, embora as mulheres com 15 ou mais anos de idade fossem, nos três anos selecionados, menos numerosas do que os homens situados na mesma faixa etária, essa supremacia masculina não era de grande magnitude; de fato, as razões de masculinidade calculadas para a população livre, excluídos os indivíduos com idade inferior a 15 anos, foram de 106,5 em 1801, 109,2 em 1817 e 105,0 em 1829.
 - (14) Tomando-se, como na nota anterior, os informes concernentes à população livre como um todo, agora computadas igualmente as crianças com 14 ou menos anos, comprova -

se a maior importância relativa - e também absoluta - das viúvas comparativamente aos viúvos. Do contingente feminino total, o percentual atinente às viúvas era de 4,6% em 1801, 6,5% em 1817 e 4,5% em 1829; já entre os homens, os viúvos correspondiam a 1,3% em 1801, 2,8% em 1817 e 1,9% em 1829. Cabe, outrossim, salientar que os dados para o conjunto da população livre não dão suporte à hipótese de u'a maior longevidade das mulheres vis-à-vis os indivíduos do sexo oposto; assim, enquanto possuíam 60 ou mais anos de idade 5,4% dos homens em 1801, 3,1% em 1817 e 3,8% em 1829, para as mulheres a participação relativa - e o número absoluto - daquelas com idade igual ou superior a 60 anos foi, nos três anos referidos, inferior à dos homens, atingindo 3,1% em 1801, 2,7% em 1817 e 2,3% em 1829. Por outro lado, não se pode descartar a possibilidade de existirem diferenças, consoante o sexo, no que diz respeito aos padrões de segundos casamentos observados nos casos dos indivíduos viúvos.

- (15) O emprego do termo "atenua-se" em vez de "reverte-se" na sentença anterior, não obstante a diminuição absoluta da população livre bananalense entre 1817 e 1829, é devido à possibilidade de essa diminuição ser decorrente, em boa medida, dos efeitos das reordenações de cunho jurisdicional verificadas em Bananal. Acerca dos indícios que apontam para a corroboração dessa possibilidade, ver os comentários constantes da subseção 4.2 deste capítulo.
- (16) Não se pode, é claro, descartar a possibilidade de que nomes de indivíduos pertencentes a outras nações européias fossem "aportuguesados" quando arrolados nas listas nominativas. Um exemplo desse "aportuguesamento" é dado pelo caso da esposa do boticário francês, indivíduo citado nas considerações iniciais deste capítulo. Dita senhora, também francesa, de nome Jeanne Poiane, encontra-se relacionada na lista de 1829 como Joanna Paulina. Ver AESP. 1829, Areias, 6ª Cia. de Ordenanças. Lata 5, pacote único, e RODRIGUES, Píndaro de C. (1980, p. 57-58).
- (17) Cabe salientar que é possível que pelo menos alguns dos indivíduos arrolados nas listas nominativas como naturais de localidades do Rio de Janeiro ou de São Paulo houvessem chegado a essas localidades em decorrência do esvaziamento demográfico que caracterizou a região das Minas Gerais na fase de decadência da atividade mineratória, já a partir do último quartel do século dezoito. Em outras palavras, não se deve afastar de todo a hipótese de que a área mineratória tenha sido o local de origem de boa parte da população que se dirige para Bananal nos lustros iniciais do século passado.
- (18) Para uma explicitação completa da tipologia utilizada, bem como das fontes nas quais ela se baseia, ver a se-

- gunda parte do Apêndice Metodológico que acompanha este trabalho; para a definição de domicílio aqui empregada, ver a nota 2 acima.
- (19) Igualmente inexistentes em 1801 eram as pessoas casa - das, com filhos, com cônjuge ausente ou indeterminado . Este tipo domiciliar também não se faz presente em 1817; em 1829, verificam-se dois casos (1,0% do total de escravistas).
 - (20) Tendo em vista que os dois agregados escravistas em 1829, e o dependente e o agregado escravistas em 1801 , estavam todos vinculados a domicílios chefiados por indivíduos que também possuíam cativos, tem-se, de fato , um total de 42 domicílios com escravos em 1801, e 193 em 1829. Não obstante, cabe ressaltar que os porcentuais fornecidos nesse parágrafo e no anterior, por referirem-se à distribuição do total de escravistas, foram calculados, nos dois anos aludidos, respectivamente, sobre os totais de 44 e 195.
 - (21) Em 1801, de fato, não havia, na lista nominativa dos habitantes de Bananal, domicílios nos quais fosse registrada a produção cafeeira (ver a nota 8 acima).
 - (22) Essa aparente subestimação, cabe salientar, não se verifica tão-somente no caso dos eclesiásticos, e decorre dos critérios adotados na determinação da atividade característica do domicílio, discutidos em meio às considerações iniciais que compõem a primeira seção deste capítulo.
 - (23) É necessário ressaltar que a expressividade de alguns dos valores da razão de masculinidade fornecidos na Tabela III.9 é mínima, tendo em vista o reduzido número de escravos ligados a determinadas ocupações/atividades características dos domicílios de seus senhores. Tal é o caso dos cativos pertencentes a negociantes ou rentistas em 1817, a eclesiásticos em 1817 e 1829, a artesãos nos três anos selecionados e a proprietários "novos habitantes", estes últimos particularmente em 1801.
 - (24) Neste último ano, da distribuição dos escravos de acordo com diferentes faixas etárias exclui-se um cativo com idade indeterminada.
 - (25) Para as faixas etárias mais elevadas, que compreendem os escravos com 50 ou mais anos, o reduzido número de observações prejudica o significado dos valores da razão de masculinidade apresentados na Tabela III.12.
 - (26) Quanto à cor dos indivíduos africanos, é interessante mencionar aqui a crítica feita por Peter Eisenberg aos autores que pressupõem a identidade entre o africano trazido para o Brasil e o negro. Segundo Eisenberg, "tendo em vista o fato de que o homem europeu branco visitava a África Ocidental desde pelo menos o século XV, o pressuposto merece uma revisão". (EISENBERG, Peter , 1987, p. 186, nota de rodapé nº 20). Os informes trabalhados para Bananal, em que pese a possibilidade sempre

- presente de encerrarem equívocos cometidos pelos responsáveis pela confecção das listas nominativas, parecem a pontar para o acerto dessa afirmação.
- (27) À análise da distribuição dos cativos segundo o estado conjugal voltar-se-á na terceira e última parte deste trabalho, dedicada ao estudo da família escrava em Bananal.
- (28) A interpretação dos percentuais concernentes aos viúvos e viúvas é comprometida, cabe salientar, tendo em vista o reduzido número de escravos caracterizados por esse estado conjugal: apenas 10 em 1801, 23 em 1817 e tão-somente 13 em 1829.
- (29) A análise que se fará na última seção deste capítulo permitirá que se infira se em Bananal a composição sexual da escravaria vinculava-se, antes do que ao sexo dos escravistas, à magnitude dos plantéis e, por essa via, grosso modo, ao montante dos recursos possuídos pelos proprietários de escravos.
- (30) Contadas também as crianças menores de 15 anos, a população livre de Bananal igualava-se a 577 indivíduos em 1801, 1916 em 1817 e 1737 em 1829. À queda absoluta verificada na população livre bananalense entre 1817 e 1829 e aos eventuais efeitos dessa queda enquanto introdutora de um viés na análise da evolução da distribuição da propriedade escrava, dedicar-se-á a próxima subseção deste capítulo.
- (31) Considerando-se igualmente os chefes de domicílio não proprietários de escravos - em um procedimento similar ao adotado em CANABRAVA, Alice Piffer (1972, p.113) -, tais valores alçam-se, respectivamente, a 0,871, 0,905 e 0,841.
- (32) Para uma descrição do índice de Gini, ver a nota 17 do capítulo II deste trabalho.
- (33) Utilizaram-se antes os termos "pobres" e "ricos" entre aspas porque se entende a posse de escravos como uma possível proxy para a riqueza. As aspas do termo "enriqueceram" - e em "empobreceram", no parágrafo seguinte - são devidas também a um segundo motivo: a maior parte dos escravistas não se compõe das mesmas pessoas nos três anos considerados.
- (34) A comparação direta entre os anos de 1801 e 1829 demanda maiores cautelas pois, em vez de dois, detectam-se quatro conjuntos de faixas da distribuição dos escravistas em que se alternam perdas e ganhos. E, realmente, conforme se depreende da observação da Figura III.3, as curvas de Lorentz construídas para esses dois anos entre cruzam-se duas vezes.
- (35) Em 1829 eram 2 os escravistas "agricultores novos habitantes", cada um deles com 2 cativos, e não se anotou nenhum proprietário de escravos "novo habitante".
- (36) Sobre os motivos de grafar-se o termo "conquistado" entre aspas, além do evidente sentido figurativo, cabe a

- mesma observação efetuada à nota 33 acima, no que diz respeito aos termos "enriqueceram" e "empobreceram".
- (37) Por não serem relevantes para o raciocínio desenvolvido neste parágrafo, não se explicitam os demais gêneros que também eram produzidos nos plantéis aludidos; por exemplo, todos os 23 plantéis citados produziam mantimentos.
- (38) Ver AESP. 1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças. Lata 3, pacote único; AESP. 1829, Areias, 5ª Cia. de Ordenanças. Lata 5, pacote único; e AESP. 1829, Areias, 6ª Cia de Ordenanças. Lata 5, pacote único.
- (39) Os dados apresentados nesse parágrafo, referentes à Vila de Areias como um todo, bem como aqueles fornecidos a seguir, atinentes à localidade de Queluz, baseiam-se nos já referidos "Mapas Gerais" que acompanham as listas nominativas de habitantes. Ver AESP. 1817, Areias. Lata 3, pacote único; e AESP. 1829, Areias. Lata 5, pacote único.
- (40) Não foi possível localizar, no Arquivo do Estado de São Paulo, quaisquer das três listas nominativas referentes aos anos inseridos entre os dois mencionados, quais sejam, 1819, 1820 e 1821. Os informes concernentes a 1818 e a 1822, que se utilizam a seguir, baseiam-se, alternativamente, nas listas nominativas dos habitantes ou nos "Mapas Gerais" que as acompanham. Ver AESP. 1818, Areias. Lata 3, pacote único; e AESP. 1822, Areias. Lata 3, pacote único.
- (41) Na lista nominativa atinente ao ano de 1825, quando Bananal compõe já duas das Cias. de Ordenanças da Vila de Areias (as 5ª e 6ª Companhias), os bairros da Boa Vista, do Rancho Grande e também o da Freguesia voltam a ser mencionados, o de Santo Antonio não mais aparece e novos bairros passam a ser arrolados, como por exemplo o das Larangeiras, o da Caxoeira, o da Caxoeirinha e o do Turvo. Ver AESP. 1825, Areias. Lata 4, pacote único.
- (42) Trata-se do Reverendo Vigário Diniz Gomes, habitante do fogo número 486, no bairro do Pirahi em 1818, com 33 anos de idade e possuidor de 7 escravos. Em 1822, no fogo número 49, aparece Diniz Hilário Nogueira, "vigário desta freguesia", com 37 anos de idade, detentor de 10 escravos e vivendo junto a dois feitores. A mudança do nome não gera qualquer ambiguidade pelo fato de o padre Diniz ser parente do Capitão Hilário Gomes Nogueira, o maior escravista bananalense em 1801. Um segundo caso, este envolvendo o fogo de número 430 em 1818, no bairro do Rio Claro, dá maior margem a dúvidas pelas diferenças nas idades e na cor dos indivíduos. Assim, no fogo aludido, vivia Manoel José da Costa, natural de São João Marcos, com 40 anos de idade e anotado como pardo, casado com Catharina Maria, de 20 anos e igualmente parida; o casal possuía dois filhos, respectivamente com 6 e 4 anos de idade, ambos pardos. Em 1822, no bairro das

Três Barras, fogo número 257, viviam Manoel José da Costa, natural do Rio, com 50 anos de idade, casado e branco, sua mulher Catharina Maria, com 25 anos, também de cor branca, e seus três filhos, respectivamente, com 13, 8 e 2 anos, os três brancos.

- (43) É evidente que, qualquer que seja a alternativa verificada, ela não será mais que um indício, pois refletirá uma situação estática cuja permanência no tempo não se pode assegurar, inclusive tendo em vista o traço característico da população de Bananal enquanto população aberta.
- (44) É importante retomar aqui o que foi dito na nota 43 acima. O exercício que se realizou, cujos resultados conduzem à conclusão explicitada nesse parágrafo, produz um indício da possibilidade da ocorrência do viés referido, indício sem dúvida mais bem fundamentado que o simples aventar de tal possibilidade, mas ainda tão-somente um indício por demais precário para que a existência do viés em questão possa ser afirmada com qualquer grau maior de segurança.
- (45) Com relação às patentes militares, consideraram-se indistintamente as relativas aos diversos escalões de forças permanentes do exército, por exemplo: capitão de ordenança, alferes de ordenança, soldado de infantaria, coronel de cavalaria etc. Acerca da organização do exército, ver, por exemplo, RODRIGUES, José Wasth (1978).
- (46) A consideração dos escravistas de acordo com vários cortes implicou muitos segmentos formados por um pequeno número de proprietários, o que reduziu a utilidade de indicadores tais como a mediana e o índice de Gini, os quais se optou por omitir. Assim, por exemplo, as escravistas distinguidas com o tratamento "Dona" foram apenas 3 em 1817 e 2 em 1829.
- (47) Ressalte-se, uma vez mais, a pouca expressividade numérica das escravistas em geral e, em particular, das "Donas".
- (48) Cabe mencionar que, em 1817, as escravistas viúvas possuíam idade média mais alta e uma distribuição etária com menor dispersão em torno da média em comparação aos outros dois anos. Assim, a idade média das proprietárias viúvas era de 53,8 anos em 1801, 54,7 anos em 1817 e 49,8 anos em 1829; àquelas datas, os respectivos desvios-padrão da distribuição etária igualavam-se a 16,44, 14,65 e 18,27.
- (49) Sobre a relação em tela, ver as várias observações constantes do capítulo anterior deste trabalho.
- (50) O corte efetuado nos plantéis com 25 escravos foi o que melhor se adequou aos dados atinentes a 1817 e a 1829. Em 1801, o mesmo corte foi mantido com o intuito de obter-se uma apresentação homogênea dos informes referentes aos três anos. Não obstante, em 1801, a segmentação entre os plantéis com até 15 e com mais de 15 cativos

produziria valores das posses médias crescentes já a partir da faixa etária dos 30 aos 39 anos. Tais valores seriam: 20-29 anos - média = 6,0; 30-39 anos - média = 2,0; 40-49 anos - média = 2,1; 50-59 anos - média = 4,5; 60 e mais anos - média = 6,8.

- (51) Ver AESP. 1829, Areias, 6ª Cia. de Ordenanças. Lata 5, pacote único; o proprietário mencionado ocupava o primeiro fogo da Companhia em questão.
- (52) Essa afirmativa, para o ano de 1801, vê-se mais fortemente corroborada a partir dos informes constantes da nota 50 acima.
- (53) Das 5 faixas de tamanho aludidas, apenas uma - a dos 30 a 39 escravos - apresenta comportamento oposto ao das demais; nela, a presença relativa de proprietários é nula em 1801, alça-se a 2,5% em 1817 e diminui para 0,5 % em 1829. Já a faixa dos 5 a 9 cativos conta com uma presença relativa de escravistas constante em 1801 e 1817.
- (54) Acerca das aspas nos termos "enriquecidos" e "riqueza", empregadas nesse parágrafo, ver a nota 33 acima.
- (55) Há que se lembrar, uma vez mais, o reduzido número de mulheres escravistas, em especial no primeiro dos três anos em estudo.
- (56) Acerca da distribuição, em termos absolutos e percentuais, dos proprietários consoante o sexo e o estado conjugal, ver a Tabela III.2 acima.
- (57) Saliente-se que essa afirmativa deve necessariamente ser iniciada com as palavras "é como se", pois implica impingir-se o caráter de série temporal a dados trabalhados em cross-section.
- (58) A distribuição etária dos escravos com idades entre 15 e 59 anos, para cada uma das faixas consideradas de tamanho dos plantéis, é fornecida na tabela abaixo:

TABELA N.1

DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS CATIVOS COM IDADES ENTRE 15 E 59 ANOS DE ACORDO COM FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS
(Bananal, anos selecionados)

F.T.P.	Faixas etárias dos escravos / Anos					
	15 a 39 anos			40 a 59 anos		
	1801	1817	1829	1801	1817	1829
1-4	100,0	88,6	93,7	zero	11,4	6,3
5-9	65,0	92,3	94,0	35,0	7,7	6,0
10-19	83,9	81,4	91,0	16,1	18,6	9,0
20-29	65,7	90,5	94,6	34,3	9,5	5,4
30-39	-	85,1	100,0	-	14,9	zero
40 e+	86,7	88,2	93,1	13,3	11,8	6,9

Obs.: F.T.P. = Faixas de Tamanho dos Plantéis.

TERCEIRA PARTE

FAMÍLIA ESCRAVA

"The love the slaves had for their parents reveals clearly the importance of the family. Although it was weak, although it was frequently broken, the slave family provided an important buffer, a refuge from the rigors of slavery. {...} In his family, the slave not only learned how to avoid the blows of the master, but also drew on the love and sympathy of its members to raise his spirits. The family was, in short, an important survival mechanism."

John Blassingame (1972, p.103)

CAPÍTULO IV

HISTORIOGRAFIA E FAMÍLIA ESCRAVA

IV .1 Promiscuidade e instabilidade. Teria havido espaço para relações familiares estáveis entre os escravos no Brasil ?

Em obra póstuma, a cuja elaboração se dedicou nos três primeiros lustros do período republicano, o médico mulato Raimundo Nina Rodrigues, falecido em 1906, deixou registradas as convicções que lhe valeram o epíteto de "(...) principal doutrinador racista brasileiro da sua época".⁽¹⁾ Em verdade, os trabalhos de Nina Rodrigues refletem, em nosso país, a posição paradigmática assumida pelas teorias adeptas da superioridade da raça branca, a partir aproximadamente da sétima década do século passado, na Europa e nos Estados Unidos.⁽²⁾ Escreve o ilustre etnólogo e médico-legista:

"A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo. Na trilogia do clima intertropical inóspito aos brancos, que flagela grande extensão do país; do negro que quase não se civiliza; do português rotineiro e improgressista, duas circunstâncias conferem ao segundo saliente preeminência: a mão forte contra o branco, que lhe empresta o clima tropical, as vastas proporções do mestiçamento que, entregando o país aos mestiços, acabará privando-o, por largo prazo pelo menos, da direção suprema da raça branca. E esta foi a garantia da civilização nos Estados Unidos.

"Abstraíndo, pois, da condição de escravos em que

os negros foram introduzidos no Brasil, e apreciando as suas qualidades de colonos como faríamos com os de qualquer outra procedência ; extremando as especulações teóricas sobre o futuro e o destino das raças humanas, do exame concreto das conseqüências imediatas das suas desigualdades atuais para o desenvolvimento do nosso país, consideramos a supremacia imediata ou mediata da raça negra nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em todo o caso a sua influência não sofreada aos progressos e à cultura do nosso povo." (3)

As palavras de Nina Rodrigues revelam, e é o que se procura aqui evidenciar, uma análise do negro fundada em uma argumentação que privilegia sua condição de negro, sua raça, vis-à-vis seu passado de escravo, explicitamente abstraído pelo autor.⁽⁴⁾ Alicerçada nessa mesma perspectiva racista, vale dizer, fundamentada em suas características próprias, de raça inferior, engendrar-se-á uma interpretação "científica" para um pretenso comportamento sexual marcado pela imoralidade dos indivíduos de cor, para sua alegada promiscuidade, devassidão. Afinal, segundo Gilberto Freyre, "(...) o próprio Nina Rodrigues acreditou ser a mulata um tipo anormal de superexcitada genésica".⁽⁵⁾

A esta interpretação de cunho racial, exemplificada pelos escritos de Nina Rodrigues, contrapõe-se a análise empreendida por Freyre. Consoante este último autor:

"Se há hábito que faça o monge é o do escravo; e o africano foi muitas vezes obrigado a despir sua camisa de malê para vir de tanga, nos negreiros imundos, da África para o Brasil. Para de tanga ou calça de estopa tornar-se carregador de tigre. A escravidão desenraizou o negro do seu meio social e de família, soltando-o entre gente estranha e muitas vezes hostil. Dentro de tal ambiente, no contato de forças tão dissolventes, seria absurdo esperar do escravo outro comportamento senão o imoral, de que tanto o acusam." (6)

Vê-se, portanto, que uma característica sócio-econômica, o ser escravo, substitui a característica puramente étnica, o ser negro. Sob a "cientificidade" das teorias racistas aflora seu caráter de mera racionalização, de ideologia ra-

cial do elemento branco.⁽⁷⁾ A atitude imoral, a promiscuidade, no entanto, permanecem; mas sua causa não é mais a mesma. Dessa forma se, no interior da grande família patriarcal⁽⁸⁾, as relações sexuais entre os brancos homens, proprietários, e as escravas, sua propriedade, relações estas tão enfatizadas por Freyre, ocorriam amiúde, tal não se dava em virtude de um erotismo exacerbado próprio das cativas, negras ou pardas. A escrava não era, pois, o elemento introdutor da dissolução nas casas-grandes, a envolvente corruptora dos filhos dos senhores de engenho. A corrupção, existente sim, segundo Freyre, radicava-se de fato no proprietário de escravos; sobretudo, a libertinagem advinha do próprio sistema escravocrata inclusivo.⁽⁹⁾

Em suma, na concepção do autor em foco, "não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime".⁽¹⁰⁾ E Freyre fornece uma justificativa econômica para tal depravação; ela seria estimulada pelos senhores de escravos, no sentido de obter-se um maior número de crias cativas, objetivando-se, pois, a elevação do tamanho dos plantéis. É um argumento que o próprio autor batiza de "glorificação do ventre gerador".⁽¹¹⁾ Assim, as mencionadas relações sexuais entre os filhos-família e as escravas, eram não apenas toleradas, mas até mesmo bem vistas; do rapaz esperava-se "(...) que não tardasse em emprenhar negras, aumentando o rebanho e o capital paternos".⁽¹²⁾

Esse libidinoso intercuro sexual entre brancos e escravas ocupa lugar de realce na análise procedida por Gilberto Freyre.⁽¹³⁾ Não obstante, a família escrava não é desconsiderada pelo autor. Ele a refere, por exemplo, entre os cativos de propriedade dos frades beneditinos.⁽¹⁴⁾ E a família é notada não apenas entre os escravos pertencentes a religiosos; Freyre verifica que "(...) os testamentos e inventários do século XIX referem-se freqüentemente a negros casados: Fulana, mulher de Sicrano."⁽¹⁵⁾ Por fim, as relações familiares entre os elementos cativos são também mencionadas pelo autor

quando ele se reporta à clássica obra de Perdigão Malheiro ;
(16) este último, nos anos sessenta do século passado, escrevia:

"Entre nós, infelizmente, os escravos vivem em uniões ilícitas, por via de regra, tanto os do serviço urbano como os do rural; entregues, por conseguinte, à lei da natureza ou à devassidão. Em algumas partes, é verdade confessar, sobretudo entre os lavradores, não é raro virem-se famílias de escravos, marido, mulher, filhos.

"A Igreja, ante a qual todos são iguais, sanciona e legitima esses matrimônios, embora por séculos fosse a escravidão impedimento dirimente do casamento.

"O Direito Civil, porém, quase nenhuns efeitos, em regra, lhes dá, conquanto reconheça o fato e o sancione implicitamente pela recepção das leis da Igreja. Continuam marido, mulher e filhos a ser propriedade do senhor." (17)

Para Perdigão Malheiro, assim como para Gilberto Freyre, imputa-se à escravidão a responsabilidade pela destruição da família escrava.⁽¹⁸⁾ Para o primeiro, "(...) as escravas, em geral, viviam e vivem em concubinato, ou (o que é pior) na devassidão; o casamento não lhes garante senão por exceção a propagação regular da prole; (...) "⁽¹⁹⁾; para Freyre, até mesmo o concubinato - que poderia implicar um relacionamento consensual estável - aparentemente perde terreno para a devassidão, para a generalizada e desbragada promiscuidade. A importância dessa possível estabilidade das uniões consensuais não é, ao que tudo indica, captada por Gilberto Freyre, que recorre ao trecho seguinte, de autoria de Antonil, para patentear a referida promiscuidade:

"Opõem-se alguns senhores aos casamentos dos escravos e escravas, e não somente não fazem caso dos seus a mancebamentos, mas quase claramente os consentem, e lhes dão princípio, dizendo: Tu, fulano, a seu tempo, ca sarás com fulana; e daí por diante os deixam conversar entre si como se já fossem recebidos por marido e mulher; e dizem que os não casam porque temem que, enfiando-se do casamento, se matem logo com peçonha ou com feitiços, não faltando entre eles mestres insignes nesta arte. Outros, depois de estarem casados os escravos, os apartam de tal sorte, por anos, que ficam como se

fossem solteiros, o que não podem fazer em consciência." (20)

Jean Baptiste Debret, viajante francês chegado em 1816 ao Brasil, portanto escrevendo aproximadamente um século após Antonil, fornece uma corroboração ainda mais contundente à dissolução de costumes realçada por Freyre:

"Como um proprietário de escravos não pode, sem ir de encontro à natureza, impedir aos negros de frequentarem as negras, tem-se por hábito, nas grandes propriedades, reservar uma negra para cada quatro homens; cabelhes arranjar-se para compartilharem sossegadamente o fruto dessa concessão, feita tanto para evitar os pretextos de fuga como em vista de uma procriação destinada a equilibrar os efeitos da mortalidade." (21)

O comportamento devasso do elemento cativo não é, porém, apontado exclusivamente no caso das grandes propriedades, ou no âmbito da extensa família patriarcal estudada por Gilberto Freyre.⁽²²⁾ Assim, por exemplo, em seu trabalho sobre a comunidade de Desterro, posterior Florianópolis, Fernando Henrique Cardoso observa que "o matrimônio e a família, em geral, não eram instituições reguladoras da atividade sexual e procriadora do escravo. Daí que a 'moral das senzalas' encontrasse plena vigência numa comunidade que não conhecia a senzala no sentido a ela atribuído nos domínios senhoriais."⁽²³⁾ Trata-se de uma localidade cuja produção não se insere, de forma importante, nas grandes linhas do comércio exportador de produtos coloniais e onde, por conseguinte, a regra é dada pela pequena propriedade e a mão-de-obra escrava faz-se menos presente do que em outras regiões do país.

Não obstante, pois, as especificidades do desenvolvimento econômico e social de Desterro, preserva-se, segundo Cardoso, a imoralidade entre os escravos. Salienta o autor, ademais, tanto quanto o fizera Freyre, o papel do sistema escravocrata enquanto agente determinante da perversão de costumes, à medida que "(...) a concupiscência sexual do branco fomentava o desregramento a que o escravo era obrigado em sua vida sexual."⁽²⁴⁾ De outra parte, ressalta igualmente

Cardoso a presença do intercuro sexual entre brancos e negros, elemento que auxilia a compor o "quadro de desregramento" observado na antiga Florianópolis.⁽²⁵⁾

No estudo dessa comunidade do Brasil Meridional, o autor aponta dois outros fatores condicionantes da quase inexistência de relações familiares estáveis no seio da população escrava. Um deles, o solapamento de tais relações por força do tráfico interno a que estava sujeito o elemento cativo. Em especial, Cardoso refere-se ao efeito do comércio de escravos sobre o relacionamento entre mães e filhos.⁽²⁶⁾ Note-se que a ênfase nas relações entre as escravas e suas proles decorre do alegado domínio das ligações sexuais promíscuas, que acarretam a atribuição de u'a maior importância à figura materna. São próprias aqui as palavras de Florestan Fernandes: "a vida sexual dos escravos não encontrava uma expressão normal e reguladora no matrimônio. Parece que reinou, durante muito tempo, um regime de pater incertus, mater certa no interior das senzalas, o qual seria incentivado pelos próprios donos das escravas."⁽²⁷⁾ Nesse contexto, outros sim, observa Kátia Mattoso, "a família da criança nascida de uma união efêmera passa a ser o conjunto da comunidade dos escravos."⁽²⁸⁾

Adicionalmente, a perspectiva de venda do escravo é muitas vezes explicitada como norteadora da atitude de desinteresse da parte dos senhores no sentido de promover as relações familiares em seus plantéis.⁽²⁹⁾ Escreve, por exemplo, Emília Viotti da Costa:

"De fato, se alguns fazendeiros se empenhavam em sacramentar a união dos escravos, a maior parte preferia ignorá-las. Raramente, eram confirmadas por ato religioso. Embora contrariando os preceitos da religião básica do país, o cristianismo, essa promiscuidade sexual em que viviam os escravos coincidia com os interesses do senhor, pois eliminava os problemas que surgiam por ocasião da venda de escravos casados." (30)

Durante muito tempo, o problema enfrentado pelos senho-

res teria sido uma questão de consciência.⁽³¹⁾ Eventualmente, em alguns casos, o que os proprietários temiam era a manifestação de alguma forma de protesto escravo, por exemplo, o suicídio.⁽³²⁾ Apenas em 1869 estabelece-se uma legislação proibitiva da separação de cônjuges escravos e igualmente a de pais e filhos menores de quinze anos, preocupação que se faz presente também no texto da Lei do Ventre Livre, de 1871. Aparentemente, o problema da carência de mão-de-obra posto pela extinção do tráfico negreiro no meado do século passado teria alterado o quadro de promiscuidade tantas vezes realçado. Como nota a mesma Emília Viotti da Costa, "nas relações de escravos, matriculados nessa época pode-se perceber que o número de escravos casados já era relativamente grande em certas regiões."⁽³³⁾

O segundo dos fatores mencionados, observado também por Cardoso, consiste no desequilíbrio entre os sexos, característico da população escrava. É acentuado, embora declinante ao longo do tempo, o predomínio quantitativo do elemento masculino em Santa Catarina.⁽³⁴⁾ A mesma disparidade entre os sexos é referida por Florestan Fernandes, ao estudar as relações raciais entre brancos e negros em São Paulo,⁽³⁵⁾ e generalizada para o Brasil como um todo por Kátia Mattoso.⁽³⁶⁾ Em todos esses autores, a desproporção em favor do sexo masculino é encarada como um condicionante da licenciosidade presente na população cativa, à medida que se consubstancia em um elemento de incentivo ao estabelecimento de relações instáveis entre os escravos. É assim também em Emília Viotti da Costa: "o número reduzido de mulheres, em geral, na proporção de 4 para 1, às vezes 5 para 1, estimulava o caráter temporário das ligações."⁽³⁷⁾

Por outro lado, a extinção do tráfico negreiro colocase, uma vez mais, como um marco, agora enquanto inaugurando uma tendência de diminuição paulatina da razão de masculinidade verificada entre os indivíduos cativos. Esse decréscimo viria refletir a crescente participação relativa dos escr

vos nascidos no Brasil, que passam a predominar no seio da massa cativa. Stanley Stein, por exemplo, em seu estudo sobre Vassouras, município produtor de café no Vale do Paraíba fluminense, observa que a distribuição porcentual dos escravos segundo o sexo alterou-se "(...) from 77 per cent males and 23 per cent females in the decade 1820-1829, to 56 per cent and 44 per cent respectively in 1880-1888." (38)

Ademais, são salientados os efeitos dessa preponderância do elemento masculino sobre o crescimento vegetativo da população escrava. Tais efeitos far-se-iam sentir em termos de uma baixa taxa de natalidade, à qual adicionar-se-ia o impacto de um elevado índice de mortalidade entre os cativos. Nesse sentido escreve, por exemplo, Fernando H. Cardoso:

"Esse crescimento, já tão reduzido em geral por causa da alta taxa de mortalidade entre os escravos, deveria ser menor ainda em Santa Catarina em razão do desequilíbrio demográfico (...) que se revela na desproporção existente entre o número de escravos do sexo masculino e os do sexo feminino." (39)

Acerca, ainda, do crescimento vegetativo da população cativa, Maurício Goulart encara com reservas a estimativa, apresentada por João Pandiá Calógeras, de uma taxa negativa anual da ordem de -4,5%. Com base, entre outros, em documentos censitários arquivados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, referentes ao Maranhão em 1779, e a São Paulo em 1800 e 1826, Goulart constata taxas que, embora bastante reduzidas, mostram-se positivas. (40) Não obstante os resultados encontrados, o autor não abandona a noção de um crescimento vegetativo negativo entre os escravos:

"Não vamos concluir de alguns dos exemplos percorridos que a taxa de crescimento vegetativo das populações escravas fosse positiva. Seria fugir de um erro para cair em outro. Inclusive, porque os censos examinados, além de só poderem oferecer relativa segurança, referem-se todos ao último quartel do século XVIII e primeiro do XIX, quando a gente de cor cativa, já em boa parte nascida na colônia, oferecia maior resistência para suportar os rigores da escravidão. Com o correr dos tempos, esses próprios rigores se haviam abrandado." (41)

Se o acentuado predomínio do elemento masculino estimulava o estabelecimento de ligações de caráter instável entre os cativos, de outra parte tal instabilidade é por muitos igualmente vinculada à própria reação comportamental dos escravos com relação ao sistema escravocrata inclusivo. Vale dizer, se para os proprietários não interessava incentivar as uniões sacramentadas pela Igreja, ou mesmo as ligações consensuais estáveis, esse interesse não se verificava também do lado dos cativos. Afirma Kátia Mattoso que "para o escravo a vida sexual responde apenas às necessidades físicas, não visa à procriação"; dessa forma, observa a autora, muitas escravas "(...) recorriam ao aborto a fim de evitar a escravidão de seu filho e, aparentemente, os homens praticavam bastante o coitus interruptus."⁽⁴²⁾ Ronaldo Vainfás refere inclusive a prática do infanticídio como meio empregado pelos escravos na tentativa de obstaculizar a procriação, embora saliente a inexistência de dados estatísticos respeitantes a abortos e infanticídios.⁽⁴³⁾ Ademais, o fato de muitas vezes o proprietário proceder à escolha dos cônjuges e a perspectiva, defrontada pelo escravo, de ter de partilhar sua esposa com o senhor, são elementos também aventados para justificar-se o desinteresse dos cativos em estabelecer laços outros que não os de caráter temporário.⁽⁴⁴⁾ São evidentes os efeitos desse desinteresse em termos da manutenção de baixas taxas de natalidade no interior da população escrava.

Ao lado dessas considerações acerca da vontade dos escravos de fundarem relações estáveis, enfoca-se também a questão da possibilidade de tais ligações efetivarem-se, mormente aquelas sacramentadas perante a Igreja. A posição por esta adotada, expressa nas Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, impressas em 1720, reconhece o direito, divino, de os cativos casarem-se entre si ou com pessoas de outra situação social; proíbe, além disso, aos senhores impedir tais casamentos, bem como separar os cônjuges.⁽⁴⁵⁾ Adian

ta-se, pois, a Igreja, mais de um século em relação à legislação.⁽⁴⁶⁾ Como observa Maria Beatriz Nizza da Silva, "(...) a Igreja defendia o direito do escravo a casar-se e a usufruir uma vida conjugal normal, como se não estivesse em cativeiro, mas, ao mesmo tempo, tinha o cuidado de explicitar que casamento nada tinha que ver com alforria."⁽⁴⁷⁾

Não era simples, porém, a superação dos entraves burocráticos que dificultavam a consecução do matrimônio religioso. O custeio monetário das provisões de casamento, a necessidade de apresentação - às vezes relaxada - das certidões de batismo dos cônjuges e a publicação dos proclamas conformavam sem dúvida um óbice importante à realização da "vontade divina". Dessa forma:

"O que se pode afirmar é que, do ponto de vista burocrático, as exigências da Igreja eram as mesmas que para os casamentos de homens livres. Se a autorização dos senhores não era de modo algum necessária (eles podiam mesmo opor-se e o casamento efetivar-se), a presença de certidões e as chamadas 'denúncias' eram exigidas (...)" (48)

Cabe ressaltar que, de acordo com as referidas Constituições, se, de um lado, os religiosos eram obrigados a ministrar o matrimônio aos escravos independentemente da vontade dos senhores, de outro, dos futuros cônjuges era cobrado ao menos o conhecimento de alguns rudimentos da doutrina cristã.⁽⁴⁹⁾ Saliente-se, outrossim, que os mencionados obstáculos aos casamentos de escravos abrandaram-se, ao menos no caso da Capitania de São Paulo, nos anos derradeiros do século dezoito, como apontado por Maria Beatriz Nizza da Silva:

"Quando surgiu, no fim do século XVIII, na Capitania de São Paulo, a polêmica em torno das provisões de casamento, defendidas pelo bispo, que não queria perder os emolumentos delas resultantes, e atacadas violentamente pelo governador e pelo senado da câmara (...), pelo menos em relação aos casamentos de escravos a Igreja paulista abriu mão de tais rendimentos."⁽⁵⁰⁾

Poder-se-ia, ainda com respeito às dificuldades de os escravos unirem-se perante a Igreja, aventar a hipótese de que , para o escravo nas zonas rurais, vis-à-vis seu similar urbano, tais dificuldades seriam maiores tendo em vista a menor presença física do clero.⁽⁵¹⁾

Por outro lado, essa distinção entre o escravo rural e o urbano faz-se igualmente importante quando se trata da preservação de elementos culturais africanos. Em boa medida, o processo de "desafricanização" esteve ligado à adoção da fé cristã e, "a aceitação (...) do cristianismo e a assimilação de suas práticas era mais difícil na cidade do que nas zonas rurais."⁽⁵²⁾ Segundo Emília Viotti da Costa se, na primeira, era diminuto o empenho dos senhores em disseminar sua religião entre os escravos, nas últimas "um dos recursos utilizados pelos senhores para conter a população escrava era a religião."⁽⁵³⁾

A sobrevivência de "africanismos" entre os escravos é, por sua vez, alçada também à posição de condicionante do alegado quadro de promiscuidade característico da população cativa.⁽⁵⁴⁾ Dessa forma, à medida que promíscuo é o que se distancia da moral cristã européia, da transposição da poligamia africana para o interior dos plantéis não se poderia esperar mais que a conformação de um ambiente mergulhado na devassidão. Como aponta Kátia Mattoso, "(...) a poligamia africana foi substituída no Brasil por uma sucessão de ligações passageiras."⁽⁵⁵⁾ É a seguinte a descrição que essa autora faz da família negra africana, na qual a comunidade ou a etnia comuns ocupam o lugar da família nuclear:

"Na África, ser primo ou irmão não implica qualquer vínculo consanguíneo. Os membros de uma mesma etnia consideram-se geralmente irmãos. Ser primo é sobretudo ser amigo. O conjunto de moradores da mesma casa congrega primos distantes, tios e tias, jamais se limita aos pais e aos filhos. O que define a família africana é o antepassado comum. Se a descendência se faz numerosa demais, um ramo se separa e constitui nova família. As sociedades africanas fundamentam-se, pois, na

linhagem." (56)

A destruição desses laços baseados na linhagem, no contexto marcado pela escravidão, abre espaço à difusão da prática da poliginia sucessiva. É, uma vez mais, a promiscuidade, a licenciosidade, a perversão de costumes, o estigma da população escrava no Brasil.

IV .2 A família escrava nos Estados Unidos: uma breve comparação.

Embora Nina Rodrigues perfilhe, como visto na seção precedente deste capítulo, as teorias raciais proponentes da superioridade da raça branca, é claramente explicitado em sua obra o repúdio ao "revoltante abuso da escravidão".⁽⁵⁷⁾ Nos Estados Unidos, reporta-se amiúde à noção da inferioridade do negro no sentido de justificar a sua utilização como mão-de-obra escrava. Um exemplo desse posicionamento é dado pelo trecho seguinte, transcrito por Carl N. Degler de um discurso pronunciado no Senado americano, em 1858:

"Em todos os sistemas sociais deve haver uma classe que execute os trabalhos servis, a labuta da vida. (...) Felizmente para o Sul encontraram bem à mão uma raça adaptada a esse propósito; uma raça inferior à sua mas eminentemente qualificada em temperamento, vigor, docilidade, capacidade de suportar o clima, de responder a todas as finalidades (...) Não achamos que os brancos devem ser escravos, tanto por lei como por necessidade. Nossos escravos são pretos, de uma outra raça, inferior. O status no qual os colocamos representa uma elevação; são elevados da condição em que Deus os criou para se tornarem nossos escravos." (58)

Essa diferença de enfoque, que se manifesta na existência de um preconceito racial muito mais acentuado nos Estados Unidos, presente ainda em nossos dias, encontra-se possivelmente vinculada à maior aceitação entre nós do processo de miscigenação. Seja encarado de forma negativa, como o faz

Nina Rodrigues, enquanto conducente à deterioração dos caracteres da raça branca superior, seja em termos positivos, enquanto tendente à consecução do ideal de "branqueamento" da população, o processo referido alcança magnitude ímpar no Brasil, mormente vis-à-vis o ocorrido nos Estados Unidos.⁽⁵⁹⁾ A aceitação do mulato, livre ou liberto, e mesmo do negro não escravo, relaciona-se, a sua vez, à existência de um espaço, no interior da economia brasileira, a ser por eles ocupado, resultante do pequeno peso relativo que, em termos quantitativos, possuía o elemento branco entre nós.⁽⁶⁰⁾

Para Stanley Elkins, nos Estados Unidos as formas de comportamento fundadas na forte identificação entre raça e escravidão dão margem a que se crie um estereótipo do negro, o sambo, "(...) 'the perpetual child incapable of maturity.'"⁽⁶¹⁾ Mais ainda, Elkins defende a hipótese de que tal estereótipo aplicar-se-ia de maneira exclusiva ao negro norte-americano. Como observa Eugene Genovese, Elkins "(...) attempts to explain this allegedly unique personality type by constructing a social analysis that contrasts a totalitarian plantation South with a feudal Latin America in which church, state, and plantation balanced one another."⁽⁶²⁾ Acentua-se, pois, sob o poder absoluto dos proprietários no Sul dos Estados Unidos, a supremacia da consideração do escravo enquanto coisa versus sua posição enquanto ser humano. Tal contraste, de fato, fora já salientado por Frank Tannenbaum, que enfatizou a perda da personalidade moral à qual se conduziu o negro naquele país.⁽⁶³⁾ Aplicando-se os argumentos de Tannenbaum e Elkins especificamente à questão da família escrava, as inferências às quais se chegou são explicitadas na citação seguinte, de Genovese:

"Slave law refused to recognize slave marriages and family ties. In this respect United States slavery was far worse than Spanish American or Luso-Brazilian. In those Catholic cultures the Church demanded and tried to guarantee that slaves be permitted to marry and that the sanctity of the slave family be upheld. As

a result, generations of American historians have concluded that American slaves had no family life and that Cuban and Brazilian slaves did." (64)

Os trabalhos de Tannenbaum e Elkins são criticados, por exemplo, por Genovese e Degler. Para Genovese, o sambo não é uma característica única dos Estados Unidos, podendo surgir em qualquer outro sistema escravista; nem tampouco o estereótipo é extensivo à população escrava como um todo. Trata-se, em verdade, do "(...) limiting case of the slavish personality."⁽⁶⁵⁾ Ademais, a preocupação da Igreja e do Estado com a figura do escravo, detectada por Tannenbaum e Elkins na América Latina, não teria provavelmente produzido resultados concretos.⁽⁶⁶⁾ Degler, a sua vez, salienta as semelhanças entre a legislação brasileira e a norte-americana; em ambas estava presente a ambiguidade do escravo como coisa e como homem; não obstante, "(...) ambas as sociedades tinham leis para proteger a condição humana do escravo contra o poderio de seu senhor (...)"; e, por fim, em ambos os casos a legislação em grande medida não era mais do que letra morta.⁽⁶⁷⁾

No que diz respeito à família escrava, dando-se crédito à argumentação delineada por Tannenbaum e Elkins, as condições para seu desenvolvimento seriam muito mais propícias no caso da América Latina. Dever-se-ia, neste aspecto como em geral no tratamento concedido ao escravo, fazer sentir a ação da lei do homem e dos mandamentos de Deus.⁽⁶⁸⁾ Todavia, afirma Genovese que "despite the efforts of law and Church in Latin America it is quite possible that as high or higher a percentage of Southern slaves lived in stable family units than did Latin American."⁽⁶⁹⁾ John Blassingame é ainda mais contundente: "the Southern plantation was unique in the New World because it permitted the development of a monogamous slave family."⁽⁷⁰⁾

Para a compreensão desse desenvolvimento das relações familiares entre os escravos dos Estados Unidos, é necessário referir-se à cessação da importação de cativos por aque-

le país, ocorrida no início do século passado; de fato, "antes de 1800, cada um dos estados escravistas, individualmente, já havia proibido a importação, em diferentes ocasiões. O comércio escravista continuava apenas na Carolina do Sul, quando foi proibido de uma vez pelo governo federal, em 1808."⁽⁷¹⁾ Levando-se em consideração que a essa proibição segue-se o desenvolvimento maior da produção algodoeira norte-americana, tornam-se evidentes seus efeitos sobre a família escrava, que Kátia Mattoso sumaria no trecho seguinte:

"A partir do começo do século XIX, sobretudo, quando é abolido o tráfico negreiro, a família prolífica negra é o único meio que permite ao senhor esperar manter à sua disposição a mão-de-obra servil da qual necessita. Ora, a legislação da maioria dos estados escravistas norte-americanos proibia os casamentos de escravos, mas o código das fazendas não respeitava tais interdições. Para o proprietário, a família nuclear, o casal com muitos filhos é uma necessidade econômica e nunca uma necessidade moral ou religiosa." ⁽⁷²⁾

Tem-se, pois, de um lado, o aumento da demanda de mão-de-obra escrava para o trabalho nas plantações algodoeiras e, de outro, a restrição da oferta via tráfico externo de negros, a qual precede em aproximadamente meio século restrição análoga que se verifica no Brasil. A resultante, a ênfase posta na reprodução natural da população cativa, manifesta-se nos valores calculados da razão entre os sexos: "the number of females to every 100 male slaves in the United States was 95.1 in 1820, 98.3 in 1830, 99.5 in 1840, 99.9 in 1850, and 99.3 in 1860."⁽⁷³⁾ Esse equilíbrio no número de homens e mulheres apresenta-se não apenas ao longo do tempo, mas igualmente consoante os grandes grupos etários e para cada um dos estados escravistas tomados isoladamente; de fato, é um equilíbrio até mesmo maior que o constatado para a população branca.⁽⁷⁴⁾

No entanto, muitos autores não interpretaram o estímulo dado à reprodução natural como conducente ao estabelecimento de relações familiares estáveis entre os escravos nos Esta-

dos Unidos. Pelo contrário, ter-se-ia fortalecido o entendimento do negro enquanto propriedade, enquanto coisa, instituindo-se um verdadeiro e rentável negócio de criação de cativos. Nas palavras de Tannenbaum, "in fact, the breeding of slaves for sale as if they were mere cattle came to be part of the recognized practice of slave and plantation-owners in some, perhaps most, of the slave states."⁽⁷⁵⁾ Esse impacto negativo da criação de escravos sobre a formação de laços de família entre eles é percebido também por E. Franklin Frazier:

"there were masters who, without any regard for the preferences of their slaves, mated their human chattel as they did their stock.

.....
"And, when such little consideration was shown for the personality of the slaves, the practice of setting up Negro males as stallions followed as a natural consequence when it was to the economic advantage of the master to increase his slaves." (76)

Tal interpretação, que faz recair sobre a criação seletiva, mais do que sobre a estabilidade familiar, a responsabilidade pelo crescimento natural que caracteriza a população escrava norte-americana, é criticada, por exemplo, por Genovese, que escreve:

"But selective breeding was tried in the Caribbean and elsewhere and never worked; there is no evidence that it was ever tried on a large scale in the South. Abolitionists charged that Virginia and Maryland deliberately raised slaves - not merely encouraged, but actually fostered slave-breeding. There is no evidence. If slave-raising farms existed and if the planters were not complete fools they would have concentrated on recruiting women of childbearing age and used a relatively small number of studs. Sample studies of major slave-exporting countries in Virginia and Maryland show no significant deviations from the parallel patterns in Mississippi or other slave-buying regions." (77)

Nessa questão da criação de escravos, como em geral no que diz respeito à escravidão nos Estados Unidos, há que se precaver contra os relatos coevos, tanto de abolicionistas e

xaltados como de fervorosos simpatizantes do escravismo su-
lista. (78) É provável que a referida criação tenha de fato e
xistido, porém possuindo um caráter um tanto quanto dissimu-
lado, não havendo lugar para a generalização de um processo
tal como o de um "cruzamento seletivo" - com "garanhões" e
"matrizes" - e, ao contrário, gerando espaço para o desen-
volvimento de famílias escravas, em um ambiente marcado pelo
equilíbrio numérico entre os sexos. Vale a pena reproduzir a
qui o exemplo fornecido por Degler:

"A descrição mais fiel da maneira como a chamada
reprodução de escravos na verdade ocorreu talvez tenha
sido dada por Edmund Rufflin, um fazendeiro da Virgínia
(...) Rufflin observou que uma das fontes de renda dos
fazendeiros da Virgínia era 'a criação e venda de es
cravos'. Dizer isto, prosseguia ele, ' não significa que
qualquer pessoa assume a criação de escravos como negó-
cio regular, com o propósito de vendê-los; mas se é in-
tencional ou não, todos nós, sem exceção, agimos de ma-
neira a ajudar um sistema que, visto como um todo, é e-
xatamente o que eu nomeei. Nenhum homem é tão desumano
a ponto de reproduzir e criar escravos para vender regu-
larmente, como um criador do oeste faz com o seu gado.
Porém, cedo ou tarde é isto mesmo o que acontece. As
vendas podem ser feitas voluntariamente ou por intermé-
dio de agentes - podem ser feitas pelo primeiro propri-
etário ou pelos seus herdeiros - ou a infelicidade de
ser vendido pode recair sobre uma parcela de escravos
em vez de outra; mas todas essas são apenas formas dife-
rentes de se chegar a um mesmo resultado inevitável. Com
um alimento saudável, apesar de rústico, e com o trata-
mento brando que eles geralmente recebem, nossos es
cravos têm todos os incentivos e facilidades para aumentar
seu número com toda a rapidez, sem qualquer entrave se-
ja de prudência, moral ou físico.'" (79)

Se, então, a extinção do tráfico negreiro externo acar-
retou, no sentido de estimular a reprodução natural na popu-
lação cativa, o estabelecimento de relações familiares entre
os escravos, há que se considerar também os efeitos daquela
extinção em termos do tráfico interno de cativos. Degler, por
exemplo, observa que o término da importação de negros da Á-
frica causou - e isto também se aplica ao caso do Brasil -
o incremento no comércio realizado entre os diversos estados

norte-americanos. Assim, nos Estados Unidos, o fato de ter - se secado a fonte africana, ao qual se aliou "(...) a abertura do sudoeste ao cultivo do algodão estimulou a demanda de escravos que tinham que ser retirados de regiões mais antigas." ⁽⁸⁰⁾ Os efeitos desse tráfico humano, enquanto ocasionando o rompimento das ligações existentes entre os cativos, far-se-iam sentir sobre a estabilidade das famílias escravas, estabilidade esta sempre em grande medida dependente da vontade dos senhores.

Blassingame reconhece que as separações a que estiveram sujeitas as famílias cativas foram o traço mais cruel da escravidão. No entanto, a maior parte dessas separações, ao que tudo indica, não se pode atribuir ao tráfico interno, vale dizer, à iniciativa dos proprietários de escravos. Por exemplo, das 2.888 uniões cujos certificados de casamento foram expedidos entre 1864 e 1866, tendo sido preservados pelo Exército da União e pelos Freedmen's Bureaus dos estados de Tennessee, Louisiana e Mississippi, 2.494 foram rompidas. Destas, apenas 937 foram-no pela ação do master; as demais dissolveram-se por escolha pessoal (309), pela morte de um dos cônjuges (1.153) ou pela guerra (95). ⁽⁸¹⁾ Embora estas três últimas causas não deixem de apontar igualmente para a instabilidade das ligações entre escravos, Blassingame observa que "if only the actions of masters are considered, 67.6 per cent of the slave unions were unbroken. In other words, in spite of their callous attitudes, masters did not separate a majority of the slave couples." ⁽⁸²⁾ Este autor, entre outros, lembra que entre os senhores era comum a prática de encorajamento das ligações entre os cativos, vistas como uma garantia da manutenção da disciplina em seus plantéis. ⁽⁸³⁾

Trabalhando igualmente com os dados oriundos do movimento de legalização das uniões entre ex-escravos, que teve lugar logo após a emancipação, sob o patrocínio do exército americano, Herbert Gutman refere-se aos indivíduos que já haviam vivenciado ligações anteriores, dissolvidas independen-

temente de sua vontade:

"One in four marriages registered in 1864-1865 involved one or two persons separated by force from a spouse in an earlier marriage. In marriages in which either partner was at least forty years old in 1864-1865, the percentage in which one or both had experienced an earlier marriage broken by force rose to 35 percent (...). Among people that old, seven in ten marriages registered in 1864-1865 included one or two people who had been married earlier. Nearly as many of these 1864-1865 marriages included a prior marriage broken by force as broken by death (...)" (84)

É evidente, pois, o poder dos senhores sobre a manutenção ou não, ao longo do tempo, das relações familiares entre os cativos. A permanente ameaça de separação pela venda era ademais um poderoso instrumento de controle utilizado sem reservas.⁽⁸⁵⁾ Esse poder dos proprietários manifesta-se na atitude dos escravos homens, salientada por Blassingame, que preferiam se casar com mulheres pertencentes a outros senhores, vivendo em outras plantações: "they did not want to marry a woman from their own and be forced to watch as she was beaten, insulted, raped, overworked, or starved without being able to protect her."⁽⁸⁶⁾ O mesmo autor afirma que nem sempre tal preferência efetivava-se; as uniões dentro de um mesmo plantel eram preferidas pelos proprietários, pois asseguravam-lhes a posse da prole resultante. Todavia, o casamento inter-plantéis não era incomum e, mesmo, "wealthy masters frequently purchased the female slave, and thereby won the loyalty of the male."⁽⁸⁷⁾ Observe-se, adicionalmente, que o rompimento dos laços familiares era evitado muitas vezes pelos próprios senhores, talvez receosos da reação de parte dos escravos. Como escreve Blassingame:

"Frequently when their mates were sold, slaves ran away in an effort to find them. The fear of causing disaffection forced planters to recognize the strength of the monogamous family; they frequently sold a slave in the neighborhood of his mate when they moved their slaves farther South." (88)

Por outro lado, este mesmo autor exemplifica a crueldade da dissolução das relações de família através dos casos de escravos que foram separados após vinte, trinta e mesmo mais de quarenta anos de vida em comum. Claro está que se, de um lado, tais exemplos mostram a instabilidade da família escrava e a brutalidade contida nas separações havidas, de outro, atestam a existência de inúmeras ligações caracterizadas pela longa duração.⁽⁸⁹⁾ Também Gutman verifica essas uniões duradouras. Com base em dados disponíveis para o Condado de Rockbridge, na Virgínia, este autor observa: "men and women forty and older in 1866 had lived with the same spouse for many years: three in four at least ten years, nearly two in three at least twenty years, and slightly more than one in five at least thirty years."⁽⁹⁰⁾

A organização familiar é, todavia, uma característica que muitos autores afirmam estar presente em apenas uma parcela da população escrava. Dessa forma, tão-somente entre os cativos sabedores de algum ofício especializado, ou aqueles engajados nos serviços domésticos, e que, por essa forma, vivessem em contato mais estreito com os brancos, é que a mencionada organização far-se-ia notar. Tal interpretação é a que se infere, por exemplo, das palavras seguintes de Frazier:

"(...) bondage could not crush out individual talent, and the division of labor on the plantation promoted mental differentiation and became the basis of differences in status. Then, too, the emergence of the slave as a human being was facilitated by his assimilation into the household of the master race. There he took over more or less the ideas and attitudes and morals and manners of his masters. His marriage and family relations reflected the different stages and aspects of this process. Where the assimilation of Western mores went farthest and the development of personality was highest, the organization of family life approached most closely the pattern of white civilization." (91)

Os dados trabalhados por Gutman contradizem esta interpretação. Este autor não constata apenas a durabilidade das

famílias escravas, mas verifica igualmente que a maior parte dessas ligações duradouras dá-se entre cativos sem uma ocupação especializada, empregados na dura labuta diária das fazendas.⁽⁹²⁾ Portanto, de acordo com Gutman, a família não era um atributo de uns poucos escravos que, por suas características ocupacionais, tinham maiores possibilidades de "imitar" os "modelos" de organização familiar de seus senhores brancos. Aceitar a existência desse processo de "imitação" implica assumir-se "(...) that such 'models' were infrequent among the slaves themselves, an assumption that has encouraged simplified and misleading descriptions of slave socialization and slave culture."⁽⁹³⁾

Em verdade, as afirmações de Frazier, criticadas por Gutman, têm como ponto de partida a idéia, perfilhada por aquele autor, da inexistência de "africanismos" entre os negros norte-americanos. A diversidade das "nações" de origem dos africanos e sua distribuição pelas fazendas, feita cuidadosamente de forma a evitar a manutenção de quaisquer laços entre eles, teriam sido os fatores responsáveis pela não sobrevivência de traços culturais oriundos da África marcando a vida dos escravos nos Estados Unidos.⁽⁹⁴⁾ Assim, a escravidão teria atuado como elemento destruidor da cultura originária africana, inclusive no que diz respeito à organização familiar. Essa assertiva, central na obra de Frazier, e que favorece o desenvolvimento da idéia de "imitação" pelos negros da família branca, é criticada por Melville J. Herskovits, que afirma:

"(...) slavery by no means completely suppressed rough approximations of certain forms of African family life. Even in the United States, where Africanisms persisted with greatest difficulty, such family organization as existed during slave times in terms of the relationship between parents and children, and between parents themselves, did not lack African sanctions." (95)

Porém, seja como resultado da transposição, para os Estados Unidos, de uma forma de organização da família já exis

tente na África, como quer Herskovits, seja como produto da ação corrosiva da escravidão sobre as formas de relacionamento pré-existentes entre os negros africanos, como sugere Frazier, ambos autores convergem na ênfase posta no estabelecimento de famílias de tipo "matrifocal" entre os escravos; é atribuído, pois, papel de relevância ímpar à figura da mãe escrava.⁽⁹⁶⁾ Esse papel, principalmente na forma pela qual é salientado por Frazier, recebe a crítica contundente de Gutman, explicitada no trecho seguinte:

"Much that flaws the study of slaves and ex-slaves flows from this belief: the alleged inadequacy of the slave father and husband, the absence of male 'models' for young slave children to emulate, the prevalence of the 'Sambo' personality, the insistence that slave marriage usually meant little more than successive polygyny, and the belief that the 'matrifocal' household (a 'natural' adaptation by most blacks to the 'realities' of slavery) prevailed among the mass of illiterate plantation field hands and laborers." (97)

A crença na dominância da família do tipo "matrifocal" é contradita pelo predomínio, encontrado por Gutman, das famílias caracterizadas pela presença de ambos os cônjuges. Não que este autor negue a existência do intercursos sexual entre brancos e negras ou os efeitos negativos do poder exercido pelos proprietários sobre a autoridade do pai escravo. A influência do senhor é marcante, por exemplo, no modelo cíclico de destruição, construção e dispersão da família escrava elaborado por Gutman. Esse movimento cíclico acompanha as diversas etapas da vida - e da atividade econômica - do proprietário de pequenas plantações. Este, ao iniciar sua vida adulta, procede à formação de sua força de trabalho, com isso acarretando amiúde a destruição de laços familiares anteriormente possuídos por seus escravos; tais laços vão-se reconstruindo e desenvolvendo, em um processo de estabilização e reprodução da mão-de-obra que marca a "meia-idade" do senhor; por fim, a velhice ou a morte deste freqüentemente provoca a quebra dos laços construídos na fase anterior, tendo

lugar a dispersão da força de trabalho. (98)

A ênfase na família "matrifocal" é também criticada por Genovese, ao afirmar que "(...) the social norm that black people carried from slavery to freedom was that of the nuclear family." (99) E a autoridade paterna nesta família nuclear subsistia, não obstante o poder do master:

"The evidence on these matters is fragmentary, but it suggests that the men asserted their authority as best they could; the women expected to have to defer to their husbands in certain matters; and that both tried hard to keep the master out of their lives. The conditions were unfavorable, and perhaps many men did succumb and in one way or another became emasculated." (100)

De outra parte, se concordam na crítica ao mito da família "matrifocal", Gutman e Genovese divergem no âmbito maior da própria interpretação acerca da formação da cultura negra norte-americana. Para Gutman, em que pese a existência de um "mundo dos brancos", com sua cultura dominante influenciando o desenvolvimento da cultura Afro-Americana; ao seu lado existia igualmente um "mundo só dos negros", uma cultura étnica subdominante que permite responder pela segunda alternativa a questão seguinte: "'Are American Negroes simply the creation of white men, or have they at least helped create themselves out of what they found around them ?'" (101) As crenças e o comportamento próprios dos escravos, desenvolvendo-se e transmitindo-se entre gerações em grande medida independentemente da ação dos senhores, mostram-se através do relacionamento familiar. Este, aliás, vai muito além da família nuclear imediata e envolve toda uma extensa rede de parentes e mesmo de compadrio que mantém vivos e acesos os elementos da referida cultura subdominante. Essa família escrava extensa, que Gutman estuda, por exemplo, através das práticas utilizadas pelos cativos na escolha dos nomes de seus filhos, fugiu à percepção de muitos estudiosos e até mesmo à percepção dos próprios proprietários de escravos:

"Observant owners and other whites dealing with slaves often saw and recorded strong ties within their immediate families, between husbands and wives, and between parents and children. But very few noticed affective kin ties beyond the immediate family.(...)No primary evidence (...) shows that owners, so deeply enmeshed in kin networks of their own, realized that slaves did not marry blood cousins and that slave children were often named for uncles and aunts and grand-parents. Even the most humane owners (...) were unfamiliar with these cultural beliefs and practices that shaped everyday familial behavior in slave communities." (102)

De Genovese, Gutman critica o entendimento da família escrava como parte do mundo patriarcal dos senhores; inserida nesse mundo e tendo seu desenvolvimento moldado por ele, à família cativa nega-se a possibilidade de um evoluir em certa medida autônomo.⁽¹⁰³⁾ De acordo com Gutman, Genovese assenta o relacionamento entre brancos e negros em um "compromisso paternalista" atenuador da crueza ditada pela dicotomia senhor-escravo; mais ainda, "(...) 'slave culture' itself is made dependent upon the 'paternalistic compromise'. Rather than shaping the relationship between slaves and their owners, the 'culture' is 'caused' by the relationship."⁽¹⁰⁴⁾ À ordem propiciada pelo mundo patriarcal, Genovese contrapõe a desordem fora desse mundo. Gutman faz uma contraposição diferente: de um lado, o poder e a obediência marcando o relacionamento com os senhores; de outro, a autoridade e o dever, pautando o relacionamento entre os escravos. E, não obstante a ideologia paternalista, os senhores não conseguiram tornar poder um sinônimo de autoridade, nem obediência um sinônimo de dever.

Nas palavras de Gutman, "that does not mean that slaves were unaffected by the beliefs and practices of their owners. But it does mean that the alternative to a 'paternalistic compromise' was neither disorder nor 'no order'".⁽¹⁰⁵⁾ Um exemplo que evidencia a importância da cultura subdominante, em que pese a influência da cultura dominante, é dado no trecho seguinte, respeitante à legalidade dos casamentos entre

escravos:

"Slaves and ex-slaves knew the difference between a marriage sanctioned by law and a marriage upheld by ritual. Asked just after the emancipation by the Yankee Baptist missionary Isaac W. Brinckerhoff if she was married, a Georgia ex-slave replied, 'I am not married, but I have a husband.' Brinckerhoff believed she lived in 'sin' and 'concubinage'. But her answer had a different meaning. She had explained to him that slaves like herself had honored norms which sustained the slave family and slave marriage outside of the inhibiting framework fixed by the law in the slave states. In January 1865, Ohio blacks met in convention at Xenia to form the Ohio Equal Rights League and to advise 'our newly emancipated brothers and sisters who have lived together as husbands and wives, according to slave-holdings usages, while slaves, as soon as practicable to be married according to law, and thus legalize their marriages and legitimate their children.' Many ex-slaves did that (...) but that did not mean that they had viewed their earlier slave marriages as lacking legitimacy. A Virginia ex-slave interviewed in the 1930s explained, 'You see, it's dis way; God made marriage, but de white man made de law.'" (106)

Alida Metcalf propõe a reunião dessas duas interpretações, de Genovese e de Gutman, pois, segundo ela, "these models of slavery - one which emphasizes the vertical ties between masters and slaves, the other the horizontal ties between slaves - are not mutually exclusive." (107) Essa autora sugere que tanto o relacionamento entre escravos e senhores, marcado pelo "compromisso paternalista" ressaltado por Genovese, bem como as fortes e autônomas ligações formadoras da família escrava extensa salientadas por Gutman, conseguiram substanciar-se em verdadeiras estratégias visando à sobrevivência e, como tal, ambas foram empregadas pelos cativos. (108) Dessa forma, enquanto estratégia de sobrevivência, a família escrava, mesmo quando se mostrou fraca perante o poder dos senhores, persistiu como uma instituição fortemente arraigada entre os cativos, permitindo que, nela amparados, mantivessem-se sempre presentes os elementos de uma "cultura escrava própria", e evitando que os escravos perdessem

sem sua personalidade e acabassem por dar um amplo fundamento real ao estereótipo do 'Sambo'. Nas palavras de Blassingame:

"The love the slaves had for their parents reveals clearly the importance of the family. Although it was weak, although it was frequently broken, the slave family provided an important buffer, a refuge from the rigors of slavery. While the slave father could rarely protect the members of his family from abuse, he could often gain their love and respect in other ways. In his family, the slave not only learned how to avoid the blows of the master, but also drew on the love and sympathy of its members to raise his spirits. The family was, in short, an important survival mechanism." (109)

IV .3 A família escrava no Brasil. Teria sido ela, de fato, tão-somente uma exceção em um quadro dominante de promiscuidade ?

As mesmas palavras de John Blassingame, que encerram a seção precedente deste capítulo, são citadas por Robert W. Slenes enquanto refletindo não apenas a situação dos escravos nos Estados Unidos mas, também, ao que tudo indica, aquela vivenciada pelos cativos na região Centro-Sul brasileira, em especial nas áreas produtoras de açúcar e de café. Ou seja, a família escrava, monogâmica e estável, pelo menos nessa região, ter-se-ia apresentado como uma instituição plenamente viável, apesar dos óbices ao seu desenvolvimento postos pela própria escravidão. Em verdade, tanto do ponto de vista dos escravos, como da perspectiva dos senhores, identificam-se condições propícias a esse desenvolvimento, pois a família escrava "(...) probably helped many bondsmen retain their identity and cope effectively with the psychological pressures of slavery. At the same time, however, it provided plantation owners with a powerful instrument of social control." (110)

Em uma primeira aproximação, o estabelecimento de relações familiares entre os cativos é constatado nos registros paroquiais de casamentos, com o que se enfatizam as uniões "legais".⁽¹¹¹⁾ Dessa forma, por exemplo, Luna e Costa verificam que, no período de 1727 a 1826, na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias, em Vila Rica, Minas Gerais, 12,6% dos assentos de casamentos referiam-se a casos em que ao menos um dos cônjuges era escravo. Tal porcentagem, que corresponde a um total de 200 matrimônios, assume, segundo os autores, um caráter "altamente significativo".⁽¹¹²⁾ Em período semelhante, de 1720 a 1820, Alida Metcalf observa a ocorrência, em Santana de Parnaíba, São Paulo, de 504 casamentos nas mesmas condições.⁽¹¹³⁾ Já com respeito à Paróquia da Sé, na cidade de São Paulo, escreve Maria Luiza Marcílio: "(...) durante um primeiro período, de 1770 a 1800, a média anual dos casamentos de escravos (...) era de 24 por ano; depois, num segundo período, de 1800 a 1850 a média foi de um terço em relação ao período anterior, exatamente de 8 casamentos de escravos por ano."⁽¹¹⁴⁾

A relativa difusão da prática do casamento no interior da população cativa é também evidenciada de maneira inequívoca com base em fontes documentais outras que não os registros paroquiais. Slenes, por exemplo, fornece os percentuais de 14,4% e 23,2%, correspondentes ao número de mulheres escravas casadas com relação ao total de mulheres escravas, respectivamente, de acordo com o censo realizado pelo Império em 1872 e segundo a matrícula de escravos, de 1873. Mais ainda, esse autor acredita e procura demonstrar que, nos documentos referidos, a explicitação do estado conjugal dos indivíduos é feita levando-se em consideração única e exclusivamente o reconhecimento das uniões perante a Igreja.⁽¹¹⁵⁾

Posicionamento análogo é adotado por hipótese por Costa e Gutiérrez, agora tendo em vista os informes coletados a partir dos "Mapas Gerais" que normalmente acompanham as listas nominativas de habitantes: "admitimos que nos levantamen

tos de que nos servimos as pessoas declaradas como solteiras, casadas ou viúvas, o eram perante a Igreja Católica. "

(116) Contemplam os autores 22 localidades, sendo 13 paulistas e 9 delas em áreas hoje pertencentes ao Estado do Paraná. Os levantamentos populacionais referentes a estas últimas são todos relativos a 1830; para as localidades paulistas, em alguns casos, os dados são concernentes a 1829 ou 1828. Verifica-se que, considerando a população escrava com mais de 10 anos de idade, 24,1% em São Paulo e 20,4% no Paraná eram casados ou viúvos; consoante o sexo, o mesmo percentual atinge os valores, em São Paulo, de 19,1% para os homens e 33,2% para as mulheres e, no Paraná, respectivamente, de 19,0% e 21,9%. (117)

Tendo em mente a idéia do predomínio quase absoluto de um ambiente de promiscuidade no qual teriam vivido os escravos no Brasil, idéia esta dominante na historiografia nacional até os anos iniciais da década passada, e cujos argumentos básicos procurou-se explicitar na primeira seção deste capítulo, avulta a importância dos resultados apresentados nos parágrafos anteriores. Fora desse contexto, no entanto, a observância das porcentagens aludidas pode conduzir o leitor a subestimar a real importância da família escrava, pois são afinal poucos os casamentos perante a Igreja, talvez refletindo, entre outros fatores, uma falta de interesse da parte dos proprietários de cativos. Há, no entanto, neste momento, que ter presentes as palavras de Stuart B. Schwartz: "but the disregard of planters and the lack of marriages in the church are not in any way a measure of slave reality and of the ability of the slaves to create and maintain bonds of affection, association, and blood that had a real and persistent meaning in their lives." (118)

Em seu estudo sobre a família escrava em quatro das oito companhias de ordenanças da Vila de Lorena em 1801, com base nas listas nominativas de habitantes, Costa, Slenes e Schwartz detectam que 38,8% da população cativa era composta

de indivíduos casados ou viúvos e dos filhos legítimos vivem do junto com pelo menos um de seus pais. Porém, escrevem os autores: "computando-se as mães solteiras e seus filhos (5,3% e 8,9% respectivamente) verifica-se que mais da metade (53,0%) da massa escrava compreendia pais, mães e filhos coabitantes (...)"⁽¹¹⁹⁾ É possível que algumas dentre essas mulheres solteiras com filhos tenham-nos gerado não apenas fora do matrimônio legítimo, mas igualmente fora de uniões consensuais de natureza estável. Não obstante, de um lado, não deixam eles de conformar, no mínimo, famílias de tipo matri-focal e, de outro, nos possíveis casos de ligações estáveis, a porcentagem de 53,0% é subestimadora, pois não se consideram os parceiros eventualmente coabitando com essas mães solteiras, bem como não se computam os enlaces consensuais ainda sem prole ou cujos filhos não mais vivem junto aos pais. A fonte documental utilizada não permite, infelizmente, a confirmação ou não de todas essas possibilidades.

Em suma, não há por que negar a priori a aplicação, no caso brasileiro, da afirmação seguinte de Herskovits: "(...) matings not legally sanctioned may achieve enough stability to receive equal recognition with regularly performed marriages.(...)in the West Indies where Africanisms persist, marriage is not a matter requiring approval of the state or of any religious body. Only consent of the families concerned is needed (...)".⁽¹²⁰⁾ A estabilidade possível das uniões consensuais entre os escravos não é, ademais, contradita pela maior incidência dos casamentos perante a Igreja no interior da população livre. De fato, por exemplo, esta diferença é verificada na cidade de São Paulo, em várias localidades paulistas e paranaenses e mesmo da maioria das províncias brasileiras, respectivamente, nos trabalhos já referidos de Marcílio, de Costa e Gutiérrez, e de Slenes.⁽¹²¹⁾ No entanto, este último autor observa:

"A large difference in marriage rates and illegitimacy ratios between two groups in a population does not

necessarily mean that one of them is much less prone to forming stable sexual unions, or more given to promiscuity. Rather, the two groups may be different primarily in their degree of access to, or in their willingness to seek, Church or government sanction of marriage." (122)

Cabe aqui considerar o trabalho de Graham, baseado em um inventário, feito em 1791, dos escravos pertencentes à Fazenda Santa Cruz, localizada a pouco mais de 50 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro e que, propriedade jesuítica até 1759, passara às mãos da Coroa e a esta pertencia à época do inventário referido. Em um plantel de 1347 cativos, verifica o autor que: levando-se em conta a população escrava com 15 ou mais anos de idade, 68,3% do total de homens eram casados, o mesmo ocorrendo com 67,6% do total de mulheres; computando-se as crianças menores de 15 anos, 77,4% delas viviam em grupos familiares nos quais ambos os pais estavam presentes. (123)

Graham faz questão de salientar a provável atipicidade da Fazenda Santa Cruz; talvez, porém, esta especificidade esteja refletida não tanto na existência tão significativa dos grupos familiares escravos, e sim tão-somente nos níveis de legitimação que caracterizam tais grupos naquele grande plantel. Ademais, em que pese a importância que se possa atribuir à idiossincrasia do relator do inventário em questão - "o fato de serem os escravos tão cuidadosamente separados em grupos familiares sugere uma imagem particularmente fixa da vida familiar" - , o próprio autor reconhece que "não há dúvida de que teria sido muito mais fácil fazer uma resenha dos escravos, enumerando rapidamente homens, mulheres e crianças." (124)

Ilustram-se as inferências acima expendidas a partir dos informes fornecidos por Graham, com base nos dados referentes a outra propriedade jesuítica, trabalhados por Schwartz. Trata-se do levantamento, efetuado em 1731, dos escravos pertencentes ao Engenho Santana, em Ilhéus, Bahia. Importa a

qui ressaltar que a direção dessa propriedade, no período de 1704 até a data do levantamento, estivera nas mãos de um padre, de nome Manoel de Figueiredo, que perfilhava opinião contrária ao casamento de escravos. No entanto, Schwartz observa que, entre os 178 cativos listados em 1731,

"(...) despite a policy of discouraging marriage that had existed at Santana for the two previous decades, most of the slaves lived in units that included a man and a woman stated to be sexual partners or of ages that make that relationship probable (...). Almost half the households and more than 60 percent of the slaves lived in groupings that were double headed, that is, with both an adult male and female resident. A unit composed of a man, a woman, and children (...) was by far the mode, and variations that included the nuclear family as well as other kin were known." (125)

Vê-se, portanto, que o estabelecimento de relações familiares entre os escravos não dependia necessariamente da realização de ato religioso. Nas propriedades jesuíticas, as condições seriam propícias à maior incidência relativa dos casamentos. Porém, mesmo nessas propriedades, a eventual ausência do estímulo aos matrimônios legítimos não implicava a inexistência da difusão daquelas relações, através inclusive de uniões consensuais de caráter estável. Por outro lado, como apontado por Slenes, "(...) a tendência dos grupos dominantes no Brasil, como também dos viajantes estrangeiros, de verem as uniões consensuais, não sancionadas pela Igreja, como indício de falta de moralidade, teriam levado esses observadores a interpretarem de forma errada os fatos." (126)

Entre os fatores aventados como conducentes à instabilidade das ligações entre os cativos salienta-se, como visto na primeira seção deste capítulo, a desproporção entre os sexos característica da população escrava no Brasil. Não se pode questionar tal desproporção. Assim, por exemplo, na Vila de Pitangui, na região das Minas Gerais, Luna verifica que, para cinco anos do período 1718-1723, os homens respondem por mais de 83% do total da escravaria. (127) No século se-

guinte, em São Paulo, Dean constata que o mesmo indicador assume os valores de 72,8% e 62,2%, respectivamente, em 1822 e 1835, no município de Rio Claro, e Metcalf observa uma razão de masculinidade de 114,6 na população cativa de Santana de Parnaíba, em 1820.⁽¹²⁸⁾ Claro está, também, que o desequilíbrio em favor do sexo masculino não era generalizado. Ao findar-se o século dezoito e ao longo das décadas iniciais do século dezenove, Marcílio aponta para um equilíbrio entre homens e mulheres escravos na cidade de São Paulo e o mesmo aplica-se, em período semelhante, ao Paraná, de acordo com Gutíérrez.⁽¹²⁹⁾ Consoante escreve Jacob Gorender:

"Sendo o predomínio masculino um fato geral nos plantéis escravistas, podia não ocorrer em certas áreas ou setores de atividade. Nos distritos caracterizados pela prevalência dos pequenos agricultores e em que fosse alta a proporção de escravos domésticos, devia ser normal uma composição sexual menos desequilibrada." (130)

Adicionalmente, se o término da importação de escravos da África, em meados do século passado, tendeu a acarretar, ao longo do tempo, um maior equilíbrio na referida composição entre os sexos, a manutenção de um comércio interno de cativos veio contrabalançar aquela tendência nas províncias e/ou regiões "recebedoras" da dita mercadoria. De fato, por exemplo em Rio Claro, São Paulo, em 1887, eleva-se ainda a 62,2% o percentual de homens no interior da população escrava.⁽¹³¹⁾ Nesse contexto de "excesso" de homens, é evidente que para muitos deles tornava-se difícultoso o estabelecimento de famílias monogâmicas estáveis, quer consensuais quer legitimadas. Daí não se infere, todavia, que tais famílias fossem uma exceção vis-à-vis a prática da poliginia sucessiva ou mesmo a disseminação da libertinagem entre os cativos. É oportuno a esse respeito o exemplo de Campinas, também uma localidade paulista, fornecido por Slenes:

"The data on the evolution of marriage patterns in Campinas(...) indicate that even a severe and prolonged imbalance in the sexes did not necessarily lead to

the destruction of monogamous marriage as a norm. In 1822, 72.0 percent of slaves in Campinas were males. As might be expected, a relatively small proportion of men aged 10 and above had been able to form Church-sanctioned unions (18.0 percent). Yet, 54.5 percent of slave women aged 10 and over had been married by the Church, slightly more than the percentage among free women of the same age (52.9 percent). In the second half of the century, men continued to outnumber women in Campinas by a substantial margin; in 1873, 63.5 percent of slaves in the município were males. Yet, marriage patterns among men and women were very similar to what they had been in 1822." (132)

O recenseamento de 1872 e a matrícula de escravos de 1873, compulsados por Slenes, mostram, de outra parte, substanciais diferenças nos percentuais de mulheres cativas casadas, entre as diversas províncias. Em 1873, por exemplo, essa porcentagem variou de 0,9% do total de escravas em Santa Catarina a 23,2% em São Paulo; mais ainda, variações de magnitude apreciável fizeram-se presentes também entre municípios dentro de cada província, como em São Paulo, onde, por exemplo, naquele mesmo ano, verificaram-se valores de zero a 44,4%.⁽¹³³⁾ Em nenhum caso, de acordo com o autor, em ambos os documentos referidos, foram registradas as uniões consensuais, não sancionadas pela Igreja. Não é, pois, a presença eventual de tal registro, responsável pelas discrepâncias constatadas. Nem tampouco se colocam como fatores explicativos significativos os elementos étnico-culturais ou aqueles de natureza institucional. Quanto aos primeiros, lembra Slenes o já largo predomínio na escravaria, nos anos 1870, dos cativos nascidos no Brasil, os chamados "crioulos"; e, a sua vez, os fatores institucionais dificilmente poderiam responder pelas diferenças intra-provinciais. Ressalta o autor o papel dos fatores sócio-econômicos, em especial a presença ou não de áreas de plantation, isto é, de produção em maior escala visando ao comércio de exportação: "(...) the importance of plantation agriculture was clearly a key independent variable with respect to the proportion of women who

were married." (134)

Dessa forma, a maior incidência dos enlaces matrimoniais legítimos entre os escravos é verificada exatamente nas regiões que se revelaram em geral como importadoras líquidas de cativos no tráfico inter-provincial, ou seja, nas regiões onde se mantiveram elevadas razões de masculinidade na população escrava após a extinção do comércio negreiro oriundo da África. E isto, sugere Slenes, deve-se ao fato de os plantéis apresentarem-se, nas referidas áreas, mais estáveis e serem em média maiores do que nas demais. Consoante observa esse autor:

"In summary, in the non-plantation regions, and probably particularly in the cities, not only did households having slaves tend to be small, but even the largest among them often did not constitute stable residential communities. As a result, bondsmen in these areas probably had a relatively difficult time finding people within the households where they worked who would be suitable marriage partners, and with whom they would remain in prolonged contact. Furthermore, the strong possibility that husband and wife might be separated through the hire or sale of one of the spouses to another household may have made slaves in this environment more reluctant to seek Church-sanctioned marriage; or indeed, forge any strong emotional bond with other people of their condition. Finally, masters of relatively small or unstable households may have found that it best served their interests to discourage any form of cohabitation among bondsmen entered into with the expectation of permanency." (135)

Tem-se, pois, segundo Slenes, um impacto mais acentuado do aluguel e/ou venda de escravos sobre os menores plantéis, que se coloca como um condicionante de sua maior instabilidade, afetando, inclusive, a atitude dos senhores respeitante ao estabelecimento de relações familiares entre os cativos. Mais ainda, a natureza dos fatores explicativos das disparidades observadas quanto aos matrimônios sancionados pela Igreja permite que se infira que, muito provavelmente, tais diferenças estão igualmente presentes em termos das ligações consensuais estáveis entre escravos. (136) Por fim, a

marcante presença dos elementos casados na população cativa das áreas de plantation, no início da década de 1870, aparentemente, não se vincula ao término da importação de africanos; ao contrário, "the percentage of bondsmen married by the Church seems to have risen during the first half of the nineteenth century (judging from the case of São Paulo), and then declined after that (...)" (137)

Slenes verifica, igualmente, discrepâncias no interior das áreas de plantation. Assim, por exemplo, nessas áreas, na província do Rio de Janeiro, 12,6% das mulheres escravas são casadas; já em São Paulo, essas mesmas áreas, no Vale do Paraíba, apresentam um percentual de 22,8% de cativas casadas, percentual esse que atinge os 32,6% no Centro-Oeste da província. Não obstante, variações similares são observadas com relação à população livre de cor, o que leva o autor a afirmar que "(...) the differences in legal marriage patterns between slaves in the three plantation zones did not reflect contrasts in actual modes of cohabitation, but rather varying propensities on the part of lower class people in general, slave or free, to seek Church sanction for consensual unions." (138) Salientar-se-á, aqui, o fator institucional: "a maior 'presença' da Igreja em São Paulo simplesmente teria deixado mais evidência sobre as uniões sexuais." (139)

Neste último artigo acima citado, Slenes trabalha com uma amostra de listas nominativas da matrícula de escravos de 1872, referentes ao município de Campinas e, computando os dados explicitamente em função do tamanho dos plantéis, obtém os seguintes resultados: nos plantéis formados por 1 a 9 escravos, 24% destes, com 15 anos ou mais, são casados ou viúvos (22% dos homens e 26% das mulheres); nos plantéis com 10 ou mais escravos, tal percentual alcança os 43% (30% dos homens e 67% das mulheres). Na mesma direção apontam os resultados encontrados para uma amostra das listas nominativas de habitantes da Vila de Lorena, em 1801, trabalhadas por Costa, Slenes e Schwartz: do total de cativos casados ou

viúvos, 13,2% encontram-se nos plantéis de 1 a 4, 23,3% nos de 5 a 9 e 63,5% nos de 10 a 41 escravos; nas mesmas faixas de tamanho dos plantéis, respectivamente, alinhavam-se 24,6%, 21,9% e 53,5% do total de escravos com 15 anos ou mais. Em ambos os trabalhos referidos, o aumento dos percentuais de casados ou viúvos à medida que cresce o tamanho dos plantéis acompanha variação no mesmo sentido ocorrida na razão de masculinidade.⁽¹⁴⁰⁾

Sugerem os autores que a menor participação de indivíduos casados ou viúvos nos plantéis com menos escravos deriva inclusive da menor possibilidade de escolha do cônjuge em tais plantéis, a qual é condicionada pelos obstáculos impostos aos casamentos de cativos, restritos aos limites internos de cada plantel. Assim, por exemplo em Lorena, em 1801, no máximo 10,3% dos casais seriam casos de enlaces envolvendo escravos de plantéis diferentes; em Campinas, em 1872, "(...) com exceção de algumas poucas pessoas que eram casadas com libertos, todos os escravos casados na amostra tinham cônjuges que pertenciam ao mesmo senhor." Em Santana de Parnaíba, Metcalf verifica, para o período 1720-1820, que 12,7% dos casamentos de cativos reuniram escravos pertencentes a proprietários diferentes.⁽¹⁴¹⁾ Já para a Bahia, observa Schwartz que:

"There was, for example, a largely unwritten but generally enforced policy that the social universe of the slave was to be circumscribed - limited when possible to the boundaries of the plantation, cane farm, or slaveholding unit. This policy severely limited familial opportunities for slaves, especially on smaller estates where there were few available partners or where fellow slaves might be blood relatives. In hundreds of registrations of baptisms, marriages, and deaths, I found no slave listed as married to the slave of a different master. It is not difficult to imagine the complications that might arise when such an arrangement existed: divided residence, enforced separation, conflicts of humane treatment and property rights. Such marriages presented real problems for slaves as well as masters, but given the imbalanced sex ratios on many Recôncavo estates, slaves wishing to find mates would undoubtedly

have accepted the problems lacking other alternatives. The choice, however, was rarely if ever allowed them." (142)

Para obter uma noção mais precisa acerca do sucesso ou não dessa política dos senhores de restringir as uniões entre os escravos aos limites dos plantéis respectivos, Slenes observa que, em Campinas, naqueles com 10 ou mais escravos, eram casadas ou viúvas 87% das mães, com um ou mais filhos menores de 15 anos e presentes na mesma lista, enquanto que nos plantéis menores essa mesma porcentagem era de apenas 37%. Mais ainda, considerando o estado matrimonial das mães segundo diferentes faixas etárias, e baseando-se igualmente nos dados sobre a filiação constantes dos documentos compulsados, o autor salienta as diferenças que se apresentam entre os plantéis de diferentes tamanhos: "(...) nos pequenos plantéis, quase todas as mães casadas ou viúvas em 1872 começaram sua vida reprodutiva como solteiras; (...) nos plantéis com mais de 10 escravos (...) quase a metade das mães tiveram o primeiro filho só depois de se casarem."⁽¹⁴³⁾ Aparentemente, pois, ao menos parte dos cativos, de uma forma ou de outra, acabavam por consumir as ligações entre si, ainda que à revelia dos senhores e contrariamente aos preceitos da Igreja.

Não obstante, é evidente que a estabilidade das ligações entre os escravos ver-se-ia mais ameaçada nos plantéis de menor tamanho. Quanto a esta questão, adicionalmente, analisando os dados concernentes às crianças cativas, Slenes verifica o substancial peso relativo daquelas que não possuíam nenhum dos pais presentes, mormente nos pequenos plantéis. Dessa forma, na faixa etária de 1 a 9 anos, 36% e 7% das crianças, respectivamente nos plantéis de 1 a 9 e nos de 10 ou mais escravos, enquadravam-se na categoria referida, percentuais que se elevavam a 53% e 19% na faixa etária de 10 a 14 anos. Na explicação dessas discrepâncias apresentadas em Campinas entre os diferentes tamanhos dos plantéis, além de di-

ferenças nas taxas de mortalidade, o autor ressalta o já mencionado efeito mais acentuado do tráfico interno de escravos sobre os pequenos plantéis.⁽¹⁴⁴⁾ Essa estabilidade diferenciada das relações familiares entre os escravos, segundo a magnitude dos plantéis, é ilustrada pela constatação seguinte, referente a uma comunidade do Vale do Paraíba fluminense, estudada por Fragoso e Florentino; com base em dados de oito das maiores fazendas de Paraíba do Sul, observam os autores que:

"Dos 1.171 escravos comprados até 1872, nada menos que 33.6% estavam unidos por laços de parentesco de primeiro grau (casais com filhos e mães solteiras e seus rebentos), dado que aponta na direção da existência de um mercado de famílias na região. Da mesma maneira o fato de 54.0% das famílias existentes terem sido compradas ou herdadas também aponta nessa direção, além de mostrar que este alto índice era anterior à incorporação aos plantéis de Paraíba do Sul." (145)

Cabe ressaltar, também, que nos casamentos realizados entre escravos, eram predominantes os enlaces endogâmicos, seja com relação à cor seja no que diz respeito à origem; neste último caso, a endogamia verificou-se não apenas em termos da distinção "africanos"/"coloniais", mas igualmente quanto às diversas "nações" de origem dos escravos africanos.⁽¹⁴⁶⁾ Fizeram-se presentes, ainda, as uniões envolvendo apenas um cônjuge cativo. Eram desse tipo, por exemplo, 25% dos casamentos de escravos registrados na paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias, em Minas Gerais, no período de 1727 a 1826; com base nesses dados, concluem Luna e Costa "(...) que não se verificava rigidez absoluta com respeito às uniões entre indivíduos de segmentos sociais distintos pois, além do expressivo percentual de casamentos de escravos com libertos, efetuavam-se uniões, ainda que raras, entre senhores e seus próprios cativos."⁽¹⁴⁷⁾

Em Santana de Parnaíba, São Paulo, no período de 1720 a 1820, Alida Metcalf constata que 20% dos 504 casamentos de escravos constantes dos registros paroquiais, referiam-se a

casos em que um dos cônjuges era livre. Eram 53 uniões em que as esposas eram escravas e 50 em que os maridos eram cativos. Adicionalmente, a autora observa que:

"Slaves used their families as a means to achieve freedom for their descendants. Marriages between slave men and free women proved a valuable strategy for achieving freedom. Slave men saw all of their children born free even though they themselves remained slaves . (...)

"Even marriages between slave women and free men could result in freedom for the children. While the children of a slave woman and a free man came into the world as slaves, their father might free them. Young children, of little immediate value to their masters, could be purchased for small sums." (148)

Por outro lado, o estímulo aos casamentos entre homens escravos e mulheres livres poderia advir do próprio proprietário. É o que sugere Schwartz, encarando-os como uma forma de compensar o desequilíbrio entre os sexos na população cativa. E não apenas isso: "in this way, he provided mates for his slaves and also secured female laborers who would become attached to his property." (149)

Metcalf e Schwartz, ademais, nos trabalhos acima referidos, apontam para o fato de que o relacionamento entre os escravos assumiria ainda maior magnitude do que aquela que se infere a partir apenas da constatação da presença e relevância da assim chamada família nuclear. Ambos os autores salientam a importância da instituição do compadrio. Seja através do testemunho nas cerimônias de casamento, seja pelo apadrinhamento das crianças por ocasião do batismo, "slaves went beyond their families and developed ties with other slaves and free blacks in the community." (150) E se, de um lado, os proprietários não apareciam como padrinhos de seus escravos, de outro, eles acabavam permitindo aos cativos "escapar" aos limites dos plantéis por meio da escolha dos compadres e comadres. (151).

Fragoso e Florentino vão igualmente além dos contornos delineados pela família nuclear, analisando o que denominam

"famílias extendidas", isto é, aquelas formadas por no mínimo três gerações. Em uma amostra das grandes fazendas de Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, em 1872, encontram os autores

"(...) 369 famílias das quais 21.4% englobam pelo menos três gerações e reúnem 505 membros. Alguns resultados são verdadeiramente notáveis. Por exemplo, dos 166 escravos do Comendador Manoel Gomes Vieira da Cruz, 133 (80.1%) estão unidos por laços de parentesco, conformando 27 famílias. Destas, 11 já estão na terceira geração e reúnem 65.4% do total de escravos unidos por laços de parentesco. A simples existência destas famílias extendidas demonstra a solidificação do parentesco no tempo." (152)

Esses mesmos autores, de outra parte, sugerem a existência, ao menos na região fluminense de plantation sobre a qual se debruçam em seu trabalho, de uma relativa autonomia da comunidade escrava, manifesta na presença das "roças" dos cativos. Estas roças, que não constam, sintomaticamente, dos inventários das grandes fazendas, trazem à luz "(...) a insuficiência da interpretação para a qual o trabalhador direto é um elemento dissociado de si próprio, sendo sua força de trabalho propriedade de outro." (153) Produzindo gêneros de subsistência, às vezes até atuando como fornecedor da plantation, a qual comprava parte dessa produção escrava, o cativo mantém sua identidade como pessoa em meio a um sistema escravista que tendia a vê-lo como coisa.

Por fim, a presença da família escrava leva a algumas considerações acerca do crescimento vegetativo da população cativa. Quanto a este aspecto, Slenes, por exemplo, adota ainda a noção tradicional de um crescimento natural negativo naquela população. Não obstante, observa que

"(...) it is clear that the mortality rates of Brazilian slaves were not remarkably different from those of the population as a whole. (...) The high mortality rates of Brazilian bondsmen were primarily a reflection of poverty, poor nutrition and inadequate health services in the country as a whole, and only secondarily of the harsh conditions peculiar to slavery. Bondsmen de-

viated much more from the general population with respect to fertility than to mortality; but even here, the difference seems to have been more of degree than of kind. It was the combination of higher mortality rates and lower fertility rates that made the demographic experience of slaves profoundly different from that of the Brazilian population as a whole." (154)

Ressalte-se, todavia, que o próprio Slenes, juntamente a Costa e Schwartz, sugere, com base nos dados de Lorena em 1801, a ocorrência de "(...) um eventual crescimento vegetativo positivo dos plantéis de maior porte; esta possibilidade (...) não deve ser afastada in limine." (155)

Em suma, se, por um lado, as famílias escravas desenvolvem-se em meio às relações de cunho paternalístico que se estabelecem entre senhores e escravos ao longo do período da escravidão negra no Brasil, por outro, tais famílias consubstanciam-se na manifestação da vontade da própria população cativa e expressam seus elementos culturais próprios. São, decerto, um instrumento de controle social empregado pelos senhores; mas são, igualmente, uma efetiva estratégia de sobrevivência da qual lançam mão os escravos. Constituída com base na pura mercê dos proprietários, ou conquistada a duras penas pelos cativos, a família escrava, nuclear ou extensa, compreendendo os indivíduos ligados por laços de sangue, ou ainda pelo parentesco ou compadrio, tem sua existência inserida já na historiografia nacional, obrigando no mínimo a qualificação dos estereótipos de promiscuidade por tanto tempo e por tantos atribuídos aos escravos negros neste país.

NOTAS

- (1) SKIDMORE, Thomas E. (1976, p. 75).
- (2) Ressalte-se que as teorias racistas, entre nós, apresentaram-se matizadas pela multirracialidade característica de nossa sociedade. Assim, por exemplo, "a observância estrita da endogamia com base na cor, santificada por lei nos Estados Unidos na década de 90, ja-

- mais existiu no Brasil." (SKIDMORE, Thomas E., 1976 , p. 56). Para uma análise sucinta das referidas teorias e de sua difusão no Brasil, no período entre a Abolição e a I Guerra Mundial, ver SKIDMORE, Thomas E. (1976, p. 54-94).
- (3) RODRIGUES, Raimundo Nina (1982, p. 7).
 - (4) É também assaz contundente a este respeito o trecho seguinte : "O critério científico da inferioridade da raça negra nada tem de comum com a revoltante exploração que dele fizeram os interesses escravistas dos norte-americanos. Para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções" (RODRIGUES, Raimundo Nina, 1982, p. 5).
 - (5) FREYRE, Gilberto (s.d., p. 391).
 - (6) FREYRE, Gilberto (s.d., p. 337).
 - (7) Ideologia racial que é também do negro e do mulato, manifesta no ideal de "branqueamento". Quanto a este aspecto, ver CARDOSO, Fernando H. & IANNI, Octávio (1960, 2ª parte, passim).
 - (8) Esta categoria, privilegiada por Freyre, engloba não apenas o senhor de engenho, sua mulher e filhos legítimos, genros, noras e netos, mas também os parentes, agregados, filhos naturais, afilhados, escravos etc, todos vivendo no complexo casa-grande/senzala. Engloba, igualmente, em relacionamento de natureza indireta, os vizinhos e os trabalhadores livres migrantes.
 - (9) Como observa Gilberto Freyre: "Noutros vícios escorregava a meninice dos filhos do senhor de engenho ; nos quais, um tanto por efeito do clima e muito em consequência das condições de vida criadas pelo sistema escravocrata, antecipou-se sempre a atividade sexual, através de práticas sadistas e bestiais. As primeiras vítimas eram os muleques e animais domésticos; mais tarde é que vinha o grande atoleiro de carne: a negra ou a mulata. Nele é que se perdeu, como em areia gulosa, muita adolescência insaciável.
"Daí fazer-se da negra ou mulata a responsável pela antecipação de vida erótica e pelo desbragamento sexual do rapaz brasileiro. Com a mesma lógica poderiam responsabilizar-se os animais domésticos; a bananeira; a melancia; a fruta do mandacaru com o seu visgo e a sua adstringência quase de carne. Que todos foram objetos em que se exerceu - e ainda se exerce - a precocidade sexual do menino brasileiro" (FREYRE, Gilberto, s. d., p. 389).
 - (10) FREYRE, Gilberto (s.d., p. 338).
 - (11) Argumento este que Freyre exemplifica com o testamento do Capitão-mor Manuel Tomé de Jesus: "determinou Manuel Tomé que, por morte do seu neto André ficassem forros vários escravos: um deles, Filipa, mulata, mu-

- lher de Vicente, 'por ter dado bastantes crias'".(FREYRE, Gilberto, s.d., p. 453). Curioso é que este exemplo, aparentemente refletindo uma ligação familiar estável, não sugira ao autor que o estímulo a tais ligações, ao invés do patrocínio da devassidão de costumes, poder-se-ia colocar como estratégia para o aumento pretendido do tamanho dos plantéis.
- (12) FREYRE, Gilberto (s.d., p. 390).
- (13) "O intercuro sexual de brancos dos melhores estoques - inclusive eclesiásticos, sem dúvida nenhuma, dos elementos mais seletos e eugênicos na formação brasileira - com escravas negras e mulatas foi formidável. Resultou daí grossa multidão de filhos ilegítimos - mulatinhos criados muitas vezes com a prole legítima, dentro do liberal patriarcalismo das casas-grandes; outros à sombra dos engenhos de frades; ou então nas 'rodas' e orfanatos" (FREYRE, Gilberto, s.d., p. 458). No intercuro sexual referido, escreve o autor, algumas escravas atingiram "situação de 'caseiras' e 'concubinas' dos brancos; e não exclusivamente de animais engordados nas senzalas para gozo físico dos senhores e aumento do seu capital-homem" (FREYRE, Gilberto, s.d., p. 444).
- (14) Observada pelo viajante inglês Henry Koster. "(...) os frades da ordem a que pertenceu dom Domingos - a de São Bento - e também do Carmo, foram no Brasil grandes proprietários de terras e de escravos. Frades senhores de engenho. Os de São Bento tratando muito bem os seus negros; deixando-os mulequinhos brincar a maior parte do dia; cuidando dos negros velhos, arrumando os casamentos entre as raparigas de quatorze e quinze anos e os rapazes de dezessete ou dezoito; facilitando a alforria dos diligentes" (FREYRE, Gilberto, s.d., p. 455). O frade mencionado por Freyre trata-se de dom Domingos de Loreto Couto, autor de Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco (ver FREYRE, Gilberto, s.d., p. 439).
- (15) FREYRE, Gilberto (s.d., p. 465).
- (16) Ver FREYRE, Gilberto (s.d., p. 465-466).
- (17) MALHEIRO, Agostinho M. Perdigão (1976, v. 1, p.60-61).
- (18) Inclusive, entre as diversas providências que o eminente abolicionista sugere para o "melhoramento da sorte dos escravos", consta a de organizar entre os mesmos "(...) a família, que a escravidão destruiu"(MALHEIRO, Agostinho M. Perdigão, 1976, v. 2, p. 173). Cabe ressaltar que, à época em que a obra citada foi escrita (primeira metade da década de 1860), os efeitos da extinção do tráfico negreiro, em termos do mercado de mão-de-obra, provavelmente acarretaram, ao menos, um ambiente legal propício às famílias escravas. Como observa Caio Prado Jr.: "As medidas então projetadas para assegurar a conservação e estimular o aumento da es

- cravatura existente (como leis de proteção da saúde física dos escravos, incentivo aos casamentos e defesa da família), mostram como o problema era sentido; (...)” (PRADO JR., Caio, 1977, p. 174). Saliente-se, a demais, que essas medidas aventadas nas últimas décadas do período escravista brasileiro conflitam com a estratégia dos senhores de escravos enfatizada por Gilberto Freyre, vale dizer, o acicate à dissolução de costumes. Sobre tal conflito, ver a nota 11 acima. Ver, ademais, ao longo do texto, as considerações que se traçam a respeito das transformações acarretadas pela cessação do tráfico externo de escravos.
- (19) MALHEIRO, Agostinho M. *Perdigão* (1976, v. 2, p. 129).
- (20) ANTONIL, André João (1982, p. 90). Ver FREYRE, Gilberto (s.d., p. 465).
- (21) DEBRET, Jean Baptiste (1972, t. 1, p. 196).
- (22) Aliás, vários autores têm revelado o equívoco de proceder-se à generalização, para o Brasil como um todo e ao longo do tempo, dessa grande família patriarcal, realçada por Freyre, em *Casa-Grande e Senzala*, como característica das regiões nordestinas produtoras de açúcar. Ver, a propósito, por exemplo, SAMARA, Eni de Mesquita (1980, *passim*).
- (23) CARDOSO, Fernando H. & IANNI, Octávio (1960, 1ª parte, p. 128).
- (24) CARDOSO, Fernando H. & IANNI, Octávio (1960, 1ª parte, p. 129).
- (25) "(...) o número crescente de mulatos (...) indica que o intercuro sexual do branco com o negro existia em Desterro da mesma forma que nas outras áreas do Império, assumindo proporções e efeitos similares ao de outras regiões do país." (CARDOSO, Fernando H. & IANNI, Octávio, 1960, 1ª parte, p. 129).
- (26) "As conveniências pecuniárias (sic), lá como alhures, regulavam a permanência ou separação da escrava e seus filhos. Quando no período de expansão da economia cafeeira a valorização dos escravos foi grande noutras partes do Império, os senhores de Desterro não hesitaram em auferir lucros com a mercadoria-homem." (CARDOSO, Fernando H. & IANNI, Octávio, 1960, 1ª parte, p. 130).
- (27) BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan (1971, p. 97). Voltar-se-á a esta questão mais adiante, ao discutir-se a influência da organização familiar africana entre os escravos. Ver, também, a discussão sobre a família "matrifocal" nos Estados Unidos, que se faz na seção seguinte deste capítulo.
- (28) MATTOSO, Kátia de Q. (1982, p. 127). Cabe aqui advertir que, ao citar-se esse livro de Kátia Mattoso, está-se ciente de que se trata de um texto destinado ao grande público. Não obstante, a competência da autora justifica a utilização da obra em questão como texto de referência.

- (29) O desinteresse dos senhores, ao menos até a extinção do tráfico externo, é vinculado igualmente ao fato de que "comprar negros adultos é mais barato do que criar filhos de escravos: a mortalidade infantil é grande e, além disso, é preciso esperar 10 ou 15 anos para que eles comecem a produzir." (MATTOSO, Kátia de Q., 1982, p. 126). Após o término do tráfico externo, observa Fernandes, apoiando-se em trabalho de Maria Pais de Barros (No Tempo de Dantes), que "o 'casamento' do escravo com uma companheira representava um bom recurso para prendê-lo ao senhor e sua família. Conta-se que em São Paulo, quando um escravo começava a mostrar-se irrequieto e rebelde, o senhor dizia: 'É preciso casar esse negro e dar-lhe um pedaço de terra, para assentar a vida e criar juízo.'" (BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan, 1971, p. 98).
- (30) COSTA, Emília Viotti da (1982, p. 259).
- (31) Como observa, por exemplo, Kátia Mattoso: "Compreende-se (...) que os senhores não tivessem querido forjar laços que poderiam, talvez, lhes criar problemas de consciência se tivessem de vender um dos membros da família." (MATTOSO, Kátia de Q., 1982, p. 127).
- (32) A citação seguinte, de Fernando H. Cardoso, é ilustrativa a respeito: "O Conservador, jornal local, comentando a tentativa de suicídio de um escravo que fora embarcado para o Rio, pensando, como afirmava seu senhor, que ia para Canavieiras, dizia: 'A lei de emancipação deveria ser mais benévola em favor desses infelizes; às vezes o amor à ganância para obter-se na Corte um alto preço faz desprezar e entorpecer os sentimentos de humanidade, obrigando-se assim a esta classe desfavorecida a abandonar afeições caras e até o amor do torrão em que nasceram que pode ser nela um sentimento mui natural.'" (CARDOSO, Fernando H. & IANNI, Octávio, 1960, 1ª parte, p. 130).
- (33) COSTA, Emília Viotti da (1982, p. 261). Não obstante, a autora afirma: "As ligações extraconjugais, os filhos naturais, as cenas de ciúme, todo o quadro usual da escravidão se mantinha." (COSTA, Emília Viotti da, 1982, p. 263).
- (34) Ver CARDOSO, Fernando H. & IANNI, Octávio (1960, 1ª parte, p. 80-81 e 128).
- (35) "De fato, a escassez de mulheres criava uma fonte de insatisfação para os escravos, obrigando-os a desenvolver técnicas especiais de frustração da fiscalização exercida sobre eles e a envolver-se em conflitos com os companheiros, por disputas amorosas. As escapadas noturnas para entrevistas de amor eram freqüentes(...)" (BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan, 1971, p. 97).
- (36) Ver MATTOSO, Kátia de Q. (1982, p. 126).
- (37) COSTA, Emília Viotti da (1982, p. 257).
- (38) STEIN, Stanley J. (1976, p. 78).

- (39) CARDOSO, Fernando H. & IANNI, Octávio (1960, 1ª parte, p. 80-81).
- (40) Ver GOULART, Maurício (1975, p. 154-159).
- (41) GOULART, Maurício (1975, p. 158). A esta questão, assim como às demais suscitadas ao longo do texto, voltar-se-á na terceira parte deste capítulo, à luz das contribuições mais recentes à historiografia brasileira.
- (42) MATTOSO, Kátia de Q. (1982, p. 127).
- (43) VAINFAS, Ronaldo (1986, p. 37). Ver, também, DEAN, Warren (1977, p. 74).
- (44) A este respeito, é ilustrativo o exemplo dado por Florestan Fernandes, com base em dados coletados por Maria Isaura P. de Queiróz: "Corre em São Paulo que não eram poucos os senhores que 'enchiam as negras' e depois obrigavam seus escravos a casarem-se com elas ou que 'desrespeitavam' sem rodeios as escravas casadas. Esses fatos repercutiam no ânimo dos escravos, como o demonstra a seguinte descrição de uma cerimônia de noivado: 'O avô de uma das moças presentes se encarregava do casamento dos escravos. Tendo o pagem Joaquim chegado à idade própria o senhor lhe disse que fosse à sala onde estavam costurando as escravas, lançasse uma vista d'olhos e viesse dizer qual a escolhida. Havia então na fazenda uma escrava de notável formosura; o pagem Joaquim andara a lhe deitar olhadelas doces e o senhor, ao vê-lo regressar, não se conteve e exclamou: 'Já sei, manganão, já sei, é Fulana a escolhida'. A resposta foi imediata: 'Quá o quê! P'ra depois, qualquer dia deste, mecê ficá meu rivá? Muié p'ra mim é p'ra mim só, não é p'ra dividi c'os outro'. A escolhida foi uma preta forte, mas feia ...'" (BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan, 1971, p.99).
- (45) Ver SILVA, Maria Beatriz N. da (1984, p. 139-148).
- (46) Contra essa afirmação, escreve Emília Viotti da Costa: "Só, tardiamente, procurou a legislação garantir a família escrava e a Igreja só na fase mais avançada do abolicionismo tomou posição na defesa do casamento dos escravos. Em 1885, divulgava-se, pela Província de São Paulo de 14 de janeiro, trecho das 'Constituições do arcebispado da Bahia', que regiam a diocese de São Paulo e quase todas as do Império e cujo título LXXI reza sobre o casamento de escravos (...)" (COSTA, Emília Viotti da, 1982, p. 261).
- (47) SILVA, Maria Beatriz N. da (1984, p. 140). Claro está que, na prática, a tendência era de os proprietários não se pautarem pelo disposto nas Constituições; o seu desinteresse em estimular as ligações estáveis no seio de sua propriedade já se mencionou neste trabalho. Não obstante, ressalte-se uma situação, independente da extinção do tráfico negreiro, na qual casamentos mistos foram incentivados pelos senhores, ao menos na Capita-

nia de São Paulo: "(...) quando os índios passaram da situação de cativo para a de administração, os senhores que já então possuíam escravos da Guiné seguiram uma política de, por meio de casamentos mistos - quer do ponto de vista jurídico, quer racial - , prender a população indígena a uma escravaria negra que àquela altura era rara e dispendiosa." (SILVA, Maria Beatriz N. da, 1984, p. 145).

- (48) SILVA, Maria Beatriz N. da (1984, p. 142). Os proclamas, vale dizer, as "denúncias", "(...) tinham de ser tornados públicos durante três domingos ou dias santos seguidos, não só na freguesia onde os contraentes iam celebrar seu matrimônio, mas também naquelas onde eles tinham residido depois de chegarem à idade casadoura (14 anos para os homens e 12 para as mulheres). Ora, esta publicação dos proclamas em localidades por vezes distantes complicava extraordinariamente o processo de casamento dos escravos, tal como em relação às camadas mais pobres da população, as quais, apesar das admoestações dos párocos locais, preferiam muitas vezes continuar a viver em concubinato." (SILVA, Maria Beatriz N. da, 1984, p. 143).
- (49) "Determinava ainda o item 304 que os sacerdotes recebessem os escravos que desejassem contrair matrimônio, quando se revelassem conhecedores da doutrina cristã, pelo menos o Padre-nosso, a Ave-maria, Creio-em-deus - padre, Mandamentos da Lei de Deus e da Santa Madre Igreja e entendessem a obrigação do Santo Matrimônio, manifestando sua intenção de nele permanecer. Neste caso, deveriam os sacerdotes recebê-los, mesmo que seus senhores os contradissem." (COSTA, Emília Viotti da 1982, p. 261).
- (50) SILVA, Maria Beatriz N. da (1984, p. 144).
- (51) Afinal, como escreve Emília Viotti da Costa: "O escravo urbano gozava inegavelmente de uma situação superior à do parceiro do campo. As possibilidades que tinha de conseguir a alforria eram maiores, melhores em geral suas condições de saúde, e mais suave o tratamento, que recebia, pois os olhos da Lei andavam mais perto.
-
- "No campo, imperava livre a autoridade senhorial. O senhor representava a Igreja, a Justiça, a força política e militar. Seu domínio era sem limites, a benevolência, a austeridade, assim como a crueldade tinham ampla oportunidade para agir." (COSTA, Emília Viotti da, 1982, p. 226-229).
- (52) COSTA, Emília Viotti da (1982, p. 223). Argumentação diferente é empregada por Carl Degler, para uma conclusão análoga: "Não é de surpreender (...) a sobrevivência de ritos e costumes africanos principalmente nas cidades, onde os escravos dispunham de maior liberdade

- de movimento e maior possibilidade de encontrar escravos de sua própria nação e que falavam o mesmo idioma" (DEGLER, Carl N., 1976, p. 67).
- (53) COSTA, Emília Viotti da (1982, p. 237).
- (54) Outrossim, Emília Viotti da Costa salienta a importância, para o estudo da família escrava, da "(...) identificação das práticas sexuais e da organização familiar nas regiões africanas, pois essa tradição deve ter influenciado o comportamento do escravo, principalmente no Brasil, onde o tráfico perdurou até os meados do século XIX. A partir desse estudo é possível que se venha a descobrir que, apesar dos esforços da Igreja católica e dos senhores de escravos, um grande número de escravos continuou, dentro do possível, a adotar estruturas familiares características das suas culturas de origem, nas quais, talvez, não houvesse tabu a respeito da virgindade feminina. Em algumas dessas culturas, por exemplo nas regiões onde dominavam os cultos muçulmanos, talvez a concubinação fosse aceita como legítima ou talvez imperassem formas várias de poligamia." (COSTA, Emília Viotti da, 1982, p. XLIV).
- (55) MATTOSO, Kátia de Q. (1982, p. 127).
- (56) MATTOSO, Kátia de Q. (1982, p. 125).
- (57) RODRIGUES, Raimundo Nina (1982, p. 7).
- (58) DEGLER, Carl N. (1976, p. 97).
- (59) Ver RODRIGUES, Raimundo Nina (1982, p. 7), SKIDMORE, Thomas E. (1976, p. 54-94) e CARDOSO, Fernando H. & IANNI, Octávio (1960, 2ª parte, p. 211-226).
- (60) "Os negros, na verdade, sempre constituíram uma proporção maior da população no Brasil do que nos Estados Unidos. Até 1880, quando a imigração européia se iniciou no país, a maioria da população brasileira era de cor - i.é., negra ou mulata. Durante a era colonial, tanto quanto se pode avaliar, a maior parte da população do Brasil era ao mesmo tempo de cor e escrava. Mesmo no século XIX, os visitantes imediatamente tomavam conhecimento da preponderância dos pretos.
-
- "Nos Estados Unidos, por sua vez, os negros nunca atingiram mais de 19% da população, como em 1790, e, nos últimos cem anos, essa proporção sempre esteve em torno de 10%. Mesmo no Mississípi que sempre foi o Estado com a maior proporção de pretos, a taxa nunca excedeu 60%. Dessa forma, o Brasil era conhecido no século XIX como o país dos pretos e do sangue mestiço enquanto os Estados Unidos sempre foram dominados pelos brancos, o que era visível para qualquer um!" (DEGLER, Carl N., 1976, p. 18-19).
- (61) GENOVESE, Eugene D. (1972, p. 74).
- (62) GENOVESE, Eugene D. (1972, p. 73).
- (63) Ver TANNENBAUM, Frank (1947, passim).
- (64) GENOVESE, Eugene D. (1972, p. 109).

- (65) GENOVESE, Eugene D. (1972, p. 95).
- (66) Quanto à legislação, escreve Genovese: "the Portuguese Crown could legislate in any manner it wished, and so later could the Emperor of Brazil; local power resided with the senhores, as the emissaries of the Crown learned soon enough." (GENOVESE, Eugene D., 1972, p. 81); quanto à Igreja, referindo-se ao Brasil, observa o mesmo autor: "the local chaplain depended on and deferred to the planter he served more than he depended on his bishop. (...) Under these conditions the interposition of priest between master and slave was probably little more significant than the interposition of the mistress on a plantation in Mississippi. The analogy assumes particular force when we consider that, increasingly, the Brazilian priesthood was recruited from the local aristocracy." (GENOVESE, Eugene D., 1972, p. 86). Não obstante, Genovese faz a ressalva seguinte: "that the Catholic clergy of Latin America interposed itself more often and more effectively than the Protestant clergy of the South cannot be denied." (GENOVESE, Eugene D., 1972, p. 87).
- (67) DEGLER, Carl N. (1976, p. 44).
- (68) Por "tratamento concedido ao escravo" entende-se aqui as condições materiais de vida a ele propiciadas (alimentação, vestuário, habitação, duração da jornada de trabalho etc) bem como a possibilidade de certo relacionamento social (vida familiar, religiosa etc). Restringe-se, pois, aos dois primeiros sentidos do termo "tratamento" analisados por Genovese; o terceiro refere-se ao acesso à liberdade e à cidadania. Para um interessante estudo comparativo da utilização do termo em questão por diversos autores, salientando os desentendimentos oriundos de sua tripla significação, ver GENOVESE, Eugene D. (1972, cap. 7, p. 158-172).
- (69) GENOVESE, Eugene D. (1972, p. 87).
- (70) BLASSINGAME, John (1972, p. 77).
- (71) DEGLER, Carl N. (1976, p. 65). Quanto aos motivos para o término do tráfico externo de escravos, observa Degler: "examinando as explicações oficiais para o encerramento do tráfico destaca-se como razão mais significativa, ou talvez o motivo principal, o receio de ser superado pelos pretos." (DEGLER, Carl N., 1976, p. 102).
- (72) MATTOSO, Kátia de Q. (1982, p. 126).
- (73) BLASSINGAME, John (1972, p. 78).
- (74) "When the sex ratio is broken down by ages, there were 99.8 and 99.1 females for every 100 male slaves over 15 years of age in 1850 and 1860 respectively. (...) in 1860 only one Southern state, Missouri, had as many as 109 males to every 100 female slaves. In actuality, the sex ratio among slaves was more nearly equal in most Southern states than among whites. In 1860, in the Southern states, there were 106 white males for every 100 white females; in six states there were more than

- 110 white males for every 100 white females." (BLASSINGAME, 1972, p. 78). Cabe ressaltar, quanto à proporção entre os sexos verificada entre os escravos, a afirmação de Frazier, autor ao qual se referirá adiante no texto, de que "it was not until about 1840 that the number of Negro women equaled that of men." (FRAZIER, E. Franklin, 1947, p. 23). De acordo com Gutman, essa "information factuelle erronée" é responsável pelo fato de que "(...) Frazier a passé totalement sous silence les familles d'esclaves d'avant 1840 dans ses oeuvres." (GUTMAN, Herbert G., 1981, p. 152).
- (75) TANNENBAUM, Frank (1947, p. 80).
 - (76) FRAZIER, E. Franklin (1947, p. 24-25). Este autor, no entanto, observa também que "(...) where there was no lack of women, mating ranged from purely physical contacts, often enforced by the masters, to permanent associations, in which genuine sentiment between the spouses and parental affection for children created a real family group." (FRAZIER, E. Franklin, 1947, p. 24).
 - (77) GENOVESE, Eugene D. (1972, p. 110).
 - (78) É interessante, quanto a este ponto, lembrar a citação de W.E.B. DuBois, feita por Gutman: "'Il est difficile de se faire une idée claire des rapports familiaux chez les esclaves: pour l'apologiste du Sud, la vie des cases n'est qu'idyllique dévouement et labeur insouciant; pour l'abolitionniste, elle n'est que désordres familiaux, cruautés, adultères et mulâtres illégitimes. Le chercheur doit naviguer avec précaution entre ces deux images pour construire un tableau raisonnable de la vérité quotidienne.'" (GUTMAN, Herbert G., 1981, p. 141).
 - (79) DEGLER, Carl N. (1976, p. 75-76). Este mesmo autor assevera que uma criação de escravos semelhante não se teria verificado no Brasil, em boa medida, tendo em vista a continuidade do tráfico negreiro, para nosso país, até o meado do século passado.
 - (80) DEGLER, Carl N. (1976, p. 87).
 - (81) BLASSINGAME, John (1972, p. 90).
 - (82) BLASSINGAME, John (1972, p. 92).
 - (83) Ver, por exemplo, BLASSINGAME, John (1972, p. 80), GENOVESE, Eugene D. (1972, p. 112) e DEGLER, Carl N. (1976, p. 76).
 - (84) GUTMAN, Herbert G. (1976, p. 20-21). Sobre essa questão dos segundos casamentos de escravos, é interessante o posicionamento da Igreja Batista, que se evidencia no relato seguinte, citado por Tannenbaum: "In 1835, the following query relating to slaves was propounded to the Savannah River Baptist Association of ministers: Whether, in case of involuntary separation of such a character as to preclude all further intercourse, the parties may be allowed to marry again?"

"ANSWER.- That such separation, among persons situated as our slaves are, is, civilly, a separation by death, and they believe that, in the sight of God, it would be so viewed. To forbid second marriage in such cases, would be to expose the parties not only to greater hardships and stronger temptations, but to church censure for acting in obedience to their masters, who cannot be expected to acquiesce in a regulation at variance with justice to the slaves, and to the spirit of that command which regulates marriage between Christians. The slaves are not free agents, and a dissolution by death is not more entirely without their consent and beyond their control than by such separation" (TANNENBAUM, Frank, 1947, p. 75-76).

- (85) Ver BLASSINGAME, John (1972, p. 80).
- (86) BLASSINGAME, John (1972, p. 85-86).
- (87) BLASSINGAME, John (1972, p. 86).
- (88) BLASSINGAME, John (1972, p. 87).
- (89) BLASSINGAME, John (1972, p. 91-92).
- (90) GUTMAN, Herbert G. (1976, p. 12).
- (91) FRAZIER, E. Franklin (1947, p. 41).
- (92) "Most of the registrants, moreover, were unskilled laborers and farm hands, not servants and artisans, a fact that contradicts the assertion that double-headed households had existed mostly among 'elite' slaves." (GUTMAN, Herbert G., 1976, p. 13).
- (93) GUTMAN, Herbert G. (1976, p. 13).
- (94) Segundo Frazier, elementos da cultura africana, por outro lado, teriam persistido nas chamadas "Índias Ocidentais", e mesmo em partes da América do Sul. A especificidade do caso norte-americano é por ele explicada com base em artigo de Robert E. Park, intitulado "The conflict and fusion of cultures". Escreve Frazier: "In contrast to the situation in the West Indies, African traditions and practices did not take root and survive in the United States. The explanation, according to Professor Park
 "is to be found in the manner in which the Negro slaves were collected in Africa and the manner in which they were disposed of after they arrived in this country. The great markets for slaves in Africa were on the West Coast, but the old slave trails ran back from the coast far into the interior of the continent, and all the peoples of Central Africa contributed to the stream of enforced emigration to the New World. ..
 "There was less opportunity in the United States also than in the West Indies for a slave to meet one of his own people, because the plantations were considerably smaller, more widely scattered and, especially, because as soon as they landed in this country, slaves were immediately divided and shipped in small numbers, frequently no more than one or two at a time, to

different plantations. This was the procedure with the very first Negroes brought to this country. It was found easier to deal with the slaves, if they were separated from their kinsmen.

"On the plantation, they were thrown together with slaves who had already forgotten or only dimly remembered their life in Africa. English was the only language of the plantation. The attitude of the slave plantation to each fresh arrival seems to have been much like that of the older immigrant towards the green-horn. Everything that marked him as an alien was regarded as ridiculous and barbaric." (FRAZIER, E. Franklin, 1947, p. 7-8).

- (95) HERSKOVITS, Melville J. (1941, p. 139). Roger Bastide, analisando as teorias de Frazier e Herskovits, com muito bom senso, observa: "A nosso ver, o erro de todas essas teorias quaisquer que elas sejam, é o de serem demasiadamente sistemáticas e de quererem explicar o que nos parece um conjunto de traços culturais muito complexos e muito variáveis, por um único fator: memória coletiva, desagregação em consequência da escravidão (...). Sentimos aqui que a escolha é ditada, mais ou menos conscientemente, por uma ideologia (da negritude ou da integração nacional), mais do que por uma vontade de moldar a interpretação sobre a diversidade dos dados de fato. Bem entendido, a educação do pesquisador tem também o seu papel, tenha ele sido formado numa disciplina (...) sociológica (Frazier) ou antropológica (Herskovits). Pensamos, pessoalmente, que todos esses fatores agiram, ou agem, mais em graus diversos de acordo com as situações (...)" (BASTIDE, Roger, 1974, p. 39).
- (96) Dessa forma, por exemplo, Frazier afirma: "Generally speaking, the mother remained throughout slavery the dominant and important figure in the slave family." (FRAZIER, E. Franklin, 1947, p. 60). E Herskovits, a sua vez, escreve: "Another aspect of West African social organization having important implications for the study of New World Negro kinship groupings concerns the place of women in the family. By its very nature, a polygynous system brings about a different relation between mother and children than a monogamous type - a relationship that goes far in bringing about an understanding of the so-called 'matriarchal' form of the Negro family in the United States, the West Indies, and South America." (HERSKOVITS, Melville J., 1941, p. 168-169).
- (97) GUTMAN, Herbert G. (1976, p. 13).
- (98) Para um maior detalhamento desse modelo, ver GUTMAN, Herbert G. (1976, p. 137-143). Note-se, ademais, como observa o autor, que "not all planters, of course, followed this pattern; neither did all slaves." (GUTMAN,

- Herbert G. 1976, p. 139).
- (99) GENOVESE, Eugene D. (1972, p. 113).
 - (100) GENOVESE, Eugene D. (1972, p. 114-115).
 - (101) GUTMAN, Herbert G. (1976, p. 326).
 - (102) GUTMAN, Herbert G. (1976, p. 291).
 - (103) A crítica de Gutman é dirigida especialmente ao livro de Genovese intitulado Roll, Jordan, Roll. The World the Slaves Made. Ver GUTMAN, Herbert G. (1976, p.309-326). Consoante Genovese, "wherever paternalism exists, it undermines solidarity among the oppressed by linking them as individuals to their oppressors. A lord (...) functions as a direct provider and protector to each individual or family, as well as to the community as a whole." (GENOVESE, Eugene D., 1976, p. 5).
 - (104) GUTMAN, Herbert G. (1976, p. 316). Nas palavras de Genovese, "the Old South, black and white, created a historically unique kind of paternalist society." (GENOVESE, Eugene D., 1976, p. 4).
 - (105) GUTMAN, Herbert G. (1976, p. 317).
 - (106) GUTMAN, Herbert G. (1976, p. 283-284).
 - (107) METCALF, Alida (1983, p. 164).
 - (108) "Both Gutman and Genovese refer to slave strategies for survival, but neither is willing to recognise that slaves used both kinds of strategies. In Genovese's view, slaves formed part of the patriarchal families of their masters and therefore used that family as the basis for their strategies. Gutman, on the other hand, defines the slave family as a family composed only of slaves which meshed with a larger network of slaves families. He argues that slaves strategies centered around their ties to other slaves in their own slave families and to slaves in the larger community." (METCALF, Alida, 1983, p. 170).
 - (109) BLASSINGAME, John (1972, p. 103).
 - (110) SLENES, Robert W. (1976, p. 414).
 - (111) Somente com o regime republicano, que promove a separação entre Igreja e Estado, é que se procede no Brasil ao registro civil como definidor da legalidade dos matrimônios; antes de 1889, havia tão-somente o sacramento religioso.
 - (112) LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1981, p. 106).
 - (113) Isto é, envolvendo ao menos um cônjuge escravo. Ao longo desse período, a população cativa atingiu os totais de 1166, 1688 e 1889 indivíduos, respectivamente em 1775, 1798 e 1820 (METCALF, Alida, 1983, p. 169 e 180)
 - (114) A queda havida é atribuída pela autora, em grande medida, às reduções de território sofridas pela Paróquia da Sé, em 1796, 1809, 1812 e 1818. Ver MARCÍLIO, Maria Luiza (1973, p. 138 e 145-146).
 - (115) SLENES, Robert W. (1976, p. 416-421).

- (116) Os autores ressaltam que "embora esta hipótese seja discutível, acreditamos que ao assumi-la não estamos a incorporar grandes distorções com respeito aos dados a gregados e às efetivas condições em que viviam as aludidas pessoas." (COSTA, Iraci del Nero da & GUTIÉRREZ, Horácio, 1984, p. 314, nota de rodapé nº 3).
- (117) COSTA, Iraci del Nero da & GUTIÉRREZ, Horácio (1984, p. 315-316).
- (118) SCHWARTZ, Stuart B. (1985, p. 380-381).
- (119) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ Stuart B. (1987, p. 250).
- (120) HERSKOVITS, Melville J. (1941, p. 171).
- (121) Ver MARCÍLIO, Maria Luiza (1973, p. 146), COSTA, Iraci del Nero da & GUTIÉRREZ, Horácio (1984, passim) e SLENES, Robert W. (1976, p. 416-421).
- (122) SLENES, Robert W. (1976, p. 416).
- (123) Ver GRAHAM, Richard (1979, passim).
- (124) GRAHAM, Richard (1979, p. 57). Não obstante, há que se referir aqui a seguinte observação, de Emília Viotti da Costa: "É preciso não esquecer (...) que os censos e registros de escravos são eles mesmos limitados como fonte de informação, porquanto foram elaborados por in divídus que, de uma forma ou de outra, estavam compro metidos com os valores da sociedade branca." (COSTA, E mília Viotti da, 1982, p. XLIV).
- (125) SCHWARTZ, Stuart B. (1985, p. 395). Um segundo levantamento dos escravos do mesmo Engenho Santana, disponível para 1752, revela o esforço dos administradores que sucederam ao padre Manoel de Figueiredo, no sentido de promover o matrimônio entre os escravos. Nota o autor o aumento dos grupos familiares marcados pela presença tanto do homem como da mulher, permanecendo como modal a chamada família nuclear: "(...) by 1752 a different attitude toward slave marriage had altered the structure of the household types. By that date, al most 80 percent of the slaves lived in doubled-headed units with resident male and female. These units were of various subtypes in which kin, unrelated others, and children lived. By far the two dominant types were the simple man and woman and the man, woman, and children units." (SCHWARTZ, Stuart B., 1985, p. 400).
- (126) SLENES, Robert W. (1984, p. 2128). Esse autor aponta também o preconceito contra a cultura africana e contra a raça negra em geral como causas da mencionada in terpretação equivocada dos observadores brancos, aliado igualmente à marcada presença de pequenos plantéis de escravos, nos quais a ausência das uniões sancionadas pela Igreja era maior. Às diferenças com relação ao tamanho dos plantéis voltar-se-á ainda ao longo des te capítulo.
- (127) Ressalta o autor que, na região em foco, "tal suprema-

- cia quantitativa tornou-se relativamente menor com a própria decadência da atividade mineira, quando deixou de haver a reposição dos escravos e, além disso, envia ram-se muitos para outras áreas da Colônia." (LUNA, Francisco Vidal, 1981, p. 144-145).
- (128) Ver DEAN, Warren (1977, p. 71) e METCALF, Alida (1983, p. 176).
- (129) Para a cidade de São Paulo, respectivamente nos anos de 1798, 1803, 1816 e 1836, as razões de masculinidade da população escrava foram de 99,04, 101,55 , 101,55 e 107,12. Para o Paraná, nos anos de 1804, 1810, 1816, 1824 e 1830, os valores respectivos foram 104, 104, 99 , 102 e 103. Ver MARCÍLIO, Maria Luíza (1973, p. 107) e GUTIÉRREZ, Horácio (1986, p. 42).
- (130) GORENDER, Jacob (1985, p. 339).
- (131) Ver DEAN, Warren (1977, p. 71).
- (132) SLENES, Robert W. (1976, p. 422-423).
- (133) SLENES, Robert W. (1976, p. 419-420).
- (134) SLENES, Robert W. (1976, p. 437).
- (135) SLENES, Robert W. (1976, p. 440-441).
- (136) "(...) not only were legal marriages less common among bondsmen in the non-plantation zones of Brazil than in the plantation area, but so too were consensual unions that were entered into with the expectation of permanency." (SLENES, Robert W., 1976, p. 443).
- (137) SLENES, Robert W. (1976, p. 449). Por exemplo, do total da população escrava em São Paulo, 18,5% são casados em 1800, 24,9% em 1854 e 20,3% em 1873; consideran do-se apenas o contingente feminino, 20,7% são casadas em 1800, 27,1% em 1854 e 23,6% em 1873. Ver SLENES, Robert W. (1976, p. 447).
- (138) SLENES, Robert W. (1976, p. 455).
- (139) SLENES, Robert W. (1984, p. 2128). Contrasta Slenes a formação histórico-institucional das três áreas em questão: de um lado, a colonização antiga da região central de São Paulo, "(...) dating back to the founding of a Jesuit mission in the sixteenth century on the site of what is now São Paulo city."; de outro, o efetivo crescimento populacional e econômico bem mais recente do Vale do Paraíba paulista - em fins do século dezoito, com o surto açucareiro - , e mais ainda do Vale do Paraíba fluminense - no início do século dezenove, com o desenvolvimento inicial da produção cafeeira. Ver SLENES, Robert W. (1976, p. 450-464).
- (140) Em Campinas, a razão de masculinidade, computada a população com 15 anos ou mais, é igual a 100 nos plantéis de 1 a 9 escravos e a 188 nos demais; em Lorena, para a população de todas as idades, ela assume o valor de 66,7 , 110,4 e 135,3 , respectivamente nos plantéis compostos de 1, 2 a 9 e 10 a 41 cativos. Ver SLENES, Robert W. (1984, p. 2131) e COSTA, Iraci del Nero

- da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 248-257).
- (141) Ver COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p.257), SLENES, Robert W. (1984, p. 2120) e METCALF, Alida (1983, p. 181).
- (142) SCHWARTZ, Stuart B. (1985, p. 382-383).
- (143) SLENES, Robert W. (1984, p. 2122-2123).
- (144) SLENES, Robert W. (1984, p. 2124). Já no Paraná, muito embora a maioria das crianças tenha convivido com adultos em seus plantéis, as listas nominativas de habitantes não permitem a Gutiérrez saber se entre tais adultos estão os pais daquelas crianças; de outra parte, esses documentos permitem "(...) conhecer com exatidão os que não residiam com pais. No Paraná de 1804 esta situação verificou-se para 36 crianças cativas: 28 pertenciam a proprietários que possuíam 1 escravo (criança), e as 8 restantes estavam vinculadas a 4 escravistas cujos plantéis compunham-se, por sua vez, de 2 crianças cada um. No conjunto, entretanto, os 36 menores solitários ocupavam peso diminuto, sendo possível inclusive que fossem órfãos." (GUTIÉRREZ, Horácio, 1986, p. 51).
- (145) FRAGOSO, João L. Ribeiro & FLORENTINO, Manolo Garcia (1987, p.164). As fontes documentais utilizadas por esses autores são os inventários post-mortem.
- (146) Por exemplo, para a paróquia de Purificação, na Bahia, Schwartz observa que "(...) there was a strong tendency for people from West Africa (Guiné) and the Bight of Benin to marry endogamously, or at least to marry partners from their own region of Africa if not from the same ethnic group. (...) But whatever the patterns of preference that separated various African peoples, the barriers between Africans and crioulos were even greater. The chances were about eleven to one that Brazilian-born slaves would marry Brazilians and that Africans would marry Africans." (SCHWARTZ, 1985, p.391-392). Ver, também, LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1981, p. 107-109). Além dessa endogamia de origem, Costa, Slenes e Schwartz afirmam que, em Lorena em 1801, "dominância ainda maior observava-se quanto à cor; destarte, apenas 9,4% dos casais compunha-se de pardos e negros, porcentual igual ao das uniões entre pardos e muito inferior ao concernente às uniões entre negros:81,2%." (COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B., 1987, p.288).
- (147) LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1981, p. 107).
- (148) METCALF, Alida (1983, p. 182-183).
- (149) SCHWARTZ, Stuart B. (1985, p. 393). Esse autor, quanto a esta questão, refere-se aos dados da paróquia de Purificação, na Bahia, no período de 1774 a 1788.
- (150) METCALF, Alida (1983, p. 184).

- (151) "Although 'broad' marriages off the estate were rare, slaves were able to expand their kinship links beyond the holding through compadrio." (SCHWARTZ, Stuart B., 1985, p. 411).
- (152) FRAGOSO, João L. Ribeiro & FLORENTINO, Manolo Garcia (1987, p. 169):
- (153) FRAGOSO, João L. Ribeiro & FLORENTINO, Manolo Garcia (1987, p. 170). Perfilham, pois, os autores, "(...) a idéia da existência da comunidade de escravos no interior da plantation. Comunidade e plantation não são elementos excludentes. Na verdade, a empresa escravista mercantil seria fruto da combinação e interpenetração dessas duas realidades. A comunidade de escravos se impõe aos mecanismos de funcionamento da plantation, em graus variáveis de acordo com a época e o local, sendo possível que sua presença fosse particularmente importante no interior das grandes fazendas de café do século XIX." (FRAGOSO, João L. Ribeiro & FLORENTINO, Manolo Garcia, 1987, p. 171).
- (154) Observa ainda o autor que "the slave population had an intrinsic rate of decline of from 0 to -15/1000, and an actual rate of natural decline that probably exceeded the intrinsic rate. On the other hand, the Brazilian population as a whole had a natural rate of growth of +12.6/1000, according to Arriaga's estimate for 1872." (SLENES, Robert W., 1976, p. 368-370). Ver também SLENES, Robert W. (1986, passim). Por outro lado, Schwartz sugere, para o caso dos escravos baianos, a vigência da prática da abstinência sexual pós-parto que, aliada a um extenso período de lactação, condicionaria a baixa fecundidade das mulheres cativas. Como observa o autor, "(...)culturally accepted abstinence reduce a woman's experience of sexual intercourse to less than half of her fecund years(...). It would be paradoxical if, despite the many observations about slave promiscuity, in fact it was an intentional avoidance of sexual relations that underlay the lower fertility." (SCHWARTZ, Stuart B., 1985, p. 364).
- (155) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 270).

CAPÍTULO V

A FAMÍLIA ESCRAVA EM 1801: LORENA E BANANAL

V .1 Considerações iniciais.

Neste capítulo, inicia-se o estudo da família escrava em Bananal restringindo-se aos dados coletados para o ano de 1801. Deixa-se, pois, para o capítulo seguinte, a condução da análise a partir de uma perspectiva eminentemente temporal, privilegiando-se, aqui, uma aproximação que se baseia na comparação em termos espaciais. Para tanto, toma-se como referencial o artigo escrito em co-autoria por Iraci del Nero da Costa, Robert W. Slenes e Stuart B. Schwartz, intitulado A família escrava em Lorena (1801).⁽¹⁾ Àquela data, compunha-se a Vila de Nossa Senhora da Piedade de Lorena de oito Companhias de Ordenanças. Como fontes primárias, em que se fundamentam os autores referidos, são utilizadas as listas nominativas de habitantes atinentes a quatro dessas Companhias: primeira, segunda, quinta e sétima. Não se analisam, portanto, as quarta e oitava Companhias, que darão origem à futura cidade de Areias; a terceira, compreendendo a então "Nova Aldea de S^{am} Joam de Quelluz"; e a sexta, correspondente à região de Bananal. Assim sendo, voltar-se-á a atenção, precipuamente, para esta última Cia. de Ordenanças, apoiando-se igualmente na lista nominativa de habitantes relativa a 1801, e procedendo-se à análise dos informes coligidos vis-à-vis os resultados apresentados no artigo mencionado.⁽²⁾

O levantamento censitário referente à 6ª Companhia de Ordenanças da Vila de Lorena em 1801 compartilha, com os ma-

nuscritos compulsados por Costa, Slenes e Schwartz, uma característica que não é comum neste tipo de fonte documental e cuja presença, de fato, propicia o estudo que ora se enceta. Como observam os autores citados,

"via de regra, não consta das listas nominativas concernentes aos levantamentos populacionais do passado a discriminação clara e explícita das famílias escravas. Não é este o caso dos códigos aqui considerados, pois nos mesmos vêm, inequivocamente identificadas, as famílias escravas, sejam aquelas compostas apenas pelos dois cônjuges ou dos mesmos e sua respectiva prole, sejam as referentes às mães solteiras e seus filhos (...)." (3)

O registro das famílias cativas integra, assim, a documentação utilizada. É necessário então, antes do mais, deixar clara a interpretação que dele se faz neste trabalho: supõe-se que a identificação das famílias nas listas nominativas em questão e, subjacente a ela, o estado conjugal atribuído pelo recenseador aos indivíduos recenseados, refletem ligações sacramentadas pela Igreja; tratam-se, dessa forma, de uniões legítimas, isto é, matrimônios religiosos.⁽⁴⁾ O grau de confiabilidade desta hipótese, é certo, cresceria à medida que as informações dos levantamentos censitários fossem verificadas à luz de fontes alternativas, em especial, os assentos paroquiais de casamentos.⁽⁵⁾ Tal cruzamento de dados, porém, implicaria a extrapolação das delimitações impostas a este estudo, ainda que sua oportunidade enseje desde já a planificação de trabalho de maior fôlego, à execução do qual se voltará em breve. De outra parte, não é menos certo que, como ressaltam Costa e Gutiérrez ao perfilhar a mesma suposição quanto ao estado conjugal das pessoas recenseadas, "embora esta hipótese seja discutível, acreditamos que ao assumí-la não estamos a incorporar grandes distorções com respeito aos dados agregados e às efetivas condições em que viviam as aludidas pessoas".⁽⁶⁾

É preciso, outrossim, explicitar de imediato o conceito

de família que embasa a análise que se segue. Tal conceito vai além do entendimento da família enquanto resultado das ligações sancionadas pelo ato religioso. Considera-se, pois, família, como: o casal, unido perante a Igreja ou não, com sua prole, se houver; as pessoas solteiras com filhos; os viúvos ou viúvas com filhos. Nos três casos, os filhos devem ser solteiros, não ter prole e viver junto a pelo menos um de seus pais. Por fim, levam-se em conta, igualmente, atribuindo-se-lhes a classificação de "pseudo-famílias", os viúvos sem filhos presentes, e os viúvos ou solteiros vivendo junto com filho (ou filhos) que possuíam eles próprios famílias.⁽⁷⁾

V.2 Algumas características da população escrava.

Antes que se principie a análise específica da família escrava, é oportuno o delineamento de algumas das características do conjunto da população cativa em 1801. Com esse intuito, considerem-se os dados apresentados na Tabela V. 1, onde são distribuídos os escravos, de Lorena e de Bananal, consoante três grandes faixas etárias e segundo o sexo e o estado conjugal. Em primeiro lugar, quanto à participação dos cativos com idade entre 0 e 14 anos no total da população, é bastante significativa a diferença entre Lorena e Bananal. Assim, nas quatro Cias. de Ordenanças estudadas por Costa, Slenes e Schwartz, um percentual de 38,2% de crianças menores de 15 anos conduz os autores "(...) a afirmar tratar-se de uma população relativamente jovem"⁽⁸⁾; em Bananal, as crianças com 14 ou menos anos correspondem a pouco mais de um quarto da massa escrava (25,9%).

São marcantes também, ainda no que respeita à primeira das faixas etárias consideradas, as discrepâncias observadas em termos das razões de masculinidade. Em Lorena, não apenas

TABELA V .1

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS SEGUNDO GRANDES FAIXAS
ETÁRIAS, SEXO E ESTADO CONJUGAL

Estado conjugal / Sexo	Grandes Faixas Etárias			Totais
	0-14	15-59	60 e +	
<u>A. Lorena^a</u>				
Solteiros				
- Homens	169	231	5	405
- Mulheres	178	131	9	318
Casados				
- Homens	-	78	9	87
- Mulheres	1	85	4	90
Viúvos				
- Homens	-	5	1	6
- Mulheres	-	3	3	6
Total				
- Homens	169	314	15	498
- Mulheres	179	219	16	414
- Hom + Mul	348	533	31	912
<u>B. Bananal</u>				
Solteiros				
- Homens	56	120	-	176
- Mulheres	48	57	-	105
Casados				
- Homens	-	55	-	55
- Mulheres	-	55	-	55
Viúvos				
- Homens	-	1	1	2
- Mulheres	-	6	2	8
Total				
- Homens	56	176	1	233
- Mulheres	48	118	2	168
- Hom + Mul	104	294	3	401
<u>Razão de Masculinidade</u>				
Lorena: tot. ^b	94,4	143,4	93,8	120,3
col. ^c	90,6	110,3	27,3	97,6
Bananal: tot. ^b	116,7	149,1	50,0	138,7
col. ^c	120,9	85,4	zero	102,3

a Ver nota 2.

b Total, computada toda a população escrava.

c Coloniais, computados apenas os escravos nascidos no Brasil.

predominam as crianças do sexo feminino, mas esse predomínio é ainda maior quando se tomam apenas os cativos nascidos no Brasil. Em Bananal, verifica-se exatamente o inverso: predominam os meninos e a presença minoritária das meninas é mais intensa se computados tão-somente os escravos coloniais. Seria eventualmente algum fluxo de comércio interno de cativos o responsável pelas diferenças apontadas? Qualquer esboço de resposta a esta pergunta seria, aqui, por demais prematuro; voltar-se-á a ela, todavia, ainda neste capítulo, no tópico em que se analisam explicitamente os escravos com idade inferior a 15 anos.

Já a existência da importação de africanos, com preferência dada aos indivíduos do sexo masculino, é evidenciada quando se enfocam os números concernentes à faixa etária de 15 a 59 anos. Nesta faixa, a participação dos homens é de 58,9% em Lorena, e de 59,9% em Bananal. Ademais, a influência, nessa predominância masculina, dos cativos vindos da África, reflete-se nos diferenciais entre as razões de masculinidade calculadas pelo cômputo de toda a população escrava, na faixa etária em questão, e as calculadas com base unicamente nos cativos nascidos no Brasil, estas últimas muito mais próximas do equilíbrio entre os sexos do que as primeiras, tanto no caso de Lorena como no de Bananal. Note-se, considerado o contingente escravo africano, que a razão de masculinidade atinge o valor de 221,0 em Lorena⁽⁹⁾ e, em Bananal, tal indicador corresponde a 175,9.

Uma primeira aproximação à temática da família escrava é possível tomando-se os informes segundo o estado conjugal. Quase um terço (32,1%) dos escravos de Lorena na faixa etária dos 15 aos 59 anos eram casados ou viúvos; em Bananal o porcentual correlato chega a 39,8%. Computando-se conjuntamente as duas últimas faixas etárias, a participação dos casados ou viúvos alcança o terço em Lorena (33,3%) e supera ligeiramente os dois quintos em Bananal (40,4%). Verifica-se

pois, em uma abordagem ainda pouco refinada, consideradas apenas três grandes faixas etárias, que a participação dos casados ou viúvos aumenta com a idade dos cativos, não obstante haver, em termos globais, largo predomínio dos solteiros. Tais observações, adicionalmente, aplicam-se tanto à localidade aqui analisada - Bananal - como à população de referência - Lorena.

A Tabela V.2 propicia uma melhor visualização de como os escravos se distribuíam de acordo com o estado conjugal. Referida distribuição, em termos percentuais, é apresentada, segundo o sexo, para o total da população cativa e também para o conjunto dos escravos com idade igual ou superior a 15 anos. No primeiro caso, isto é, computada a massa escrava em sua totalidade, patenteia-se a mencionada superioridade numérica dos solteiros, correspondendo sempre a mais de três quartos dos cativos em Lorena, e a mais de três quintos em Bananal. A participação dos casados ou viúvos é, dessa forma, um pouco mais expressiva nesta última localidade ($27,4 + 2,5 = 29,9\%$) do que na primeira ($19,4 + 1,3 = 20,7\%$). Quando se excluem as crianças com 14 ou menos anos de idade, os casados ou viúvos, é claro, fazem-se mais presentes: entre as escravas, aquelas que conheceram o matrimônio chegam a 40,7% ($38,1 + 2,6$) em Lorena e a 52,5% ($45,8 + 6,7$) em Bananal; para os cativos do sexo masculino, os percentuais correlatos atingem 28,3% ($26,5 + 1,8$) e 32,2% ($31,1 + 1,1$).

É bastante razoável supor que a maior importância relativa das mulheres casadas ou viúvas no conjunto das mulheres escravas do que dos homens casados ou viúvos no total dos homens cativos, seja atribuível à marcada desproporção entre os sexos que caracteriza as populações escravas das duas localidades em foco. Muitos dos homens, mesmo que acalentassem o desejo de contrair o matrimônio perante a Igreja, ver-se-iam inapelavelmente impedidos de fazê-lo, antes do mais, pela simples "escassez" relativa de cônjuges em potencial. Es

TABELA V .2

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS ESCRAVOS
SEGUNDO ESTADO CONJUGAL E SEXO

Estado conjugual	População escrava			Exclusive crianças ^a		
	H	M	H+M	H	M	H+M
<u>A. Lorena^b</u>						
Solteiros	81,3	76,8	79,3	71,7	59,3	66,6
Casados	17,5	21,7	19,4	26,5	38,1	31,3
Viúvos	1,2	1,5	1,3	1,8	2,6	2,1
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<u>B. Bananal</u>						
Solteiros	75,5	62,5	70,1	67,8	47,5	59,6
Casados	23,6	32,7	27,4	31,1	45,8	37,0
Viúvos	0,9	4,8	2,5	1,1	6,7	3,4
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: H = Homens ; M = Mulheres ;
H+M = Homens + Mulheres.

a Sempre que houver referência à exclusão de crianças estar-se-á aludindo àquelas com 14 ou menos anos de idade.

b Ver nota 2.

sas considerações merecerão um maior refinamento mais adiante no texto. De outra parte, é possível que a razão de masculinidade mais elevada entre os cativos de Bananal (138,7)vis à-vis os de Lorena (120,3) responda parcialmente pela maior presença do casamento entre as mulheres escravas bananalenses.⁽¹⁰⁾

A verificação de que a participação dos casados ou viúvos aumenta com a idade dos cativos, sugerida acima a partir dos dados da Tabela V .1, é corroborada de forma mais clara e minuciosa na Tabela V .3. A população escrava de Bananal, de acordo com o estado conjugal, é agora distribuída segundo diversas faixas etárias. Observando-se os percentuais constantes da tabela em questão, calculados sobre os efetivos totais de cada faixa etária, e levando-se em conta que o pequeno número de observações compromete a interpretação dos percentuais referentes às duas últimas faixas, nota-se nitidamente o gradual declínio da participação relativa dos solteiros, e correspondente elevação da dos casados ou viúvos, à medida que cresce a idade dos escravos de Bananal. Evolução similar é detectada por Costa, Slenes e Schwartz no caso de Lorena, onde se salienta "(...) a significativa participação dos casados ou viúvos a contar da faixa concernente aos 20-29 anos (...)".⁽¹¹⁾

Avançando em termos do objetivo perseguido nesta seção, de esboçar alguns traços do perfil da população escrava de Bananal considerada como um todo, observem-se os informes dispostos na Tabela V .4, em que a aludida população, assim como a de referência - Lorena - , distribuem-se consoante diferentes faixas de tamanho dos plantéis e segundo o sexo dos escravos.⁽¹²⁾ Percebe-se, de imediato, que das três faixas de tamanho consideradas, é na última, a formada pelos plantéis maiores, com 10 ou mais cativos, que se reúne a maioria dos escravos. Em Lorena, 53,4% dos cativos estão nesses plantéis de maior tamanho; em Bananal, essa proporção

TABELA V.3

BANANAL, DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS SEGUNDO

FAIXAS ETÁRIAS E ESTADO CONJUGAL

Faixas etárias	Solteiros		Casados		Viúvos	
	nºs.abs.	% ^a	nºs.abs.	% ^a	nºs.abs.	% ^a
0 - 14	104	100,0	-	-	-	-
15 - 24	94	70,7	37	27,8	2	1,5
25 - 34	55	56,7	38	39,2	4	4,1
35 - 44	19	43,2	25	56,8	-	-
45 - 54	8	47,1	8	47,1	1	5,8
55 - 64	1	16,7	2	33,3	3	50,0
Totais	281		110		10	

Obs.: nºs.abs. = números absolutos.

a Porcentuais calculados sobre os efetivos totais de cada faixa etária.

TABELA V .4

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS SEGUNDO FAIXAS
DE TAMANHO DOS PLANTÉIS E SEXO

FTP	Homens	Mulheres	Total (Hom+Mul)	Razão de Masculini dade
<u>A. Lorena^a</u>				
1	16	24	40	66,7
2-9	202	183	385	110,4
10-41	280	207	487	135,3
Totais	498	414	912	120,3
<u>B. Bananal</u>				
1	5	10	15	50,0
2-9	41	31	72	132,3
10-84	187	127	314	147,2
Totais	233	168	401	138,7

a Ver nota 2.

chega aos 78,3%. De fato, o maior escravista de Bananal em 1801, o Capitão Hilário Gomes Nogueira, possuía, sozinho, mais de um quinto do total de escravos daquela comunidade (84 em um total de 401 cativos). Por outro lado, em ambas as localidades mencionadas, os plantéis unitários congregam menos de um vigésimo da massa escrava total. Assim, em Lorena, apenas 4,4% da população cativa vive em plantéis formados por um único escravo, porcentual que é ainda menor (3,7%) em Bananal.

A distribuição dos cativos pelas distintas faixas de tamanho dos plantéis, segundo o sexo, espelha-se nos valores assumidos pela razão de masculinidade, apresentados na última coluna da Tabela V.4. Como se depreende da observação dessa coluna, para as faixas de tamanho consideradas, quanto maiores os plantéis, maiores também as razões de masculinidade.⁽¹³⁾ De um predomínio das mulheres nos plantéis unitários passa-se a uma desproporção crescentemente favorável ao sexo masculino nas duas outras faixas de tamanho. Nestas, ademais, a superioridade numérica dos homens mostra-se mais intensa em Bananal do que em Lorena. Não obstante essa discrepância, e em antecipação ao que se verá adiante neste capítulo, cabe aqui perfilar a afirmação seguinte de Costa, Slenes e Schwartz:

"(...) em tal distribuição {de homens e mulheres entre os distintos estratos de tamanho dos plantéis - JFM} - associada a outras características demoeconômicas do sistema escravista brasileiro - , encontraremos a base explicativa para o entendimento dos valores assumidos por algumas variáveis demográficas." (14)

A distribuição dos escravos de acordo com o tamanho dos plantéis é apresentada novamente na Tabela V.5, agora em termos percentuais. Agrupam-se na primeira faixa os plantéis menores, assim entendidos aqueles formados por 4 ou menos cativos, passando a segunda faixa a incluir os plantéis de 5 a 9 escravos e mantendo-se a terceira e última faixa de tama-

TABELA V.5

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS ESCRAVOS EM GERAL
E DOS CASADOS OU VIÚVOS SEGUNDO
FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS

FTP	Escravos em geral		Casados ou viúvos		
	Total	Excl.crian.	H	M	H+M
<u>A. Lorena^a</u>					
1-4	23,4	24,6	14,0	12,5	13,2
5-9	23,2	21,9	22,6	24,0	23,3
10-41	53,4	53,5	63,4	63,5	63,5
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<u>B. Bananal</u>					
1-4	9,2	9,1	1,7	1,6	1,7
5-9	12,5	11,1	8,8	6,3	7,5
10-84	78,3	79,8	89,5	92,1	90,8
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: H = Homens ; M = Mulheres ;
H+M = Homens + Mulheres ;
Excl.crian. = Exclusive crianças.

a Ver nota 2.

nho tal como definida na tabela anterior. Consideram-se, outrossim, não apenas o total da escravaria, mas igualmente o conjunto dos cativos com idade superior a 14 anos, bem como o conjunto constituído pelos casados ou viúvos, este último computado segundo o sexo de seus elementos. É possível, então, destacar algumas interessantes observações.

Verifica-se, de início, tanto para Lorena como para Bananal, que a inclusão ou a exclusão das crianças menores de 15 anos deixa praticamente inalterados os percentuais respeitantes à distribuição dos escravos pelas três faixas de tamanho dos plantéis consideradas. Vale dizer, em ambos os casos e em ambas as localidades concentram-se os cativos nos maiores plantéis. No entanto, quando se leva em conta a informação referente ao estado conjugal, o que é feito nas três últimas colunas da Tabela V.5, a concentração nos plantéis de maior tamanho anteriormente constatada atinge níveis ainda mais elevados. Em Lorena, quase dois terços dos escravos casados ou viúvos vivem nos plantéis formados por 10 ou mais cativos; ademais, essa proporção mantém-se quando se tomam os homens e as mulheres isoladamente. Em Bananal, também pouco diferindo consoante o sexo, observa-se que cerca de nove décimos dos escravos casados ou viúvos vivem nos plantéis de maior tamanho.

A presença do já mencionado plantel do Capitão Hilário Gomes Nogueira, congregando 20,9% da população cativa de Bananal em 1801, provavelmente responde, em grande medida, pelos maiores percentuais relativos à última faixa de tamanho em Bananal, em comparação com o verificado em Lorena. Afinal, o Capitão Hilário possuía mais do que o dobro do número de escravos existentes no maior dos plantéis lorenenses. Não obstante as disparidades que se notam entre as duas localidades em questão, é sobretudo relevante o fato de que, em ambas, os cativos casados ou viúvos fazem-se mais presentes à medida que se eleva o tamanho dos plantéis. Essa relação, de

um lado, não é simplesmente um reflexo do fato de que aumenta também o número total de escravos juntamente com as faixas de tamanho, pois, como afirmam Costa, Slenes e Schwartz para Lorena - afirmação que também se aplica a Bananal - , "(...) tanto para homens, como para o elemento do sexo oposto, a distribuição dos casados ou viúvos discrepava da prevalente para a massa escrava tomada em sua totalidade ou depurada das crianças com quatorze ou menos anos."⁽¹⁵⁾

De outro lado, a mesma relação, qual seja, que os cativos casados ou viúvos fazem-se mais presentes à medida que se eleva o tamanho dos plantéis, sugere, em uma primeira aproximação, que nos casamentos entre escravos a escolha do cônjuge ver-se-ia limitada, amiúde, às alternativas possíveis dentro de cada plantel.⁽¹⁶⁾ Essa limitação, ao que tudo indica, corrobora-se pelos dados dispostos na forma constante da Tabela V.6. Apresenta-se, uma vez mais, a distribuição porcentual dos casados ou viúvos, segundo o sexo, pelas três faixas de tamanho dos plantéis consideradas. Nessa tabela, porém, os percentuais são calculados, em um primeiro momento, sobre os efetivos totais de cada faixa e, em seguida, sobre os mesmos efetivos excluídas as crianças menores de 15 anos.

Percebe-se, de imediato, que a participação relativa de casados ou viúvos dentro de cada faixa cresce juntamente com o tamanho dos plantéis. Tal assertiva é válida tanto para homens como para mulheres cativas, seja em Lorena seja em Bananal. Mais ainda, o crescimento da participação relativa de casados ou viúvos mostra-se muito mais intenso no caso das escravas do que no dos escravos do sexo masculino. De fato, as diferenças que se observam conforme o sexo dos cativos, retratadas na Tabela V.6, aparentemente acompanham os valores assumidos pela razão de masculinidade nas distintas faixas de tamanho dos plantéis.

Para uma melhor visualização da justeza desse último co

TABELA V .6

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DE CASADOS OU VIÚVOS SOBRE OS
EFETIVOS DE CADA FAIXA DE TAMANHO DOS PLANTÉIS

FTP	% de casados ou viúvos sobre os efetivos totais de cada FTP			% de casados ou viúvos sobre os efetivos depurados das crianças		
	H	M	H+M	H	M	H+M
<u>A. Lorena^a</u>						
1-4	11,5	12,0	11,7	16,5	20,0	18,0
5-9	20,0	21,5	20,8	31,8	39,7	35,5
10-41	21,1	29,5	24,6	32,1	51,7	39,7
Totais	18,7	23,2	20,7	28,3	40,7	33,5

<u>B. Bananal</u>						
1-4	6,7	4,5	5,4	8,3	6,7	7,4
5-9	16,1	21,1	18,0	23,8	33,3	27,3
10-84	27,3	45,7	34,7	35,4	62,4	46,0
Totais	24,5	37,5	29,9	32,2	52,5	40,4

Obs.: H = Homens; M = Mulheres; H+M = Homens + Mulheres.

a Ver nota 2.

mentário, observem-se especificamente as três últimas colunas da Tabela V.6, concernentes aos percentuais de escravos casados ou viúvos calculados sobre os efetivos, em cada faixa de tamanho, de homens, mulheres e homens+mulheres, sempre excluídas as crianças. Em Bananal, a razão de masculinidade é igual a 68,2 nos plantéis com 4 ou menos cativos, nos quais a participação dos homens casados ou viúvos (8,3%) supera a das mulheres nas mesmas condições (6,7%). Nos plantéis de 5 a 9 cativos, a razão de masculinidade alça-se a 163,2; correspondendo a essa reversão havida na razão entre os sexos, o percentual de escravas casadas ou viúvas, na segunda faixa de tamanho dos plantéis (33,3%), passa a ser maior que o dos homens (23,8%). Já nos plantéis de Bananal com 10 ou mais escravos, a razão de masculinidade é de 147,2. Este valor, menor do que o relativo à faixa anterior de tamanho, aliado à maior possibilidade de escolha do cônjuge nos plantéis com um número mais elevado de cativos, parece responder pelo aumento que se verifica na participação dos casados ou viúvos, tanto no caso das mulheres (de 33,3% para 62,4%) como no dos homens (de 23,8% para 35,4%).

Em Lorena, ao contrário de Bananal, a razão de masculinidade é crescente entre a segunda e a terceira faixas de tamanho dos plantéis, o que eventualmente explique o fato de que, na primeira dessas localidades, os percentuais de homens escravos casados ou viúvos sobre o total de cativos do sexo masculino, excluídas as crianças menores de 15 anos, permaneçam praticamente inalterados (iguais, respectivamente, a 31,8% e a 32,1% nas segunda e terceira faixas de tamanho).

(17) Esse paralelismo que aparentemente se verifica entre as participações de casados ou viúvos e os valores da razão de masculinidade, consoante as diversas magnitudes dos plantéis de escravos, aponta também, ao que tudo indica, uma vez mais para a ocorrência dos enlaces entre cativos dentro dos limites impostos pelos respectivos plantéis. (18)

Em suma, a análise de algumas características da população escrava tomada como um todo, com ênfase colocada na informação acerca do estado conjugal dos cativos, permitiu que se efetuassem duas inferências básicas que se põem como introdutórias para o estudo da família escrava em Bananal. Assim, nesta localidade - tal como fora já verificado por Costa, Slenes e Schwartz para o caso de Lorena - , a participação dos cativos casados ou viúvos torna-se maior à medida que se eleva a idade dos escravos; tal participação é igualmente crescente à medida que aumenta o tamanho dos plantéis.

A consideração conjunta dessas duas inferências conduz aos resultados apresentados na Tabela V .7. A distribuição porcentual dos cativos casados ou viúvos de Bananal, de acordo com o sexo, é mostrada segundo faixas etárias e consoante faixas de tamanho dos plantéis. Saliente-se, de um lado, como já mencionado anteriormente, que a interpretação dos percentuais referentes às idades superiores a 45 anos vê-se prejudicada tendo em vista o reduzido número de observações; de outro, que a participação nula dos casados ou viúvos entre as crianças menores de 15 anos de idade, como seria de esperar, independe do tamanho dos plantéis de escravos. Levando-se em conta essas duas ressalvas, verifica-se que, em Bananal, na maioria dos casos, a participação relativa dos cativos casados ou viúvos, dentro de cada faixa etária, cresce juntamente com o tamanho dos plantéis e, dentro de cada faixa de tamanho, cresce juntamente com a idade dos escravos. Essa afirmação mostra-se válida quer se tomem homens e mulheres isoladamente, quer se considere a soma dos indivíduos de ambos os sexos; aplica-se, ademais, igualmente à população cativa de Lorena, conforme observado por Costa, Slenes e Schwartz. (19)

Por fim, ainda no âmbito desta seção, é oportuna a consideração dos dados constantes da Tabela V .8. Esses dados fornecem uma indicação a mais no sentido de uma explicação

TABELA V.7

BANANAL, DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS ESCRAVOS CASADOS OU VIÚVOS DE ACORDO COM O SEXO,
E SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS E DE TAMANHO DOS PLANTÉIS^a

Faixas etárias	Homens			Mulheres			Total		
	FTP			FTP			FTP		
	1-4	5-9	10-84	1-4	5-9	10-84	1-4	5-9	10-84
0 - 14	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
15 - 24	12,5	zero	17,0	9,1	25,0	52,9	10,5	10,0	34,6
25 - 34	zero	20,0	39,6	zero	33,3	72,0	zero	27,3	50,0
35 - 44	-	33,3	54,2	-	100,0	69,2	-	42,9	59,5
45 - 54	-	50,0	50,0	-	zero	100,0	-	33,3	57,1
55 - 64	-	50,0	100,0	-	-	100,0	-	50,0	100,0
Totais	6,7	16,1	27,3	4,5	21,1	45,7	5,4	18,0	34,7

Obs.: FTP = Faixas de Tamanho dos Plantéis.

a Porcentuais calculados, internamente a cada faixa de tamanho dos plantéis, sobre os efetivos correspondentes a cada faixa etária.

TABELA V .8

DISTRIBUIÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS
SEGUNDO OCUPAÇÃO / ATIVIDADE ECONÔMICA DESEMPENHADA

Ocupação/ atividade	Lorena ^a		Bananal		Escravos
	Nºs.abs.	%	Nºs.abs.	%	
Senhor de engenho	26	16,1	5	11,4	176
Agricultores ou criadores de animais	105	64,8	36	81,8	220
Negociantes ou rentistas	8	4,9	-	-	-
Eclesiásticos ou profissionais liberais	6	3,7	-	-	-
Artesãos	11	6,8	1	2,3	2
Atividade não especificada	6	3,7	2 ^b	4,5	3
Totais	162	100,0	44	100,0	401

Obs.: Nºs.abs. = números absolutos.

a Ver nota 2.

b Anotados na lista nominativa como "novos habitantes".

possível às diferenças encontradas - em meio às grandes semelhanças que se sintetizam nas duas inferências acima explicitadas - entre a população escrava de Bananal e a de Lorena. Na tabela em questão, distribuem-se os proprietários de escravos de acordo com a ocupação/atividade econômica desempenhada. Como seria de esperar em 1801, nas duas localidades evidencia-se um largo predomínio das atividades diretamente vinculadas à faina agrícola.

Não obstante, Bananal aparentemente assume um perfil ainda mais intensamente "ruralizado". Em Lorena, os senhores de engenho aliados aos agricultores ou criadores de animais perfazem pouco mais de quatro quintos do total de escravistas (80,9%); em Bananal, eles superam os nove décimos (93,2%). Entre os proprietários de escravos bananalenses não há um único negociante ou rentista, nenhum eclesiástico ou profissional liberal, e a participação relativa do único artesão (um ferreiro) corresponde a aproximadamente um terço daquela atinente aos artesãos lorenenses.⁽²⁰⁾ Mais ainda, observando-se a última coluna da Tabela V.8, onde se distribuem os escravos possuídos segundo a ocupação/atividade econômica de seus proprietários, vê-se que os senhores de engenho, agricultores ou criadores de animais detêm 98,7% do total da massa escrava de Bananal. Dessa forma, um nível mais elevado, embora ainda sem dúvida incipiente, de organização "urbana" em Lorena, talvez esteja subjacente a algumas das disparidades apontadas entre essas duas localidades valeparaibanas paulistas.⁽²¹⁾

V .3 A família escrava em 1801.

V .3.1 A importância relativa das relações familiares entre os cativos.

Ao se proceder à análise da família escrava, é importante procurar averiguar, em um primeiro passo, qual o significado efetivo que as relações familiares alcançam no interior da população cativa. Para tanto, é evidente que o estudo baseado simplesmente no informe acerca do estado conjugal dos escravos deixa muito a desejar. Fogem ao âmbito de um estudo como esse categorias relevantes para a análise em questão, tais como os filhos legítimos vivendo junto com seus pais(ou com pelo menos um deles), bem como os solteiros em vivência com sua prole. É evidente também que nem sempre a documentação utilizada permite que se vá além da aproximação fundada no estado conjugal. Será possível fazê-lo, contudo, no caso de Bananal. Felizmente, como avançado na primeira seção deste capítulo, a lista nominativa de que se faz uso traz o registro explícito das famílias escravas. O mesmo se dá com as listas que fundamentam o estudo de Costa, Slenes e Schwartz sobre Lorena, o que possibilita que a análise dos dados referentes a Bananal continue a ser feita em bases comparativas com os resultados apresentados por esses autores.

Assim sendo, fornece-se, na Tabela V .9, a distribuição da população cativa segundo alguns atributos concernentes ao estado conjugal, extrapolando-se a simples informação acerca do referido estado (casados, viúvos ou solteiros). Nas três primeiras linhas dessa tabela, para Lorena e para Bananal, em números absolutos e em termos percentuais, tem-se a participação dos escravos casados, viúvos e dos filhos legítimos - estes últimos solteiros, sem prole e em vivência com pelo menos um de seus pais. Como um todo, esse subconjunto da população cativa corresponde, em Lorena, a pouco menos de dois quintos (38,8%) do total da escravaria; tal participação ultrapassa os quatro nonos (46,9%) em Bananal.

É principalmente a maior importância relativa dos escravos casados (27,4% versus 19,4%), à qual se adiciona a dos viúvos (2,5% versus 1,3%), que estabelece em Bananal um por-

centual superior ao de Lorena quanto à participação do subconjunto formado por casados+viúvos+filhos legítimos . (22) Duas das inferências explicitadas ao longo da seção anterior sugerem, como visto, uma possível interpretação acerca desse diferencial. Trata-se do peso relativo crescente, em ambas as localidades, dos casados ou viúvos à medida que se eleva o tamanho dos plantéis, aliada ao fato de a concentração dos cativos nos plantéis de maior tamanho ser mais intensa em Bananal do que em Lorena.

Nesta última localidade, porém, verifica-se uma presença relativa ligeiramente mais importante dos filhos legítimos (solteiros, sem prole e em vivência com pelo menos um de seus pais). Qualquer tentativa de explicação, aqui, demanda maiores informações acerca dos casais, das mães escravas e dos próprios filhos legítimos, todos eles objeto de análise no decorrer dos tópicos que se seguem. Por enquanto, tenha-se em mente o informe, também obtido na seção anterior, de que as crianças cativas com 14 ou menos anos de idade correspondiam a 38,2% da população escrava de Lorena e a apenas 25,9% da de Bananal. Considere-se, ademais, que dos 165 filhos legítimos lorenenses, 143 (86,7%) inseriam-se naquela faixa etária; o mesmo ocorria com 63 (92,6%) dos 68 filhos legítimos em Bananal. (23)

Dessa forma, e em uma primeira aproximação, subjacente à menor participação relativa dos filhos legítimos em Bananal vis-à-vis o verificado em Lorena, está a também menor importância relativa da totalidade das crianças escravas menores de 15 anos de idade. Mais ainda, observa-se igualmente a maior presença, em termos absolutos e relativos, em Lorena, dos filhos legítimos com 15 ou mais anos de idade. Aparentemente, nessa localidade, ou as crianças permaneciam mais tempo de suas vidas junto a seus pais, ou então sua idade era em média superior à das crianças legítimas de Bananal. Neste último caso, também as idades dos pais e mães escravos

TABELA V .9

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA SEGUNDO ALGUNS
ATRIBUTOS REFERENTES AO ESTADO CONJUGAL

Atributos	Lorena ^a			Bananal		
	nºs.abs.	%	%acum.	nºs.abs.	%	%acum.
Casados	177	19,4	19,4	110	27,4	27,4
Viúvos	12	1,3	20,7	10	2,5	29,9
Filhos						
legítimos	165	18,1	38,8	68	17,0	46,9
Mães						
solteiras	48	5,3	44,1	7	1,7	48,6
Filhos						
naturais	81	8,9	53,0	14	3,5	52,1
Demais						
solteiros	429	47,0	100,0	192	47,9	100,0
Totais	912	100,0		401	100,0	

Obs.: nºs.abs. = números absolutos.

%acum. = porcentagens acumuladas.

a Ver nota 2.

de Bananal deveriam apresentar-se, em média, inferiores às dos pais e mães cativos de Lorena.⁽²⁴⁾

As quarta e quinta linhas da Tabela V .9 trazem os números absolutos e as participações relativas das mães solteiras e dos filhos naturais, estes últimos solteiros, sem prole e vivendo junto a suas mães.⁽²⁵⁾ Tanto estas como aqueles fazem-se bem mais presentes em Lorena do que em Bananal. De fato, pode-se aventar a idéia de que a menor importância relativa das mães solteiras em Bananal corresponde a um lado da moeda, em cuja outra face estão as participações mais elevadas dos casados e dos viúvos. Nesse caso, colocar-se-ia uma vez mais, como fator explicativo básico da disparidade entre as duas localidades, em uma primeira aproximação, a concentração, menos intensa em Lorena, dos escravos nos plan-téis constituídos por 10 ou mais cativos.

Dos 81 filhos naturais arrolados em Lorena, 71 (87,7%) eram menores de 15 anos de idade; nessa faixa etária incluíam-se todos os filhos das mães escravas solteiras bananalenses.⁽²⁶⁾ Em que pese as crianças cativas com 14 ou menos anos, consideradas como um todo, fazerem-se menos presentes em Bananal, a menor importância relativa, nessa localidade, dos filhos naturais parece decorrer, antes do mais, do número reduzido de mães solteiras, em comparação com o verificado em Lorena. De outra parte, a existência de filhos naturais com idade superior a 14 anos em Lorena, e sua inexistência em Bananal, sugere, tal como quando se consideraram os filhos legítimos, que ou as crianças escravas lorenenses mantinham-se um período mais longo de suas vidas junto a pelo menos um de seus pais, ou elas eram em média mais velhas do que as crianças de Bananal.⁽²⁷⁾

Somando-se as mães solteiras e seus filhos ao conjunto dos escravos casados, viúvos ou filhos legítimos, o total obtido corresponde a mais da metade da massa escrava, seja em Lorena (53,0%). seja em Bananal (52,1%). Assim, 209 dos 401

cativos de Bananal em 1801, e 483 dos 912 escravos de Lorena àquela mesma data, participavam de relações de caráter familiar - ou tinham participado, no caso dos viúvos sem filhos presentes. Tomando-se como base de comparação a população livre de Bananal naquele mesmo ano, verifica-se que o percentual de 52,1% é, em termos relativos, de pequena magnitude; entre os indivíduos livres, o conjunto formado pela adição dos casados, viúvos, filhos legítimos, mães solteiras e filhos naturais atinge a marca de 96,3%.⁽²⁸⁾

Não obstante, os percentuais correlatos encontrados para a população escrava, em Lorena e em Bananal, não dão lugar a dúvidas quanto à significativa expressão possuída pelas relações de família no seio dessa população, mormente quando se tem em conta o quadro que, como se depreende do exame da produção historiográfica brasileira, até pelo menos algo como uma década atrás, acreditava-se imperar entre os cativos, caracterizado pela promiscuidade e dissolução de costumes.⁽²⁹⁾ Acresça-se, ainda, que os dados constantes da Tabela V.9 eventualmente subestimam a presença das relações familiares entre os escravos, pois seriam computados como "demais solteiros": os casais em vivência consensual, sem filhos; os companheiros presentes, mas não identificados, das mães solteiras; e aqueles indivíduos que, tendo desfrutado da vida em família consensual, encontravam-se sós à época do recenseamento, devido à morte ou ausência do companheiro ou companheira, e à ausência ou inexistência de descendência, incluindo-se aqui situação equivalente à dos viúvos sem filhos presentes.⁽³⁰⁾

V.3.2 As unidades familiares escravas.

Tendo procedido à visualização da importância relativa das relações familiares entre os cativos de Bananal em 1801, cabe agora centrar a atenção de forma precípua no estudo das

famílias escravas. Nesta subseção, tais famílias serão as unidades básicas de análise, deixando-se para as subseções seguintes o exame isolado de seus elementos constitutivos. Procurar-se-á aqui, de um lado, apresentar uma categorização descritiva das unidades familiares em questão e, de outro, observar a distribuição dessas unidades de acordo com diferentes faixas de tamanho dos plantéis e segundo alguns atributos concernentes aos chefes de família - assim entendidos os indivíduos que encabeçam o registro das famílias na lista nominativa de habitantes, sejam homens ou mulheres. Ter-se-á em vista também, como sempre neste capítulo, os informes correspondentes para Lorena, tornados disponíveis através do artigo de Costa, Slenes e Schwartz.

Perfilha-se, cabe ressaltar, a mesma classificação das famílias escravas proposta por esses autores. Fundamentam essa classificação a definição adotada de família, explicitada nas considerações iniciais deste capítulo, e as situações retratadas a partir da documentação utilizada; as categorias e subcategorias estabelecidas são, assim, basicamente descritivas.⁽³¹⁾ São elas: a) casais endogâmicos, assim entendidos aqueles nos quais ambos os cônjuges são escravos; b) casais exogâmicos, isto é, aqueles com um cônjuge cativo e o outro livre ou forro⁽³²⁾; c) casais exogâmicos incompletos e d) casais incompletos, denominações nas quais o termo incompleto implica ser impossível identificar um dos cônjuges por encontrar-se ausente, no primeiro caso constando do registro a explicitação da condição social do ausente e, no segundo, não estando disponível nem ao menos essa informação; e) solteiras com filhos; f) viúvos com filhos; e g) pseudofamílias. As quatro primeiras categorias abrigam as subcategorias "com filhos" e "sem filhos". As "pseudofamílias", a sua vez, compreendem: a) os viúvos sem filhos presentes; b) os viúvos em vivência com filho(s) que constituía(m) família; e c) os solteiros em vivência com filho(s) que constituía(m) famí-

lia. (33)

Na Tabela V .10 apresenta-se a distribuição, em números absolutos e em termos porcentuais, das famílias escravas de Lorena e de Bananal, de acordo com as categorias e subcategorias acima delineadas. Complementarmente, a Tabela V .11 traz a distribuição, segundo as mesmas categorias e subcategorias, dos indivíduos que compõem as várias unidades familiares dos cativos. Nesta última tabela, nos casos dos casais exogâmicos, são computados apenas os escravos, não se levando em conta, por conseguinte, os elementos a eles ligados por relações de caráter familiar e pertencentes a estratos sociais distintos (livres ou forros).⁽³⁴⁾ Para Bananal, o único caso de indivíduo não-escravo vinculado por laços de família aos cativos é um rapaz, forro, que se integra à categoria "casais endogâmicos com filhos". Como se trata de um caso isolado, sua inclusão na Tabela V.11, obedecendo a fins ilustrativos, não compromete de forma alguma a comparação com os informes concernentes a Lorena.

A categoria "casais endogâmicos" compreende aproximadamente metade (50,9%) das famílias escravas de Lorena e mais de três quartos (76,4%) das de Bananal (conforme Tabela V.10); compreende, igualmente, cerca de três quintos (60,8%) dos cativos que integram as unidades familiares em Lorena, proporção que se eleva a pouco mais de quatro quintos (81,9%) em Bananal (conforme Tabela V .11). O predomínio da categoria em questão, de um lado, vem corroborar a hipótese anteriormente aventada de que as uniões entre escravos ocorriam, em grande medida, dentro dos limites de cada plantel; de outro, como observam Costa, Slenes e Schwartz, "(...) reforça a tese de que não havia dominância do intercursos sexual indiscriminado entre as pessoas reduzidas ao cativeiro." ⁽³⁵⁾ Ademais, em ambas as localidades, entre os casais endogâmicos eram mais numerosos aqueles com filhos presentes, correspondendo a 31,2% das famílias escravas em Lorena e a 48,6% em

TABELA V .10

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS SEGUNDO
CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS

Categorias e subcategorias	Lorena ^a			Bananal		
	Nºs abso- lutos	%	% por cate- goria	Nºs abso- lutos	%	% por cate- goria
1.Casais endogâmicos			50,9			76,4
a.Com filhos	49	31,2		35	48,6	
b.Sem filhos	31	19,7		20	27,8	
2.Casais exogâmicos			3,2			-
a.Com filhos	5	3,2		-	-	
3.Casais exogâmicos in- completos			1,3			-
a.Com filhos	2	1,3		-	-	
4.Casais incompletos			6,4			-
a.Com filhos	2	1,3		-	-	
b.Sem filhos	8	5,1		-	-	
5.Solteiras com filhos	47	29,9	29,9	7	9,7	9,7
6.Viúvos com filhos	4	2,6	2,6	3	4,2	4,2
7.Pseudofamílias			5,7			9,7
a.Viúvos isolados	8	5,1		7	9,7	
b.Solteiros em vivên- cia com filho(s) que constituia(m) família	1	0,6		-	-	
Totais	157	100,0	100,0	72	100,0	100,0

a Ver nota 2.

TABELA V .11

DISTRIBUIÇÃO DOS INDIVÍDUOS COMPONENTES DAS DIVERSAS
CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS

Categorias e subcategorias	Lorena ^a			Bananal		
	Nºs abso- lutos	%	% por cate- goria	Nºs abso- lutos	%	% por cate- goria
1.Casais endogâmicos			60,8			81,9
a.Com filhos	232	48,0		132 ^b	62,9	
b.Sem filhos	62	12,8		40	19,0	
2.Casais exogâmicos			3,7			-
a.Com filhos	18	3,7		-	-	
3.Casais exogâmicos <u>in</u> completos			1,3			-
a.Com filhos	6	1,3		-	-	
4.Casais incompletos			3,0			-
a.Com filhos	6	1,3		-	-	
b.Sem filhos	8	1,7		-	-	
5.Solteiras com filhos	128	26,5	26,5	21	10,0	10,0
6.Viúvos com filhos	14	2,8	2,8	10	4,8	4,8
7.Pseudofamílias			1,9			3,3
a.Viúvos isolados	8	1,7		7	3,3	
b.Solteiros em <u>vivên</u> cia com filho(s) que constituia(m) família	1	0,2		-	-	
Totais	483	100,0	100,0	210	100,0	100,0

a Ver nota 2.

b Inclusive um rapaz, forro, vivendo junto a seus pais e ir
mãos, todos escravos.

Bananal. Talvez essa predominância dos casais endogâmicos com filhos esteja a apontar na direção de uma possível estabilidade caracterizando as ligações entre os cativos.⁽³⁶⁾

As famílias exogâmicas (incluindo-se aqui as exogâmicas incompletas) e as famílias incompletas não se fazem presentes em 1801 em Bananal, embora sejam encontradas - ainda que em proporções modestas - na população de referência, Lorena. Nesta última localidade, as 7 unidades familiares exogâmicas (duas delas incompletas) correspondem a 4,5% do total das famílias e congregam 5,0% (24 pessoas) do total de indivíduos integrantes das famílias escravas. Essa exogamia existente em Lorena, no dizer dos autores que a verificaram, patenteia "(...) a não existência de barreiras absolutas entre os segmentos sócio-econômicos vigentes em nossa sociedade colonial."⁽³⁷⁾

As 10 unidades familiares incompletas de Lorena, a sua vez, correspondem a 6,4% do total das famílias, congregando tão-somente 3,0% (14 pessoas) do total dos indivíduos que fazem parte das famílias escravas. É possível que essa dezena de unidades familiares, ou algumas dentre elas, sejam igualmente exogâmicas, com o que a participação destas últimas no total das famílias poderia elevar-se a um máximo de 10,9% (4,5% + 6,4%). É possível também que as famílias incompletas refiram-se a casos nos quais os cônjuges cativos estejam alocados em propriedades distintas, ainda que pertencendo a um mesmo senhor. Ou, ainda, tais famílias talvez estejam a atestar que, embora ocorressem em proporções bastante reduzidas, não eram completamente inexistentes as uniões entre escravos pertencentes a diferentes plantéis.⁽³⁸⁾ Tais possibilidades não são, ademais, mutuamente exclusivas.

A soma da categoria "viúvos com filhos" e da subcategoria "viúvos isolados", estes últimos inseridos entre as "pseudofamílias", compreende 7,7% do total das unidades familiares em Lorena, e 13,9% em Bananal; compreende, de outra par-

te, respectivamente na primeira e na segunda das localidades mencionadas, 4,5% e 8,1% do total dos indivíduos que constituíam as famílias escravas em 1801. Agregando-se aos viúvos as demais categorias familiares explicitadas até aqui, observa-se que a grande maioria das unidades familiares - 69,5% em Lorena e 90,3% em Bananal - eram "regularmente constituídas", incluindo os indivíduos casados, viúvos e os filhos legítimos e presentes por ocasião do levantamento, e respeitantes a uniões entre os escravos sacramentadas pela Igreja.⁽³⁹⁾ Parcela minoritária das famílias escravas - atingindo os percentuais de 30,5% e 9,7%, respectivamente, em Lorena e em Bananal - era formada pelas unidades cujos chefes de família eram as mães solteiras.

A Tabela V .12 permite que se tenham algumas considerações adicionais acerca das diferenças verificadas entre Bananal e Lorena em termos das diversas categorias familiares. Nessa tabela, apresenta-se a distribuição percentual das famílias escravas segundo faixas de tamanho dos plantéis. Em ambas as localidades, as unidades familiares que compõem a categoria "casais endogâmicos" acham-se concentradas nos plantéis formados por 10 ou mais cativos; porém, essa concentração é bem maior em Bananal (90,9%) do que em Lorena (63,8%). Por um lado, um ambiente mais propício, nos plantéis maiores, para a constituição de famílias, inclusive pela maior possibilidade de escolha do cônjuge dado o grande predomínio dos enlaces intra-plantéis, aparentemente responde pela maior presença dos casais endogâmicos nesses plantéis de maior tamanho. Por outro, como esses plantéis, conforme visto anteriormente, possuem uma importância relativa mais elevada em Bananal vis-à-vis Lorena, explica-se então, como consequência provável, não apenas que a categoria familiar em foco concentre-se de forma mais intensa nos plantéis com mais de 9 escravos de Bananal, mas igualmente que nesta localidade seu peso relativo no total das unidades familia-

TABELA V .12

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS
SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS

FTP	Casais endogâ- micos	Casais exogâ- micos	Casais incom- pletos	Soltei- ras com filhos	Viúvos com filhos + pseu- do famílias	Total
<u>A. Lorena^a</u>						
1-4	12,5	28,6	10,0	31,9	7,7	18,5
5-9	23,7	42,8	10,0	29,8	23,1	25,5
10-41	63,8	28,6	80,0	38,3	69,2	56,0
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<u>B. Bananal</u>						
1-4	1,8	-	-	14,3	-	2,8
5-9	7,3	-	-	42,8	10,0	11,1
10-84	90,9	-	-	42,9	90,0	86,1
Totais	100,0	-	-	100,0	100,0	100,0

a Ver nota 2.

res seja bem maior (76,4% versus 50,9% em Lorena, conforme já explicitado com base na Tabela V.10).

A observação das duas últimas colunas da Tabela V.12 sugere que a distribuição porcentual, de acordo com diferentes faixas de tamanho dos plantéis, das categorias familiares "viúvos com filhos" e "pseudofamílias" (penúltima coluna) e do total de todas as categorias (última coluna), apresenta um padrão semelhante ao verificado no caso da categoria "casais endogâmicos". Vale dizer, nas três colunas em questão, os valores percentuais são crescentes - ou as famílias escravas fazem-se mais presentes - à medida que aumenta o tamanho dos plantéis. Esse comportamento, porém, não pode ser generalizado para as demais categorias familiares que constam da Tabela V.12. Tais considerações, ademais, aplicam-se tanto à localidade de Lorena como à de Bananal.

No que respeita à categoria "casais exogâmicos" (incluindo-se aí os "casais exogâmicos incompletos"), observa-se que, em Lorena, tais famílias encontram-se mais presentes nos plantéis formados por 5 a 9 cativos (42,8%) e distribuem-se igualmente pelas duas outras faixas consideradas de tamanho (28,6% em cada uma delas). Analisando essa distribuição dos casais exogâmicos, Costa, Slenes e Schwartz afirmam: "este comportamento pode ser atribuído à já citada maior frequência de enlaces nos grandes plantéis, nos quais via-se facilitado o encontro de parceiros."⁽⁴⁰⁾ Ora, esse mesmo argumento, aliado, uma vez mais, ao fato de que em Bananal, comparada ao caso de Lorena, é bem maior a concentração dos escravos vivendo em plantéis com mais de 9 cativos, fornece eventualmente a explicação para a inexistência de casais exogâmicos em Bananal em 1801.

Já os casais incompletos, novamente em Lorena, distribuem-se igualmente pelas duas primeiras faixas de tamanho (10,0% em cada uma delas) e concentram-se fortemente nos plantéis com 10 ou mais escravos (80,0%). Nesse caso, os es-

tudiosos daquela localidade sugerem:

"A alta porcentagem de casais incompletos na faixa superior de tamanho (80%), por seu turno, certamente decorria da maior mobilidade que os senhores de mais posses impunham à sua escravaria como consequência de uma atividade econômica diversificada e/ou de maior porte vis-à-vis os pequenos escravistas." (41)

Se a presença de casais incompletos é um indicador da mobilidade da massa escrava nos plantéis maiores, poder-se-ia então supor que em Bananal - onde tais casais inexistem - a mobilidade da escravaria seria de proporções reduzidas. Porém, se a mobilidade decorre "de uma atividade econômica diversificada e/ou de maior porte", característica dos plantéis de maior tamanho, então ela deveria atingir maior vulto em Bananal, onde o peso relativo desses plantéis era mais elevado.

Quanto a esse último aspecto, é ilustrativo o caso do já mencionado plantel do Capitão Hilário Gomes Nogueira. Esse senhor de engenho possuía 84 escravos em sua propriedade no Bananal. De seu plantel constavam 19 casais endogâmicos, 11 deles com filhos presentes, além de uma viúva com prole, dois viúvos solitários (um homem e uma mulher) e duas solteiras com filhos. A propriedade em questão produziu, em 1801, 600 arrobas de açúcar branco, 100 arrobas de açúcar redondo, 50 arrobas de açúcar mascavo, 600 canadas de aguardente, 150 arrobas de toucinho, 1000 alqueires de milho, 400 alqueires de feijão, 50 alqueires de arroz e 200 alqueires de farinha; o Capitão Hilário, além disso, marcou 100 cabeças de animais vacuns. Não obstante a diversidade e o porte das atividades empreendidas, nenhum dos cativos desse grande plantel inseria-se em unidades familiares da categoria "casais incompletos". Todavia, a mobilidade da escravaria do Capitão Hilário era marcante.

A lista nominativa concernente ao ano de 1802 traz a indicação de que esse grande escravista possuía ao menos uma

outra propriedade, em São João Marcos, na capitania do Rio de Janeiro. Essa informação é fornecida exatamente porque um grupo de 14 escravos fora deslocado para esta segunda fazenda, e por isso "faltão nesta lista comparada com a do anno antedente". Não foi possível identificar um desses cativos no levantamento de 1801; outros oito eram solteiros sem vínculos familiares aparentes ("demais solteiros", consoante a denominação utilizada na Tabela V.9); um deles, Germano, com 11 anos em 1801, era então arrolado junto com seus três irmãos e sua mãe viúva, dos quais foi, assim, ao que tudo indica, separado; os quatro últimos formavam uma família, com pai (Miguel), mãe (Josefa) e dois filhos (Joaquim e Calisto), mas um terceiro filho, João, com 12 anos em 1802, foi mantido em Bananal.⁽⁴²⁾

Corroborase, portanto, a idéia de uma significativa mobilidade da massa escrava nessa localidade, em especial nos maiores plantéis e a despeito da inexistência de casais incompletos. Em verdade, ao menos no caso do plantel do Capitão Hilário Gomes, aparentemente a alocação da mão-de-obra entre as distintas propriedades era feita de modo a evitar a separação dos casais cativos. Mesmo no que respeita aos 2 garotos separados de suas famílias - Germano, que vai sozinho para São João Marcos, e João, que fica só em Bananal - não se pode descartar a possibilidade de que eles tenham permanecido junto a indivíduos aos quais estivessem ligados por laços de parentesco ou compadrio.⁽⁴³⁾ Mais ainda, no próprio comércio interno de escravos há indicações de uma eventual preocupação em manter unidas as famílias escravas. Assim, é ainda o Capitão Hilário que, em 1802, acresce ao seu plantel os cativos Felipe, sua mulher Tereza, e seus filhos Benedita e Amador, os quatro comprados do Alferes Jacinto José de Castro, morador em São João Marcos.⁽⁴⁴⁾

Por fim, resta considerar a categoria formada pelas solteiras com filhos (antepenúltima coluna da Tabela V.12).

Sua distribuição pelas três faixas de tamanho dos plantéis consideradas, porém, nada parece esclarecer acerca da maior importância - absoluta e relativa - desta categoria familiar em Lorena, comparada ao verificado em Bananal (respectivamente, 30,5% e 9,7% do total das unidades familiares escravas, conforme mencionado anteriormente com base na Tabela V .10). Quanto a Lorena, escrevem Costa, Slenes e Schwartz:

"(...) pode-se afirmar que a presença de mulheres solteiras com filhos - excluída, para as mesmas, a muito especial primeira faixa - era relativamente elevada nas faixas de tamanho extremas, e significativamente inferior nas intermediárias (...)" (45)

Em Bananal, das apenas 7 unidades familiares pertencentes à categoria em foco, 1 localizava-se em plantel com menos de 5 cativos, 3 em plantéis com de 5 a 9 escravos, e 3 nos plantéis com 10 ou mais cativos.

A supremacia numérica, em Bananal, das solteiras com filhos nos plantéis com menos de 10 escravos é, pois, muito reduzida, insuficiente para amparar, por exemplo, a hipótese de uma tendência, especialmente nesses plantéis, de muitas mulheres cativas unirem-se perante a Igreja apenas após o nascimento de seu primeiro filho.⁽⁴⁶⁾ O que se pode talvez aventar, tão-somente, é que a menor importância das solteiras com prole em Bananal vis-à-vis Lorena decorre de um ambiente mais propício, na primeira dessas localidades, para a formação de famílias "regularmente constituídas"; isto, uma vez mais, por força, ao que tudo indica, do constatado maior predomínio relativo, em Bananal, dos plantéis com 10 ou mais cativos.

A distribuição das famílias consoante a faixa etária de seus chefes permite não só que se façam considerações adicionais acerca das unidades familiares escravas, mas igualmente que se retomem aspectos anteriormente levantados, caminhando no sentido de esclarecê-los. A Tabela V .13 apresenta a re-

TABELA V .13

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA
E O ESTADO CONJUGAL DE SEUS CHEFES

Faixas etárias dos chefes de família (CF)	CF casados ou viúvos		CF solteiras com filhos		Total	
	Nºs abs	%	Nºs abs	%	Nºs abs	%
<u>A. Lorena^a</u>						
menor de 25	13	11,9	17	36,2	30	19,2
25-34	23	21,1	19	40,4	42	26,9
35-44	21	19,3	9	19,2	30	19,2
45-54	34	31,2	1	2,1	35	22,5
55-64	8	7,3	-	-	8	5,1
65 ou +	10	9,2	1	2,1	11	7,1
Totais	109	100,0	47 ^b	100,0	156	100,0

<u>B. Bananal</u>						
menor de 25	12	18,4	2	28,6	14	19,5
25-34	25	38,5	5	71,4	30	41,7
35-44	15	23,1	-	-	15	20,8
45-54	8	12,3	-	-	8	11,1
55-64	5	7,7	-	-	5	6,9
65 ou +	-	-	-	-	-	-
Totais	65	100,0	7	100,0	72	100,0

Obs.: Nºs abs = números absolutos.

a Ver nota 2.

b Excluiu-se uma mãe solteira a viver junto à filha, igualmente solteira com prole.

ferida distribuição, tanto em termos absolutos como percentuais, para os casos de Lorena e de Bananal; leva-se em conta também o estado conjugal dos chefes de família, agrupando-se, de um lado, os casados ou viúvos e, de outro, as mães solteiras. São marcantes as diferenças entre esses dois grupos. Em Lorena, as famílias cujos chefes, casados ou viúvos, tinham menos de 35 anos de idade, correspondiam a 33,0% do total de unidades familiares chefiadas por indivíduos casados ou viúvos; o percentual correlato, para as famílias chefiadas por mães solteiras, atingia 76,6%. Em Bananal, esses mesmos percentuais alçavam-se a 56,9% e 100,0%, respectivamente, para as unidades familiares cujos chefes eram casados ou viúvos e para aquelas cujos chefes eram mães solteiras. (47)

No trabalho sobre a família escrava em Lorena, afirmam os autores:

"Tais divergências decorrem, quase integralmente, do fato de encontrarmos, entre os chefes de família casados ou viúvos, maioria esmagadora de homens, os quais (...) apresentavam em geral, idades bem superiores às das suas mulheres e, em particular, às das solteiras com filhos." (48)

As diferenças etárias entre os cônjuges, bem como entre as mulheres casadas com filhos e as mães solteiras, serão analisadas ao longo das subseções seguintes deste capítulo. Por enquanto, mencione-se tão-somente que também em Bananal verifica-se o grande predomínio do elemento masculino entre os chefes de família casados ou viúvos. Os homens estão à frente de 57 (87,7%) das 65 unidades familiares cujos chefes enquadraram-se em um desses dois estados conjugais.

A observação da Tabela V.13 patenteia igualmente a existência de sensíveis disparidades entre Lorena e Bananal, quanto à distribuição das famílias de acordo com a faixa etária de seus chefes. Estes, em Bananal, sejam os casados ou viúvos, sejam as mães solteiras, mostram-se em média bem

mais jovens do que em Lorena. Assim, não há nenhuma mãe solteira em Bananal com mais de 34 anos de idade, enquanto que em Lorena, 23,4% delas têm 35 anos ou mais. No que respeita aos chefes de família casados ou viúvos, a moda de sua distribuição radica-se na faixa etária dos 25 a 34 anos em Bananal e na dos 45 a 54 anos em Lorena. De fato, nesta última localidade, quase a metade dos chefes de família casados ou viúvos (47,7%) tinham idade igual ou superior a 45 anos; em Bananal, com mais de 44 anos computavam-se apenas um quinto (20,0%) dos chefes de família naquelas condições.

É provável que a existência de unidades familiares escravas "mais jovens" em Bananal situe-se pelo menos entre os elementos explicativos, por exemplo, do fato de a participação relativa das crianças com menos de 15 anos de idade no total da população cativa ser menor nesta localidade vis - à vis o verificado em Lorena (conforme Tabela V .1). Essa maior juventude talvez auxilie a esclarecer também o fato de que, embora a importância relativa dos escravos casados seja maior em Bananal, o peso relativo dos filhos legítimos é maior em Lorena (conforme Tabela V .9). Finalmente, a constatação em foco, aparentemente, ajuda a compreender o porquê de, entre os filhos legítimos ou naturais de Lorena, ser maior o percentual daqueles com idade igual ou superior a 15 anos. (49)

A Figura V .1 permite que se visualize, nitidamente, a maior juventude dos cativos casados ou viúvos de Bananal em comparação com os de Lorena. Apresenta-se, nessa figura, a distribuição etária dos escravos casados ou viúvos, segundo o sexo, para as duas localidades em questão. (50) De outra parte, é possível que, em certa medida, as famílias escravas "mais jovens" de Bananal reflitam a maior recentidade dessa povoação vis-à-vis Lorena. Esta última data do início do século dezoito, quando "(...) ergueu-se por volta de 1705 uma pequena capela, sob o orago de Nossa Senhora da Piedade ,

FIGURA V.1

**DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS ESCRAVOS CASADOS OU VIÚVOS
DE LORENA E DE BANANAL, SEGUNDO O SEXO**

a) Mulheres

LORENA

BANANAL

b) Homens

LORENA

BANANAL

que, em 1718, foi elevada a freguesia, desmembrada de Guaratingueta."⁽⁵¹⁾ Já Bananal data sua fundação do último quartel daquele mesmo século: "em 1783 {o sesmeiro João Barbosa de Camargo e sua mulher-JFM} resolveram erigir uma capela ao Senhor Bom Jesus do Livramento do Bananal na dita sesmaria, chãos da futura freguesia, vila e finalmente cidade de Bananal, termo da vila de Santo Antonio de Guaratingueta."⁽⁵²⁾

V.3.3 Os casais escravos.

À análise das unidades familiares escravas consideradas em seu conjunto, segue-se agora o estudo específico dos casais, caracterizados pela presença de ambos os cônjuges, sendo pelo menos um deles cativo. De fato, em Bananal, como visto anteriormente, a totalidade dos casais que envolviam um cônjuge escravo era endogâmica com relação à condição social, isto é, o segundo cônjuge era igualmente cativo; a exogamia, assim entendida, fez-se presente apenas na população de referência, Lorena.

Os 55 casais escravos computados em Bananal em 1801, tomados indistintamente aqueles com e sem filhos presentes, são distribuídos, na Tabela V.14, de acordo com as faixas etárias dos cônjuges.⁽⁵³⁾ Observando-se essa tabela, verifica-se que a referida distribuição apresenta-se concentrada nas menores faixas etárias. Assim, em 30 (54,5%) dos 55 casais de escravos bananalenses ambos os cônjuges têm idade inferior a 35 anos. E são 46 (83,6%) os casais nos quais a idade dos cônjuges é igual ou inferior a 44 anos. Ainda na Tabela

V.14, evidenciam-se as distinções entre homens e mulheres. Enquanto que em 27 (49,1%) casais as esposas incluíam-se na faixa etária dos 15 aos 24 anos, apenas em 10 (18,2%) deles os maridos inseriam-se naquela mesma faixa etária. Mais ainda, 80,0% das mulheres tinham menos de 35 anos, e 98,2% de-

TABELA V .14

BANANAL, DISTRIBUIÇÃO DOS CASAIS ESCRAVOS SEGUNDO
AS FAIXAS ETÁRIAS DOS CÔNJUGES

Faixas etárias dos homens	Faixas etárias das mulheres				Totais
	15 - 24	25 - 34	35 - 44	45 - 54	
15 - 24	8 (14,6%)	2 (3,6%)	-	-	10 (18,2%)
25 - 34	13 (23,6%)	7 (12,7%)	1 (1,8%)	-	21 (38,1%)
35 - 44	5 (9,1%)	5 (9,1%)	5 (9,1%)	-	15 (27,3%)
45 - 54	-	3 (5,5%)	3 (5,5%)	1 (1,8%)	7 (12,8%)
55 - 64	1 (1,8%)	-	1 (1,8%)	-	2 (3,6%)
Totais	27 (49,1%)	17 (30,9%)	10 (18,2%)	1 (1,8%)	55 (100,0%)

Obs.: Os valores da distribuição porcentual, fornecidos entre parêntesis, foram calculados sobre o número total de casais escravos.

las menos de 45 anos; seus maridos, porém, eram em geral mais velhos, 56,3% deles com menos de 35 e 83,6% com idade inferior a 45 anos.

A idade média dos cônjuges do sexo masculino igualou-se a 33,96 anos; entre as esposas, a idade média foi de 26,76 a nos.⁽⁵⁴⁾ Tem-se, pois, em média, uma diferença de 7,2 anos em favor dos maridos escravos.⁽⁵⁵⁾ Essa diferença diminui pa ra 5,65 anos quando se consideram tão-somente os 20 casais sem filhos presentes, nos quais as idades médias de maridos e de mulheres foram, respectivamente, iguais a 31,95 e 26,30 anos. Computando-se isoladamente os 35 casais com filhos, a diferença média entre as idades dos cônjuges eleva-se a 8,08 anos, sendo a idade média dos homens igual a 35,11, e a das mulheres, a 27,03 anos.⁽⁵⁶⁾

Como se sugeriu na subseção anterior deste trabalho, as famílias escravas de Bananal eram relativamente "jovens", pe lo menos quando comparadas às famílias escravas de Lorena. Essa inferência, ao que tudo indica, está a refletir-se também nas diferenças verificadas entre as idades médias dos cônjuges sem e com filhos presentes, que compõem os casais de cativos de Bananal. Assim, os maridos dos casais sem filhos têm idade média inferior à dos maridos dos casais com filhos, e o mesmo ocorre com relação às esposas. Em outras palavras, sendo os casais "jovens", no conjunto daqueles "sem filhos", ao que tudo indica, deve ser maior a importância re lativa dos casais que ainda não tiveram seu primeiro filho, vis-à-vis os casais que já não têm nenhum filho vivendo junto a si.

A Tabela V.15 fornece a distribuição dos casais, uma vez mais em números absolutos e em termos porcentuais, agora segundo a origem dos cônjuges: coloniais ou africanos. Adicionalmente, trazem-se de volta para a análise os dados disponíveis para a localidade de Lorena. Nesta última, Costa, Slenes e Schwartz salientam o predomínio da endogamia com re

TABELA V.15

DISTRIBUIÇÃO DOS CASAIS SEGUNDO A ORIGEM DOS CÔNJUGES

Mulheres	Números absolutos			Porcentuais		
	Homens			Homens		
	Col.	Afr.	Tot. ^b	Col.	Afr.	Tot.
<u>A. Lorena^a</u>						
Coloniais	33	21	54	38,8	24,7	63,5
Africanas	7	24	31	8,3	28,2	36,5
Totais ^b	40	45	85	47,1	52,9	100,0

<u>B. Bananal</u>						
Coloniais	4	4	8	7,3	7,3	14,6
Africanas	9	38	47	16,3	69,1	85,4
Totais	13	42	55	23,6	76,4	100,0

Obs.: Col. = Coloniais; Afr. = Africanos; Tot. = Totais.

a Ver nota 2..

b Inclusive 2 forras e 3 forros casados com cativos.

lação à origem: "(...) assim, 38,8% dos consórcios reuniam pessoas nascidas no Brasil e 28,2% originários da África . "

(57) Em Bananal, os casais endogâmicos pela origem correspondem a mais de três quartos (76,4%) do total dos casais de escravos; predominam amplamente, ademais, os casais envolvendo homens e mulheres africanos (69,1%).

De outra parte, em Lorena, quase um quarto (24,7%) dos casais é formado por homens africanos e mulheres coloniais ; nas palavras dos autores aludidos, tal se deve "(...) à presença majoritária dos homens entre os africanos para cá deslocados e à comprovada maior propensão ao casamento que distinguia o elemento africano em face do colonial." (58) Em Bananal, da mesma forma que em Lorena, predominam os homens entre os escravos de origem africana: dos 229 cativos anotados como africanos em 1801, 146 (63,8%) eram do sexo masculino . E, em Bananal, ao menos no caso das mulheres escravas e em uma primeira aproximação, aparentemente também se verifica uma maior propensão a casar das africanas em comparação às coloniais: nos 55 casais de escravos bananalenses, as africanas correspondiam a 85,4% do total de esposas, embora congregassem apenas 65,0% do número total de mulheres com idade superior a 14 anos.

Já com relação aos escravos homens de Bananal, também em uma primeira aproximação, ao que tudo indica não se pode falar em uma maior propensão ao casamento dos africanos em contraposição aos coloniais. Assim, os africanos perfaziam 80,2% do número total de cativos do sexo masculino com idade superior a 14 anos; correspondiam, igualmente, a 76,4% dos maridos que compunham os casais escravos. Os dois percentuais são, pois, relativamente próximos, situação que destoa da verificada no caso das mulheres africanas.

É difícil precisar até que ponto a aparente maior propensão ao casamento das cativas oriundas da África não é, ela própria, decorrência de uma arraigada reação comportamen-

tal privilegiadora das uniões endogâmicas com respeito à origem, aliada à franca supremacia numérica dos homens escravos africanos. Porém, não obstante influenciada por esses dois condicionantes, a propensão mais elevada ao casamento das africanas não parece se explicar totalmente por eles, o que se corrobora, na Tabela V .15, pela observação dos percentuais atinentes aos casais exogâmicos pela origem; dessa forma, em Bananal, os casais formados por mulheres africanas e homens coloniais (16,3%) correspondem a praticamente o dobro daqueles formados por homens africanos e mulheres coloniais (7,3%).

Note-se que, em Lorena, são os casais compostos por homens africanos e mulheres coloniais (24,7%) que suplantam aqueles constituídos por mulheres africanas e homens coloniais (8,3%). Tais resultados não são inesperados, se a maior propensão ao casamento dos cativos africanos, em Lorena, não se restringir - como parece ser o caso em Bananal - às mulheres, estendendo-se igualmente aos escravos do sexo masculino. Esta é a hipótese feita por Costa, Slenes e Schwartz, e que se evidencia com base nos dados apresentados na Tabela V .16.

Nessa tabela é fornecida a distribuição percentual, segundo a origem, dos escravos homens solteiros com idade superior a 14 anos, bem como dos casados ou viúvos, para ambas as localidades mencionadas. Em Lorena, a importância relativa dos casados ou viúvos é maior entre os homens africanos (35,1%) do que entre os coloniais (22,3%), o que vem dar sustentação à hipótese referida, de Costa, Slenes e Schwartz, de que uma maior propensão ao casamento verificar-se-ia para os africanos de ambos os sexos. Não obstante, os dados da Tabela V .16 concernentes a Bananal apontam para a impossibilidade de generalização dessa hipótese, ao menos quanto aos cativos do sexo masculino, corroborando-se dessa forma as considerações acima explicitadas: assim, para os escravos ho

TABELA V .16

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DE HOMENS SOLTEIROS (COM
15 OU MAIS ANOS) E CASADOS OU VIÚVOS,
SEGUNDO A ORIGEM

Estado conjugal	Africanos	Coloniais	Total
<u>A. Lorena^a</u>			
Solteiros com 15 ou mais anos	64,9	77,7	71,7
Casados ou viúvos	35,1	22,3	28,3
Totais	100,0	100,0	100,0

<u>B. Bananal</u>			
Solteiros com 15 ou mais anos	69,0	62,9	67,8
Casados ou viúvos	31,0	37,1	32,2
Totais	100,0	100,0	100,0

a Ver nota 2.

mens de Bananal, a importância relativa dos casados ou viúvos é menor entre os africanos (31,0%) do que entre os coloniais (37,1%).⁽⁵⁹⁾

Por fim, cabe aventar, na explicação da aparente maior propensão ao matrimônio das cativas africanas, como o fazem Costa, Slenes e Schwartz, condicionantes que radicam "(...) em hábitos e costumes os quais formaram-se no correr do tempo e, certamente, decorreram das experiências vividas objetiva e subjetivamente (...)" . Dessa forma,

"(...) é possível que a maior incidência de casamentos entre as africanas fosse uma forma de encontrar, no meio adverso para o qual haviam sido deslocadas, o refúgio no seio do qual se procurava preservar elementos culturais trazidos do outro continente; este refúgio poderia significar, também, um mínimo de segurança num mundo praticamente desconhecido e possivelmente hostil." (60)

V .3.4 As mães escravas.

Algumas características adicionais das famílias escravas podem ser inferidas centrando-se a análise na figura da mãe. Tratar-se-á, pois, nesta subseção, das cativas solteiras, casadas ou viúvas que possuíam pelo menos um filho(a) - solteiro(a), sem prole e com qualquer idade - vivendo junto a si por ocasião da feitura da lista nominativa de habitantes, em 1801. Adiante-se, desde já, que o reduzido número de mães solteiras de Bananal compromete as tentativas de generalização de seus traços característicos, distinguindo-se aqui a interpretação dos resultados obtidos com base no cômputo do número médio de filhos. Optou-se, não obstante, pela apresentação, ao longo de boa parte das tabelas deste tópico, dos dados atinentes às sete mães solteiras escravas bananalenses porque elas, afinal, compõem a totalidade da população de mães cativas solteiras daquela localidade, mesmo que tais dados não permitam que se façam afirmações de maior contundên-

cia.

Na Tabela V .17 fornece-se, para Bananal e também para a localidade de referência - Lorena - , o número médio de filhos de acordo com cinco diferentes faixas de tamanho dos plantéis. Agrupam-se, ademais, nessa tabela, as mães escravas casadas ou viúvas, separando-as das solteiras. Os informes para Lorena, conforme observam Costa, Slenes e Schwartz, "(...) mostram que, para casadas ou viúvas, o número médio de filhos era crescente com respeito ao tamanho dos plantéis, além de indicarem que, em média, as solteiras tinham junto a si um número menor de filhos solteiros sem prole vis à-vis as casadas ou viúvas (...)"⁽⁶¹⁾ Note-se, adicionalmente, que das 58 mães escravas casadas ou viúvas de Lorena, 19 (32,8%) estão nos plantéis com 20 ou mais cativos.

Em Bananal, 27 (71,1%) das 38 mães escravas casadas ou viúvas vivem nesses plantéis compostos por mais de 19 cativos. Essa concentração faz com que, em todas as demais faixas de tamanho, as mães casadas ou viúvas sejam em número bastante reduzido.⁽⁶²⁾ Em consequência, a correlação entre o número de filhos dessas mães e o tamanho dos plantéis onde elas se encontram praticamente inexistente, muito embora, em termos absolutos, o número médio de filhos - tal qual em Lorena - apresente-se crescente à medida que se eleva o tamanho dos plantéis, à exceção da terceira das faixas de tamanho consideradas, de 10 a 14 escravos.⁽⁶³⁾ O número médio de filhos das mães casadas ou viúvas, nesta faixa (2,83), atinge quase o dobro daquele verificado na faixa seguinte, de 15 a 19 cativos (1,50).

Dois fatores colocam-se, aparentemente, como de maior importância na explicação desse número médio de filhos relativamente elevado das mães casadas ou viúvas de Bananal nos plantéis de 10 a 14 escravos. O primeiro desses fatores evidencia-se com base na Tabela V .18, na qual as mães cativas casadas ou viúvas de Bananal são distribuídas segundo faixas

TABELA V.17

NÚMERO MÉDIO DE FILHOS SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL DE SUAS
MÃES^a E FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS

FTP	Casadas ou viúvas			Solteiras		
	Filhos	Mães	F / M	Filhos	Mães	F / M
<u>A. Lorena^b</u>						
2-4	10	5	2,00	19	15	1,26
5-9	35	14	2,50	28	14	2,00
10-14	28	10	2,80	17	7	2,43
15-19	26	10	2,60	5	2	2,50
20-41	58	19	3,05	12	9	1,33
Totais	157 ^c	58	2,71	81	47 ^d	1,72

<u>B. Bananal</u>						
2-4	-	-	-	2	1	2,00
5-9	4	3	1,33	9	3	3,00
10-14	17	6	2,83	1	1	1,00
15-19	3	2	1,50	-	-	-
20-84	45 ^e	27	1,67	2	2	1,00
Totais	69	38	1,82	14	7	2,00

a Consideradas apenas as mulheres com filhos a viverem junto a si, filhos estes solteiros, sem prole e com qualquer idade.

b Ver nota 2.

c Exclusive cinco filhos de dois viúvos e outros três cuja mãe era forra e casada com cativo.

d Exclusive uma mãe solteira a viver com uma sua filha que tinha prole.

e Inclusive um rapaz forro, de 15 anos, vivendo junto a seus pais e irmãos, todos escravos.

Obs.: F / M = número de filhos dividido pelo número de mães.

etárias e de tamanho dos plantéis. Da observação dessa tabela, depreende-se que a faixa de tamanho em questão é a única na qual a totalidade das mães possui idade igual ou superior a 20 anos; nas demais faixas (de 5 a 9, 15 a 19 e 20 a 84 escravos), pelo menos um quinto das mães tem de 15 a 19 anos de idade. A existência, nessas faixas de tamanho, de mães mais jovens, poderia estar pressionando para baixo o número médio de filhos em comparação ao verificado nos plantéis com 10 a 14 cativos. O segundo fator referido é que, entre as 6 mães casadas ou viúvas que se acham nesses plantéis de 10 a 14 escravos está a cativa Helena, uma negra de 31 anos de idade e com uma prole numerosa que ultrapassa em muito a média de Bananal (e igualmente a de Lorena): Helena tinha sete filhos vivendo junto a si.⁽⁶⁴⁾ Esse caso atípico inequivocamente pressiona para cima o número médio de filhos concernente à mencionada faixa de tamanho dos plantéis.

Com relação ao número médio de filhos das mães escravas solteiras de Bananal, que é igual a 2,00 para o conjunto das sete mães, ele é apenas ligeiramente superior ao verificado no caso das mães solteiras de Lorena (1,72), e a diferença é ainda menor quando se tomam as mães casadas ou viúvas bananalenses (1,82). Não se pode, pois, afirmar para Bananal o mesmo que foi dito para Lorena, isto é, que as escravas solteiras com filhos os tinham, em média, em menor número do que as casadas ou viúvas. De outra parte, o que a Tabela V .17 evidencia é que estas últimas mães, em Lorena, possuíam em média mais filhos vivendo junto a si (2,71) do que em Bananal (1,82).

Aparentemente, essa diferença entre as duas localidades é devida, em certa medida, às discrepâncias que se verificam em termos das idades das mães. Assim, enquanto que as escravas casadas com prole de Lorena tinham em média 30,8 anos, as de Bananal possuíam a idade média de 27,0 anos.⁽⁶⁵⁾ Essas discrepâncias são também evidenciadas na Tabela

TABELA V.18

BANANAL, DISTRIBUIÇÃO DAS MÃES ESCRAVAS CASADAS OU VIÚVAS SEGUNDO
FAIXAS ETÁRIAS E DE TAMANHO DOS PLANTÉIS

Faixas etárias das mães escravas casadas ou viúvas									
FTP	15 - 19		20 - 29		30 - 39		40 - 49		Totais
	nºs.abs.	%	nºs.abs.	%	nºs.abs.	%	nºs.abs.	%	nºs.abs. %
2-4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5-9	1	33,3	1	33,3	-	-	1	33,4	3 100,0
10-14	-	-	3	50,0	3	50,0	-	-	6 100,0
15-19	1	50,0	1	50,0	-	-	-	-	2 100,0
20-84	6	22,2	9	33,4	8	29,6	4	14,8	27 100,0
Totais	8	21,1	14	36,8	11	28,9	5	13,2	38 100,0

Obs.: FTP = Faixas de Tamanho dos Plantéis.

nºs.abs. = números absolutos.

V .19, onde se fornece o número médio de filhos segundo o estado conjugal e a faixa etária de suas mães, uma vez mais agrupando-se, de um lado, as casadas ou viúvas e, de outro, as mães solteiras. Em Lorena, quase um quarto (24,1%) das mães cativas casadas ou viúvas tinham 40 ou mais anos de idade; o porcentual correlato, em Bananal, atingia tão-somente 13,2%.⁽⁶⁶⁾ Também as mães escravas solteiras desta última localidade são, em média, mais jovens que as de Lorena, conforme visto já anteriormente quando se estudaram as unidades familiares escravas de acordo com a faixa etária dos chefes de família.⁽⁶⁷⁾

Contudo, as diferenças etárias entre as mães cativas casadas ou viúvas de Lorena e de Bananal não são, ao que tudo indica, as únicas responsáveis pela disparidade constatada nos valores dos números médios de filhos por elas possuídos. São ainda os dados fornecidos na Tabela V .19 que corroboram esta última afirmação. Dessa forma, em todas as faixas etárias pelas quais se distribuem as mães casadas ou viúvas de Bananal, os valores dos números médios de filhos são sempre menores que os valores correspondentes, nas mesmas faixas etárias, aos números médios de filhos das mães casadas ou viúvas de Lorena. Em outras palavras, ditas mães não têm, em média, um número maior de filhos que as de Bananal apenas porque têm, em média, idade mais elevada.⁽⁶⁸⁾

Um segundo motivo é sugerido a partir dos dados constantes da Tabela V.20. Nela, apresenta-se o número médio de filhos com 14 ou menos anos, para a faixa etária dos 15 aos 49 anos das respectivas mães.⁽⁶⁹⁾ As mães escravas são, ademais, tomadas consoante sua origem (coloniais ou africanas), cor (pretas ou pardas, sendo pretas todas as africanas), e estado conjugal (casadas ou solteiras, excluindo-se, pois, as mães viúvas). Os informes são fornecidos tanto para Bananal como para Lorena. Quanto a esta última, escrevem Costa, Slenes e Schwartz, referindo-se às mães casadas:

TABELA V .19

NÚMERO MÉDIO DE FILHOS SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL
DE SUAS MÃES E FAIXAS ETÁRIAS DAS MESMAS^a

Faixas etárias das mães	Casadas ou viúvas			Solteiras		
	Filhos	Mães	F / M	Filhos	Mães	F / M
<u>A. Lorena^b</u>						
15-19	4	3	1,33	10	8	1,25
20-29	71	28	2,54	27	17	1,59
30-39	42	13	3,23	30	14	2,14
40-49	29	9	3,22	8	6	1,33
50-59	9	4	2,25	2	1	2,00
60 ou +	2	1	2,00	4	1	4,00
Totais	157	58	2,71	81	47	1,72

<u>B. Bananal</u>						
15-19	9	8	1,12	1	1	1,00
20-29	22	14	1,57	11	5	2,20
30-39	29	11	2,64	2	1	2,00
40-49	9	5	1,80	-	-	-
50-59	-	-	-	-	-	-
60 ou +	-	-	-	-	-	-
Totais	69	38	1,82	14	7	2,00

a Ver observações da tabela 17.

b Ver nota 2.

"(...) o número médio de filhos das mulheres pretas era superior ao das pardas: as pretas nascidas no Brasil apresentavam o maior valor para a relação em tela (2,95); seguiam-nas as africanas (2,53), aparecendo por último as pardas aqui nascidas. (...)

"O número de casos não é suficiente para afirmações categóricas sobre as causas das divergências no grupo das casadas; fica, não obstante, consignada sua existência." (70)

Esta última ressalva, cabe salientar, aplica-se também ao caso de Bananal. Mais ainda, não se pode afirmar nada acerca das distinções atinentes à cor das mães escravas casadas de Bananal, pois todas elas são pretas. Contudo, quanto à sua origem, as disparidades apresentam-se tal qual em Lorena, não obstante, lembre-se sempre, o pequeno número de observações, em especial no que respeita às mães casadas coloniais. Assim, o número médio de filhos destas últimas (3,00) superava o dobro do número médio de filhos das mães casadas africanas (1,45). Em Lorena essa diferença era bem menor (os valores correspondentes alçavam-se, respectivamente, a 2,95 e 2,53), mas apontava na mesma direção. De outra parte, na faixa etária dos 15 aos 49 anos, as africanas correspondiam a um terço (33,3%) do total de mães casadas de Lorena (eram 17 em um total de 51); em Bananal, 31 (88,6%) das 35 mães casadas eram africanas. (71)

Seria então possível sugerir, com a devida cautela, que o menor número médio de filhos das mães escravas casadas de Bananal vis-à-vis o verificado em Lorena relaciona-se à idade, em média, mais elevada dessas mães em Lorena, e ao largo predomínio, entre essas mães em Bananal, das mulheres originárias da África, as quais, em média, apresentavam um número menor de filhos solteiros e sem prole vivendo junto a si. É possível, também, que essa última disparidade constatada, concernente à origem das mães cativas, alie-se à já verificada existência de famílias escravas "mais jovens" em Bananal como um elemento explicativo a mais, por exemplo, para o fa-

TABELA V .20

NÚMERO MÉDIO DE FILHOS COM 14 OU MENOS ANOS , PARA A FAIXA
ETÁRIA DOS 15 AOS 49 ANOS DAS RESPECTIVAS MÃES

Valores	Coloniais				Africanas	
	Mães casadas		Mães solteiras		Mães	Mães
	Pretas	Pardas	Pretas	Pardas	casadas	solteiras

A. Lorena^a

Número						
de filhos	65	25	35	25	43	11
Número						
de mães	22	12	23	14	17	7
F / M	2,95	2,08	1,52	1,79	2,53	1,57

B. Bananal

Número						
de filhos	12	-	6	2	45	6
Número						
de mães	4	-	2	2	31	3
F / M	3,00	-	3,00	1,00	1,45	2,00

Obs.: F / M = número de filhos dividido pelo número de mães

a Ver nota 2.

to de a participação relativa das crianças com 14 ou menos a nos de idade no total da população cativa ser menor nesta lo calidade em comparação com o observado em Lorena. (72)

Por outro lado, à maior juventude dos cônjuges escravos de Bananal, adiciona-se, talvez, a maior presença das mães cativas africanas nesta localidade, no sentido de ajudar a compreender o porquê de, embora a importância relativa dos escravos casados seja maior em Bananal, o peso relativo dos filhos legítimos ser maior em Lorena. Quiçá esclarecedoras a esse respeito sejam as sugestões inferidas ao longo do texto acerca de uma possível maior propensão ao casamento das afri^u canas e de uma eventual tendência das mães africanas a gera^u rem, em média, um menor número de filhos.

Na explicação dessa eventual tendência, é viável aventar-se, assim como foi feito quanto à aparente maior propen^u são ao casamento, fatores condicionantes que fogem aos âmbi^u tos essencialmente econômico e demográfico, e que têm a ver com o estabelecimento de reações comportamentais que vêm res^u ponder aos estímulos da vida em cativo. Não obstante o ca^u samento pudesse significar para as africanas "(...) um míni^u mo de segurança num mundo praticamente desconhecido e possi^u velmente hostil", é igualmente possível que, pelo menos du^u rante um certo período de tempo após a vinda da África, hou^u vesse alguma relutância dessas mulheres em trazer crianças a esse mundo hostil e desconhecido. (73)

As estimativas para índices gerais de fecundidade, esta^u belecidas segundo diferentes faixas de tamanho dos plantéis, corroboram as diferenças verificadas quanto ao número médio de filhos entre Lorena e Bananal. Tais estimativas são apre^u sentadas na Tabela V.21, e decorrem da relação entre o nú^u mero de crianças com idade entre 0 e 4 anos para cada 1.000 mulheres na faixa etária dos 15 aos 49 anos, vale dizer, pa^u ra cada 1.000 mulheres em idade de procriar. Para todas as faixas de tamanho consideradas, em especial na primeira de-

TABELA V .21

ESTIMATIVA PARA ÍNDICES GERAIS DE FECUNDIDADE
SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS

FTP	Crianças (0 a 4 anos)	Mulheres (15 a 49 anos)	$\frac{C_{(0 \text{ a } 4)}}{M_{(15 \text{ a } 49)}} \times 1000$
<u>A. Lorena^a</u>			
1-4	19	48	396
5-9	33	52 ^b	635
10-41	76	96	792
Totais	128	196	653

<u>B. Bananal</u>			
1-4	2	15	133
5-9	5	11	454
10-84	35	89	393
Totais	42	115	365

a Ver nota 2.

b Inclusive uma forra cujos filhos foram anotados como escravos.

las, os valores das estimativas dos índices gerais de fecundidade são maiores em Lorena do que em Bananal. Tais resultados não são surpreendentes pois, como visto na análise acerca do número médio de filhos, as disparidades entre as duas localidades eram devidas, ao que parece, às idades das mães e, principalmente, às suas origens, e não à sua distribuição pelas diferentes faixas de tamanho dos plantéis.

De outra parte, as estimativas em foco, no caso de Lorena, apresentam-se crescentes à medida que se eleva o tamanho dos plantéis. Cabe aqui, contudo, a ressalva feita por Costa, Slenes e Schwartz:

"Muito embora tais resultados pareçam sugestivos, não se deve esquecer que os mesmos podem estar enviesados. Assim, o índice referente à faixa de tamanho de 1 a 4 escravos estaria subestimado, pois como os pequenos plantéis formam-se - seja por compra, seja por varia das formas de doação (partilha em vida, herança etc) - privilegiando cativos com idade mais elevada, poderiam estar sendo subtraídas de plantéis mais numerosos mulhe res que nele deixaram sua prole. Esta mesma eventualidade traria como consequência a superestimação do índice pertinente aos plantéis maiores." (74)

Em Bananal, onde talvez também se aplique a qualificação acima citada, a estimativa mais elevada correspondeu ao índice calculado para a segunda faixa de tamanho (plantéis com 5 a 9 cativos).⁽⁷⁵⁾ Não obstante, assim como em Lorena, a discrepância mais marcante diz respeito à primeira faixa, para a qual, em ambas as localidades, a estimativa do índice geral de fecundidade é bem menor que as estimativas atinentes às duas outras faixas consideradas. Saliente-se, ademais, que a já mencionada concentração mais intensa dos cativos de Bananal nos plantéis de maior tamanho torna bastante reduzido o número das observações que compõem as estimativas fornecidas na Tabela V.21 para as duas primeiras faixas de tamanho dos plantéis naquela localidade.

V .3.5 As crianças escravas.

A análise das crianças escravas é feita pondo-se a ênfase sobre sua condição de legitimidade. Tal condição é, na verdade, suposta, uma vez que as listas nominativas compulsadas não a trazem explicitamente declarada. Consideram-se, pois, como legítimos, os indivíduos solteiros, sem prole, anotados nas listas como filhos de pessoas arroladas como casadas ou viúvas; e ilegítimos (naturais) aqueles anotados como filhos de pessoas arroladas como solteiras.⁽⁷⁶⁾ Tal procedimento, cabe ressaltar, eventualmente superestima o contingente das crianças legítimas, pois os mais velhos dentre os filhos das pessoas casadas ou viúvas poderiam ter sido gerados anteriormente ao casamento.⁽⁷⁷⁾

As crianças africanas, para as quais é problemática a atribuição da condição de legitimidade, são agrupadas separadamente, incluindo-se entre elas, em Bananal, uma menina de 1 ano de idade que vivia juntamente com sua mãe, esta última também africana e anotada na lista nominativa como solteira. Agrupam-se em separado, igualmente, as crianças coloniais que não são arroladas nem como filhas de pessoas casadas ou viúvas, nem como filhas de indivíduos solteiros; a existência dessas crianças, de condição de legitimidade desconhecida, acarreta possivelmente a subestimação tanto de legítimos quanto de naturais. Talvez seus pais, sejam casados ou viúvos, sejam solteiros, tenham morrido, ou talvez tais famílias tenham sido rompidas através de doações, partilhas, ou ainda por força do tráfico interno de escravos.⁽⁷⁸⁾ Para todos os quatro grupos mencionados, tomaram-se, tão-somente, as crianças com idade igual ou inferior a 14 anos, "(...) procedimento este que, além de universalmente aceito, ameniza (...) a super ou subestimação cujas fontes foram antes salientadas."⁽⁷⁹⁾

A Tabela V .22 apresenta a distribuição, para Bananal

e também para Lorena, das crianças cativas com menos de 15 a nos de idade de acordo com a condição de legitimidade (legítimos, naturais, de filiação desconhecida e africanos). No caso de Lorena,

"(...) verifica-se (...) o alto peso relativo dos legítimos; assim, mesmo admitindo-se como composto de filhos naturais todo o efetivo de pessoas com filiação desconhecida e excluídos os africanos, restaria ainda mais altamente representada a massa de legítimos (143 sobre 326 o que equivale ao porcentual de 43,9%). Portanto, não se pode pôr em dúvida a afirmação de que mais de dois quintos dos nascidos no Brasil compunha-se de legítimos em vivência com seus pais." (80)

Em Bananal, a importância relativa dos filhos legítimos é ainda maior. Tomadas apenas as crianças coloniais, o contingente das legítimas atinge praticamente dois terços do total (66,3%, isto é, 63 crianças legítimas entre as 95 nascidas no Brasil).

Quando se voltou a atenção, na análise de algumas características da população escrava como um todo - na seção 2 deste capítulo - , aos cativos na faixa etária dos 0 aos 14 anos, observou-se que, em Lorena, predominavam as crianças do sexo feminino e esse predomínio era maior se computados a penas os escravos coloniais; em Bananal, ao contrário, predominavam os meninos e a supremacia numérica destes era também maior se considerados tão-somente os cativos nascidos no Brasil. Levantou-se àquela altura a questão da eventual existência de um fluxo de comércio interno de escravos que respondesse pelas disparidades verificadas a partir dos valores observados das razões de masculinidade. É possível agora retomar essa discussão, a ela acrescentando-se o informe concernente à condição de legitimidade.

Ainda na Tabela V .22, é fornecida a distribuição das crianças com 14 ou menos anos de idade segundo o sexo, e essa distribuição é refletida, sempre consoante a condição de legitimidade, nos valores das razões de masculinidade, apre-

TABELA V.22

DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS COM 14 OU MENOS ANOS
SEGUNDO A CONDIÇÃO DE LEGITIMIDADE

Condição de legitimidade	Números absolutos			Porcentuais			Razão de masculinidade
	H	M	H+M	H	M	H+M	
<u>A. Lorena^a</u>							
Legítimos	75	68	143	44,4	38,2	41,2	110,3
Naturais	30	41	71	17,7	23,0	20,5	73,2
Desconhecida	50	62	112	29,6	34,9	32,3	80,6
Africanos	14	7 ^b	21	8,3	3,9	6,0	200,0
Totais	169	178	347	100,0	100,0	100,0	94,9
<u>B. Bananal</u>							
Legítimos	35	28	63	62,5	58,4	60,6	125,0
Naturais	9	4	13	16,1	8,3	12,5	225,0
Desconhecida	8	11	19	14,3	22,9	18,3	72,7
Africanos	4	5 ^c	9	7,1	10,4	8,6	80,0
Totais	56	48	104	100,0	100,0	100,0	116,7

a Ver nota 2.

b Exclusive uma mulher casada, de 14 anos.

c Inclusive uma menina de 1 ano de idade, em vivência com sua mãe, anotada como solteira, também africana.

sentados na última coluna da tabela em questão. Entre as crianças legítimas, tanto em Lorena como em Bananal, são mais numerosos os cativos do sexo masculino, embora essa predominância seja um pouco mais intensa nesta última localidade (em Bananal, 55,5% das crianças legítimas são meninos; em Lorena, o percentual correlato atinge 52,4%). De fato, a própria participação elevada dos legítimos no contingente das crianças, especialmente em Bananal, pode ser entendida como um indício da não existência, ao menos em magnitude significativa, de um fluxo interno de comércio de crianças cativas. A presença marcante dos filhos legítimos, em vivência junto a seus pais, aparentemente aponta no sentido de que, pelo menos, essas crianças não teriam sido objeto de comércio isoladamente. Mencione-se, nesse contexto, uma vez mais, a aquisição feita em 1802 pelo Capitão Hilário Gomes Nogueira, que a cresce ao seu plantel a família composta pelos escravos Felipe, sua mulher Tereza, e os filhos do casal, Benedita e Amador.⁽⁸¹⁾

Quanto às crianças africanas, observam Costa, Slenes e Schwartz que em Lorena "(...) verifica-se largo predomínio do elemento masculino, fato que corresponde inteiramente às expectativas."⁽⁸²⁾ Em Bananal, essas expectativas teóricas não se comprovam, predominando as meninas entre as crianças cativas vindas da África. Contudo, é importante salientar que, à exceção dos legítimos, para todos os demais grupos pelos quais se distribuem as crianças escravas de Bananal, constantes da Tabela V .22, é bastante reduzido o número de observações, particularmente no caso das crianças africanas, que são tão-somente 9, sendo 4 meninos e 5 meninas.

Com relação aos filhos naturais e às crianças com filiação desconhecida, verifica-se, para ambos os casos, em Lorena, o predomínio do sexo feminino. Nas palavras dos estudiosos dessa localidade,

"como tal constatação não encontra justificativa

no âmbito puramente biológico, devemos procurá-la ao nível sócio-econômico - o que nos induz a supor a comercialização preferencial dos meninos cujas mães eram solteiras. A hipótese alternativa - uma taxa de alforria mais elevada para o elemento masculino - não parece plausível." (83)

Em Bananal, observa-se igualmente a supremacia numérica das meninas entre as crianças com filiação desconhecida; contudo, entre os filhos naturais, mais de dois terços (69,2%) são do sexo masculino. Dessa forma, os dados disponíveis para Bananal não dão suporte, pelo menos no que respeita a 1801, à hipótese avançada para o caso de Lorena, de uma comercialização preferencial das crianças cativas do sexo masculino de filiação ilegítima. (84)

Na Tabela V .23 apresenta-se a distribuição porcentual das crianças escravas com 14 ou menos anos de idade, de acordo com três diferentes faixas de tamanho dos plantéis. Ademais, consoante os informes tornados disponíveis para Lorena, agrupam-se, de um lado, as crianças legítimas e, de outro, as naturais, considerados, ambos os grupos, conforme o sexo de seus integrantes. (85) Patenteiam-se, tanto para Lorena como para Bananal, diferenças marcantes entre legítimos e naturais, em termos de sua distribuição pelas faixas de tamanho dos plantéis. Em Lorena, mais de dois terços (70,6%) dos legítimos vivem nos plantéis com 10 ou mais escravos; nestes mesmos plantéis estão menos de dois quintos (39,4%) dos filhos naturais. Como observam Costa, Slenes e Schwartz, a concentração das crianças legítimas nos plantéis de maior tamanho entende-se como uma "(...) decorrência necessária da concentração de casados ou viúvos nos plantéis de grande porte." (86)

Em Bananal, como já salientado várias vezes ao longo do texto, essa concentração dos cativos casados ou viúvos nos plantéis com 10 ou mais escravos era ainda mais intensa do que em Lorena: 90,8% desses cativos viviam em tais plantéis

TABELA V.23

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DAS CRIANÇAS COM 14 OU MENOS
ANOS SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÊIS

FTP	Legítimos			Naturais			% de legítimos e naturais segundo FTP		
	H	M	H+M	H	M	H+M	Leg	Nat	Total
<u>A. Lorena^a</u>									
1-4	8,0	4,4	6,3	26,6	22,0	24,0	34,6	65,6	100,0
5-9	20,0	26,5	23,1	36,7	36,6	36,6	55,9	44,1	100,0
10-41	72,0	69,1	70,6	36,7	41,4	39,4	78,3	21,7	100,0
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	66,8	33,2	100,0

<u>B. Bananal</u>									
1-4	-	-	-	11,1	25,0	15,4	-	100,0	100,0
5-9	5,7	7,1	6,3	66,7	50,0	61,5	33,3	66,7	100,0
10-84	94,3	92,9	93,7	22,2	25,0	23,1	95,2	4,8	100,0
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	82,9	17,1	100,0

Obs.: H = Homens; M = Mulheres; H+M = Homens + Mulheres ;
Leg = Legítimos; Nat = Naturais.

a Ver nota 2.

de Bananal, sendo que o porcentual correspondente em Lorena atingia 63,5%.⁽⁸⁷⁾ Essa discrepância entre as duas localidades acha-se igualmente refletida na distribuição das crianças legítimas. Assim, mais de nove décimos (93,7%) dessas crianças, em Bananal, encontram-se nos plantéis de maior tamanho, porcentual que, como visto, era de 70,6% em Lorena. De outra parte, pouco mais de um quinto (23,1%) das crianças ilegítimas de Bananal estão localizadas nos plantéis maiores; estas crianças, tal qual em Lorena, concentram-se naqueles plantéis formados por 9 ou menos cativos.

Da observação das três últimas colunas da Tabela V .23 depreende-se que os filhos legítimos vão-se fazendo cada vez mais presentes, vis-à-vis os naturais, à medida que se eleva o tamanho dos plantéis. Em Bananal, inclusive, inexistem crianças escravas legítimas na primeira das faixas de tamanho consideradas; por outro lado, são apenas 3 as crianças ilegítimas nos plantéis com 10 ou mais cativos daquela localidade. As palavras seguintes, vinculadas ao caso de Lorena, muito provavelmente aplicam-se com justeza ainda maior também às condições verificadas em Bananal: "os grandes plantéis ofereciam, pois, ambiente propício ao intercuro sexual regularmente consagrado pela Igreja e à constituição de famílias escravas estáveis."⁽⁸⁸⁾

O outro lado da moeda, que se justapõe a esse ambiente mais propício às famílias escravas - em especial as "regularmente constituídas" - nos plantéis de maior tamanho, diz respeito ao efeito que o desenvolvimento dessas famílias poderia ter sobre o próprio tamanho dos plantéis onde elas estivessem. Assim, por exemplo, em Bananal, a viúva Isabel da Silva Leme, de 81 anos, possuía 14 cativos em 1801, sendo 2 casais, um deles com 7 filhos presentes e o outro com apenas 1 criança; portanto, tão-somente 2 escravos desse plantel não participavam, ao menos aparentemente, de relações familiares. Neste caso, ao que tudo indica, a família escrava res-

ponde pela transformação de um plantel médio em um grande , pelo acréscimo dos 8 filhos legítimos.

Em Lorena, em torno de 30% do efetivo dos plantéis formados por mais de 4 cativos compunham-se de filhos legítimos ou naturais.⁽⁸⁹⁾ Tal participação, de um lado, tomada em termos do contingente de legítimos (que é o numericamente mais importante), leva os estudiosos de Lorena a

"(...) pensar no grande impulso potencial que os casamentos regulares podiam significar para a reposição ou ampliação de plantéis com mais de 10 escravos; esta evidência pode explicar porque, dos proprietários(...), os maiores parecem ter se servido apenas subsidiariamente do mercado interno de escravos; ademais, talvez aí repouse uma das causas para as proibições impostas aos escravos de se casarem 'fora' de seus plantéis, pois os casamentos, 'dentro' do próprio plantel atuariam no sentido de garantir a 'captação' integral dos rebentos que porventura viessem a ser concebidos." (90)

Considerando-se, de outro lado, o impacto total de cerca de 30%, isto é, tomando-se conjuntamente a participação das crianças cativas legítimas e ilegítimas, Costa, Slenes e Schwartz sugerem a existência "(...) de um eventual crescimento vegetativo positivo dos plantéis de maior porte; esta possibilidade (...) não deve ser afastada in limine."⁽⁹¹⁾

Em Bananal, não obstante um contingente relativamente maior de escravos vivesse nos plantéis de maior tamanho do que em Lorena, a participação do conjunto de filhos legítimos ou naturais no efetivo total desses plantéis era mais modesta. A Tabela V.24 apresenta a participação porcentual dos filhos legítimos ou naturais de Bananal, segundo diferentes faixas de tamanho dos plantéis, participação essa calculada sobre os respectivos efetivos totais de cada faixa de tamanho.⁽⁹²⁾ Tais informes evidenciam que, para os plantéis com 5 ou mais escravos, excetuada a faixa dos 15 aos 19 cativos, o conjunto dos legítimos ou naturais corresponde sempre a mais de um quinto do efetivo total, mas em nenhum caso a-

TABELA V .24

BANANAL, PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DE FILHOS LEGÍTIMOS
OU NATURAIS SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS^a

FTP	Legítimos	Naturais	Legítimos + Naturais
1	zero	zero	zero
2 - 4	zero	9,1	9,1
5 - 9	8,0	18,0	26,0
10 - 14	22,1	1,3	23,4
15 - 19	8,8	zero	8,8
20 - 84	22,2 ^b	1,0	23,2

a Porcentuais calculados sobre os respectivos efetivos totais de cada faixa de tamanho.

b Inclusive um rapaz forro, de 15 anos, vivendo junto a seus pais e irmãos, todos escravos.

tinge os 30% verificados para Lorena.⁽⁹³⁾ Embora menor do que em Lorena, o impacto dos filhos legítimos ou naturais em Bananal é suficientemente importante para corroborar as idéias de que as famílias escravas podem ter sido relevantes como um instrumento para o aumento do tamanho dos plantéis, e de que o crescimento vegetativo da população escrava nos plantéis de maior tamanho talvez tenha sido eventualmente positivo.

Na explicação da disparidade verificada entre as duas localidades em questão, devem ser retomadas algumas inferências às quais se chegou ao longo das subseções anteriores. Dessa forma, Bananal, considerada como um todo, aparentemente conformava um ambiente mais propício ao desenvolvimento das famílias escravas, pela presença mais marcante dos plantéis de maior tamanho em termos do número relativo de escravos que neles viviam; a isso, e também a uma aparente maior propensão ao casamento das mulheres africanas, relativamente mais importantes entre as cativas casadas em Bananal, deve-se, ao que tudo indica, a maior participação relativa dos cativos casados ou viúvos naquela localidade vis-à-vis Lorena.⁽⁹⁴⁾ Contudo, a idade em média mais baixa dos escravos casados ou viúvos de Bananal, em especial das mães cativas, aliada à presença relativamente mais importante nessa localidade das mães originárias da África, caracterizadas por uma aparente tendência a gerar em média um menor número de filhos, acarreta, ao que tudo indica, que os filhos escravos tenham um peso relativo mais elevado no total da população escrava em Lorena, o que é corroborado, como visto, pelo impacto desse peso em termos dos efetivos que compõem as diferentes faixas de tamanho dos plantéis nas duas localidades.

V .3.6 Os cativos viúvos.

A explicitação sucinta de algumas características espe-

cíficas dos escravos viúvos complementa o estudo que se vem fazendo dos diversos elementos que compõem as unidades familiares escravas, dos quais analisaram-se já, ao longo das três subseções anteriores, os casais, as mães e, por fim, as crianças cativas. A Tabela V .25 traz a distribuição, em números absolutos, dos viúvos e viúvas de Lorena e de Bananal, de acordo com três diferentes faixas de tamanho dos plantéis. Tais indivíduos são, adicionalmente, agrupados conforme a presença ou não de filhos solteiros e sem prole vivendo junto a si. Informam-se, também, ao pé da tabela, a origem e a cor dessas pessoas.

São apenas 12 os escravos viúvos de Lorena (6 homens e 6 mulheres) e tão-somente 10 os de Bananal (2 homens e 8 mulheres). Em ambas as localidades, predominam os viúvos sem filhos, tanto no caso dos homens como no das mulheres; em Lorena, esses viúvos sem prole, tomados conjuntamente ambos os sexos, correspondem a dois terços (66,7%) do total de viúvos e, em Bananal, o percentual correlato alça-se a 70,0%. Igualmente em ambas as localidades, predominam entre os homens viúvos os africanos (100,0% em Bananal e 83,3% em Lorena), havendo, entre as mulheres, equilíbrio quanto à origem (50,0% africanas e 50,0% coloniais, tanto em Lorena como em Bananal). Quanto à cor, apenas um viúvo em cada localidade era de cor parda (e do sexo feminino em ambos os casos), sendo pretos todos os demais.

Três quartos dos viúvos de Lorena viviam nos plantéis com 10 ou mais escravos; em Bananal essa proporção atingia os nove décimos. Note-se, ademais, que para as duas localidades, essa concentração nos plantéis de maior tamanho torna-se absoluta no caso dos viúvos com filhos. Corrobora-se, assim, uma vez mais, a idéia de que esses plantéis maiores conformavam um ambiente mais favorável à formação e desenvolvimento das famílias escravas. (95)

TABELA V.25

VIÚVOS E VIÚVAS, SEGUNDO VÁRIOS ATRIBUTOS
E CONSOANTE FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS

FTP	Viúvos sem filhos		Viúvos com filhos		H + M		Total
					Sem	Com	
	H	M	H	M	filhos	filhos	
<u>A. Lorena^a</u>							
1-4	1	-	-	-	1	-	1
5-9	1	1	-	-	2	-	2
10-41	2	3	2	2	5	4	9
Totais	4	4	2	2	8	4	12 ^b

<u>B. Bananal</u>							
1-4	-	-	-	-	-	-	-
5-9	1	-	-	-	1	-	1
10-84	1	5	-	3	6	3	9
Totais	2	5	-	3	7	3	10 ^c

Obs.: H = Homens; M = Mulheres; H + M = Homens + Mulheres

a Ver nota 2.

b Dos homens, 5 eram africanos e 1 colonial preto; das mulheres, 3 africanas, 1 parda e 2 pretas coloniais.

c Os 2 homens eram africanos; das mulheres, 4 eram africanas e as outras 4 coloniais, sendo 1 parda e 3 pretas.

V.3.7 A estabilidade das famílias escravas.

Encerrando este capítulo, são oportunas algumas breves considerações acerca da possível estabilidade, e da estabilidade possível, das famílias escravas. Para tanto, de início, apresenta-se na Tabela V.26 a distribuição percentual dessas famílias que possuíam um ou mais filhos sobreviventes presentes por ocasião do arrolamento, consoante o número de filhos, filhos estes solteiros e sem prole. Tal distribuição, ademais, é mostrada de acordo com o estado conjugal dos chefes de família. Em Lorena e em Bananal, mais da metade das mães solteiras (respectivamente, 61,7% e 57,1%) tinham apenas um filho vivendo junto a si.⁽⁹⁶⁾ No entanto, quando consideradas as famílias escravas cujos chefes eram casados ou viúvos, torna-se sensível a diferença entre as duas localidades.

Em Lorena, pouco menos da metade (45,1%) das famílias com filhos chefiadas por indivíduos casados ou viúvos eram compostas por mais de 2 crianças. Ter-se-iam aí, somados às diversas observações acerca de Lorena citadas ao longo do texto, "(...) indicadores sólidos da estabilidade das famílias escravas, as quais se defrontavam com não poucos óbices à sua continuidade regular."⁽⁹⁷⁾ Porém, em Bananal, apenas 23,7% das famílias em questão tinham 3 ou mais filhos, a maioria delas (57,9%) possuindo apenas 1 rebento. Não obstante essa distribuição, a análise efetuada anteriormente dos elementos componentes das famílias escravas de Bananal não aponta no sentido de uma menor estabilidade nesta localidade vis-à-vis Lorena. Como visto, as idades em média mais baixas dos cônjuges cativos bananalenses, em especial das mães escravas, aliadas à predominância, entre estas mães, das mulheres africanas, que concebiam, em média, um menor número de filhos, aparentemente respondem, em boa medida, pelas diferenças constatadas.

TABELA V.26

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DAS FAMÍLIAS COM UM
OU MAIS FILHOS SOBREVIVENTES PRESENTES

Chefes de família	Número de filhos			Total
	1	2	3 ou +	
<u>A. Lorena^a</u>				
Casados ou viúvos	21,0	33,9	45,1	100,0
Mães solteiras	61,7	17,0	21,3	100,0
Totais	38,5	26,6	34,9	100,0

<u>B. Bananal</u>				
Casados ou viúvos	57,9	18,4	23,7	100,0
Mães solteiras	57,1	14,3	28,6	100,0
Totais	57,8	17,8	24,4	100,0

a Ver nota 2.

Uma indicação a mais da possível durabilidade da família escrava em Bananal é dada pelo casal formado pelos cativos João e Helena, esta última já referida anteriormente ao se estudarem as mães escravas. O casal, ambos negros e com 31 anos de idade, possuía 7 filhos em 1801, dos quais o mais velho, de nome Brás, tinha 16 anos. João, Helena e seus 7 filhos são o retrato de um possível relacionamento estável e duradouro. Mais ainda, a estabilidade desta família escrava, ao que tudo indica, tem muito a ver com a estabilidade do próprio plantel no qual ela se desenvolve, que indubitavelmente se vincula à longevidade da proprietária, a viúva Isabel da Silva Leme, com 81 anos de idade em 1801.

Essa última consideração conduz ao modelo cíclico de destruição, construção e dispersão da família escrava elaborado por Herbert Gutman. Tal movimento cíclico, de acordo com Gutman, acompanha as diversas etapas da vida - e da atividade econômica - do proprietário de pequenas plantações. Este, ao iniciar sua vida adulta, procede à formação de sua força de trabalho, com isso acarretando, amiúde, a destruição de laços familiares anteriormente possuídos por seus escravos; tais laços vão-se reconstruindo e desenvolvendo, em um processo de estabilização e reprodução da mão-se-obra que marca a "meia-idade" do senhor; por fim, a velhice ou a morte deste freqüentemente provoca a quebra dos laços construídos na fase anterior, tendo lugar a dispersão daquela mão-de-obra. (98)

Dessa forma, a família escrava provavelmente via-se fortemente afetada pelo ciclo de vida de seus proprietários e, também, pelo ciclo econômico subjacente. (99) Procura-se captar essas influências, ainda que em uma aproximação bastante grosseira, através dos elementos perturbadores da estabilidade familiar escrava, arrolados sob a rubrica "econômicos" na Tabela V .27. As vendas, compras, doações em vida e heranças envolveram 66 cativos em Lorena, equivalentes a 7,2% do

total da escravaria; em Bananal, os 31 escravos transacionados correspondiam a 7,7% da população cativa. De outra parte, em ambas as localidades, esses elementos perturbadores de caráter econômico suplantavam em muito aqueles de cunho demográfico, representados na Tabela V .27 pela morte de escravos. Tais mortes, em Lorena, eram numericamente equivalentes a aproximadamente apenas um quarto (25,8%) do número de cativos transacionados; em Bananal, essa proporção era inferior a dois quintos (38,7%, isto é, 12 escravos mortos e 31 transacionados).

Dos 66 cativos de Lorena vendidos, comprados, doados ou herdados em 1801, 51 (77,3%) vinculavam-se a plantéis com 9 ou menos escravos. Nas palavras de Costa, Slenes e Schwartz, "(...) tais movimentos perturbadores de caráter econômico afetavam, sobretudo, os pequenos e médios plantéis. (...) Esta é mais uma evidência de que a estabilidade da família escrava devia ser maior nos grandes plantéis."⁽¹⁰⁰⁾ Em Bananal, apenas 38,7% dos cativos transacionados ligavam-se a plantéis com menos de 10 escravos (eram 12 em um total de 31 cativos). Viria esta última verificação contrariar a idéia, até aqui corroborada neste trabalho, de uma maior estabilidade da família escrava nos plantéis de maior tamanho? Ou, mais ainda, viria tal verificação atestar uma maior estabilidade dessas famílias nos maiores plantéis de Lorena em comparação aos de Bananal?

Tais questões, ao que tudo indica, merecem, ambas, respostas negativas. Isto porque a grande maioria das transações com escravos em Bananal, de fato, não afetou as famílias escravas daquela localidade: 25 dessas transações (isto é, 80,6%) tratavam-se de compras e, destas, apenas uma pode-se inferir como sendo compra envolvendo cativo anteriormente possuído por habitante da própria localidade. Para responder com exatidão à primeira das duas questões formuladas acima, haveria que saber o tamanho dos eventuais plantéis de o-

TABELA V .27

ELEMENTOS PERTURBADORES DA ESTABILIDADE
DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS

Elementos perturbadores	Lorena	Bananal
<u>Econômicos</u>		
vendas	30	4
compras	28	25
doações em vida/heranças	8	2
Totais	66	31
- na FTP de		
1 - 9 escravos	51	12
- na FTP de		
10 ou + escravos	15	19
<u>Demográficos</u>		
morte	17	12

Obs. : FTP = Faixas de Tamanho dos Plantéis

rigem dos escravos comprados, nos casos em que esse conhecimento fosse pertinente.⁽¹⁰¹⁾ Quanto às vendas, estas sim com maior probabilidade de afetar a estabilidade das famílias escravas, foram todas efetuadas, em Bananal, por senhores de plantéis formados por de 1 a 9 cativos.⁽¹⁰²⁾ Com relação à segunda questão, é suficiente observar como as vendas de escravos são muito mais importantes - absoluta e relativamente - em Lorena do que em Bananal: os 30 cativos vendidos correspondiam a 45,5% do total de escravos transacionados de Lorena, sendo igual a 12,9% o porcentual correlato em Bananal (4 vendas em 31 transações).

Por outro lado, não parece ser possível extrapolar para Bananal a afirmação feita para Lorena de que os plantéis de maior tamanho utilizar-se-iam apenas de maneira subsidiária do comércio de cativos.⁽¹⁰³⁾ Os plantéis com 10 ou mais escravos de Bananal não venderam nenhum cativo, mas compraram 18 deles, vale dizer, 72,0% das transações de compra foram efetuidas por esses plantéis maiores. Isto, porém, de modo algum significa que as famílias escravas não se consubstanciassem em uma alternativa importante para tais plantéis tendo em vista o aumento de seu tamanho. Na mesma direção, a relevância das compras de escravos pelos plantéis maiores também não significa que deva ser necessariamente descartada a idéia de que neles tenha se verificado eventualmente um crescimento vegetativo positivo da população cativa. Afinal, dos 14 escravos anotados na lista nominativa de Bananal como nascidos naquele ano de 1801, 12 (85,7%) encontravam-se nos plantéis com 10 ou mais cativos; essa dúzia de escravos nascidos, de outra parte, corresponde numericamente a dois terços (66,7%) do contingente de cativos adquiridos pela compra por esses plantéis de maior tamanho de Bananal.

Por fim, cabe mencionar uma indicação adicional da importância do ciclo de vida dos proprietários em termos da estabilidade possível das famílias escravas. Trata-se da parti

cipação relativa das proprietárias viúvas nas transações envolvendo a venda de cativos. Assim, em Lorena, 19 das 30 vendas ocorridas, ou seja, 63,3% das vendas, foram efetuadas por viúvas.⁽¹⁰⁴⁾ Em Bananal, dos 4 cativos vendidos, 2 deles (50,0%) pertenciam a uma viúva, que após a venda permaneceu senhora de um plantel de 5 escravos. Saliente-se, porém, que desses 5 cativos restantes, 4 compunham uma família nuclear (pai, mãe e dois filhos), o que sugere que talvez a venda tenha sido feita com a preocupação de, na medida do possível, evitar-se a ruptura dos laços familiares entre os escravos.⁽¹⁰⁵⁾ Essa possível preocupação, na verdade, permite uma vez mais entrever os contornos de uma situação que, à luz das inúmeras inferências explicitadas ao longo deste capítulo, de forma alguma apresenta-se como surpreendente, apontando para uma relevância da família escrava da qual até há poucos anos não suspeitavam os estudiosos do passado brasileiro.

NOTAS

- (1) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987).
- (2) Ver COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, passim). Esses resultados, não obstante vinculados ao nome de Lorena ao longo de várias das tabelas deste capítulo, representam, como explicitado, apenas uma parcela da população daquela vila em 1801. Ressalte-se que a sua generalização para Lorena como um todo é possibilitada com respaldo em testes estatísticos apresentados pelos autores no apêndice constante do artigo aludido.
- (3) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 247).
- (4) Esta hipótese permanece implícita no artigo de Costa, Slenes e Schwartz acerca da família escrava em Lorena, e é devidamente explicitada por Costa e Gutiérrez ao tratarem dos casamentos de escravos em São Paulo e no Paraná, com base nos "Mapas Gerais" que acompanham as listas nominativas de habitantes: "admitimos que nos

levantamentos de que nos servimos as pessoas declaradas solteiras, casadas ou viúvas, o eram perante a Igreja Católica." (COSTA, Iraci del Nero da & GUTIÉRREZ, Horácio, 1984, p. 314).

- (5) Por exemplo, é a coerência entre os informes constantes da matrícula dos escravos de Campinas e os registros paroquiais de batismos e de casamentos de escravos, que fortalecem a afirmativa seguinte de Slenes: "portanto, os dados da matrícula, no seu conjunto, não podem ser o resultado de uma tentativa, por parte dos senhores, de juntarem escravos em matrimônio contra a vontade destes, ou de insistirem em manter a aparência dessas uniões ao longo do tempo, mesmo quando na prática elas não existiam. Tamanho teatro não seria possível." (SLENES, Robert W., 1984, p. 2126-2127).
- (6) COSTA, Iraci del Nero da & GUTIÉRREZ, Horácio (1984, p. 314).
- (7) É a mesma definição de família utilizada, por exemplo, em COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 257).
- (8) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 248).
- (9) Ver COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 248).
- (10) Hipótese semelhante é avançada, por exemplo, por Costa e Gutiérrez ao compararem os dados acerca da população escrava de 13 localidades paulistas e 9 paranaenses em fins da terceira e início da quarta década do século passado. Em São Paulo, a participação, no total de homens cativos, dos casados ou viúvos era de 19,1%, sendo de 19,0% no Paraná; para as escravas, os percentuais correspondentes eram, respectivamente, de 33,2% e 21,9%. As razões de masculinidade nas localidades paulistas (182,9) e nas paranaenses (106,6) eram marcadamente díspares; nas palavras dos autores, "(...) referida discrepância parece explicar o percentual de escravas casadas ou viúvas verificado em São Paulo, percentual este significativamente superior aos correspondentes às escravas paranaenses e aos cativos do sexo masculino das regiões." (COSTA, Iraci del Nero da & GUTIÉRREZ, Horácio, 1984, p. 316).
- (11) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 251).
- (12) Para possibilitar a comparação com os dados atinentes a Lorena, mantêm-se, na Tabela V.4 e em todas as que trazem tais dados juntamente com aqueles concernentes a Bananal, os mesmos "cortes" privilegiados por Costa, Slenes e Schwartz - por exemplo, nessa Tabela V.4, mantêm-se as mesmas faixas de tamanho dos plantéis por eles consideradas - ; tais "cortes", ressalte-se, são

- modificados pelos autores citados de acordo com os diversos ângulos sob os quais se encaminha a análise.
- (13) A mesma verificação é feita, por exemplo, por Robert Slenes, com base em uma amostra das listas de matrícula de escravos de 1872, referentes a Campinas; esse autor encontra uma razão de masculinidade igual a 100 nos plantéis de 1 a 9 escravos, e igual a 188 nos plantéis com 10 ou mais cativos. Ver SLENES, Robert W. (1984, tabela 1, p. 2131).
- (14) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 249).
- (15) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 251). Que a existência de maior número de casados ou viúvos nos plantéis maiores não decorre apenas do fato de a maioria da massa escrava viver nesses mesmos plantéis é uma verificação que se evidencia também a partir dos informes apresentados na Tabela V.6, que se analisa a seguir no texto.
- (16) A pouca frequência de casamentos de escravos interplantéis tem sido apontada por diversos autores. Assim, por exemplo, Alida Metcalf verifica que em Santana de Parnaíba, no período 1720-1820, 64 uniões, em um total de 504 casamentos realizados entre escravos, envolveram cativos pertencentes a proprietários distintos; e Robert Slenes observa igualmente o predomínio dos enlaces entre escravos de um mesmo plantel para Campinas em 1872. Ver METCALF, Alida (1983, p. 180-181) e SLENES, Robert W. (1984, p. 2120).
- (17) A afirmação de que em Lorena a razão de masculinidade é crescente entre as faixas de tamanho de 5 a 9 e de 10 ou mais escravos é inferida a partir de COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, gráfico 4, p. 255).
- (18) Observações similares às delineadas nesse parágrafo e no anterior são, por exemplo, as efetuadas por Robert Slenes, com base em uma amostra da matrícula de escravos de 1872, em Campinas. Esse autor encontra os seguintes percentuais de casados ou viúvos na população acima de 15 anos de idade: a) plantéis de 1 a 9 escravos: 22% dos homens, 26% das mulheres e 24% do total (ambos os sexos); b) plantéis com 10 ou mais escravos: 30% dos homens, 67% das mulheres e 43% do total (ambos os sexos). A razão de masculinidade, como já avançado na nota 13, foi de 100 nos plantéis com até 9 e de 188 naqueles com mais de 9 cativos. Com base nesses dados, Slenes escreve: "(...) a proporção de mulheres casadas e viúvas, e a diferença entre os dois sexos em relação a essa proporção, variam juntas, e no mesmo sentido, com a razão de masculinidade (...). Isto é, quando os homens excediam em muito às mulheres, o índice de casa

- mento entre estas era alto, e também superava em muito ao da população masculina. Quando os números de homens e mulheres eram menos desiguais, a percentagem de casadas e viúvas era menor, e havia menos diferença entre os dois sexos nesta variável. Isto faz pensar que a escolha do cônjuge era circunscrita, em grande parte, pelo limite legal do plantel." (SLENES, Robert W., 1984, p. 2120). Saliente-se, porém, que, em Campinas, um menor desequilíbrio entre os sexos corresponde a um menor porcentual de casadas ou viúvas, e a uma menor diferença entre os dois sexos quanto a esse porcentual, porque simultaneamente diminui o tamanho dos plantéis; em Bananal, como se eleva o tamanho dos plantéis, um menor desequilíbrio entre os sexos na terceira faixa de tamanho com relação à segunda corresponde a um maior porcentual de casadas ou viúvas, e a uma maior diferença entre os dois sexos quanto a esse porcentual.
- (19) A consideração conjunta das duas inferências apontadas é feita, no caso de Lorena, considerando-se as seguintes faixas de tamanho dos plantéis e faixas etárias dos escravos: a) faixas de tamanho dos plantéis: 1 a 4, 5 a 14 e 15 a 41 cativos; b) faixas etárias dos escravos: 15 a 19, 20 a 29, 30 a 39, 40 a 49, 50 a 59 e 60 ou mais anos. Ver COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, gráficos 3, 5 e 6, p. 255-256).
- (20) Quando se consideram os fogos nos quais não há escravos, computam-se tão-somente 2 carpinteiros, 3 jornaleiros, 1 pedreiro, 1 sapateiro e dois domicílios onde se "negocia com venda". O total de fogos em Bananal na lista nominativa referente a 1801 era de 124. Não se dispõe desses informes para o caso de Lorena.
- (21) Mesmo porque, cabe ter sempre presente, em 1801 Bananal, ainda nem ao menos uma freguesia, compunha uma dentre as oito Companhias de Ordenanças da Vila de Lorena. Entre as quatro Companhias estudadas por Costa, Slenes e Schwartz, estavam as primeira e segunda, que provavelmente congregavam os habitantes da vila propriamente dita. E não obstante Lorena ser ainda, àquela época, uma localidade bastante modesta, poder-se-ia considerar Bananal como um seu "bairro periférico".
- (22) Nas 22 localidades (13 paulistas e 9 paranaenses) estudadas por Costa e Gutiérrez, com base em dados atinentes aos anos de 1828, 1829 e 1830, os percentuais de escravos casados ou viúvos são da mesma ordem que os verificados em Lorena e Bananal em 1801. Para São Paulo, observaram os autores que a participação dos casados foi de 22,3% e a dos viúvos 1,8%; para o Paraná, os percentuais correlatos alçaram-se a 17,5% e 2,9%. Tais proporções, porém, não podem ser generalizadas para o

Brasil como um todo e ao longo da totalidade do período escravista. Porcentuais bem mais modestos são fornecidos, por exemplo, por Robert Slenes. Trabalhando com os informes do Recenseamento de 1872 e da matrícula de escravos de 1873, esse autor observou que a participação das mulheres casadas no total das escravas correspondeu, no conjunto das diversas províncias, a 8,9% (pelo censo de 1872) e a 9,6% (pela matrícula de 1873). Esses números encobriam variações muito grandes entre províncias: de 1,1% a 14,9% no primeiro caso, e de 0,9% a 23,2% no segundo. Mesmo entre os municípios de cada província, por exemplo a de São Paulo, Slenes verifica que, em 1873, a importância relativa das mulheres cativas casadas variou de zero a 44,4%. Ver COSTA, Iraci del Nero da & GUTIÉRREZ, Horácio (1984, p. 315) e SLENES, Robert W. (1976, p. 419-420). As alterações havidas em Bananal entre os anos de 1801, 1817 e 1829, em um contexto marcado pelo desenvolvimento da cafeicultura, serão analisadas no capítulo seguinte deste trabalho.

- (23) O percentual de 86,7% para Lorena obteve-se a partir das tabelas 4 e 15 constantes de COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 250 e 267).
- (24) Será possível esclarecer um pouco mais essa questão já na subseção seguinte deste capítulo, quando se considerar a distribuição das famílias de acordo com a faixa etária e o estado conjugal de seus chefes.
- (25) Como se verá, também na subseção seguinte deste capítulo, as mães solteiras e seus filhos compõem uma categoria familiar específica.
- (26) O percentual de 87,7% para Lorena obteve-se a partir das tabelas 4 e 15 constantes de COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 250 e 267).
- (27) Como, pelo visto até aqui, não há razão para supor que as mães escravas de Bananal concebessem mais tardiamente que as de Lorena, se os filhos naturais são em média mais velhos nesta última localidade, então as mães solteiras de Bananal devem ser em média mais novas. Vale, também neste caso, a observação feita na nota 24 acima.
- (28) Para São Paulo e Paraná, por volta de 1830, Costa e Gutiérrez verificam para a população livre uma participação de casados ou viúvos, respectivamente, de 59,2% e 56,4%, bastante superior à observada para os escravos, explicitada na nota 22 acima. Como afirmam os autores: "as evidências empíricas indicam que em São Paulo e no Paraná definiam-se dois padrões com respeito ao estado civil da população com mais de dez anos de idade: um

concernente aos escravos, outro referente à massa livre. Ademais, os valores respeitantes a cada um desses segmentos sociais mostravam-se muito próximos nas duas áreas em tela." (COSTA, Iraci del Nero da & GUTIÉRREZ, Horácio, 1984, p. 315). Por outro lado, são adequadas aqui as seguintes considerações, de Robert Slenes: "a large difference in marriage rates and illegitimacy ratios between two groups in a population does not necessarily mean that one of them is much less prone to forming stable sexual unions, or more given to promiscuity. Rather, the two groups may be different primarily in their degree of access to, or in their willingness to seek, Church or government sanction of marriage." (SLENES, Robert W., 1976, p. 416).

- (29) Nas palavras de Costa, Slenes e Schwartz, referindo-se aos percentuais correspondentes às participações dos escravos casados, viúvos, filhos legítimos, mães solteiras e filhos naturais em Lorena: "estes valores falam por si e definem um quadro até há pouco ignorado da escravidão no Brasil." (COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B., 1987, p. 250).
- (30) Saliente-se que a existência de tais casos de fato acarreta a subestimação referida apenas à medida que estejam sendo realmente omitidos pelo recenseador, o que em verdade se verificaria se for acertada a hipótese feita quanto à interpretação do estado conjugal atribuído aos indivíduos arrolados.
- (31) Como observado no estudo sobre Lorena, "(...) estamos a tratar de tema ainda pouco explorado. Justamente por isto não partimos, para a qualificação das famílias escravas, de quadro classificatório elaborado teoricamente e a priori; vergamo-nos, no caso, às evidências empíricas e a partir delas estabelecemos categorias descritivas." (COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B., 1987, p. 257).
- (32) No cômputo dos forros, adotou-se para Bananal o seguinte critério: consideraram-se como tais os indivíduos assim explicitados nos documentos analisados e também aqueles que, anotados como negros de origem africana, não eram referidos como escravos.
- (33) Como se verá no capítulo seguinte, a consideração das listas nominativas dos habitantes de Bananal em 1817 e 1829 acarretará que a classificação ora delineada seja ligeiramente ampliada.
- (34) Não se verificaram casais exogâmicos em Bananal em 1801. O procedimento que se descreve é o que foi adotado por Costa, Slenes e Schwartz para o caso de Lorena. Tais autores apenas efetuaram "(...) o cômputo dos livres ou forros vinculados por laços familiares aos cativos, para casos particulares, sempre acompanhados da

- devida ressalva." (COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B., 1987, p. 258).
- (35) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 260).
- (36) A análise a partir de uma perspectiva temporal, objeto do próximo capítulo, permite uma discussão mais profunda de hipóteses tais como essa, ainda que não se proceda ao acompanhamento minucioso das famílias escravas ao longo do tempo.
- (37) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 259). Os autores em questão, a adicionalmente, salientam o seguinte: "Contra o argumento de que a alforria de um dos cônjuges poderia dar-se após o matrimônio, eventualidade que, por si só, justificaria a presença de elementos forros casados com escravos, basta lembrar que, dos casamentos realizados na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias (Vila Rica), durante o período 1727-1826, e nos quais estava presente pelo menos um cônjuge cativo, 25% deram-se entre escravos e forros. (Cf. COSTA, 1979, p. 34 e seguintes). (...) Frise-se (...) não estarmos, obviamente, a negar a plausibilidade do argumento nem a ocorrência efetiva dos casos nele previstos, negamos, sim, que todos os enlaces entre forros e escravos, observados em dado momento do tempo, devam necessariamente, ter resultado da alforria - superveniente ao casamento - de um dos cônjuges." (COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B., 1987, p. 260, nota de rodapé nº 9). Já em Santana de Parnaíba, no período de 1720 a 1820, Alida Metcalf constata que 20% dos 504 matrimônios de escravos arrolados nos registros paroquiais, referiam-se a casos em que um dos cônjuges era livre. Eram 53 uniões em que as esposas eram cativas e 50 em que os maridos eram escravos (ver METCALF, Alida, 1983, p. 182-183).
- (38) A essas possibilidades, é claro, pode-se sempre acrescentar a eventualidade da ocorrência de equívocos cometidos pelos responsáveis pela confecção das listas nominativas de habitantes.
- (39) Consoante hipótese delineada nas considerações iniciais deste capítulo.
- (40) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 260). Ressalte-se que são apenas 7 os casais exogâmicos de Lorena: 2 deles na primeira, 3 na segunda e 2 na terceira faixa de tamanho dos plantéis.
- (41) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 260-261).
- (42) Ver AESP. 1802, Lorena, 6ª Cia. de Ordenanças. Lata 98, pacote único.

- (43) Alida Metcalf e Stuart Schwartz, por exemplo, salientam que o relacionamento entre os cativos assumiria proporções ainda maiores que as que se poderia inferir a partir da assim chamada família nuclear; ressaltam ambos a importância do compadrio. Schwartz sugere, inclusive, que essa instituição talvez fosse uma forma de o referido relacionamento extrapolar os limites dados pelo plantel. Ver METCALF, Alida (1983, p. 184) e SCHWARTZ, Stuart B. (1985, p. 411).
- (44) Ver AESP. 1802, Lorena, 6ª Cia. de Ordenanças. Lata 98, pacote único. Fragoso e Florentino, em seu trabalho sobre as famílias escravas de Paraíba do Sul, no período de 1835 a 1872, observam igualmente que o comércio interno de escravos dava margem à manutenção das unidades familiares; esses autores aventam mesmo a "(...) existência de um mercado de famílias na região." (FRAGOSO, João L. Ribeiro & FLORENTINO, Manolo Garcia, 1987, p. 164, grifo no original).
- (45) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 253). Essa afirmação é feita considerando-se as seguintes faixas de tamanho dos plantéis: 1, 2 a 4, 5 a 9, 10 a 14, 15 a 19 e 20 a 41 escravos; os percentuais das mães solteiras são calculados, primeiro, sobre os efetivos de mulheres solteiras de cada faixa de tamanho (excluídas as crianças com 14 ou menos anos de idade) e, segundo, sobre os efetivos de mulheres de cada faixa de tamanho (igualmente excluídas as crianças). Ver COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B., 1987, gráfico 2, p. 253).
- (46) Essa hipótese é sugerida por Robert Slenes. Com base nos dados disponíveis para Campinas, esse autor escreve: "(...) o mais provável é que refletem uma tendência, especialmente grande nos plantéis pequenos, de muitas mulheres terem o primeiro filho quando ainda solteiras, se casando pela Igreja só algum tempo depois." (SLENES, Robert W., 1984, p. 2121).
- (47) Ressalte-se, uma vez mais, que a categoria familiar "solteiras com filhos" é formada, em Bananal, por um número reduzido de observações.
- (48) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 261).
- (49) Encaminhando-se, assim, a resposta à questão levantada na subseção V.3.1, acerca de ser esse maior percentual fruto de uma permanência mais longa das crianças junto a seus pais em Lorena, ou decorrente de serem tais crianças em média mais velhas do que as crianças cativas de Bananal.
- (50) Para a construção dessa figura, no que respeita aos dados de Lorena, foi imprescindível o acesso às tabula -

ções iniciais feitas pelos estudiosos daquela localidade, o que foi possível graças à gentileza do Prof. Iraci Costa. Lembre-se, ademais, que, no caso das mulheres cativas, as diferenças etárias entre Lorena e Bananal voltarão a ser analisadas na subseção dedicada ao estudo das mães escravas.

- (51) EVANGELISTA, José Geraldo (1978, p. 17).
- (52) RODRIGUES, Píndaro de C. (1980, p. 54).
- (53) Distribuição análoga, para o caso de Lorena, não consta do artigo de Costa, Slenes e Schwartz acerca daquela localidade, o que impede aqui que se proceda a uma comparação mais minuciosa com Bananal.
- (54) Os desvios-padrão foram iguais a 9,96 e 8,68, respectivamente, nas distribuições das idades dos cônjuges do sexo masculino e do feminino.
- (55) Em Lorena, também em favor dos maridos, "a diferença média entre as idades dos cônjuges (...) alçou-se a 8,5 anos." (COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B., 1987, p. 251, nota de rodapé nº 6).
- (56) As distribuições das idades dos casais sem filhos presentes apresentaram os seguintes desvios-padrão: 9,38 no caso dos homens e 9,06 no das mulheres; os valores correlatos, nas distribuições das idades dos casais com filhos, foram, respectivamente, de 10,09 e 8,44.
- (57) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 288).
- (58) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 288). A comprovação a que se referem os autores foi feita, em meio ao artigo citado, detalhadamente, com base no estudo das mulheres escravas.
- (59) No estudo acerca da localidade de Lorena, a análise dos casais é enriquecida pela consideração não apenas da origem, mas também da cor dos cônjuges, ressaltando os autores o predomínio dos enlaces endogâmicos com relação à cor: "(...) destarte, apenas 9,4% dos casais com punha-se de pardos e negros, porcentual igual ao das uniões entre pardos e muito inferior ao concernente às uniões entre negros: 81,2%." Ademais, Costa, Slenes e Schwartz afirmam que os dados atinentes a Lorena "(...) revelam, ainda, a dominância da endogamia pela origem sobre a da cor; assim considerado só o elemento negro, verifica-se serem maiores os percentuais de casais constituídos por africanos e por pretos coloniais, do que os mistos, vale dizer, nos quais compareciam negros africanos e pessoas nascidas na colônia." (COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B., 1987, p. 288-289). Em Bananal, a análise da endogamia pela cor dos casais escravos é obscurecida pelo fa

to de que todas as esposas coloniais são pretas, e pretos também são mais de três quartos (76,9%) dos maridos cativos nascidos no Brasil. Dessa forma, "todos" os maridos escravos pardos de Bananal estão casados com mulheres negras, sendo dois terços delas africanas. Não se pode, todavia, afirmar nada acerca de um "predomínio" dos casais exogâmicos (com respeito à cor e à origem), pois esses maridos escravos pardos de Bananal são apenas três. Mais ainda, nos demais 52 casais de cativos bananalenses ambos os cônjuges são negros, e o estudo da totalidade dos casais de escravos efetuado ao longo do texto com base nos dados da Tabela V .15 patenteou já o predomínio das uniões em que os cônjuges possuíam a mesma origem.

- (60) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 285-286).
- (61) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 271).
- (62) O mesmo problema que, como explicitado na abertura desta subseção, faz-se sempre presente no caso das mães solteiras escravas de Bananal em 1801.
- (63) O coeficiente de correlação linear calculado entre o número de filhos das mães casadas ou viúvas e o tamanho dos plantéis onde elas viviam iguala-se a -0,13 quando se consideram todas as 38 mães cativas de Bananal, e corresponde a +0,03 se forem excluídas as 6 mães que se encontram nos plantéis com 10 a 14 escravos.
- (64) A atipicidade do caso dessa escrava patenteia-se ao se ter em vista que o número de filhos modal foi, com larga margem, igual a 1 : com um único filho (solteiro e sem prole) vivendo junto a si estavam 22 (57,9%) das 38 mães escravas casadas ou viúvas de Bananal em 1801.
- (65) Essas idades médias não incluem o contingente das mães viúvas. Os desvios-padrão dessas distribuições etárias eram, respectivamente, de 8,67 e 8,44, em Lorena e em Bananal, e de 28,18 e 31,21 os coeficientes de variação (definidos estes últimos como o resultado da multiplicação por 100 da divisão do desvio-padrão pela média). Tais indicadores estatísticos, para Lorena, fornecem-se em COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, tabela 19, p. 273).
- (66) O teste estatístico com base na distribuição de qui-quadrado (χ^2) permite inferir que as mães escravas casadas ou viúvas de Bananal e as de Lorena conformavam duas populações distintas quanto à estrutura etária. O resultado do teste foi o seguinte:

confronto: 2 localidades x 5 faixas etárias
 χ^2 calculado: 9,494, significativo ao nível de
 95%

χ^2 tabelado (4 graus de liberdade, nível de 0,95): 9,488

- (67) Os valores do número médio de filhos segundo as faixas etárias das mães, em Lorena, conforme observado por Costa, Slenes e Schwartz, coadunam-se com "(...) o padrão teoricamente esperado, com ponto de máximo em faixa etária intermediária (note-se, a respeito das solteiras, que o pequeno número de observações perturbou as faixas etárias superiores)." (COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B., 1987, p. 271-272). Em Bananal, inferência análoga é dificultada, não apenas pelo reduzido número de observações em algumas faixas, mas também pela efetiva inexistência de mães casadas ou viúvas com mais de 49 anos de idade, e de mães solteiras com idade superior a 39 anos.
- (68) Mencione-se, a título ilustrativo, que as diferenças quanto ao número médio de filhos entre as mães casadas e as solteiras, constatadas para o caso de Lorena, são discutidas por Costa, Slenes e Schwartz de forma até certo ponto análoga. Tais diferenças não são devidas a discrepâncias nas distribuições etárias: "(...) as distribuições, segundo faixas etárias, correspondentes a mães solteiras e casadas com prole, apresentam traços semelhantes." As idades das mães solteiras de Lorena distribuíam-se com média igual a 29,3 e desvio-padrão igual a 10,42; as das casadas com prole, distribuíam-se com média igual a 30,8 e desvio-padrão igual a 8,67. Tais indicadores estatísticos, dizem os autores, "(...) atestam que as distribuições etárias de casadas e solteiras identificam duas populações que, do ponto de vista etário, não diferiam muito." (COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B., 1987, p. 272).
- (69) Nessa faixa etária, lembre-se, incluem-se todas as mães escravas de Bananal em 1801.
- (70) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 273-274). Se são poucos os casos para as mães casadas de Lorena, eles são ainda em número bem menor, como visto, para as mães solteiras de Bananal. Por conseguinte, os dados da Tabela V.20 acerca das mães solteiras, embora fornecidos, não são discutidos no texto.
- (71) O teste estatístico com base na distribuição de qui-quadrado (χ^2) permite inferir que as mães escravas casadas com idade entre 15 e 49 anos de Bananal e as de Lorena conformavam duas populações distintas quanto à origem. O resultado do teste foi o seguinte:
- confronto: 2 localidades x 2 origens
 χ^2 calculado: 23,488, significativo ao nível de 99,9%

χ^2 tabelado (1 grau de liberdade, nível de 0,999): 10,827

- (72) Nesse parágrafo, assim como nos dois seguintes, retomam-se algumas das principais inferências expendidas nas subseções anteriores, agora enriquecidas com os resultados oriundos da análise específica das mães escravas, em especial em termos da origem dessas mães.
- (73) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 286). Por exemplo, no estudo que faz sobre Rio Claro, Warren Dean observa: "É possível que os escravos praticassem coitus interruptus. Os casais de escravos talvez procurassem evitar o que ambos deveriam considerar uma desgraça - a concepção de um filho escravo. É possível também que, pela mesma razão, praticassem infanticídio." (DEAN, Warren, 1977, p. 74). Saliente-se que essa eventual relutância, aparentemente em especial das mulheres africanas, no que diz respeito à geração de filhos, de forma alguma coloca-se necessariamente como um elemento justificador do desinteresse dos escravos em estabelecer relações outras que não as de caráter temporário. Afinal, são ainda as africanas que, ao que tudo indica, apresentam a mencionada maior propensão ao casamento.
- (74) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 275).
- (75) Em Bananal, porém, as eventuais estimativas enviesadas poderiam não o ser na forma sugerida por Costa, Slenes e Schwartz. Por exemplo, das duas únicas crianças com idade entre 0 e 4 anos existentes nos plantéis com 1 a 4 escravos em Bananal em 1801, uma delas vivia junto a sua mãe e a outra integrava um plantel unitário; este último caso indicaria não uma subestimação no índice geral de fecundidade estimado para aqueles plantéis, mas sim uma eventual superestimação, se a mãe daquela criança isolada estivesse vivendo em algum plantel pertencente a uma das outras duas faixas de tamanho consideradas.
- (76) Trata-se do mesmo procedimento adotado em COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 266).
- (77) Por exemplo, Robert Slenes, com base na matrícula dos escravos de Campinas, observa que, "(...) nos pequenos plantéis, quase todas as mães casadas e viúvas em 1872 começaram sua vida reprodutiva como solteiras; isto é, nestes casos cinco dos seis primeiros filhos sobreviventes (o filho mais velho de cada mãe, presente na matrícula) nasceram como filhos 'naturais', ou seja, antes das mães se casarem"; quanto aos plantéis médios e grandes, esse autor sugere "(...) que mesmo nestes plantéis, mais da metade das mães, de todos os estados

- civis, iniciaram sua vida reprodutiva como solteiras." (SLENES, Robert W., 1984, p. 2122-2123).
- (78) Todas essas possibilidades são elencadas no estudo sobre a família escrava em Lorena (ver COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B., 1987, p. 266)
 - (79) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 266).
 - (80) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 266).
 - (81) Ver a nota 44 acima.
 - (82) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 267).
 - (83) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 267). Ressaltam os autores que "na falta de dados suficientes para corroborar a suposição aqui avançada (...), aceitamo-la com as devidas restrições, aguardando futuras pesquisas que a venham comprovar ou negar." (COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B., 1987, p. 267).
 - (84) Ressalte-se, uma vez mais, o pequeno número de observações referentes aos filhos naturais e às crianças com filiação desconhecida de Bananal em 1801.
 - (85) É cabível, pois, acerca das informações dispostas na Tabela V .23, a mesma observação feita por Costa, Slenes e Schwartz especificamente para o caso de Lorena : "note-se a exclusão dos africanos (que se impõe por razões óbvias) e dos menores com filiação desconhecida (exclusão esta menos justificável). Assim os argumentos expendidos a seguir valem, tão-somente, para as crianças que tomamos, inequivocamente, como legítimas ou filhos naturais. Tomemos, pois, para evitar mal-entendidos, os porcentuais aqui apresentados como um máximo para os legítimos e um mínimo para os filhos naturais." (COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B., 1987, p. 267, nota de rodapé nº 19).
 - (86) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 267).
 - (87) Conforme dados apresentados anteriormente na Tabela V .5.
 - (88) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 268).
 - (89) Ver COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 270).
 - (90) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 269).
 - (91) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 270).
 - (92) Nessa tabela, ademais, não se restringe, como nas duas

- tabelas anteriores, aos cativos com idade inferior a 15 anos.
- (93) Nessa faixa de tamanho dos 15 aos 19 cativos, são dois os plantéis de Bananal. Em um deles, com 18 escravos, vivem as 3 crianças legítimas que constam da Tabela V. 24; são dois casais, um com dois filhos e o outro com uma criança, perfazendo duas famílias cuja soma de seus membros (7 pessoas) corresponde a quase dois quintos (38,9%) do efetivo total do plantel; há, ainda nesse plantel, duas crianças coloniais de filiação desconhecida, ambas com 13 anos de idade. O segundo plantel na faixa de tamanho em questão, com 16 escravos, não contém o registro de nenhuma família cativa, embora nele vivam 4 crianças com 14 ou menos anos de idade, sendo uma africana e as 3 outras coloniais de filiação desconhecida; seis desses cativos haviam sido comprados em 1801.
- (94) E, em decorrência, a maior participação relativa das crianças legítimas no total de crianças de Bananal em comparação com Lorena. Esta última verificação é observada não obstante o peso relativo dos legítimos em Bananal, no total da população cativa, seja menor do que em Lorena, conforme os informes explicitados anteriormente na Tabela V.9.
- (95) Como observa, por exemplo, Alida Metcalf, "the slaves of large plantations enjoyed strong family ties because the economic stability of large plantations gave slaves the time and space to develop their own families." (METCALF, Alida, 1983, p. 178). De fato, mesmo nos plantéis de maior tamanho, mudanças substanciais no âmbito da economia poderiam afetar seriamente as condições de vida - inclusive familiar - dos cativos. Será possível discutir mais detalhadamente este tipo de efeito no próximo capítulo, quando se analisarão as repercussões sobre a família escrava da introdução e rápida disseminação da cafeicultura em Bananal.
- (96) No caso de Lorena, observam Costa, Slenes e Schwartz: "esta elevada participação poderia ser interpretada como um indicador de que expressiva parcela das mães solteiras vinha a se casar depois de gerado o primeiro filho." (COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B., 1987, p. 265). Ver, também, a nota 46 acima.
- (97) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 263).
- (98) Para um maior detalhamento desse modelo, ver GUTMAN, Herbert G. (1976, p. 137-143). Esse modelo, ademais, é referido pela primeira vez no caso do Brasil em METCALF, Alida (1983, p. 178-179). De forma independente desses dois trabalhos, Iraci Costa corrobora as mesmas

expectativas teóricas do modelo em questão para os proprietários de escravos de Vila Rica, em Minas Gerais, e de 7 localidades paulistas para 1804, excetuando-se, neste último caso, os senhores de engenho, para os quais o autor verifica "(...) inexpressiva variação do número médio de escravos segundo as diversas faixas etárias dos proprietários (...)" (COSTA, Iraci del Nero da, 1983, p. 124).

- (99) Acerca dos efeitos do evolover econômico sobre a família escrava, é oportuno remeter, uma vez mais, o leitor, à análise realizada no capítulo que se segue.
- (100) Robert Slenes, por exemplo, refere-se, escrevendo sobre Campinas, "(...) ao impacto diferencial do tráfico interno de escravos, que incidia com mais peso nos pequenos plantéis do que nos médios e grandes." (SLENES, Robert W., 1984, p. 2124).
- (101) Pois as compras, em especial dos cativos africanos, provavelmente fossem feitas amiúde dos mercadores de escravos e não de outros proprietários.
- (102) No que diz respeito às doações em vida, seria necessário saber se o proprietário radicado na localidade analisada está recebendo ou efetuando tal doação. Em Bananal, os dois casos de doação em vida referem-se, cada um deles, a uma dessas duas possibilidades (ressalte-se que não se trata do mesmo cativo).
- (103) Ver COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 269). A essa afirmação dos autores citados já se referiu anteriormente neste capítulo, quando se analisaram as crianças escravas.
- (104) Ver COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 264).
- (105) Preocupação aparente a qual já havia sido mencionada anteriormente, com base em um exemplo distinto. Ver, também, a nota 44 acima.

CAPÍTULO VI

FAMÍLIA ESCRAVA E DESENVOLVIMENTO CAFEEIRO EM BANANAL (1801-1829)

VI .1 Considerações iniciais.

O propósito deste capítulo é proceder ao estudo do evol^{ver} da família escrava em Bananal ao longo das três primeiras décadas do século passado. Trata-se exatamente do período no qual aquela localidade vivenciou a rápida e ampla disseminação da lavoura cafeeira. Assim sendo, a análise da evolução da família escrava poderá ser feita levando-se em consideração os efeitos sobre ela acarretados pelo desenvolvimento da cafeicultura. Dita análise, ademais, realizar-se-á com fundamento nas informações constantes das listas nominativas de habitantes referentes a três pontos selecionados no tempo, quais sejam, os anos de 1801, 1817 e 1829.

Em 1801, como visto no capítulo anterior deste trabalho, a região de Bananal correspondia à 6ª Companhia de Ordenanças da Freguesia de Areias, na Vila de Lorena. Já em 1817, a então Freguesia do Senhor Bom Jesus do Bananal compunha a 4ª Companhia de Ordenanças, agora da Vila de Areias. Por fim, em 1829, ainda pertencendo a esta última vila, a Freguesia do Bananal abrangia as 5ª e 6ª Companhias de Ordenanças. Tais reordenações de cunho administrativo devem ser levadas em conta para eventualmente qualificar os resultados inferidos das comparações aqui efetuadas entre os três anos mencionados. De outra parte, esses rearranjos refletem a pr^ó

pria evolução demográfica e econômica que se verifica naquele período no extremo nordeste da capitania, depois província de São Paulo.

Das quatro listas nominativas de habitantes utilizadas, três trazem o registro explícito das famílias escravas. A exceção fica por conta do levantamento censitário concernente à 5ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias em 1829. Por conseguinte, quando se tratar da família escrava em Bananal nesse último ano, referir-se-á sempre apenas à 6ª Companhia. Contudo, enquanto a análise ainda não estiver centrada especificamente na família cativa, os dados referentes a 1829 di rão respeito à Freguesia do Bananal como um todo, isto é, corresponderão à soma dos informes relativos às duas Companhias de Ordenanças mencionadas. Nesses casos, a título ilus trativo, far-se-ão constar tais informações, consideradas as 5ª e 6ª Companhias isoladamente, do Apêndice Estatístico que integra este trabalho.

É interessante observar também, ainda no que toca às duas listas nominativas atinentes a 1829, que é bem possível que as mesmas expressem, tão-somente, a atualização, por par te do responsável pela feitura do arrolamento, dos dados da lista do ano anterior. Tal possibilidade é corroborada pela observação das freqüências das diversas idades atribuídas aos indivíduos arrolados; assim, são mais freqüentes as idades terminadas em 1 ou 6 (por exemplo, 11, 26 e 61 anos) do que aquelas terminadas em 0 ou 5 (por exemplo, 10, 25 e 60 anos).⁽¹⁾

Duas considerações adicionais devem ser aqui colocadas, não obstante tenham sido já explicitadas na seção inicial do capítulo precedente. A primeira delas refere-se à seguinte hipótese que se perfilha neste trabalho: supõe-se que o registro das famílias constante dos documentos compulsados - e, subjacente a ele, o estado conjugal atribuído pelo recenseador aos indivíduos recenseados - , reflita uniões sacra-

mentadas pela Igreja. A segunda das considerações aludidas tem a ver com o conceito utilizado de família, a qual é entendida como: o casal, unido perante a Igreja ou não, com sua prole, se houver; as pessoas solteiras com filhos; os viúvos ou viúvas com filhos. Nos três casos, os filhos devem ser solteiros, não ter prole e viver junto com pelo menos um de seus pais. Os viúvos isolados, também presentes em Bananal, são igualmente computados, sob a classificação de "pseudofamílias".

VI .2 Evolução demográfica e desenvolvimento cafeeiro.

Ao longo do período contemplado por este estudo, as características demográficas de Bananal, explicitadas pela evolução populacional, e as econômicas, marcadas pelo desenvolvimento da cafeicultura, colocam-se como mutuamente condicionantes; de sua interação emerge o perfil que tomam o evoluer daquela localidade como um todo e o da família escrava em particular. Antes, pois, que se volte a atenção especificamente à análise da família escrava em Bananal no decurso do período em foco, é imprescindível que se proceda à caracterização, ainda que não exaustiva, do ambiente em meio ao qual ela evolui.

O comportamento da população bananalense nas três primeiras décadas do século dezenove evidencia-se a partir dos dados apresentados na Tabela VI .1 . Nota-se, de pronto, o ritmo diferenciado de crescimento populacional, segundo a condição social dos indivíduos. A população livre de Bananal, entre os anos de 1801 e 1817, multiplica-se aproximadamente por 3,3. No entanto, entre 1817 e 1829, aquela população vivencia uma queda, em termos absolutos, da ordem de -9,3%. Evolução similar caracteriza os elementos anotados como forros - ou assim presumidos - nas listas nominativas

TABELA VI .1

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO SITUAÇÃO SOCIAL E SEXO
(Bananal, anos selecionados) .

População	1801		1817		1829	
	nºs.abs.	%	nºs.abs.	%	nºs.abs.	%
<u>Livres:</u>						
-homens	314		1008		887	
-mulheres	260		896		840	
-total	574	58,7	1904	65,1	1727	43,0
<u>Escravos:</u>						
-homens	233		649		1566	
-mulheres	168		361		716	
-total	401	41,0	1010	34,5	2282	56,8
<u>Forros:</u>						
-homens	2		7		5	
-mulheres	1		5		5	
-total	3	0,3	12	0,4	10	0,2
<u>Total da população</u>	978	100,0	2926	100,0	4019	100,0

Razões de Masculinidade

Livres	120,8	112,5	105,6
Escravos	138,7	179,8	218,7
Forros	200,0	140,0	100,0

Obs.: nºs.abs. = números absolutos.

de habitantes.⁽²⁾ De outra parte, tomada a população livre consoante o sexo dos indivíduos, observa-se que o contingente masculino multiplica-se aproximadamente por 3,21 entre 1801 e 1817, e por 0,88 entre este último ano e 1829; os fatores correspondentes calculados para o contingente feminino alçaram-se, respectivamente, a 3,45 e 0,94.

Já a população escrava apresenta uma evolução mais regular, que lembra muito um traçado exponencial. Multiplica-se o total de cativos por 2,5 aproximadamente, nos 16 anos que separam os dois primeiros pontos do tempo selecionados; e multiplica-se novamente, agora por algo como 2,3, o contingente de escravos nos 12 anos que se colocam entre 1817 e 1829. Esse comportamento, associado ao da população livre, reflete-se no fato de que os cativos, minoritários em 1801, mostram-se ainda mais acentuadamente minoritários em 1817, revertendo-se, porém, esta situação em 1829, ano em que os escravos correspondem a 56,8% do total da população de Bananal. A consideração da população cativa segundo o sexo revela, adicionalmente, que o ritmo de crescimento do contingente masculino é bastante mais expressivo que o do feminino. Os homens multiplicam-se, aproximadamente, por 2,8 entre 1801 e 1817 e por 2,4 entre 1817 e 1829; para as mulheres escravas, os fatores correspondentes são, respectivamente, 2,1 e 2,0.

As disparidades explicitadas entre as populações livre e escrava manifestam-se igualmente quando se observam os valores assumidos pelas razões de masculinidade, apresentadas nas três últimas linhas da Tabela VI.1.⁽³⁾ Assim, enquanto esse indicador torna-se cada vez mais elevado entre os escravos, evidenciando um desequilíbrio cada vez maior entre os sexos no interior da população cativa, exatamente o inverso ocorre entre os indivíduos livres, que evoluem no sentido de um equilíbrio em termos quantitativos entre homens e mulheres.

Tendo em mente a evolução demográfica de Bananal, acima delineada, observem-se também os informes constantes da Tabela VI .2. Como se depreende dessa tabela, em 1801 não há, na respectiva lista nominativa de habitantes, menção alguma indicativa da presença da lavoura cafeeira. Não obstante, na lista correspondente a 1799, por exemplo, consigna-se a exportação de 39 arrobas de café da Vila de Lorena, sendo 9 delas produzidas na 6ª Cia. de Ordenanças, ou seja, em Bananal. Toda essa modesta produção advém de três fogos, onde vivem três famílias de agricultores, com esposas e filhos presentes e sem escravos e agregados. Conforme consta do levantamento censitário, os três agricultores referidos trabalhavam "em terras de favor", também produziram mantimentos, os quais foram consumidos "em casa", e venderam o café.⁽⁴⁾

Se é muito pouco expressiva a presença do café em Bananal ao iniciar-se o século passado, em 1817 tem-se já mais de um quarto (26,6%) dos indivíduos livres residindo em domicílios onde é anotada a produção da rubiácea; nesta situação inserem-se igualmente quase dois terços (63,9%) da população escrava naquele mesmo ano, população esta que então ultrapassava ligeiramente a casa do milhar. Em 1829 são mais de dois mil os cativos vivendo em domicílios onde o café é produzido, correspondentes a quase nove décimos (89,0%) da população escrava total; para os livres, o percentual correlato atinge os 59,5%.

Assim, enquanto o número total dos indivíduos livres, como visto anteriormente com base na Tabela VI .1 , reduz-se em termos absolutos entre 1817 e 1829 (-9,3%), duplica o número daqueles vinculados, ainda que não exclusivamente, à cafeicultura, os quais eram 509 em 1817, passando a 1034 em 1829. Esses dois movimentos traduzem-se em uma elevação ainda mais intensa no peso relativo das pessoas livres vivendo em domicílios onde se produz café, peso este que se multiplica por aproximadamente 2,2, indo de 26,6% em 1817 para 59,5%

TABELA VI .2

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO VIVÊNCIA OU NÃO
EM DOMICÍLIOS ONDE SE PRODUZ CAFÉ
(Bananal, anos selecionados)

Condição social / Anos	Vivência em domicílios onde se produz café		Vivência em domicílios onde não se produz café	
	nºs.abs.	%	nºs.abs.	%
Livres e forros :				
1801	-	-	574	100,0
1817	509	26,6	1407	73,4
1829	1034	59,5	703	40,5
Escravos:				
1801	-	-	401	100,0
1817	645	63,9	365	36,1
1829	2030	89,0	252	11,0

Obs.: nºs.abs. = números absolutos.

em 1829.

É incontestável, pois, a importância ímpar assumida rapidamente pela lavoura cafeeira na economia bananalense. Localizada em área de povoamento relativamente recente, cortada ademais pelo "caminho novo" ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, a região de Bananal apresenta-se como pólo de atração demográfica no despontar dos Oitocentos. Nesse contexto, o café desempenha o papel de um estímulo econômico a mais, desdobramento possível de uma agricultura puramente de subsistência. Saliente-se, outrossim, que se vivencia à época o que Caio Prado Jr. denominou de "renascimento da agricultura" colonial brasileira, para o qual

"(...) contribui particularmente o desenvolvimento considerável da população européia no correr do séc. XVIII; a par disto, o incremento das atividades econômicas e relações comerciais em todo o mundo, este prenúncio da nova era que se inaugura na segunda metade daquele século, a era da Revolução Industrial." (5)

Esse revivescimento agrícola, a partir de fins dos Setecentos, dá-se, também, em parte estimulado pela decadência que se abate sobre as áreas brasileiras de produção aurífera, decadência essa que possibilitou um certo redirecionamento no emprego de fatores produtivos.

Não é possível relacionar, porém, ao menos de maneira direta, o elevado ritmo de crescimento da população livre de Bananal entre 1801 e 1817, ao relativo esvaziamento demográfico da região das Minas Gerais. De fato, em 1817, mais de um quinto (22,8%) dos indivíduos livres anotaram-se como naturais de São João Marcos e Resende, ambas localidades situadas na capitania do Rio de Janeiro; pouco menos de um quinto (18,7%) eram naturais de Guaratinguetá, Taubaté, Cunha e Lorena, todas no Vale do Paraíba paulista; apenas 7,7% das pessoas livres eram originárias de Minas Gerais. Claro está que, em uma população em processo de formação, essencialmente aberta e colocada em área marcada pela mobilidade espacia-

al, não se pode, em que pese a informação acerca da naturalidade constante das listas nominativas, afastar completamente a hipótese de ser a região mineratória local de origem de boa parte da população que então se aglutina em Bananal.

Por outro lado, como discutido anteriormente neste trabalho, apresenta-se como bastante plausível a hipótese que vincula a diminuição verificada na população livre de Bananal entre 1817 e 1829 às reordenações de cunho jurisdicional sofridas pela Vila de Areias naquele mesmo período.⁽⁶⁾ Importa ressaltar, também, que, dos 509 indivíduos livres que viviam em domicílios onde se produzia café em 1817 (conforme Tabela VI.2 acima), 223 (43,8%) residiam em fogos onde não havia escravos. Já em 1829, o percentual correspondente é de 31,3%.⁽⁷⁾ Portanto, ao mesmo tempo em que a produção de café apresenta grande difusão, aumenta o peso relativo daqueles que produzem a rubiácea e são proprietários de escravos. Em outras palavras, e em uma primeira aproximação, estar-se-ia diante de um movimento de concentração da riqueza, ao menos da riqueza enquanto medida pela propriedade de cativos, movimento esse originado na cafeicultura.⁽⁸⁾

Os dados acerca da população escrava, a sua vez, refletem também o crescimento da importância relativa dos fogos nos quais, simultaneamente, produz-se café e possuem-se cativos. Aparentemente, o desenvolvimento cafeeiro está a estimular a formação e/ou ampliação dos plantéis de escravos. Talvez em Bananal, no período em foco, esteja-se caminhando no sentido do estabelecimento de uma agricultura de plantation, o que se corrobora com o aumento do peso relativo do contingente escravo em 1829 e com os crescentes valores observados das razões de masculinidade atinentes à população cativa.

Por fim, cabe ressaltar que esse desenvolvimento cafeeiro não altera sobremaneira o perfil eminentemente rural possuído pela localidade bananalense ao longo do período considerado. Essa afirmação vê-se atestada pela distribuição, em termos absolutos e percentuais, dos proprietários de escla-

vos consoante ocupação/atividade econômica desempenhada, que se apresenta na Tabela VI .3. Em 1801, 93,2% dos escravistas eram senhores de engenho, agricultores ou criadores de animais; em 1817, somam-se a esse grupo também os cafeicultores, e o conjunto resultante atinge 83,4% de todos os escravistas; e, em 1829, os proprietários de escravos vinculados diretamente à atividade agrícola correspondem a 90,2% do número total de proprietários de cativos.

Quando se computa a participação dos escravistas ligados diretamente à agricultura em termos da propriedade escrava, os números são ainda maiores. Em 1801, esses proprietários possuíam 98,7% dos escravos então existentes em Bananal; o porcentual correlato alçava-se a 95,7% em 1817, e a 96,7% em 1829. Não obstante a permanência no tempo desse perfil eminentemente rural, a Tabela VI .3 permite igualmente inferir que o desenvolvimento econômico e demográfico daquela localidade reflete-se, também, no aumento da participação relativa dos proprietários de escravos arrolados como negociantes ou rentistas, no ligeiro acréscimo verificado na importância relativa dos artesãos, e na própria presença de escravistas dedicados ao serviço da Igreja; estes últimos, bem como os negociantes ou rentistas, nem ao menos figuravam entre os proprietários de cativos no primeiro dos anos analisados neste trabalho.

VI .3 Algumas características da população escrava.

Tendo em vista o delineamento, efetuado em suas linhas gerais na seção anterior deste capítulo, da evolução demográfica e do desenvolvimento cafeeiro vivenciados por Bananal ao longo das três décadas iniciais do século passado, cabe agora voltar a atenção, de forma um pouco mais minuciosa, especificamente para a população escrava daquela localidade, a

TABELA VI .3

DISTRIBUIÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS
SEGUNDO OCUPAÇÃO / ATIVIDADE ECONÔMICA DESEMPENHADA
(Bananal, anos selecionados)

Ocupação/Atividade	1801	1817	1829
Cafeicultores ^a	- (-)	62 (51,2%)	147 ^b (75,4%)
Senhores de engenho (produção de açúcar e/ou aguardente)	5 (11,4%)	5 (4,1%)	1 (0,5%)
Agricultores ou criadores de animais	36 (81,8%)	34 (28,1%)	28 (14,3%)
Negociantes ou rentistas	- (-)	3 (2,5%)	13 (6,7%)
Eclesiásticos	- (-)	3 (2,5%)	1 (0,5%)
Artesãos	1 (2,3%)	3 (2,5%)	5 (2,6%)
Atividade não especificada	2 ^c (4,5%)	11 ^c (9,1%)	- (-)
Totais	44 (100,0%)	121 (100,0%)	195 (100,0%)

Obs.: Valores da distribuição porcentual entre parêntesis.

a Inclusive produtores de café e outros gêneros.

b Inclusive dois agregados proprietários de escravos.

c Escravistas anotados na lista nominativa como "novos habi-
tantes".

nalizando-se o comportamento no tempo de algumas de suas características. Adicionalmente, é interessante que se enfatize a informação acerca do estado conjugal dos cativos, obtendo-se assim uma primeira aproximação à temática da família escrava.

Na Tabela VI .4 é fornecida, para os três anos selecionados, a distribuição da população cativa segundo três grandes faixas etárias e de acordo com o sexo e o estado conjugal. Evidencia-se, tal como na Tabela VI .1 acima, o vigoroso crescimento experimentado por essa população, que mais do que duplica entre 1801 e 1817, proporção que se repete entre 1817 e 1829. Contudo, é decrescente a participação relativa das crianças escravas com 14 ou menos anos de idade, que correspondiam a 25,9% do total da população cativa em 1801, a 23,2% em 1817 e a 21,1% em 1829. Esse decréscimo, de fato, reflete o comportamento das crianças cativas do sexo masculino, cujo peso relativo, no total de escravos homens, passa de 24,0% em 1801 para 20,8% em 1817 e 17,4% em 1829. A mesma tendência declinante não se verifica no caso das crianças cativas do sexo feminino; estas últimas perfaziam 28,6% do total de mulheres escravas em 1801, 27,4% em 1817 e 29,3% em 1829.

O movimento de formação e/ou ampliação dos plantéis de escravos, já aventado anteriormente, e que estaria acompanhando o desenvolvimento da lavoura cafeeira que então se verifica em Bananal, poderia ser o responsável pela queda ocorrida na importância relativa das crianças cativas do sexo masculino. A diminuição referida teria por contrapartida a elevação do peso relativo dos escravos em idade produtiva, em especial daqueles do sexo masculino, os quais constituir-se-iam nas "peças" preferidas no comércio de cativos, sejam os importados da África, sejam os oriundos do tráfico interno.

Essa contrapartida esperada vê-se corroborada pela observação dos dados concernentes à faixa etária dos 15 aos

TABELA VI .4

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS SEGUNDO GRANDES FAIXAS
ETÁRIAS, SEXO E ESTADO CONJUGAL
(Bananal, anos seleccionados)

Grandes Faixas Etárias	Solteiros		Casados		Viúvos		Total			Raz. de Masc.	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H+M	Tot. ^a	Col. ^b
<u>A. 1801</u>											
0 - 14	56	48	-	-	-	-	56	48	104	116,7	120,9
15 - 59	120	57	55	55	1	6	176	118	294	149,1	85,4
60 e +	-	-	-	-	1	2	1	2	3	50,0	zero
Totais	176	105	55	55	2	8	233	168	401	138,7	102,3
<u>B. 1817</u>											
0 - 14	135	98	-	1	-	-	135	99	234	136,4	120,9
15 - 59	391	144	102	102	11	7	504	253	757	199,2	138,2
60 e +	7	4	2	1	1	4	10	9	19	111,1	25,0
Totais	533	246	104	104	12	11	649	361	1010	179,8	126,3
<u>C. 1829</u>											
0 - 14	272	206	-	4	-	-	272	210	482	129,5	92,7
15 - 59	1073 ^c	299	192	198	7	5	1272	502	1774	253,4	108,1
60 e +	13	3	8	1	1	-	22	4	26	550,0	-
Totais	1358	508	200	203	8	5	1566	716	2282	218,7	98,8

Obs.: H = Homens ; M = Mulheres ; H+M = Homens + Mulheres ;

Raz. de Masc. = Razão de Masculinidade.

a Total, computada toda a população escrava.

b Coloniais, computados apenas os cativos nascidos no Brasil.

c Inclusive um indivíduo com idade indeterminada, provavelmente entre 15 e 59 anos.

59 anos. Os 176 escravos homens pertencentes a essa faixa etária em 1801 correspondiam a mais de três quartos (75,5%) do total de cativos do sexo masculino. Em 1817, eles eram 504, isto é, 77,7% do contingente masculino total e, em 1829, eram 1272, ultrapassando o caso dos oito décimos (81,2%) do total de escravos homens. Já a importância relativa das mulheres com idades entre 15 e 59 anos, no contingente feminino total, permaneceu por volta de 70,1% nos três anos selecionados. Considerados conjuntamente homens e mulheres, o peso relativo dos indivíduos situados na faixa etária em questão atingiu os percentuais seguintes: 73,3% em 1801, 75,0% em 1817 e 77,7% em 1829.

Também os valores das razões de masculinidade, fornecidos nas duas últimas colunas da Tabela VI .4, refletem, ao que tudo indica, o referido movimento de formação e/ou ampliação dos plantéis de escravos de Bananal, caracterizado particularmente pela importação de cativos africanos do sexo masculino em idade produtiva. É significativo o aumento que se verifica na razão de masculinidade da população cativa inserida na faixa etária dos 15 aos 59 anos: de 149,1 em 1801, esse indicador eleva-se a 199,2 em 1817 e chega a 253,4 em 1829. Consoante a última coluna da Tabela VI .4, computados apenas os escravos nascidos no Brasil, esses valores são acentuadamente menores, atestando a relevância da importação de africanos homens. De fato, tomados tão-somente os cativos provenientes da África, a razão de masculinidade, na faixa etária em foco, alça-se a 183,1 já em 1801, a 225,4 em 1817 e a 283,4 em 1829.

A importação de africanos, preferencialmente do sexo masculino, deixa-se transparecer, inclusive, na primeira das faixas etárias consideradas. Dessa forma, computados apenas os escravos africanos, a razão de masculinidade atinente aos indivíduos com idade inferior a 15 anos, que se igualava a 80,0 em 1801, atinge os valores de 312,5 em 1817 e 260,9 em

1829.⁽⁹⁾ Entre as crianças cativas coloniais, conforme se observa na última coluna da Tabela VI .4, predominam os meninos nos dois primeiros anos estudados, situação que se reverte em 1829. Sobre os valores da razão de masculinidade referente às crianças escravas nascidas no Brasil influi não apenas a presença eventual de um fluxo de comércio interno de cativos, mas igualmente o comportamento experimentado pela família escrava, à qual se voltará detidamente a atenção mais adiante neste capítulo.⁽¹⁰⁾

Levando-se em conta a informação acerca do estado conjugal dos escravos bananalenses, ainda com base na Tabela VI .4, verifica-se que a participação relativa dos casados ou viúvos, no total da população cativa, é decrescente ao longo do tempo. Em 1801, os escravos casados ou viúvos correspondiam a 29,9% da massa escrava, porcentual que declina para 22,9% em 1817 e para 18,2% em 1829. De outra parte, a consideração conjunta das idades dos cativos, ainda que tomadas tão-somente três grandes faixas etárias, e de seu estado conjugal, sugere, em uma primeira aproximação, que a importância relativa dos casados ou viúvos é maior à medida que aumenta a idade dos escravos. Essa última relação, ademais, aplica-se aos três anos selecionados. Assim, em 1801, o peso relativo dos casados ou viúvos é igual a zero na primeira faixa etária, a 39,8% na segunda, e a 100,0% na terceira e derradeira faixa; em 1817, os percentuais correspondentes atingem os valores de 0,4%, 29,3% e 42,1%; por fim, em 1829, tais percentuais alçam-se a 0,8%, 22,7% e 38,5%.

O comportamento da participação relativa dos casados ou viúvos no interior da população cativa pode ser entendido como um esboço grosseiro da evolução da própria família escrava. Assim sendo, a queda observada naquela participação sugere que a família cativa como que se diluiu em meio ao afluxo de mão-de-obra escrava que se direcionou para Bananal ao longo das décadas iniciais do século passado. Essa entrada maci

ça de cativos na região, que estaria atuando como um "diluen-
te" das relações familiares, vincular-se-ia, diga-se uma vez
mais, ao processo de formação e/ou ampliação dos plantéis de
escravos, a sua vez ligado ao estímulo econômico representa-
do pela disseminação da cafeicultura.⁽¹¹⁾

O evoluer da importância relativa dos cativos solteiros, casados ou viúvos pode ser percebido de forma mais clara com base nas informações constantes da Tabela VI .5, que apresenta a distribuição percentual dos escravos segundo estado conjugal e sexo. Tomando-se, de início, a população cativa como um todo, o que é feito nas três primeiras colunas da tabela em questão, nota-se a crescente participação relativa dos indivíduos solteiros: eles perfaziam 70,1% da massa escrava em 1801, 77,1% em 1817 e 81,8% em 1829. Tal crescimento, ademais, é observado igualmente quando se computam homens e mulheres isoladamente. Porém, o peso relativo dos solteiros é sempre maior entre os cativos do sexo masculino e, mais ainda, esse peso relativo aumenta com maior intensidade também no caso dos homens. Assim, considerados estes últimos, a participação dos solteiros eleva-se 6,6 pontos percentuais entre 1801 e 1817 (82,1% - 75,5%), e eleva-se outra vez, agora 4,6 pontos percentuais, entre 1817 e 1829 (86,7% - 82,1%); entre as escravas, tais acréscimos atingem, respectivamente, 5,6 (68,1% - 62,5%) e 2,8 (70,9% - 68,1%) pontos percentuais.

Essa disparidade consoante o sexo dos indivíduos faz-se igualmente nítida quando se observam as três últimas colunas da Tabela VI .5, nas quais os percentuais são calculados excluindo-se as crianças com idade inferior a 15 anos. Obviamente, com tal exclusão as participações relativas de casados ou viúvos tornam-se maiores do que quando a população escrava total era computada. Não obstante, enquanto que os homens casados continuam tendo seu peso relativo declinando ao longo do tempo, o mesmo não se verifica no caso das mulhe-

TABELA VI .5

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS ESCRAVOS
SEGUNDO ESTADO CONJUGAL E SEXO
(Bananal, anos selecionados)

Estado conjugal	População escrava			Exclusive crianças ^a		
	H	M	H+M	H	M	H+M
<u>A. 1801</u>						
Solteiros	75,5	62,5	70,1	67,8	47,5	59,6
Casados	23,6	32,7	27,4	31,1	45,8	37,0
Viúvos	0,9	4,8	2,5	1,1	6,7	3,4
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<u>B. 1817</u>						
Solteiros	82,1	68,1	77,1	77,4	56,5	70,3
Casados	16,0	28,8	20,6	20,2	39,3	26,7
Viúvos	1,9	3,1	2,3	2,4	4,2	3,0
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<u>C. 1829</u>						
Solteiros	86,7	70,9	81,8	83,9	59,7	77,1
Casados	12,8	28,4	17,6	15,5	39,3	22,2
Viúvos	0,5	0,7	0,6	0,6	1,0	0,7
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: H = Homens ; M = Mulheres ;

H+M = Homens + Mulheres.

a Sempre que houver referência à exclusão de crianças estar-se-á aludindo àquelas com 14 ou menos anos de idade.

res: em 1817 e 1829, a importância relativa das escravas casadas permanece a mesma.

Em outras palavras, se já em 1801, conforme foi sugerido no capítulo anterior, muitos cativos homens viam-se impossibilitados de casar tendo em vista a "escassez" de cônjuges em potencial, decorrente do grande desequilíbrio entre os sexos no interior da população escrava, essa impossibilidade deveria atingir uma proporção ainda maior dos homens em 1817, e mais ainda em 1829, pois aquele desequilíbrio tornou-se, como visto a partir dos valores das razões de masculinidade, cada vez mais intenso ao longo do tempo. Portanto, a crescente participação relativa dos solteiros é decorrente não apenas da entrada maciça de cativos em Bananal, mas igualmente das características desse afluxo populacional, envolvendo em sua maioria elementos do sexo masculino.⁽¹²⁾

De outra parte, considerando-se cada ano isoladamente, evidencia-se que a importância relativa dos solteiros declina à medida que aumentam as idades dos escravos. Essa afirmação, avançada acima com base em três grandes faixas etárias, é comprovada pelos informes dispostos na Tabela VI .6. Nessa tabela, apresenta-se a distribuição porcentual dos escravos segundo oito faixas etárias e de acordo com o estado conjugal. Os percentuais são calculados, em cada ano, sobre os efetivos totais de cada faixa. Adicionalmente, cabe ressaltar que esses efetivos são de pequena magnitude, para os três anos analisados, a partir da faixa dos 45 aos 54 anos, inclusive, o que sem dúvida compromete a interpretação dos percentuais referentes às faixas etárias superiores. ⁽¹³⁾

Levando-se em conta essa observação, verifica-se, tanto para 1801 como para 1817 e também para 1829, que os solteiros são cada vez menos importantes e que os casados ou viúvos fazem-se cada vez mais presentes, quanto maiores forem as idades dos cativos. Em 1801 e 1817, os casados ou viúvos chegam mesmo a responder por mais da metade dos efetivos respectivos

TABELA VI .6

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS ESCRAVOS SEGUNDO

FAIXAS ETÁRIAS E ESTADO CONJUGAL^a

(Bananal, anos selecionados)

Faixas etárias	1801			1817			1829		
	Solt.	Cas .	Viuv.	Solt.	Cas .	Viuv.	Solt. ^b	Cas .	Viuv.
0 - 14	100,0	-	-	99,6	0,4	-	99,2	0,8	-
15 - 24	70,7	27,8	1,5	89,9	9,8	0,3	85,1	14,7	0,2
25 - 34	56,7	39,2	4,1	59,9	37,6	2,5	68,5	30,6	0,9
35 - 44	43,2	56,8	-	37,6	54,5	7,9	61,5	36,0	2,5
45 - 54	47,1	47,1	5,8	50,0	45,0	5,0	70,4	27,3	2,3
55 - 64	16,7	33,3	50,0	35,7	42,9	21,4	58,3	37,5	4,2
65 - 74	-	-	-	57,1	14,3	28,6	75,0	25,0	-
75 e +	-	-	-	75,0	-	25,0	50,0	50,0	-

Obs.: Solt. = Solteiros ; Cas. = Casados ; Viuv. = Viúvos.

^a Porcentuais calculados, para cada ano, sobre os efetivos totais de cada faixa etária.^b Exclusive um homem com idade indeterminada, provavelmente entre 15 e 59 anos.

da faixa etária dos 35 aos 44 anos.

Observe-se agora como evolui, ao longo do período considerado, a distribuição dos escravos consoante o sexo e diferentes faixas de tamanho dos plantéis, fornecida na Tabela VI .7. Tomam-se os plantéis unitários, os compostos por 2 a 9 cativos e aqueles formados por 10 ou mais escravos. Nessas três faixas de tamanho, a razão de masculinidade, cujos valores são apresentados na última coluna da tabela em foco, mostra-se crescente no tempo. Outrossim, a distribuição dos cativos pelas faixas de tamanho dos plantéis consideradas vem corroborar a hipótese avançada na seção anterior, da existência de um processo de concentração da propriedade escrava entre 1817 e 1829; mais ainda, a distribuição referida sugere que um movimento contrário ter-se-ia verificado entre 1801 e 1817.⁽¹⁴⁾

Assim, os plantéis formados por 10 ou mais cativos, que congregavam 78,3% da escravaria existente em Bananal em 1801, têm sua participação diminuída em 1817. Nesse último ano, tais plantéis abrangiam 71,3% da população cativa. Já em 1829, nota-se que esse percentual voltou a crescer: àquela data, os plantéis de maior tamanho encerravam 79,1% do total da massa escrava. De forma correspondente, os plantéis pertencentes às outras duas faixas de tamanho, computados conjuntamente, congregavam 21,7%, 28,7% e 20,9% da população cativa, respectivamente, em 1801, 1817 e 1829. Esse evoluer da distribuição da escravaria entre os plantéis maiores e menores repete-se quando se tomam separadamente os contingentes de homens e de mulheres. Por exemplo, dentre os cativos do sexo masculino em 1801, 80,3% viviam nos plantéis com 10 ou mais escravos, percentual que declina para 71,0% em 1817 e que se eleva para 79,0% em 1829; paralelamente, nos plantéis formados por 9 ou menos cativos, viviam 19,7% do contingente masculino em 1801, 29,0% em 1817 e 21,0% em 1829.

A distribuição dos escravos consoante faixas de tamanho

TABELA VI .7

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS SEGUNDO FAIXAS
DE TAMANHO DOS PLANTÉIS E SEXO
(Bananal, anos selecionados)

FTP	Homens	Mulheres	Total (Hom+Mul)	Razão de masculini dade
<u>A. 1801</u>				
1	5	10	15	50,0
2-9	41	31	72	132,3
10ou+	187	127	314	147,2
Totais	233	168	401	138,7
<u>B. 1817</u>				
1	20	12	32	166,7
2-9	168	90	258	186,7
10ou+	461	259	720	178,0
Totais	649	361	1010	179,8
<u>C. 1829</u>				
1	31	9	40	344,4
2-9	298	139	437	214,4
10ou+	1237	568	1805	217,8
Totais	1566	716	2282	218,7

Obs.: FTP = Faixas de Tamanho dos Plantéis ;
Hom+Mul = Homens + Mulheres .

dos plantéis é apresentada uma vez mais na Tabela VI .8, agora em termos percentuais. As porcentagens são calculadas para o total da população cativa, para o conjunto dos indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos e, por fim, considerando-se, de acordo com o sexo, exclusivamente os escravos casados ou viúvos. As faixas de tamanho dos plantéis consideradas são as seguintes: 1 a 4, 5 a 9 e 10 ou mais cativos . Observando-se os valores constantes das duas primeiras colunas da Tabela VI .8, percebe-se que, nos três anos selecionados, o cômputo ou não das crianças com 14 ou menos anos praticamente em nada modifica a distribuição dos escravos pelas distintas faixas de tamanho dos plantéis. Em outras palavras, os cativos adultos, tal como a população escrava total, concentravam-se nos plantéis de maior tamanho; essa concentração, ademais, reduziu-se entre 1801 e 1817 (de 79,8 % para 73,5%); voltando a crescer entre 1817 e 1829 (de 73,5 % para 79,7%).⁽¹⁵⁾

De outra parte, ao voltar-se a atenção para as três últimas colunas da Tabela VI .8, nota-se de imediato que os escravos casados ou viúvos, sejam homens sejam mulheres, concentravam-se na terceira faixa de tamanho considerada em níveis bastante mais elevados do que quando se tomou a população cativa como um todo ou depurada das crianças. Tanto em 1801 como em 1817 e em 1829, cerca de nove décimos dos indivíduos casados ou viúvos pertenciam a plantéis que possuíam 10 ou mais escravos. Essa disparidade, que se verifica entre a distribuição dos cativos em geral e a dos casados ou viúvos pelas diferentes faixas de tamanho, indica que os plantéis maiores provavelmente conformavam um ambiente mais propício à realização de casamentos entre escravos. Vale dizer, os casados ou viúvos não se faziam mais presentes nos plantéis de maior tamanho apenas pelo fato de que nesses plantéis vivia a maior parcela da população cativa.

Claro está que, em um dado plantel, um número maior de

TABELA VI .8

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS ESCRAVOS EM GERAL E DOS CASADOS
OU VIÚVOS SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS
(Bananal, anos selecionados)

FTP	Escravos em geral		Casados ou viúvos		
	Total	Excl.crian.	H	M	H+M
<u>A. 1801</u>					
1-4	9,2	9,1	1,7	1,6	1,7
5-9	12,5	11,1	8,8	6,3	7,5
10ou+	78,3	79,8	89,5	92,1	90,8
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<u>B. 1817</u>					
1-4	15,0	14,0	3,4	3,5	3,5
5-9	13,7	12,5	5,2	5,2	5,2
10ou+	71,3	73,5	91,4	91,3	91,3
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<u>C. 1829</u>					
1-4	8,6	8,5	3,4	1,9	2,7
5-9	12,3	11,8	8,2	8,7	8,4
10ou+	79,1	79,7	88,4	89,4	88,9
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: H = Homens ; M = Mulheres ;

H+M = Homens + Mulheres ;

Excl.crian. = Exclusive crianças .

escravos poderia significar u'a maior facilidade de escolha do cônjuge, isto é, u'a maior facilidade para a formação interna de casais. Nesse sentido, a distribuição dos casados ou viúvos segundo as faixas de tamanho dos plantéis consideradas sugere também que, aparentemente, as uniões envolvendo cônjuges cativos em geral não extrapolavam os limites de cada plantel.⁽¹⁶⁾ Essa indicação vê-se corroborada com base nos informes apresentados na Tabela VI .9. Nessa tabela, a distribuição porcentual dos escravos casados ou viúvos pelas distintas faixas de tamanho dos plantéis é calculada, de um lado, sobre os efetivos totais de cada faixa e, de outro, sobre os mesmos efetivos depurados das crianças com 14 ou menos anos de idade; em ambos os casos, contempla-se igualmente a informação acerca do sexo dos cativos, para os três anos analisados.

Como se depreende da observação da Tabela VI .9, tanto em 1801 como em 1817 e também em 1829, a participação porcentual dos casados ou viúvos sobre os efetivos de cada faixa de tamanho aumenta à medida que cresce o porte dos plantéis. Mais ainda, essa relação aplica-se seja no caso dos escravos homens seja no das mulheres, quer se considerem os efetivos totais de cada faixa de tamanho dos plantéis, quer se considerem os efetivos excluídas as crianças. A evolução no tempo da participação dos casados ou viúvos, porém, varia de acordo com o tamanho dos plantéis.

Assim, por exemplo, na primeira faixa de tamanho (de 1 a 4 cativos), os casados ou viúvos correspondiam a pouco mais de um vigésimo dos efetivos totais em 1801 (5,4%), e essa participação manteve-se nos mesmos níveis em 1817 (5,3%) e em 1829 (5,6%). Quando se excluem as crianças esses percentuais elevam-se para a casa dos 7%, mas permanecem semelhantes ao longo do tempo: 7,4% em 1801, 7,3% em 1817 e 7,1% em 1829. É interessante observar, ainda quanto à primeira faixa de tamanho dos plantéis, a inversão que se verifica entre

TABELA VI .9

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DE CASADOS OU VIÚVOS SOBRE OS
EFETIVOS DE CADA FAIXA DE TAMANHO DOS PLANTÉIS
(Bananal, anos selecionados)

FTP	% de casados ou viúvos sobre os efetivos totais de cada FTP			% de casados ou viúvos sobre os efetivos depurados das crianças		
	H	M	H+M	H	M	H+M
<u>A. 1801</u>						
1-4	6,7	4,5	5,4	8,3	6,7	7,4
5-9	16,1	21,1	18,0	23,8	33,3	27,3
10ou+	27,3	45,7	34,7	35,4	62,4	46,0
Totais	24,5	37,5	29,9	32,2	52,5	40,4
<u>B. 1817</u>						
1-4	4,0	7,5	5,3	5,5	11,1	7,3
5-9	6,7	12,2	8,7	9,1	19,4	12,4
10ou+	23,0	40,5	29,3	28,3	53,8	37,0
Totais	17,9	31,9	22,9	22,6	43,9	29,8
<u>C. 1829</u>						
1-4	5,0	6,9	5,6	6,2 ^a	9,8	7,1
5-9	8,9	20,0	12,5	11,2	30,0	16,5
10ou+	14,9	32,7	20,5	17,9	45,9	25,8
Totais	13,3	29,0	18,2	16,1	41,1	23,1

Obs.: FTP = Faixas de Tamanho dos Plantéis ;

H = Homens ; M = Mulheres ;

H+M = Homens + Mulheres .

a Inclusive um indivíduo com idade indeterminada, provavelmente entre 15 e 59 anos.

1801 e 1817 quanto à participação dos casados ou viúvos segundo o sexo: os homens casados ou viúvos, em 1801, correspondiam a uma parcela do efetivo total de homens daquela faixa de tamanho que era maior que a parcela do efetivo de escravas referente às casadas ou viúvas (6,7% versus 4,5%); o inverso verifica-se em 1817 (4,0% versus 7,5%).

Essa inversão, ao que tudo indica, acompanha em boa medida o comportamento da razão de masculinidade nos plantéis de 1 a 4 escravos, a qual refletia uma presença majoritária de mulheres em 1801, ano em que se igualava a 68,2, passando a expressar a supremacia numérica dos homens já em 1817, quando atinge o valor de 186,8. De fato, os plantéis de 1 a 4 escravos em 1801 retratam o único caso de superioridade numérica do sexo feminino. Para as duas outras faixas de tamanho naquele ano, e para as três faixas consideradas em 1817 e 1829, os homens mostram-se sempre mais numerosos; sintomaticamente, em todos esses casos, os percentuais fornecidos na Tabela VI .9 concernentes às escravas apresentam-se mais elevados do que os relativos aos cativos do sexo masculino. (17)

Nos plantéis de 5 a 9 escravos, a importância relativa dos casados ou viúvos diminui entre 1801 e 1817 (de 18,0% para 8,7%) e cresce novamente entre 1817 e 1829 (de 8,7% para 12,5%). Flutuação similar é evidenciada quando os percentuais são calculados sobre os efetivos depurados das crianças, e também quando se tomam homens e mulheres isoladamente. Já nos plantéis com 10 ou mais cativos, a proporção dos casados ou viúvos é sempre decrescente. Assim, essa proporção, considerados os efetivos totais da faixa de tamanho em questão, que atingia 34,7% em 1801, passa a 29,3% em 1817 e a 20,5% em 1829; computados, outrossim, os efetivos depurados das crianças, os percentuais correspondentes alçam-se a 46,0%, 37,0% e 25,8%, configurando um declínio que é igualmente observado quando se tomam separadamente os escravos segundo o

sexo.

Aparentemente, pois, ao longo de todo o período aqui analisado, o casamento envolvendo cônjuges cativos defrontou-se com condições mais favoráveis à sua realização nos plantéis de maior tamanho. Por exemplo, é ainda a Tabela VI .9 que traz a informação de que nesses plantéis (com 10 ou mais escravos), 45,9% das mulheres com idade igual ou superior a 15 anos eram casadas ou viúvas em 1829. Não obstante, o percentual correlato em 1801 havia-se igualado a 62,4%. Vale dizer, foram inequívocos os efeitos do desenvolvimento econômico e da evolução demográfica de Bananal sobre o comportamento da participação relativa dos cativos casados ou viúvos e, por conseguinte, em uma aproximação grosseira, sobre a evolução da família escrava.

São, portanto, três as inferências básicas que sumariam a discussão travada até aqui nesta seção, enfatizando o informe acerca do estado conjugal dos cativos. As duas primeiras verificam-se quando se consideram cada um dos anos selecionados isoladamente. Assim, constata-se, para 1817 e 1829, tal como já o fora para 1801 no capítulo anterior, que o peso relativo dos escravos casados ou viúvos aumenta juntamente com a idade dos cativos, e também à medida que cresce o tamanho dos plantéis. A terceira das inferências mencionadas diz respeito ao fato de que em Bananal, no decurso das três décadas iniciais do século passado, verifica-se uma tendência em geral declinante da importância relativa dos escravos casados ou viúvos. Essas três inferências básicas podem ser visualizadas conjuntamente a partir dos dados fornecidos na Tabela VI .10, na qual se apresenta, para os três anos considerados, a distribuição percentual dos cativos casados ou viúvos de acordo com o sexo, faixa etária e faixa de tamanho dos plantéis.⁽¹⁸⁾

Observando-se a Tabela VI .10 atentamente, é possível precisar um pouco melhor a última das inferências acima arroladas. De um lado, a queda na participação relativa dos casa

TABELA VI .10

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS ESCRAVOS CASADOS OU VIÚVOS DE ACORDO COM O SEXO,
E SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS E DE TAMANHO DOS PLANTÉIS^a
(Bananal, anos selecionados)

Faixas etárias	Homens			Mulheres			Total		
	FTP			FTP			FTP		
	1-4	5-9	10ou+	1-4	5-9	10ou+	1-4	5-9	10ou+
A. 1801									
0 - 14	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
15 - 24	12,5	zero	17,0	9,1	25,0	52,9	10,5	10,0	34,6
25 - 34	zero	20,0	39,6	zero	33,3	72,0	zero	27,3	50,0
35 - 44	-	33,3	54,2	-	100,0	69,2	-	42,9	59,5
45 - 54	-	50,0	50,0	-	zero	100,0	-	33,3	57,1
55 - 64	-	50,0	100,0	-	-	100,0	-	50,0	100,0
Totais	6,7	16,1	27,3	4,5	21,1	45,7	5,4	18,0	34,7
B. 1817									
0 - 14	zero	zero	zero	zero	zero	1,6	zero	zero	0,7
15 - 24	zero	2,9	6,3	zero	14,3	28,7	zero	6,1	13,3
25 - 34	zero	21,7	34,5	14,3	30,0	68,6	4,3	24,2	47,3
35 - 44	42,9	zero	67,3	60,0	zero	81,5	50,0	zero	72,1
45 - 54	zero	zero	66,7	zero	50,0	55,5	zero	25,0	63,3
55 - 64	50,0	-	66,7	zero	-	80,0	33,3	-	72,7
65 - 74	zero	-	50,0	-	-	50,0	zero	-	50,0
75 e +	-	zero	33,3	-	-	-	-	zero	33,3
Totais	4,0	6,7	23,0	7,5	12,2	40,5	5,3	8,7	29,3
C. 1829^b									
0 - 14	zero	zero	zero	zero	zero	2,4	zero	zero	1,1
15 - 24	2,9	5,7	6,9	9,1	30,3	38,1	4,4	12,5	16,4
25 - 34	8,8	14,9	28,3	10,0	27,8	57,7	9,1	18,5	35,6
35 - 44	25,0	15,4	36,1	20,0	40,0	60,6	23,1	22,2	42,3
45 - 54	zero	66,7	36,4	zero	zero	25,0	zero	40,0	32,3
55 - 64	-	50,0	37,5	-	100,0	40,0	-	66,7	38,1
65 - 74	-	-	50,0	zero	zero	-	zero	zero	50,0
75 e +	-	-	50,0	-	-	-	-	-	50,0
Totais	5,1	8,9	14,9	6,9	20,0	32,7	5,6	12,5	20,5

Obs.: FTP = Faixas de Tamanho dos plantéis

a Porcentuais calculados, internamente a cada FTP, sobre os efetivos correspondentes a cada faixa etária.

b Exclusive um homem solteiro com idade indeterminada, provavelmente entre 15 e 59 anos.

dos ou viúvos dá-se particularmente nos plantéis com 10 ou mais escravos.⁽¹⁹⁾ De outro, em especial nesses plantéis de maior tamanho, aparentemente o peso relativo daqueles indivíduos evolui de maneira distinta segundo as diferentes faixas etárias. Em 1817, comparado a 1801, os casados ou viúvos faziam-se menos importantes nas faixas etárias dos 15 aos 24 anos (13,3% versus 34,6%) e dos 25 aos 34 anos (47,3% versus 50,0%), ao passo que se faziam mais importantes na faixa etária subsequente (dos 35 aos 44 anos: 72,1% versus 59,5%). Esse comportamento é verificado inclusive quando se observam homens e mulheres em separado. Já em 1829, comparado a 1817, os casados ou viúvos são menos importantes na faixa dos 35 aos 44 anos (42,3% versus 72,1%), mas recuperaram um pouco a sua relevância na faixa etária dos 15 aos 24 anos (16,4% versus 13,3%). Em suma, talvez esses dados estejam a indicar, em uma primeira aproximação, um envelhecimento da parcela da população escrava formada pelos indivíduos casados ou viúvos entre 1801 e 1817, movimento que se reverte entre 1817 e 1829, denotando que eventualmente tenha se iniciado uma nova etapa de constituição de famílias cativas em meio a este último subperíodo.⁽²⁰⁾

VI .4 Família escrava e cafeicultura.

VI .4.1 Evolução da importância relativa das relações familiares entre os cativos.

Esboçados, ainda que tão-somente em suas linhas gerais, os traços definidores da evolução demográfica e do desenvolvimento da lavoura cafeeira em Bananal, e explicitado o comportamento, no decorrer do período considerado, de algumas das características da população cativa daquela localidade, é possível agora iniciar propriamente a discussão acerca do

evolver da família escrava em Bananal nas três primeiras décadas do século passado. Para tanto, é necessário que se tenham presentes, também, as considerações iniciais delineadas na abertura deste capítulo, inclusive no que diz respeito à ressalva de que, ao se tratar da família escrava em 1829, referir-se-á sempre apenas à 6ª Companhia de Ordenanças da Vila de Areias, tendo em vista o não registro explícito da dita família na lista nominativa dos habitantes da outra das duas Cias. de Ordenanças que, conjuntamente, compunham a localidade bananalense àquela época.⁽²¹⁾

A Tabela VI .11 proporciona a visualização do significado efetivo que alcança a família escrava em Bananal nos anos selecionados. Como visto no capítulo anterior, o conjunto formado pelos cativos casados, viúvos e pelos filhos legítimos solteiros, sem prole e em vivência com pelo menos um de seus pais, abrangia quase a metade (46,9%) da população escrava em 1801. Esse percentual, ademais, elevava-se a 52,1% se àquele conjunto de indivíduos fossem também somadas as mães solteiras e seus filhos. Observa-se, pois, que , em 1801, participavam de relações de caráter familiar - ou tinham participado, no caso dos viúvos sem filhos presentes - 209 escravos, em meio a uma população cativa que totalizava 401 indivíduos.

Cabe salientar, uma vez mais, que, de um lado, o porcentual de 52,1% mostra-se relativamente pequeno quando comparado àquele concernente à população livre; nesta última, o valor correlato atingia a marca de 96,3% naquele mesmo ano de 1801.⁽²²⁾ De outro, e não obstante a discrepância verificada vis-à-vis a população livre, aqueles 52,1% marcam de maneira inequívoca a significativa expressão que as relações de família podiam vir a ter no interior da população escrava; e essa presença das relações familiares tem sua relevância magnificada quando se considera que as noções de promiscuidade e dissolução de costumes eram vistas, até pelo menos algo como

uma década atrás, como definidoras do relacionamento existente entre os cativos no Brasil.

Adicionalmente, sendo certa a hipótese feita neste trabalho, de que os indivíduos arrolados nas listas nominativas como casados ou viúvos o eram perante a Igreja, o significado das relações de caráter familiar entre os escravos ver-seia eventualmente subestimado. Isto porque seriam computados entre os "demais solteiros" (penúltima linha da Tabela VI . 11), por exemplo: os casais em vivência consensual, sem filhos; os companheiros presentes, mas não identificados, das mães solteiras; e aqueles indivíduos que, tendo desfrutado da vida em família consensual, encontravam-se sós à época do recenseamento, devido à morte ou ausência do companheiro ou companheira, e à ausência ou inexistência de descendência, incluindo-se aqui situação equivalente à dos viúvos sem filhos presentes.

Uma indicação que corrobora a eventual subestimação mencionada é encontrada em 1817. Trata-se do caso de um plantel formado por dez cativos, entre os quais: José, de 29 anos , solteiro e pardo; Joaquina, de 17 anos, solteira e negra; e Antonio, com seis meses de vida, também negro e anotado como filho de Joaquina. Ter-se-ia, em uma primeira aproximação, uma mãe solteira e seu rebento, computando-se José entre os escravos "demais solteiros" que integravam, naquele ano, a população cativa de Bananal.

A consulta ao levantamento censitário concernente ao ano seguinte, 1818, conduziu à verificação de que os mesmos José e Joaquina apareciam como casados.⁽²³⁾ Teriam eles contraído o matrimônio religioso após o nascimento da criança ? Talvez até mesmo por causa desse nascimento ? Seriam as nupcias uma reação, ao nascimento da criança, de parte do proprietário do plantel ? Ou estar-se-ia diante de um mero capricho do responsável pela relação de habitantes ? Uma resposta definitiva a essas questões não é possível com base u-

TABELA VI .11

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA
SEGUNDO ALGUNS ATRIBUTOS REFERENTES AO ESTADO CONJUGAL
(Bananal, anos selecionados)

Atributos	1801		1817		1829-6ª Cia.	
	nºs.abs.	%acum.	nºs.abs.	%acum.	nºs.abs.	%acum.
Casados	110	27,4	208	20,6	239	17,8
Viúvos	10	29,9	23	22,9	11	18,6
Filhos le- gítimos	68	46,9	54	28,2	103	26,3
Mães sol- teiras	7	48,6	18	30,0	43	29,5
Pais sol- teiros	-	-	1	30,1	-	-
Companhei- ros	-	-	2	30,3	-	-
Filhos na turais	14	52,1	28	33,1	68	34,6
<u>Subtotais</u>	209	52,1	334	33,1	464	34,6
Demais solteiros	192	100,0	676	100,0	878	100,0
<u>Totais</u>	401		1010		1342	

Obs.: nºs.abs. = números absolutos ;
%acum. = porcentagens acumuladas.

nicamente nas fontes documentais aqui compulsadas. Não obstante, optou-se pelo cômputo de José e Joaquina como os "com_{panheiros}" que aparecem na Tabela VI .11, juntando-se Antonio aos outros 26 filhos naturais anotados como em vivência com suas mães solteiras, e àquele vivendo com seu pai, também solteiro, em 1817.⁽²⁴⁾

Os dados constantes da Tabela VI .11 evidenciam, outrossim, que a presença da família escrava experimenta substancial redução entre 1801 e 1817, apresentando, aparentemente, ligeira recuperação entre este último ano e 1829. Assim, o conjunto formado pelos cativos casados, viúvos, mães ou pais solteiros e pelos filhos legítimos ou naturais -filhos estes solteiros, sem prole, e vivendo junto a pelo menos um de seus pais - , que abrangia 52,1% do total da escravaria existente em Bananal em 1801, passa a abranger 33,1% da massa escrava em 1817 (inclusive levando-se em conta os "companheiros" referidos, José e Joaquina), e 34,6% dos cativos da 6ª Cia. de Ordenanças em 1829.⁽²⁵⁾

Esse comportamento é refletido especialmente no contingente de filhos legítimos e de filhos naturais: os legítimos correspondiam a 17,0% do total da escravaria em 1801, a 5,3% em 1817 e a 7,7% em 1829; os naturais perfaziam 3,5% da população cativa em 1801, 2,8% em 1817 e 5,1% em 1829. Quanto aos casados ou viúvos, conforme já salientado na seção anterior deste capítulo, é decrescente seu peso relativo ao longo do período analisado; considerados conjuntamente, eles correspondiam a 29,9% da massa escrava em 1801, a 22,9% em 1817 e a 18,6% em 1829.⁽²⁶⁾ Já os solteiros com filhos, pouco expressivos em 1801 (apenas 1,7% da população cativa) , vêem sua importância relativa ligeiramente aumentada em 1817 (para 2,1%, computados inclusive os "companheiros"), importância essa que se eleva novamente em 1829, quando tais indivíduos perfazem 3,2% do total da escravaria da 6ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias.

Ao que tudo indica, a evolução observada do peso relativo da família escrava vem corroborar a imagem de uma etapa de formação e/ou ampliação dos plantéis sendo vivenciada por Bananal. De um lado, estaria a compra de cativos de fora da região, em grande medida africanos que vêm engrossar o conjunto dos "demais solteiros". Assim, são de origem africana 57,1% dos escravos em 1801, 61,7% em 1817 e 81,7% em 1829.⁽²⁷⁾ Essa importação de cativos estaria a manifestar-se, ademais, nos crescentes valores da razão de masculinidade da população escrava e, também, na participação relativa das crianças cativas com 14 ou menos anos de idade; estas correspondiam a 25,9% da escravaria em 1801, a 23,2% em 1817 e a 22,3% em 1829.⁽²⁸⁾ Tais efeitos do tráfico de escravos evidenciam-se na conformação das pirâmides etárias apresentadas na Figura VI .1.

De outro lado, o próprio comércio de cativos interno à região, que eventualmente existiria como parte de um processo de concentração da propriedade escrava paralelo ao desenvolvimento cafeeiro, poderia estar acarretando a separação entre pais e filhos e, por essa via, fazendo com que estes últimos, legítimos ou naturais, antes em vivência junto a pelo menos um dentre os primeiros, passassem também a engrossar o contingente dos "demais solteiros". Nesse caso, é importante ressaltar, a rápida difusão da lavoura cafeeira em Bananal estaria não apenas acarretando a "diluição" da família escrava em meio à entrada maciça de novos cativos na região, mas estaria igualmente propiciando o rompimento de laços familiares anteriormente estabelecidos entre os escravos que lá viviam.⁽²⁹⁾

Uma indicação de que isto poderia realmente estar acontecendo é dada pelo fato de que, entre 1801 e 1817, permanece constante, em termos absolutos, o número total de filhos em vivência com pelo menos um de seus pais (considerados conjuntamente legítimos e naturais); no mesmo período, em ter-

FIGURA VI .1

PIRÂMIDES ETÁRIAS DA POPULAÇÃO ESCRAVA
(Bananal-anos selecionados)

mos absolutos, mais do que duplica o número de crianças cativas com 14 ou menos anos de idade, que passa de 104 em 1801 para 234 em 1817.⁽³⁰⁾ Neste último ano, verifica-se ademais um exemplo efetivo de separação entre pais e filhos. É o caso da escrava Felisberta, parda de 31 anos de idade, solteira e mãe de duas crianças: José, de 5 anos, e Pumocena, de 3. Do mesmo plantel constam as aludidas crianças na lista atinente a 1818, mas sua mãe não é arrolada; na coluna "ocupações e casualidades" o responsável pela confecção da lista informa que Felisberta havia sido vendida.⁽³¹⁾ Não obstante este inequívoco exemplo, a indicação fornecida pela comparação entre o número de filhos legítimos+naturais e o total de escravos com menos de 15 anos de idade pode decorrer, também, de um fluxo de comércio de crianças cativas direcionado para Bananal. Se, como observado no capítulo anterior, o grande predomínio das crianças escravas legítimas ou naturais em 1801 era um indício da não existência de tal fluxo, essa situação poderia ter-se alterado ao longo do tempo, hipótese que se discutirá a seguir no texto, na subseção dedicada à análise das crianças escravas.

A ligeira recuperação, entre 1817 e 1829, no peso relativo dos filhos legítimos ou naturais, representa talvez um indício de que os plantéis que vinham se formando e/ou se ampliando começam a estabilizar-se. Isto não implica, e de fato os dados sobre a evolução da massa escrava em Bananal não dão suporte a tal inferência, que esse movimento de formação e/ou ampliação de plantéis tenha-se arrefecido. Contudo, a estabilização de alguns dentre eles, quiçá de maior porte, pode estar ocasionando a conformação de um ambiente mais propício à proliferação das famílias escravas. Nesse caso, finalmente o desenvolvimento cafeeiro, através da decorrente formação de um número mais elevado de plantéis de maior tamanho em Bananal, também estaria contribuindo para o desenvolvimento das famílias cativas naquela localidade.

Por fim, ainda no que diz respeito à evolução da importância relativa das relações familiares entre os cativos, em particular aquela verificada entre 1817 e 1829, importa tentar avaliar os eventuais efeitos sobre ela acarretados pelas reordenações de natureza administrativa subjacentes, ao que tudo indica e conforme a discussão efetuada na subseção 4.2 do capítulo III deste trabalho, à diminuição observada da população livre de Bananal entre os dois anos mencionados. Vale dizer, se essas reordenações implicaram o desmembramento de alguns bairros da Freguesia do Bananal, cumpre indicar se tal desmembramento poderia ou não ocasionar algum viés em termos da análise acima realizada acerca das relações familiares mantidas pelos escravos.

Para tanto, de maneira análoga ao efetuado quando do estudo da estrutura da posse de cativos, optou-se pelo exame da importância relativa das relações familiares entre os escravos nos bairros do Rio Claro e do Pirahy em 1818 - bairros que, como visto, não mais compunham a lista nominativa dos habitantes de Bananal em 1822 - comparando-a à importância correlata verificada na freguesia como um todo em 1817. Assim, observa-se que, dos 92 cativos arrolados naqueles dois bairros em 1818, 24 (26,1%) eram casados e 2 (2,2%) eram viúvos; os percentuais correspondentes para Bananal em 1817 alçaram-se, respectivamente, a 20,6% e 2,3% (conforme Tabela VI.11). De outra parte, enquanto na freguesia como um todo em 1817 os filhos legítimos ou naturais, as mães e pais solteiros e os companheiros perfaziam, em conjunto, 10,2% da escravaria, eles inexistiam - ou, pelo menos, não se mostram identificáveis - nos bairros do Rio Claro e do Pirahy em 1818.

Percebe-se, portanto, que o peso relativo dos cativos casados ou viúvos nos bairros em questão em 1818 era maior do que o peso correspondente calculado para Bananal em 1817, e que era menor a importância relativa dos demais componen -

tes das famílias escravas. Assim sendo, o desmembramento de tais bairros poderia eventualmente acarretar, nas cifras concernentes à freguesia, a queda na importância relativa de casados ou viúvos e o aumento da importância relativa dos demais cativos participantes de relações de caráter familiar. São exatamente nesses sentidos explicitados que evoluem os percentuais atinentes à 6ª Companhia de Ordenanças da Vila de Areias em 1829, o que implica ser possível que tal evolução, ao menos parcialmente, seja explicada pelos efeitos dos rearranjos de natureza jurisdicional sofridos pela referida Vila. É importante ressaltar, porém, tal como foi feito na subseção 4.2 do capítulo III, que a presença possível de um viés é aventada a partir de uma aproximação eminentemente es tática - que lembra a postulação de uma condição ceteris pa ribus. Tendo em vista a dinâmica do desenvolvimento banana - lense, a eventual existência do viés aqui discutido deve ser assinalada mas, outrossim, não deve se consubstanciar em elemento inibidor da análise.

VI.4.2 O desenvolvimento cafeeiro e seus efeitos sobre a família escrava.

Com o intuito de proceder à análise do desenvolvimento cafeeiro e seus efeitos sobre a família escrava, retoma-se a seguir, ainda que em um nível menor de detalhe, a discussão empreendida na subseção 4.1 do capítulo III deste trabalho, a ela se incorporando considerações sobre as famílias cativas. Assim, nas Tabelas VI.12 e VI.13, procurou-se relacionar o desenvolvimento da lavoura cafeeira e a presença e evolução da família escrava na localidade de Bananal. Na Tabela VI.12, é ainda o total da população cativa que se distribui segundo a atividade característica do domicílio e de acordo com diferentes faixas de tamanho dos plantéis. A Tabe-

la VI .13, similar à anterior, restringe-se àquela parcela dos escravos que mantinham - ou haviam mantido, no caso dos viúvos sem filhos presentes - relações de caráter familiar. Os seguintes critérios foram adotados, no que respeita à determinação da atividade característica do domicílio: ela seria a produção de café, sempre que tal lavoura se fizesse presente; na ausência da cultura da rubiácea, a atividade característica seria aquela que proporcionasse a maior renda monetária ao domicílio.

Conforme explicitado na seção 2 deste capítulo, o exame das listas nominativas de habitantes conduz à sugestão de que, ao findar-se o século dezoito e iniciar-se o dezenove, o café era produzido em Bananal por pequenos agricultores, em proporções modestíssimas e sem o concurso da mão-de-obra escrava. Um desses pequenos agricultores, João Dias Gonçalves, ⁽³²⁾ vivia "em terras de favor", pertencentes ao Capitão Hilário Gomes Nogueira, o qual constava do levantamento censitário atinente a 1801 como próspero senhor de engenho, proprietário de 84 cativos apenas em sua propriedade no Bananal, e não produzia café.

De fato, depreende-se da Tabela VI .12 que a produção açucareira em Bananal, ao menos quando desvinculada da cafeeira, aparecia, nos três anos analisados, como característica exclusiva dos plantéis formados por 10 ou mais escravos. ⁽³³⁾ Já o café, a sua vez, difunde-se na região por todas as faixas de tamanho dos plantéis consideradas. Esse traço definidor da disseminação da cafeicultura em Bananal talvez responda pelo fato de que, em 1817 vis-à-vis 1801, seja observada uma menor concentração da massa escrava nos plantéis com 10 ou mais cativos. Assim, esses plantéis, nos quais vivia 78,3% da população escrava em 1801, passam a encerrar 71,3% daquela população em 1817.

Contudo, embora difundindo-se por todas as faixas de tamanho dos plantéis, o café, entre 1817 e 1829, faz-se relati

TABELA VI .12

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA SEGUNDO A ATIVIDADE CARACTERÍSTICA DO DOMICÍLIO E DE ACORDO COM FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS (Bananal-anos selecionados)

Anos / Atividade característica do domicílio	Faixas de tamanho dos plantéis									
	1 a 4		5 a 9		10 e +		Total			
	n's.abs.	%	n's.abs.	%	n's.abs.	%	n's.abs.	%	n's.abs.	%
1801										
Produz-se café	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produz-se açúcar e não se produz café	1	0,6 ^a	-	-	175	99,4	176	100,0		
Produz-se gêneros agrícolas, exceto café e açúcar	31	16,1	50	26,1	111	57,8	192	100,0		
Atividades não-agrícolas	5	15,2	-	-	28	84,8 ^c	33	100,0		
1817										
Produz-se café	73	11,3	111	17,2	461	71,5	645	100,0		
Produz-se açúcar e não se produz café	-	-	-	-	160	100,0 ^d	160	100,0		
Produz-se gêneros agrícolas, exceto café e açúcar	53	32,7	10	6,2	99	61,1 ^e	162	100,0		
Atividades não-agrícolas	26	60,5	17	39,5	-	-	43	100,0		
1829-61 Cia.										
Produz-se café	84	7,5	171	15,3	864	77,2	1119	100,0		
Produz-se açúcar e não se produz café	-	-	-	-	105	100,0	105	100,0		
Produz-se gêneros agrícolas, exceto café e açúcar	14	29,8	18	38,3	15	31,9 ^f	47	100,0		
Atividades não-agrícolas	22	31,0	12	16,9	37	52,1 ^f	71	100,0		
Razões de masculinidade										
1801	68,2		163,2		147,2		138,7			
1817	186,8		181,6		178,0		179,8			
1829-61 Cia.	215,8		191,3		214,2		210,6			

Obs.: n's.abs. = números absolutos.

- a Trata-se de escrava de agregado de um senhor de engenho proprietário de 40 cativos;
b Inclusive "agricultores-novos habitantes";
c Trata-se do plantel de uma fazendeira, que cria gado vacum;
d Inclusive um plantel de 22 escravos vivendo em domicílio cuja atividade característica é a feitura de aguardente;
e Inclusive 15 cativos vivendo em domicílio cujo chefe é anotado tão-somente como agricultor;
f São 26 escravos cujos proprietários dedicam-se ao negócio de fazenda seca e 11 cativos cujo senhor vive do jornal de seus escravos.

TABELA VI .13

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS QUE MANTÊM RELAÇÕES DE CARÁTER FAMILIAR SEGUNDO A ATIVIDADE CARACTERÍSTICA DO DOMICÍLIO E DE ACORDO COM FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS (Bananal-anos selecionados)

Anos / Atividade característica do domicílio	Faixas de tamanho dos plantéis							
	1 a 4		5 a 9		10 e +		Total	
	nºs.abs.	%	nºs.abs.	%	nºs.abs.	%	nºs.abs.	%
<u>1801</u>								
Produz-se café	-	-	-	-	-	-	-	-
Produz-se açúcar e não se produz café	-	-	-	-	125	100,0	125	100,0
Produz-se gêneros agrícolas, exceto café e açúcar ^a	5	7,1	25	35,7	40	57,2 ^b	70	100,0
Atividades não-agrícolas	-	-	-	-	14	100,0	14	100,0
<u>1817</u>								
Produz-se café	16	7,0	23	10,0	191	83,0	230	100,0
Produz-se açúcar e não se produz café	-	-	-	-	52	100,0 ^c	52	100,0
Produz-se gêneros agrícolas, exceto café e açúcar ^a	9	18,8	5	10,4	34	70,8 ^d	48	100,0
Atividades não-agrícolas	2	50,0	2	50,0	-	-	4	100,0
<u>1829-61 Cia.</u>								
Produz-se café	21	5,3	63	15,9	313	78,8	397	100,0
Produz-se açúcar e não se produz café	-	-	-	-	23	100,0	23	100,0
Produz-se gêneros agrícolas, exceto café e açúcar ^a	1	5,5	12	66,7	5	27,8	18	100,0
Atividades não-agrícolas	6	23,1	2	7,7	18	69,2 ^e	26	100,0

(Obs.: nºs.abs. = números absolutos.)

^a Inclusive "agricultores-novos habitantes";

^b Escravos pertencentes ao plantel de uma fazendeira, que cria gado vacum;

^c Um desses escravos vivendo em domicílio cuja atividade característica é a feitura de a guardente;

^d Cinco desses escravos vivendo em domicílio cujo chefe é anotado tão-somente como agricultor;

^e São 12 escravos cujos proprietários dedicam-se ao negócio de fazenda seca e 6 cativos cujo senhor vive do jornal de seus escravos.

vamente cada vez mais presente nos plantéis maiores. Em outras palavras, entre esses dois anos, verifica-se o declínio no peso relativo da massa escrava vinculada à atividade de produção cafeeira e vivendo nos plantéis com menos de 10 cativos. Esse declínio é concomitante à diminuição, referida na seção 2 acima, da importância relativa dos indivíduos livres vivendo em domicílios que produziam a rubiácea e onde não se possuíam escravos.⁽³⁴⁾ Aparentemente, pois, aquela ligeira desconcentração da propriedade escrava sugerida pela comparação dos dados de 1817 com os de 1801, vê-se revertida entre 1817 e 1829. Assim, neste último ano, na 6ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias, tem-se já 76,1% da população cativa vivendo nos plantéis formados por 10 ou mais escravos.

Acerca desses movimentos aparentes de desconcentração e concentração da propriedade escrava em Bananal, são também ilustrativos os informes apresentados na Tabela VI.14, na qual se fornece a distribuição do número de plantéis existentes naquela localidade, nos três anos selecionados, de acordo com diferentes faixas de tamanho. Como se observa na tabela em questão, em 1801, dos 44 plantéis existentes em Bananal, 13 (29,5%) eram formados por 10 ou mais escravos e 23 (52,3%) por 4 ou menos cativos. Já em 1817, os plantéis de maior tamanho, agora em número de 26, têm sua participação relativa diminuída para 21,5%, enquanto que os plantéis menores, que agora são 73, aumentaram seu peso relativo para 60,3%, em um total de 121 plantéis. Por fim, em 1829, na 6ª Cia. de Ordenanças, há 119 plantéis, dos quais 33(27,7%) possuem 10 ou mais escravos e 56 (47,1%) possuem 4 ou menos cativos. De outra parte, o número médio de escravos por plantel, considerando-se todas as faixas de tamanho, que era de 9,11 em 1801, passa a 8,35 em 1817 e a 11,28 em 1829.⁽³⁵⁾

Ao que tudo indica, pois, a população que converge para Bananal entre 1801 e 1817, que apresenta um perfil majoritariamente livre, assume uma feição mais igualitária que aque-

TABELA VI .14

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE PLANTÉIS
SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO
(Bananal, anos selecionados)

FTP	1801	1817	1829		Total
			5ª Cia.	6ª Cia.	
1	15	32	19	21	40
2 a 4	8	41	22	35	57
5 a 9	8	22	11	30	41
10 ou +	13	26	24	33	57
Total	44	121	76	119	195

Obs.: FTP = Faixas de Tamanho dos Plantéis.

la possuída em 1801. Para essa maior igualdade relativa, manifesta ao menos no que diz respeito à propriedade escrava, além das características da população que então chega à localidade, teria contribuído, em boa medida, o café, cujo cultivo apresenta-se em um primeiro momento ao alcance de todos. Tal situação, todavia, reverte-se entre 1817 e 1829, uma vez mais, possivelmente, sob o estímulo da lavoura cafeeira, que em seu desenvolvimento vai cada vez mais evoluindo em direção a uma agricultura de plantation. É em meio a esse contexto que se dá o evoluer da família escrava.

Na Tabela VI.13 observa-se que, em 1817, do total da população cativa que participava de relações familiares, 68,9% (isto é, 230 sobre 334) vivia já em domicílios onde se produzia café; em 1829, o percentual correspondente era de 85,6% (isto é, 397 sobre 464). Mais ainda, em ambos os anos referidos, a distribuição dos escravos que mantêm relações de caráter familiar apresenta-se concentrada nos plantéis com 10 ou mais escravos, com exceção das "atividades não-agrícolas", em 1817, e da "produção de gêneros agrícolas, exceto café e açúcar", em 1829. Na atividade cafeeira, em 1817, tal concentração dá-se mais acentuadamente do que quando se considerou - na Tabela VI.12 - a população escrava como um todo.⁽³⁶⁾ Assim, 71,5% dos cativos vivendo em domicílios onde se produzia café, naquele ano, localizavam-se nos plantéis maiores (conforme Tabela VI.12); considerando-se, ainda com relação à atividade cafeeira, apenas os cativos que mantinham relações familiares, 83,0% deles viviam nos plantéis de maior tamanho (conforme Tabela VI.13). Em 1829, a diferença é bem menos significativa: os percentuais correlatos são de 77,2% e 78,8%.

Em outras palavras, a família escrava faz-se não só absoluta, mas também relativamente mais presente nos maiores plantéis. Um ambiente mais propício ao estabelecimento de relações familiares, inclusive tendo em vista u'a maior possi-

bilidade de escolha do cônjuge, eventualmente explique essa presença relativa mais intensa da família nos plantéis de maior tamanho.⁽³⁷⁾ E isto independentemente do marcado desequilíbrio entre os sexos que caracteriza tais plantéis, e que se avoluma entre 1817 e 1829. É óbvio que esse desequilíbrio consubstancia-se em um óbice ao desenvolvimento da família escrava. Porém, os valores das razões de masculinidade por faixas de tamanho dos plantéis naqueles dois anos - explicitados nas duas últimas linhas da Tabela VI .12 - mostram que a superioridade numérica do elemento masculino ocorria em todas as faixas e, tanto em 1817 como em 1829, era ainda maior nos plantéis com 1 a 4 do que nos com 10 ou mais escravos.

Os plantéis de 5 a 9 cativos cujo proprietário produzia café, vis-à-vis as outras duas faixas de tamanho consideradas, são os únicos onde, entre 1817 e 1829, aumenta a participação relativa dos escravos que mantêm relações familiares. É possível que tal comportamento reflita a mais baixa razão de masculinidade verificada nos plantéis desse porte. Talvez até, em muitos casos, o tamanho desses plantéis fosse decorrência da própria presença da família escrava com sua prole. Vale dizer, os plantéis poderiam ampliar-se seja pela compra de cativos, seja pelo crescimento natural do contingente de escravos anteriormente possuído. Esperar-se-ia, ademais, que a compra privilegiasse o elemento masculino em idade produtiva. Dessa forma, os plantéis para cuja ampliação houvesse o predomínio do comércio sobre o crescimento natural, tenderiam a apresentar razões de masculinidade superiores àqueles nos quais o predomínio fosse do crescimento natural. Os dados para 1817 e 1829, aparentemente, indicam que o predomínio do comércio seria menos intenso nos plantéis de 5 a 9 cativos em comparação àqueles com menos de 5 e aos com 10 ou mais escravos.

Que os senhores mais poderosos independessem da reprodu

ção natural para o aumento de sua propriedade escrava não é de forma alguma surpreendente. Já para a explicação do comportamento da razão de masculinidade dos plantéis com até 4 cativos, duas ordens de ocorrências podem ser lembradas. Em primeiro lugar, no movimento de formação de novos plantéis, os indivíduos com menores recursos procurariam aplicá-los na compra de escravos do sexo masculino. Assim, por exemplo, verificou-se que a razão de masculinidade nos plantéis unitários era de 50,0 em 1801, passando a 166,7 em 1817 e atingindo, em 1829, os valores de 250,0 na 6ª Cia. e 533,3 na 5ª Cia de Ordenanças. Em segundo lugar, nos pequenos plantéis de 1801, que são pouco mais de 20, congregando apenas 37 escravos, a maior parte mulheres, a aquisição de um cativo a mais - do sexo masculino - poderia até mesmo facilitar a formação de famílias escravas, em um primeiro momento; em seguida, contudo, a geração da prole poderia implicar a própria alteração da faixa de tamanho daqueles plantéis. Dessa forma, o efeito da família escrava, em termos da pressão para baixo no valor da razão de masculinidade, far-se-ia sentir nos plantéis com 5 a 9 cativos.⁽³⁸⁾

Em suma, o que os dados concernentes a Bananal aparentemente indicam é que a família escrava desfrutava de uma situação de relativa estabilidade em 1801. A disseminação da cafeicultura na região contribui para que aquela situação se altere. O vigoroso incremento da população cativa, em especial dos homens em idade produtiva, que acompanha o desenvolvimento da lavoura cafeeira, causa inequívoco impacto sobre a família escrava. Esta, que em suas relações envolvia mais da metade da escravaria existente em Bananal em 1801, perde importância relativa e, em 1817, abrange tão-somente um terço do contingente cativo, e pouco mais do que isso em 1829. Assim, a família escrava como que se esvaece em meio ao ímpeto que marca o movimento de formação e/ou ampliação dos plantéis estimulado pela produção cafeeira. Essa "diluição" das

relações familiares faz-se, ademais, presente tanto em 1817 como em 1829.

Contudo, entre 1801 e 1817, o desenvolvimento inicial do café propiciou em certa medida uma distribuição mais igualaitária da riqueza, pelo menos no que diz respeito à propriedade escrava. Tem-se, pois, nesse primeiro subperíodo, uma elevação da importância relativa dos plantéis menores (com até 4 cativos), exatamente aqueles que conformavam um ambiente menos propício à formação e posterior desenvolvimento das famílias cativas. Já entre 1817 e 1829, a cafeicultura parece evoluir mais fortemente no sentido de uma agricultura de plantation. Embora o movimento de formação e/ou ampliação dos plantéis dê mostras de continuar, cresce o peso relativo dos plantéis de maior tamanho (com 10 ou mais cativos), exatamente aqueles nos quais a família escrava desfrutava de condições mais favoráveis para o seu desenvolvimento; sintomaticamente, nesse segundo subperíodo considerado, nota-se uma ligeira recuperação quanto à presença relativa da família escrava, fundada essencialmente no aumento da importância relativa dos filhos legítimos ou naturais, recuperação essa que tem sua relevância magnificada tendo em vista o grande incremento da população cativa havido entre 1817 e 1829.

Dessa forma, a evolução verificada em termos da presença da família escrava em Bananal é interpretada neste trabalho como refletindo um movimento de caráter cíclico, o qual se acha imbricado à gênese e desenvolvimento de uma atividade agrícola nova - vale dizer, a lavoura cafeeira - naquela localidade. Esse desenvolvimento econômico, ademais, condiciona e é condicionado pela evolução demográfica então vivenciada por Bananal. E o evoluer da família escrava reflete igualmente essa evolução demográfica, a qual, no que respeita à população cativa, é marcada pela entrada de um grande contingente de indivíduos, conformando uma população "imi-grante" cujas características demográficas destoam, em boa

medida, daquelas possuídas pelos escravos anteriormente existentes na localidade analisada.

VI .5 A família escrava em Bananal (1801-1829).

Uma vez explicitada a evolução da importância relativa das relações familiares entre os cativos de Bananal ao longo das três primeiras décadas do século dezanove, e vinculada esta evolução ao desenvolvimento então vivenciado pela lavoura cafeeira naquela localidade, é oportuno que se proceda à análise um pouco mais minuciosa, feita a partir de distintas perspectivas de enfoque, do comportamento da família escrava no decorrer do período considerado. De início, privilegiam-se as próprias famílias cativas como unidades básicas de análise. Em seguida, penetra-se no interior daquelas famílias, e seus diversos componentes são estudados isoladamente: os casais, as mães, as crianças, os viúvos. Por fim, são tecidas algumas considerações acerca da possível estabilidade - e da estabilidade possível - característica das famílias escravas.

VI .5.1 As unidades familiares escravas.

No estudo das unidades familiares cativas de Bananal emprega-se praticamente a mesma classificação das famílias escravas proposta por Costa, Slenes e Schwartz para o caso de Lorena em 1801.⁽³⁹⁾ As pequenas modificações introduzidas são devidas ao próprio caráter essencialmente descritivo que permeia aquela classificação.⁽⁴⁰⁾ Assim, as categorias "casais exogâmicos" e "casais exogâmicos incompletos" não se fazem presentes em Bananal em nenhum dos três anos considerados; já a categoria "solteiras com filhos" tem sua denominação ligeiramente alterada - para "solteiros com filhos" - ,

passando a incluir uma família cativa formada por um homem solteiro com prole, existente em 1817; também é de 1817 a família que dá origem à categoria "companheiros com filhos", adicionada à classificação original; por fim, as "pseudofamílias" reduzem-se aos casos dos viúvos isolados.

A classificação utilizada, fundada ademais no conceito de família que embasa este trabalho, é, portanto, a seguinte: a) casais endogâmicos, assim entendidos aqueles nos quais ambos os cônjuges são escravos; b) casais incompletos, isto é, aqueles nos quais não é possível identificar um dos cônjuges, por achar-se ausente ou indeterminado; c) solteiros com filhos; d) viúvos com filhos; e) companheiros com filhos; e f) pseudofamílias (viúvos sem filhos presentes). As duas primeiras categorias subdividem-se em duas subcategorias: "com filhos" e "sem filhos". A Tabela VI .15 apresenta a distribuição, em termos absolutos e percentuais, das famílias escravas de acordo com essa classificação. Já a Tabela VI .16 fornece, também segundo as categorias e subcategorias explicitadas, a distribuição dos indivíduos componentes das diversas famílias cativas.

Tanto em 1801, como em 1817 e também em 1829, a maioria das famílias escravas insere-se na categoria "casais endogâmicos". Essa predominância, porém, flutua entre os anos selecionados. Assim, essa categoria abrange 76,4% do número total de famílias em 1801, percentual que declina para 59,9% em 1817, e recupera-se parcialmente em 1829, quando atinge a marca dos 65,5%. Esses percentuais elevados vêm corroborar a idéia do predomínio das uniões entre cativos ocorridas internamente aos limites de cada plantel.⁽⁴¹⁾ De outra parte, a flutuação observada reflete essencialmente o comportamento da subcategoria "com filhos", a qual congregava 48,6% do total de famílias em 1801, 15,9% em 1817 e 31,6% em 1829. A subcategoria "sem filhos", ao contrário, aumenta sua participação relativa no total de famílias entre 1801 e 1817 (de 27,8%

TABELA VI .15

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS SEGUNDO
CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS
(Bananal, anos selecionados)

Categorias e subcategorias	1801		1817		1829-6ª Cia	
	Nºs. abs.	%	Nºs. abs.	%	Nºs. abs.	%
1. Casais endogâmicos						
a. Com filhos	35	48,6	25	15,9	56	31,6
b. Sem filhos	20	27,8	69	44,0	60	33,9
2. Casais incompletos						
a. Com filhos	-	-	1	0,6	1	0,6
b. Sem filhos	-	-	19	12,1	6	3,4
3. Companheiros com filhos	-	-	1	0,6	-	-
4. Solteiros com fi- lhos	7	9,7	19 ^a	12,1	43	24,3
5. Viúvos com filhos	3	4,2	4	2,6	3	1,7
6. Pseudofamílias						
a. Viúvos isolados	7	9,7	19	12,1	8	4,5
Totais	72	100,0	157	100,0	177	100,0

Obs.: Nºs.abs. = números absolutos.

a Inclusive uma família escrava formada por um homem solteiro com prole.

TABELA VI .16

DISTRIBUIÇÃO DOS INDIVÍDUOS COMPONENTES DAS DIVERSAS
CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS
(Bananal, anos selecionados)

Categorias e subcategorias	1801		1817		1829-6ª Cia	
	Nºs. abs.	%	Nºs. abs.	%	Nºs. abs.	%
1. Casais endogâmicos						
a. Com filhos	132 ^a	62,9	98	29,3	207	44,6
b. Sem filhos	40	19,0	138	41,3	120	25,9
2. Casais incompletos						
a. Com filhos	-	-	2	0,6	3	0,7
b. Sem filhos	-	-	19	5,7	6	1,3
3. Companheiros com filhos	-	-	3	0,9	-	-
4. Solteiros com fi- lhos	21	10,0	46 ^b	13,8	111	23,9
5. Viúvos com filhos	10	4,8	9	2,7	9	1,9
6. Pseudofamílias						
a. Viúvos isolados	7	9,7	19	5,7	8	1,7
Totais	210	100,0	334	100,0	464	100,0

Obs.: Nºs.abs. = números absolutos.

a Inclusive um rapaz, forro, vivendo junto a seus pais e ir
mãos, todos escravos.

b Inclusive uma criança e seu pai, anotado como solteiro.

para 44,0%), participação essa que diminui entre 1817 e 1829 (de 44,0% para 33,9%). Quanto aos indivíduos que faziam parte das famílias cativas, conforme se depreende da Tabela VI.16, também a maioria integrava a categoria "casais endogâmicos": 81,9% deles em 1801, 70,6% em 1817 e 70,5% em 1829. Ademais, a evolução no tempo das subcategorias "com filhos" e "sem filhos", em termos da distribuição dos indivíduos, apresenta o mesmo perfil observado na distribuição das famílias.⁽⁴²⁾

O entendimento da categoria "casais incompletos" é um tanto ambíguo. Trata-se, diga-se uma vez mais, de indivíduos casados, com ou sem filhos, cujos cônjuges não constam do arrolamento, ou pelo menos não foram explicitamente identificados, não sendo possível saber, inclusive, sua condição social. Eventualmente, pois, tal categoria refira-se aos casos de casamentos mistos, envolvendo cônjuges de diferentes estratos sociais. É possível também que, conquanto ambos os cônjuges sejam cativos, um deles tenha sido deslocado para uma segunda propriedade de seu senhor ou, ainda, eles talvez pertençam a proprietários distintos, configurando a ocorrência de enlaces inter-plantéis.⁽⁴³⁾ Ainda que tais possibilidades não possam ser sumariamente descartadas, tem-se evidenciado, em vários estudos recentes, de um lado, a predominância das uniões endogâmicas com relação à condição social e, de outro, a raridade dos enlaces entre escravos de plantéis diferentes.⁽⁴⁴⁾

Outrossim, não se pode descartar a hipótese de que a existência dos aludidos "casais incompletos" seja devida à eventual intensificação da ocorrência de casos de destruição de laços familiares, que estaria incidindo sobre a população escrava de Bananal e refletindo-se nos informes de 1817 e, ao que parece em menor medida, também naqueles concernentes a 1829. É possível que tal intensificação estivesse imbricada ao desenvolvimento cafeeiro então vivenciado por aquela loca

lidade. Dessa forma, é significativa a ausência dessa categoria familiar em 1801. Já em 1817, os "casais incompletos" abrangem 12,7% do total de famílias, porcentual que cai para 4,0% em 1829. Vê-se, pois, que a categoria em questão faz-se menos presente em 1829 do que em 1817. Não se pode esquecer, é claro, que os dados para 1829 não incluem os cativos da 5ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias; não obstante, os 21 escravos vivendo em famílias incompletas em 1817 correspondiam a 2,1% do total da população cativa de Bananal naquele ano (1010 indivíduos), enquanto que, em 1829, os 9 escravos apontados na Tabela VI .16 como integrantes daquela categoria perfaziam tão-somente 0,7% da população cativa da 6ª Cia. de Ordenanças (1342 indivíduos). Por fim, sendo Bananal, ao longo do período considerado, região receptora de um vigoroso fluxo de mão—de-obra escrava, que deveria privilegiar os elementos em idade produtiva, é natural que, como se depreende da Tabela VI .15, na maioria das famílias da categoria "casais incompletos" não haja filhos.

As categorias "viúvos com filhos" e "viúvos isolados", esta última compreendida nas "pseudofamílias", computadas em conjunto, têm sua importância relativa no total de famílias muito pouco alterada nos dois primeiros anos selecionados : 13,9% em 1801 e 14,7% em 1817. Em 1829, porém, o peso relativo das duas categorias é bem menor, atingindo apenas 6,2% do total de famílias. Com relação à distribuição dos indivíduos integrantes das diversas categorias familiares, a participação relativa das duas categorias em foco é nitidamente declinante, passando de 14,5% em 1801 para 8,4% em 1817 e para 3,6% em 1829 (conforme Tabela VI .16).

Os "solteiros com filhos", a sua vez, compõem a única categoria familiar que tem sua importância relativa crescente ao longo dos três anos analisados. E isto quer se considere sua participação em termos da distribuição das famílias escravas (9,7% em 1801, 12,1% em 1817 e 24,3% em 1829, conso

ante Tabela VI .15), quer se compute seu peso em termos da distribuição dos indivíduos que integravam as ditas famílias (10,0% em 1801, 13,8% em 1817 e 23,9% em 1829, de acordo com a Tabela VI .16). Não é possível, nesse caso, descartar a hipótese de que a supremacia numérica cada vez mais intensa dos elementos do sexo masculino, que se verifica em Bananal no decurso do período contemplado por este estudo, tenha como um de seus efeitos o estímulo à ocorrência de ligações de caráter temporário entre os escravos, das quais decorreria eventualmente o perfil que caracteriza o evoluer da categoria "solteiros com filhos".⁽⁴⁵⁾ De outra parte, não é possível igualmente descartar a hipótese de que a presença dos solteiros com filhos - que, à exceção de um único caso, são todos mães solteiras - reflita uma tendência de algumas das mulheres cativas terem seu primeiro filho anteriormente ao casamento.⁽⁴⁶⁾ De fato, 4 (57,1%) das 7 mães solteiras em 1801, 11 (61,1%) das 18 mães solteiras em 1817, e 26 (60,5%) das 43 mães solteiras em 1829 possuíam um único filho à época dos respectivos arrolamentos. Mais ainda, os próprios "companeheiros" observados em 1817, que, como visto, apareciam como casados na lista nominativa dos habitantes referente a 1818, constituem-se em um caso que vem corroborar essa segunda hipótese acima mencionada.

Não obstante a participação crescente das famílias constituídas sem o respaldo do sacramento religioso católico, compostas pelas categorias "solteiros com filhos" e "companeiros com filhos", elas representam sempre a minoria no conjunto das famílias escravas, não atingindo, em qualquer dos três anos selecionados, a quarta parte do total das famílias. Inversamente, a grande maioria das unidades familiares eram "regularmente constituídas", refletindo ligações sancionadas pela Igreja e congregando os cativos casados, viúvos e os filhos legítimos; assim, tais unidades familiares correspondiam a 90,3% do total das famílias em 1801, 87,3% em 1817, e

75,7% em 1829.

A distribuição porcentual das famílias escravas, ainda de acordo com as diversas categorias que se vêm analisando, é apresentada na Tabela VI .17, segundo diferentes faixas de tamanho dos plantéis. Observando-se a distribuição do total das unidades familiares (na última coluna da tabela em questão), percebe-se que elas se concentravam nos plantéis de maior tamanho. Assim, nos três anos selecionados, mais de três quartos das famílias cativas radicavam-se nos plantéis formados por 10 ou mais escravos: 86,1% em 1801, 86,0% em 1817 e 76,8% em 1829. Não obstante o declínio observado no porcentual concernente a este último ano, esses valores elevados corroboram a idéia de que os maiores plantéis conformavam um ambiente mais propício às famílias cativas, ainda mais tendo em vista a baixa incidência aparente de uniões envolvendo escravos de plantéis distintos.

Essa concentração das unidades familiares nos plantéis de maior tamanho é ainda mais intensa quando se considera a categoria "casais endogâmicos" isoladamente. Assim, das famílias pertencentes a esta categoria, mais de nove décimos situavam-se nos plantéis com 10 ou mais cativos em 1801(90,9%) e em 1817 (90,4%), e essa proporção era superior aos oito décimos em 1829 (83,6%). Níveis semelhantes de concentração nos maiores plantéis caracterizavam a distribuição conjunta das categorias "viúvos com filhos" e "pseudofamílias"; nesse caso, os porcentuais correspondentes alçaram-se a 90,0% em 1801, 95,7% em 1817 e 72,8% em 1829. É de se notar, neste último ano, a participação relativamente elevada (18,1%) dos viúvos, com ou sem filhos, localizados nos plantéis compostos por 4 ou menos escravos.

Quase todas as famílias da categoria "casais incompletos" também figuravam nos plantéis com 10 ou mais cativos: 95,0% delas em 1817, e a totalidade em 1829. Como visto no capítulo anterior, Costa, Slenes e Schwartz verificam uma

TABELA VI .17

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS
SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS
(Bananal, anos selecionados)

FTP	Casais endogâmicos	Casais incompletos	Companheiros com filhos	Solteiros com filhos ^a	Viúvos com filhos + pseudofamílias	Total
<u>A. 1801</u>						
1-4	1,8	-	-	14,3	-	2,8
5-9	7,3	-	-	42,8	10,0	11,1
10ou+	90,9	-	-	42,9	90,0	86,1
Totais	100,0	-	-	100,0	100,0	100,0

<u>B. 1817</u>						
1-4	3,2	5,0	-	36,8	4,3	7,6
5-9	6,4	-	-	21,1	-	6,4
10ou+	90,4	95,0	100,0	42,1	95,7	86,0
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<u>C. 1829-6ª Cia</u>						
1-4	3,5	-	-	16,3	18,1	7,4
5-9	12,9	-	-	27,9	9,1	15,8
10ou+	83,6	100,0	-	55,8	72,8	76,8
Totais	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0

Obs.: FTP = Faixas de Tamanho dos Plantéis.

a Inclusive uma família escrava formada por um homem solteiro com prole.

concentração similar no caso de Lorena em 1801, acerca da qual observam o seguinte:

"A alta porcentagem de casais incompletos na faixa superior de tamanho (80%), por seu turno, certamente de corria da maior mobilidade que os senhores de mais posses impunham à sua escravaria como consequência de uma atividade econômica diversificada e/ou de maior porte vis-à-vis os pequenos escravistas." (47)

No contexto criado pela disseminação da lavoura cafeeira em Bananal, a presença dos casais incompletos em 1817 e 1829 talvez esteja vinculada ao comércio de cativos. De fato, das transações de compra e venda de escravos anotadas nas listas nominativas de habitantes, a maior parte referente à compra de cativos, a grande maioria ocorria nos plantéis com 10 ou mais escravos. (48)

Se essa vinculação sugerida estivesse realmente presente em Bananal nos dois anos aludidos, então é possível que a aparente preocupação em manter unidas as famílias cativas quando de sua eventual comercialização, preocupação da qual verificaram-se indícios em princípios do século passado, tenha-se atenuado ou mesmo deixado de existir sob o estímulo econômico proveniente do desenvolvimento da cafeicultura. Assim, por exemplo, se o Capitão Hilário Gomes Nogueira, em 1802, aumentava ainda mais o seu grande plantel pela compra de toda uma família escrava, em 1818, em outro plantel, u'a mãe solteira é vendida e com isso separada de dois filhos pequenos. (49)

Já a distribuição dos solteiros com filhos pelas diferentes faixas de tamanho dos plantéis destoa das distribuições atinentes às demais categorias vistas até aqui. Em 1801, por exemplo, a maioria das famílias constituídas pelos solteiros com filhos localizava-se nos plantéis com menos de 10 cativos: 57,1%. Porcentual semelhante é observado em 1817 (57,9%). Apenas em 1829 é que a maioria (55,8%) das unidades familiares da categoria em foco passa a situar-se nos plan-

téis da terceira faixa de tamanho considerada.⁽⁵⁰⁾ Dessa forma, embora seja bem possível que em Bananal se verificasse a tendência de algumas escravas se casarem após o nascimento de seu primeiro filho, os dados para aquela localidade não parecem indicar que tal tendência se apresentasse mais forte nos plantéis menores.⁽⁵¹⁾ Por fim, como já explicitado anteriormente, a única unidade familiar da categoria "companheiros com filhos" inseria-se em um plantel composto por 10 cativos.

A Tabela VI.18 fornece a distribuição, em números absolutos e em termos percentuais, das unidades familiares escravas de acordo com a faixa etária dos chefes de família, os quais, ademais, são agrupados segundo o estado conjugal: de um lado, os casados ou viúvos e, de outro, os solteiros com filhos. No caso das famílias chefiadas por indivíduos solteiros, percebe-se que elas se concentram fortemente nas duas primeiras faixas etárias consideradas. Assim, têm menos de 35 anos de idade 100,0% dos chefes de família solteiros em 1801, 90,0% em 1817 e 90,7% em 1829. Nota-se, ademais, que os chefes de família solteiros eram, em média, mais jovens que os casados ou viúvos, nos três anos analisados. Dentre os chefes de família casados ou viúvos, 56,9% possuíam menos de 35 anos em 1801, 46,0% em 1817 e 70,8% em 1829.

É interessante a evolução no tempo dessa distribuição das famílias chefiadas por indivíduos casados ou viúvos. Não obstante a faixa etária modal desses chefes de família seja a mesma nos três anos selecionados, a saber, a dos 25 aos 34 anos, enquanto que, em 1801, 43,1% deles tinham idade igual ou superior a 35 anos, esse percentual elevava-se para 54,0% em 1817, declinando substancialmente para apenas 29,2% em 1829. O que esses dados aparentemente sugerem é que as famílias escravas de Bananal em 1817 - ao menos as chefiadas por cativos casados ou viúvos - mostravam-se em média mais velhas que as observadas em 1801, as quais, como visto no

TABELA VI .18

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA
E O ESTADO CONJUGAL DE SEUS CHEFES
(Bananal, anos selecionados)

Faixas etárias dos chefes de família (CF)	CF casados ou viúvos		CF solteiros com filhos		Total	
	Nºs abs	%	Nºs abs	%	Nºs abs	%
<u>A. 1801</u>						
menor de 25	12	18,4	2	28,6	14	19,5
25 - 34	25	38,5	5	71,4	30	41,7
35 - 44	15	23,1	-	-	15	20,8
45 - 54	8	12,3	-	-	8	11,1
55 - 64	5	7,7	-	-	5	6,9
Totais	65	100,0	7	100,0	72	100,0
<u>B. 1817</u>						
menor de 25	12	8,8	11 ^a	55,0	23	14,7
25 - 34	51	37,2	7 ^b	35,0	58	36,9
35 - 44	48	35,0	1	5,0	49	31,2
45 - 54	15	11,0	-	-	15	9,6
55 - 64	7	5,1	1	5,0	8	5,1
65 - 74	3	2,2	-	-	3	1,9
75 - 84	-	-	-	-	-	-
85 - 94	1	0,7	-	-	1	0,6
Totais	137	100,0	20	100,0	157	100,0
<u>C. 1829-6ª Cia</u>						
menor de 25	27	20,1	19	44,2	46	26,0
25 - 34	68	50,7	20	46,5	88	49,7
35 - 44	25	18,7	4	9,3	29	16,4
45 - 54	8	6,0	-	-	8	4,5
55 - 64	6	4,5	-	-	6	3,4
Totais	134	100,0	43	100,0	177	100,0

Obs.: nºs abs = números absolutos.

a Inclusive um homem, solteiro, em vivência junto a seu filho, de 4 anos de idade.

b Inclusive um homem, solteiro, em vivência com sua compa - nheira, também solteira, e com o filho do casal, de 6 me - ses de idade.

capítulo anterior, eram relativamente "jovens".⁽⁵²⁾ Já as famílias escravas computadas em 1829 apresentavam-se em média mais jovens do que as dos outros dois anos considerados, o que talvez esteja a indicar que em 1829, muito embora ainda em meio ao desenvolvimento da lavoura cafeeira em Bananal - e quiçá até mesmo, em boa medida, por força do estímulo dado por esse desenvolvimento - , tenha tido já início uma etapa uma vez mais favorável ao estabelecimento de relações familiares entre os cativos.⁽⁵³⁾

VI .5.2 Os casais escravos.

O propósito desta subseção é analisar como se comportam ao longo do tempo algumas das características dos casais escravos de Bananal. Os casais aqui estudados são aqueles nos quais ambos os cônjuges foram explicitamente identificados nas listas nominativas de habitantes e nelas anotados como casados. Tendo em vista que não se verificaram, em qualquer dos três anos selecionados, casamentos mistos quanto à condição social dos cônjuges, os casais aludidos correspondem àqueles integrantes da categoria "casais endogâmicos" definida na subseção anterior. A primeira das características a ser analisada trata-se das idades dos cônjuges.

A Tabela VI .19 apresenta a distribuição, em números absolutos e em termos percentuais, dos casais cativos consoante as faixas etárias dos cônjuges. Consideradas as idades de maridos e esposas conjuntamente, observa-se que, nos três anos selecionados, a maioria dos casais distribuía-se pelas duas primeiras faixas etárias, ou pelas três primeiras faixas no caso de 1817 (ano em que há uma mulher casada com 14 anos de idade). Assim, em 1801, 54,5% dos casais eram formados por homens e mulheres com idade inferior a 35 anos; em 1817, esse percentual diminui ligeiramente, igualando-se a 52,1%; e, em 1829, essa participação dos casais mais jovens

TABELA VI .19

DISTRIBUIÇÃO DOS CASAIS ESCRAVOS SEGUNDO AS FAIXAS ETÁRIAS DOS CÔNJUGES
(Bananal, anos seleccionados)

Faixas etárias das mulheres	Faixas etárias dos homens						Totais
	15 - 24	25 - 34	35 - 44	45 - 54	55 - 64	65 - 74	
A. 1801							
15 - 24	8 (14,6%)	13 (23,6%)	5 (9,1%)	-	1 (1,8%)	-	27 (49,1%)
25 - 34	2 (3,6%)	7 (12,7%)	5 (9,1%)	3 (5,5%)	-	-	17 (30,9%)
35 - 44	-	1 (1,8%)	5 (9,1%)	3 (5,5%)	1 (1,8%)	-	10 (18,2%)
45 - 54	-	-	-	1 (1,8%)	-	-	1 (1,8%)
Totais	10 (18,2%)	21 (38,1%)	15 (27,3%)	7 (12,8%)	2 (3,6%)	-	55 (100,0%)
B. 1817							
14	1 (1,1%)	-	-	-	-	-	1 (1,1%)
15 - 24	7 (7,5%)	16 (17,0%)	2 (2,1%)	-	-	-	25 (26,6%)
25 - 34	2 (2,1%)	23 (24,4%)	14 (14,9%)	6 (6,4%)	1 (1,1%)	-	46 (48,9%)
35 - 44	-	1 (1,1%)	9 (9,6%)	3 (3,2%)	2 (2,1%)	-	15 (16,0%)
45 - 54	1 (1,0%)	-	2 (2,1%)	1 (1,1%)	1 (1,1%)	-	5 (5,3%)
55 - 64	-	-	-	1 (1,0%)	-	1 (1,1%)	2 (2,1%)
Totais	11 (11,7%)	40 (42,5%)	27 (28,7%)	11 (11,7%)	4 (4,3%)	1 (1,1%)	94 (100,0%)
C. 1829-61 C1a							
15 - 24	16 (13,8%)	35 (30,2%)	7 (6,0%)	-	-	-	58 (50,0%)
25 - 34	5 (4,3%)	24 (20,7%)	11 (9,5%)	2 (1,7%)	2 (1,7%)	-	44 (37,9%)
35 - 44	-	2 (1,7%)	4 (3,5%)	4 (3,5%)	2 (1,7%)	-	12 (10,4%)
45 - 54	-	-	-	-	-	-	-
55 - 64	1 (0,9%)	-	-	-	1 (0,8%)	-	2 (1,7%)
Totais	22 (19,0%)	61 (52,6%)	22 (19,0%)	6 (5,2%)	5 (4,2%)	-	116 (100,0%)

Obs.: Os valores da distribuição percentual, fornecidos sob os valores da distribuição absoluta, foram calculados sobre o número total de casais escravos, a cada ano.

cresce significativamente, alcançando-se a 69,0% do total de casais escravos existentes naquele ano. Os percentuais correlatos, computados agora os casais nos quais ambos os cônjuges tinham idade inferior a 45 anos, são os seguintes: 83,6% em 1801, 79,8% em 1817 e 89,7% em 1829.

São marcantes as disparidades que se constata de acordo com o sexo dos cônjuges. Tais disparidades, presentes nos três anos considerados, apontam para o fato de os maridos se rem, em média, mais velhos que suas mulheres. Em 1801, 18,2% dos maridos tinham menos de 25 anos de idade; a mesma faixa etária abrangia 49,1% das esposas. Em 1817, os percentuais correspondentes eram de 11,7% para os homens e 27,7% para as mulheres. Já em 1829, os maridos com idade inferior a 25 anos perfaziam 19,0% do total de maridos, enquanto que metade das 116 esposas inseriam-se na faixa etária em questão. Outrossim, quando se tomam os indivíduos com idade inferior a 35 anos, englobam-se, de um lado, 56,3% dos maridos em 1801, 54,2% em 1817 e 71,6% em 1829; de outro, 80,0% das esposas em 1801, 76,6% em 1817 e 87,9% em 1829.

Verifica-se, pois, que os cônjuges, tanto os do sexo masculino como os do feminino, apresentavam-se em média mais velhos em 1817 do que em 1801; mais ainda, essa diferença era maior no caso das mulheres. Por outro lado, tanto os maridos como as esposas dos casais de 1829 mostravam-se, em média, mais jovens do que os de 1817 e, inclusive, mais jovens do que os de 1801. Essas disparidades observadas vêm corroborar a idéia de que talvez, em 1829, ao menos uma parcela dos plantéis de Bananal esteja se tornando estável o suficiente para dar lugar a um movimento de formação de famílias escravas naquela localidade.

Tais disparidades podem ser visualizadas também através dos valores das idades médias dos cônjuges e das diferenças entre as idades médias de maridos e esposas, valores esses fornecidos na Tabela VI.20. Comprova-se, então, que a ida-

de média dos maridos era mais elevada em 1817 (34,90 anos) do que em 1801 (33,96 anos), e que o mesmo ocorria entre as esposas (29,68 anos versus 26,76 anos). Sendo essa diferença maior no caso das mulheres, o diferencial entre as idades médias de maridos e esposas, não obstante favorável aos primeiros em ambos os anos referidos, diminui de 7,20 anos em 1801 para 5,22 anos em 1817. Considerando-se, ademais, as idades médias dos cônjuges segundo a presença ou não de filhos, torna-se possível enfocar a discrepância entre 1801 e 1817 sob uma perspectiva adicional.

Assim, em 1801, tanto os maridos como as esposas dos casais com filhos possuíam idade média superior, respectivamente, aos maridos e às esposas dos casais sem filhos. É bem possível que esse fato esteja a indicar que, no conjunto dos casais sem filhos existente naquele ano, tinham maior peso relativo os que ainda não haviam tido seu primeiro filho , vis-à-vis os que já não possuíam nenhum filho vivendo junto a si.⁽⁵⁴⁾ Essa situação inverte-se em 1817; neste ano, são os maridos e esposas dos casais sem filhos que possuem idade média mais alta do que os cônjuges que se encontravam acompanhados de sua prole. Seguindo raciocínio análogo ao anterior, aparentemente, no conjunto dos casais sem filhos em 1817, eram mais importantes relativamente os que já não possuíam nenhum filho junto a si do que aqueles que ainda não haviam tido seu primeiro filho.

Em outras palavras, sendo corretas as interpretações acima colocadas, é possível que se esteja a refletir, em 1817, o impacto do desenvolvimento cafeeiro em termos do rompimen- to de laços familiares entre os cativos, ao menos no que respeita à separação entre pais e filhos. A própria supremacia numérica dos casais sem filhos em 1817 - eles eram 69, isto é, 73,4% dos 94 casais escravos desse ano - parece ser um indicador favorável em termos do acerto da hipótese sugerida.⁽⁵⁵⁾ Já em 1829, como se depreende da Tabela VI.20, não

TABELA VI .20

IDADES MÉDIAS DOS CÔNJUGES INTEGRANTES DOS CASAIS
 ESCRAVOS, SEGUNDO A PRESENÇA OU NÃO DE FILHOS
 (Bananal, anos selecionados)

Anos	Maridos		Esposas		M - E
<u>1801</u>					
Casais					
sem filhos	31,95	(9,38)	26,30	(9,06)	5,65
Casais					
com filhos	35,11	(10,09)	27,03	(8,44)	8,08
Total	33,96	(9,96)	26,76	(8,68)	7,20
<u>1817</u>					
Casais					
sem filhos	35,20	(11,04)	30,36	(9,39)	4,84
Casais					
com filhos	34,08	(7,80)	27,80	(5,80)	6,28
Total	34,90	(10,29)	29,68	(8,66)	5,22
<u>1829-6ªCia</u>					
Casais					
sem filhos	30,70	(9,66)	24,97	(8,67)	5,73
Casais					
com filhos	33,05	(9,75)	26,02	(6,49)	7,03
Total	31,84	(9,78)	25,47	(7,71)	6,37

Obs.: M - E = idade média dos maridos (menos) idade média das esposas.

Os valores entre parêntesis referem-se aos desvios - padrão das respectivas distribuições etárias de maridos e esposas.

apenas maridos e esposas possuíam idade média inferior àquela observada nos cônjuges de 1817, mas também se percebe que os casais sem filhos, uma vez mais, voltam a apresentar idade média inferior à dos casais com filhos. Vale dizer, ao que tudo indica, em 1829 os casais que ainda não haviam tido seu primeiro filho eram mais importantes relativamente àqueles já sem filhos junto a si. Tal assertiva, novamente, conduz à idéia de um movimento de formação de famílias cativas existent em 1829.

A distribuição dos casais escravos é outra vez fornecida na Tabela VI .21, privilegiando-se, desta feita, a informação acerca da origem dos cônjuges, ou seja, se eles eram nascidos no Brasil ou provenientes do continente africano. É perceptível, de imediato, o largo predomínio, nos três anos analisados, dos casamentos endogâmicos segundo a origem, entre os quais eram cada vez mais importantes aqueles envolvendo homens e mulheres africanos. Dessa forma, as uniões entre cativos de mesma origem correspondiam a 76,4% do total de casais em 1801, porcentual que se elevava para 89,4% em 1817 e 88,0% em 1829. Tomados apenas os casais em que maridos e esposas eram oriundos da África, sua participação relativa no total de casais atingia 69,1% em 1801, 77,7% em 1817 e 85,4% em 1829.

Em 1801, as mulheres africanas perfaziam 65,0% do total de mulheres escravas com 15 ou mais anos de idade; correspondiam, também, a 85,4% das esposas cativas de Bananal. Com base nesses dados, sugeriu-se já neste trabalho que, aparentemente, verificar-se-ia u'a maior propensão a casar das mulheres africanas vis-à-vis as coloniais.⁽⁵⁶⁾ Salientou-se, contudo, ser difícil determinar até que ponto essa aparente maior propensão ao casamento das africanas não decorreria de uma atitude comportamental que privilegiasse os enlaces com parceiros de mesma origem, atitude à qual se somaria o predomínio numérico, entre os escravos homens, daqueles oriundos

TABELA VI .21

DISTRIBUIÇÃO DOS CASAIS SEGUNDO A ORIGEM DOS CÔNJUGES
(Bananal, anos selecionados)

Mulheres	Números absolutos			Porcentuais		
	Homens			Homens		
	Col.	Afr.	Tot.	Col.	Afr.	Tot.
<u>A. 1801</u>						
Coloniais	4	4	8	7,3	7,3	14,6
Africanas	9	38	47	16,3	69,1	85,4
Totais	13	42	55	23,6	76,4	100,0
<u>B. 1817</u>						
Coloniais	11	8	19	11,7	8,5	20,2
Africanas	2	73	75	2,1	77,7	79,8
Totais	13	81	94	13,8	86,2	100,0
<u>C. 1829-6ª Cia</u>						
Coloniais	3	10	13	2,6	8,6	11,2
Africanas	4	99	103	3,4	85,4	88,8
Totais	7	109	116	6,0	94,0	100,0

Obs.: Col. = Coloniais ; Afr. = Africanos ;
Tot. = Totais .

da África. Não obstante, a observação de que 16,3% dos casais envolvia esposas africanas e maridos coloniais indica que os dois fatores referidos não seriam os únicos condicionantes da eventual maior propensão ao casamento das africanas. É oportuno aqui repetir a explicação sugerida por Costa, Slenes e Schwartz para o caso de Lorena nesse mesmo ano de 1801:

"(...) é possível que a maior incidência de casamentos entre as africanas fosse uma forma de encontrar, no meio adverso para o qual haviam sido deslocadas, o refúgio no seio do qual se procurava preservar elementos culturais trazidos do outro continente; este refúgio poderia significar, também, um mínimo de segurança num mundo praticamente desconhecido e possivelmente hostil." (57)

De outra parte, ainda em 1801, a participação dos homens africanos no total de escravos homens com idade igual ou superior a 15 anos (80,2%) era ligeiramente maior do que seu peso relativo entre os maridos (76,4%). Aparentemente, pois, no caso dos cativos do sexo masculino em Bananal em 1801, não se poderia falar em u'a maior propensão a casar dos africanos vis-à-vis os coloniais.⁽⁵⁸⁾ Já em 1817, os dados parecem indicar que a mencionada maior propensão ao casamento dos africanos verificava-se tanto para homens como para mulheres. Mais ainda, como os homens eram mais numerosos, a proporção de casais formados por homens africanos e mulheres coloniais (8,5%) superava em muito a proporção daqueles constituídos por homens coloniais e mulheres africanas (2,1%), invertendo-se, inclusive, a situação observada em 1801, quando as mesmas proporções atingiam, respectivamente, 7,3% e 16,3% do total de casais daquele ano.

Essa possível alteração entre os dois anos acima mencionados é corroborada pelo fato de que, em 1817, a participação dos africanos no total de cativos do sexo masculino com 15 ou mais anos de idade (79,4%) apresentava-se menor do que seu peso relativo entre os maridos (86,2%).⁽⁵⁹⁾ Tal comporta

mento era análogo ao constatado para as mulheres africanas ; para estas últimas, os percentuais correlatos alçavam-se , respectivamente, a 69,5% e 79,8%. Por fim, em 1829, esses mesmos percentuais não sustentam a idéia de que os escravos africanos, qualquer que fosse o seu sexo, mostrar-se-iam mais propensos ao casamento que aqueles nascidos no Brasil . Porém, neste último ano, essa comparação tem seu significado reduzido, tendo em vista a supremacia numérica quase total dos elementos vindos da África.⁽⁶⁰⁾ Dessa forma, entre os cativos homens com idade igual ou superior a 15 anos, 96,9% eram africanos, percentual que atingia 90,9% no caso das escravas; outrossim, 94,0% dos maridos de 1829 eram africanos, e africanas eram 88,8% das esposas.

Em suma, essa eventual maior incidência de casamentos entre os escravos africanos - talvez até mais forte entre as mulheres, como parece ter sido o caso ao menos em Bananal em 1801 - sugere que essas uniões representavam efetiva estratégia de sobrevivência. Pois para os africanos, muito mais que para os coloniais, estes últimos nascidos já e criados em meio à escravidão, o casamento poderia trazer, citando novamente as palavras de Costa, Slenes e Schwartz, aquele "(...) mínimo de segurança num mundo praticamente desconhecido e possivelmente hostil."⁽⁶¹⁾ E isto não obstante os rigores do sistema escravocrata. De fato, é bem possível que exatamente por representar uma estratégia de sobrevivência empregada por iniciativa dos próprios cativos, além de ser igualmente um eventual instrumento de controle social adotado pelos senhores, que a família escrava tenha subsistido em Bananal, ao menos nos níveis em que subsistiu, no já mencionado ambiente inicial de rápida introdução e desenvolvimento da cafeicultura.

VI .5.3 As mães escravas.

Estudam-se, nesta subseção, as mulheres cativas, sejam casadas, viúvas ou solteiras, junto às quais vivia pelo menos um filho(a) solteiro(a), sem prole e com qualquer idade, por ocasião dos levantamentos censitários considerados neste trabalho. Essas mães escravas são apresentadas na Tabela VI.22, agrupadas de acordo com o estado conjugal: de um lado, as casadas ou viúvas e, de outro, as solteiras. Ademais, essa tabela fornece o número médio de filhos possuídos por aquelas mães, segundo cinco diferentes faixas de tamanho dos plantéis. Mencione-se, também, que as mulheres analisadas inserem-se nas seguintes categorias e subcategorias familiares: "casais endogâmicos com filhos", "casais incompletos com filhos", "companheiros com filhos", "solteiros com filhos" e "viúvos com filhos".

Uma primeira inferência, percebida de imediato a partir da Tabela VI.22, diz respeito ao fato de que as mães escravas casadas ou viúvas concentravam-se particularmente nos plantéis com 20 ou mais cativos. De um total de 38 mães, 27 (71,1%) viviam nos plantéis desse tamanho em 1801. Em 1817 essa concentração era menor, mas mesmo assim mais da metade das mães escravas casadas ou viúvas (15 delas, ou seja, 51,7%) viviam nos plantéis com 20 ou mais cativos. Em 1829, esse percentual voltava a atingir a casa dos 70%: 43 (71,6%) em um total de 60 mães casadas ou viúvas. Considerados os plantéis com 10 ou mais escravos, eles englobavam 92,1% das ditas mães em 1801, 82,8% em 1817 e 88,3% em 1829. Essa concentração sugere uma vez mais que os plantéis de maior tamanho consubstanciavam-se em ambientes mais favoráveis ao desenvolvimento das famílias cativas.

De outra parte, voltando-se a atenção para os valores totais, a cada ano, expressos na Tabela VI.22, verifica-se que o número absoluto das mães cativas casadas ou viúvas era menor em 1817 do que em 1801, em que pese o acréscimo experimentado pela população escrava de Bananal entre aqueles dois

TABELA VI.22

NÚMERO MÉDIO DE FILHOS SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL DE SUAS
MÃES^a E FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS
(Bananal, anos selecionados)

FTP	Casadas ou viúvas			Solteiras		
	Filhos	Mães	F / M	Filhos	Mães	F / M
<u>A. 1801</u>						
2-4	-	-	-	2	1	2,00
5-9	4	3	1,33	9	3	3,00
10-14	17	6	2,83	1	1	1,00
15-19	3 ^b	2	1,50	-	-	-
20ou+	45	27	1,67	2	2	1,00
Totais	69	38	1,82	14	7	2,00
<u>B. 1817</u>						
2-4	4	2	2,00	8	7	1,14
5-9	8	3	2,67	6	4 ^d	1,50
10-14	5	3	1,67	4	2	2,00
15-19	11	6 ^c	1,83	6	4	1,50
20ou+	25	15	1,67	3	2	1,50
Totais	53	29	1,83	27	19	1,42
<u>C. 1829-6^a Cia</u>						
2-4	1	1	1,00	10	7	1,43
5-9	10	6 ^e	1,67	24	12	2,00
10-14	5	4	1,25	13	7	1,86
15-19	17	6	2,83	4	4	1,00
20ou+	70	43	1,63	17	13	1,31
Totais	103	60	1,72	68	43	1,58

Obs.: FTP = Faixas de Tamanho dos Plantéis ;

F / M = número de filhos dividido pelo número de mães .

a Consideradas apenas as mulheres com filhos a viverem junto a si, filhos estes solteiros, sem prole e com qualquer idade.

b Inclusive um rapaz forro, de 15 anos de idade, vivendo junto a seus pais e irmãos, todos escravos.

c Inclusive u'a mãe casada com cônjuge ausente ou indeterminado.

d Inclusive u'a mãe solteira com companheiro presente e identificado.

e Inclusive u'a mãe casada com cônjuge ausente ou indeterminado.

anos.⁽⁶²⁾ Outrossim, enquanto em 1801 observou-se u'a mãe cativa com 7 filhos e em 1829 duas delas com 5 crianças, em 1817 mãe alguma possuía mais que 3 filhos vivendo junto a si. Esses talvez sejam indícios de que em 1817, vis-à-vis os outros dois anos em foco, houvessem se exacerbado as dificuldades defrontadas pelas famílias escravas.

Adicionalmente, é bem possível que a concentração das mães casadas ou viúvas nos plantéis maiores seja em parte responsável pela não ocorrência, em nenhum dos anos selecionados, de uma correlação positiva entre o número médio de filhos e o tamanho dos plantéis, à medida que todas as faixas de tamanho, à exceção da última (20 ou mais cativos), caracterizam-se, nos três anos analisados, pelo reduzido número de observações.⁽⁶³⁾ Também no caso das mães solteiras, não se verifica um crescente número médio de filhos quanto maiores os plantéis. E isto não obstante o fato de a distribuição destas últimas mães pelas cinco faixas de tamanho consideradas ser bastante diferente do que a observada no caso das casadas ou viúvas. Assim, 57,1% das mães solteiras em 1801 viviam nos plantéis formados por 9 ou menos escravos; em 1817 esse porcentual alçava-se a 57,9% e, em 1829, a 44,2%. Nos plantéis com 20 ou mais cativos, por outro lado, viviam 28,6% das mães solteiras em 1801, 10,5% em 1817 e 30,2% em 1829.⁽⁶⁴⁾

Tomando-se os totais das mães casadas ou viúvas, nota-se que o número médio de filhos permanece praticamente inalterado entre 1801 (1,82) e 1817 (1,83), decaindo um pouco em 1829 (1,72). No entanto, esses valores levam em conta apenas as escravas que possuíam ao menos um filho(a) vivendo junto a si. Quando se substitui, no cálculo do número médio de filhos das mães casadas ou viúvas (F/M), o número de mães (M) pela soma desse número com o das mulheres casadas ou viúvas junto às quais não havia qualquer filho presente, os novos valores do número médio de filhos passam a ser os

seguintes: 1,09 em 1801, 0,46 em 1817 e 0,83 em 1829.⁽⁶⁵⁾ Vê-se, portanto, que é em 1817 que se dá a maior alteração quando se comparam esses novos valores àqueles inicialmente calculados; e é exatamente em 1817 que, como sugerido anteriormente, talvez tenham ocorrido com maior intensidade casos de separação entre pais e filhos escravos.

De outra parte, o número médio de filhos das 7 únicas mães solteiras observadas em 1801, igual a 2,00, superava o das mães casadas ou viúvas presentes naquele mesmo ano, igual a 1,82. Todavia, essa situação inverte-se tanto em 1817 como em 1829. Nestes dois últimos anos, o número médio de filhos das mães solteiras alçava-se, respectivamente, a 1,42 e a 1,58, enquanto o das mães casadas ou viúvas, como visto, atingia os valores respectivos de 1,83 e 1,72. É possível que o menor número de filhos, em média, das mães solteiras esteja a corroborar a idéia de que haveria uma tendência entre as escravas de casarem-se após o nascimento de seu primeiro filho.⁽⁶⁶⁾

A Tabela VI.23 apresenta novamente o número médio de filhos, agora de acordo com as faixas etárias das mães cativas. Estas últimas são, ademais, tal como na tabela anterior, agrupadas segundo o estado conjugal: de um lado, as casadas ou viúvas e, de outro, as solteiras. Esperar-se-ia teoricamente e a priori que o número médio de filhos assumisse valores mais elevados nas faixas etárias intermediárias das mães. No entanto, a verificação dessa expectativa é dificultada no caso de Bananal, por vários motivos. Em primeiro lugar, pelo reduzido número de observações que caracteriza a maioria das faixas etárias consideradas, quer no caso das mães casadas ou viúvas, quer, especialmente, no caso das mães solteiras. Em segundo lugar, pela quase total inexistência de mães escravas nas faixas etárias superiores; com uma única exceção, u'a mãe solteira com 63 anos em 1817, não há mãe cativa alguma em Bananal, nos anos selecionados, com ida

TABELA VI .23

NÚMERO MÉDIO DE FILHOS SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL
DE SUAS MÃES E FAIXAS ETÁRIAS DAS MESMAS^a
(Bananal, anos selecionados)

Faixas etárias das mães	Casadas ou viúvas			Solteiras		
	Filhos	Mães	F / M	Filhos	Mães	F / M
<u>A. 1801</u>						
15 - 19	9	8	1,12	1	1	1,00
20 - 29	22	14	1,57	11	5	2,20
30 - 39	29 ^b	11	2,64	2	1	2,00
40 - 49	9 ^b	5	1,80	-	-	-
Totais	69	38	1,82	14	7	2,00

<u>B. 1817</u>						
14	2	1	2,00	-	-	-
15 - 19	-	-	-	5	5 ^d	1,00
20 - 29	31	18	1,72	18	11	1,64
30 - 39	14	7 ^c	2,00	2	1	2,00
40 - 49	6	3	2,00	1	1	1,00
50 - 59	-	-	-	-	-	-
60 - 69	-	-	-	1	1	1,00
Totais	53	29	1,83	27	19	1,42

<u>C. 1829-6ª Cia</u>						
15 - 19	9	7	1,28	7	7	1,00
20 - 29	60	35	1,71	51	28	1,82
30 - 39	24	14 ^e	1,71	9	7	1,28
40 - 49	10	4	2,50	1	1	1,00
Totais	103	60	1,72	68	43	1,58

Obs.: F / M = Número de filhos dividido pelo número de mães.

a, b, c, d, e Ver notas correspondentes constantes da Tabela VI .22.

de igual ou superior a 50 anos. Por fim, é possível que uma eventual maior incidência de casos de destruição de laços familiares entre os escravos,acompanhando a disseminação da lavoura cafeeira, pudesse alterar a expectativa teórica aludida, pelo menos em 1817 e, talvez em menor medida, em 1829.

Verifica-se também, ainda com base nos dados dispostos na Tabela VI .23, que a participação relativa, no total das mães casadas ou viúvas, daquelas com idade inferior a 20 anos, atingia mais de um quinto (21,1%) em 1801, caindo para menos de um vigésimo em 1817 (3,4%) e superando ligeiramente um décimo (11,7%) em 1829. Já a participação relativa das mães casadas ou viúvas com idade inferior a 30 anos apresentou a seguinte evolução: 57,9% em 1801, 65,5% em 1817 e 70,0% em 1829. Esses seis percentuais referidos, analisados conjuntamente, refletem o próprio comportamento da idade média das mães cativas casadas ou viúvas; tal indicador, igual a 27,1 em 1801, eleva-se para 28,8 em 1817 e declina para 26,3 em 1829.

Vale dizer, essas mães apresentavam-se, em média, mais velhas em 1817 do que em 1801 e, também em média, mais jovens em 1829 do que nos outros dois anos mencionados.⁽⁶⁷⁾ Esse comportamento vem corroborar a idéia de um possível movimento de formação de novas unidades familiares escravas em Bananal, que se faria presente já em 1829, não obstante a difusão que ainda era vivenciada pela lavoura cafeeira, e talvez até mesmo por força desse desenvolvimento, o qual se caracterizava, como visto, nesse último ano vis-à-vis 1817, por um aparente processo de concentração da propriedade escrava, marcando os caminhos trilhados pela região bananalense no sentido de uma cada vez mais presente agricultura de plantation, voltada especialmente para a produção de café.

No que diz respeito à distribuição das mães solteiras pelas diversas faixas etárias, nota-se que, nos três anos selecionados, uma proporção superior a oito décimos dessas

mães possuía idade inferior a 30 anos. Tais participações relativas assumiam os seguintes valores percentuais: 85,7% em 1801, 84,2% em 1817 e 81,4% em 1829. Comparando-se esses números aos percentuais correlatos atinentes às mães casadas ou viúvas (respectivamente, 57,9%, 65,5% e 70,0%), é possível inferir que as mães solteiras eram sempre, em média, mais jovens. De fato, a idade média das mães solteiras em Bananal igualava-se a 25,6 em 1801, 26,0 em 1817 e 25,0 em 1829, enquanto a das mães casadas ou viúvas correspondia, respectivamente, como visto, a 27,1, 28,8 e 26,3.⁽⁶⁸⁾ Outrossim, a verificação de que as mães solteiras eram, em média, mais jovens do que as casadas ou viúvas coaduna-se, de um lado, com a observação anterior de que elas possuíam, também, um número médio de filhos inferior ao destas últimas e, de outro, com a hipótese de que, para algumas das mulheres escravas, o casamento talvez ocorresse após o nascimento do primeiro filho.

Algumas observações adicionais acerca das mães cativas de Bananal podem ser feitas a partir dos dados fornecidos na Tabela VI.24. Nessa tabela apresenta-se o número médio de filhos com 14 ou menos anos de idade para a faixa etária dos 15 aos 49 anos das respectivas mães, casadas ou solteiras.⁽⁶⁹⁾ Ditas mães são, ademais, consideradas consoante a origem: coloniais ou africanas. Conforme sugerido já neste trabalho, com base nos informes concernentes a 1801, verifica-se naquele ano, entre as mães casadas, aparentemente, uma tendência das africanas a gerarem, em média, um menor número de filhos em comparação às coloniais.⁽⁷⁰⁾

Cabe ressaltar que essa disparidade constatada segundo a origem das mães escravas casadas deve ser encarada com muito cuidado. Isto tendo em vista o pequeno número de observações, em especial no caso das mães casadas coloniais. Essa ressalva, que também se aplica ao caso das mães solteiras, vale, ademais, para os três anos selecionados. Com a devida

TABELA VI.24

NÚMERO MÉDIO DE FILHOS COM 14 OU MENOS ANOS , PARA A FAIXA
ETÁRIA DOS 15 AOS 49 ANOS DAS RESPECTIVAS MÃES

(Bananal, anos selecionados)

Valores	Mães coloniais		Mães africanas	
	Casadas	Solteiras	Casadas	Solteiras
<u>A. 1801</u>				
Número de Filhos	12	8	45	6
Número de Mães	4	4	31	3
F / M	3,00	2,00	1,45	2,00
<u>B. 1817</u>				
Número de Filhos	8	10	32	16
Número de Mães	5	7	20	11
F / M	1,60	1,43	1,60	1,45
<u>C. 1829-6ª Cia</u>				
Número de Filhos	17	7	80	61
Número de Mães	8	4	49	39
F / M	2,13	1,75	1,63	1,56

Obs.: F / M = número de filhos dividido pelo número de
mães.

cautela que a referida ressalva exige, os dados constantes da Tabela VI .24 sugerem que a eventual tendência das mães casadas africanas gerarem, em média, menos filhos do que as coloniais, verificada em 1801, aparentemente não se faz presente em 1817, embora possa ser novamente percebida em 1829. Assim, as mães casadas coloniais possuíam, em média, 3,00 filhos em 1801, contra 1,45 filhos, em média, das mães casadas africanas; em 1817, ambos os conjuntos de mães aludidos tinham, em média, 1,60 filhos; já em 1829 as mães casadas coloniais possuíam, em média, 2,13 filhos, e as africanas , 1,63. (71)

Cautela ainda maior deve acompanhar a análise dos dados relativos às mães solteiras, pois no caso delas, comparado ao das mães casadas, verifica-se um número ainda mais reduzido de observações. Tomando-se, de início, as mulheres coloniais, é interessante notar que o número médio de filhos das mães solteiras em 1801 (2,00), em 1817 (1,43) e em 1829 (1,75), foi sempre inferior ao das mães casadas, este último igual, respectivamente, a 3,00 , 1,60 e 2,13. Também no caso das escravas africanas, o número médio de filhos das mães solteiras em 1817 (1,45) e em 1829 (1,56) apresentou-se menor do que o das mães casadas (respectivamente, igual a 1,60 e 1,63). Apenas para as mães africanas em 1801 essa relação mostrou-se invertida; trata-se, contudo, exatamente da combinação de ano e origem na qual era menor o número de mães solteiras em Bananal (tão-somente 3). Outrossim, o fato de que as mães solteiras possuíam, em média, idades inferiores às das mães casadas possivelmente responde, em boa medida, pelo número médio de filhos em geral menor no caso das solteiras.

Cabe mencionar, ainda com fundamento nos dados da Tabela VI .24, a grande supremacia numérica das mulheres africanas entre as mães cativas de Bananal. Entre as mães casadas, principalmente, a participação relativa das oriundas da Áfri

ca foi sempre igual ou superior a oito décimos. Assim, em 1801, 31 (88,6%) das 35 mães casadas eram africanas; em 1817 esse percentual atingia os 80,0% (20 africanas em um total de 25 mães casadas) e, em 1829, alçava-se a 86,0% (49 africanas em um total de 57 mães casadas). De outra parte, entre as 7 mães solteiras existentes em 1801, apenas 3(42,9%) eram provenientes da África; já em 1817, mais de três quintos das mães solteiros (61,1%) eram africanas, e esse predomínio chega a mais de nove décimos em 1829 (90,7%).

Por fim, na Tabela VI.25, fornecem-se estimativas para índices gerais de fecundidade de acordo com diferentes faixas de tamanho dos plantéis. Essas estimativas resultam da relação entre o número de crianças com idade entre 0 e 4 anos para cada 1.000 mulheres na faixa etária dos 15 aos 49 anos, isto é, para cada 1.000 mulheres em idade de procriar. Considerando-se os índices estimados para os totais das três faixas de tamanho, percebe-se um declínio entre 1801 e 1817 (de 365 para 313), e uma recuperação parcial entre este último ano e 1829 (de 313 para 352). Essa evolução reflete essencialmente o comportamento das estimativas calculadas para os plantéis com 10 ou mais escravos, as quais atingiam os seguintes valores: 393 em 1801, 287 em 1817 e 325 em 1829.⁽⁷²⁾

É interessante observar como os índices gerais de fecundidade estimados para os plantéis com menos de 5 cativos mostram-se crescentes ao longo do tempo. Quanto ao menor valor em 1801 (133), é possível que ele se deva, ao menos em parte, à supremacia numérica das mulheres então verificada naqueles plantéis, aliada à dominância dos enlaces entre escravos pertencentes a um mesmo senhor.⁽⁷³⁾ É de se notar, também, o fato de que, nos três anos selecionados, os maiores valores das estimativas dos índices gerais de fecundidade sejam aqueles concernentes aos plantéis de 5 a 9 cativos. Não se pode esquecer, porém, que as estimativas fornecidas na Tabela VI.25 eventualmente estejam enviesadas. Por exemplo, um movi -

TABELA VI .25

ESTIMATIVA PARA ÍNDICES GERAIS DE FECUNDIDADE
SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS
(Bananal, anos selecionados)

FTP	Crianças (0 a 4 anos)	Mulheres (15 a 49 anos)	$\frac{C_{(0 \text{ a } 4)}}{M_{(15 \text{ a } 49)}} \times 1000$
<u>A. 1801</u>			
1-4	2	15	133
5-9	5	11	454
10ou+	35	89	393
Totais	42	115	365
<u>B. 1817</u>			
1-4	7	34	206
5-9	18	31	581
10ou+	52	181	287
Totais	77	246	313
<u>C. 1829-6ª Cia</u>			
1-4	9	27	333
5-9	22	43	512
10ou+	75	231	325
Totais	106	301	352

mento de ampliação dos plantéis, presente em Bananal, ao que parece, principalmente em 1817 e 1829, à medida que envolves se transações de compra e venda de cativos da própria localidade e a separação entre mães e filhos - esta última possivelmente mais intensa em 1817 - , poderia conduzir à subestimação dos índices referentes aos plantéis de maior tamanho, eventuais compradores das ditas mães. (74)

VI .5.4 As crianças cativas.

Analisa-se, nesta subseção, os cativos com idade igual ou inferior a 14 anos, destacando-se a informação acerca de sua condição de legitimidade. Quanto a essa informação, tendo em vista sua não declaração explícita nos documentos compulsados, adotou-se o seguinte critério: consideraram-se como legítimos os indivíduos solteiros, sem prole e que constavam das listas nominativas de habitantes como filhos de pessoas anotadas como casadas ou viúvas; consideraram-se, outross sim, como ilegítimos (naturais), os indivíduos solteiros, sem prole e que constavam das ditas listas como filhos de pessoas arroladas como solteiras. Trata-se de um critério que eventualmente superestima o número de crianças legítimas, à medida que é possível que os filhos mais velhos de algumas das pessoas casadas ou viúvas tivessem vindo ao mundo como crianças naturais. (75)

Aos conjuntos das crianças legítimas e das ilegítimas, adicionam-se dois outros grupos de crianças: as africanas , para as quais é problemático atribuir uma dada condição de legitimidade; e aquelas que, anotadas como coloniais, encontram-se aparentemente isoladas no interior de seus respectivos plantéis, sendo, pois, desconhecida sua condição de legitimidade. Este último grupo tanto pode ser formado por crianças legítimas como por ilegítimas, cujos pais houvessem morrido, ou que deles tivessem sido separadas, quer através do

comércio de escravos, quer por meio de alguma forma de doação.⁽⁷⁶⁾ Entre as africanas, incluem-se duas meninas, uma em 1801 e a outra em 1829, ambas em vivência com suas respectivas mães, estas últimas também africanas e registradas como solteiras. Ademais, em 1817, não se computa uma mulher de condição de legitimidade desconhecida, com 14 anos de idade, casada.

Todos os quatro grupos de crianças acima explicitados são apresentados na Tabela VI.26, para cada um dos anos selecionados, em números absolutos e em termos percentuais, e de acordo com o sexo. Fornece-se, adicionalmente, na última coluna da tabela em questão, as razões de masculinidade calculadas para cada um dos grupos aludidos e para o total das crianças cativas, em cada ano. Antes do mais, importa salientar a variação observada na participação relativa do grupo dos legítimos. Esse grupo abrangia 60,6% do total de crianças em 1801, percentual que declina para 20,2% em 1817 e recupera-se parcialmente em 1829, quando atinge o valor de 34,5%. De outra parte, o peso relativo desse mesmo grupo, calculado sobre o total de crianças nascidas no Brasil (excluídas, pois, as africanas), apresenta o seguinte comportamento: diminui de 66,3% para 23,5% entre 1801 e 1817, e eleva-se de 23,5% para 53,1% entre 1817 e 1829.

Essa diminuição da importância relativa das crianças legítimas no primeiro, e subsequente elevação no segundo dos subperíodos considerados, verifica-se, também, quando se tomam meninos e meninas em separado. Adicionalmente, observando-se a última coluna da Tabela VI.26, nota-se que a distribuição segundo o sexo do conjunto de crianças em questão mostrou-se sempre relativamente próxima do equilíbrio. Assim, os meninos correspondiam a 55,5% das crianças legítimas em 1801, a 51,1% em 1817 e a 47,6% em 1829. Vê-se, pois, que é em 1817 que o conjunto dos legítimos mais se aproxima do equilíbrio entre os sexos. No entanto, como se tem sugerido

TABELA VI .26

DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS COM 14 OU MENOS ANOS
SEGUNDO A CONDIÇÃO DE LEGITIMIDADE
(Bananal, anos selecionados)

Condição de legitimidade	Números absolutos			Porcentuais			Razão de masculinidade
	H	M	H+M	H	M	H+M	
<u>A. 1801</u>							
Legítimos	35	28	63	62,5	58,4	60,6	125,0
Naturais	9	4	13	16,1	8,3	12,5	225,0
Desconhecida	8	11	19	14,3	22,9	18,3	72,7
Africanos	4	5 ^a	9	7,1	10,4	8,6	80,0
Totais	56	48	104	100,0	100,0	100,0	116,7
<u>B. 1817</u>							
Legítimos	24	23	47	17,8	23,5	20,2	104,3
Naturais	11	16	27	8,1	16,3	11,6	68,7
Desconhecida	75	51 ^b	126	55,6	52,0	54,1	147,1
Africanos	25	8	33	18,5	8,2	14,1	312,5
Totais	135	98	233	100,0	100,0	100,0	137,8
<u>C. 1829-6^a Cia</u>							
Legítimos	49	54	103	27,8	43,9	34,5	90,7
Naturais	36	31	67	20,5	25,2	22,4	116,1
Desconhecida	9	15	24	5,1	12,2	8,0	60,0
Africanos	82	23 ^c	105	46,6	18,7	35,1	356,5
Totais	176	123	299	100,0	100,0	100,0	143,1

Obs.: H = Homens ; M = Mulheres ; H+M = Homens+Mulheres .

a Inclusive uma menina de 1 ano de idade, em vivência com sua mãe, anotada como solteira, também africana.

b Exclusive uma mulher casada, com 14 anos de idade.

c Inclusive uma menina de 2 anos de idade, em vivência com sua mãe, anotada como solteira, também africana.

ao longo de todo este capítulo, é exatamente nesse ano, dentre os três selecionados, que possivelmente se apresenta de forma mais intensa um movimento de ruptura de laços familiares entre os escravos, inclusive via separação entre pais e filhos.

De fato, se tal separação decorresse principalmente da venda de crianças, e supondo-se que essa venda privilegiasse os meninos, então estes últimos tenderiam a ser em menor número do que as meninas naquele ano de 1817, no grupo dos legítimos. Os meninos vendidos, em seus plantéis de destino, a pareceriam como crianças de condição de legitimidade desconhecida, e junto a seus pais permaneceria uma proporção mais elevada de crianças do sexo feminino. A razão de masculinidade dos legítimos em 1817, contudo, não fornece amparo a tal raciocínio. Aparentemente, no caso das famílias "regularmente constituídas", o eventual movimento de separação entre pais e filhos, sugerido pelos dados atinentes a Bananal em 1817, ter-se-ia dado predominantemente por meio da venda de pais e mães; assim sendo, a totalidade da prole, nos plantéis de origem, apareceria como um conjunto de crianças de filiação desconhecida.

Essa sugestão coaduna-se com a evolução da importância relativa das crianças de condição de legitimidade desconhecida.⁽⁷⁷⁾ Tais crianças correspondiam a 18,3% do total de crianças escravas em 1801, e a 54,1% em 1817. Neste último ano, a razão de masculinidade desse grupo, que se igualava a 72,7 em 1801, passa a 147,1, refletindo a supremacia numérica do sexo masculino. É possível que tal supremacia encontre sua contrapartida, ao menos parcial, na proporção minoritária, em 1817, dos meninos entre os filhos naturais.⁽⁷⁸⁾ Assim, a razão de masculinidade das crianças ilegítimas, que fora de 225,0 em 1801, em 1817 alçava-se a 68,7, refletindo um contingente mais numeroso de meninas. Vale dizer, talvez a difusão inicial da cafeicultura em Bananal fosse acompanhada por

um fluxo de comércio interno de crianças escravas, o qual não apenas privilegiasse os cativos do sexo masculino, mas , igualmente, desse preferência aos meninos nascidos de mães solteiras.⁽⁷⁹⁾ Não deixa de ser sintomático que, não obstante as características da evolução da família escrava em Bananal entre 1801 e 1817, explicitadas ao longo deste capítulo, a participação relativa das crianças ilegítimas no total de crianças, entre aqueles dois anos, tenha até mesmo se tornado menor: de 12,5% em 1801, declina para 11,6% em 1817.

Já em 1829, os dados acerca das crianças cativas parecem indicar que a situação então vivenciada pela família escrava melhorara muito com relação a 1817. Não apenas as crianças legítimas têm elevado o seu peso relativo (como visto, de 20,2% em 1817 para 34,5% em 1829), mas também aquelas de condição de legitimidade desconhecida passam a corresponder, em 1829, a tão-somente 8,0% do total dos cativos com idade igual ou inferior a 14 anos. Contudo, tais indicadores de uma situação mais favorável às famílias escravas não atingem os mesmos níveis verificados em 1801: de um lado, as crianças legítimas não possuem mais a mesma importância relativa atingida no início do século; de outro, eleva-se bastante a participação relativa das ilegítimas (de 12,5% em 1801 para 22,4% em 1829).⁽⁸⁰⁾

Há que mencionar, ainda com base na Tabela VI.26, o comportamento do conjunto formado pelas crianças africanas. É marcante sua crescente importância relativa em meio às crianças escravas de Bananal: 8,6% em 1801, 14,1% em 1817 e 35,1% em 1829. Dessa forma, embora o tráfico de cativos africanos privilegiasse os indivíduos em idade adulta, aqueles com 14 ou menos anos não deixavam de ser importados. Mais ainda, essa importação de crianças africanas abrangia principalmente elementos do sexo masculino. Assim, a razão de masculinidade desse grupo, igual a 80,0 em 1801, passa a 312,5 em 1817 e a 356,5 em 1829. Correspondentemente, a participação relativa

de tais crianças cresce com ritmos distintos consoante o sexo: os meninos africanos perfaziam 7,1% do total de crianças do sexo masculino em 1801, 18,5% em 1817 e 46,6% em 1829; os percentuais correlatos, no caso das meninas africanas, eram de 10,4% em 1801, 8,2% em 1817 e 18,7% em 1829. Assim, por exemplo em 1818, das 50 compras de cativos anotadas na lista nominativa atinente a Bananal, 28 (56,0%) referiam-se a escravos com 14 ou menos anos de idade; destes, 18 (64,3%) eram homens e apenas 2 (7,1%) coloniais.

A distribuição percentual das crianças escravas de acordo com o sexo e segundo três diferentes faixas de tamanho dos plantéis é apresentada na Tabela VI.27. Restringe-se, ademais, àquelas crianças para as quais, conforme o critério explicitado na abertura desta subseção, foi possível identificar uma determinada condição de legitimidade; vale dizer, na tabela em questão não são consideradas as crianças africanas nem as coloniais de filiação desconhecida. Esse procedimento é o mesmo adotado por Costa, Slenes e Schwartz em seu estudo sobre Lorena em 1801. É cabível, pois, também para Bananal, a recomendação feita por esses autores, a saber: os percentuais concernentes à distribuição em foco devem ser entendidos "(...) como um máximo para os legítimos e um mínimo para os filhos naturais."⁽⁸¹⁾

Tomando-se, de início, as crianças legítimas e as ilegítimas isoladamente, e observando-se as disparidades segundo o sexo, percebe-se que tanto meninos como meninas, não obstante os valores percentuais não sejam às vezes muito próximos, mostram um mesmo perfil de distribuição pelas diferentes faixas de tamanho dos plantéis. Assim, os legítimos aparecem sempre concentrados nos plantéis com 10 ou mais cativos. Essa concentração, considerados meninos e meninas conjuntamente, atingia mais de nove décimos em 1801 (93,7%), declinava para pouco menos de três quartos em 1817 (74,5%), e voltava a beirar a casa dos nove décimos em 1829 (89,3%). E-

TABELA VI .27

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DAS CRIANÇAS COM 14 OU MENOS
ANOS SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS
(Bananal, anos selecionados)

FTP	Legítimos			Naturais			% de legítimos e naturais segundo FTP		
	H	M	H+M	H	M	H+M	Leg.	Nat.	Total
<u>A. 1801</u>									
1-4	-	-	-	11,1	25,0	15,4	-	100,0	100,0
5-9	5,7	7,1	6,3	66,7	50,0	61,5	33,3	66,7	100,0
10ou+	94,3	92,9	93,7	22,2	25,0	23,1	95,2	4,8	100,0
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	82,9	17,1	100,0

<u>B. 1817</u>									
1-4	8,3	8,7	8,5	27,3	25,0	25,9	36,4	63,6	100,0
5-9	20,8	13,0	17,0	27,3	18,7	22,2	57,1	42,9	100,0
10ou+	70,9	78,3	74,5	45,4	56,3	51,9	71,4	28,6	100,0
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	63,5	36,5	100,0

<u>C. 1829-6ª Cia</u>									
1-4	-	1,9	1,0	16,7	9,7	13,4	10,0	90,0	100,0
5-9	8,2	11,1	9,7	36,1	35,5	35,8	29,4	70,6	100,0
10ou+	91,8	87,0	89,3	47,2	54,8	50,8	73,0	27,0	100,0
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	60,6	39,4	100,0

Obs.: H = Homens ; M = Mulheres ; H+M = Homens+Mulheres ;
Leg. = Legítimos ; Nat. = Naturais ;
FTP = Faixas de Tamanho dos Plantéis .

videntemente, tal concentração decorre da distribuição dos escravos casados ou viúvos pelas ditas faixas de tamanho ; esses indivíduos igualmente viviam, como visto, em sua grande maioria, nos plantéis de maior tamanho.⁽⁸²⁾

Porém, a proporção dos cativos casados ou viúvos vivendo nos plantéis com 10 ou mais escravos foi de cerca de nove décimos nos três anos selecionados. Portanto, em 1817, a diminuição verificada na participação relativa das crianças legítimas em vivência nos plantéis de maior tamanho não acompanhou declínio análogo na distribuição dos casados ou viúvos. Talvez se possa atribuir essa discrepância à ocorrência, de maneira mais intensa em 1817, de casos de separação entre pais e filhos. Se assim for, o que os dados parecem indicar é que tais casos dar-se-iam predominantemente no contexto formado pelos plantéis maiores. Vale dizer, antes e depois da dita separação, tanto os pais como os filhos, em sua maioria, pertenceriam a plantéis com 10 ou mais escravos; os pais, casados ou viúvos, continuariam a ser anotados como tais, mas os filhos, após a separação, apareceriam como crianças isoladas, de filiação desconhecida.⁽⁸³⁾

Já a distribuição dos filhos naturais é distinta da dos legítimos. Em 1801, inclusive, a maioria das crianças ilegítimas vivia nos plantéis compostos por 5 a 9 cativos (61,5%). Em 1817 e em 1829, os filhos naturais localizavam-se principalmente nos plantéis maiores - respectivamente 51,9% e 50,8% - , mas essa concentração era bem menos intensa do que a verificada no caso dos legítimos. É possível, ou trossim, que a maior presença das crianças ilegítimas nos plantéis com 10 ou mais escravos, nos dois últimos anos referidos, deva-se em grande medida à entrada maciça de cativos em Bananal - em particular do sexo masculino - , aliada à maior facilidade de estabelecimento de ligações nos plantéis de maior porte, inclusive tendo em vista o grande predomínio do relacionamento entre escravos pertencentes a um mesmo pro

prietário.

A observação das três últimas colunas da Tabela VI. 27 permite, ademais, verificar que, nos três anos selecionados, à medida que se eleva o tamanho dos plantéis, os filhos legítimos vão-se fazendo cada vez mais presentes vis-à-vis os filhos naturais. Pode-se inferir, portanto, que os plantéis de maior tamanho conformavam um ambiente relativamente mais favorável às famílias escravas "regularmente constituídas", quiçá caracterizadas por uma maior estabilidade. No entanto, a evolução no tempo dos percentuais constantes das aludidas colunas, indica que o espaço ocupado, nos plantéis maiores, pelas crianças ilegítimas em comparação às legítimas, era bem maior em 1817 (28,6%) e 1829 (27,0%) do que havia sido em 1801 (4,8%), anteriormente à disseminação da produção de café em Bananal.

Por outro lado, as informações acerca das crianças cativas legítimas ou naturais possibilitam tecer alguns comentários sobre o impacto acarretado pela família cativa em termos do incremento do tamanho dos plantéis, isto é, sobre os efeitos da dita família enquanto fator de acumulação da propriedade escrava. Para tanto, apresenta-se, na Tabela VI.28, a participação percentual de filhos legítimos, naturais e de legítimos + naturais, de acordo com diversas faixas de tamanho dos plantéis. Tais participações são calculadas sobre os respectivos efetivos totais de cada faixa de tamanho. Adicionalmente, na tabela em questão, não mais se restringe, como se fizera nas duas tabelas anteriores, aos filhos, sejam legítimos, sejam naturais, com idade igual ou inferior a 14 anos.

No que diz respeito aos filhos legítimos, nota-se, antes do mais, que sua participação nos efetivos dos plantéis com 4 ou menos cativos é, nos três anos analisados, sempre menor do que nos efetivos atinentes às demais faixas de tamanho. Outrossim, em 1801, o peso dos legítimos nos plantéis

TABELA VI .28

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DE FILHOS LEGÍTIMOS OU NATURAIS
SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS^a
(Bananal, anos selecionados)

FTP	Legítimos	Naturais	Legítimos + Naturais
<u>A. 1801</u>			
1	zero	zero	zero
2 - 4	zero	9,1	9,1
5 - 9	8,0	18,0	26,0
10 - 14	22,1	1,3	23,4
15 - 19	8,8	zero	8,8
20 ou +	22,2 ^b	1,0	23,2
<u>B. 1817</u>			
1	zero	zero	zero
2 - 4	3,3	6,7	10,0
5 - 9	5,8	4,3	10,1
10 - 14	5,7	4,5	10,2
15 - 19	7,1	3,9	11,0
20 ou +	5,4	0,8	6,2
<u>C. 1829-6ª Cia</u>			
1	zero	zero	zero
2 - 4	1,0	9,1	10,1
5 - 9	5,0	11,9	16,9
10 - 14	3,7	9,8	13,5
15 - 19	14,5	3,4	17,9
20 ou +	9,1	2,2	11,3

Obs.: FTP = Faixas de Tamanho dos Plantéis .

a Porcentuais calculados sobre os respectivos efetivos totais de cada faixa de tamanho.

b Inclusive um rapaz forro, de 15 anos, vivendo junto a seus pais e irmãos, todos escravos.

de 5 a 9 escravos mostrava-se menor do que naqueles formados por 10 ou mais cativos. Entre estes últimos - à exceção da faixa de 15 a 19 escravos - , os filhos legítimos correspondiam a mais de um quinto do efetivo total.⁽⁸⁴⁾ Já em 1817, o impacto dos legítimos nos plantéis com 5 ou mais cativos é, nas quatro faixas de tamanho consideradas, inferior àquele verificado em 1801; além disso, tal impacto pouco difere entre as referidas faixas, oscilando entre um mínimo de 5,4% e um máximo de 7,1%. Em 1829, os filhos legítimos recuperam parcialmente sua importância nos efetivos dos plantéis de maior tamanho; naqueles formados por 15 a 19 escravos, em especial, sua participação elevava-se a 14,5%.

Os filhos naturais, a sua vez, tendiam, em geral, a ter um peso relativo menor à medida que aumentava o tamanho dos plantéis; e isto nos três anos selecionados. Considerada, outrossim, a evolução da importância relativa dos ilegítimos ao longo do tempo, observa-se, de um lado, que, nos plantéis com menos de 10 cativos - à exceção dos plantéis unitários - tal importância diminui entre 1801 e 1817, e eleva-se novamente entre este último ano e 1829. De outro, nos plantéis formados por 10 ou mais escravos, o impacto dos filhos naturais mostrou-se, em geral, crescente no decorrer do período aludido.

Evidencia-se, pois, que o papel desempenhado pela família cativa enquanto fator de aumento do tamanho dos plantéis, embora possa ter sido relativamente relevante em 1801, mostrou-se substancialmente reduzido em 1817, tendo recuperado, em certa medida, sua importância já em 1829. Tal comportamento, decorrente das formas assumidas pelo desenvolvimento cafeeiro em Bananal, acompanha a entrada maciça de escravos na região. Nesse contexto, esperar-se-ia, ademais, que a eventual possibilidade de um crescimento vegetativo positivo da população cativa - ainda que tão-somente nos plantéis de maior tamanho - tenha sido também maior em 1801 do que

nos outros dois anos selecionados.⁽⁸⁵⁾

VI .5.5 Os cativos viúvos.

Os escravos viúvos, existentes em Bananal nos três anos selecionados, são apresentados na Tabela VI .29, de acordo com o sexo, com a presença ou não de filhos e segundo diferentes faixas de tamanho dos plantéis.⁽⁸⁶⁾ Faz-se igualmente constar, ao pé da dita tabela, a distribuição dos indivíduos aludidos consoante a origem e a cor. Observa-se, de pronto, que a grande maioria dos cativos viúvos não contavam com filhos em vivência junto a si. Esses indivíduos isolados correspondiam a 70,0% do total de viúvos em 1801, 82,6% em 1817 e 72,7% em 1829. Em contrapartida, os viúvos com filhos compreendiam 30,0% do total de viúvos em 1801, 17,4% em 1817 e 27,3% em 1829.

Entre os viúvos isolados predominavam as mulheres (71,4%) em 1801. Já em 1817, a maioria desses viúvos sem filhos era composta por homens (57,9%) e, em 1829, a supremacia numérica dos indivíduos do sexo masculino era ainda mais marcada: eles eram 6 (75,0%) em um total de 8 viúvos isolados existentes naquele ano. Por outro lado, quando se consideram os viúvos com prole, percebe-se que, nos três anos analisados, o predomínio foi sempre do sexo feminino. Em 1801 e 1829, a totalidade dos escravos viúvos com filhos era constituída por mulheres (eram 3 em cada um desses dois anos); em 1817, 3 (75,0%) em um total de 4 viúvos com filhos eram do sexo feminino.

No que diz respeito à origem dos cativos viúvos, 100,0% dos homens em 1801 eram africanos, percentual que diminuiu para 75,0% em 1817 (9 africanos em um total de 12 viúvos do sexo masculino), e que atinge novamente os 100,0% em 1829. Entre as viúvas, as africanas perfaziam 50,0% em 1801 (eram 4 as africanas e 8 o número total de viúvas naquele ano), 63,6%

TABELA VI .29

VIÚVOS E VIÚVAS , SEGUNDO VÁRIOS ATRIBUTOS
E CONSOANTE FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS
(Bananal, anos selecionados)

FTP	Viúvos sem filhos		Viúvos com filhos		H + M		
	H	M	H	M	Sem	Com	Total
					filhos	filhos	
<u>A. 1801</u>							
1-4	-	-	-	-	-	-	-
5-9	1	-	-	-	1	-	1
10ou+	1	5	-	3	6	3	9
Totais	2	5	-	3	7	3	10 ^a
<u>B. 1817</u>							
1-4	-	-	-	1	-	1	1
5-9	-	-	-	-	-	-	-
10ou+	11	8	1	2	19	3	22
Totais	11	8	1	3	19	4	23 ^b
<u>C. 1829-6^a Cia</u>							
1-4	2	-	-	-	2	-	2
5-9	-	-	-	1	-	1	1
10ou+	4	2	-	2	6	2	8
Totais	6	2	-	3	8	3	11 ^c

Obs.: FTP = Faixas de Tamanho dos Plantéis ;

H = Homens ; M = Mulheres ; H+M = Homens + Mulheres .

- a Os 2 homens eram africanos; das mulheres, 4 eram africanas e as outras 4 coloniais, sendo 1 parda e 3 pretas.
- b Dos homens, 9 eram africanos e 3 coloniais; das mulheres, 7 eram africanas e 4 coloniais. Os 3 homens coloniais eram pretos; das 4 mulheres coloniais, 1 era parda e as demais, pretas.
- c Os 6 homens eram africanos; das mulheres, 4 eram africanas e 1 colonial, sendo esta última igualmente preta.

em 1817 (7 em um total de 11) e 80,0% em 1829 (4 em um total de 5). Quanto à cor, a grande maioria dos viúvos era negra. Dos 10 escravos viúvos em 1801, apenas 1 possuía cor parda (uma mulher). Também em 1817, apenas 1 dentre os 23 viúvos então existentes era pardo, uma vez mais uma mulher. Em 1829, a totalidade dos viúvos era composta por pessoas de cor preta.

Por fim, observa-se igualmente com base na Tabela VI . 29 que, nos três anos selecionados, a grande maioria dos cativos viúvos vivia nos plantéis formados por 10 ou mais escravos. Assim, em 1801, 90,0% dos viúvos localizava-se nesses plantéis de maior tamanho. Em 1817 e 1829, os percentuais correlatos alçavam-se, respectivamente, a 95,6% e 72,7%. Essa concentração dos viúvos nos plantéis maiores, ademais, verifica-se tanto no caso dos homens como no das mulheres, e quer se trate de viúvos isolados ou de viúvos em vivência com sua prole. Tal concentração, também, vem novamente corroborar a imagem, várias vezes sugerida neste trabalho, de que nos plantéis de maior tamanho houve sempre, ao longo do período considerado, e apesar das disparidades constatadas entre os três anos enfocados, um ambiente mais favorável ao estabelecimento e ao desenvolvimento de relações familiares entre os cativos.

VI .5.6 A estabilidade das famílias escravas.

De maneira similar ao anterior, o presente capítulo encerra-se com alguns comentários sucintos acerca da possível estabilidade - ou, talvez fosse melhor dizer, da estabilidade de possível - das famílias escravas em Bananal. Uma primeira aproximação a esse tópico viabiliza-se a partir da observação da distribuição percentual das famílias cativas com um ou mais filhos sobreviventes presentes - solteiros e sem prole - , de acordo com o estado conjugal de seus respecti-

vos chefes, fornecida na Tabela VI .30. Verifica-se, no que respeita aos chefes de família solteiros, que a maioria possuía tão-somente um filho vivendo junto a si, nos três anos selecionados: 57,1% em 1801, 65,0% em 1817 e 60,5% em 1829 . É possível que tais percentuais reflitam, de um lado, a idade média relativamente baixa e a origem crescentemente africana das mães solteiras de Bananal⁽⁸⁷⁾ e, de outro, a existência de uma eventual tendência de algumas dentre essas mães casarem-se após o nascimento do primeiro filho.

De outra parte, em 1801, 28,6% das famílias escravas chefiadas por solteiros continham 3 ou mais filhos, o que talvez indique a presença, ainda que minoritária, de uniões consensuais caracterizadas pela durabilidade.⁽⁸⁸⁾ Tal percentual, contudo, atingiu apenas 5,0% em 1817, recuperando-se parcialmente em 1829, quando se igualou a 13,9%. Esse comportamento no tempo das famílias com 3 ou mais filhos chefiadas por solteiros é análogo ao que se verifica no caso daquelas chefiadas por casados ou viúvos com aquele mesmo número de filhos. Dessa forma, dentre os chefes de família casados ou viúvos com prole, possuíam 3 ou mais filhos vivendo junto a si 23,7% deles em 1801, 16,7% em 1817 e 21,7% em 1829. Mais ainda, enquanto que em 1801 contavam-se uma família com 7 filhos e duas com 4 crianças, e em 1829 havia duas com 5 e outras três com 4 filhos, em 1817 não se verificou família escrava alguma com um número superior a 3 filhos.

Adicionalmente, entre as famílias chefiadas por escravos casados ou viúvos e nas quais a prole fazia-se presente, a maioria continha um único filho, tanto em 1801 (57,9%) como em 1829 (61,6%). Todavia, o mesmo não se observou em 1817; neste último ano, o percentual correspondente alçava-se a 36,6%, enquanto que as famílias com 2 filhos perfaziam 46,7% do total de famílias com prole chefiadas por indivíduos casados ou viúvos. Talvez a maior importância relativa, em 1817, das famílias cativas com 2 filhos sobreviventes pre

TABELA VI .30

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DAS FAMÍLIAS COM UM
OU MAIS FILHOS SOBREVIVENTES PRESENTES
(Bananal, anos selecionados)

Chefes de família	Número de filhos			Total
	1	2	3 ou +	
<u>A. 1801</u>				
Casados ou viúvos	57,9	18,4	23,7	100,0
Mães solteiras	57,1	14,3	28,6	100,0
Totais	57,8	17,8	24,4	100,0
<u>B. 1817</u>				
Casados ou viúvos	36,6	46,7	16,7	100,0
Solteiros ^a	65,0	30,0	5,0	100,0
Totais	48,0	40,0	12,0	100,0
<u>C. 1829-6ª Cia</u>				
Casados ou viúvos	61,6	16,7	21,7	100,0
Mães solteiras	60,5	25,6	13,9	100,0
Totais	61,2	20,4	18,4	100,0

a Inclusive uma família formada por um pai solteiro e seu filho, e uma outra formada por um homem e uma mulher, ambos solteiros, e seu filho.

sentes, seja devida ao fato de que as mães casadas ou viúvas eram, naquele ano, em média mais velhas do que aquelas existentes quer em 1801, quer em 1829.⁽⁸⁹⁾

Uma segunda aproximação ao tema da estabilidade das famílias escravas pode ser feita a partir da análise dos elementos perturbadores da dita estabilidade, arrolados na Tabela VI.31. Entre os elementos de natureza econômica, as transações de compra e venda envolveram 29 cativos em 1801, 42 em 1817 e 28 em 1829. Esses números correspondiam, respectivamente, a 7,2%, 4,2% e 2,1% do total da escravaria existente em Bananal naqueles três anos.⁽⁹⁰⁾ Consideradas também as eventuais doações em vida e as partilhas referentes a heranças, o número de cativos afetados por esses fatores perturbadores de natureza econômica eleva-se a 31 em 1801, 46 em 1817 e 62 em 1829 (respectivamente, 7,7%, 4,6% e 4,6% dos totais da massa escrava naqueles anos).⁽⁹¹⁾

Entre as transações de compra e venda, predominavam largamente as compras, e esse predomínio mostrou-se crescente: 86,2% em 1801, 90,5% em 1817 e 100,0% em 1829. Em 1801, ademais, 24 dos 25 cativos comprados constavam da lista nominativa de habitantes como tendo sido adquiridos de fora da região do Bananal. Como sugerido no capítulo anterior, tais transações, por conseguinte, aparentemente pouco afetavam diretamente a estabilidade das famílias escravas existentes na localidade bananalense naquele ano de 1801.⁽⁹²⁾ Tendo em vista, outrossim, os comentários delineados ao longo de todo este capítulo, poder-se-ia esperar que, nos outros dois anos selecionados - principalmente em 1817 - , uma proporção ao menos um pouco mais elevada das compras ocorresse internamente à região em foco.

Os dados disponíveis nas listas nominativas de 1817 e de 1829, todavia, embora não frustrem a expectativa referida, tampouco a corroboram. Assim, em 1817, 17 (44,7%) dos 38 cativos comprados são anotados como adquiridos fora de Bana-

TABELA VI.31

ELEMENTOS PERTURBADORES DA ESTABILIDADE
DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS
(Bananal, anos selecionados)

Elementos perturbadores	1801	1817	1829-6ªCia
<u>Econômicos</u>			
Vendas	4	4	-
Compras	25	38	28
Doações em vida/heranças	2	4	34 ^a
Totais	31	46	62
- na FTP de			
1 a 9 escravos	12	6	13
- na FTP de			
10 ou + escravos	19	40	49
<u>Demográficos</u>			
Morte	12	7	15

Obs.: FTP = Faixas de Tamanho dos plantéis .

a Inclusive um plantel com 31 escravos, recebido em sua totalidade como herança.

nal; os outros 21, porém, registram-se tão-somente como cativos comprados naquele ano, sem a informação acerca do local da compra. Essa indeterminação quanto ao local da aquisição verifica-se, igualmente, para 8 (28,6%) dos escravos comprados em 1829; neste último ano, 20 cativos foram adquiridos de fora da região. De outra parte, também os registros referentes às vendas de cativos em 1817 são incompletos; anota-se a falta do escravo vendido, mas não se informa se o adquirente era ou não um escravista morador no Bananal.

Como se depreende da Tabela VI.31, o maior impacto dos elementos perturbadores, de natureza econômica, da estabilidade das famílias escravas, dava-se sobre os plantéis formados por 10 ou mais cativos. Esse comportamento acompanhava principalmente as transações de compras de escravos em 1801 e 1817, e era também influenciado, em 1829, pelo plantel de 31 cativos havido como herança. De fato, aos plantéis maiores destinaram-se 18 (72,0%) dos 25 escravos comprados em 1801, 37 (97,4%) dos 38 adquiridos em 1817 e 17 (60,7%) dos 28 comprados em 1829. Dessa forma, não obstante a presença da família escrava e seus possíveis efeitos em termos do aumento do tamanho dos plantéis de Bananal - particularmente em 1801 - , os grandes escravistas, considerados como um todo, sempre tiveram uma participação marcante no comércio de compra de cativos. Outrossim, as 4 vendas registradas em 1801 foram realizadas por plantéis de 1 a 9 escravos, e assim também o foram 3 das 4 vendas efetuadas em 1817.⁽⁹³⁾

Por outro lado, a morte, enquanto elemento perturbador da estabilidade familiar, foi sempre menos importante do que os fatores perturbadores de ordem econômica. Nas listas nominativas compulsadas, anotaram-se 12 mortes de cativos em 1801, 7 em 1817 e 15 em 1829. Dentre esses óbitos, a maioria referia-se a escravos que viviam nos plantéis com 10 ou mais cativos: 10 (83,3% dos falecimentos) em 1801, 6 (85,7%) em

1817 e 10 (66,7%) em 1829.⁽⁹⁴⁾ Ademais, o número de mortes de escravos mostrou-se, nos dois primeiros anos considerados, menor do que o de nascimentos. Assim, anotaram-se 14 nascimentos em 1801 (12 deles em plantéis com 10 ou mais cativos) e 17 em 1817 (11 deles nos plantéis maiores). Já em 1829, foram 9 os escravos nascidos, 4 deles nos plantéis de maior tamanho.

Vê-se, pois, que, nos plantéis com 10 ou mais cativos, os escravos nascidos, como proporção da escravaria adquirida por meio de compra, experimentaram uma diminuição substancial entre 1801 e os outros dois anos selecionados. De fato, tal proporção, que alcançava os dois terços (66,7%) em 1801, declina para menos de um terço em 1817 (29,7%), e para menos de um quarto em 1829 (23,5%). Essa evolução vem corroborar a idéia de que a persistência da família escrava em meio ao desenvolvimento cafeeiro em Bananal, em que pese o eventual estímulo dos senhores, foi possível tendo em vista que tal família representou, ao que parece, uma efetiva estratégia de sobrevivência empregada pelos próprios cativos.⁽⁹⁵⁾

NOTAS

- (1) Para uma discussão um pouco mais detalhada acerca desse aspecto, ver a "descrição das fontes primárias", constante do Apêndice Metodológico que acompanha este trabalho.
- (2) Lembre-se, uma vez mais, que se adotou o seguinte critério: computaram-se como forros os indivíduos explicitados como tal nos documentos analisados e também aqueles que, anotados como negros de origem africana, não eram referidos como escravos. Saliente-se, de outra parte, que o comportamento apresentado pelos elementos forros tem seu significado matizado pela pequena expressividade numérica dessas pessoas em Bananal.
- (3) Vale, no que respeita às razões de masculinidade concernentes aos forros, a mesma ressalva explicitada na nota 2 acima.
- (4) Eram os agricultores Joaquim da Silva, Ignácio Ribeiro

e João Dias Gonçalves. Este último respondia pelo total da produção bananalense de café em 1802, igual a 40 arrobas. Ainda em 1802, João Dias "vive a favor do Cap^{am} Hilário Gomes" e continua a cultivar gêneros de subsistência, além do café que vende no Rio de Janeiro. Ver AESP. 1799, 1801, 1802, Lorena, 6^a Cia. de Ordenanças. Lata 98, pacote único. Os dados de exportação de café da Vila de Lorena são também referidos por José Geraldo Evangelista. Ver EVANGELISTA, José Geraldo (1978, p. 40).

- (5) PRADO JR., Caio (1977, p. 80). Lembre-se, adicionalmente, que se instaura um clima de otimismo na colônia brasileira, tendo em vista o incentivo ao seu desenvolvimento econômico propiciado pela transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, onde permanecerá desde 1808 até às vésperas da Independência.
- (6) A esse respeito, ver a primeira metade da subseção 4.2 do capítulo III, dedicada precipuamente à discussão da hipótese aludida.
- (7) Sendo de 34,3% na 5^a Companhia e de 29,3% na 6^a Companhia de Ordenanças da Vila de Areias.
- (8) Para uma análise - mais detalhada do que os comentários delineados adiante neste capítulo - acerca desse aparente movimento de concentração da propriedade escrava entre 1817 e 1829, bem como acerca da observação de uma estrutura mais igualitária da distribuição daquela propriedade existente em 1817 vis-à-vis a verificada em 1801, ver a subseção 4.1 do capítulo III deste trabalho.
- (9) O valor de 80,0, assumido pela razão de masculinidade concernente às crianças africanas em 1801, não possui maior expressividade, pois diz respeito a tão-somente 9 indivíduos (4 meninos e 5 meninas). Já em 1817, são 33 as crianças africanas (25 meninos e 8 meninas). Por fim, em 1829, os escravos africanos com 14 ou menos anos são 166 (120 do sexo masculino e 46 do feminino).
- (10) Ver, em especial, a subseção em que são analisados especificamente os escravos pertencentes à faixa etária de 0 a 14 anos.
- (11) A análise detida que se fará, ainda neste capítulo, da evolução das famílias escravas, permitirá que se discuta se os efeitos da cafeicultura foram tão-somente "dilucentes", até mesmo "solventes" ou, ao contrário, se teria a lavoura cafeeira em alguma medida contribuído para o desenvolvimento daquelas famílias, ou ainda, se todas essas possibilidades estiveram presentes em Bananal ao longo do período considerado.
- (12) Ressalte-se que o vínculo entre a desproporção entre os sexos e a distribuição relativa dos escravos segundo o sexo e o estado conjugal - verificado também, por exemplo, em COSTA, Iraci del Nero da & GUTIÉRREZ, Horá

cio (1984, p. 316)- deve ser analisado -e o será adiante no texto- tendo em vista considerações outras , tais como o tamanho dos plantéis, pois, como já avançado no capítulo anterior e por outros autores em diversos trabalhos, o universo em que se realizavam os enlaços entre escravos não ultrapassava, em geral, os limites dos plantéis respectivos (ver, por exemplo, METCALF, Alida, 1983, p. 180-181, e SLENES, Robert W , 1984, p. 2120).

- (13) Os efetivos aludidos, caracterizados pelo número relativamente pequeno de observações, são os seguintes: a) faixa etária dos 45 aos 54 anos: 17 indivíduos em 1801, 40 em 1817 e 44 em 1829; b) 55 aos 64 anos: 6 em 1801, 14 em 1817 e 24 em 1829; c) 65 aos 74 anos: zero em 1801, 7 em 1817 e 4 em 1829; e d) 75 ou mais anos : zero em 1801, 4 em 1817 e 2 em 1829.
- (14) Como visto já no capítulo III , ambos os movimentos mencionados, de uma certa desconcentração da propriedade escrava entre 1801 e 1817 e de concentração entre este último ano e 1829, aparentemente vinculam-se à difusão e desenvolvimento da lavoura cafeeira que então caracterizam a região de Bananal. É possível também que essa fulminante penetração da cultura cafeeira naquela localidade responda pelo fato de que, tanto em 1817 como em 1829, para as faixas de tamanho constantes da Tabela VI .7, as razões de masculinidade não se apresentem crescentes à medida que se eleva o tamanho dos plantéis, ao contrário do verificado em 1801 , não apenas para Bananal, mas igualmente para Lorena, como visto no capítulo anterior (ver, também, COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B., 1987, p. 249; a mesma relação - maiores razões de masculinidade quanto maiores os plantéis - foi igualmente constatada, por exemplo, para Campinas em 1872 , em SLENES, Robert W., 1984, tabela 1, p. 2131).
- (15) Cabe lembrar aqui que, conforme visto no capítulo anterior, a concentração dos cativos nos plantéis com 10 ou mais escravos (inclusive quando se tomam apenas os casados ou viúvos, caso que será discutido a seguir no texto) atingia níveis significativamente menores em Lorena em 1801 (ver, também, COSTA, Iraci del Nero da , SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B., 1987, p.251) . Àquela data, a concentração mais intensa em Bananal vis-à-vis Lorena decorria, ao que tudo indica, da existência de um plantel em Bananal com 84 cativos, mais do que o dobro do maior plantel então existente em Lorena, e que continha sozinho 20,9% do total da escravidão bananalense. Essa concentração dos escravos nos plantéis maiores de Bananal, não obstante as flutuações verificadas ao longo do tempo, supera igualmente a casa dos 70% em 1817 e 1829; provavelmente a existên

cia, também nesses anos, de plantéis de grande porte - maiores ainda do que o grande plantel de 1801 - ,res^uponda pela superação daquela marca. Assim, um único plantel em 1817 (com 169 escravos) possuía 16,7% do to^utal da escravaria existente naquele ano em Bananal; em 1829, 6 plantéis (com 85, 86, 87, 101, 104 e 105 cativos) congregavam, conjuntamente, 24,9% da população es^ucrava arrolada nas duas listas nominativas dos habitan^utes de Bananal referentes àquele ano.

(16) Ver a nota 12 acima.

(17) Sobre a relação, em um dado ponto do tempo, entre a participação dos cativos casados ou viúvos sobre os efetivos de cada faixa de tamanho dos plantéis e os respectivos valores da razão de masculinidade, ver SLE^uNES, Robert W. (1984, p. 2120). Ver, também, os comentários às observações desse autor delineados na nota 18 do capítulo precedente deste trabalho.

(18) Lembre-se, ademais, que o pequeno número de observações nas faixas etárias superiores compromete a interpretação dos percentuais a elas concernentes. Ver, a propósito, a nota 13 acima.

(19) Conforme fora já possível detectar a partir da análise da Tabela VI .9, independentemente de uma informação mais detalhada quanto às idades dos cativos.

(20) Voltar-se-á a essa diferenciação entre os dois subperíodos referidos (1801-1817 e 1817-1829) ao longo das seções seguintes deste capítulo. Por enquanto, basta mencionar que ela vincular-se-ia aos já aventados movimentos de desconcentração-concentração da propriedade escrava que marcaram, respectivamente, os dois subperíodos, e que decorreriam das formas assumidas pela introdução e posterior desenvolvimento da lavoura cafeeira em Bananal, aliadas à evolução demográfica havida.

(21) Ver também a primeira parte do Apêndice Metodológico ("descrição das fontes primárias"). Igualmente importantes dentre as considerações iniciais que formam a seção 1 deste capítulo, são a definição que se utiliza de família, e a hipótese acerca da natureza da informação sobre o estado conjugal que consta dos documentos compulsados.

(22) A disparidade entre as populações livre e escrava, agora em termos da participação relativa dos casados ou viúvos, é também observada, por exemplo, por volta de 1830, para 22 localidades paulistas e paranaenses, em COSTA, Iraci del Nero da & GUTIÉRREZ, Horácio (1984, p. 315). De outra parte, nunca será demais repetir o comentário seguinte, de Robert Slenes: "a large difference in marriage rates and illegitimacy ratios between two groups in a population does not necessarily mean that one of them is much less prone to forming stable sexual unions, or more given to promiscuity. Ra

- ther, the two groups may be different primarily in their degree of access to, or in their willingness to seek, Church or government sanction of marriage." (SLE NES, Robert W., 1976, p. 416).
- (23) Ver AESP. 1818, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças. Lata 3, pacote único.
- (24) A opção feita encontra fundamento, por exemplo, nas observações de Robert Slenes a partir de dados disponíveis para Campinas. Segundo esse autor, tais dados "(...) refletem uma tendência, especialmente grande nos plantéis pequenos, de muitas mulheres terem o primeiro filho quando ainda solteiras, se casando pela Igreja só algum tempo depois." (SLENES, Robert W., 1984, p. 2121).
- (25) Cabe aqui mencionar, a título de comparação, que a participação do conjunto dos casados, viúvos, mães e pais solteiros e filhos legítimos ou naturais vivendo com pelo menos um de seus pais, em termos da população livre, permanece em níveis elevados nos três anos selecionados. Como já explicitado no texto, tal participação, em 1801, alcançava os 96,3%; em 1817 e 1829, respectivamente, ela corresponde aos percentuais de 92,5% e 96,2%.
- (26) Para este último ano, 1829, o percentual fornecido (18,6%) destoa daquele que se depreende da Tabela VI .5 acima (18,2%), porque os dados daquela tabela referem-se ao total da massa escrava existente em Bananal no ano em questão, enquanto que na Tabela VI .11 restringe-se aos informes atinentes à 6ª Cia. de Ordenanças. Na 5ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias em 1829, a participação relativa dos casados ou viúvos alcançava-se a 17,7% do total da escravaria.
- (27) Esse percentual, na 5ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias em 1829, atinge 73,2%; dessa forma, para aquele ano, considerando-se o total da população escrava das duas Cias. de Ordenanças que compunham a Freguesia do Bananal, a participação dos cativos de origem africana alcança 78,2%.
- (28) Tanto os crescentes valores da razão de masculinidade como a declinante participação relativa das crianças escravas foram mencionados já na seção anterior deste capítulo. Lá, o percentual indicativo do peso relativo das crianças, considerada a Freguesia de Bananal como um todo em 1829, foi de 21,1%, pois na 5ª Cia. de Ordenanças os cativos com 14 ou menos anos de idade correspondiam a apenas 19,5% da população escrava.
- (29) Note-se que, tendo em vista que a análise está centrada na localidade de Bananal, não se volta a atenção para o eventual rompimento dos laços familiares que os escravos que afluíam para Bananal possuíam em suas regiões de origem, fossem estas africanas ou outras á-

- reas da colônia.
- (30) Acerca deste último informe, ver a Tabela VI .4 acima.
 - (31) Ver AESP. 1817, 1818, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças. Lata 3, pacote único.
 - (32) Ver a nota 4 acima.
 - (33) Em 1817, entre os fogos que produziam café e açúcar, computados nas linhas "produz-se café" das Tabelas VI .12 e VI .13, verificaram-se tão-somente dois casos de plantéis com menos de 10 escravos; ambos eram formados por 8 cativos.
 - (34) Em 1817, 43,8% dos indivíduos livres que viviam em domicílios onde se produzia café, viviam também em domicílios onde não havia escravos. Esse porcentual cai para 29,3% na 6ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias em 1829.
 - (35) Este último número refere-se à 6ª Cia. de Ordenanças. O número médio de escravos por plantel em 1829, na 5ª Cia., foi de 12,37. Considerando-se, outrossim, os plantéis maiores - com 10 ou mais escravos - isoladamente, o número médio de cativos evolui de 24,15 em 1801, para 27,69 em 1817 e, em 1829, para 32,67 e 30,94, respectivamente, nas 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças.
 - (36) Disparidade análoga, lembre-se, foi verificada, com base apenas na distribuição dos cativos casados ou viúvos e independentemente da atividade característica do domicílio, a partir dos informes apresentados na Tabela VI .8 acima.
 - (37) Essa assertiva vem corroborar a sugestão feita, em uma primeira aproximação, na seção 3 deste capítulo, com fundamento, tão-somente, no informe sobre o estado conjugal dos cativos.
 - (38) De fato, a família escrava poderia até mesmo responder pela formação de um plantel com 10 ou mais escravos. É o que se verificou, ao menos em um caso, em 1801. A viúva Isabel da Silva Leme, de 81 anos, possuía 14 cativos, sendo 2 casais, um deles com 7 filhos presentes e o outro com apenas 1 criança. Portanto, tão-somente 2 escravos desse plantel não participavam, ao menos aparentemente, de relações familiares.
 - (39) Ver COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 257-258).
 - (40) Nas palavras dos autores mencionados, "(...) estamos a tratar de tema ainda pouco explorado. Justamente por isto não partimos, para a qualificação das famílias escravas, de quadro classificatório elaborado teoricamente e a priori; vergamo-nos, no caso, às evidências empíricas e a partir delas estabelecemos categorias descritivas." (COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B., 1987, p. 257). As modifica-

ções introduzidas, referidas adiante no texto, podem ser visualizadas observando-se o elenco de categorias e subcategorias que compõem a Tabela 10 do capítulo anterior, onde se comparavam as informações sobre as famílias escravas de Lorena e de Bananal em 1801.

- (41) Essa inferência foi possível porque, em Bananal, não se verificou caso algum de "casal endogâmico" no qual um dos cônjuges fosse arrolado na lista nominativa como pertencente a um proprietário outro que não o senhor do plantel em que o casal se encontrava.
- (42) Ou seja, os "casais endogâmicos com filhos" têm sua importância diminuída entre 1801 e 1817 (de 62,9% para 29,3%), recuperando-se parcialmente entre este último ano e 1829 (de 29,3% para 44,6%). Já os "casais endogâmicos sem filhos" aumentam sua participação relativa entre 1801 e 1817 (de 19,0% para 41,3%), participação essa que declina entre 1817 e 1829 (de 41,3% para 25,9%).
- (43) Claro está que essas explicações alternativas aqui elencadas não são mutuamente exclusivas, e que a elas se adiciona o sempre possível lapso cometido pelo responsável pela confecção das listas nominativas de habitantes.
- (44) Ver, por exemplo, LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1981, p. 107), METCALF, Alida (1983, p. 180-183), SLENES, Robert W. (1984, p. 2120) e COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 254-257).
- (45) Por exemplo, escreve Emília Viotti da Costa: "o número reduzido de mulheres, em geral, na proporção de 4 para 1, às vezes 5 para 1, estimulava o caráter temporário das ligações." (COSTA, Emília Viotti da, 1982, p. 257).
- (46) Trata-se da hipótese aventada por Robert Slenes para o caso de Campinas, citada à nota 24 acima (ver SLENES, Robert W., 1984, p. 2121).
- (47) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 260-261). Ver, também, a discussão sobre essa explicação privilegiada pelos autores citados que consta do capítulo anterior, discussão que se faz a partir do contexto dado pela localidade bananalense em 1801.
- (48) Ver, acerca das transações de compra e venda registradas nos documentos compulsados, a subseção dedicada à questão da estabilidade das famílias escravas que encerra este capítulo. Ressalte-se, outrossim, que são apenas 20 os casais incompletos de Bananal em 1817, e tão-somente 7 em 1829.
- (49) No primeiro caso, mencionado já no capítulo anterior deste trabalho, trata-se da família formada pelos cativos Felipe, sua mulher Tereza e seus filhos Benedita e Amador, todos adquiridos pelo Capitão Hilário do Alfe-

res Jacinto José de Castro, natural de São João Marcos. O segundo caso, referido já na seção precedente deste capítulo, trata-se da escrava Felisberta, solteira, e de seus dois filhos, José e Pumocena, ambos crianças com menos de 15 anos de idade. Ver AESP. 1802, Lorena, 6ª Cia. de Ordenanças. Lata 98, pacote único; e AESP. 1818, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças. Lata 3, pacote único. De outra parte, lembre-se igualmente que a existência de um mercado de famílias é sugerida por Frago- so e Florentino ao estudarem a região de Paraíba do Sul, no período de 1835 a 1872; ver FRAGOSO, João L. Ribeiro & FLORENTINO, Manolo Garcia (1987, p. 164).

- (50) Cabe ressaltar o relativamente pequeno número de obser-
vações que caracteriza a categoria "solteiros com fi-
lhos", em especial no primeiro dos anos considerados,
perfazendo apenas 7 casos em 1801, 19 em 1817 e 43 em
1829.
- (51) A maior intensidade da tendência referida nos plantéis
menores foi sugerida, como visto, por Robert Slenes a
partir dos dados disponíveis para Campinas (ver SLE-
NES, Robert W., 1984, p. 2121).
- (52) Em 1801, tanto os chefes de família casados ou viúvos
como os solteiros mostravam-se em média bem mais jo-
vens em Bananal do que em Lorena, conforme se depreen-
de dos dados fornecidos na Tabela 13 do capítulo ante-
rior.
- (53) A mesma sugestão havia já sido avançada, ao término da
seção 3 deste capítulo, com base na distribuição dos
escravos casados ou viúvos segundo diferentes faixas e
tárias, em especial daqueles vivendo nos plantéis com
10 ou mais cativos.
- (54) Essa inferência foi já explicitada no capítulo ante-
rior, inclusive como um indicativo da "juventude" dos
casais escravos de Bananal em 1801, em comparação aos
casais cativos de Lorena àquela mesma data.
- (55) Como se verá adiante, na subseção dedicada ao estudo
das crianças escravas, o peso relativo, no total dos
cativos com 14 ou menos anos de idade, daqueles para
os quais é impossível saber a condição de legitimidade
- exclusive os explicitamente anotados como africanos
- , era de 18,3% em 1801 e de 54,1% em 1817. De acor-
do com a hipótese sugerida, a elevação desse porcentu-
al em 1817 decorreria, em boa medida, do movimento men-
cionado de destruição de laços familiares, mesmo por-
que as crianças legítimas, correspondentes a 60,6% do
total das crianças em 1801, perfaziam apenas 20,2% da-
quele total em 1817. Uma hipótese alternativa, que não
se pode deixar de referir, é a que atribuiria a maior
presença de crianças isoladas em 1817 à mera falta de
cuidado e/ou precisão de parte do responsável pela con-
fecção da lista nominativa de habitantes. Porém, tor-

- nar-se-ia difícil explicar, segundo essa hipótese alternativa, porque essa possível falta de cuidado dar-se-ia com maior intensidade no caso das crianças do sexo masculino; assim, a razão de masculinidade das crianças com condição de legitimidade desconhecida, em 1817, era igual a 147,1. Dessa forma, a falta de cuidado do recenseador - não obstante possa eventualmente ter existido, em certa medida, até como um reflexo do próprio impacto da cafeicultura sobre as relações familiares entre os cativos - não parece um elemento suficientemente forte para explicar a existência das refe-ridas crianças e a supremacia e característica etária dos casais sem filhos naquele ano de 1817.
- (56) Sobre esse aspecto, e inclusive acerca da aparente di-ferenciação, referida adiante no texto, entre os sexos observada em 1801, ver a discussão efetuada na subse-ção 3.3 do capítulo anterior, em que se comparam as ca-racterísticas dos casais escravos de Lorena e de Bana-nal naquele ano.
- (57) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWAR-TZ, Stuart B. (1987, p. 286).
- (58) Contrariamente ao caso de Lorena naquele mesmo ano de 1801, conforme observado no capítulo anterior deste trabalho. Essa disparidade mostrava-se, por exemplo, ao serem considerados os cativos do sexo masculino com 15 ou mais anos de idade segundo a origem e o estado conjugal: enquanto que, em Lorena, 35,1% dos africanos eram casados ou viúvos contra apenas 22,3% dos coloni-ais, em Bananal, os casados ou viúvos entre os coloni-ais correspondiam a 37,1%, contra tão-somente 31,0% en-tre os africanos.
- (59) Tomando-se, outrossim, uma vez mais, o contingente masculino com idade igual ou superior a 15 anos segundo a origem e o estado conjugal, observa-se que, em Bananal em 1817, a participação dos casados ou viúvos entre os africanos (23,5%) superava a verificada entre os colo-niais (18,9%), com o que também se invertia a situação existente em 1801, explicitada na nota 57 acima.
- (60) Os escravos coloniais com 15 ou mais anos de idade e-xistentes na 6ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias em 1829 totalizavam apenas 51 indivíduos, sendo 23 do sexo masculino e 28 do feminino. Já os africanos eram 992, dos quais 711 homens e 281 mulheres.
- (61) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWAR-TZ, Stuart B. (1987, p. 286).
- (62) Ver, acerca da evolução demográfica de Bananal nas três primeiras décadas do século passado, a seção 2 deste capítulo.
- (63) Mesmo em 1801, quando, à exceção da faixa de tamanho de 10 a 14 cativos, as demais apresentavam valores

crescentes do número médio de filhos, o coeficiente de correlação linear, calculado entre o número de filhos das mães casadas ou viúvas e o tamanho dos plantéis onde elas viviam, iguala-se a $-0,13$ quando se computam todas as 38 mães escravas, e corresponde a $+0,03$ se forem excluídas as 6 mães que se encontravam nos plantéis com 10 a 14 cativos. Em 1817 e 1829, os valores do número médio de filhos nem ao menos apresentam uma tendência aparentemente crescente ao longo das diversas faixas de tamanho dos plantéis consideradas.

- (64) Cabe ressaltar que as mães solteiras eram, nos três anos selecionados, em menor número que as casadas ou viúvas. Especialmente em 1801, como visto, as observações de mães solteiras mostraram-se muito reduzidas: um total de apenas 7 casos.
- (65) Os cálculos respectivos são: a) em 1801, 69 (filhos) dividido por 63 (mulheres casadas ou viúvas); b) em 1817, 53 (filhos) dividido por 115 (mulheres casadas ou viúvas); e c) em 1829, 103 (filhos) dividido por 124 (mulheres casadas ou viúvas).
- (66) Ver a nota 24 acima. Quanto à não verificação de um menor número médio de filhos das mães solteiras vis-à-vis as casadas ou viúvas em 1801, o que contraria o esperado segundo a hipótese sugerida, saliente-se uma vez mais o número particularmente reduzido de observações que caracteriza o conjunto das mães solteiras naquele ano.
- (67) Comportamento similar constatou-se anteriormente neste capítulo quando da análise seja dos casais escravos, seja das unidades familiares cativas segundo as faixas etárias de seus chefes, ou ainda da população escrava de acordo com o estado conjugal, faixas etárias e faixas de tamanho dos plantéis.
- (68) Embora a idade média das mães solteiras seja maior em 1817 do que em 1801, e menor em 1829 do que nos outros dois anos - tal como no caso das mães casadas ou viúvas -, as disparidades menos pronunciadas e o pequeno número de observações, em especial em 1801, tornam mais arriscado o delineamento de maiores considerações acerca do comportamento ao longo do tempo do indicador referido.
- (69) Tanto em 1801 como em 1829, essa faixa etária compreende a totalidade das mães escravas casadas ou solteiras de Bananal. Em 1817, duas dessas mães deixam de ser computadas: uma delas, com 14 anos de idade, casada e colonial, tinha 2 filhos com idades entre 0 e 4 anos; a outra, com 63 anos, solteira e africana, tinha 1 filho vivendo junto a si, com idade superior a 14 anos.
- (70) Ver a discussão delineada a partir dos dados fornecidos na Tabela 20 do capítulo anterior.
- (71) Uma possível explicação para a eventual tendência das

- mães casadas africanas gerarem, em média, menos filhos que as coloniais, poderia ser uma particular reação comportamental aos rigores da escravidão. Dessa forma, conforme se aventou já na seção 3.4 do capítulo anterior, assim como as africanas mostravam-se aparentemente mais propensas ao casamento, visto como um refúgio em meio a um ambiente desconhecido e provavelmente hostil, essas mulheres talvez apresentassem uma certa relutância em trazer ao mundo filhos para viverem em tal ambiente.
- (72) De fato, nos plantéis de maior tamanho vivia a maioria das crianças e das mulheres inseridas nas faixas etárias referidas. Assim, das crianças de 0 a 4 anos, 83,3% viviam nos plantéis com 10 ou mais cativos em 1801, 67,5% em 1817 e 70,8% em 1829; tomando-se as mulheres de 15 a 49 anos, os percentuais correlatos eram de 77,4% em 1801, 73,6% em 1817 e 76,7% em 1829.
- (73) A razão de masculinidade nos plantéis de 1 a 4 cativos em Bananal em 1801 igualou-se, como visto, a 68,2.
- (74) A sugestão de que o comércio, ou ainda alguma forma de doação de escravos, poderia acarretar estimativas enviesadas dos índices gerais de fecundidade é feita por Costa, Slenes e Schwartz para o caso de Lorena em 1801, e foi citada na seção 3.4 do capítulo anterior. Porém, os autores mencionados enfatizam a possibilidade de ocorrência de um movimento oposto ao sugerido como eventualmente dominante em Bananal. Segundo tais autores, a separação entre mães e filhos tenderia a deslocar as mães para os plantéis de 1 a 4 cativos, deixando a prole nos plantéis maiores. Ver COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 275).
- (75) O critério referido, conforme explicitado já na subseção 3.5 do capítulo anterior, é o mesmo adotado por Costa, Slenes e Schwartz para o caso de Lorena em 1801 (ver COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B., 1987, p. 266). Quanto ao motivo aventado para uma possível superestimação das crianças legítimas, ver também, por exemplo, SLENES, Robert W. (1984, p. 2122-2123).
- (76) Ver COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 266). Outrossim, ao menos em alguns casos, a presença de tais crianças poderia ser devida à falta de cuidado do responsável pela confecção da lista nominativa; sobre esse aspecto, ver a nota 55 acima.
- (77) Coaduna-se, também, com o largo predomínio numérico, e com as idades em média superiores dos cônjuges, dos casais sem filhos presentes vis-à-vis os casais com prole, existentes naquele ano de 1817. Claro está, ressal

te-se, que a eventual venda de pais e mães não necessariamente manteria unidos os casais - daí, talvez, a presença dos casais incompletos - , nem tampouco ocorreria envolvendo apenas o deslocamento de escravos internamente à localidade bananalense.

- (78) Parcial, tendo em vista a diferença de expressividade numérica entre as crianças ilegítimas (que eram 27) e as de condição de legitimidade desconhecida (que eram 126). Não obstante, o eventual privilégio dado à comercialização de meninos ilegítimos, sugerido adiante no texto, poderia muito bem envolver crianças vindas de fora da região de Bananal, com o que se atenuaria esse problema oriundo do diferencial, em termos absolutos, existente entre os dois contingentes de crianças referidos.
- (79) Essa explicação é, por exemplo, similar à suposição feita para o caso de Lorena em 1801, em COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 267). É oportuna, e igualmente válida para o caso de Bananal, a seguinte observação dos autores mencionados: "Na falta de dados suficientes para corroborar a suposição aqui avançada (...), aceitamo-la com as devidas restrições, aguardando futuras pesquisas que a venham comprovar ou negar." (COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B., 1987, p. 267). Outrossim, como visto no capítulo anterior, tal suposição não era corroborada pelos dados de Bananal em 1801, e não o é, uma vez mais, pelos dados de 1829; nesses dois anos, os meninos são mais numerosos que as meninas entre as crianças ilegítimas.
- (80) Cabe ressaltar aqui que, consoante explicitado quando se discutiram as unidades familiares escravas, o aumento, ao longo do tempo, da importância da categoria "solteiros com filhos" provavelmente corresponde à verificação de dois movimentos: de um lado, um incremento no número de uniões de caráter temporário, instáveis, por força do grande afluxo populacional - predominantemente masculino - que se direciona para Bananal no decorrer do período considerado; de outro, a tendência de pelo menos algumas dentre as escravas terem o primeiro filho anteriormente ao casamento. Esses dois movimentos, de modo algum mutuamente exclusivos, poderiam, inclusive, dar-se de forma parcialmente sobreposta.
- (81) COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 267, nota de rodapé nº 19).
- (82) 90,8% deles em 1801, 91,3% em 1817 e 88,9% em 1829 (conforme Tabela 8 deste capítulo).
- (83) De fato, como se verá na última subseção deste capítulo, nos três anos selecionados, a grande maioria das transações envolvendo escravos era feita pelos plan-

- téis formados por 10 ou mais cativos.
- (84) Consoante explicitado na nota 89 do capítulo anterior, na faixa de tamanho dos 15 aos 19 escravos em 1801 constavam 2 plantéis. Em um deles, com 18 escravos, viviam 2 casais, um com 2 filhos e o outro com 1 criança, perfazendo duas famílias cuja soma de seus membros (7 pessoas) correspondia a quase dois quintos (38,9%) do efetivo total do plantel; havia, ainda nesse plantel, 2 crianças coloniais de filiação desconhecida, ambas com 13 anos de idade. O segundo plantel na faixa de tamanho em questão, com 16 cativos, não continha o registro de nenhuma família escrava, embora nele vivessem 4 crianças com 14 ou menos anos de idade, sendo 1 africana e as outras 3 coloniais de filiação desconhecida; seis desses cativos haviam sido comprado em 1801.
- (85) Tal possibilidade não pode, porém, ser descartada. Como se verá na última subseção deste capítulo, enquanto em 1801 anotavam-se na lista nomanativa referente a Bananal 14 nascimentos e 12 mortes de escravos, em 1817 tais registros atingiam, respectivamente, os valores de 17 e 7. Já em 1829, os falecimentos anotados na lista nominativa da 6ª Cia. de Ordenanças superavam os nascimentos (15 versus 9) A possibilidade de um crescimento vegetativo positivo da população cativa, ao menos nos plantéis maiores, é aventada também, como visto no capítulo anterior, para o caso de Lorena em 1801, em COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. (1987, p. 270).
- (86) Constrói-se essa tabela em termos absolutos, o que permite visualizar a reduzida expressividade numérica possuída pelos indivíduos viúvos em Bananal, nos três anos contemplados por este trabalho.
- (87) Como visto quando se analisaram as mães escravas, aquelas oriundas da África, aparentemente - ao menos em 1801 e 1829 - , apresentavam uma tendência a gerarem um número em média menor de filhos vis-à-vis as coloniais.
- (88) Lembre-se, sempre, o reduzido número de mães solteiras existentes em Bananal, em especial em 1801.
- (89) Consoante observado anteriormente, na subseção deste capítulo voltada à análise das mães escravas. Por outro lado, muito embora o predomínio das mães africanas fosse marcante em 1801 e 1829, ele também o era em 1817.
- (90) O percentual de 2,1% refere-se apenas à escravaria e - xistente na 6ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias em 1829.
- (91) Ademais, 10 escravos são registrados como acrescidos aos seus respectivos plantéis em 1817, sem no entanto

- explicitar-se a causa do acréscimo; naquele mesmo ano, 3 cativos anotavam-se como faltando, igualmente sem declaração do motivo da ausência.
- (92) Ver, a propósito, a discussão sobre os elementos per-turbadores da estabilidade das famílias cativas em 1801, constante da subseção 3.7 do capítulo anterior.
- (93) Nenhuma venda de cativos foi anotada na lista nominativa dos habitantes da 6ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias em 1829.
- (94) A concentração dos óbitos de escravos nos plantéis maiores decorre necessariamente, em grande medida, da própria concentração da população cativa como um todo nesses mesmos plantéis, assim como a concentração dos nascimentos, explicitada adiante no texto - e só não verificada em 1829 - , decorre da concentração das famílias escravas naqueles plantéis de maior tamanho.
- (95) Sobre o entendimento da família escrava como uma estratégia visando à sobrevivência em meio aos rigores da escravidão, ver, por exemplo, METCALF, Alida (1983 , p. 108).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dar-se crédito às informações transmitidas por Carneiro Maia em 1891, referidas na portentosa História do café no Brasil, de Taunay, e baseadas nas lembranças do então já centenário Joaquim Pinto, a introdução do cultivo da rubiácea na região de Bananal ter-se-ia verificado quase concomitante^{te} mente à própria fundação daquela localidade. Se, de um lado, seguindo as reminiscências do velho bananalense, a primeira plantação de café fez-se em 1782, de outro, é sabido datar de 1783 a construção da Capela dedicada ao Senhor Bom Jesus do Livramento, marco inicial do povoado. Não obstante seja controversa a definição da data exata da entrada do café no Vale do Paraíba paulista, é inquestionável a importância assumida pela cafeicultura naquela região no decurso do período contemplado por este estudo, vale dizer, as três primeiras décadas do século dezenove. O café, ao longo daqueles anos, decerto colocou-se entre os principais elementos que imprimiram sua marca na conformação do evoluer de Bananal.

Em 1801, Bananal, uma dentre oito Companhias de Ordenan^{ças} que compunham a Vila de Lorena, era uma pequena localida^{de} de perfil eminentemente rural. Os proprietários de escravos arrolados àquele ano podem ser visualizados como integrando dois grupos bem definidos: um deles, formado por poucos indivíduos, detentores de plantéis com 20 ou mais cati^{vos}, em que predominavam os senhores de engenho; o outro, abrangendo a grande maioria dos escravistas, todos possuindo plantéis com menos de 20 escravos, no qual predominavam amplamente os agricultores voltados à produção de mantimentos (milho, arroz, feijão, farinha e toucinho). São esses, em li

nhas gerais, os contornos definidores do contexto sobre o qual se dará a ação interligada do desenvolvimento cafeeiro e da evolução demográfica que caracterizarão a localidade em foco nos decênios iniciais do século passado.

Tomando-se como fontes primárias as listas nominativas dos habitantes de Bananal, observa-se o registro da produção de tão-somente 40 arrobas da rubiácea em 1802, produção essa que se eleva a mais de 4000 em 1817 e a mais de 40000 em 1829. As modestas quantidades de café anotadas na documentação compulsada atinente aos anos finais do século dezoito e iniciais do dezenove originam-se de alguns poucos fogos de agricultores que, sem o concurso da mão-de-obra escrava, encontravam-se empenhados primordialmente no cultivo de gêneros de subsistência do qual não se registram excedentes comercializáveis. Passados apenas três lustros, em 1817, quase um quarto dos domicílios bananalenses dedicavam-se - embora poucos dentre eles de maneira exclusiva - à cafeicultura ; outrossim, cultivavam o café, naquele ano, mais da metade dos indivíduos listados como proprietários de cativos. Em 1829, produzia-se a rubiácea em mais da metade dos fogos de Bananal e mais de três quartos dos escravistas contavam-se entre os cafeicultores.

Lado a lado com esse desenvolvimento da economia cafeeira, e com ele imbricado, a evolução da demografia bananalense possui o dinamismo característico do evoluer de uma população aberta radicada em região que se afigura como efetivo pólo de atração demográfica, particularmente no período entre 1801 e 1817. Assim, se eram quase 600 os indivíduos livres vivendo em Bananal em 1801, em 1817 eles ultrapassavam os 1900, retraindo-se para pouco mais de 1700 em 1829 - sobre a diminuição do número de habitantes livres entre 1817 e 1829, ver os comentários delineados nas seções III.4.2 e VI.4.1 deste trabalho. O contingente escravo, de outra parte, cresce contínua e vigorosamente: 4 centenas de cativos em 1801, 10 centenas em 1817, 23 centenas em 1829.

O saldo positivo do movimento migratório em Bananal entre 1801 e 1817 introduz alterações diversas nas características populacionais, a começar daquelas dos proprietários de escravos. Entre eles, o peso relativo dos mineiros e dos europeus diminui, assumindo maior relevância os escravistas oriundos da capitania do Rio de Janeiro e os da própria capitania de São Paulo. Torna-se mais intensa a supremacia masculina entre os proprietários e, ao mesmo tempo em que triplica a participação relativa - não obstante sempre minoritária - dos homens solteiros, eleva-se a importância relativa daqueles com menos de 30 anos de idade. Tomando por base os informes concernentes aos escravistas, é válido sugerir que o afluxo populacional direcionado para a localidade sob estudo no decurso dos três primeiros lustros do século passado tenha privilegiado em certa medida os indivíduos mais jovens, iniciando, ou há pouco tendo iniciado, sua vida adulta em uma região de povoamento relativamente recente.

Essa sugestão coaduna-se com a maior relevância adquirida pelos indivíduos comparativamente mais pobres, ao menos quando se avalia a riqueza a partir da propriedade escrava. Assim, entre 1801 e 1817, cresce o peso relativo dos fogos onde inexitem cativos; eleva-se, de outra parte, entre os escravistas, a importância relativa dos detentores de plantéis de menor porte, com 4 ou menos escravos, o que se reflete na diminuição do número médio de cativos possuído por proprietário. De fato, em 1817, vis-à-vis 1801, a distribuição da riqueza em escravos entre os escravistas assume um perfil mais igualitário. Todas essas mudanças, repita-se, dão-se simultaneamente à difusão da cafeicultura em Bananal. Na verdade, a lavoura cafeeira constituiu poderoso estímulo econômico cujo desenvolvimento não pode ser entendido em separado da evolução das características - inclusive demográficas - da população bananalense.

Se o café assemelha-se ao açúcar à medida que ambos são produzidos precipuamente visando à comercialização, aquele

deste difere por sua produção apresentar-se mais facilmente acessível aos indivíduos com relativamente poucos recursos . Introduzido na localidade estudada por uns poucos dentre os pequenos agricultores não-escravistas, o cultivo do café logo difundiu-se entre eles, bem como entre os proprietários de escravos, independentemente do tamanho dos plantéis. Muito embora não tenha sido a presença dos cafeicultores a responsável direta pela queda havida na média de cativos possuídos por escravista, é bastante plausível aventar a hipótese de que a cafeicultura, enquanto desdobramento possível de uma agricultura puramente de subsistência, tenha contribuído para o estabelecimento de um ambiente propício à proliferação mais que proporcional dos plantéis de menor tamanho em Bananal entre 1801 e 1817.

O período que se estende de 1817 a 1829 é marcado pela ampliação da disseminação da lavoura cafeeira na localidade. Concomitantemente, a população aparenta adquirir mais estabilidade: mais de um quinto dos proprietários de escravos são naturais da própria Freguesia do Bananal. Em comparação a 1817, em 1829 decresce a importância relativa dos escravistas com idade inferior a 30 anos, da mesma forma que a dos solteiros. Outrossim, diminui o peso relativo dos domicílios onde não se registra a presença de cativos e, entre os plantéis de escravos, perdem relativamente relevância os formados por menos de 5 indivíduos, observando-se uma elevação na média de cativos possuídos por proprietário. O perfil da distribuição da massa escrava entre os escravistas mostra-se mais desigual ao findar-se a terceira década do século passado do que em 1817.

Verifica-se, pois, em Bananal, entre os dois últimos anos analisados, uma tendência à concentração da propriedade escrava. Pari passu, o café, que em um primeiro momento contribuíra como um estímulo econômico ao estabelecimento - embora nunca de maneira exclusiva - de pequenos escravistas, vai aos poucos tornando explícito seu entrosamento maior com

uma agricultura dita de plantation. Assim, por exemplo, tomados os plantéis com mais de 30 cativos, não apenas seu peso - absoluto e relativo - cresce entre 1817 e 1829, mas também neles o café, de cultivo inexistente ou produzido concomitantemente com o açúcar em 1817, assume, em 1829, inquestionável primazia enquanto lavoura destinada à comercialização. Não obstante a concentração aludida, a generalização crescente do cultivo comercializável, acompanhada de inevitável aumento nos níveis de monetização da economia bananalense, manifesta-se na elevação da importância, entre os proprietários de escravos, daqueles cujas atividades características inseriam-se na categoria "negociantes ou rentistas", o que, todavia, pouco altera a natureza incipiente do grau de urbanização alcançado pela localidade.

Considerada a população escrava no decurso das três décadas sob análise, percebe-se, simultaneamente à marcante elevação de sua expressividade numérica, a ocorrência de significativa modificação de seus elementos demográficos. Assim, mostra-se continuamente crescente o valor da razão de masculinidade, de forma generalizada pelas diversas ocupações/atividades características dos domicílios entre 1801 e 1817, e particularmente no que respeita aos cativos vinculados à cafeicultura entre 1817 e 1829, o que reflete a própria difusão maior do cultivo da rubiácea, presente, neste último ano, em fogos que congregavam quase nove décimos da escravaria existente em Bananal. Adicionalmente, o contingente masculino que crescia com maior intensidade era o constituído pelos escravos com idades entre 15 e 29 anos; por exemplo, entre os cativos homens possuídos por escravistas cafeicultores, aqueles na faixa etária referida correspondiam a metade em 1817 e a mais de três quintos em 1829.

Essa demanda por mão-de-obra escrava direcionada preferencialmente para os cativos homens com idades entre 15 e 29 anos via-se satisfeita, em grande medida, através da importação de africanos. É crescente a importância relativa, espe-

cialmente entre os homens, dos escravos provenientes da África, e entre estes são em geral marcadamente superiores os valores da razão de masculinidade. Com efeito, e mormente tendo em vista o desenvolvimento cafeeiro em Bananal, esperar-se-ia que a composição ótima desejada dos plantéis fosse cada vez mais a que privilegiasse os elementos do sexo masculino em idade produtiva e, por essa via, os africanos, à medida que a importação de cativos d'África tornasse mais ágil o processo de obtenção da composição desejada. Saliente-se que a composição mencionada pôde ser alcançada em todas as faixas consideradas de tamanho dos plantéis independentemente, pois, do montante de recursos em escravos possuídos pelos escravistas.

A entrada maciça de cativos em Bananal, condicionada pelo e condicionante do evoluir da cafeicultura, ao alterar as características demográficas da população escrava da localidade, não poderia deixar incólume o conjunto das relações familiares estabelecidas entre seus componentes. Em 1801, mais da metade dos escravos bananalenses era constituída por indivíduos casados ou viúvos, mães solteiras e pelos filhos, legítimos ou naturais, solteiros e sem prole, em vivência com pelo menos um de seus pais. Tomadas as unidades familiares escravas, quase a metade inseria-se na subcategoria "casais endogâmicos com filhos", fato a indicar a possível estabilidade das famílias cativas, estabilidade esta também sugerida, por exemplo, pelo casal João e Helena, ambos escravos e com 7 filhos em 1801, o mais velho deles com 16 anos de idade. Considerada a totalidade da categoria "casais endogâmicos", com ou sem filhos, contempla-se mais de três quartos das unidades familiares cativas.

De outra parte, pouco menos de nove décimos das famílias escravas radicavam-se em plantéis formados por 10 ou mais cativos em 1801. De fato, tais plantéis conformavam um ambiente mais propício ao estabelecimento de relações familiares entre os escravos, inclusive, dado o predomínio obser

vado dos enlaces intra-plantéis, por força da maior possibilidade de escolha do cônjuge, não obstante a marcada superioridade numérica do elemento masculino.

A comparação dos informes sobre Bananal com os atinentes às quatro Companhias de Ordenanças da Vila de Lorena estudadas por Costa, Slenes e Schwartz, permitiu uma caracterização mais precisa da população escrava bananalense em 1801, em especial dos cativos que compunham as unidades familiares. Vis-à-vis Lorena, em Bananal era menor a participação relativa dos escravos com idade inferior a 15 anos, menor a importância - na verdade nula - dos filhos legítimos ou naturais com 15 ou mais anos de idade, menor também o próprio peso relativo dos filhos legítimos ou naturais; todavia, a participação relativa dos cativos casados ou viúvos era maior em Bananal, assim como a importância relativa dos casais endogâmicos, com ou sem filhos, no total das unidades familiares escravas.

Na explicação das diferenças acima arroladas, assume, ao que tudo indica, especial relevância o fato de em Bananal a concentração da escravaria nos plantéis com 10 ou mais escravos, particularmente dos cativos participantes de relações de caráter familiar, ser significativamente maior do que em Lorena. Dessa forma, uma parcela relativa mais expressiva dos escravos bananalenses vivia em plantéis nos quais a constituição de famílias mostrava-se menos difícil; daí talvez os casados ou viúvos, e mesmo os casais endogâmicos, serem relativamente menos importantes em Lorena. Por outro lado, eventualmente como consequência de um povoamento mais recente, as unidades familiares dos cativos de Bananal eram em média mais "jovens" - isto é, seus componentes possuíam, em média, idades mais baixas - , fator que ao menos se coloca entre os elementos explicativos das diferenças verificadas vis-à-vis Lorena respeitantes às crianças cativas.

Adicionalmente, o predomínio marcante das africanas entre as cativas casadas e, em especial, entre as mães escla -

vas de Bananal, enquanto em Lorena tal predomínio cabia às cativas coloniais, conduz a que se avenge a existência de fatores condicionantes das distinções entre as duas localidades não puramente econômicos ou demográficos. Assim, uma aparente maior propensão ao casamento das escravas vindas da África, bem como uma eventual tendência das mães africanas a gerarem, em média, um menor número de filhos, possíveis reações comportamentais que vêm responder aos estímulos da vida em cativo, embora presentes tanto em Lorena como em Bananal, auxiliam igualmente na compreensão das distinções referidas.

Relativamente "jovens", intensamente concentradas nos plantéis com mais de 10 escravos, aparentando possuir razoável estabilidade e abrangendo mais da metade da população cativa, tais eram, pois, as famílias escravas bananalenses em 1801, às vésperas da disseminação rápida e ampla da cafeicultura na região. Com o passar dos anos, a evolução demográfica e econômica de Bananal imprimiu sua marca sobre o relacionamento familiar entre os cativos. Em uma primeira aproximação, em meio a um efetivo movimento de estabelecimento, formação e/ou ampliação de plantéis na localidade, decresce continuamente no tempo a importância relativa dos escravos casados ou viúvos, principalmente os do sexo masculino. Se muitos dentre os homens cativos, já em 1801, permaneciam solteiros em vista da "escassez" de cônjuges em potencial, a crescente razão de masculinidade sem dúvida tornou ainda mais intensa a aludida escassez. Não obstante, permanece a concentração dos escravos casados ou viúvos nos plantéis com 10 ou mais elementos, plantéis esses que se mantêm como ambientes relativamente mais favoráveis às famílias cativas.

Somando-se aos escravos casados ou viúvos as mães/pais solteiros, os companheiros e os filhos legítimos ou naturais, solteiros e sem prole, em vivência com pelo menos um de seus pais, obtém-se um contingente que, se perfazia mais da metade da escravaria em 1801, mal e mal corresponde a um

terço em 1817 e a ligeiramente mais do que isso em 1829. De fato, a família cativa como que se diluiu em meio ao afluxo de mão-de-obra escrava direcionado para Bananal ao longo do período sob estudo. Contudo, é possível apontar a existência de determinadas distinções entre os dois subperíodos analisados - 1801/1817 e 1817/1829 - , as quais acompanham as alterações anteriormente explicitadas concernentes à estrutura da posse de cativos e que, analogamente a tais alterações, vinculam-se ao perfil assumido pela evolução demo-econômica de Bananal.

Entre 1801 e 1817, uma quadra propícia à proliferação mais que proporcional dos plantéis de menor tamanho apresenta-se como um óbice ao desenvolvimento das famílias escravas, estas sempre concentradas nos plantéis com 10 ou mais cativos. Em 1817, verifica-se que as unidades familiares escravas - ao menos as chefiadas por indivíduos casados ou viúvos - eram em média mais "velhas" do que em 1801. Outrossim, embora ainda perfizessem a maioria dentre as unidades familiares, a importância relativa dos casais endogâmicos era bem menor do que fora no despoitar do século. Em 1817 a maior parte destes casais não possuía filhos, invertendo-se a situação observada em 1801; mais ainda, e igualmente ao contrário do constatado em 1801, em 1817 os casais sem filhos eram em média mais velhos do que os com prole presente, fato a indicar que talvez se tenham tornado mais frequentes os casos de separação entre pais e filhos. Esse indício é corroborado, por exemplo, pela diminuição do peso relativo das crianças legítimas entre os dois anos mencionados, de três para um quinto do total de crianças, concomitantemente à elevação da participação relativa daquelas de filiação desconhecida, de menos de um quinto para mais da metade do total de cativos com 14 ou menos anos de idade.

Entre 1817 e 1829, a maior parte dos indicadores acima elencados "muda de sinal". Compras de escravos como as registradas na lista nominativa de 1818, nas quais predominaram

os africanos com idades inferiores a 15 anos, efetuadas principalmente pelos plantéis com 10 ou mais cativos, provavelmente incluem-se entre os fatores explicativos da existência de uma "nova safra" de unidades familiares escravas em 1829. Entre elas, eleva-se uma vez mais a importância relativa dos casais endogâmicos; os cônjuges de ambos os sexos são, em média, mais jovens do que em 1817 e também mais jovens do que em 1801. Equilibram-se as proporções entre os casais com filhos e os sem filhos; em 1829, porém, analogamente ao verificado em 1801, são os casais sem prole presente os que se mostram em média mais jovens, fato a indicar que talvez a maioria deles ainda não tivesse visto nascer seu primeiro filho. De outra parte, eleva-se para um terço o peso relativo das crianças legítimas em 1829, caindo para menos de um décimo a participação relativa das crianças de condição de legitimidade desconhecida. A concentração da propriedade escrava observada entre 1817 e 1829, e o correspondente caminho trilhado pela economia bananalense no sentido de uma agricultura de plantation calcada no cultivo do café, apontam para uma nova fase de relativa estabilidade e desenvolvimento das famílias escravas.

Assim, pois, a estrutura da posse de cativos e a família escrava evoluíram de forma interligada no decurso das primeiras décadas do século passado em Bananal. Essa evolução deu-se tendo por pano-de-fundo, de um lado, a introdução e disseminação da cafeicultura na região e, de outro, o evolver demográfico da localidade em questão. Tal pano-de-fundo imprimiu àquela evolução um ritmo marcado pelo dinamismo. Em meio a esse dinamismo, no mútuo condicionamento entre estrutura de posse e família escrava, a influência maior foi sempre exercida pelo primeiro desses elementos. Mesmo em 1801, o potencial de acumulação em escravos representado pela família cativa e medido pela participação relativa dos filhos legítimos + naturais no total da escravaria, segundo faixas de tamanho dos plantéis, pouco ultrapassara, na melhor das hipó

teses, a marca dos 25%. Nos lustros seguintes, a família escrava foi como que arrebatada pelo turbilhão cafeeiro. Não obstante, as relações familiares entre os cativos não desaparecem de todo e, inclusive, vivenciam, ao que tudo indica, os princípios de um período menos adverso, à medida que a cafeicultura desenvolve-se em direção a uma agricultura de plantation.

APÊNDICE METODOLÓGICO

DESCRIÇÃO DAS FONTES PRIMÁRIAS E TRATAMENTO DISPENSADO AOS DADOS

1. Descrição das fontes primárias

As fontes primárias que fundamentam empiricamente este trabalho são as listas nominativas de habitantes referentes à localidade de Bananal e correspondentes a alguns anos escolhidos dentre as três primeiras décadas do século dezenove. Nunca será demasiadamente encarecida a importância desses levantamentos censitários para o estudo da história do período proto-estatístico do passado brasileiro.⁽¹⁾ Tais documentos, escrevem Cardoso e Brignoli, "(...) servem para uma análise do estado de uma população em dado momento, embora eventualmente permitam tirar, ainda, algumas conclusões sobre sua evolução possível".⁽²⁾ Ambas as aplicações sugeridas pelos autores citados encontram-se, como se viu, desenvolvidas ao longo deste trabalho.

O estudo empreendido viabilizou-se tendo em vista a conservação, no Arquivo do Estado de São Paulo, onde se acham disponíveis para consulta, bem como a riqueza de conteúdo, das fontes documentais manuscritas acima referidas. De fato, uma característica material, vale dizer, o estado de preservação, e outra concernente ao seu conteúdo, qual seja, o registro explícito das famílias escravas, elegeram-se como critérios fundamentais na seleção das listas nominativas utilizadas, as relativas aos anos de 1801, 1817 e 1829.⁽³⁾ Àque - las datas, consoante o quadro histórico delineado anterior -

mente, a comunidade bananalense correspondia, respectivamente, à 6ª Companhia de Ordenanças da Vila de Lorena, à 4ª Companhia de Ordenanças da Vila de Areias e às 5ª e 6ª Companhias de Ordenanças da Vila de Areias.

São os seguintes os títulos dos códices escolhidos, aos quais se acrescentam os nomes dos responsáveis pelo levantamento, bem como as datas em que foram apresentados:

1. "Anno de 1801 - Mappa dos habitantes existentes da Sexta Companhia de ordenanças da Freg^{za} das Areas em o Bairro do Bananal Destricto da Villa de Lorena em o pres^{te} anno e seus nomes, empregos, naturalid^{es}, idades, estados, cores e occupaçoens com expecificação das cazualid^{es} q. acontecerao em cada hua das e suas respetivas famillias desde a fatura das listas do anno anterior". Datada aos 16 de dezembro de 1801, assinada pelo Capitão Pedro Gomes Nogueira Montenegro;
2. "Mappa Geral dos Habitantes na 6ª Comp^a de Ordenanças em a frg^a do Bananal destr^o da Villa de S. Mig^{el} das Areias seus nomes, Impregos Naturalid^{es} Estados Idades Cores ocupaçoens com especificação das casualid^{es} que acontecerão em cada hua das familias em o prz^e Anno de 1817". Datada aos 12 de abril de 1818, assinada pelo Capitão Francisco Álvares da Cunha de Carvalho;
3. "Mappa geral dos habitantes existentes da 5ª Comp^a de Ordenanças da Fregues^a do S^r Bom Jezuz do Bananal Termo da Villa de S. Miguel d'Areas. Seus nomes, Empregos, Naturalid^e, Id^s Estados, Cores, Ocupações, e Casualid^{es}, q. acontece no anno de 1829". Datada aos 17 de fevereiro de 1829 e assinada pelo Capitão Francisco Pinto do Nascimento;
4. "Mappa geral dos abitantes Exsistentes da 6ª Comp^a de ordenanças da Freg^a do S^{nr} Bom Jezus do Bananal Termo da V^a de Sam Miguel das Areyas Seos Nomes Impregos Naturalid^{es} Idades Estados Cores Ocupaçoins e Czuald^{es} que aconteceu No anno de 1829". Datada aos 11 de abril de 1830, assina-

da pelo Alferes Comandante Interino Francisco de Aguiar Vallim.

Observe-se, quanto ao segundo dos códigos referidos, que se trata, em verdade, da relação dos habitantes da 4ª Cia. de Ordenanças, e não da 6ª, como consta do título manuscrito. O equívoco do relator da lista, provavelmente, é atribuível ao fato de ser de 1817 o primeiro recenseamento após a elevação à condição de Vila da Freguesia de Areias, antes parte integrante da Vila de Lorena, da qual Bananal formava a 6ª Cia. de Ordenanças, como especificado, por exemplo, no título do código de 1801. Já em 1818, tal equívoco não mais se verifica.

No que respeita ao terceiro dos documentos mencionados, a data condizente deveria ser 17 de fevereiro de 1830. O lapso do Capitão Francisco Pinto do Nascimento não foi, de outra parte, cometido por qualquer um de seus pares, responsáveis pelas listas de 1829 referentes às demais Companhias de Ordenanças da Vila de Areias, todas elas datadas no período de janeiro a abril de 1830. Não se pode, todavia, descartar a hipótese de o aludido lapso dever-se ao fato de ter o Capitão Nascimento simplesmente atualizado os dados da lista do ano anterior, quiçá um procedimento adotado amiúde.

Uma forma de verificar essa hipótese é a observação das frequências das diversas idades. Em geral, são mais frequentes aquelas terminadas em 0 ou 5, tendo em vista sua atribuição o mais das vezes presumida; a simples atualização de lista(s) de ano(s) anterior(es) implicaria um deslocamento nas maiores frequências etárias. De fato, ao que tudo indica, a hipótese avançada é procedente. Assim, por exemplo, são computados, na lista em questão, 24 indivíduos com 10 anos de idade, enquanto são 46 aqueles com 11 anos; analogamente, anotam-se 23 com 20 e 147 com 21 anos, 44 com 25 e 62 com 26 anos, 9 com 30 e 99 com 31 anos, 5 com 40 e 54 com 41 anos, 3 com 50 e 28 com 51 anos, 5 com 60 e 19 com 61 anos. Um pa-

drão semelhante ocorre quando se toma a lista atinente à 6ª Cia. de Ordenanças, naquele mesmo ano de 1829, a indicar que a eventual atualização da relação de habitantes do ano anterior não teria sido uma atitude isolada do Capitão Francisco do Nascimento.

Reproduzem-se, nas páginas que seguem, a título ilustrativo, fragmentos extraídos de cada um dos documentos aludidos. A simples observação desses excertos já evidencia o rico teor que caracteriza os levantamentos censitários compulsados. Deles constam, organizadas a nível de "fogo"⁽⁴⁾, as seguintes informações: nome completo ou prenome e naturalidade do chefe do domicílio e de sua esposa, quando for o caso; prenome e naturalidade dos filhos do chefe do domicílio, nele presentes por ocasião do arrolamento; prenome ou nome completo e naturalidade dos demais familiares e/ou agregados; patente militar, título ou condição de eclesiástico; prenome e "nação" de origem dos escravos pertencentes à unidade domiciliar; para todos os indivíduos, idade, estado conjugal, cor e condição social; atividade econômica/ocupação desempenhada; produção/rendimento e sua destinação; dados comparativos da situação descrita à época da feitura da lista em relação àquela verificada no levantamento anterior.

Algumas considerações adicionais devem ser feitas com respeito a cada um dos manuscritos escolhidos para análise. É patente a diligência que norteia a confecção da lista de habitantes de 1801. Faz-se ela notar, por exemplo, pelas observações constantes da coluna "ocupações e casualidades", cujo detalhe atinge o ponto de referirem-se a fogos que nem mais existiam de fato, ou apresentavam-se desabitados por ocasião do recenseamento. Assim, entre os fogos de números 1 e 2, escreveu-se na dita coluna: "falta nesta lista comparada com a do anno paçado o Alf^{es} desta Comp^a q. paçou a Cap^{am}"; já entre os fogos 3 e 4, declarou-se que "falta nesta lista comparada com a do anno paçado a caza q. se numerou em

BANANAL 1901 - Ca. CIA. DE ORDENAÇÕES DE LORENA

Locos	Nomes, empregos, e naturalid ^{es}	Idades	Estados	Cor ^{es}	ocupações, e casualid ^{es}
6	Maria Rib ^o Barboza n ^{al} de Guarat ^a Escr ^{os}	71	V	B	Agricultora Colheo este anno Milho 60 algr ^{es} Feijão 5 Far ^a 20
	João Angolla	51	S	N	Esta produção gastou com sua fam ^a
	João Angolla	31	S	N	
	Jozé Angolla	49	S	N	Falta nesta lista compara- da com a do anno passado seu f ^o , Ignacio Rib ^o Barboza
	Jozé Angolla	51	S	N	
	Fran ^{co} Angolla	31	S	N	q. se cazou com Gertrudes Maria de Oliv ^a n ^{al} de Tauba- thé, e esta morando neste m ^o
	Bernardo Crioulo	14	S	P	
	Roque Crioulo	17	S	P	bairro, e levou com sigo o escr ^o Matheus Angolla
	Manoel Crioulo	5	S	P	
	Quiteria Angolla	27	S	N	
	Maria Dito	29	S	N	
	Theraza Dito	21	S	N	
	Ign ^{ca} Dito	14	S	N	
11	João Corr ^a da S ^a n ^{al} de Lorena	26	C	B	Agricultor Colheo este anno Milho 8 algr ^{es} Feijão 2 Far ^a 20
	Ign ^{ca} Maria sua m ^{er} n ^{al} de Guarat ^a Pos	22	C	B	Esta produção gastou com sua fam ^a
	Claudio n ^{al} desta Freg ^{za}	4	S	B	Não ouve acrescimo, p ^{er} o diminuição na m ^a o pres ^{te} anno
104	Ant ^o Dias n ^{al} de S. João Marcos	44	C	P	Off ^{al} de Pedreiro Em q. ganha annualmen- te 250000
	Anna Theraza sua m ^{er} n ^{al} da Ilha Gr ^o Pos	22	C	P	Compra mantim ^{to} p ^a seu cus- tento
	Maria n ^{al} desta Freg ^{za}	12	S	P	Falta nesta lista compa- rada com a do anno passado sua f ^a Escolastica q. mor- reo
	Bernd ^a n ^{al} da m ^a Pos	9	S	P	
125	Ign ^{co} Rib ^o Barboza Sold ^o da Caval ^a n ^{al} de Guarat ^a	34	C	B	Agricultor Colheo este anno Milho 10 algr ^{es} Feijão 2
	Gertrudes M ^a sua m ^{er} n ^{al} de Tau- bathé Escr ^{os}	19	C	B	Esta prod ^a gastou com sua fa- milia
	Matheus Angolla	24	S	N	Não ouve acrescimo nem di- minuição na m ^a o pres ^{te} anno
	Gertrudes Crioula	17	S	N	

BANANAL 1317 - 4a. CIA. DE ORDENAÇAS DE AREIAS

Fogos	Nomes	Empregos	Naturalid ^{es}	Idades	Estados	Cor ^{es}	Ocupações	Casualid ^{es}
31	Manoel Rabelo da Rosa	n ^{al} d ^{ls} a		41	C	B	Agricultor	
	Theressa M ^a m ^{or} d		Cort ^a	46	C	B	Colheo Milho Alq ³	150
	filhos						feig ¹	22
	João	desta		17	S	B	Aguard ^e fes ..	12
	Flavio	"		15	S	B	Consumio em casa	
	Maria	"		12	S	B	Caffe a ^s	32
	Ritta	"		11	S	B	Tou ^{co}	40
	Manoel	"		9	S	B	Asucar	24
	Escl ^{os}						Exportou p ^a a Corte	
	Manoel	g ^e		29	C	N	Acrese J ^e escl ^o q ^e nasceo	
	Sipriana m ^{or}	g ^e		28	C	N		
	João f ^o	cr ^o		4	S	N		
	Antonio d ^o	"		2	S	N		
	Jose d ^o	"	6	3	S	N		
	Andre	g ^e		13	S	N		
	João	g ^e		19	S	N		
	Jenoveva	cr ^a		41	S	N		
139	Januario Martiniano	n ^{al} dM ^{as}		25	C	P	Off ^{al} de Sapateiro	
	Joacina Corr ^a m ^{or}	Taibaté		24	C	P	acrese o f ^o J ^e q nasceo	
	Filhos							
	Anna	desta		4	C	P		
	Jose	"	6	3	S	P		
362	C R ^{do} João Ant ^o Barata	n ^{al} Cort ^a		23	E	B	Vive de suas ordens	
	Mariana Fran ^{ca} sua Mai	d ^o		50	C	B	Acrese sua Mai e a escrava	
	Escl ^{os}						Theresa	
	Antonio	g ^o		18	S	N		
	Bernardo	"		20	S	N		
	Raffino	"		20	S	N		
	Theresa	cr ^a		20	S	N		
77	Luis Antonio	n ^{al} dTaibate		32	S	N	Agricultor	
	Vicente Ant ^o I ^r	"		23	S	N	Colheo m ^o alq ³	12
	Jose Ant ^o Agr ^o Pirahy			20	S	B	feig ...	25
							Consumio em casa	
							Acrese o I ^r e o Agr ^o	
405	Jose Fr ^a Gomes	n ^{al} S. J. M.		20	C	P	Novo habit ^e	
	Joanna M ^a	"		14	C	P		

BANANAL 1920 - 5a. CIA. DE ORDENANÇAS DE AREIAS

Folios	Nomes	Empregos	Naturalid ^{es}	Idades	Estados	Corres	Ocupações	Casualid ^{es}
66	Maximo Rib ^o n ^{al} de Guarat ^a Rita M ^a m ^{er} n ^{al} desta			51 27	C C	B B	Agricultor Colheu m ^o 35 alc ^s Feijão 20 d ^{os} Arroz 25 d ^{os} t ^o arr ^s 30	
	Anna n ^{al} d ^o Mamoel n ^{al} d ^o	F ^{os}		6 3	S S	B B	Cafe 200 a ^s vendeo p ^a o Rio a 2400 o dr ^o consumo tudo em casa	
	Ant ^o n ^{al} de Guine João n ^{al} d ^o Jose n ^{al} d ^o	Escr ^{os}		41 31 29	C C S	N N N		
	Mamoel n ^{al} desta Felipa n ^{al} d ^o Maria n ^{al} de Guine Catarina n ^{al} d ^o Rita n ^{al} d ^o			4 2 27 21 15	S S C C S	N N N N N		
92	João Ferr ^a n ^{al} de Taibat ^o Gertrudes sua agre ^{cia} n ^{al} desta Tristão agre ^{cia} n ^{al} d ^o			49 2 11	V S S	B P P	Agricultor Colheu m ^o 30 alc ^s Feijão 25 d ^{os} Arroz 30 d ^{os} t ^o 10	
	Dom ^{os} n ^{al} de Guine João n ^{al} d ^o Simão n ^{al} d ^o João n ^{al} d ^o Josefa n ^{al} d ^o Angelica n ^{al} d ^o Maria n ^{al} d ^o Catarina n ^{al} d ^o	Escr ^{os}		12 23 10 25 15 18 12 11	S S S C C S S S	N N N N N N N N	Cafe 150 a ^s vendeo p ^a o Porto de Mangaratiba e o dr ^o e o mantin ^{to} gastou	
14	João Bap ^{ta} n ^{al} de Minas m ^{er} Maria Magdalena			39 15	C C	B P	Agricultor Colheo m ^o feijão cafe e tudo pouco, e consumo em casa	
27	Maria Forra n ^{al} de Guine Joaquina f ^a n ^{al} desta			61	V	N	Colheo cafe 10 a ^s vendeo a 1000 e gastou	
108	Vicente Nunes n ^{al} de Taubate m ^{er} Anna Alves n ^{al} desta			31 21	C C	B B	Ag ^r Novo habitante	

BAIANAL 1922 - 6a. CIA. DE ORDENANÇAS DE AREIAS

Fogos	Nomes	Empregos	Naturalid ^{es}	Idades	Estados	Cores	Ocupações	Casualid ^{es}
7	Joac ^m Pereira	nal de taibate	39	C	B		Vive de sua venda empregou	
	Paula	nal de pirai	37	C	B		300000 lucrou 10\$000	
	João f ^o	nal desta	13	S	B			
10	Jose Victorino	da S ^a Sold ^o	24	C	B		Agricultor colheu m ^o	
	da Caval ^a	nal das Ilhas	29	C	B		12 alc ^o Feijão 6 d ^o	
	Maria Josefa	mer n ^{al} desta					Aros 12 d ^o Far ^a 10 d ^o	
	Filhos						gastou em casa	
	Theodoro	nal da Ilha Gr ^e	5	S	B		t ^o arr ^s 7	
	Rosa	nal d ^o	4	S	B			
	Maria	nal desta	3	S	B			
	Escravos							
	Agostinho	nal de Guine	26	C	N			
	Isabel	mer n ^{al} de Guine	19	C	N			
	An ^{to} f ^o	nal da Ilha Gr ^e	4	S	N			
	Luis	nal de Guine	19	S	N			
	Maria	nal de Ilha Gr ^e	3	S	N			
14	Ilena Maria	nal de S. J. M.	51	V	B		Agricultor colheu m ^o 24 alc ^o	
	Escr ^{os}						Feijão 12 d ^o Aros 10 d ^o Far ^a	
	Joac ^m	nal de guine	21	S	N		12 d ^o gastou em casa	
	An ^{to}	nal d ^o	41	C	N		Cafe 106 a ^s vendeu na Ilha Gr ^e a	
	Maria	mer n ^{al} d ^o	25	C	N		2920 o dr ^o de m ^o de seu	
	Cnorio	nal d ^o	13	S	N		agregado An ^{to} Ratos que m ^o ouce	
	Cnorato	nal d ^o	16	S	N		t ^o arr ^s 3	
	Theresa	nal d ^o	21	S	N			
22	Antonio Joac ^m	nal de Mas	47	C	P		Vive de seu of ^o de Alfaiate	
	Francisca Mar ^a	mer n ^{al} d ^o	13	C	P		lucrou 600000 gastou acresce	
							sua m ^o Fr ^{ca}	
13	Joac ^m An ^{to}	nal de Taubate	23	C	B		Agricultor nada colheu	
	Josefa Maria	mer n ^{al} do R ^o	21	C	B			

Nº 5 por se aulzentar".⁽⁵⁾

Não obstante o zelo denotado, dos 125 fogos que compunham a 6ª Companhia de Ordenanças de Lorena em 1801, apenas 124 foram considerados. A descoberta de um registro em duplicidade responde pela diferença apontada. Trata-se de Manoel Xavier dos Santos, angola, 27 anos de idade, casado, negro e de sua mulher Anna, crioula, também negra e com a idade de 12 anos. O casal, que o recenseador informa ser "novo principiante", compõe o fogo de número 26 e igualmente (ipsis litteris) o de número 99.⁽⁶⁾ Computou-se tão-somente o primeiro desses assentos, mesmo porque a duplicidade em questão não mais se verifica no levantamento censitário relativo a 1802.

Um menor desvelo parece pautar a feitura da relação de habitantes de 1817. A ausência de alguns informes, por exemplo, quanto à naturalidade dos indivíduos, acarretou uma recorrência mais freqüente às listas nominativas concernentes a anos próximos àquele. No entanto, o mesmo nível de detalhe percebido no arrolamento de 1801, é ainda aqui observado. Dessa forma, por exemplo, faz-se da lista constar que Cassiano Gomes Nogueira, alferes, "achace mudado p^a a V^a de S João Marq. distr^o da Corte".⁽⁷⁾ Por outro lado, também em 1817 o número de fogos computados, 449, difere daquele que se infere da numeração empregada pelo recenseador. É que este utiliza um mesmo algarismo para a identificação de duas diferentes residências.⁽⁸⁾

Conforme salientado anteriormente neste trabalho, a lista nominativa dos habitantes da 5ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias, em 1829, diferencia-se de todos os demais levantamentos censitários aqui considerados pela inexistência do registro explícito das famílias escravas.⁽⁹⁾ Essa deficiência dos dados pode ser verificada nos fragmentos apresentados, extraídos a partir daquele documento manuscrito. Nota-se, por exemplo, que na relação dos escravos pertencentes a Maximo Ribeiro, natural de Guaratinguetá, os indivíduos casa

dos aparecem agrupados segundo o sexo. Assim, Antonio e João - ambos negros da Guiné - , casados, encontram-se listados em seqüência; Maria e Catarina, igualmente casadas e negras da Guiné, são listadas bem mais abaixo, também uma em seguida à outra. Estariam aí presentes dois casais ? Em caso afirmativo, que critério utilizar na formação dos pares? Mais ainda, não seriam os escravos Manoel e Felipa, respectivamente de 4 e 2 anos de idade, eventualmente filhos desses casais ?

Esse exemplo dado pelo domicílio de Maximo Ribeiro é extensivo a vários outros casos na Companhia de Ordenanças em foco. Mesmo quando, como no fogo número 92, de Joaquim Ferreira - também constante dos fragmentos acima apresentados - , natural de Taubaté, são apenas dois os escravos casados, um de cada sexo e aparecendo em seqüência, primeiramente o homem e depois a mulher, não se observa o termo que, sem deixar margem a dúvidas, marcaria o relacionamento conjugal entre os dois indivíduos cativos, João e Josefa. A ausência da expressão "m^{er}" (mulher, esposa), tão comum em todas as listas utilizadas, aliada à forma de assentamento dos escravos, adotada pelo responsável pelo arrolamento na 5ª Companhia de Areias, semeia a dúvida também em casos como esse. Tais exemplos são suficientes para evidenciar as restrições postas à análise da família escrava a partir dos dados da lista nominativa em questão.⁽¹⁰⁾

A numeração dos fogos, ainda no documento respeitante à 5ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias em 1829, encerra pelo menos um equívoco do responsável por sua confecção, engano este bastante semelhante ao cometido pelo recenseador de 1817. Ao deixar de numerar um dos fogos em seu levantamento, o número correspondente ao último dos fogos da lista subestimaria o verdadeiro total de residências, que são em número de 184.⁽¹¹⁾ Tal subestimação não se verifica de fato pela falta, no documento aludido, dos fogos de números 163 e 164.

(12) Como o fogo 162 é o último do verso de uma página do censo e o de número 165 é o primeiro da folha seguinte, torna-se impossível afirmar se se trata de outro erro do responsável pela feitura da lista, ou se houve a perda de uma folha onde teriam sido registrados os dados dos dois fogos mencionados. (13)

Por fim, há que se referir ao último dos manuscritos compulsados, a lista nominativa dos habitantes da 6ª Companhia de Ordenanças da Vila de Areias em 1829. Neste documento, volta-se a observar o registro explícito das famílias escravas, tal como verificado nos levantamentos correspondentes a 1801 e 1817. Além disso, cabe mencionar que o arrolamento atinente à 6ª Cia. de Areias distingue-se das demais relações de habitantes selecionadas no que diz respeito à numeração dos fogos. Aqui, o recenseador torna ao número 1 a cada novo bairro arrolado; sendo sete os bairros que compõem a referida 6ª Companhia, são sete os subtotais de fogos constantes do documento. (14)

2. Tratamento dispensado aos dados

Antes do mais, trata-se nesta seção de elaborar uma estratégia que permita a exploração dos documentos descritos na primeira parte deste apêndice. Procura-se, então, desenvolver uma metodologia a ser aplicada na coleta de dados. (15)

Como observa Louis Henry, "para o Brasil, é preciso criar um modelo que permita o levantamento ordenado das informações das listas nominativas dos séculos XVIII e XIX." (16) Na tentativa de criação desse modelo é preciso ressaltar que se foge ao estrito escopo ditado pelos objetivos perseguidos neste estudo; isto porque a perspectiva adotada é a de procurar, na medida do possível, compor um conjunto de registros que reproduzam o documento original. (17)

Essa perspectiva, cumpre ainda salientar, perfilha-se de caso pensado, pois acredita-se que este deva ser o procedimento adequado, mesmo nos casos em que o pesquisador não se proponha à utilização, ao menos imediata, de parte dos informes disponíveis. A massa de dados colhida permaneceria já codificada, seja para ulteriores análises do próprio pesquisador que a colheu, seja para utilização por outros estudiosos que a ela teriam acesso de maneira menos trabalhosa. Crê-se, adicionalmente, ser aconselhável incorporar ao modelo proposto as possibilidades abertas com o recente desenvolvimento da informática⁽¹⁸⁾; em outras palavras, as informações coletadas devem sê-lo em forma própria para posterior análise computacional.⁽¹⁹⁾

Na página seguinte, apresentamos o modelo da ficha de codificação (lay-out) adotada na transcrição dos dados das listas nominativas para os cartões perfurados, elaborada com fundamento na perspectiva acima explicitada⁽²⁰⁾ e, repita-se uma vez mais, tendo em vista a riqueza de conteúdo das relações de habitantes disponíveis para Bananal. Os informes colhidos, distribuídos ao longo das 80 colunas que compõem o lay-out, são discriminados abaixo, expondo-se, de maneira sucinta, as regras observadas na sua codificação. Ademais, procura-se, sempre que se creia necessário, chamar a atenção para alternativas possíveis na transcrição dos dados, que evidenciem a generalidade que se objetiva alcançar com o modelo empregado neste trabalho.

- coluna 1 : identificação-I

Código identificador da lista nominativa em questão. Por exemplo: "1" para Bananal 1801, 6ª Cia. de Ordenanças da Vila de Lorena.

- coluna 2 : identificação-II

Código identificador auxiliar, visando a um maior nível de detalhamento. Por exemplo: "3" para Bairro do Rancho.

Estas duas colunas da ficha de codificação destinam-se às informações que constituem como que o seu "cabeçalho", situando, no tempo e no espaço, os diversos domicílios e os indivíduos neles relacionados.⁽²¹⁾

- colunas 3 a 5 : número sequencial de identificação do domicílio.

- colunas 6 a 9 : número sequencial de identificação do indivíduo.

Ambas as contagens constantes das colunas indicadas realizam-se para cada uma das listas nominativas compulsadas, vale dizer, para cada um dos códigos da coluna 1.

Antes mesmo do manuseio desses documentos, foi possível determinar o número de colunas necessárias à numeração dos domicílios e dos indivíduos de Bananal, pois Daniel Pedro Müller já informara, referindo-se a 1836, ser aquela cidade habitada por 6.708 pessoas, distribuídas por 194 fogos.⁽²²⁾

- colunas 10 a 13 : código indicativo, no caso de indivíduos livres e forros, de sua classificação na "estrutura geral da população"; para os escravos, preenche-se com o número atribuído ao correspondente plantel (isto é, grupo de cativos pertencentes ao mesmo proprietário).

A informação prestada nestas colunas, para os elementos cativos, é a seguinte: cada plantel é identificado pelo número que seu proprietário recebe nas colunas 6 a 9 e cada escravo é, por esse mesmo número, vinculado ao plantel a que pertence e, portanto, também ao seu respectivo proprietário. Tendo em vista os dados mencionados, fornecidos por Müller, reservou-se a priori e com uma margem para mais de mil indivíduos, os números de "0001" a "7998" para a referida identificação dos plantéis.⁽²³⁾ A estrutura geral da população compõe-se, além dessa codificação dos escravos explicitada, igualmente de uma classificação para os demais indivíduos (li

vres e forros), mediante a qual se enfatizam as categorias proprietário/não proprietário de escravos e dependente/agregado.

Pela atribuição dos códigos elaborados é possível saber, para cada domicílio e independentemente das demais informações constantes da ficha de codificação, se o chefe do domicílio é proprietário de escravos ou não, quantos dependentes (proprietários ou não) e quantos agregados (proprietários ou não) a ele estão vinculados, bem como quantos dependentes e agregados (proprietários ou não) acham-se ligados, por sua vez, àqueles dependentes e agregados.⁽²⁴⁾ Como exemplo da codificação adotada, tem-se: "8001" para chefe de domicílio proprietário; "8002" para proprietário, dependente de 8001; "8006" chefe de domicílio não proprietário; "8103" para não proprietário, dependente de 8002 etc.

- colunas 14 a 16 : indicação do tamanho do plantel.

Para cada proprietário de escravos informa-se, nestas colunas, o número total de cativos pertencentes ao mesmo. Repete-se este número, nas mesmas colunas, para todos os escravos integrantes do plantel. Para os indivíduos livres e forros, que não possuam escravaria, utiliza-se o código "999".

- coluna 17 : código identificador da natureza da contagem de grupos de indivíduos.⁽²⁵⁾

- colunas 18 e 19 : numeração seqüencial do grupo no plantel, para escravos, e do grupo no domicílio, para livres e forros.

As colunas acima devem ser interpretadas conjuntamente. O código "1" colocado na coluna 17 indica que a contagem, efetuada nas duas colunas seguintes, refere-se aos grupos de livres e forros, dentro de cada domicílio. Já os códigos "2" a "6" dizem respeito aos eventuais plantéis de escravos existentes na unidade domiciliar; dessa forma, a cada plantel no

domicílio, ou seja, a cada um dos códigos mencionados, corresponde uma numeração seqüencial, nas colunas 18 e 19, dos respectivos grupos de escravos. Os códigos "7" e "8", na coluna 17, reservam-se para os casos de plantéis nos quais haja um total de grupos de cativos superior a 99. Por fim, quando a própria identificação de tais grupos não é possível, todas as três colunas em questão preenchem-se com o algarismo "9".

Um exemplo dessa contagem de grupos é dado na Tabela AM-1. Reporta-se, para tanto, aos fragmentos das listas nominativas compulsadas, reproduzidos anteriormente neste apêndice. Mais especificamente, é utilizado o fogo de número 125 do levantamento censitário realizado em 1801, relativo à 6ª Cia. de Ordenanças de Lorena. Nesse fogo, moram o casal Ignácio e Gertrudes Maria e seus dois cativos, Matheus e Gertrudes. Sendo Ignácio livre consigna-se, na linha respectiva, o código "1" na coluna 17; como se trata do primeiro grupo de livres no domicílio, preenche-se as colunas 18-19 com o código "01". Tais códigos são repetidos na linha atinente a Gertrudes Maria, esposa de Ignácio. Quanto aos escravos, lança-se o código "2" na coluna 17; sendo, ademais, dois indivíduos solteiros, sem vínculo aparente entre si, eles perfazem dois grupos distintos, numerados seqüencialmente nas colunas 18 e 19. Observa-se da tabela, também, que a soma dos maiores números computados nas colunas 18-19, para cada código constante da coluna 17, fornece o número total de grupos (de livres e de escravos, indistintamente) existentes no domicílio.

TABELA AM-1
EXEMPLIFICAÇÃO DA CONTAGEM DE GRUPOS

Linhas	Colunas		Totais por código da coluna 17
	17	18-19	
Ign ^{co} Ribr ^o Barboza	1	01	
Gertrudes M. ^a	1	01	01
Matheus	2	01	
Gertrudes	2	02	02
TOTAL DO DOMICÍLIO			03

- colunas 20 e 21 : número sequencial de identificação da família no domicílio.

O conceito de família adotado neste trabalho, repita-se uma vez mais, é o seguinte: o casal, unido perante a Igreja ou não, com sua prole, se houver; as pessoas solteiras com filhos; os viúvos ou viúvas com filhos. Nos três casos, os filhos devem ser solteiros, não ter prole e viver junto com pelo menos um de seus pais.⁽²⁶⁾ Para os indivíduos que não se enquadram nesta definição, utiliza-se o código "99"; de outra parte, em sendo impossível a própria identificação das unidades familiares, emprega-se o código "98".

- colunas 22 a 24 : código indicativo do tipo de domicílio.⁽²⁷⁾

Entende-se por domicílio o "(...) conjunto de pessoas coabitantes que mantêm laços de parentesco e/ou subordinação e vivem sob a autoridade do Chefe de Domicílio - indivíduo a encabeçar a lista nominativa correspondente ao domicílio e que podia, ou não, ser chefe de família."⁽²⁸⁾ As categorias e subcategorias que compõem a tipologia utilizada são as seguintes:⁽²⁹⁾

- 1 - domicílios singulares
 - 1.1 - viúvos solitários
 - 1.2 - solteiros sós ou pessoas sós com estado conjugal indeterminado
 - 1.3 - pessoa casada sem filhos, cônjuge ausente ou indeterminado
- 2 - domicílios sem estrutura familiar
 - 2.1 - irmãos e/ou irmãs, sem filhos, coabitantes
 - 2.2 - coabitantes aparentados (exclusive irmãos e/ou irmãs)
 - 2.3 - coabitantes sem laços aparentes
- 3 - domicílios familiares simples
 - 3.1 - casais

- 3.2 - casais em concubinato
- 3.3 - casais com filhos
- 3.4 - casais em concubinato, com filhos
- 3.5 - homens solteiros, com filhos
- 3.6 - mulheres solteiras, com filhos
- 3.7 - viúvos com filhos sem prole
- 3.8 - viúvas com filhos sem prole
- 3.9 - pessoa casada com filhos, cônjuge ausente ou indeterminado
- 4 - domicílios familiares ampliados
 - 4.1 - ascendente
 - 4.2 - descendente
 - 4.3 - colateral
 - 4.4 - ascendente e colateral
 - 4.5 - descendente e colateral
 - 4.6 - indeterminado
- 5 - domicílios múltiplos
 - 5.1 - núcleo secundário ascendente
 - 5.2 - núcleo secundário descendente
 - 5.3 - núcleos colaterais
 - 5.4 - núcleos familiares de irmãos e/ou irmãs
 - 5.5 - outros
- 6 - domicílios com estrutura indeterminada, comportando algum laço de parentesco entre seus componentes

As subcategorias explicitadas, por sua vez, subdividem-se em:

- 1 - com agregados com famílias
- 2 - com agregados sem famílias
- 3 - com escravos com famílias
- 4 - com escravos sem famílias
- 5 - com escravos e agregados, ambos com famílias
- 6 - com escravos com famílias e agregados sem famílias
- 7 - com escravos sem famílias e agregados com famílias
- 8 - com escravos e agregados, ambos sem famílias

- 9 - impossível inferir a presença de famílias escravas
0 - sem escravos e agregados⁽³⁰⁾

- colunas 25 e 26 : código indicativo do tipo de grupo.⁽³¹⁾

O conceito de grupo que se emprega neste estudo é intermediário em relação aos de família e domicílio. Ao mesmo tempo que se relaxa, internamente ao grupo, o referencial dado pelo chefe do domicílio, característico da tipologia domiciliar, leva-se em consideração casos - por exemplo, as pessoas solteiras sem filhos - que não se enquadram na definição adotada de família, anteriormente explicitada. São os seguintes os códigos destinados ao preenchimento das colunas 25 e 26:

"01" a "14" para grupo de chefe de domicílio

"21" a "34" para grupo de dependente do chefe de domicílio

"41" a "54" para grupo de agregado

"61" a "74" para grupo de escravo⁽³²⁾

"81" a "94" para grupo indeterminado

Cada uma dessas categorias, seguindo sua codificação própria divide-se nas catorze subcategorias abaixo:

- casal sem filhos, os dois cônjuges presentes
- casal com filhos, os dois cônjuges presentes
- pessoa casada sem filhos; cônjuge ausente ou indeterminado
- pessoa casada com filhos, cônjuge ausente ou indeterminado
- pessoa casada sem filhos, cônjuge mora em outro local (especificamente nos grupos de cativos: pessoa casada sem filhos, cônjuge escravo de terceiros)
- pessoa casada com filhos, cônjuge mora em outro local (especificamente nos grupos de cativos: pessoa casada com filhos, cônjuge escravo de terceiros)
- pessoa casada sem filhos, cônjuge forro ou quartado
- pessoa casada com filhos, cônjuge forro ou quartado
- pessoa casada sem filhos, cônjuge escravo (especificamente

- nos grupos de cativos: pessoa casada sem filhos, cônjuge livre, exceto forro ou quartado)
- pessoa casada com filhos, cônjuge escravo (especificamente nos grupos de cativos: pessoa casada com filhos, cônjuge livre, exceto forro ou quartado)
 - pessoa solteira sem filhos
 - pessoa solteira com filhos
 - pessoa viúva sem filhos
 - pessoa viúva com filhos
- colunas 27 e 28 : código identificador da relação do indivíduo com o chefe do domicílio respectivo. Por exemplo, "01" para o próprio chefe de domicílio, "02" para a mulher do chefe de domicílio etc.
 - colunas 29 e 30 : código indicativo da relação do indivíduo com o chefe da família respectiva; insere-se aqui a informação quanto à filiação. Por exemplo, "01" para o próprio chefe de família, "03" para filho legítimo, "04" para filho natural, "05" para exposto etc.

O código "99" nas colunas 27 e 28 indica que não se faz constar do documento a relação em apreço; o mesmo código nas duas colunas seguintes revela que o indivíduo não se integra a uma unidade familiar. Nos casos em que é impossível a identificação das famílias, preenche-se com o código "98" as colunas 29 e 30.

- coluna 31 : sexo⁽³³⁾
- coluna 32 : cor
- coluna 33 : estado conjugal
- coluna 34 : situação social

Para as quatro colunas acima discriminadas, emprega-se o código "9" nos casos em que a informação não for conhecida.

- colunas 35 a 37 : indicação da idade dos indivíduos

A coluna 35 reserva-se à determinação da unidade de tempo na qual a idade é informada nas duas colunas seguintes : "1" para idade em dias, "2" para idade em meses, "9" quando não constar a idade e "branco" para idade em anos. Nas colunas 36 e 37, transcreve-se a idade dos indivíduos de acordo com a unidade de tempo explicitada na coluna anterior, ou então lança-se mão de um dos códigos abaixo:

"95" para idade maior do que 94 anos

"96" para idade desconhecida, provavelmente situada no intervalo 0-14 anos

"97" para idade desconhecida, provavelmente situada no intervalo 15-59 anos

"98" para idade desconhecida, provavelmente situada no intervalo 60 e mais anos

"99" quando não constar a idade ou não for possível determiná-la

- colunas 38 a 40 : código identificador da "nacionalidade"/ "origem"-naturalidade

A "nacionalidade" define-se pelo algarismo constante da coluna 38. Por exemplo, "1" para africano, "2" para colonial etc. A "origem"/naturalidade é especificada nas colunas 39 e 40, dado o código referente à "nacionalidade". Assim, por exemplo, reservam-se os códigos "101" a "150" para os escravos africanos Sudaneses e "151" a "198" para os Bantos, empregando-se o "199" nos casos em que a única informação disponível é a de ser africano o indivíduo sob análise.⁽³⁴⁾

- colunas 41 e 42 : patente, título ou condição de eclesiástico. Por exemplo, "01" para Capitão desta Companhia, "13" para soldado da cavalaria, "27" para Reverendo etc.

- coluna 43 : código indicativo da condição de pobreza. Por exemplo, "1" para pobre, "2" para vive de esmola etc.

- coluna 44 : código indicativo de o indivíduo ser ou não proprietário de residência. Por exemplo, "1" para possui

casa própria, "2" para vive em casa de favor etc.

O algarismo "9" é utilizado no preenchimento das quatro colunas acima explicitadas, quando não se dispuser das informações pertinentes. No caso dos escravos, essas colunas não são preenchidas, permanecendo em branco nas folhas de codificação.

- colunas 45 a 47 : atividade econômica / ocupação única ou principal
- colunas 48 a 56 : espaço para aposição de códigos para até mais três atividades econômicas / ocupações desempenhadas

Estas colunas, com raras exceções, são preenchidas apenas para os chefes de domicílios.⁽³⁵⁾ Em outras palavras, e a observação dos excertos das listas nominativas apresenta - dos neste apêndice são bastante ilustrativos a este respeito, os dados sobre "ocupações" que constam dos documentos compulsados não permitem uma discriminação minuciosa do que cada indivíduo está a fazer em seu respectivo fogo, seja ele escravo, liberto ou livre.⁽³⁶⁾

- colunas 57 a 59 : código indicativo da atividade econômica / ocupação característica do domicílio.

Repete-se, nas colunas acima indicadas, para todos os indivíduos que compõem o domicílio, o mesmo código especificado nas colunas 45 a 47 do cartão correspondente ao chefe do domicílio em questão. Note-se que, neste trabalho, tendo em vista os objetivos visados, privilegiou-se, sempre que presente, a produção de café como atividade característica.⁽³⁷⁾

- colunas 60 a 80 : dados comparativos com a lista nominativa anterior

Nestas colunas procura-se captar as informações prestadas à margem de cada levantamento censitário, que explicitam

as modificações havidas com relação ao recenseamento anterior. Nas colunas 60 a 65 tais dados, concernentes aos indivíduos livres e forros, são coletados ao nível dos domicílios e transcritos nos cartões de seus respectivos chefes, na seguinte forma:

colunas 60, 62 e 64 : códigos. Por exemplo, "1" para imigraram, "4" para nasceram etc.

colunas 61, 63 e 65 : quantidades (número de indivíduos nas situações indicadas pelos códigos acima)

Por sua vez, os dados comparativos referentes aos escravos são transcritos nos cartões de seus proprietários - facilmente agregados para o domicílio como um todo - , a saber:

colunas 66/67, 69/70, 72/73, 75/76 e 78/79 : códigos. Por exemplo, "03" para morreram, "10" para tocou-lhe de herança etc.

colunas 68, 71, 74, 77 e 80 : quantidades (número de indivíduos nas situações indicadas pelos códigos acima)⁽³⁸⁾

NOTAS

- (1) No Brasil, a fase proto-estatística, consoante periodização proposta por Lisanti e Marcílio, inicia-se em meados do século dezoito e tem por marco final o primeiro recenseamento geral do Império, ocorrido em 1872 (LISANTI, Luis & MARCÍLIO, Maria Luiza, 1973, p. 33). Referida fase caracteriza-se "(...) pela possibilidade de recolher ou reconstituir materiais estatísticos organizáveis em séries contínuas mais ou menos longas" (CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Héctor Pérez, 1983, p. 126).
- (2) CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Héctor Pérez (1983, p. 195).
- (3) O registro mencionado apenas não se verifica, dentre os levantamentos censitários selecionados, para a 5ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias, em 1829.

- (4) Fogo (do latim focu) significa residência de uma família; lar, casa. Em Portugal, é sinônimo de martinega(ou martiniega), tributo cobrado na Idade Média e pago pelos proprietários no dia de São Martinho (ver HERCULA - NO, Alexandre, s.d.; v. 8, p. 218).
- (5) AESP. 1801, Lorena, 6ª Cia. de Ordenanças. Lata 98, pacote único.
- (6) AESP. 1801, Lorena, 6ª Cia. de Ordenanças. Lata 98, pacote único.
- (7) AESP. 1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças. Lata 3, pacote único.
- (8) Na relação em apreço, são dois os fogos identificados com o número 3. São, respectivamente, os domicílios do Sargento José Soares de Araujo e do Cabo Manoel Joaquim Correia, ambos agricultores. O primeiro deles é o último registro em uma página e o segundo o primeiro assento da página seguinte, o que aparentemente explica o erro cometido. Assim, do último fogo da relação consta o número 448. AESP. 1817, Areias, 4ª Cia. de Ordenanças. Lata 3, pacote único.
- (9) Ver, inclusive, a nota 3 deste apêndice.
- (10) Ver os capítulos sobre a família escrava em Bananal que compõem este trabalho.
- (11) Trata-se da família do oficial de alfaiate Constantino José Ribeiro, sua esposa Angélica Maria e seus filhos Lúcia, Carolina e José, arrolada entre os fogos de números 35 e 36, respectivamente, de Domingos Antonio e Antonio Mendes. Referida família, especificada de forma separada dos fogos vizinhos por traços horizontais, usuais nos levantamentos estudados, não possui porém numeração própria. AESP. 1829, Areias, 5ª Cia. de Ordenanças. Lata 5, pacote único.
- (12) Isto porque, na transcrição dos dados para as folhas de codificação, segundo o lay-out descrito na seção seguinte deste apêndice, ao fogo de número 166 no documento a tribuir-se-ia o número 163, não se permitindo a existência de lacunas na numeração sequencial de fogos. Assim, e dado o equívoco explicitado na nota 11, o último fogo leva o número 185 na lista nominativa, e 184 nas folhas de codificação.
- (13) AESP. 1829, Areias, 5ª Cia. de Ordenanças. Lata 5, pacote único.
- (14) E 236 o número total de fogos computados, não obstante a totalização constante do documento apontar apenas 153. Aparentemente, o recenseador ter-se-ia olvidado de três dos sete bairros em sua soma. AESP. 1829, Areias, 6ª Cia. de Ordenanças. Lata 5, pacote único.
- (15) Neste sentido, ver MOTTA, José Flávio (1985, passim), em que se baseiam fundamentalmente as considerações traçadas nesta segunda parte deste apêndice metodológico.
- (16) HENRY, Louis (1977, p. 13).

- (17) Para a consecução deste objetivo, em termos da folha de codificação delineada a seguir no texto, faltariam preencher dois requisitos: a) a coleta dos informes disponíveis sobre produção e renda (tipo de produto, quantidade produzida, quantidade vendida, preços de venda, renda total etc), que envolve a elaboração de folhas de codificação próprias para esse fim; e b) a consideração dos nomes dos indivíduos arrolados, os quais não foram objeto de análise nesta pesquisa por defrontar-se, nos documentos estudados relativos a Bananal no início do século dezenove, com as mesmas dificuldades apontadas por Marcílio: "Notamos que, em virtude de um costume português transferido para o Brasil colonial, os nomes de famílias dos pais não eram, necessariamente, aqueles de seus filhos. Por outro lado, a mulher casada não adotava nunca o nome ou os nomes de famílias de seu marido. Finalmente os filhos de uma mesma família tinham, em regra geral, sobrenomes que variavam enormemente. Como geralmente haviam dois sobrenomes para cada pessoa, teríamos para cada casal quatro sobrenomes; dois para cada pessoa. Então, os sobrenomes de seus filhos, por sua vez, poderiam aparecer ora com os dois nomes do pai, ora com os da mãe ou ainda com diferentes combinações e diversa posição dos quatro sobrenomes. E não era tudo. "Alguns dos filhos poderiam trazer nomes que não eram nem de seu pai, nem de sua mãe, mas de um dos seus quatro avós." (MARCÍLIO, Maria Luiza, 1973, p. 70). Em Bananal, por exemplo, segundo Lucinda Coelho, entre os oito filhos do casal Luis José de Almeida e D. Maria Rodrigues Nogueira, destacaram-se Antonio José e Luciano José, tendo este último adotado o sobrenome paterno (Luciano José de Almeida) e aquele o materno (Antonio José de Nogueira). Ver COELHO, Lucinda C. de Mello (1984, p. 48-49).
- (18) Como observa Hollingsworth, "as estantes das bibliotecas estão repletas de informações estatísticas que agora, com o advento dos computadores, poderão receber tratamento exaustivo que não fora possível na época em que foram coletadas" (HOLLINGSWORTH, Thomas H., 1977, p. 33).
- (19) Em suma, assumem-se neste trabalho os objetivos perseguidos por Costa: "Na coleta e cômputo dos dados empíricos (...) procuramos conciliar três objetivos básicos: emprego de análise computacional, estabelecimento de modelo genérico para tomada de informações e, por fim, ordenamento e classificação das mesmas de sorte a podermos reproduzir - admitidas discrepâncias formais mínimas e omissões irrisórias - , no conteúdo e na forma, o material constante nos códices manuscritos (...)" (COSTA, Iraci del Nero da, 1981, p. 225). O objetivo de chegar-se a um modelo genérico mostra-se pela própria publicação anterior, na forma de um Documento para Discussão

são, do lay-out utilizado neste estudo. Ver MOTTA, José Flávio (1985, passim).

- (20) Considerando-se o exposto na nota 17 e tomando-se, como ponto de partida, o modelo utilizado por Costa (ver COSTA, Iraci del Nero da, 1981, p. 225-228).
- (21) Para o preenchimento desse "cabeçalho", apresentam-se várias possibilidades, que dependem das peculiaridades que caracterizam cada pesquisa. Uma forma alternativa, por exemplo, seria:
- coluna 1 : "1" para 1801 - Vila de Lorena.
coluna 2 : "6" para 6ª Cia. de Ordenanças.
- (22) Ver MULLER, Daniel Pedro (1978, p. 36, 132 e 154). A eventual necessidade de mais uma coluna, quer para a numeração dos domicílios, quer - o que é mais provável - para a dos indivíduos, ou ainda para ambas, pode ser suprida pela supressão de um dos grupos de 3 colunas destinados à indicação dos códigos correspondentes às atividades econômicas/ocupações desempenhadas (colunas 45 a 56). Alternativamente, cabe mencionar a possibilidade de utilização de programas de micro-computadores que permitem a entrada de dados em linhas com espaço para 254 caracteres, ou mesmo o uso de mais de um cartão perfurado por indivíduo; por fim, indique-se igualmente a alternativa de emprego de codificação alfa-numérica (por exemplo, o fogo número 1001 seria codificado como A01, onde A = 10??). Quanto a esta última sugestão, ver COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki (1987, p. 87, nota de rodapé nº 4).
- (23) Valem, neste caso e em todos os que aparentemente envolvam a necessidade de mais colunas do que as previstas no texto, os mesmos comentários feitos na nota anterior. Ademais, reservou-se, embora não se o tenha utilizado, o código "7999" para identificar os componentes de grupos de escravos sem proprietário definido.
- (24) Dessa forma, relevantes informações para a comunidade como um todo tornam-se facilmente disponíveis, pela simples soma dos códigos destas colunas pelo computador, independentemente de uma programação mais complexa. Por exemplo, o número de proprietários de escravos, bem como o de não proprietários, de dependentes e de agregados; o número de chefes de domicílio proprietários (ou não), e igualmente o de dependentes proprietários (ou não) e o de agregados proprietários (ou não). Também de fácil obtenção torna-se o cruzamento desses dados com outros informes coletados para cada indivíduo, como sexo, cor, estado conjugal, atividade ocupacional, relação com o chefe do domicílio etc.
- (25) A definição desse conceito, utilizado aqui, é retomada nos comentários respeitantes ao preenchimento das colunas 25 e 26 (tipo de grupo).
- (26) É o mesmo conceito utilizado, por exemplo, em COSTA, I-

- raci del Nero da (1979, p. 156). Tal conceito corresponde essencialmente ao que P. Laslett entende por ménage simple (domicílio familiar simples) que "(...) couvre ce que l'on nomme d'ordinaire famille nucléaire, famille élémentaire ou famille biologique" (LASLETT, Peter, 1972, p. 851).
- (27) Apesar da explicitação que se segue da conceituação per filhada neste trabalho, ressalte-se que, a priori, o modelo da folha de codificação não está atrelado a uma da tipologia. Não obstante, uma uniformidade nas classificações utilizadas não deixaria de caminhar no mesmo sentido que o estabelecimento de um modelo genérico para a coleta de dados.
- (28) COSTA, Iraci del Nero da (1981, p. 217).
- (29) Tal tipologia consiste, com pequenos acréscimos, na adaptação realizada por Iraci Costa, tendo em vista as condições sócio-econômicas próprias do Brasil colonial, a partir dos quadros conceituais desenvolvidos por Peter Laslett e posteriormente qualificados por Jean-Claude Peyronnet. Ver COSTA, Iraci del Nero da (1981, p.86-89), LASLETT, Peter (1972, passim) e PEYRONNET, Jean-Claude (1975, passim).
- (30) O preenchimento, pois, das colunas em questão dá-se da seguinte forma: as categorias referidas definem o algarismo das centenas do código a ser utilizado (coluna 22); fixado este, às subcategorias corresponde o algarismo das dezenas (coluna 23); por fim, as subdivisões, que caracterizam as subcategorias, determinam o algarismo das unidades (coluna 24). Por exemplo: "518" para do micílio múltiplo, núcleo secundário ascendente, com escravos e agregados, ambos sem famílias.
- (31) Ver nota 27 deste apêndice.
- (32) Reserva-se o código "79" para os integrantes dos plantéis de escravos onde foi impossível a identificação dos grupos.
- (33) Dado que se infere a partir dos nomes dos indivíduos.
- (34) Com relação ao informe acerca da "nação" de origem dos escravos africanos, cabe ressaltar a advertência de Luna: "Note-se que o conceito de 'nação' deve ser tomado com extremo cuidado, pois a informação anotada nos manuscritos pode representar seu grupo étnico, sua língua, localidade onde nasceu ou foi capturado, porto de embarque etc." (LUNA, Francisco Vidal, 1981, p. 186). Para as demais "nacionalidades", fornecem-se abaixo alguns exemplos dos códigos utilizados:
- coloniais (de "201" a "250" para escravos; de "251" a "298" para não escravos; "299" quando apenas se souber ser o indivíduo colonial): "202" crioulo(a), "251" desta, "264" de S. João Marcos etc.
 - reinóis: "301" das Ilhas, "306" de Braga, "399" quando do documento constar apenas reinol etc.

- estrangeiro: "503" da França, "599" para quando se sabe tão-somente que a pessoa é estrangeira (termo que não se aplica a indivíduos reinóis) etc.

Quando não se dispuser de nenhuma informação quanto à "nacionalidade"/"origem"-naturalidade, emprega-se o código "999".

- (35) Das quatro listas nominativas analisadas, apenas em uma - a relativa à 5ª Cia. de Ordenanças da Vila de Areias em 1829 - , verifica-se a exceção mencionada. E isto apenas uma única vez. Trata-se do fogo de Antonio Barbosa da Silva, proprietário de 101 escravos, onde aparecem dois indivíduos livres, citados como "feitores".

- (36) Pode-se esperar que, ao menos nas propriedades maiores, as grandes fazendas de café, com dezenas e dezenas de escravos, a ausência desse maior detalhamento em muito prejudique uma melhor compreensão da vida que nelas se levava, seja privilegiando-se o aspecto econômico, seja o social. Torna-se dificultoso captar toda a complexidade de que, por exemplo, avulta na descrição de uma daquelas grandes propriedades, feita por Zaluar. Trata-se da fazenda do Ribeirão Frio, do Comendador Joaquim Ferraz, no município de Pirai, visitada por aquele viajante em setembro de 1859. Cabe aqui, embora longa, a citação: "Uma propriedade rural montada no pé em que se acha, o Ribeirão Frio é mais do que um prédio de simples vivenda; é uma cidade em ponto pequeno, onde se cultivam muitos ramos de indústria e se põem em movimento todas as gradações do trabalho.

"Aqui, a larga respiração da forja lança no rosto do ciclope negro a sua chama avermelhada, enquanto ele imprime ao ferro uma forma conveniente aos usos da vida; acolá, o rangido da tesoura nos indica que o alfaiate silencioso corta e une as diferentes peças do tecido que deve servir para preservar o homem do contato da atmosfera; ali, o marceneiro serra, aplaina, acerta, ajusta, põe e pole a madeira que ontem nas matas se chamava peroba, cedro, cabiúna, jacarandá, vinhoco, e que recebe, depois da transformação por que passou, o nome de cômoda ou de leito, de cadeira ou de mesa; mais adiante, o ferrador calça o animal que serve de locomotiva ao transporte dos produtos e de veículo à impaciência do caminheiro; e noutro ponto ouve-se a voz do feitor dando ordens às suas falanges disciplinadas, e mandando estender sobre o terreiro, que seca de uma vez 6.000 arrobas de café, do grão escuro deste manancial de ouro. Acima de toda esta orquestra confusa, o engenho prossegue a sua veloz rotação, erguendo a voz sobranceira, como a pêndula de um relógio, e marcando cada segundo com uma larga retribuição de trabalho; tudo isto, distinto em sua órbita de ação, mas conglobado em um eco uniforme, confunde-se no ar, respira-se, sente-se, ouve-se co

mo se fosse o arquejar desse gigante, cujo peito é um imenso laboratório; a vida, o movimento, o progresso, recebem a cada instante mais uma nova confirmação traduzida nos resultados evidentes da indústria. Enquanto o trabalho material se manifesta debaixo de todas estas formas, posto em movimento por meio de máquinas e braços, a ciência não esquece o seu posto. Foi procurar para asilo um lugar retirado e vela à cabeceira do enfermo, pondo em prática os preceitos do estudo e da caridade. O hospital tem por companheiro o oratório e a botica: o remédio para o corpo e o conforto para a alma.

.....
 "Aqui a roça de milho, além o feijão, na planície o arrozal, e por toda a parte, no pendor das colinas, nas fraldas da montanha, nos píncaros do morro, os arbustos copados do cafezal, em número de um milhão de pés, sorriem ao lavrador, cobrindo-se neste instante de um manto esperançoso de brancas e perfumadas flores" (ZALUAR, Augusto Emílio, 1975, p. 29-31).

- (37) Há que mencionar, ainda, pensando uma vez mais na uniformidade das classificações utilizadas, agora em termos das atividades econômicas/ocupações, a proposta contida no trabalho de Costa e Nozoe que, não obstante ela borada com base em 5 dígitos, não conflita com a codificação adotada neste estudo. Como escrevem os autores, "(...) não se faz necessária a codificação com base em cinco dígitos, pois os dados podem ser transcritos utilizando-se apenas três caselas. Neste caso, as ocupações seriam numeradas seqüencialmente de 001 a 999; posteriormente - quando da transferência das informações para fita magnética - , proceder-se-á à adequação ao esquema de cinco dígitos aqui apresentado. Desta forma, conjugar-se-á, à facilidade e rapidez de levantamento, a eficácia da codificação a cinco dígitos a qual permite, imediatamente, o cômputo das observações segundo ramos e setores" (COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki, 1987, p. 87).
- (38) Ressalte-se a relevância desses informes, por exemplo, na análise da questão do crescimento vegetativo da população escrava no Brasil colonial.

APÊNDICE ESTATÍSTICO

Este Apêndice destina-se a ilustrar, um pouco mais detalhadamente, alguns dos informes apresentados no Capítulo VI deste trabalho. Mais especificamente, as tabelas constantes deste Apêndice Estatístico referem-se aos dados coletados para o ano de 1829. Trata-se de fornecer as informações concernentes a esse ano, considerando-se isoladamente as 5ª e 6ª Companhias de Ordenanças da Vila de Areias, as quais, àquela época, compunham a Freguesia do Senhor Bom Jesus do Bananal.

Os dados correspondentes aos que se mostram a seguir, computada a Freguesia do Bananal como um todo, constam das tabelas de números 1 a 10 do Capítulo VI (Família escrava e desenvolvimento cafeeiro em Bananal, 1801-1829). Tais tabelas integram as seguintes seções do capítulo aludido: VI.2 Evolução demográfica e desenvolvimento cafeeiro ; e VI.3 Algumas características da população escrava.

TABELA AE.1

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO SITUAÇÃO SOCIAL E SEXO
(Bananal , 1829)

População	5ª Cia.de Ordenanças		6ª Cia.de Ordenanças	
	nºs.abs.	%	nºs.abs.	%
<u>Livres:</u>				
-homens	382		505	
-mulheres	344		496	
-total	726	43,5	1001	42,6
<u>Escravos:</u>				
-homens	656		910	
-mulheres	284		432	
-total	940	56,3	1342	57,1
<u>Forros:</u>				
-homens	2		3	
-mulheres	2		3	
-total	4	0,2	6	0,3
<u>Total da população</u>	1670	100,0	2349	100,0
<u>Razões de Masculinidade</u>				
Livres	111,0		101,8	
Escravos	231,0		210,6	
Forros	100,0		100,0	

Obs.: nºs.abs. = números absolutos .

TABELA AE.2

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO VIVÊNCIA OU NÃO
EM DOMICÍLIOS ONDE SE PRODUZ CAFÉ

(Bananal , 1829)

Condição social / Anos	Vivência em domicílios onde se produz café		Vivência em domicílios onde não se produz café	
	nºs.abs.	%	nºs.abs.	%
<u>Livres e</u>				
<u>forros :</u>				
5ª Cia. de Orde nanças	426	58,4	304	41,6
6ª Cia. de Orde nanças	608	60,4	399	39,6
<u>Escravos:</u>				
5ª Cia. de Orde nanças	911	96,9	29	3,1
6ª Cia. de Orde nanças	1119	83,4	223	16,6

Obs.: nºs.abs. = números absolutos .

TABELA AE.3

DISTRIBUIÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS
SEGUNDO OCUPAÇÃO / ATIVIDADE ECONÔMICA DESEMPENHADA
(Bananal , 1829)

Ocupação/Atividade	5ª Cia		6ª Cia	
	nºs.abs.	%	nºs.abs.	%
Cafeicultores ^a	59	77,7	88 ^b	74,0
Senhores de engenho (produção de açúcar e/ou aguardente)	-	-	1	0,8
Agricultores ou criadores de animais	13	17,1	15	12,6
Negociantes ou rentistas	2	2,6	11	9,3
Eclesiásticos	-	-	1	0,8
Artesãos	2	2,6	3	2,5
Totais	76	100,0	119	100,0

Obs.: nºs.abs. = números absolutos .

a Inclusive produtores de café e outros gêneros.

b Inclusive dois agregados proprietários de escravos.

TABELA AE.4

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS SEGUNDO GRANDES FAIXAS
ETÁRIAS, SEXO E ESTADO CONJUGAL
(Bananal , 1829)

Grandes Faixas Etárias	Solteiros		Casados		Viúvos		Total		Raz. de Masc.	
	H	M	H	M	H	M	H	M	Tot. ^a	Col. ^b
A. 5ª Cia.										
0 - 14	96	83	-	4	-	-	96	87	183	90,6
15 - 59	472 ^c	117	77	79	2	-	551	196	747	122,4
60 e +	6	-	3	1	-	-	9	1	10	-
Totais	574	200	80	84	2	-	656	284	940	106,6

B. 6ª Cia.

0 - 14	176	123	-	-	-	-	176	123	299	94,0
15 - 59	601	182	115	119	5	5	721	306	1027	78,6
60 e +	7	3	5	-	1	-	13	3	16	-
Totais	784	308	120	119	6	5	910	432	1342	91,4

Obs.: H = Homens; M = Mulheres; H+M = Homens+Mulheres; Raz.de Masc. = Razão de Masculinidade.

^a Total, computada toda a população escrava; ^b Coloniais, computados apenas os cativos nascidos no Brasil; ^c Inclusive um indivíduo com idade indeterminada, provavelmente entre 15 e 59 anos.

TABELA AE.5

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS ESCRAVOS

SEGUNDO ESTADO CONJUGAL E SEXO

(Bananal , 1829)

Estado conjugal	População escrava			Exclusive crianças ^a		
	H	M	H+M	H	M	H+M
<u>A. 5ª Cia.</u>						
Solteiros	87,5	70,4	82,3	85,4	59,4	78,6
Casados	12,2	29,6	17,5	14,3	40,6	21,1
Viúvos	0,3	-	0,2	0,3	-	0,3
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<u>B. 6ª Cia.</u>						
Solteiros	86,2	71,3	81,4	82,8	59,9	76,0
Casados	13,2	27,5	17,8	16,4	38,5	22,9
Viúvos	0,6	1,2	0,8	0,8	1,6	1,1
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: H = Homens ;

M = Mulheres ;

H+M = Homens + Mulheres .

a Sempre que houver referência à exclusão de crianças estar-se-á aludindo àquelas com 14 ou menos anos de idade.

TABELA AE.6

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS ESCRAVOS SEGUNDO
FAIXAS ETÁRIAS E ESTADO CONJUGAL^a
(Bananal , 1829)

Faixas etárias	5ª Cia.			6ª Cia.		
	Solt.	Cas .	Viuv.	Solt. ^b	Cas .	Viuv.
0 - 14	97,8	2,2	-	100,0	-	-
15 - 24	83,6	16,4	-	86,1	13,6	0,3
25 - 34	73,8	25,8	0,4	64,5	34,2	1,3
35 - 44	70,6	28,2	1,2	51,3	44,7	4,0
45 - 54	78,3	21,7	-	61,9	33,3	4,8
55 - 64	75,0	25,0	-	50,0	43,8	6,2
65 - 74	50,0	50,0	-	100,0	-	-
75 e +	50,0	50,0	-	-	-	-

Obs.: Solt. = Solteiros ;
Cas . = Casados ;
Viuv. = Viúvos .

a Porcentuais calculados, para cada ano, sobre os efetivos totais de cada faixa etária.

b Exclusive um homem com idade indeterminada, provavelmente entre 15 e 59 anos.

TABELA AE.7

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS SEGUNDO FAIXAS
DE TAMANHO DOS PLANTÉIS E SEXO
(Bananal , 1829)

FTP	Homens	Mulheres	Total (Hom+Mul)	Razão de masculini- dade
<u>A. 5ª Cia.</u>				
1	16	3	19	533,3
2-9	99	38	137	260,5
10ou+	541	243	784	222,6
Totais	656	284	940	231,0

<u>B. 6ª Cia.</u>				
1	15	6	21	250,0
2-9	199	101	300	197,0
10ou+	696	325	1021	214,1
Totais	910	432	1342	210,6

Obs.: FTP = Faixas de Tamanho dos Plantéis ;
Hom+Mul = Homens + Mulheres .

TABELA AE.8

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS ESCRAVOS EM GERAL E DOS CASADOS
OU VIÚVOS SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DOS PLANTÉIS
(Bananal , 1829)

FTP	Escravos em geral		Casados ou viúvos		
	Total	Excl.crian.	H	M	H+M
<u>A. 5ª Cia.</u>					
1-4	8,2	8,4	1,2	-	0,6
5-9	8,4	8,5	2,4	2,4	2,4
10ou+	83,4	83,1	96,4	97,6	97,0
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<u>B. 6ª Cia.</u>					
1-4	8,9	8,6	4,8	3,2	4,0
5-9	15,0	14,2	11,9	12,9	12,4
10ou+	76,1	77,2	83,3	83,9	83,6
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: FTP = Faixas de Tamanho dos Plantéis ;

Excl.crian. = Exclusive crianças ;

H = Homens ; M = Mulheres ;

H+M = Homens + Mulheres .

TABELA AE.9

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DE CASADOS OU VIÚVOS SOBRE OS
EFETIVOS DE CADA FAIXA DE TAMANHO DOS PLANTÉIS

(Bananal , 1829)

FTP	% de casados ou viúvos sobre os efetivos totais de cada FTP			% de casados ou viúvos sobre os efetivos depurados das crianças		
	H	M	H+M	H	M	H+M
<u>A. 5ª Cia.</u>						
1-4	1,8	-	1,3	2,0 ^a	-	1,6
5-9	3,4	9,5	5,1	3,9	15,4	6,3
10ou+	14,6	33,7	20,5	17,2	48,0	25,6
Totais	12,5	29,6	17,7	14,6	42,6	21,9
<u>B. 6ª Cia.</u>						
1-4	7,3	10,5	8,3	9,7	14,3	11,1
5-9	11,4	23,2	15,4	14,9	34,0	20,9
10ou+	15,1	32,0	20,5	18,4	44,4	26,0
Totais	13,8	28,7	18,6	17,2	40,1	24,0

Obs.: FTP = Faixas de Tamanho dos Plantéis ;

H = Homens ; M = Mulheres ;

H+M = Homens + Mulheres .

a Inclusive um indivíduo com idade indeterminada, provavelmente entre 15 e 59 anos.

TABELA AE.10-A

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS ESCRAVOS CASADOS OU VIÚVOS DE ACORDO COM O SEXO ,
E SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS E DE TAMANHO DOS PLANTÉIS^a

(Bananal, 1829-5ª Cia.)

Faixas etárias	Homens			Mulheres			Total		
	FTP			FTP			FTP		
	1-4 ^b	5-9	10ou+	1-4	5-9	10ou+	1-4	5-9	10ou+
0 - 14	zero	zero	zero	zero	zero	5,6	zero	zero	2,6
15 - 24	2,9	3,6	8,6	zero	25,0	42,6	2,5	8,3	19,1
25 - 34	zero	5,6	25,0	zero	zero	50,0	zero	4,8	30,7
35 - 44	zero	zero	25,8	zero	zero	69,2	zero	zero	33,3
45 - 54	zero	-	22,2	zero	-	27,8	zero	-	25,0
55 - 64	-	-	20,0	-	-	33,3	-	-	25,0
65 - 74	-	-	50,0	-	-	-	-	-	50,0
75 e +	-	-	50,0	-	-	-	-	-	50,0
Totais	1,8	3,4	14,6	zero	9,5	33,7	1,3	5,1	20,5

Obs.: FTP = Faixas de Tamanho dos Plantéis.

a Porcentuais calculados, internamente a cada FTP, sobre os efetivos correspondentes a cada faixa etária.

b Exclui um homem solteiro com idade indeterminada, provavelmente entre 15 e 59 anos.

TABELA AE.10-B

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS ESCRAVOS CASADOS OU VIÚVOS DE ACORDO COM O SEXO ,
E SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS E DE TAMANHO DOS PLANTÉIS^a

(Bananal, 1829-63 Cia.)

Faixas etárias	Homens				Mulheres				Total		
	FTP				FTP				FTP		
	1-4	5-9	10ou+		1-4	5-9	10ou+		1-4	5-9	10ou+
0 - 14	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
15 - 24	3,0	6,8	5,7	11,8	32,0	34,9	6,0	14,3	14,6		
25 - 34	14,3	20,7	31,1	16,7	33,3	63,1	14,8	25,0	39,6		
35 - 44	28,6	25,0	54,3	33,3	66,7	55,0	30,0	36,4	54,5		
45 - 54	zero	66,7	46,2	zero	zero	zero	zero	40,0	42,9		
55 - 64	-	50,0	45,5	-	100,0	50,0	-	66,7	46,2		
65 - 74	-	-	-	zero	zero	-	zero	zero	-		
75 e +	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Totais	7,3	11,4	15,1	10,5	23,2	32,0	8,3	15,4	20,5		

Obs.: FTP = Faixas de Tamanho dos Plantéis .

a Porcentuais calculados, internamente a cada FTP, sobre os efetivos correspondentes a cada faixa etária.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes primárias manuscritas

Arquivo do Estado de São Paulo

"Anno de 1801 - Mappa dos habitantes existentes da Sexta Companhia de ordenanças da Freg^{za} das Areas em o Bairro do Bananal Destricto da Villa de Lorena em o pres^{te} anno e seus nomes, empregos, naturalid^{es}, idades, estados, cores e ocupaçoens com expecificação das cazualid^{es} q. acontecerao em cada hua das e suas respetivas famillias desde a fatura das listas no anno anterior". Lata 98, pacote único.

"Mappa Geral dos Habitantes na 6^a Comp^a de Ordenanças em a freg^a do Bananal destr^o da Villa de S. Mig^{el} das Areias seus nomes, Impregos, Naturalid^{es} Estados Idades Cores ocupaçoens com especificação das casualid^{es} que acontecerão em cada hua das familias em oprz^e Anno de 1817". Lata 3, pacote único.

"Mappa geral dos habitantes existentes da 5^a Comp^a de Ordenanças da Fregues^a do S^r Bom Jezuz do Bananal Termo da Villa de S. Miguel d'Areas. Seus nomes, Empregos, Naturalid^e, Id^s Estados, Cores, Ocupações, e Casualid^{es}, q. acontece no anno de 1829". Lata 5, pacote único.

"Mappa geral dos abitantes Exsistentes da 6^a Comp^a de ordenanças da Freg^a do S^{nr} Bom Jezus do Bananal Termo da V^a de Sam Miguel das Areyas Seos Nomes Impregos Naturalid^{es} Idades Estados Cores Ocupaçoins e Czuald^{es} que aconteceu No anno de 1829". Lata 5, pacote único.

Subsidiariamente, referiu-se aos seguintes códices:

1799, 1802, Lorena. Lata 98, pacote único.

1818, 1822, Areias. Lata 3, pacote único.

1825, Areias. Lata 4, pacote único.

2. Fontes primárias impressas (citadas)

Estatísticas, informações e memórias

ARAÚJO, José de Souza A. Pizarro e. Memórias históricas do
1948 Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional,

1948, 9 v. (Biblioteca Popular Brasileira, 11).

CASAL, Manuel Aires de. Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil. Pref. Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. (Reconquista do Brasil, 27).

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE S. PAULO.
1896 LO. Documentos Interessantes. Divisas de S. Paulo e Minas Gerais. São Paulo, Arquivo do Estado, v. 11, 1896.

ESCHWEGE, W. L. von. Pluto brasiliensis. {Pluto brasiliensis} . Trad. Domício de Figueiredo Murta; pref. Mário G. Ferri. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1979. 2 v. (Reconquista do Brasil, 58-59).

LAERNE, C. F. Van Delden. Brazil and Java - Report on coffee culture in America, Asia and Africa, to H. E. the Minister of the Colonies. London, W. H. Allen & Co., 1885.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania. Introdução e notas de Afonso de E. Taunay. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. (Reconquista do Brasil, nova série, 27).

LUNÉ, José B. & FONSECA, Paulo D., orgs. Almanak da Província de São Paulo para 1873. Edição fac-similar. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado S.A. - IMESP, 1985.

MULLER, Daniel Pedro. Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo: ordenado pelas leis municipais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. Intr. Honório de Sylos. 3.ed. facsimilada. São Paulo, Governo do Estado, 1978. (Coleção Paulística, 11).

TAUNAY, Afonso de E. Collectanea de mappas da cartographia paulista antiga. São Paulo, Museu Paulista/ Cia. Melhoramentos, 1922, v. 1.

Relatos de viajantes

ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. Estudo

1982 bio-bibliográfico por Affonso de E. Taunay ; nota bibliográfica de Fernando Sales. 3. ed. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1982. (Reconquista do Brasil, nova sér., 70).

DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. { Voyage pitoresque et historique au Brésil } . 1972 Trad. e notas Sergio Milliet ; notícia biográfica de Rubens Borba de Moraes. São Paulo, Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972. 2 t. (Biblioteca histórica brasileira).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822. { Livre du voyage que j'ai entrepris de faire de Rio de Janeiro a Villa-Rica et de Villa-Rica a S.-Paul, pour aller chercher les 20 caisses que j'ai laissées dans cette dernière ville. Orléans, 1887 } . Trad. Rev. e Pref. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1974. Ilust. (Reconquista do Brasil, 11).

ZALUAR, Augusto Emílio. Peregrinação pela província de São Paulo: 1860-1861. Pref. Mário Guimarães Ferri. São Paulo, Ed. Itatiaia, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. Ilust. (Reconquista do Brasil, 23).

3. Fontes secundárias (autores citados)

ABREU, J. Capistrano de. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria Briguiet, 1930 . (Publicação da Sociedade Capistrano de Abreu, 3).

ALMEIDA, Aluisio de. A revolução liberal de 1842. Pref. Carlos da Silveira. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1944. (Coleção Documentos Brasileiros, 46).

BASTIDE, Roger. As Américas negras: as civilizações africanas no Novo Mundo. { Les Amériques noires } . Trad. Eduardo de Oliveira e Oliveira. São Paulo, Difusão Européia do Livro, EDUSP, 1974.

BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo. Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 3.ed. São

- Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971. (Brasília, 305).
- BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968.
- BLASSINGAME, John. The slave community. Plantation life in the antebellum South. New York, Oxford University Press, 1972.
- BRUNO, Ernani Silva. Viagem ao país dos paulistas. Ensaio sobre a ocupação da área vicentina e a formação de sua economia e de sua sociedade nos tempos coloniais. Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Ed., 1966. (Documentos Brasileiros, 123).
- CAMARGO, José Francisco de. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo, FIFE-Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981. (IPE/USP-Ensaio econômico, 14). v. 1.
- CANABRAVA, Alice Piffer. O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861 - 1875). São Paulo, s.ed., 1951.
- CANABRAVA, Alice Piffer. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765 / 67. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, FGV, 26(4): 95-123, out./dez. 1972.
- CANABRAVA, Alice Piffer. O açúcar nas Antilhas (1697-1755). São Paulo, FIFE-Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981. (IPE/USP - Ensaio econômico, 15).
- CANABRAVA, Alice Piffer. A grande propriedade rural. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). História Geral da Civilização Brasileira. 6.ed. São Paulo, DIFEL Difusão Editorial S.A., 1985. Tomo I, vol. 2, liv.4, cap. III, p. 192-217.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. & BRIGNOLI, Hector Perez. Os métodos da história. Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. {Los métodos de la historia} . Trad. João Maia. 3.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1983. (Biblioteca de História, 5).
- CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Octávio. Cor e mobilidade

- 1960 de social em Florianópolis. Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. Pref. Florestan Fernandes. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960. (Brasiliense, 307).
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fábrica de ferro de Ipanema. Arquivo: boletim histórico e informativo. São Paulo, Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo, 6 (3): 89-94, jul./set. 1985.
- COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. Ensaio sócio-econômico de áreas valeparaibanas. Pref. José Luiz Pasin. Rio de Janeiro, Asa Artes Gráficas, 1984.
- COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à colônia. 2.ed. São Paulo, 1982 Livraria Ciências Humanas, 1982.
- COSTA, Iraci del Nero da. Vila Rica: população (1719-1826). 1979 São Paulo, IPE/USP, 1979. (Ensaio econômico, 1).
- COSTA, Iraci del Nero da. Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros do século XIX. São Paulo, IPE/USP, 1981. (Ensaio econômico, 7).
- COSTA, Iraci del Nero da. Algumas características dos proprietários de escravos de Vila Rica. Estudos Econômicos. São Paulo, IPE/USP, 11(3): 151-157, dez. 1981.
- COSTA, Iraci del Nero da. Nota sobre ciclo de vida e posse de escravos. História: Questões & Debates. Curitiba, APAH, 4(6): 121-127, jun. 1983.
- COSTA, Iraci del Nero da. Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778). Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, IEB / USP, 28(1988): 111-113.
- COSTA, Iraci del Nero da & GUTIÉRREZ, Horácio. Nota sobre o casamento de escravos em São Paulo e no Paraná (1830). História: Questões & Debates. Curitiba, APAH, 5(9): 313-321, dez. 1984.
- COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki. Economia colonial brasileira: classificação das ocupações segundo ramos e setores. Estudos Econômicos. São Paulo, IPE/USP, 17(1): 69-87, jan./abr. 1987.
- COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki. Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. Documento para Discussão. São Paulo, IPE/ANPUH, julho de 1987, 33 p., mimeo-

grafado.

- COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B.. A família escrava em Lorena (1801). Estudos Econômicos. Demografia da Escravidão. São Paulo, IPE/USP, 17(2): 245-295, mai./ago. 1987.
- CRATON, Michael. Changing patterns of slave families in the British West Indies. Journal of Interdisciplinary History. Cambridge, MIT School of Humanities and Social Science, 10(1): 1-36, 1979.
- DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. {Rio Claro: a brazilian plantation system 1820-1920} . Trad. Waldívia Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. (Estudos brasileiros, 21).
- DEGLER, Carl N. Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos. {Neither black nor white: slavery and race relations in Brazil and The United States} . Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro, Ed. Labor do Brasil, 1976. (Coleção de bolso Labor, 2).
- EGAS, Eugênio, org. Os municípios paulistas. Publicação oficial. São Paulo, Secção de Obras d' "O Estado de São Paulo", 1925, 2 v.
- EISENBERG, Peter. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. Estudos Econômicos. Demografia da Escravidão. São Paulo, IPE/USP, 17(2): 175-216, maio/ago. 1987.
- ELLIS JR., Alfredo. O bandeirismo na economia do século 17. 1946 In: Curso de bandeirologia. São Paulo, Departamento Estadual de Informações, 1946. Ilust. de Belmonte. p. 53-76.
- ELLIS JR., Alfredo. O ouro e a paulistânia. São Paulo, USP-FFCL, 1948. (História da civilização brasileira, 8 - Boletim 96).
- ELLIS JR., Alfredo. O café e a paulistânia. São Paulo, USP-FFCL, 1951. (História da civilização brasileira, 13.- Boletim 141).
- ELLIS JR., Alfredo. O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano: pesquisas nos documentos seiscentistas publicados pelos Governos Estadual e Municipal. São Paulo, Typographia Piratininga, s.d.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro, 1957 IBGE, 1957, v. 28, 29 e 30.

EVANGELISTA, José Geraldo. Lorena no século XIX. Pref. Nice 1978 Lecocq Müller. São Paulo, Governo do Estado, 1978, (Coleção Paulística, 7).

FERNÁNDEZ, Ramón V. Garcia. A consistência das listas nomina 1989 tivas da capitania de São Paulo: um estudo de caso. Documento para Discussão. São Paulo, IPE/ANPUH, 1989, 25 p., mimeografado.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro & FLORENTINO, Manolo Garcia. Mar- 1987 celino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Para íba do Sul (1835-1872). Estudos Econômicos. Demo- grafia da Escravidão. São Paulo, IPE/USP, 17(2): 151-173, maio/ago. 1987.

FRAZIER, Edward Franklin. The negro family in The United Sta 1947 tes. 5.ed. Chicago, University of Chicago Press, 1947. (The University of Chicago Sociological Series).

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Formação da família 1947 brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo, Círculo do Livro, s.d.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos. Decadência do patriar 1951 cado rural e desenvolvimento do urbano. 2.ed. refun- dida pelo autor e acrescida de introdução, de 5 ca- pítulos e de numerosas notas. Rio de Janeiro, Livra- ria José Olympio Editora, 1951, 3 v. Ilust. de L. Cardoso Ayres, M. Bandeira, Carlos Leão e do autor.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 17.ed. São Pau 1980 lo, Ed. Nacional, 1980. (Biblioteca Universitária, sér. 2: Ciências Sociais, 23).

GENOVESE, Eugene D. In red and black: marxian explorations 1972 in Southern and Afro-American history. New York, Vintage Books, 1972.

GENOVESE, Eugene D. Roll, Jordan, roll. The world the slaves 1976 made. New York, Vintage Books, 1976.

GORENDER, Jacob. Questionamentos sobre a teoria econômica do 1983 escravismo colonial. Estudos Econômicos. Economia Escravista Brasileira. São Paulo, IPE/USP, 13(1): 7-39, jan./abr. 1983.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 4.ed. Rev. São Pau 1985 lo, Ed. Ática, 1985. (Ensaio, 29).

- GOULART, Maurício. Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico. Pref. Sérgio Buarque de Holanda. 3.ed. Rev. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975. (Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais, série 1ª, História, 5).
- GRAHAM, Richard. A "família" escrava no Brasil colonial. In: 1979 GRAHAM, Richard. Escravidão, reforma e imperialismo. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1979. (Coleção Debates, 146). p. 41-57.
- GUTIÉRREZ, Horácio. A harmonia dos sexos. Elementos da estrutura demográfica da população escrava no Paraná, 1800-1830. Anais do Quinto Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, ABEP, 1986, v. 1, p. 35-52.
- GUTIÉRREZ, Horácio. Grandes e pequenos senhores de escravos no Paraná. Documento para Discussão. São Paulo, IPE/ANPUH, julho de 1987, 21 p., mimeografado.
- GUTMAN, Herbert G. The black family in slavery and freedom, 1750-1925. New York, Vintage Books, 1976.
- GUTMAN, Herbert G. Famille et groupes de parenté chez les Afro-Américains en esclavage dans les plantations de Good Hope (Caroline du Sud), 1760 - 1860. In: MINTZ, Sidney W., dir. Esclave= facteur de production. Paris, Dunod, 1981.
- HENRY, Louis. Técnicas de análise em demografia histórica. 1977 Curitiba, UFPR, 1977.
- HERCULANO, Alexandre. História de Portugal. 7.ed. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, s.d. 8 v.
- HERRMANN, Lucila. Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos. Ed. facsimilada. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE/USP), 1986.
- HERSKOVITS, Melville J. The myth of the negro past. New York, Harper & Brothers Publishers, 1941.
- HIGMAN, Barry W. Household Structure and fertility on Jamaican slave plantations: a nineteenth-century example. Population Studies. A Journal of Demography. London, London School of Economics, 27(3) : 527-550, nov. 1973.
- HIGMAN, Barry W. The slave family and household in the British West Indies, 1800-1834. Journal of Interdisci

- plinary History. Cambridge, MIT School of Humanities and Social Science, 6(1975): 261-287.
- HIGMAN, Barry W. Slave population and economy in Jamaica, 1807-1834. Cambridge, England, Cambridge University Press, 1976.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras. Ed. ilustrada. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1957. (Coleção Documentos Brasileiros, 89).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1(1966): 55-111.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de & MAIA, Tom. Vale do Paraíba-Velhas fazendas. São Paulo, Cia. Editora Nacional, EDUSP, 1975.
- HOLLINGSWORTH, Thomas H. Uma conceituação de demografia histórica e as diferentes fontes utilizadas em seu estudo. In: MARCÍLIO, Maria Luiza, org. Demografia histórica - orientações técnicas e metodológicas. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1977. (Novos Ubrais). p. 23-39.
- KLEIN, Herbert S. La esclavitud africana en América Latina y el Caribe. Trad. Graciela Sánchez Albornoz. Madrid Alianza Editorial, 1986.
- LASLETT, Peter. La famille et le ménage: approches historiques. Annales. Paris, Armand Colin, 27(4-5, número especial): 847-872, jul./out. 1972.
- LISANTI, Luis & MARCÍLIO, Maria Luiza. Problèmes de l'histoire quantitative du Brésil: métrologie et démographie. In: L'histoire quantitative du Brésil: de 1800 a 1930. Paris, Centre National de La Recherche Scientifique, 1973, p. 29-37.
- LOBATO, Monteiro. Cidades Mortas. 25.ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.
- LOVE, Edgar F. Marriage patterns of persons of African descent in a colonial Mexico City parish. The Hispanic American Historical Review. Durham, Duke University Press, 51(1): 79-91, February 1971.
- LUNA, Francisco Vidal. Minas Gerais: escravos e senhores - a

- 1981 nálise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804). São Paulo, IPE/USP, 1981. (Ensaio econômico, 8).
- LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos. In: LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Minas Colonial: economia e sociedade. São Paulo, FIPE/PIONEIRA, 1982. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais; Estudos Econômicos-FIPE/PIONEIRA). p. 31-55.
- 1982b LUNA, Francisco Vidal. Economia e sociedade em Minas Gerais (período colonial). Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, IEB/USP, 1982(24): 33-40.
- 1983 LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais(1718). In: BARRETO, Antonio Emílio Muniz et alii. História Econômica: Ensaio. S. Paulo, IPE / USP, 1983. (Relatórios de Pesquisa, 13). p. 25-41.
- 1986 LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1804). In: COSTA, Iraci del Nero da, org. Brasil: história econômica e demográfica. São Paulo, IPE/USP, 1986, p. 157-171.
- 1986b LUNA, Francisco Vidal. Posse de escravos em Sorocaba (1772-1836). São Paulo, IPE/USP, agosto de 1986, 21 p., mimeografado.
- 1988 LUNA, Francisco Vidal. Estrutura de posse de escravos e atividades produtivas em Jacareí(1777 a 1829). Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. S. Paulo, IEB/USP, 28 (1988): 23-35.
- 1980 LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos. Ciência e Cultura. São Paulo, SBPC, 32 (7): 836-841, julho de 1980.
- 1981 LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos (1727-1826) África. Revista do Centro de Estudos Africanos da USP. São Paulo, FFLCH, 1981(4): 105-109.
- 1981b LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Estrutura da massa escrava de algumas localidades mineiras (1804). Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, IEB/USP, 23(1981): 137-142.
- 1983 LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. Estudos Econômicos. Economia Escravista Brasileira. São Paulo, IPE/USP, 13(1): 211-221, jan./abr.1983.

- MACHADO, Alcântara. Vida e morte do bandeirante. Intr. Sergio Milliet. São Paulo, Governo do Estado, 1978. Ilust de J. Wasth Rodrigues. (Coleção Paulística, 13).
- MAGALHÃES, Basílio de. Expansão geográfica do Brasil colonial. 3. ed. Corr. e Ampl. Rio de Janeiro, EPASA, 1944. (Biblioteca Brasileira de Cultura, 5).
- MALHEIRO, Agostinho M. Perdigão. A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social. 3. ed. Petrópolis, Vozes, INL, 1976. 2 v. (Dimensões do Brasil, 3).
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Tendências e estruturas dos domicílios na capitania de São Paulo (1765-1828) segundo as listas nominativas de habitantes. Estudos Econômicos. S. Paulo, IPE/USP, 2(6): 131-143, dez. 1972.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos. {La Ville de São Paulo} . Trad. da autora, pref. Michel Fleury e Louis Henry. São Paulo, Pioneira, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. Ilust. (Biblioteca Pioneira de Estudos Brasileiros).
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836. São Paulo, Tese de Livre Docência, 1974, mimeografado.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil. Pref. Ciro Flamarion S. Cardoso. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- MELLO, Geraldo Cardoso de. Os Almeidas e os Nogueiras de Bananal. Pref. Desembargador Pedro Chaves. s.l., Instituto Genealógico Brasileiro, 1942. (Biblioteca Genealógica Brasileira, 1).
- METCALF, Alida C. Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820. Austin, The University of Texas at Austin, 1983.
- MILLIET, Sergio. Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo de história econômica e social do Brasil. São Paulo, s.ed., 1939. (Coleção Departamento de Cultura, 25).
- MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. {Pionniers et Planteurs de São Paulo} . Trad. Ary França e Raul de A. e Silva. São Paulo, Hucitec-Polis, 1984. (Geografia: Teoria e Realidade).

- MOTT, Luiz R. B. Estrutura demográfica das fazendas de gado
1978 do Piauí-colonial: um caso de povoamento rural cen-
trífugo. Ciência e Cultura. São Paulo, SBPC, 30
(10): 1196-1210, outubro de 1978.
- MOTTA, José Flávio. Listas nominativas de habitantes: normas
1985 para a coleta de dados. Documento para Discussão.
São Paulo, ANPUH-Núcleo de São Paulo e IPE/USP, 1985.
- MOTTA SOBRINHO, Alves. A civilização do café (1820-1920).
1968 Pref. Caio Prado Jr. 2.ed. Rev. São Paulo, Ed. Bra-
siliense, 1968.
- MULLER, Nice Lecocq. O fato urbano na Bacia do Rio Paraíba,
1969 Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, Fundação IBGE
1969. (Biblioteca Geográfica Brasileira, 23).
- MUNICÍPIOS PAULISTAS-1954. São Paulo, Departamento de Esta-
1956 tística do Estado de São Paulo, 1956.
- NOGUEIRA PORTO, Luiz de Almeida. Tudo isto aqui já foi café!
1985 D.O. Leitura. São Paulo, Imprensa Oficial do Esta-
do de São Paulo, 4(41): 10-11, out. 1985.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. A lavoura canavieira em São
1968 Paulo. Expansão e declínio (1765-1851). São Pau-
lo, Difusão Européia do Livro, 1968. (Corpo e Alma
do Brasil, 21).
- PEYRONNET, Jean-Claude. Famille élargie ou famille nucléai-
1975 re ? L'exemple du Limousin au début du XIX^e siècle
Revue d'histoire moderne et contemporaine. Paris,
Armand Colin, 22: 568-582, octobre/décembre 1975.
- PRADO JR., Caio. O fator geográfico na formação e no desen-
1936 volvimento da cidade de S. Paulo. Revista do Arqui-
vo Municipal. São Paulo, Sociedade de Sociologia,
2(19): 223-237, janeiro de 1936.
- PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. 20. ed. São
1977 Paulo, Ed. Brasiliense, 1977.
- PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo-Colônia.
1981 17.ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.
- PRADO, Paulo. Paulística. História de S. Paulo. São Paulo,
1925 Companhia Graphico-Editora Monteiro Lobato, 1925.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANAL. Bananal. São Paulo, Seção
1978 de Pesquisa e Informações - Secretaria de Esportes
e Turismo do Estado de S. Paulo, 1978, mimeografado.

- QUEIROZ, Carlota Pereira de. Um fazendeiro paulista no século XIX (Manoel Elpidio Pereira de Queiroz). Pref. J. F. de Almeida Prado. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1965. (Coleção História, 3).
- QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Algumas notas sobre a lavoura de açúcar em São Paulo no período colonial. Anais do Museu Paulista. São Paulo, Museu Paulista/USP, 21: 109-277, 1967.
- QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em São Paulo - um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX. Pref. Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977. (Documentos Brasileiros, 176).
- REIS, Paulo Pereira dos. O indígena do Vale do Paraíba: apontamentos históricos para o estudo dos indígenas do Vale do Paraíba paulista e regiões circunvizinhas. Pref. Egon Schaden. São Paulo, Governo do Estado, 1979. (Coleção Paulística, 16).
- RODRIGUES, J. Wasth. Tropas paulistas de outrora. São Paulo, Governo do Estado, 1978. (Coleção Paulística, 10).
- RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. O Caminho Novo: povoadores do Bananal. Rev. e apêndice L. de A. Nogueira Porto. São Paulo, Governo do Estado, 1980. (Coleção Paulística, 18).
- RODRIGUES, Raimundo Nina. Os africanos no Brasil. Rev. e pref. Homero Pires; notas bio-bibliográficas por Fernando Sales. 6.ed. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982. (Brasiliiana, 9; Coleção temas brasileiros, 40).
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. The black family in the Americas. 1979 Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft. Lateinamerikas. Köln, Böhlau Verlag Köln Wien, 16: 271-309, 1979.
- SAMARA, Eni de Mesquita. A família na sociedade paulista do século XIX (1800-1860). São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1980, mimeografado.
- SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. Estudos Econômicos. Economia Escravista Brasileira. São Paulo, IPE/USP, 13(1): 259-287, jan./abr. 1983.
- SCHWARTZ, Stuart B. Sugar plantations in the formation of

- 1985 Brazilian society: Bahia, 1550-1835. New York, Cambridge University Press, 1985. (Cambridge Latin American Studies, 52).
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sistema de casamento no Brasil colonial. São Paulo, T.A. Queiroz, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984. (Coleção Coroa Vermelha: Estudos Brasileiros, 6).
- SIMONSEN, Roberto C. Aspectos da história econômica do café. Contribuição para o Congresso de História Nacional promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, outubro, 1938.
- SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil (1500-1820). Pref. Afrânio Peixoto. 8.ed. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1978. (Coleção Brasileira, 10).
- SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. {Black into white: race and nationality in Brazilian thought}. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. (Estudos brasileiros, 9).
- SLENES, Robert W. The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888. Tese de doutoramento, Stanford University, 1976, mimeografado.
- SLENES, Robert W. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). Anais do Quarto Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, ABEP, 1984, v. 4, p. 2119-2130.
- SLENES, Robert W. As taxas de fecundidade da população escrava brasileira na década de 1870: estimativas e implicações. Anais do Quinto Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, ABEP, 1986, v. 1, p. 53-71.
- STEIN, Stanley J. Vassouras: a brazilian coffee county, 1850-1900. 3.ed. New York, Atheneum, 1976. (Studies in american negro life).
- TANNENBAUM, Frank. Slave and citizen. The negro in the Americas. New York, Alfred A. Knopf, 1947.
- TAUNAY, Affonso de E. Estudos de história paulista: o caminho entre S. Paulo e o Rio de Janeiro na era colonial. Annaes do Museu Paulista. São Paulo, Diário Oficial, tomo 3, 1ª parte: 194-243, 1927.

TAUNAY, Affonso de E. História do café no Brasil. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939, 15 v.

VAINFAS, Ronaldo. Ideologia & escravidão. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial. Pref. Ciro Flamarion S. Cardoso. Petrópolis, Ed. Vozes, 1986. (História brasileira, 8).

ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII. São Paulo, USP/FFCL, 1951. (História da civilização brasileira, 12 - Boletim 118).